

**MARIA ALEXANDRA FIÉIS**

**ORDEM DE PALAVRAS, TRANSITIVIDADE E  
INACUSATIVIDADE  
REFLEXÃO TEÓRICA E ANÁLISE DO PORTUGUÊS DOS SÉCULOS XIII A XVI**

**LISBOA  
2003**

**MARIA ALEXANDRA FIÉIS**

**ORDEM DE PALAVRAS, TRANSITIVIDADE E  
INACUSATIVIDADE  
REFLEXÃO TEÓRICA E ANÁLISE DO PORTUGUÊS DOS SÉCULOS XIII A XVI**

**Dissertação de Doutoramento  
em Linguística (Sintaxe)  
apresentada à Universidade Nova de Lisboa,  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Orientadora: Professora Maria Francisca  
Xavier**

**LISBOA  
2003**

Ao Carlos e ao João Pedro

## Nota Prévia

Cumpre-me, neste espaço, fazer referência a todas aquelas pessoas que contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, a Prof<sup>a</sup> Maria Francisca Xavier, a quem agradeço a confiança que sempre depositou em mim, bem como o incentivo e entusiasmo transmitidos ao longo destes dez anos de trabalho em conjunto. A sua paciência e compreensão foram também factores determinantes para o sucesso deste trabalho.

À Graça Vicente, que foi a principal responsável pela minha incursão pelos caminhos da sintaxe, não posso deixar de agradecer o empenho, as sugestões e o rigor com que se prontificou à revisão de algumas partes deste trabalho.

Ao João Costa estou-lhe profundamente grata por todas as sugestões, todas as leituras, todas as observações que, sem sombra de dúvida, contribuíram em muito para que esta dissertação seguisse este rumo. Devo-lhe ainda os momentos de boa disposição e o incentivo, que foram decisivos nos momentos de desalento.

Às minhas colegas, que comigo têm percorrido o longo caminho de uma dissertação, Maria Lobo, Cristina Silva e Ana Castro, agradeço-lhes a companhia, nos bons e nos maus momentos, o terem suportado os meus desabafos e a partilha de experiências. À Maria, agradeço ainda as sugestões e o sentido crítico; à Cristina, a cumplicidade; à Ana, o apoio logístico “online”.

Aos membros da L.I. 1 do Centro de Linguística da Universidade Nova, Lourdes Crispim, Ana Maria, Fátima, João, Sandro, que foram os principais responsáveis pelo bom ambiente de amizade e companheirismo que vivemos nos últimos anos. Com eles sempre pude contar.

Resta-me agradecer à família que, sem dúvida, tem lugar de destaque em todos os momentos da minha vida. À Virgínia e ao Reinaldo agradeço-lhes, do fundo do coração, toda a ajuda. O terem tomado conta do meu filho como verdadeiros avós contribuiu para que a minha ausência não se fizesse notar nunca. Ao meu pai, irmão, cunhada, e restante família agradeço a confiança e o nunca me fazerem perguntas difíceis.

Ao Carlos que sabe que o facto de partilharmos uma vida em comum, baseada na confiança, foi, e sempre será, o mais importante. O que me transmite e possibilita é essencial, sem ele não tinha conseguido.

Ao João Pedro que é, de resto, a minha vida e a minha melhor obra. Espero que um dia me possa perdoar todas as ausências, não só físicas, mas também aquelas em que, estando presente, não soube, ou não pude, cumprir o meu papel da melhor forma.

Agradeço ainda o apoio financeiro da FCT (Programa Praxis XXI) e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, que me permitiu dedicar a tempo inteiro a esta dissertação.

Em último lugar, devo dizer que, apesar de todas as sugestões e comentários por parte das pessoas a quem agradeço, este trabalho contém imprecisões, todas elas, evidentemente, da minha responsabilidade.

# Índice

<b>Capítulo 1: Capítulo introdutório</b> .....	1
1.1 Objectivos .....	1
1.2. Constituição do <i>corpus</i> textual .....	6
1.3. Metodologia .....	8
1.4. Resumo dos capítulos .....	9

## PARTE 1 – Reflexão teórica

<b>Capítulo 2: Transitividade e Inacusatividade</b> .....	15
2.1. A transitividade .....	15
2.1.1. Formalização do conceito de transitividade .....	17
2.1.2. As gramáticas tradicionais .....	19
2.1.3. A gramática generativa .....	24
2.1.4. Testes empíricos da transitividade .....	32
2.1.5. Considerações finais .....	34
2.2. A inacusatividade .....	35
2.2.1. Hipótese Inacusativa e a Generalização de Burzio .....	36
2.2.2. A hipótese da selecção lexical .....	39
2.2.3. A hipótese da uniformidade lexical .....	41
2.2.4. A interface sintaxe/morfologia .....	44
2.2.5. Testes empíricos da inacusatividade .....	47
2.2.5.1. Aspectos semânticos .....	48
2.2.5.2. Aspectos sintácticos .....	50
2.2.5.3. O caso do PEC .....	53
2.2.5.3.1. A proposta de Raposo (1981, 1992) .....	53
2.2.5.3.2. A proposta de Eliseu (1984) .....	55
2.2.5.3.3. Alguns problemas .....	58
2.2.6. Considerações finais .....	59
<b>Capítulo 3: Construções transitivas</b> .....	63
3.1. Questões introdutórias .....	64
3.1.1. Estrutura da frase .....	66
3.1.2. Movimento do verbo .....	71
3.2. Posições para o sujeito no PEC .....	83
3.2.1. Sujeito pré-verbal nas línguas de sujeito nulo .....	86
3.2.2. Sujeito pós-verbal: diagnósticos .....	91
3.2.2.1. Ordens VS e a hipótese do sujeito interno a VP .....	92
3.2.2.2. Questões de Caso .....	97
3.3. Posições para o objecto .....	100
3.3.1. VO e OV .....	100
3.3.1.1. <i>Scrambling</i> e <i>Object-Shift</i> .....	101
3.3.1.1.1. <i>Scrambling</i> em PEC .....	105
3.3.1.1.2. <i>Scrambling</i> e movimento <i>remnant</i> em PEC ..	108
3.3.2. Objectos DPs, clíticos e constituintes-Wh .....	115
3.4. Conclusões .....	126

<b>Capítulo 4: Construções inacusativas</b> .....	129
4.1. Características do Movimento-A .....	130
4.1.1. A construção passiva .....	135
4.1.2. A construção de elevação do sujeito .....	142
4.1.3. A construção com predicados inacusativos .....	149
4.1.4. Conclusões .....	151
4.2. Posições para o sujeito .....	152
4.2.1. Ordens SV .....	154
4.2.2. Ordens VS .....	155
4.2.2.1. A proposta de Belletti (1988) .....	156
4.2.2.2. O Programa Minimalista .....	160
4.2.2.3. Sujeitos pós-verbais em PEC .....	164
4.2.3. Ordens VS com inacusativos .....	170
4.2.3.1. Opcionalidade com inacusativos? .....	174
4.2.3.2. Questões de concordância .....	176
4.3. Conclusões .....	180

## **PARTE 2 – Análise do português dos séculos XIII a XVI (os dados do CIPM)**

<b>Capítulo 5: Construções transitivas e inacusativas nos séculos XIII a XVI</b> .....	185
5.1. Descrição das ordens de constituintes em frases temporalizadas .....	188
5.1.1. Século XIII .....	188
5.1.1.1. Textos não literários .....	189
5.1.1.2. Textos literários .....	195
5.1.1.3. Conclusões .....	199
5.1.2. Século XIV .....	200
5.1.2.1. Textos não literários .....	200
5.1.2.2. Textos literários .....	202
5.1.2.3. Conclusões .....	204
5.1.3. Século XV .....	205
5.1.3.1. Textos não literários .....	205
5.1.3.2. Textos literários .....	207
5.1.3.3. Conclusões .....	209
5.1.4. Século XVI .....	210
5.1.4.1. Textos não literários .....	210
5.1.4.2. Textos literários .....	212
5.1.4.3. Conclusões .....	214
5.2. Formas Participiais .....	216
5.2.1. Construções predicativas .....	223
5.2.1.1. Ser/Estar/Andar/Ficar seguidos de participípio passado .....	223
5.2.1.2. A passiva verbal ou perifrástica .....	227
5.2.1.3. A passiva adjectival ou “reduzida” .....	237
5.2.2. O participípio absoluto .....	240
5.3. Descrição das ordens de constituintes em frases não temporalizadas .....	245
5.3.1. Século XIII .....	250
5.3.1.1. Textos não literários .....	250

5.3.1.2. Textos literários .....	253
5.3.2. Século XIV .....	256
5.3.2.1. Textos não literários .....	256
5.3.2.2. Textos literários .....	258
5.3.3. Século XV .....	262
5.3.3.1. Textos não literários .....	262
5.3.3.2. Textos literários .....	266
5.3.4. Século XVI .....	272
5.3.4.1. Textos não literários .....	272
5.3.4.2. Textos literários .....	275
5.4. Considerações finais .....	280
5.4.1. Variação lexical .....	280
5.4.2. Resumo das ocorrências .....	286

<b>Capítulo 6: Análise estrutural dos dados do CIPM .....</b>	<b>289</b>
6.1. Movimento do Verbo .....	289
6.1.1. V-para-I: os dados do PM .....	289
6.1.2. O fenómeno V2 .....	292
6.1.2.1. Abordagens teóricas do fenómeno .....	292
6.1.3. A Sintaxe V2 .....	293
6.1.3.1. V2 assimétrico .....	293
6.1.3.2. V2 simétrico .....	296
6.1.4. Os dados da diacronia .....	299
6.1.4.1. O inglês antigo e médio .....	299
6.1.4.2. O francês antigo .....	302
6.1.4.3. Os dados de Ribeiro (1995a, 1995b) .....	304
6.1.4.4. Os dados do <i>corpus</i> do CIPM .....	306
6.1.4.4.1. Orações independentes .....	306
6.1.4.4.1.1. Ordens V2 em contextos	
inacusativos .....	312
6.1.4.4.1.2. Ordens V1 .....	312
6.1.4.4.1.3. Conclusão: orações independentes ..	315
6.1.4.4.2. Orações dependentes .....	315
6.1.4.4.2.1. Conclusão: orações dependentes .....	317
6.1.5. As análises .....	318
6.1.5.1. Argumentos a favor de V2 no PA .....	318
6.1.5.2. Argumentos contra V2 no PA .....	322
6.1.6. Conclusão: VS não é V2 .....	324
6.2. Posições para o Sujeito .....	325
6.2.1. Ordens SV .....	326
6.2.2. Ordens VS .....	327
6.2.2.1. A falta de concordância com ordens VS .....	331
6.2.3. Tópicos e focos: sintaxe/prosódia .....	333
6.2.4. Sujeitos pós-verbais em frases com dois verbos:	
construções causativas .....	336
6.3. Posições para o objecto .....	346
6.3.1. Ordens VO e OV .....	347
6.3.2. Ordens OV no PA: <i>scrambling</i> , deslocação à esquerda	
e focalização .....	354
6.3.2.1. <i>Scrambling</i> e interpolação .....	361

6.4. Construções intransitivas .....	365
6.5. Conclusões .....	370
<b>Capítulo 7: A cliticização .....</b>	<b>373</b>
7.1. Propostas de abordagem teórica .....	375
7.1.1. A colocação dos clíticos no PEC .....	375
7.1.2. Motivação para o movimento dos pronomes clíticos .....	379
7.2. Descrição dos dados do PA .....	385
7.2.1. Orações finitas .....	385
7.2.2. Orações infinitivas .....	393
7.2.3. Orações gerundivas .....	401
7.3. A interpolação .....	402
7.3.1. Análise dos dados .....	406
7.3.2. Implicações teóricas .....	420
7.3.3. Considerações finais .....	424
7.4. A propósito de <i>Se</i> .....	425
7.5. Conclusões .....	433
<b>Capítulo 8: Conclusão .....</b>	<b>437</b>
8.1. Síntese: semelhanças e diferenças quanto à ordem dos constituintes entre PEC e PA .....	437
8.2. Investigação futura .....	440
Referências bibliográficas .....	443
Anexo 1 – Constituição do <i>corpus</i> textual .....	463
Anexo 2 – Critérios de informatização .....	467

# CAPÍTULO 1

## CAPÍTULO INTRODUTÓRIO

“Transitividade” e “Inacusatividade” são temas complexos que, tendo sido já objecto de variados estudos, apresentam alguns aspectos por esclarecer, nomeadamente ao nível da ordenação dos constituintes na frase. Tendo presente esta ideia, interessa-nos particularmente o aprofundamento e esclarecimento, quer de aspectos teóricos, quer de especificidades da gramática e do léxico do português numa perspectiva diacrónica, a partir da descrição de dados históricos (séculos XIII a XVI), comparando esses dados com os do português europeu contemporâneo (PEC).

Através do estudo aprofundado do léxico e da estrutura da frase, com especial incidência na sintaxe e semântica do verbo, temos, pois, como principais objectivos contribuir para um melhor conhecimento de fenómenos gramaticais que estão sujeitos a variação, bem como descrever a relação existente entre a informação lexical e as construções transitivas e inacusativas em dados do português dos séculos XIII a XVI.

Assumimos neste trabalho o quadro teórico da Gramática Generativa (GG), na sua versão do Programa Minimalista, com particular incidência nas subteorias do Caso e Temática.

Após a apresentação geral do trabalho que nos propusemos desenvolver, passamos aos objectivos que nos levaram à sua realização (1.1.), ao que se seguem a constituição do *corpus* estudado (1.2.) e a metodologia adoptada (1.3.). Finalizamos este capítulo introdutório com o resumo dos capítulos que constituem esta dissertação (1.4.).

### 1.1. Objectivos

A fraca tradição na área da sintaxe histórica, relativamente ao português, em particular, foi uma das razões que nos levou à realização deste trabalho. Apesar da escassez de estudos neste campo específico, e que contrasta em grande medida com os que existem para o inglês (cf. Kemenade 1987; Roberts 1993; Koopman 1990; Pintzuk 1991; Kroch & Taylor 1997, 2000; Haerberli 1999, e.o.) e para o francês (cf. Adams 1988a, 1988b, 1988c; Vance 1989; Roberts 1993, e.o.), os trabalhos de Ana Maria Martins (1994, 2002, só para citar alguns), sobre fases antigas da nossa língua numa perspectiva teórica, constituem uma excepção, havendo ainda muitos aspectos por esclarecer.

Existem outros trabalhos de vulto, nomeadamente o de Maia (1986) sobre textos não literários, e o de Mattos e Silva (1989) sobre os *Diálogos de São Gregório*. Contudo, se o primeiro incide essencialmente sobre aspectos da fonética, fonologia e morfologia do galego-português dos séculos XIII a XVI, já o segundo, a par do estudo exaustivo da grafia e da morfologia, tem por objectivo analisar os dados disponíveis no *corpus* textual segundo um modelo descritivo e estruturalista (essencialmente indutivo), por forma a depreender as regras que regem a organização dos enunciados nesse mesmo *corpus*.

Tendo em conta que “o estudo da ordem de palavras é um problema complexo pela variedade de aspectos que envolve”, nas palavras de Pádua na “Introdução” ao seu trabalho de 1960, interessa-nos definir, exactamente, a “variedade” destes aspectos. Pretendemos identificar e caracterizar os factores que determinam as ordens de constituintes encontradas e de que forma podemos relacionar a transitividade / inacusatividade das construções com essas ordens.

Temos, assim, por objectivo, por um lado, fazer um estudo descritivo dos dados diacrónicos, analisando-os à luz de alguns dos pressupostos teóricos existentes na literatura sobre transitividade e inacusatividade; por outro lado, demonstrar a sua relevância para o estudo do período de tempo que nos ocupa. Interessa-nos, em particular, tentar perceber se alguns dos condicionalismos sintácticos inerentes à ordem dos constituintes em construções transitivas e inacusativas que podemos observar no PEC (sobretudo na realização do constituinte sujeito) condicionam do mesmo modo as ordens reveladas pelos dados dos textos por nós analisados. Pretendemos, deste modo, delimitar e definir a “variedade de aspectos”, quer lexicais, quer sintácticos, a que Pádua se refere.

Para avançar qualquer proposta no âmbito desta temática há que, em primeiro lugar, tentar perceber qual a ordem básica subjacente às frases do nosso *corpus* e, para esse fim, considera-se importante proceder a um estudo estatístico das diversas ordens encontradas, o que nos permite confirmar algumas ideias veiculadas na literatura, nomeadamente nos trabalhos de sintaxe generativa acima referidos.

Com estas ideias em mente, foi nosso objectivo estudar a frase e a sintaxe do verbo numa perspectiva comparada (português antigo<sup>1</sup> (PA) e PEC) e diacrónica,

---

<sup>1</sup> No presente trabalho, seguindo Said Ali (1923), utilizamos o termo “português antigo” para designar a língua escrita usada dos séculos XIII a XVI. Leite de Vasconcellos (1966) designa este mesmo período de “português arcaico” ou “antigo”, enquanto que Carolina Michaëlis de Vasconcelos (sd) o refere como

através da análise sistemática de estruturas transitivas e inacusativas, por forma a explicar a relação existente entre a informação do léxico e as referidas construções.

Deste modo, e começando pela base teórica subjacente à feitura deste trabalho, tivemos por objectivo importante e imprescindível proceder a uma síntese da revisão da literatura sobre “Transitividade” e “Inacusatividade”. Neste âmbito, os conceitos de transitividade e de inacusatividade de Hoeskstra (1984) e Burzio (1996), respectivamente, foram os pontos de partida para a reflexão teórica do objecto de estudo, bem como para a análise sintáctica e lexical e consequente estabelecimento de classes verbais - verbos transitivos, inacusativos e inergativos<sup>2</sup> - e respectivos tipos de construção - transitiva, inacusativa e inergativa.

Uma vez que nos interessa clarificar de que modo são ordenados os constituintes de frases em textos dos séculos XIII a XVI, revelou-se de particular interesse para nós o estudo da transitividade e da inacusatividade sintácticas, em particular as posições estruturais do sujeito em construções transitivas e inacusativas. Defendemos que se impõe um olhar atento sobre a ordenação dos constituintes na frase, uma vez que verbos pertencentes a classes lexicalmente distintas podem ocorrer em construções sintácticas idênticas. Por isso, é nosso intuito perceber como são derivadas as diferentes ordens de palavras nas construções transitivas e inergativas (capítulo 3) por oposição às inacusativas (capítulo 4), conforme se descreve na literatura, e que ilustramos com dados do PEC, com o objectivo de, nos capítulos posteriores, desenvolver o estudo dos dados do PA.

Procedemos à elaboração de concordâncias das formas de um conjunto de verbos que entram em construções transitivas e inacusativas num *corpus* textual dos quatro séculos. Começámos por analisar as diferentes realizações sintácticas da estrutura de subcategorização de cada verbo e as respectivas ordens de constituintes em frases de textos de diferentes tipos (literários e não literários), e ao longo dos quatro séculos. Interessava-nos, principalmente, estudar comparativamente a posição relativa do sujeito em frases transitivas, inacusativas e, em alguns casos particulares, também

---

“português histórico” ou “arcaico”. Outros autores, Cintra (1977-78)\*, por exemplo, propõem a divisão deste período em “português antigo”, do século XIII às primeiras décadas do século XV, e “português médio”, desde essa data até às primeiras décadas do século XVI. Optámos por não fazer essa divisão por não se encontrarem, no âmbito do nosso trabalho, razões linguísticas que a justifiquem.

\* A divisão proposta inicialmente por Cintra, entre português antigo e português médio, e à qual fazemos referência, consta de um documento de trabalho apresentado pelo mesmo professor aos seus estudantes na disciplina de História da Língua Portuguesa no ano lectivo de 1977-1978.

<sup>2</sup> Neste trabalho usaremos os termos “intransitivo” e “inergativo” como equivalentes.

em inergativas, com especial incidência nas construções com sujeito pós-verbal, e ainda a posição do objecto nas primeiras.

Uma forte motivação para este estudo advém do facto de as descrições existentes na literatura indicarem que as construções com sujeito pós-verbal no PEC são preferencialmente construções inacusativas, sendo nas outras o sujeito realizado na posição não marcada, antes do verbo. Deste modo, pretendemos investigar se a transitividade da construção tem influência no posicionamento do sujeito na frase em textos do PA. Quanto ao objecto, é sabido que ocorre com maior frequência à direita do verbo que o selecciona, excepto nos casos em que é um clítico em estruturas com proclisadores, ou quando é um constituinte-Wh, pelo que tentámos perceber se o mesmo se passa nos textos do nosso *corpus*.

Esta análise estendeu-se à descrição dos contextos com pronomes clíticos, uma vez que estes elementos podem ajudar a determinar a estrutura da frase. Podem, nomeadamente, ajudar a identificar a posição ocupada pelos outros constituintes, em particular, aquela que o verbo ocupa. Isto porque, seguindo uma análise segundo a qual os clíticos são adjuntos verbais, o local de realização do clítico permite-nos marcar a posição do próprio verbo, bem como de outros constituintes, principalmente dos adjuntos verbais.

Um outro dos nossos interesses foi tentar perceber o mecanismo sintáctico associado à interpolação, que, nos nossos dados, é um fenómeno produtivo, começando a regredir ainda antes do século XVI. Procurámos explicar por que razão a possibilidade de interpolação “total” que encontramos nos nossos dados do português dos séculos XIII a XVI se foi perdendo gradualmente. Tentámos, acima de tudo, mostrar que a perda do fenómeno de interpolação, que é agramatical no PEC, se deve a uma mudança na caracterização formal dos próprios clíticos e não a mudanças estruturais isoladas.

Em todo o percurso desta investigação e para podermos chegar a algumas conclusões, recorreremos aos estudos e enquadramento teórico já referidos, os quais nos forneceram as bases para a análise dos dados do nosso *corpus* textual. Conforme referimos, dedicámos especial atenção à derivação do sujeito em construções transitivas, inacusativas e, por vezes também, inergativas, tentando perceber se já nestes textos se vislumbrava a tendência para a realização pós-verbal do sujeito em alguma destas construções. Determinar de que forma poderemos relacionar a ordem VS com inacusativos e como é expresso o acordo verbal foi outro dos nossos objectivos.

Tentámos determinar quais os mecanismos sintácticos inerentes à derivação da ordem OV, através da análise das construções que envolvem deslocamento de constituintes, como as construções de topicalização, focalização e de deslocação à esquerda. Tendo presente que, no PA, não estão disponíveis critérios discursivos para identificar essas construções, Martins (2000b, 2000e, 2002) sugere, então, que a cliticização pode funcionar como diagnóstico, usando os proclíticos como fronteira entre o constituinte movido e o verbo, tendo sido esta também uma das razões que nos levou a abordar o tema da cliticização no PA.

Questionámos se seria pertinente ainda a inclusão de um capítulo sobre clíticos após o trabalho pioneiro de Martins (1994). Contudo, o nosso trabalho acrescenta dados novos extraídos de textos literários, nos quais encontramos diferenças na colocação dos clíticos relativamente a outros textos. A referida autora considera que os dados de textos de um único género literário podem não ser conclusivos, já que “são todavia os textos literários que, por vezes, permitem matizar a informação extraída das fontes não-literárias” (Martins 2001a: 34). Como iremos ver ao longo do capítulo sobre a cliticização, a descrição de fenómenos linguísticos dos textos literários lança novos dados para a análise do percurso evolutivo da cliticização no PA (principalmente na evolução da próclise, que alternava com a ênclise pelo menos até ao século XIV, e da interpolação). Dado que este tipo de textos sofre a influência de factores de ordem externa (como o estilo do autor, o seu idiolecto, etc.), os dados deles extraídos permitem corroborar algumas das descrições existentes na literatura, ao mesmo tempo que permitem, claramente, delimitar tendências e caracterizar tipos de textos de acordo com o peso de determinados fenómenos gramaticais.

Para além destes factores, no entanto, uma análise da distribuição dos clíticos no PA justifica-se ainda uma vez que, e no seguimento da análise dos dados relativos a estruturas transitivas, inacusativas e inergativas do *corpus*, a posição ocupada por estes constituintes na frase pode funcionar como teste para identificação de algumas das construções sintácticas existentes no PEC que, de outra forma, não seria possível identificar. Por exemplo, a distinção entre construções de focalização e topicalização.

No capítulo dedicado aos clíticos, foi também nosso objectivo descrever construções com *Se* para tratar questões de concordância e tentar, desse modo, verificar se o fenómeno da não concordância com *Se* existia no nosso *corpus*.

## 1.2. Constituição do *corpus* textual

O *corpus* de textos antigos utilizado, constituído a partir do CIPM (*Corpus Informatizado do Português Medieval*), engloba textos em prosa, literários e não literários<sup>3</sup>, com cerca de 570.600 palavras e abrange quatro séculos<sup>4</sup> (séc. XIII a XVI), conforme se apresenta no anexo 1.

A escolha dos textos visou, sobretudo, abranger os quatro séculos atrás referidos (XIII a XVI), pelo que as datas são variadas. Relativamente aos textos das *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* e da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, não nos é possível indicar a data exacta da sua produção. No primeiro caso há dúvidas sobre se se tratará de textos do século XIII ou do XIV, enquanto no segundo a dúvida é entre o século XIV e o XV. Para este trabalho optámos por considerar as *Vidas de Santos* como sendo do século XIII/XIV e a *Crónica Geral* do século XIV, de acordo com observações dos próprios editores. No entanto, este problema é pouco relevante para as nossas conclusões, uma vez que não se observam alterações importantes nos nossos dados, nem na passagem do século XIII para o XIV, nem do XIV para o XV.

Os textos que integram o CIPM foram, na maior parte, digitalizados a partir de edições já publicadas (cf. Anexo 1 – 3. Bibliografia das Fontes), cujos critérios de edição mantivemos e seguimos zelosamente. Alguns sinais de transcrição, no entanto, foram devidamente adaptados na versão em formato electrónico, por um lado, para uniformizar notações, por outro lado, para facilitar a utilização de ferramentas informáticas (cf. Anexo 2 - Critérios de Informatização).

---

<sup>3</sup> Textos literários em prosa, assim designados nas histórias da literatura portuguesa (Lapa 1977, Saraiva & Lopes 1987, e.o.) e em algumas bibliografias de textos medievais (Neto 1956, por exemplo), por oposição a textos não literários, que são, neste *corpus*, textos essencialmente jurídicos. No nosso trabalho pretendemos constituir um *corpus* textual que englobasse textos das duas áreas: não literários e literários, estes entendidos em sentido lato, uma vez que abrangem a “historiografia, a hagiografia, a literatura de carácter religioso, espiritualista e filosófico” (Castro 1991: 178). Assim, do nosso *corpus* fazem parte os seguintes tipos de texto:

- textos não literários: os textos jurídicos (*Notícia de Torto*, *Tempos dos Preitos*, *Chancelaria de D. Afonso III*), nos quais se incluem os foros (*Foro Real*, *Foros de Garvão*) e os documentos notariais (in *História do Galego-Português*, *Documentos Notariais*, *Testamento de D. Afonso II*);
- textos literários: as narrativas hagiográficas e de pedagogia espiritual (*Vidas de Santos*), as narrativas históricas (*Crónica Geral de Espanha* e *Chronica dos Reis de Bisnaga*), a prosa doutrinal de corte (*Leal Conselheiro*, um texto essencialmente pragmático), e a narrativa de viagem (*Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*).

Devemos ainda salientar que esta divisão entre textos literários e não literários não pretende ser uma classificação, mas apenas uma arrumação, e deve ser entendida apenas como tal.

<sup>4</sup> Os textos utilizados neste trabalho fazem parte do CIPM1 e do CIPM2, *corpora* constituídos no âmbito de projectos de investigação financiados pela JNICT/FCT: “Gramática do Português Medieval - Contributos para a sua Caracterização” e “*Corpora* do Português Medieval. Etiquetagem e Segmentação Automática”, e desenvolvidos no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

Conforme referido nos parágrafos introdutórios desta secção, os textos do nosso *corpus* constituem um sub-*corpus* seleccionado a partir do CIPM. Este sub-*corpus* foi constituído tendo em vista a sua reconhecida importância para estudos linguísticos diacrónicos. Procurou-se, no entanto, algum equilíbrio quanto à dimensão e ao tipo de textos de cada século, expresso pelos respectivos totais de palavras. Como os textos do século XIII apresentam um número de palavras reduzido, optámos por incluí-los todos. Relativamente aos restantes séculos tivemos de seleccionar apenas alguns textos e partes de outros muito extensos. Assim, para o século XIV, e para preservar a homogeneidade dos textos não literários, seleccionámos os textos constantes na *História do Galego-Português*, de Maia (1986) e os *Documentos Notariais* editados por Martins (1994, 1999)<sup>5</sup>, por serem aqueles que, no âmbito do CIPM, nos permitem uma cobertura dos quatro séculos. Quanto a textos literários do século XIV, seleccionámos apenas um excerto com 69.043 palavras da *Crónica Geral de Espanha*, que tem 426.027 palavras (cf. 1. do anexo 1). No entanto, para o levantamento de estruturas com verbos intransitivos, e uma vez que não foi fácil encontrar exemplos em número suficiente naquele excerto, utilizámos a totalidade do *corpus* disponível para os quatro séculos (incluindo a totalidade da *Crónica Geral de Espanha*). Para o século XV, por ser o mais representado no CIPM, procedemos a uma nova selecção e optámos, tal como para os séculos anteriores, por estudar os textos não literários constantes das duas edições mencionadas acima (Maia 1986 e Martins 1999), enquanto que os textos literários escolhidos foram o *Leal Conselheiro* e a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, ambos utilizados integralmente. Se em relação ao primeiro não recorremos a uma amostragem, tal como fizemos para o século anterior, foi por se tratar de um texto estilisticamente rico e não muito extenso. Relativamente ao segundo, optámos por incluí-lo no nosso estudo por se tratar de um texto igualmente rico e interessante para o estudo específico da colocação dos clíticos. Finalmente, para o século XVI, procedemos de igual modo relativamente aos textos não literários referidos e, quanto aos textos literários, utilizámos o único disponível no CIPM, a *Chronica dos Reis de Bisnaga*.

De qualquer modo, devemos realçar que as diferenças existentes quanto ao número de palavras dos textos dos séculos XV e XVI (sendo inferior no século XVI) não têm reflexo nas nossas conclusões. As diferenças encontradas nos nossos dados

---

<sup>5</sup> Os documentos dos séculos XIV - XVI correspondem a um conjunto de textos revistos pela autora em 1999 e publicados em 2001a, enquanto que os do século XIII correspondem ao Apêndice Documental da edição de 1994 dos *Clíticos na História do Português*.

fazem-se sentir, sobretudo, entre os séculos XIII / XIV, por um lado, e XV / XVI, por outro, quer relativamente à variação lexical nos verbos estudados (verbos com usos transitivos e inacusativos nos séculos XIII e XIV passam a ocorrer só numa ou noutra construção nos séculos XV e XVI), quer no que diz respeito ao fenómeno da cliticização.

Para o estudo específico da interpolação, foi nosso objectivo observar a evolução do padrão de colocação dos clíticos nos dois grupos de textos (literários e não literários), mas de séculos diferentes (cf. 2. no Anexo 1). Foram analisados apenas os textos não literários que se incluem na *História do Galego-Português* e nos *Documentos Notariais* nos quatro séculos e a totalidade dos textos literários do nosso *corpus*.

Tentámos, na medida do possível, que o *corpus* fosse equilibrado e que os tipos de textos escolhidos estivessem proporcionalmente representados no conjunto, de modo a que as conclusões fossem o mais rigorosas possível.

### **1.3. Metodologia**

A metodologia seguida para a extracção de informação do *corpus* textual consistiu na elaboração de listas de palavras para cada texto, a partir das quais se procedeu à recolha das formas verbais relevantes para o estudo. Após levantamento das formas dos verbos transitivos, intransitivos e inacusativos que nos interessava analisar, levámos a cabo a realização de concordâncias, a partir do conjunto de textos dos séculos XIII a XVI (c. 570.600 palavras) constituído para este estudo. Em seguida, procedeu-se à segmentação das estruturas a analisar.

Optámos por iniciar a nossa descrição com um conjunto de frases com verbos com uso ora transitivo, ora inacusativo, uma vez que nestes esperávamos uma maior variação relativamente às ordens dos constituintes na frase.

Constituímos um *corpus* de 2.040 frases com um só verbo realizado em forma finita, independentemente de este ter ou não todos os seus argumentos realizados (sujeito e objectos). O objectivo foi determinar a frequência da realização, ou não, desses argumentos, o que tornou possível confirmar que o PA é uma língua de sujeito nulo (LSN) com ordem básica SVO.

Analisámos também as frases com verbos intransitivos. Neste universo de 720 frases com verbos intransitivos, interessou-nos determinar as diferentes posições do

sujeito, por forma a ver até que ponto estas são diferentes das que encontramos em construções transitivas e em inacusativas.

Para o estudo específico da cliticização alargámos o nosso *corpus* de frases - não considerámos apenas as frases com verbos que ocorrem em construções transitivas e inacusativas, mas recorremos a todas as frases com clíticos. Daí o termos restringido o *corpus* textual (cf. 2. no anexo 1). Ainda assim, descrevemos e analisámos 12.779 frases com pronomes clíticos objecto, acusativos e dativos e também construções com o clítico *Se* (divididas em 9.982 contextos proclíticos e 2.797 enclíticos), estas para tratar também questões de concordância.

Nos exemplos que seleccionámos como representativos para introduzir no nosso trabalho, e com os quais ilustramos algumas das nossas observações, indicamos a fonte textual de onde foram extraídos. O formato adoptado para referir a fonte de cada exemplo faz referência à data da mesma e, na falta dela, indicamos o século a que pertence. Quando a dúvida é entre duas datas, indicamos as duas interrogadas. A seguir à data, fornece-se a sigla que designa o texto de onde o exemplo foi extraído, bem como o número do mesmo, caso se trate de um conjunto de textos numerados. Segue-se o número de fólio, sempre que possível, e, à falta deste, usamos a sigla “sf” (sem fólio). Pretendemos, com estas referências, facilitar a localização dos exemplos nos textos do CIPM.

Como última nota, fazemos referência à terminologia generativa deste trabalho. Uma vez que a maior parte dos termos linguísticos aqui utilizados foram propostos inicialmente em inglês, optámos por manter na língua original aqueles casos em que não há traduções generalizadamente aceites para o português. Utilizamos os símbolos categoriais ingleses.

#### **1.4. Resumo dos capítulos**

Após a apresentação do trabalho, objectivos, constituição do *corpus* e metodologia adoptada, passemos então à súmula dos capítulos.

O capítulo 2 é dedicado em exclusivo à transitividade e à inacusatividade em geral. Abordamos, em 2.1., o tema da transitividade, desde o conceito abrangente da transitividade filosófica aos estudos recentes da GG, passando pelas gramáticas tradicionais, reflectindo sobre a evolução do tema e analisando a forma como as estruturas que irão ser tratadas nesta dissertação têm sido abordadas na literatura.

Em 2.2. aborda-se o tema da inacusatividade e o problema da divisão bipartida das classes verbais – verbos transitivos e intransitivos – tal como é feita na tradição gramatical. À semelhança do que foi feito a propósito da transitividade, fazemos uma resenha histórica do assunto, começando pela Hipótese Inacusativa da Gramática Relacional, inicialmente proposta por Perlmutter (1978), e seus subsequentes desenvolvimentos no seio da GG levados a cabo sobretudo por Burzio (1981, 1986). Uma vez delimitado o problema e os pressupostos teóricos subjacentes à análise, fazemos uma transposição para os dados do PEC, pelo que recorreremos aos trabalhos específicos de Raposo (1981, 1992) e de Eliseu (1984).

Nos capítulos 3 e 4, e uma vez que no capítulo anterior estabelecemos as distinções entre propriedades dos verbos transitivos, dos inergativos e dos inacusativos, descrevemos as propriedades das construções com verbos das três classes em dados do PEC. Interessa-nos perceber, em primeiro lugar, como e onde são gerados os sujeitos naquelas construções, e, em segundo lugar, onde são realizados os objectos das construções transitivas, por forma a definir como são verificados estruturalmente os papéis- $\theta$  dos argumentos seleccionados pelos predicados e como se hierarquizam. Para isso, recorreremos às descrições existentes na literatura, não só para o PEC como para outras línguas, a título comparativo.

O capítulo 3 é dedicado à descrição das construções transitivas, com especial incidência no PEC, para o qual assumimos uma ordem básica SVO, sendo todas as outras ordens derivadas por movimento. Relativamente ao sujeito pré-verbal, defendemos que este ocupa a posição final de especificador de Flexão ([Spec, IP]), enquanto que, nas ordens VS, se o sujeito for argumento externo, defendemos que ocupa a sua posição base em [Spec, VP]. Quanto aos objectos seleccionados pelo verbo em construções transitivas, estes ocupam a posição mais encaixada dentro de VP (se forem DPs ou pronomes, já que os clíticos, em estruturas com proclisadores, e os constituintes-Wh obedecem a estratégias sintácticas que os antepõem ao verbo), excepto quando realizados em posição inicial de frase, situação em que são tópicos, enquanto que as ordens VOS são exemplos de *scrambling* curto. Tendo presentes estes pressupostos, assumimos, neste capítulo, uma estrutura frásica que resulta da projecção de três núcleos, C, I e V, e que contempla IP desdobrado em duas projecções adicionais Agr e T, essenciais à criação de configurações em que se estabelecem relações de concordância especificador-núcleo.

No capítulo 4 caracterizamos sintacticamente a construção inacusativa (incluindo a construção passiva, a construção de elevação e a construção com verbos inacusativos), distinguindo entre sujeitos básicos e derivados, por um lado, e movimentos-A/A', por outro. Tal como no capítulo anterior, e tendo em conta a estrutura frásica assumida, defendemos a ideia de que há duas posições para o sujeito nas construções inacusativas, a posição de [Spec, IP] quando é pré-verbal, e a posição de complemento de V, para as ordens VS, uma vez que verbos que ocorrem nesta construção não atribuem papel- $\theta$  ao sujeito nem Caso ao complemento que seleccionam.

Tendo por base os textos não literários do século XIII e o *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13* (Xavier et al. 1999) no capítulo 5, que envolveu a análise, a codificação e a quantificação das estruturas com verbos que ocorrem em construções transitivas e inacusativas, bem como a interpretação dos dados estatísticos relevantes para a determinação das ordens de constituintes presentes no *corpus*, alargámos a descrição aos séculos seguintes e a outro género de textos, os literários. Aplicou-se, então, a mesma metodologia a textos literários e não literários dos séculos XIII a XVI, com a finalidade de chegar à descrição das ordens de constituintes dos textos desse período em contextos finitos, infinitivos e formas participiais. Destes dados concluímos que o PA é uma língua SV(O).

Um factor importante na nossa análise é que, ainda que tenha havido redução na estrutura funcional do PA para o PEC (cf. Martins 2000b, 2000e), tendo como resultado a diminuição das ordens OV em frases independentes, este facto não tem influência nos fenómenos da transitividade e da inacusatividade. Isto porque, e assumindo que a cada verbo corresponde apenas uma entrada lexical e que as diferenças encontradas decorrem da possibilidade, ou não, de um verbo ter argumento externo, as diferenças encontradas entre PA e PEC decorrem de mudanças lexicais e não estritamente sintáticas.

No capítulo 6, e a partir da descrição apresentada no capítulo 5, procedemos à análise estrutural dos dados do PA e tentamos estabelecer um termo de comparação com o PEC, apresentando diferenças e semelhanças ao nível da estrutura da frase (com especial relevo para as ordens OV, por um lado, e SV / VS, por outro). Os dados trabalhados no capítulo 5 serviram ainda como ponto de partida para o estudo das ordens de constituintes que envolvem a inversão Sujeito-Verbo, ou ordem VS, e de questões de concordância com inacusativos. Pretendemos ainda observar de que forma se poderá relacionar o fenómeno da inversão com o designado fenómeno V2 (típico das

línguas germânicas), pelo que não nos restringimos às construções com verbos finitos em orações independentes, mas estudámos também as orações dependentes, bem como os contextos infinitivos subcategorizados por verbos causativos e perceptivos. Com os nossos dados pretendemos ainda refutar algumas das propostas existentes na literatura, nomeadamente de Torres Morais (1993) e Ribeiro (1995a, 1995b), que relacionam a inversão do sujeito em PA com o fenómeno V2 das línguas germânicas.

Finalizamos o capítulo 6 com um estudo das estruturas intransitivas, com o objectivo de as analisar comparativamente com as construções transitivas e inacusativas, no que respeita à realização e à posição do constituinte sujeito.

Finalmente, no capítulo 7 fazemos uma resenha teórica sobre a cliticização nas línguas românicas. Seleccionámos uma percentagem equivalente de textos não literários e literários, por forma a extrair os contextos de maior relevância para o estudo sobre a interpolação e sobre a evolução do uso da próclise dos séculos XIII a XVI. A nossa descrição da colocação dos clíticos no PA, e consequente proposta de análise do fenómeno da interpolação, permitiu-nos defender a ideia de que os clíticos são categorias nucleares com relativa mobilidade estrutural, decorrendo algumas possibilidades de realização dos mesmos da subespecificação em termos de traços sintácticos do constituinte ao qual se adjungem. Defendemos, pois, que os clíticos não evoluíram de um estatuto de categoria máxima, ou XP, no PA, para o de núcleos, ou X<sup>o</sup>, conforme defendido por alguns autores (Rivero 1986, 1991, 1997, Fontana 1993, Barbosa 1996, Duarte & Matos 2000, e.o.).

A partir do levantamento feito com o objectivo de delimitar estruturas com clíticos nos quatro séculos, foi ainda constituído um *corpus* de sequências com o clítico *Se*, para tratar questões de concordância. Procurámos estruturas do tipo *Vendem-se casas* vs. *Vende-se casas* nos textos portugueses dos quatro séculos, tendo sido apenas encontradas atestações claras das primeiras.

O capítulo 8 é dedicado à apresentação das conclusões mais importantes a retirar deste trabalho. Apresentamos também um levantamento de alguns problemas que deixamos em aberto e que poderão servir como ponto de partida para investigação futura.

## **PARTE 1 – Reflexão teórica**



## CAPÍTULO 2

### TRANSITIVIDADE E INACUSATIVIDADE

Conforme referimos no capítulo introdutório, têm sido diversas as formas de abordar as temáticas da transitividade e da inacusatividade, e são várias as propostas existentes na literatura, quer no âmbito da gramática tradicional, quer da GG. Com o propósito de clarificar alguns conceitos e organizar ideias, dedicamos o presente capítulo, essencialmente teórico, a estes dois temas, procedendo a uma súmula das principais propostas, organizadas cronologicamente e por área de estudo, dando conta, ao mesmo tempo, dos problemas associados a cada uma delas.

Assim, abordamos em 2.1. o tema da transitividade, reflectindo sobre a evolução do tema e analisando a forma como o mesmo tem sido tratado na literatura. O ponto 2.2. incide sobre a inacusatividade e o problema da divisão bipartida das classes verbais – verbos transitivos e intransitivos – tal como é feita na tradição gramatical. Tal como em 2.1., será feito um apanhado geral sobre o tema. Finalizamos cada uma das secções com um apanhado das conclusões mais importantes a retirar de cada uma.

#### **2.1. A transitividade**

A noção de transitividade pode ser considerada herdeira do par aristotélico acção/produção que, durante o período escolástico, dá lugar à oposição entre acção transitiva e acção imanente. Enquanto conceito filosófico, a transitividade opõe-se ao conceito de imanência e pode aplicar-se tanto ao domínio das acções como ao das causas. No primeiro caso diz-se que há passagem da acção de uma pessoa a outra,<sup>1</sup> enquanto no segundo é a acção que tem o seu fim numa pessoa distinta da primeira. Em ambas as situações a acção não é inerente ao sujeito.

Quando se tenta definir o conceito de transitividade em termos filosóficos, normalmente, apresenta-se Deus como exemplo de entidade imanente, por oposição a transitiva:

---

<sup>1</sup> Neste ponto a transitividade distingue-se do conceito de reflexividade, uma vez que neste último não há passagem de uma pessoa a outra, daí a oposição entre “pessoa transitiva” e “pessoa reflexa” (cf. Apolónio [1878]/1910).

(1) “Deus est omnium rerum causa immanens non vero transiens”, Spinoza, *Ethica* I, XVIII.<sup>2</sup>

‘Deus é causa imanente a todas as coisas e não causa transitiva’

O conceito de transitividade faz parte da tradição gramatical e encontra os seus fundamentos na lógica. Em lógica define-se como uma propriedade de certas relações associadas a predicados. Nesta óptica, os predicados conferem propriedades aos nomes e podem ser de um, dois, três ou mais lugares (monádicos e poliádicos<sup>3</sup>), lugares esses que são preenchidos (saturados) por elementos nominais e que são ordenados de acordo com uma hierarquia pré-definida (cf. Lyons 1977).

Em termos lógico-semânticos, os predicadores poliádicos constituem relações ordenadas (binárias), que se podem dividir em diferentes tipos consoante as suas propriedades formais.<sup>4</sup>

No âmbito da formalização linguística, as relações binárias podem, então, ter propriedades de reflexividade, simetria, transitividade e conectividade. Propriedades essas que se podem apenas manifestar em relações que ocorram num dado conjunto  $A \times A$  e nunca num conjunto  $A \times B$ , onde  $B$  seja diferente de  $A$ .<sup>5</sup>

<sup>2</sup> cf. *Encyclopédie Philosophique Universelle* e também *Enciclopédia Filosófica*.

<sup>3</sup> Por poliádicos entendem-se todos os predicados com mais de um lugar o que, logicamente, inclui os diádicos e os triádicos.

<sup>4</sup> Para um maior aprofundamento de questões relacionadas com as propriedades das relações binárias, veja-se Partee et alii (1990): 39-53, Allwood et alii (1977): 88-91 e também Reese (1996): 31, 213-224.

<sup>5</sup> As propriedades das relações reflexiva, simétrica e conectiva não serão aqui aprofundadas, sendo apenas apresentadas muito sinteticamente a seguir. Assim, por reflexiva entende-se uma “relação  $R$  num conjunto  $A$  (...) sse todos os pares ordenados com a forma  $\langle X, x \rangle$  estão em  $R$  para todo o  $X$  em  $A$ ” (cf. *Dicionário de Termos Linguísticos*). Exemplos de relações reflexivas:

- (i) a. O João é tão grande como a Maria  $\Rightarrow$  A Maria é tão grande como o João
- b. O João é idêntico ao Manel  $\Rightarrow$  O Manel é idêntico ao João.

As relações binárias exemplificadas em (i) opõem-se às de (ii) que são irreflexivas, ou seja, exemplificam um tipo de relação na qual não existe nenhum par ordenado  $\langle X, x \rangle$  cujo primeiro e segundo membro sejam iguais.

- (ii) a. O João é mais alto que o Chico  $\Rightarrow$  \*O Chico é mais alto que o João.
- b. O Chico é pai do Pedro  $\Rightarrow$  \*O Pedro é pai do Chico.

Simétrica é a relação existente entre um  $x$  e um  $y$  e, do mesmo modo, também existe entre um  $y$  e um  $x$ , isto é, uma relação que se estabelece sempre no sentido oposto. Se tal não se verificar, a relação é considerada assimétrica. Em (iii) são apresentados exemplos de simetria e em (iv) de assimetria, nos quais se verifica que para qualquer  $\langle x, y \rangle$  em  $R$ , o par  $\langle y, x \rangle$  nunca está em  $R$ :

- (iii) a. O João é tão grande como o Zé  $\Rightarrow$  O Zé é tão grande como o João.
- b. O Pedro é primo do António  $\Rightarrow$  O António é primo do Pedro.
- (iv) a. O João é maior do que o Zé  $\Rightarrow$  \*O Zé é maior do que o João.
- b. O Francisco é pai do Rui  $\Rightarrow$  \*O Rui é pai do Francisco.

As relações binárias apresentam propriedades de conectividade (apenas Partee et alii 1990 falam em conectividade enquanto propriedade deste tipo de relações) se nessas relações para cada dois elementos distintos  $x$  e  $y$  em  $A$ ,  $\langle x, y \rangle \in R$  ou  $\langle y, x \rangle \in R$ , ou ambas as situações. Ou seja, se em  $A$  o par  $x$  e  $y$  pertence à relação  $R$  e se o par  $y$  e  $x$  também pertence à relação  $R$ , então temos uma relação conectiva.

### 2.1.1. Formalização do conceito de transitividade

Uma relação é transitiva sse “para todos os pares ordenados  $\langle x, y \rangle$  e  $\langle y, z \rangle$ , o par  $\langle x, z \rangle$  também está em  $R$ ” (cf. Partee et alii 1990: 41). Por outras palavras, se dois elementos estabelecem uma relação deste tipo com um terceiro elemento, significa que se trata de uma relação mantida entre todos - se  $a=b$  e  $b=c$ , então  $a=c$  é uma relação transitiva -, sendo que não é imperativo que os elementos da relação  $R$  sejam iguais - a relação  $\langle 2, 2 \rangle$  também é transitiva, na qual  $x=y=2=2$ .

Exemplos de relações transitivas no conjunto dos seres humanos são: *ser antepassado de*, *ser maior do que*, *estar à esquerda de*:

- (2) a. O Francisco é antepassado do João.  
b. O João é antepassado do Pedro.  
⇒ O Francisco é antepassado do Pedro.
- (3) a. A Maria é maior do que a Rita.  
b. A Rita é maior do que a Joana.  
⇒ A Maria é maior do que a Joana.
- (4) a. A Joana está à esquerda do Luís.  
b. O Luís está à esquerda do Ricardo.  
⇒ A Joana está à esquerda do Ricardo.

Quando nenhum destes casos se verifica, diz-se que a relação é intransitiva. Formalmente transcreve-se da seguinte forma: “para nenhum par  $\langle x, y \rangle$  e  $\langle y, x \rangle$  em  $R$ , o par ordenado  $\langle x, y \rangle$  está em  $R$ ” (*Ibidem*). São exemplos de relações intransitivas no conjunto dos seres humanos, *ser mãe de*, *ser pai de*:

- (5) a. A Maria é mãe da Filipa.  
b. A Filipa é mãe da Patrícia.  
⇒ \* A Maria é mãe da Patrícia.
- (6) a. O Zé é pai do Paulo.  
b. O Paulo é pai do Pedro.  
⇒ \*O Zé é pai do Pedro.

---

Exemplo de uma relação conectiva é a relação *maior do que* no conjunto dos numerais integrais positivos definidos pelo conjunto  $Z = \{ 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots \}$  e que diz que para cada  $x$  e  $y$  tanto  $x > y$  ou  $y > x$ .

Contudo, quando uma relação não é transitiva, não implica necessariamente a intransitividade, pode ser simplesmente não transitiva. Por exemplo, dados os conjuntos  $\{<1, 2>\}$  e  $\{<2, 3>\}$  em  $R$ , a relação é não transitiva porque falta o par  $\{<1, 3>\}$ .

No conjunto dos seres humanos, as relações do tipo *admirar*, *desprezar*, *conhecer*, são exemplos de relações não transitivas (cf. Allwood et alii 1977).

- (7) a. O João admira a Maria  
b. A Maria admira a Rita.  
 $\Rightarrow$  (\*) O João admira a Rita.
- (8) a. O António despreza o Rui.  
b. O Rui despreza o Pedro.  
 $\Rightarrow$  (\*) O António despreza o Pedro.
- (9) a. A Rute conhece a Maria.  
b. A Maria conhece a Joana.  
 $\Rightarrow$  (\*) A Rute conhece a Joana.

Os exemplos de relações binárias que caracterizam os predicadores poliádicos podem partilhar mais do que uma propriedade formal.<sup>6</sup> A relação *ser pai de* no conjunto dos seres humanos é, em primeiro lugar, irreflexiva uma vez que ninguém é pai de si próprio; é assimétrica, se um indivíduo  $x$  é pai de um indivíduo  $y$ , nunca pode ser verdade que  $y$  seja pai de  $x$ ; é intransitiva, porque se  $x$  é pai de  $y$  e  $y$  é pai de  $z$ , então  $x$  é avô de  $z$  e nunca pai. Finalmente, esta é ainda não conectiva, uma vez que  $x$  e  $y$  são indivíduos distintos no conjunto dos seres humanos, de modo que nem a relação  *$x$  é pai de  $y$*  nem a relação  *$y$  é pai de  $x$*  são verdadeiras.

A relação *ter a mesma idade que*, manifesta propriedades formais opostas às referidas no parágrafo anterior. Trata-se de uma relação  $R$  reflexiva, uma vez que todos os indivíduos têm a mesma idade entre si; simétrica porque se  $x$  tem a mesma idade que  $y$  então  $y$  tem a mesma idade que  $x$  e transitiva porque  $x$  e  $y$  têm a mesma idade, assim como  $y$  e  $z$ , então  $x$  e  $z$  têm a mesma idade. Por último, caracteriza-se por ser não conectiva, uma vez que existem indivíduos distintos que não têm a mesma idade.

No âmbito da formalização linguística, o conceito de transitividade pressupõe uma relação com três elementos, isto é, implica um predicador que seja poliádico (de

---

<sup>6</sup> As exemplificações que se seguem são extraídas de Partee et alii (1990): 42-43.

dois ou mais lugares), e é esta, sem dúvida, a base filosófica do conceito: um sujeito que passa uma acção a um segundo sujeito diferente do primeiro (normalmente de um actor para um Alvo).<sup>7</sup>

### 2.1.2. As gramáticas tradicionais

A ideia de que a gramática faz parte da filosofia está presente, de igual modo, nos trabalhos dos gramáticos renascentistas. A concepção de transitividade (ou passagem de uma pessoa a outra) é determinada pela presença do verbo, é este que assume o papel central no processo, ligando os elementos da oração (na perspectiva da gramática tradicional, da qual a *Gramática de Port-Royal* foi precursora).

Mas tal simplicidade consegue apenas ser mantida pelo verbo *ser*<sup>8</sup>, na opinião dos gramáticos de Port-Royal, o único verbo que deveria existir. No entanto, da necessidade de julgar, de afirmar os objectos do mundo, vão surgindo, na opinião dos autores, novas palavras que não se limitam a “designar”, mas a expressar sentimentos, “palavra[s] cujo principal emprego é significar a afirmação” (cf. Arnaud & Lancelot 1612-1694: 85) ou, na tradição portuguesa até ao século XIX, o verbo é uma “parte da oração, que significa alguma operação activa, ou passiva, e se conjuga por tempos, modos, e pessoas” (cf. Andrade 1841: 10).

São os verbos que ajudam a “afirmar o mundo” e os objectos. De qualquer forma, apenas se poderão dizer algumas generalidades sobre os verbos transitivos já que o “ser transitivo um verbo depende do modo como a acção que elle significa, é representada na imaginação” (cf. Silva Dias 1970: 40).

Quando usado em gramática, o termo transitivo, do adjectivo latino *transitivus*, queria significar que um termo da oração não se bastava a si próprio, necessitava de outro termo para lhe completar o significado (é um membro da frase não autónomo).

---

<sup>7</sup> Esta concepção de transitividade encontra-se, por exemplo, em Lyons (1968); embora por outras palavras, a classificação semântica dos predicadores depende do número de nominais com os quais ocorrem, pelo que podem ser intransitivos (ou de um lugar) e transitivos (de dois ou mais lugares). Noutra perspectiva, o número de argumentos seleccionados por um verbo corresponde à valência do verbo (cf. Büsse & Vilela 1986, Vilela 1992), ou seja, corresponde à propriedade que um elemento tem de “exigir, permitir, excluir complementos específicos” (cf. Vilela *Ibidem*: 31). Um verbo como *chegar* seria definido como tendo apenas um lugar vazio, o de sujeito, enquanto *escolher* tem dois lugares vazios, o de sujeito e o de complemento directo. Casos há em que não há lugares vazios a preencher, como no caso de verbos como *anoitecer* (cf. *Ibidem*).

<sup>8</sup> Um verbo substantivo (na tradição latina) que exprime um só juízo, ou pensamento, por oposição a verbo adjectivo, que concentra em si próprio propriedades do verbo *ser* e de um participio, com o objectivo de tornar a linguagem menos pesada (*Canto em vez de estou cantando*) (cf. Andrade 1841).

Nas gramáticas do latim<sup>9</sup> o verbo transitivo caracteriza-se pela capacidade de passivizar, por oposição aos intransitivos. Esta é igualmente a ideia vigente nas gramáticas renascentistas, ainda não totalmente libertas da rigidez das normas latinas, como eram as gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540), “simplesmente analógicas”, regendo-se pela forma das gramáticas latinas e com pouca sensibilidade para os problemas específicos da língua portuguesa.

No entanto, a noção de transitividade estava implícita na definição dos verbos adjectivos activos: verbos que passivizam e pelos quais “denotamos fazer algũa óbra que pásse em outra cousa, a quál poemos em o caso acusativo per semelhante exemplo: *Eu amo a verdáde*”, que se opõem aos neutros porque não se convertem em forma passiva e nos quais não há passagem da acção de uma coisa a outra como *estou, ando, venho, vou, fico*” (cf. Barros 1540: 326).

Ora, nestas definições evidencia-se a influência das gramáticas com base filosófica, nas quais não é só a ideia de passivização (enquanto conceito definitório) que sobressai, mas a ideia de passagem da acção a algo, ou seja, a noção de objecto directo. Por outras palavras, o verbo transitivo, nesta linha, tem objecto directo. É também esta a concepção mais significativa, pelo menos nas gramáticas tradicionais.

Vejam-se, por exemplo, os precursores de Port-Royal que definiam a transitividade e a intransitividade como formas de expressar acções que podem, no primeiro caso, mas não no segundo, “transitar” para um objecto. E, para o português, vejam-se as gramáticas filosóficas de Jeronymo Soares Barbosa (1807, 1871) e de João Nunes de Andrade (1841), que referem, igualmente, a existência do termo objecto.

Em Soares Barbosa (1807) (um precursor na nova maneira de pensar a gramática), o verbo transitivo define-se como um verbo que “exprime uma acção que pede um objecto em que se exercite ou uma qualidade relativa, que requer um termo a que se dirije; ou ambas”. E exemplifica: *Amar a Deus, Aproveitar aos homens, Dar o Seu a cujo he* (cf. Soares Barbosa 1807: 57).

Para Andrade (1841), a acção expressa por um verbo transitivo consiste na demanda de um objecto (*Tu renovas a esperança*<sup>10</sup>), por oposição a um intransitivo que exprime uma acção que fica no sujeito que a produz e através da qual não há demanda de objecto nenhum, por exemplo: *Corro* (cf. Andrade 1841: 10).

---

<sup>9</sup> Por exemplo, Freire (1987).

<sup>10</sup> *Esperança* é o objecto de *renovas*.

A este nível transitividade é, então, um fenómeno sintagmático porque se aplica às orações com objecto e, ao mesmo tempo, um fenómeno paradigmático, já que é um conceito aplicável a todos os verbos que podem ter objecto.

A dicotomia transitivo/intransitivo é, pois, definida com base na presença/ausência de objecto, ou seja, na “autonomia do verbo” face aos outros elementos da proposição.

As visões mais conservadoras não encaravam sequer a possibilidade de a “passagem do sujeito ao objecto” ser feita por intermédio de uma preposição (verbos transitivos indirectos). Em Torrinha (1953), os verbos transitivos só têm complemento directo, isto é, a passagem da acção, nos termos definidos anteriormente, é feita directamente. Claro que esta visão redutora da transitividade não era a predominante e a generalidade das gramáticas apresenta a regência verbal como sendo directa (sem preposição) ou indirecta (com preposição), por exemplo: *amar o João* e *amar a Deus*.

Em Cunha (1975) os verbos transitivos (que requerem a presença de um elemento de valor substantivo para lhes completar o sentido) podem, no que toca à regência verbal, ser directos ou indirectos, por outras palavras, com ou sem recurso à preposição. É, pois, ideia geral que “o processo verbal não está integralmente contido [nas formas verbais]”, como em *Ele não me agradece* (cf. Cunha & Cintra 1984: 137), mas transmite-se a outros elementos, uma vez que “a acção (...) vai além do verbo”, por exemplo, *Vou ver o doente* (*Idem*).

Uma questão de paralelismo sintáctico liga os verbos transitivos à noção de agentividade. De facto, semanticamente, um verbo transitivo é tido como indiciador de uma actividade exercida pelo sujeito que se associa necessariamente à ideia de Agente. O DP<sup>11</sup> Agente (deixando de lado os Agentes atmosféricos e outros Agentes físicos) é, pois, identificado como sendo dotado de vontade em relação à ideia expressa pelo verbo, daí apenas DPs com o traço [+animado] poderem ser potenciais Agentes numa dada oração. De acordo com Jackendoff (1972) a função semântica de Agente é sempre representada na posição mais alta na estrutura.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Sempre que usamos a categoria DP estamos a assumir a hipótese de DP, segundo a qual os nomes, à semelhança dos verbos, projectam uma categoria funcional (Abney 1987), como consequência estamos a assumir, igualmente, a categoria DP como equivalente nominal de CP. Sempre que usamos o termo NP, queremos dizer que estamos a ter em conta a categoria lexical, abstraindo da estruturação interna à mesma.

<sup>12</sup> cf. a Hierarquia Temática (Jackendoff 1972 com base em Gruber 1965): (Agente (Experienciador) (Alvo/Fonte/Localização) (Tema/Paciente))).

Do ponto de vista linguístico, os pressupostos teóricos até ao momento considerados aplicam-se à grande maioria de predicados de dois lugares, ou sintacticamente transitivos, mas não a todos. Veja-se a oposição entre *hit* e *hear* (cf. Robins 1964):

- (10) a. I hit you.  
b. I hear you.

Os exemplos de (10) mostram que as relações estruturais de sujeito e objecto nem sempre correspondem às mesmas relações semânticas. Em (10a) há *passagem* da acção de um Agente (*I*) para um Alvo (*you*), mas em (10b) passa-se exactamente o oposto, o que o suposto Agente (*I*) ouve é enviado por uma Fonte (*you*).

Com verbos como *queimar* (*O João queimou o livro*), *ferir* (*O João feriu a Maria*), etc., verifica-se, do mesmo modo, a passagem da acção de um Agente (que ocorre na posição mais alta) a um Alvo. Mas com verbos da classe de *temer* (os ditos psicológicos; *O João teme o tigre*), não é o que se observa. Neste caso o objecto gramatical (*o tigre*) é causa enquanto que o elemento que ocorre na posição de sujeito gramatical é o que sofre a acção. No caso dos verbos psicológicos como *temer*, *amar*, *preocupar*, não se observa a presença de um Agente, pelo que o argumento na posição de sujeito é um Experienciador (cf. Belletti & Rizzi 1988).

O modelo “activo” (o exercer de uma acção sobre o objecto) da gramática tradicional parece não funcionar em todas as situações. Vázquez Cuesta (1971) falava da dificuldade em traçar uma linha divisória entre as duas classes de verbos, uma vez que os transitivos podem ser usados intransitivamente:

- (11) a. comer pão / beber vinho.  
b. O doente não come nem bebe. (Vázquez Cuesta 1971: 518)

Assim como os intransitivos podem ter comportamentos transitivos. Em (12) temos exemplos de construções sintacticamente transitivas, embora semanticamente não sejam consideradas como tal (casos de “falsa transitividade”):

- (12) a. Dormiu um belo sono.  
b. Chorou lágrimas amargas. (*Idem*)

- c. Correu perigo.
- d. Suou as estopinhas.
- e. Andou quilómetros.

Também Fernandes (1940) aponta dificuldades na distinção entre as duas classes de verbos. Como classificar (13a) em comparação com (13b)?

- (13) a. O João lavou o carro.  
b. O João apanhou uma constipação.

No primeiro exemplo parece haver “transmissão” de uma acção ao objecto, mas no segundo a acção parece passar ao sujeito.<sup>13</sup> Semanticamente o elemento que ocorre na posição de sujeito em (13b) é o que “sofre” a acção, não é o Agente (nos termos definidos nos parágrafos anteriores).

Também John Lyons refere alguns casos em que um mesmo verbo pode entrar em construções transitivas e em construções intransitivas. Por exemplo, o verbo *move* (cf. Lyons 1968: 352):

- (14) a. John moved.  
b. John moved the stone

Segundo Lyons, a construção transitiva da frase (14b) é sintacticamente derivada através da transformação causativa que introduz o elemento agentivo na oração que contém o verbo intransitivo *move* de (14a).<sup>14</sup>

Também verbos como, por exemplo, *comer* e *beber*, embora lexicalmente transitivos, ocorrem em construções intransitivas. Mas se de facto a forma verbal transitiva precisa de algo para lhe completar o sentido, como se explica o exemplo de (15a) por oposição a (15b)?

- (15) a. O João comeu às 13 horas.  
b. O João comeu o bolo.

---

<sup>13</sup> cf. também Marrafa (1985).

<sup>14</sup> Também Lyons (*Ibidem*), quando refere a noção tradicional de sujeito, o associa à ideia de Agente, tanto nas orações transitivas, como intransitivas.

Os verbos como *comer* e *beber*, quando usados intransitivamente (15a), seleccionam argumentos que são constantes, nestes casos, COMIDA e BEBIDA, respectivamente.<sup>15</sup> Na sintaxe, contudo, estes podem ou não ser realizados, pois os verbos seleccionam opcionalmente um SN ([— (SN)]) (cf. Zubizarreta 1986). Por outras palavras, semanticamente são sempre transitivos, uma vez que, mesmo quando o seu complemento não é realizado, ele é interpretado como uma constante: algo bebível, para *beber*, e algo comestível, para *comer*.

Para concluir esta secção, interessa distinguir entre construções com objectos nulos e construções com objectos cognatos, uma vez que são situações distintas. Na análise tradicional (Huang 1984, Raposo 1986), a construção de objecto nulo caracteriza-se pela elisão do argumento interno directo nominal<sup>16</sup>, o que equivale a dizer que apenas verbos semanticamente transitivos permitem este tipo de construção (como o dado em (15)). Relativamente a objectos cognatos, estes ocorrem com verbos inergativos, verbos que, lexicalmente, não subcategorizam um objecto directo (OD), mas têm a capacidade de atribuir Caso acusativo, embora não façam uso da mesma (cf. (12)), o que os distingue dos inacusativos (Burzio 1986).

Este é um assunto a que regressaremos no próximo capítulo sobre a inacusatividade, embora nos parecesse pertinente fazer aqui a distinção entre verbos semanticamente transitivos e verbos semanticamente inergativos. Enquanto aqueles podem ser usados intransitivamente porque a realização do objecto directo, embora fazendo parte da estrutura argumental, pode ser opcional na sintaxe, sendo a posição vazia associada ao OD interpretada, quer discursivamente, quer através de constantes (como nos exemplos (15)), os verbos inergativos podem ser sintacticamente transitivos, sendo que esta é uma possibilidade que decorre do facto de serem verbos acusativos.

### 2.1.3. A gramática generativa

Nos estudos da gramática generativa iniciados com a Teoria Standard e a Teoria Standard Alargada (Chomsky 1965), considera-se que a caracterização sintáctica e semântica de cada verbo é dada pela respectiva entrada lexical, na qual são definidas as

---

<sup>15</sup> Em Lyons (*Ibidem*) estes verbos são inerentemente transitivos, pelo que o objecto pode ser elidido.

<sup>16</sup> Para uma extensão desta análise a outros casos, veja-se Costa e Duarte (2001). Muito sucintamente, os autores propõem, contrariamente à análise tradicional, que qualquer VP não máximo ou um seu subconstituente pode ser um objecto elidido, baseados em evidência fornecida por construções semi-pseudo-clivadas como *O João leu foi o livro*.

propriedades de selecção sintáctica e semântica (estrutura de subcategorização e estrutura argumental ou temática, respectivamente).

Um verbo transitivo (na linha do que tem sido dito até ao momento), cuja sequência V+DP é bem formada, é marcado positivamente na configuração [— DP]. Trata-se da classe de verbos que denotam uma actividade ou evento e que requerem dois participantes/argumentos. No caso dos intransitivos, a estrutura de subcategorização não contempla o complemento nominal sendo, por isso, representada apenas pelo traço contextual entre parênteses rectos: [—]. São verbos que, tal como os transitivos, denotam uma actividade ou evento mas, ao contrário daqueles, requerem semanticamente apenas um participante/argumento (sintacticamente o sujeito). É exactamente a natureza semântica deste único argumento seleccionado por um verbo intransitivo (que é o sujeito) que pode mudar consoante o tipo de actividade/evento. Assim, em *O João correu*, o sujeito tem o papel semântico (ou  $\theta$ ) de Agente, enquanto em *O leite ferveu* o papel- $\theta$  do sujeito já é Tema semântico.<sup>17</sup>

Na caracterização das classes verbais realça-se a importância das relações temáticas (ou semânticas) entre o verbo e os DPs seus argumentos.

Assim, por exemplo, o verbo *comer* teria a seguinte estrutura argumental: *comer*:  $x, y$  (onde  $x$  é interpretado como Agente [+animado, +vontade] e  $y$  como Tema [-animado]), que se traduz na subcategorização [— DP].

Deste modo, o contraste que se verifica em (16) mostra que o argumento na posição de sujeito da oração (16a) é o Agente com a interpretação [+animado, +vontade], pelo que a oração é bem-formada, enquanto em (16b) o argumento realizado nessa mesma posição é o Tema, cuja interpretação [-animado] é incompatível com a leitura agentiva associada ao verbo *comer*.

- (16) a. O João comeu o bolo.  
b. \*O bolo comeu o João.

A gramática generativa recupera da gramática tradicional as relações gramaticais Sujeito-Verbo-Objecto, e defende que a estrutura sintáctica subjacente é o reflexo das relações semânticas básicas: (Agente) V Tema. Considera-se, igualmente, que o número de entradas lexicais diminui, uma vez que para cada verbo existe apenas

---

<sup>17</sup> Estas diferenças que se podem encontrar no seio da classe dos verbos intransitivos serão analisadas mais em detalhe em 2.2.

uma entrada lexical. Quando um verbo ocorre em construções de tipos diferentes não significa que se trate de verbos diferentes, porque o seu conteúdo proposicional é o mesmo, residindo a única diferença na realização sintáctica, ou não, dos argumentos. Trata-se, segundo Fillmore, de sinonímia conceptual com diferentes possibilidades combinatórias o que explica as frases de (17):<sup>18</sup>

- (17) a. The door will open  $\Rightarrow$  Objecto = Sujeito superficial  
b. The janitor will open the door  $\Rightarrow$  Agente [+animado] = Sujeito<sup>19</sup>

Em (17a) ocorre apenas o sujeito de superfície seguido dos verbos na sequência S V; em (17b) temos o caso típico da oração transitiva, com a sequência S V O.

Jackendoff (1972)<sup>20</sup> explica contrastes como os de (17) tendo em conta duas relações semânticas primordiais: CAUSA e MUDANÇA. Em relação à primeira, trata-se de uma relação semântica com dois argumentos, um individual e um evento. O individual é o causador do evento. Quanto à MUDANÇA, relaciona três argumentos: um individual, um estado inicial e um estado final. A aplicação destes conceitos aos dados observados mostra que o Agente é o argumento individual de CAUSA e o Tema o argumento individual de MUDANÇA. Fonte e Alvo são, respectivamente, os argumentos estados iniciais e finais de MUDANÇA.

Em (17a) o argumento sujeito é interpretado como Tema (com o traço semântico [- animado]). Por seu lado, em (17b) o argumento sujeito é interpretado como Agente (dotado dos traços semânticos [+animado, +vontade]), uma vez que o predicado se caracteriza pelas funções semânticas de CAUSA e MUDANÇA. O Agente controlador e motivador da acção é o argumento de causa do EVENTO, ou seja, o EVENTO é provocado pelo Agente, o que causa a MUDANÇA de Estado, neste caso a abertura da porta.<sup>21</sup> Deste modo, as diferenças entre construções agentivas (17b) e construções não agentivas (17a) reside no facto de o sujeito ser ou não o Agente.

---

<sup>18</sup> cf. Fillmore (1968a, 1968b, 1969) e Fillmore & Langedoen (1971).

<sup>19</sup> Foi igualmente com base nos exemplos de (17) que Fillmore criticou os conceitos de sujeito e de objecto de Chomsky (1965), para quem estes seriam universais linguísticos (isto é, noções de estrutura profunda), por oposição ao que a semântica generativa considerava serem noções puramente formais (ou seja, de estrutura de superfície).

<sup>20</sup> O autor considera que a entrada lexical de um verbo permite, como vimos anteriormente, correlacionar relações gramaticais e temáticas.

<sup>21</sup> Desclês (1985, 1990) considera que há transitividade semântica quando um Agente efectua, directa ou indirectamente, uma acção que controla; acção essa que afecta um Paciente que sofre, ou uma mudança de posição, ou uma mudança de estado.

Algumas construções revelam que pode ainda haver coincidência de funções semânticas. Assim, com verbos como *dar*, *enviar*, etc., o Agente é também Fonte da Deslocação do Tema, e no caso de verbos como *pedir*, *comprar*, etc., o Agente é Alvo. Trata-se de “casos de coincidência do argumento Agente da função semântica de CAUSA com um dos argumentos da função semântica de MUDANÇA” (cf. Xavier 1989: 106). Esta associação de papéis- $\theta$  (Agente+Fonte e Agente+Alvo) dá origem a papéis- $\theta$  complexos atribuídos pelo sintagma verbal ao seu argumento externo.<sup>22</sup> No entanto, se a atribuição de papel- $\theta$  aos argumentos internos (ou complementos) por parte do verbo parece não ser problemática, a forma como este é atribuído ao sujeito pode ser mais complicada. Marantz (1984) e Chomsky (1986a) defendem que não é o verbo sozinho que atribui o papel- $\theta$  externo ao sujeito mas antes o constituinte V', ou seja, o verbo em conjunto com os complementos. E a provar esta ideia estão exemplos como *John broke his arm*, por oposição a *John broke the window* (Chomsky 1986a: 59). Se no segundo exemplo o sujeito de *break* é claramente Agente, no primeiro caso é Experienciador, e estas interpretações semânticas dependem claramente da natureza do argumento interno seleccionado pelo verbo.

A classificação verbal bipartida tradicional - verbos transitivos e intransitivos - revela-se insuficiente para dar conta do comportamento de todos os verbos e os exemplos de (18) são bem a prova disso mesmo:

- (18) a. O João leu o livro.  
b. O João chegou.  
c. O João estudou afincadamente.

A selecção sintáctica por si só, ou melhor, os traços de subcategorização dos verbos, não são suficientes para explicar as diferenças entre as orações de (18). O valor semântico da relação sintáctica Verbo-Objecto tem de ser levada em linha de conta, bem como as restrições de selecção de certos elementos nominais com determinados verbos, em função da presença/ausência de certos traços semânticos.<sup>23</sup> Em (18a) *O*

---

<sup>22</sup> Esta proposta de Jackendoff (1972) (que a um argumento pode corresponder mais de uma função- $\theta$ ) não contraria a biunivocidade proposta pelo Critério- $\theta$  de Chomsky (1981), uma vez que se trata de uma função- $\theta$  complexa atribuída por um único predicado a uma única posição. Recorde-se que a biunivocidade do Critério- $\theta$  visa impedir que um argumento receba funções- $\theta$  de duas posições distintas, isto é, de dois predicadores distintos.

<sup>23</sup> Cf. Levin & Rappaport Hovav (1995).

*João* é Agente controlador do EVENTO e actua sobre um Tema (*o livro*) que sofre uma Mudança/Deslocação; em relação a (18b) *O João* é Tema de um verbo de Localização; enquanto em (18c) o SN *O João* possui, mais uma vez, o papel- $\theta$  de Agente.

Vejam-se então os exemplos de (19):

- (19) a. \*O livro leu o João.  
b. O livro chegou.  
c. \*O livro estudou afincadamente.

Nestes exemplos, o argumento que ocorre na posição de sujeito das orações é caracterizado como [-animado], pelo que é incompatível com a interpretação [+animado, +vontade] associada ao argumento Agente de predicados como *ler* e *estudar* que são Agentivos, o que explica (19a) e (19c) serem agramaticais, mas é compatível com a interpretação do argumento Tema seleccionado por *chegar* (19b).

Para alguns autores a possibilidade que certos verbos têm de coocorrer com determinados nomes torna impossível a dissociação entre léxico e sintaxe prevista no Princípio de Projecção,<sup>24</sup> bem como o recurso aos papéis- $\theta$  das grelhas- $\theta$  de cada verbo.<sup>25</sup> Interessa, a este propósito, insistir na avaliação do valor semântico da relação sintáctica que se estabelece entre verbo e argumentos, bem como as restrições e/ou aptidões de ocorrência de certos elementos nominais com certos verbos em função da presença/ausência de certos traços semânticos.

Para dar conta de exemplos como os de (18) assume-se a classificação verbal tripartida: verbos transitivos, intransitivos e inacusativos. Seguindo Hoekstra (1984) podemos definir um verbo transitivo como um verbo que, semanticamente, selecciona um argumento externo (tipicamente o Agente) e um argumento interno (o Tema), categorialmente representado como complemento [— DP] (exemplo (18a)). Esta última característica distingue os verbos transitivos dos intransitivos que não seleccionam um complemento DP, estruturalmente são [—] (exemplo (18c)). Por último, (18b) representa a classe dos verbos inacusativos<sup>26</sup>, que seleccionam um DP argumento

---

<sup>24</sup> O Princípio de Projecção diz, no essencial, que as representações sintácticas são projectadas do léxico e que devem respeitar as propriedades de selecção de cada item lexical (cf. Chomsky 1981).

<sup>25</sup> A cada verbo corresponde uma grelha- $\theta$ , mesmo no caso de verbos sinónimos mas que têm diferentes comportamentos sintácticos (cf. Hale & Keyser 1993 e Levin & Rappaport Hovav 1995, por exemplo).

<sup>26</sup> cf. Perlmutter (1978). Em Burzio (1986) e também Eliseu (1984), estes verbos são designados por ergativos.

interno (o Tema) [— DP], ao qual não atribuem caso estrutural acusativo, e que funciona como sujeito da oração.

Vimos, pois, que argumento interno e argumento externo têm estatutos diferentes do ponto de vista sintáctico. Se o primeiro apresenta um grau de “coesão” maior com o verbo, o mesmo não se poderá dizer do segundo, pelo que pode ser mais facilmente omitido nas LSN.<sup>27</sup> Numa construção transitiva canónica, como vimos, o argumento interno corresponde normalmente ao OD, enquanto que o argumento externo corresponde ao sujeito. Williams (1995) afirma mesmo que o argumento sujeito tem um estatuto especial relativamente aos outros argumentos de um predicado. Estruturalmente não é constituinte irmão do verbo, mas da projecção máxima que contém o verbo, enquanto que os outros argumentos ocorrem dentro da projecção máxima que contém o verbo, por isso é considerado o argumento externo, por oposição a interno. Para além disso, se pode haver mais de um argumento interno associado a cada verbo, o mesmo não se pode dizer do argumento externo, que é único.

E insistimos no termo “construção transitiva canónica” porque com outros tipos de construção, ou com outros verbos, esta correspondência pode não se verificar, o que ficou provado com os exemplos em (18).

Se, neste modelo de Princípios e Parâmetros, as representações sintácticas são projectadas do léxico, em termos minimalistas, a estrutura sintáctica de uma construção transitiva é obtida aplicando COMPOR, de acordo com a informação da estrutura argumental do verbo, sendo que os itens lexicais que entram na composição de uma frase são elementos nucleares que compõem a Numeração. Nesta óptica, todos os verbos transitivos, que exprimem a noção de causatividade/ou agentividade (Hale & Keyser 1993), têm a configuração *v*-VP sendo que o V, por si só é monoargumental. Isto significa que o argumento externo de uma construção transitiva típica é argumento de *v* e não de V (*v* selecciona VP), o que caracteriza *v* quase como uma marca de transitividade (Chomsky 1993, 1995).<sup>28</sup> À luz do Programa Minimalista, este *v* mais

---

<sup>27</sup> De acordo com Grimshaw (1990), o argumento externo é sempre o argumento mais proeminente na estrutura argumental de um predicado (estrutura essa que é projectada a partir da estrutura léxico-semântica e que, por sua vez, vai derivar a estrutura profunda do predicado), enquanto que os argumentos internos concorrem entre si.


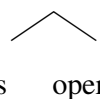
<sup>28</sup> Como iremos ver no capítulo seguinte, o núcleo *v* só está presente na derivação sintáctica de estruturas transitivas e inergativas (o correspondente a AgrO, na hipótese da flexão dividida, ‘split infl’) porque em ambas há duas selecções. Se, no caso das transitivas, as duas selecções correspondem, uma ao argumento interno do predicado e outra ao argumento externo, nas inergativas também há duas selecções só que uma delas, a primeira (que corresponde ao primeiro argumento a ser seleccionado do léxico, o argumento interno) não se vê (Hale & Keyser 1993). Ou seja, todos os inergativos são transitivos, só que a sua

alto é um verbo leve (“light verb”<sup>29</sup>) com uma interpretação abstracta, consoante a interpretação semântica do verbo lexical do VP mais baixo (agentivo, eventivo, ...) seu complemento e que a ele se adjunge. Este elemento distintivo de tipo verbal vai ser responsável pela atribuição dos papéis semânticos normalmente associados aos argumentos externos, daí a sua conotação com a transitividade. Deste modo, a estrutura argumental de um verbo vai ser satisfeita pela aplicação de regras sucessivas, que começam pelo argumento interno. Consideremos a numeração em (20).<sup>30</sup>

(20) {operários, o, construíram, os, avião, ... }

A partir da qual, sucessivas aplicações de COMPOR vão derivar (21) ou, esquematicamente, (22):

(21) a. COMPOR: o + avião = {o avião}  
 b. COMPOR: os + operários = {os operários}

(22) a.  b. 

Conforme foi referido, se a estrutura argumental do verbo deve ser respeitada e ter reflexos na sintaxe, o mecanismo COMPOR<sup>31</sup> vai concatenar em primeiro lugar o predicado verbal com o argumento interno e, em segundo lugar, o resultado da primeira composição (predicado+argumento interno) com o argumento externo.

(23) COMPOR: construíram + {o, avião} = {construíram, {o, avião}}

(24) COMPOR: {os, operários} + {construíram, {o, avião}}  
 = {{os, operários}, {construíram, {o avião}}}

---

primeira selecção não se vê. Significa isto que o que existe, à luz da teoria, são verbos com uma selecção (os inacusativos, que seleccionam um complemento) e verbos com duas selecções (os transitivos e os inergativos, que seleccionam um complemento e um especificador).

<sup>29</sup> Ou “Voice”, para Kratzer (1996).

<sup>30</sup> A exemplificação que a seguir se apresenta foi apresentada por Raposo (1998) (notas do seminário “Modelos Teóricos da Linguística II”, UNL)

<sup>31</sup> A regra de CONCATENAÇÃO de itens do léxico, ou COMPOR, é uma operação conceptualmente necessária a todas as teorias linguísticas, e significa, no SISTEMA COMPUTACIONAL, pôr as palavras umas a seguir às outras (Chomsky 1995).

Em (23), a 1ª selecção do verbo não forma um argumento mas sim um predicado complexo V' (o V mais o argumento interno), a 2ª selecção de um argumento com valor semântico de Agente, que é o argumento externo, compõe o VP.

A transitividade é, deste modo, quase um universal representado pelo núcleo  $v$  que, com C e T, formam o conjunto dos núcleos funcionais da frase (Chomsky 1998). Mas, enquanto estes, à luz da teoria, podem ser interpretados como Modo (“Mood”)/Força(“Force”) e Tempo (“Tense”)/Aspecto(“Aspect”), respectivamente, o núcleo  $v$  é um núcleo apenas associado à transitividade. Este núcleo funcional não tem, pois, matriz fonológica, mas tem matriz semântica e gramatical<sup>32</sup> (que lhe confere a ideia de causatividade/agentividade), pelo que afigura-se de um estatuto muito particular, ou seja, tem propriedades de selecção que lhe permitem seleccionar um VP.

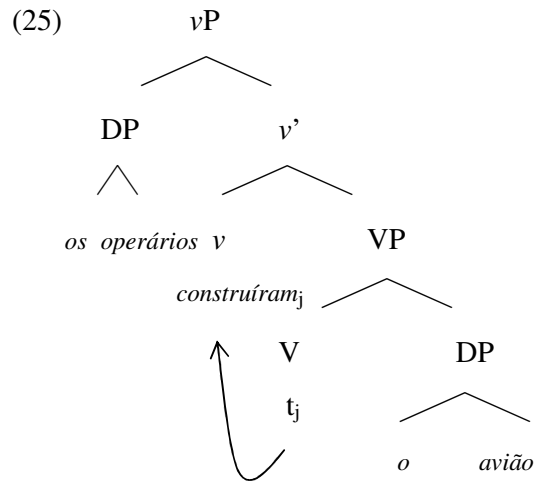
Esta explicação é tornada possível com recurso à noção de ‘conchas-VP’ (‘VP-shell’), ideia inicialmente proposta por Larson (1988) para dar conta das construções de duplo objecto no inglês. Segundo Larson, a representação sintáctica dos verbos transitivos deve compreender posições para todos os seus potenciais argumentos. Assim, de acordo com esta análise, na representação de um verbo como *give* ( $x$ , *give*,  $y$  a  $z$ ), na posição de [Spec, VP] está o argumento Tema ( $y$ ), na de complemento está o argumento Alvo ( $z$ ), enquanto o argumento Agente ( $x$ ) é projectado na posição de especificador do VP mais alto. Claro que nem todos os argumentos são sempre projectados, podendo ficar posições por ocupar na estrutura, mas esta ideia decorre da interpretação que Larson faz da Teoria Temática. Segundo o autor, se um predicado  $x$  determina  $n$  papéis temáticos, vai consequentemente determinar o mesmo número de posições argumentais, independentemente de serem esses papéis temáticos atribuídos a essas posições ou não.

A noção de concha pressupõe, então, que a estrutura interna dos VPs seja uma estrutura complexa. E é complexa porque compreende um VP mais encaixado que forma uma concha com o VP mais elevado. Os complementos são, pois, projectados internamente a VP em distintas conchas (cf. Larson 1988, 1990; Cinque 1999; Kayne 1994; Chomsky 1995; e. o.), o que significa que vão existir argumentos gerados dentro do VP mais alto (os que são caracterizados como Agentes), enquanto outros (os Temas) são gerados dentro do VP mais baixo. Em termos de economia, e conforme foi referido acima, só são projectadas as categorias sintácticas realmente necessárias para que a

---

<sup>32</sup> Para Larson (1988), no entanto, este núcleo  $v$  (mais alto na estrutura) não tem qualquer conteúdo, é apenas uma posição para a qual um verbo mais baixo pode subir.

derivação seja bem sucedida. A configuração relevante no caso de um verbo transitivo como *construir* seria a que a seguir se representa:



Quer isto dizer que, no caso de estruturas inacusativas, como iremos ver no capítulo seguinte, o *vP* mais alto não é necessário, uma vez que não há argumentos de tipo Agente na Numeração<sup>33</sup> dos verbos que derivam este tipo de estrutura.<sup>34</sup>

#### 2.1.4. Testes empíricos da transitividade

À definição do conceito de transitividade veiculada pelas gramáticas tradicionais (que se baseava na noção de actividade e na capacidade que os verbos tinham de passivizar), acrescentaram-se os contributos de estádios iniciais da GG, que caracteriza um verbo transitivo pela sua capacidade de relacionar dois argumentos - um externo e um interno (um verbo transitivo é um predicado de, pelo menos, dois lugares).

É igualmente interessante contrastar os referidos diagnósticos de transitividade com os que a classificação tripartida das classes verbais veio introduzir no âmbito dos

<sup>33</sup> No entanto, nem sempre isto assim acontece. Segundo Radford (1997), há estruturas inacusativas que necessitam recorrer às conchas internas a VP por forma a dar conta de derivações com sujeitos pós-verbais em inglês, uma vez que se assume, à luz do Programa Minimalista, que o sujeito de um verbo inacusativo é gerado na posição de especificador de VP, ou seja, na posição de especificador do verbo lexical. Iremos ver mais em detalhe a derivação deste tipo de estruturas no capítulo 4.

<sup>34</sup> No entanto, em Chomsky (1999) o núcleo funcional *v* já está presente em todas as estruturas, e apenas a posição de especificador desse núcleo [Spec, *vP*] é que existe apenas em construções transitivas. Para Chomsky (2001), *v* defectivo (o *v* das construções inacusativas) é uma fase fraca, o que significa que não tem posição EPP como alvo para o movimento de constituintes. No entanto, esta diferente formulação não tem consequências para o que estamos a assumir.

estudos sintácticos. Para além de ter a capacidade de passivizar e de seleccionar um objecto directo, um verbo transitivo passa determinados testes empíricos.

Um verbo numa oração transitiva pressupõe, então, a existência de um argumento externo e de um argumento interno, podendo este ser substituído por um pronome acusativo:

- (20) a. O João comprou um livro / O João dançou uma valsa  
b. O João comprou-o / O João dançou-a

A construção de participio absoluto é possível com verbos transitivos, bem como com verbos inacusativos, já que o constituinte nominal que segue a forma de participio passado é o objecto directo (Tema), o único argumento que ocorre nestas construções, veja-se (21).

- (21) a. Lido o livro, o João foi brincar / Falida a empresa, o João reformou-se  
b. \*Lido o João, o livro foi brincar / \* Falido o João, a empresa reformou-se

Para além disso, o participio passado dos verbos transitivos e inacusativos pode ocorrer em posição predicativa, veja-se (22), e também atributiva, como em (23) (tal como no exemplo (21), em que também só ocorre o argumento interno (Tema)).<sup>35</sup>

- (22) O livro está lido / A empresa está falida  
(23) O livro lido é interessante / A empresa falida é desinteressante

Deste modo, a transitividade partilha com a intransitividade a existência do argumento externo e partilha com a inacusatividade a existência do argumento interno, resultando, portanto, da selecção simultânea destes dois argumentos. Este facto explica que os testes empíricos de (20) a (23) não sejam exclusivos de verbos transitivos, permitindo, por exemplo, que um verbo intransitivo ocorra no mesmo tipo de

---

<sup>35</sup> A exemplificação que se segue tem por base o trabalho de Eliseu (1984), que será abordado mais em detalhe em 2.2.5.3.2., a propósito da inacusatividade em português.

construção que um verbo transitivo (20) e que também verbos transitivos e inacusativos ocorram no mesmo tipo de construções (21 a 23).<sup>36</sup>

A partir de verbos transitivos é igualmente possível formar adjectivos em *-vel* (24) e nominalizações com o sufixo de natureza agentiva *-or* (25):

(24) O livro é legível.

(25) Ler  $\Rightarrow$  Leitor

Estes são testes empíricos que são válidos para o PEC, mas que noutras línguas não desencadearão o mesmo tipo de comportamento, pelo que voltaremos a este assunto na secção 2.2. sobre a inacusatividade.

### 2.1.5. Considerações finais

Alguns dos testes sintácticos utilizados como “testes empíricos de transitividade” evidenciam determinadas características semânticas do verbo (acção, processo), do sujeito ([ $\pm$  animado,  $\pm$  vontade]) e do objecto, ou seja, revelam as propriedades de selecção do verbo. Verifica-se que, em comparação com o que era veiculado pela gramática tradicional, a transitividade não se limita a um processo de “passagem” nem à mera capacidade que um verbo tem de seleccionar um complemento directo.

A concepção linguística de transitividade implica que a distinção entre construções e/ou verbos transitivos/intransitivos ou inergativos, por um lado, e inacusativos, por outro, é feita com base na capacidade de selecção, ou não, de um sujeito- $\theta$ . Conforme se pôde observar nos exemplos anteriores, esta definição funciona e “transitivity is regarded no longer as a property of combining with an NP to form a VP [...], but rather as having an external  $\theta$ -role” (Hoekstra 1984: 227).

Deste modo, concluímos que a caracterização de uma construção transitiva resulta de propriedades de natureza sintáctico-semântica, como a subcategorização de um constituinte nominal acusativo ([— DP]) e a existência de um sujeito- $\theta$ , correspondendo ao número e tipo de argumentos seleccionados pelo verbo - dois argumentos: um argumento interno, tipicamente Tema, e outro externo, tipicamente Agente.

---

<sup>36</sup> cf. Eliseu (1984): 9-22.

## 2.2. A inacusatividade

Na secção 2.1. vimos como a gramática tradicional distingue dois tipos de oração simples: orações transitivas e orações intransitivas. Um predicado transitivo caracteriza-se por possuir dois argumentos, o Tema e o Agente, e por subcategorizar um constituinte de tipo nominal (directo, indirecto ou ambos), enquanto que os intransitivos têm apenas um argumento Agente. Ambos os critérios, sintáctico e semântico, classificam como factor distintivo entre as duas classes de verbos o facto de subcategorizarem um argumento Tema. No entanto, existem verbos que possuem apenas um argumento com a relação temática Tema, pelo que não se enquadram em nenhum destes grupos, os denominados inacusativos.

A noção lógica de transitividade que resolvemos adoptar neste trabalho e que tem por base a ideia de sujeito-Agente, (Hoekstra 1984), tem como factor distintivo a atribuição de papel- $\theta$  ao sujeito sintáctico da oração por parte do predicado.

Também vimos que, nos primórdios da análise proposta pela GG (nomeadamente em Chomsky 1965), o que permitia distinguir entre predicados transitivos e intransitivos era a capacidade que estes tinham, ou não, de seleccionar um DP objecto (um predicado transitivo relaciona dois argumentos, seria um predicado de dois lugares na terminologia de Chomsky 1995, enquanto que o intransitivo é um predicado de apenas um lugar, comumente o sujeito sintáctico). Mas casos há em que não é possível distinguir entre OD e objecto indirecto (OI)<sup>37</sup> e, para além disso, também há certos modificadores adverbiais, isto é, adjuntos verbais ou frásicos, que podem tomar a forma de um DP.<sup>38</sup>

Hoekstra (1984), e.o., apresenta testes sintácticos que pretendem demonstrar a diferença, para o holandês, entre verbos transitivos e intransitivos. Em primeiro lugar, os transitivos seleccionam o auxiliar aspectual *hebben* (*to have*) e os intransitivos o auxiliar *zijn* (*to be*).<sup>39</sup> Por exemplo:

- (26) a. dat Jan    zijn    werk    klaar heeft. (Hoekstra *Ibidem*: 171)  
          que o-João o seu trabalho feito tem  
          ‘que o João tem feito o seu trabalho’

<sup>37</sup> Nomeadamente nas línguas sem distinção casual (cf. Hoekstra 1984).

<sup>38</sup> Cf. Hoekstra *Ibidem*.

<sup>39</sup> Para o italiano, Perlmutter (1978), Rizzi (1982) e também, como veremos, Burzio (1986), mostram que as orações transitivas seleccionam o auxiliar *avere* (*Giorgio ha mangiato il formagio* vs. \**Giorgio è mangiato il formagio*) e as intransitivas seleccionam o auxiliar *avere* ou o auxiliar *essere*.

b. het kanaal waar wij over zijn gezwommen. (*Idem*: 171)  
*o canal onde nós sobre somos nadados*  
'o canal onde (nós) tínhamos nadado'

Os verbos transitivos atribuem Caso ao DP que se encontra na posição de sujeito (que é uma posição- $\theta$ ), isto é, atribuem papel- $\theta$  ao sujeito sintáctico, pelo que são capazes de atribuir Caso a um DP regido por si.

A estrutura interna das frases é, assim, determinada pelo Princípio de Projecção e pelo Critério- $\theta$ , sendo a estrutura-D, ou estrutura profunda, ou ainda, em termos minimalistas, a Numeração, uma projecção das propriedades seleccionais e de subcategorização dos núcleos lexicais. Por outras palavras, é no léxico que é determinada a estrutura argumental de um predicado.

Julgamos ter deixado clara no capítulo anterior a distinção entre transitivos e intransitivos, ou inergativos, bem como os problemas criados pela análise tradicional quanto à classe verbal bipartida. Quanto aos inacusativos são, tradicionalmente, predicados de um só lugar, lugar esse que não é saturado pelo argumento externo, ou seja, derivam uma estrutura equivalente à das passivas (que analisaremos em detalhe no capítulo 4, dedicado à descrição das construções inacusativas).

Já foi possível constatar, até pelo enquadramento teórico, que mantemos a tipologia tripartida das classes verbais, a saber: transitivos, inergativos e inacusativos, usando a terminologia de Perlmutter (1978)<sup>40</sup> (apesar de autores como Burzio 1986 e Eliseu 1984 falarem de verbos ergativos para se referirem aos inacusativos, mas essa é uma terminologia mais restritiva); uma vez que concluímos que a bipartição entre verbos transitivos (os que seleccionam um sujeito e um objecto) e intransitivos (que seleccionam um sujeito), da chamada gramática tradicional, não dá conta dos níveis distintos de análise.<sup>41</sup>

### **2.2.1. A Hipótese Inacusativa e a Generalização de Burzio**

A diferença entre os dois tipos de orações intransitivas – inergativas e inacusativas – é captada no quadro teórico da Gramática Relacional pela que se designou chamar Hipótese Inacusativa, inicialmente proposta por Perlmutter (1978).

<sup>40</sup> A terminologia de Perlmutter (1978), no âmbito da Gramática Relacional, serviu de base a Burzio (1986), que a adoptou à Teoria de Princípios e Parâmetros (cf. 2.2.1.).

<sup>41</sup> A classe dos intransitivos é heterogénea: divide-se em duas subclasses (semanticamente regulares entre si), com configurações sintácticas diferentes (Perlmutter 1978).

Perlmutter constatou que os verbos ditos intransitivos se dividem em duas categorias semanticamente regulares mas que, sintacticamente, derivam estruturas diferentes, sendo a diferença originada pela posição que os argumentos ocupam nessa mesma estrutura: numa das classes o argumento seleccionado pelo verbo ocupa a posição de argumento externo, e na outra funciona como argumento interno.

Burzio (1986) foi quem adaptou a terminologia de Perlmutter à Teoria da Regência e da Ligação (TRL), pelo que também divide as classes verbais em três: transitivos, intransitivos e ergativos, com base na informação da estrutura- $\theta$  e não na capacidade de atribuição de Caso.

Raposo (1981), também no âmbito da Gramática Relacional, distingue entre ergativos e inacusativos, o que aliás é o que se verifica nas análises mais recentes. De acordo com o autor, a noção de verbo ergativo é mais estrita, por isso não é tão usada nos trabalhos mais recentes sobre tipologia verbal. Actualmente distingue-se, no seio da classe dos verbos intransitivos, entre inacusativos e inergativos: os ergativos são verbos intransitivos que podem transitivizar (podem-se também designar por ergativos transitivos). Ou seja, a classe dos verbos ergativos engloba tanto os verbos inacusativos como os transitivos, que ocorrem em pares como *O João terminou o trabalho / O trabalho terminou*.<sup>42</sup>

De acordo com a Hipótese Inacusativa, uma oração do tipo *A festa começou* que, “superficialmente”, é idêntica a *O João telefonou*, demonstra diferenças ao nível da sintaxe; “[c]ertas orações intransitivas possuem um objecto directo inicial, mas não possuem um sujeito inicial” (Raposo *Ibidem*: 293). Ainda no seguimento desta hipótese, a diferença entre as orações exemplificadas observa-se ao nível da projecção inicial na sintaxe, isto é, ao nível do léxico, e podem ser representadas pelas seguintes configurações sintácticas distintas:

- (27) a. Verbo inergativo: DP [<sub>VP</sub> V]  
+ Sujeito; - Objecto  
b. Verbo inacusativo: – [<sub>VP</sub> V DP/CP]  
- Sujeito; + Objecto (sem Caso estrutural)

---

<sup>42</sup> Autores com Raposo (1981, 1992) e ainda Eliseu (1984), para o PEC, apresentam argumentos empíricos em favor desta distinção.

Em (27) observa-se que, configuracionalmente, um verbo inacusativo é representado de forma idêntica a um verbo na forma passiva. Para Perlmutter (1978), do ponto de vista lexical, um verbo inacusativo tem argumento interno mas não tem argumento externo (argumentos que ocupam posições diferentes na estrutura sintáctica), o que é essencialmente o que diz a Generalização de Burzio.

Generalização de Burzio: um verbo que não tem argumento externo não atribui Caso acusativo; se não atribui Caso acusativo não marca- $\theta$  um argumento externo (Burzio 1986: 178-179, 184).<sup>43</sup>

Do ponto de vista sintáctico, um outro aspecto distingue as duas classes de verbos: a construção passiva impessoal é possível com verbos inergativos mas não com os inacusativos. Em *A festa<sub>i</sub> começou t<sub>i</sub>* o argumento que ocorre em posição de sujeito sintáctico de superfície é o argumento interno em estrutura-D (é o objecto directo da estrutura de subcategorização) (o DP que ocorre como sujeito sintáctico de superfície é definido como o DP (regido) que não recebe Caso estrutural): verifica-se que houve movimento do DP argumento interno do verbo para a posição de sujeito (que é vazia em estrutura-D), deixando no seu lugar uma categoria vazia com a qual está co-indexado, isto é, aplica-se a regra mover-DP.<sup>44</sup> Estrutura esta semelhante à das construções passivas canónicas, nas quais também há subida do argumento interno (que ocorre dentro de VP) para uma posição exterior a VP, ou seja, o sujeito de superfície é o objecto em estrutura-D, uma vez que seria incoerente ter um sujeito (uma noção configuracional) em estrutura-D mas não ter argumento externo (que é uma noção da estrutura argumental).

Parece ter ficado claro que os predicados inacusativos não atribuem Caso acusativo e, estruturalmente, apresentam uma posição casual, a de sujeito, sem papel- $\theta$

---

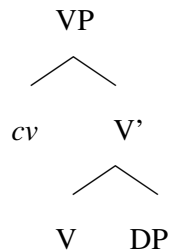
<sup>43</sup> De acordo com Belletti & Rizzi (1988), esta generalização evidencia uma relação estreita entre Agente e Caso estrutural de objecto. Ou seja, o verbo só atribui Caso estrutural se tiver argumento externo. No entanto, um possível problema para esta generalização poderão ser as construções reflexivas, como *O João flagelou-se (a si próprio)*. Ainda nesta linha, Marantz (1992) defende que o movimento-A de DPs para a posição de [Spec, IP] é motivada pelo princípio EPP e não para verificação de Caso. Marantz baseia-se em exemplos do kichaga, língua na qual a subida do constituinte objecto para a posição de sujeito numa construção passiva não acarreta mudanças nas marcas morfológicas dos constituintes, pelo que o verbo continua a exibir marcas de acordo com o objecto, tal como na contrapartida activa, o que constitui evidência forte em favor da dissociação entre Caso estrutural e morfológico (para maior desenvolvimento e exemplos veja-se o ponto 3.2.2.2.).

<sup>44</sup> Movimento do argumento interno (OD) para a posição de sujeito (que é uma posição não  $\theta$ ), de modo a satisfazer o Critério- $\theta$ .

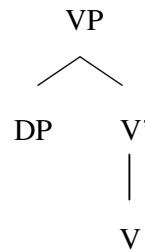
externo. Esta situação força o movimento-A para a posição de sujeito, característica que, conforme descrito no parágrafo anterior, aproxima a representação sintáctica dos inacusativos das estruturas passivas e das construções de elevação de sujeito. De que forma se processa este movimento é o que veremos no capítulo respeitante à estrutura das construções inacusativas.

Contudo, estas observações não se aplicam a orações com verbos inergativos, os “verdadeiros intransitivos”, nas quais o sujeito de superfície corresponde ao sujeito da estrutura-D. Em *O João telefonou*, não há movimento do DP argumento interno do verbo para fora do VP, não há categorias vazias nem cadeias argumentais. Veja-se (28):

(28) a. verbos inacusativos



b. verbos inergativos



No caso dos argumentos internos, a sua projecção na sintaxe é regulada pela subcategorização, enquanto que no caso dos argumentos externos a sua projecção é regida pela predicação (Zubizarreta 1982, 1986 e Hale & Keyser 1993), pelo que é pertinente afirmar que a subcategorização permite distinguir entre os dois tipos de argumentos.<sup>45</sup>

### 2.2.2. A hipótese da selecção lexical

A diferença encontrada, até este ponto, entre inacusativos e inergativos baseia-se essencialmente nas relações estruturais (gramaticais) entre estes verbos e os seus argumentos temáticos.<sup>46</sup> No Programa Minimalista (Chomsky 1995) subsiste a ideia de que todos os inergativos são transitivos e tudo se passa ao nível da selecção do léxico.<sup>47</sup> Se todos os inergativos são transitivos, significa que a sua primeira selecção não se vê,

<sup>45</sup> “(...) the subject, unlike the object, is not a subcategorized position” (Zubizarreta 1982: 3).

<sup>46</sup> Recorde-se que, no caso dos inacusativos o argumento- $\theta$  é interno, e no caso dos inergativos o argumento- $\theta$  é externo (Cf. Williams 1981 e Burzio 1986).

<sup>47</sup> A 1ª selecção corresponde ao argumento interno (de um verbo transitivo); enquanto que a 2ª selecção de um núcleo com duas selecções ocupa sempre a posição de especificador. Esta distinção é mantida em Chomsky (2001), para quem o 1º elemento composto ao núcleo é o seu complemento, enquanto que todos os outros são especificadores.

ou é zero ou qualquer outra coisa (cf. nota 28). Chomsky (1995) diz que os verbos transitivos de dois lugares e os verbos inergativos são iguais, isto é, têm a mesma estrutura devido ao *v*, o que, assumindo o que vai ser exposto mais à frente em 2.2.4., reitera Hale & Keyser (os verdadeiros intransitivos, ou inergativos, têm argumento interno e também externo, daí serem predicados de dois lugares). Dadas estas considerações, o que existe são verbos com uma selecção (no caso dos inacusativos a selecção é o complemento), e verbos com duas selecções (inergativos que têm complemento e especificador, por exemplo, *o avião afundou os barcos*) (Hale & Keyser 1993).

A análise do Programa Minimalista (Chomsky 1995, 1998), como vimos no capítulo anterior, recorre à noção de concha para dar conta das estruturas transitivas, uma vez que *v*, núcleo dessa concha é quase que uma marca de transitividade pelo simples facto de só ser realizado na estrutura quando é necessário projectar o seu especificador, isto é, o sujeito [+Agente] dos verbos transitivos e inergativos. Quer isto dizer que, no caso dos verbos que nos ocupam nesta secção, apenas o VP mais baixo<sup>48</sup> é projectado e o sujeito é, seguindo a análise tradicional, argumento interno, ou complemento, deste VP.<sup>49</sup> Vamos, de momento, manter esta ideia de que, na representação de um predicado inacusativo apenas VP está presente estruturalmente, enquanto *v* é um verbo leve transitivo apenas presente nas representações de transitivos e/ou inergativos. Isto porque, se *v* substitui AgrO, era esperado que surgisse com Caso acusativo e não seria esperado quando não há complementos.

Sintetizando, a estrutura argumental de um verbo (da forma como vai ser abordada neste trabalho), isto é, as propriedades de selecção de natureza semântica (ou argumental), é directamente projectada na sintaxe e representa a capacidade que os predicados (relacionais<sup>50</sup>) têm de legitimar os argumentos e a sua hierarquização. Trata-se, pois, de uma representação sintáctica estruturada e regida pela Hierarquia Temática, na qual se observam relações hierárquicas entre os argumentos (sem recurso a informação semântica), sendo o argumento externo do predicado (teoricamente

---

<sup>48</sup> Recorde-se que, conforme referimos no capítulo anterior, o VP cujo núcleo é um verbo lexical pleno (por oposição a verbo leve), é complemento de *v*VP.

<sup>49</sup> Como iremos ver no capítulo referente à representação sintáctica das estruturas inacusativas, o sujeito pode não ser necessariamente argumento de VP. Nos casos em que é pós-verbal, há necessidade de recorrer ao *v* transitivo para dar conta das ordens encontradas.

<sup>50</sup> Grimshaw (1990) considera que todos os predicados semanticamente relacionais têm uma estrutura argumental associada, isto é, projectam argumentos, sejam eles nominais (só os associados a eventos complexos, que são os nominais de processo ou eventivos) ou verbais.

equivale ao sujeito da Estrutura-D)<sup>51</sup> o argumento mais em evidência (um argumento é interno ou externo em função das suas propriedades intrínsecas).

Pelo que foi possível observar através dos exemplos anteriores, os argumentos internos ocupam uma posição interna a VP e quando ocorrem fora dessa projecção máxima, em estrutura-S, formam com essa posição interna vazia (na qual deixa um vestígio e à qual está associada) uma cadeia; os argumentos externos ocupam uma posição externa à projecção máxima do predicador. O sujeito é o DP que mantém uma relação estrutural específica com o predicado, ou seja, o sujeito é determinado pela predicação, como referimos no ponto 2.2.1.

### 2.2.3. A hipótese da uniformidade lexical

As análises tradicionais que temos vindo a referir, consideram que os verbos inacusativos são gerados no léxico como tendo apenas um argumento, o argumento interno, e entram na numeração sem um traço acusativo (i.e., não atribuem Caso acusativo a esse argumento). As diferentes realizações sintácticas de um mesmo verbo não são completamente previstas por esta análise. Como iremos ver mais à frente (mais especificamente no capítulo 5), um verbo tradicionalmente classificado como transitivo pode ter comportamento inacusativo (com apenas um argumento interno) e vice-versa. Nos dados do português dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, não é incomum encontrar atestações de verbos ditos inacusativos com comportamento transitivo (isto é, com argumento externo e argumento interno) e remetemos novamente para o capítulo 5, no qual é tratada mais em pormenor a questão dos verbos com aparente dupla entrada lexical.

Ainda dentro desta temática, Reinhart (2000) vai propôr um “Princípio da Uniformidade Lexical” que se traduz numa fórmula bastante simples:

Princípio da Uniformidade Lexical: cada conceito verbal corresponde a apenas uma entrada lexical com uma estrutura temática → as várias formas temáticas que um verbo pode apresentar são derivadas de operações lexicais que operam na estrutura temática (Reinhart 2000: 4).

---

<sup>51</sup> Segundo Williams (1987, 1995), o argumento externo é sempre o sujeito de estrutura-D. No entanto, e a própria análise dos dados assim o confirma, as construções com verbos inacusativos têm sujeito mas não têm argumento externo, o mesmo se passa em relação a alguns verbos psicológicos. Aspectualmente, o Tema de um verbo psicológico da classe de *frighten*, que é não agentivo (*The storm frightened Mary*), é realizado como sujeito em estrutura-D e o de um verbo inacusativo é realizado na posição de objecto (Cf. Grimshaw 1990).

Ou seja, o que a autora propõe é que a cada verbo corresponda apenas uma estrutura temática, ou entrada lexical, e as diferentes formas temáticas que certos verbos podem apresentar são derivadas por um número limitado de operações lexicais a partir de uma estrutura temática. Exemplos:

- (29) a. Lucie rolled the stone      (transitivo)  
      b. The stone rolled            (inacusativo)  
      c. Lucie rolled                (inergativo)

O exemplo (a) apresenta a ordem tradicional dos verbos transitivos SVO, no segundo exemplo observa-se SV e o único argumento parece ser o argumento interno, quanto ao último caso, também SV, é tradicionalmente classificado como inergativo, o único argumento é gerado na posição de sujeito. Assim, e considerando, de acordo com Reinhart, que a entrada “por defeito” é a entrada transitiva, isto vai implicar que, na forma inacusativa do verbo, o argumento reduzido é o argumento externo e o interno é movido para a posição de sujeito, derivando as ordens SV. A redução lexical tem, assim, consequências ao nível da sintaxe, já que reduz efectivamente a valência do verbo.<sup>52</sup>

Na forma inergativa (ou reflexa, na terminologia de Reinhart), o argumento reduzido é o interno e o argumento que permanece é realizado *in situ*. Esta observação não vai contradizer a Generalização de Burzio enunciada acima, de que se o verbo não atribui papel- $\theta$  externo também não atribui Caso acusativo, pelo que Reinhart vai formular uma generalização de mapeamento para operações lexicais que, essencialmente, se traduz da seguinte forma:

- (30) “Se uma operação lexical se aplica a um verbo de dois lugares<sup>53</sup>, o Caso acusativo deve ser eliminado (ou absorvido)”.

(*Idem*: 57)

---

<sup>52</sup> Um argumento em favor desta análise é dado em Pratas (2002), que mostra que a realização de formas reflexas nem sempre aparece em cabo-verdiano quando a saturação de papéis- $\theta$  é feita a nível lexical.

<sup>53</sup> Um verbo de dois lugares é, normalmente, um verbo transitivo, pelo que atribui um papel temático externo ao sujeito (marcado com Caso nominativo) e Caso acusativo ao argumento interno.

De salientar que esta generalização também se aplica às reflexivas, ou inergativas, nas quais o papel- $\theta$  externo é atribuído, pelo que o Caso acusativo é eliminado.

O léxico tem um papel fulcral nesta hipótese de uniformidade lexical que assenta fundamentalmente nas relações estruturais entre o verbo e os argumentos que a ele podem ser associados. A estrutura argumental do verbo nos termos referidos associa-o a funções semânticas (ou temáticas), como Lugar (associadas a verbos de localização), Alvo e Fonte (associadas a verbos de movimento), sendo o Tema a relação temática central existente em todas as orações (Jackendoff 1972), ao contrário do argumento Agente, exterior à subcategorização, isto é, externo à informação lexical do verbo, como também propõe Marantz (1984).

Assim, para cada verbo existe uma entrada lexical, ou uma grelha temática.<sup>54</sup> Por outras palavras, para cada item lexical existe uma estrutura temática associada, que será directamente projectada na sintaxe de acordo com o Princípio de Projecção (a sintaxe que ocorre no léxico) e que está de acordo com o Critério Temático de Chomsky (1981), com a UTAH de Baker (1988)<sup>55</sup>, com a proposta de mapeamento da estrutura argumental na estrutura sintáctica de Grimshaw (1990), entre outras. Nos capítulos que se seguirão pretende-se dar conta das diferentes estruturas sintácticas associadas a um mesmo verbo, e quais as motivações semânticas pertinentes para a sua definição.

Até ao momento, e com base em (27), deu-se conta das diferentes configurações sintácticas associadas às duas classes de verbos intransitivos e, no que toca à sua estrutura argumental, pode-se resumir ao seguinte ponto:

- (31)a. Inacusativos: têm argumento interno directo, não têm argumento externo;
- b. Inergativos: não têm argumento interno directo, têm argumento externo.

No caso dos inergativos o único argumento é externo, isto é, é um sujeito provido de vontade, [+animado], o Agente. Por isso estes verbos podem transitivizar (cf. Levin & Rappaport Hovav 1995).

---

<sup>54</sup> Cf. Hale & Keyser (1993; 1997a, b, c), Levin & Rappaport Hovav (1995), e. o.

<sup>55</sup> Ou “Hipótese da Uniformidade na Atribuição de Papéis Temáticos”, que é definida do seguinte modo:  
UTAH: Relações temáticas idênticas são representadas por relações estruturais idênticas entre itens ao nível da Estrutura-D (Baker 1988: 350).

O facto de os verbos inacusativos não terem argumento externo (são predicados mono-argumentais) é um facto que deriva do seu comportamento face a um sem número de fenómenos (cf. Perlmutter 1978, Perlmutter & Postal 1984, Hoekstra 1984, Burzio 1986, Grimshaw 1990, Levin & Rappaport Hovav 1995, e.o., e, para o PEC em particular, Raposo 1981 e Eliseu 1984). Alguns destes fenómenos serão descritos pormenorizadamente no ponto 2.2.5.

#### **2.2.4. A interface sintaxe/morfologia**

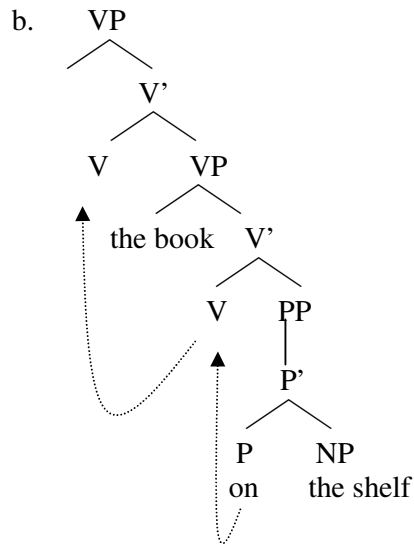
Ao contrário das hipóteses lexicalistas que temos vindo a analisar, segundo as quais as palavras são projectadas do léxico já com toda a informação morfológica (por exemplo, os verbos quando chegam à sintaxe já chegam flexionados<sup>56</sup>), as hipóteses defendidas por autores como Baker (1988) e Hale & Keyser (1993), por exemplo, concluem que a sintaxe opera a dois níveis, lexical (sintaxe-l) e sintáctico-superficial (sintaxe-s). A argumentação de Baker, como é sabido, tem por base as línguas polissintéticas e a incorporação, e defende que os argumentos (elementos nucleares) são incorporados junto da raiz verbal e as diferentes formas pelas quais se estabelecem relações de Caso e Temáticas resumem-se à regência e à incorporação por movimento de núcleos. Numa frase como *O João comeu o bolo*, de acordo com esta análise, os argumentos sujeito e objecto são incorporados junto da raiz do verbo, V – bolo – Sujeito, e é o movimento de núcleos que vai permitir que sejam realizados, superficialmente, na ordem SVO.

Hale & Keyser (1993), por seu turno, baseando-se em Larson (1988), argumentam em favor de uma “estruturação sintáctica” do léxico e defendem que a sintaxe permite formar palavras. Como referimos acima, distinguem entre sintaxe-l, que é anterior à verdadeira sintaxe (e é a que vai permitir formar palavras) e sintaxe-s. De acordo com este modelo, todos os verbos denominais, ou deadjectivais (que derivam de nomes ou adjectivos) são categorias N, ou A, na sintaxe-l e categorias V em sintaxe-s. Segundo estes autores, o que motiva o movimento dos constituintes na sintaxe é a lexicalização de posições vazias, mas não explicam porque é que não podemos ter verbalizações “depreposicionais”, por exemplo:

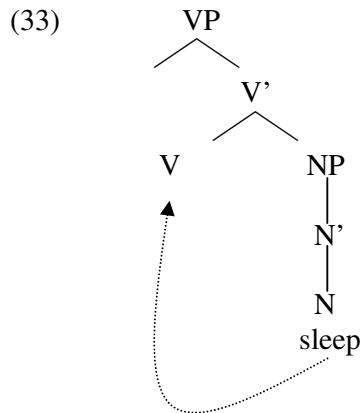
---

<sup>56</sup> A Hipótese Lexicalista de Chomsky (1993, 1995) defende a ideia de que as palavras são introduzidas na sintaxe já formadas, ou seja, com toda a sua morfologia flexional, sendo que o núcleo I (a flexão) funciona como uma matriz de traços gramaticais (de pessoa, número, género) mas sem traços fonológicos, o que significa que a variação se verifica ao nível da morfologia/léxico e não da sintaxe propriamente dita.

(32) a. \*I onned the book the shelf.



Esta teoria leva o binarismo (profundamente enraizado na noção de c-comando) ao extremo ao afirmar que as categorias lexicais básicas (N, V, A, P) projectam estruturas sintácticas “não ambíguas”. Quer isto dizer que, dada a noção de “Projecção Não Ambígua”, não é possível que as projecções das categorias se façam por mais de um nível intermédio (ou seja,  $X^0$  projecta  $X'$  e  $XP$  apenas<sup>57</sup>). Por exemplo, não há verbos intransitivos puros porque estes podem ser parafraseados em estruturas transitivas. Por exemplo, o verbo *to sleep* (‘dormir’), em sintaxe-1 é transitivo e envolve incorporação do nome, conforme se demonstra a seguir:



<sup>57</sup> Segundo Hale & Keyser (1993), ao dizerem que não pode haver mais de um complemento VP para uma dada entrada lexical, estão a pôr de parte a hipótese de haver recursividade, possibilidade esta que é inerente às estruturas de complementação.

Este tipo de incorporação nominal (ou alternância lexical, uma vez que há mudança na categoria lexical do constituinte envolvido, neste caso de Nome para Verbo) está de acordo com a Restrição ao Movimento dos Núcleos (HMC<sup>58</sup>), porque o núcleo do NP subiu para uma posição pela qual era regido, ou seja, para o núcleo de VP. De acordo com a teoria da incorporação de Baker (1988), do “composto” resultante do movimento exemplificado acima, apenas o N é realizado fonologicamente e corresponde ao verbo denominal. No caso de construções com objectos cognatos, derivadas de inergativos<sup>59</sup> como *sleep/dormir*, estas são possíveis na sintaxe-s porque *sleep/dormir* já assumiu a forma de verbo, como em *She slept a good sleep/Ela dormiu uma bela soneca*. Deste modo a estrutura argumental identifica-se com as estruturas sintácticas definidas na Estrutura Lexical Relacional (“Lexical Relational Structure”, ou LRS) de cada verbo. Isto significa, de acordo com a teoria, que a representação da estrutura argumental de um verbo é uma representação sintáctica comum e está implícita. Para a estrutura argumental dos verbos seguem a hierarquia temática proposta por Grimshaw (1990) e que tem a seguinte ordenação:

- (34) a. (Agente (Experienciador (Alvo/Fonte/Localização (Tema))))  
 b. (Causa (outros (...)))

(Grimshaw *Ibidem*: 24)

A estrutura argumental reflecte, então, relações de proeminência entre argumentos, relações essas que se estabelecem a dois níveis, o nível temático e o nível aspectual. Relativamente à hierarquia temática, conforme mencionado anteriormente, o Agente é o argumento mais proeminente, enquanto que ao nível da hierarquia aspectual o argumento Causa é mais proeminente<sup>60</sup>. A análise dos predicados proposta por Grimshaw (1990) capta os contrastes entre verbos transitivos, ergativos e inergativos no que respeita à estrutura argumental. De acordo com a autora, a estrutura de um verbo

<sup>58</sup> “Head Movement Constraint” de Travis (1984) e Baker (1988), que diz que um núcleo X<sup>0</sup> só pode mover-se para um Y<sup>0</sup> que o rege adequadamente.

<sup>59</sup> Recorde-se que, de acordo com a proposta destes autores, os verbos inergativos são verbos com duas selecções, tal como os transitivos, só que uma delas pode ser igual a  $\emptyset$ . Quer isto dizer que têm sempre OD mas, ou é argumento interno, no caso de construções com objectos cognatos, ou não se manifesta fonologicamente (i.e., é  $\emptyset$  porque sofreu incorporação), no caso de construções intransitivas “puras” (*O João dançou, O João dormiu*).

<sup>60</sup> As funções de Agente temático e “Causador” aspectual coincidem, pois o Agente é normalmente o causador da acção.

ergativo está associada à segunda sub-parte de um processo culminado (“accomplishment”<sup>61</sup>), e a estrutura de um inergativo está associada à primeira sub-parte (na qual está presente um argumento externo), como nas seguintes representações:

- (35) a. processo culminado (“accomplishment”)  
[[actividade] [estado / mudança de estado]]  
b. inergativo            inacusativo  
[[actividade]]            [estado / mudança de estado]
- (Grimshaw *Idem*: 40)

Ao ser proposto que a estrutura- $\theta$  se reflecte na estrutura sintáctica, existe conformidade com a UTAH proposta por Baker (1988). Desse modo, não há papéis- $\theta$  mas apenas relações determinadas pelas categorias e pelas suas projecções, ou seja, há predicação, mas também estas categorias (V, N, A, P) são limitadas (cf. Hale & Kayser, Baker). Ao limitar o número de categorias lexicais limita-se, igualmente, o número de relações entre argumentos e entre um núcleo e as suas projecções. Esta é a razão pela qual os papéis semânticos, ou temáticos, são tão poucos, à luz desta teoria.

### 2.2.5. Testes empíricos da inacusatividade

O objectivo máximo de qualquer aparato teórico que tenha por meta uniformizar a classe dos verbos inacusativos, quer seja uma abordagem do tipo sintáctico, semântico, ou misto, é fornecer evidência empírica que mostre que se trata de uma classe verbal com características que a distinguem de qualquer outra, bem como propriedades em comum, o que faz com que seja comumente considerada uma classe à parte, com características muito próprias. São algumas das propostas mais significativas avançadas na literatura nos últimos anos que nos propomos rever, começando pelos aspectos semânticos, no ponto 2.2.5.1., passando depois aos sintácticos no ponto 2.2.5.2. Finalmente, iremos ver de que maneira as propostas avançadas se adaptam à descrição do PEC.

---

<sup>61</sup> Na terminologia de Vendler (1967) e Dowty (1979).

### 2.2.5.1. Aspectos semânticos

Na literatura, a proposta de Levin & Rappaport Hovav (1995) (que trabalham na interface semântica lexical/sintaxe), é das mais completas no que toca à temática da inacusatividade e aquela que é capaz de agrupar em classes semânticas distintas um conjunto importante de verbos do inglês. O objectivo desse trabalho é fornecer distinções semânticas suficientes que permitam agrupar os verbos do inglês em classes com comportamento sintáctico homogéneo, sendo o seu principal alvo de estudo a alternância inacusativo-causativo, da qual o par *break*-intransitivo ('partir') e *break*-transitivo é reflexo. No entanto, como referimos, os testes apresentados pelas autoras são essencialmente semânticos apesar de, como as próprias afirmam, terem consequências para a sintaxe<sup>62</sup>, e são aplicados ao inglês. O que as autoras propõem é que a inacusatividade decorre de critérios puramente semânticos, pelo que elaboram uma classificação dos verbos em classes semânticas muito particulares.

Definem, para o inglês, duas classes semânticas de verbos inacusativos, a saber: os verbos de mudança de estado, que podem ou não ter variantes transitivas como *partir(-se)*, *abrir(-se)*, *fundir(-se)*, *derreter(-se)*, *secar(-se)*, *crescer*, *florescer*, *ferver*, *empalidecer*, *cair*, *levantar(-se)*; e os verbos de existência, como *aparecer*, *chegar*, *existir*, *ocorrer*, *vir*, *emergir*, *sucedendo* (pp. 119-121). Essas classes podem-se ainda dividir em subclasses mais específicas, em comum têm o facto de, nas frases em que ocorrem, o sujeito sintáctico corresponder ao objecto nocional. No caso dos verbos do primeiro grupo, seleccionam um Tema que terá como característica semântica ser [+ afectado], já que sofre uma mudança, enquanto que, no caso do segundo grupo, o argumento Tema será [- afectado], pois denota apenas a existência de algo em dado lugar.

De acordo com Levin & Rappaport Hovav (1995), a inacusatividade é uma propriedade sintáctica, embora semanticamente previsível. Com isto pretendem mostrar que não se trata de um fenómeno exclusivamente sintáctico determinado pela escolha do auxiliar *essere* ou *avere*, em línguas como o italiano (Rosen 1984), nem unicamente semântico, conforme propôs Van Valin (1990)<sup>63</sup>. Superficialmente, a inacusatividade

---

<sup>62</sup> Como as próprias autoras sugerem, esta ideia não é nova e é basicamente o que diz a Hipótese Inacusativa de Perlmutter (1978).

<sup>63</sup> Autores como Van Valin (1990) consideram que a inacusatividade não é sintacticamente motivada e sugerem uma abordagem semântica. Nas palavras do autor: "the phenomena which the Unaccusative Hypothesis (UH) strives to explain in syntactic terms are better explained in semantic terms" (p. 221). No entanto, uma análise nestes termos não parece ser muito coerente, ao classificar um mesmo verbo diferentemente como inacusativo ou inergativo.

manifesta-se através da cliticização com *ne* (no caso do italiano), enquanto que a inacusatividade profunda se reflecte na escolha do auxiliar (cf. italiano). No caso específico do inglês, a inacusatividade superficial manifesta-se apenas na construção com inserção de *there* ou na construção de inversão locativa, enquanto que é na construção resultativa que é possível determinar a inacusatividade profunda, como nos exemplos (36a, b, c), respectivamente.

(36) a. There appeared a ship on the horizon.

b. Into the room came a man.

(Levin & Rappaport Hovav 1995: 19)

c. The river froze solid.

(*Idem*: 39)

O tipo de construção resultativa exemplificada em (36c) é determinado pelo estatuto, em Estrutura-D, do argumento seleccionado por um verbo inacusativo, uma vez que é com base nesta propriedade que um verbo ocorre ou não em construções deste tipo. De acordo com as autoras, os diagnósticos de “inacusatividade superficial” exemplificados acima não são verdadeiros diagnósticos, e isto porque, no caso inglês, há verbos de mudança de estado que, de acordo com a classificação semântica que propõem, são inacusativos e que não são compatíveis com estes diagnósticos. Por exemplo, o verbo *melt* (‘derreter’):

(37) a. \*On the streets of Chicago melted a lot of snow.

b. \*There melted a lot of snow on the streets of Chicago.

(*Idem*: 19)

Em suma, o que as autoras defendem é que a inacusatividade é representada sintacticamente (apesar de os verbos inacusativos pertencerem a duas classes semânticas distintas<sup>64</sup>), uma vez que há fenómenos sintácticos que são explicados recorrendo à configuração sintáctica inacusativa, e semanticamente, porque existem regras de ligação que possibilitam a identificação dos componentes do significado de

---

<sup>64</sup> Segundo as autoras, os transitivos também não representam uma classe semanticamente homogénea, já que o sujeito destes verbos pode ter comportamentos sintácticos distintos, pode ser Experienciador, quando é argumento de verbos da classe de *temer* (os ditos psicológicos), ou Agente, quando seleccionado por verbos agentivos, como *construir*, *edificar*, etc.

um verbo e a sua consequente classificação no seio dos intransitivos, como inergativo ou inacusativo. Como diagnóstico fiável da inacusatividade em inglês propõem apenas a construção resultativa, exemplificada em (36c), já que resulta da classificação do único argumento do verbo em estrutura profunda. Quanto aos verbos que apresentam um comportamento variável (inacusativo ou inergativo), manifestam esta variação também ao nível da sintaxe, ou seja, o comportamento sintáctico reflecte esta dualidade semântica. Observem-se os diferentes comportamentos do verbo *dance* na construção resultativa inacusativa, em (38a) e inergativa, em (38b):

- (38) a. She danced free of her captors.  
b. He danced his feet sore. (*Idem*: 186-187)

Em suma, o que Levin & Rappaport Hovav pretendem mostrar neste trabalho é que é no léxico que uma propriedade como a inacusatividade é determinada, o que quer dizer que não deriva de propriedades observáveis ao nível da frase. Nas palavras das autoras, “unaccusativity (...) is a *lexical* property and therefore should be determined by the lexical properties of a verb and not by sentence-level properties such as derived aspect” (p. 201).

### 2.2.5.2. Aspectos sintácticos

Apesar de a componente semântica que motiva a inacusatividade ser, sem dúvida, importante, vamos também basear a nossa análise em critérios sintácticos. Assim, vamos agora analisar os aspectos sintácticos da inacusatividade, que se prendem com a cliticização com *ne* e a escolha de auxiliar em línguas como o italiano. As diferenças entre as duas classes de verbos, transitivos e inacusativos, são representadas sintacticamente e semanticamente motivadas, sendo a inacusatividade (já que os inacusativos não são os “verdadeiros intransitivos”) um fenómeno que envolve especificidades tanto ao nível da sintaxe como a nível aspectual. Vários diagnósticos têm sido apresentados com o objectivo de demonstrar que o fenómeno da inacusatividade é sintáctico e semântico ao mesmo tempo, na linha do que temos vindo a sugerir.

Conforme já foi referido, a Hipótese Inacusativa de Perlmutter (1978) usava a construção passiva impessoal para distinguir os verbos inergativos dos inacusativos. Também Burzio (1986), ao fazer a distinção entre ergativos (os inacusativos) e

intransitivos (inergativos), considera dois tipos de diagnósticos válidos para o italiano, uma língua com marcas morfológicas de inacusatividade: a escolha do auxiliar aspectual para a inacusatividade profunda (*essere* para os ergativos<sup>65</sup> e *avere* para os intransitivos<sup>66</sup>) e a cliticização com *ne* a partir de uma posição pós-verbal para a inacusatividade superficial (mais uma vez, é possível com verbos ergativos e origina construções mal-formadas com verbos intransitivos). Veja-se (39) e (40) respectivamente:

- (39) a. Giovanni *ne* inviterà molti.  
b. \*Molti *ne* telefoneranno.

(Burzio 1986: 23)

- (40) a. Gianni *è* arrivato.  
b. Gianni *ha* telefonato.

(*Idem*: 20)

Muitos também têm sido os “testes de inacusatividade” que têm sido desenvolvidos para as diversas línguas europeias. Como vimos, por exemplo, para o inglês (cf. 2.2.5.1.), as construções com inserção de *There*, que são boas quando os verbos são inacusativos e mal-formadas quando não são (cf. exemplo (36a)). Pelo contrário há outras construções que são mal-formadas quando os verbos são inacusativos: as construções com objectos cognatos (*\*The vase broke a great break*), as construções resultativas (*\*The boy appeared fast*), e ainda a construção com *way* (*\*Appear your way around the world*).<sup>67</sup>

Na literatura, nomeadamente em Radford (1997), é também possível encontrar outros contextos nos quais só é possível encontrar verbos inacusativos. No inglês de Belfast<sup>68</sup>, por exemplo, é possível encontrar sujeitos pós-verbais com verbos inacusativos na forma imperativa e não com outros verbos, nomeadamente inergativos e transitivos:

---

<sup>65</sup> A mesma situação acontece no francês (Burzio 1986), no sardo (Jones 1994), no alemão e no holandês (Hoekstra 1984, Haegeman 1994) e no dinamarquês (Spencer 1991).

<sup>66</sup> Cf. também Perlmutter (1989).

<sup>67</sup> Cf. Hale & Keyser (1993, 1997c), Burzio (1986), Levin (1993), Levin & Rappaport Hovav (1995).

<sup>68</sup> Descrito por Henry (1995).

- (41) a. Leave you now!  
b. Arrive you before 6 o'clock!

(Radford *Ibidem*: 393)

No inglês também se podem encontrar situações em que o tipo de verbo influencia a escolha do auxiliar. Assim, tal como descrito acima para o italiano, também no inglês antigo, o auxiliar *be* era usado com inacusativos:

- (42) a. Mistress Page is come with me. (*Merry Wives of Windsor*)  
b. She is fallen into a pit of ink. (*Much Ado About Nothing*)  
(Radford *Ibidem*: 394-395)

Tal como no PEC, também as formas participiais perfectivas (formas terminadas em *-n/-d*) dos verbos inacusativos do inglês podem ser usados como adjetivos modificadores dos nomes, não as de verbos das outras classes:

- (43) a. OJ is something of a *fallen* hero.  
b. They arrested a business man recently *returned* from Thailand.  
c. \*The man *committed* suicide was a neighbour of mine.  
d. \*The man *overdosed* was Joe Doe.

(*Idem*: 395)

Apenas a cliticização com *ne* não é possível no inglês, mas também não o é no PEC.

Neste ponto foram expostos diagnósticos de inacusatividade de carácter morfossintático, dos quais o italiano, por exemplo, exhibe marcas visíveis: a ocorrência de *ne* pronominal, que origina construções bem-formadas com verbos transitivos e inacusativos e mal-formadas com inergativos; e a escolha de auxiliar *essere* por oposição a *avere*. Contudo, o PEC não apresenta estas marcas morfossintáticas mas apenas alguns aspectos de carácter mais geral, como a possibilidade de ocorrência de participios passados inacusativos em orações de participio absoluto e a possibilidade de ocorrência de participios adjetivais a modificar o DP sujeito de um verbo inacusativo. São estes aspectos que iremos desenvolver no ponto seguinte.

### 2.2.5.3. O caso do PEC

Como foi fácil constatar, os diagnósticos de inacusatividade propostos, quer por Hoekstra (1984) para o holandês, quer por Burzio (1986) para o italiano, não funcionam no PEC. Autores, como Raposo (1981, 1992) e Eliseu (1984), apresentam propostas com as quais pretendem uniformizar a classe de verbos em estudo. São essas análises que a seguir, ainda que de forma sucinta, se apresentam.

#### 2.2.5.3.1. A proposta de Raposo (1981, 1992)

Raposo (1981), no quadro da Gramática Relacional, distingue, na classe dos intransitivos, entre inacusativos e inergativos com base em informação da estrutura argumental do verbo e que a seguir se resume (cf. Raposo 1981: 299-300):

(44) a. Inacusativos: [+Paciente]

b. Inergativo: [+Agente]/[+Experienciador] ou [+Agente Cognitivo]

Retomando um pouco do que referimos no capítulo anterior, as orações que incluem os verbos de (44a) são orações cujo sujeito sintático é [-Agentivo] ou, por outras palavras, são verbos que não atribuem papel- $\theta$  externo a esse mesmo sujeito. Nesta classe inclui ainda os predicados incoativos, como *aquecer*, *derreter*, e os psicológicos, como *aborrecer-se*. Ou seja, todos os “predicados que representam estados não envolvendo cognição, ações sem agentes” e ainda “[p]redicados que denotam existência, ou ocorrência de um determinado estado de coisas, entrada ou saída de cena” ocorrem em construções inacusativas.<sup>69</sup> Exemplos de predicados que correspondem às características enunciadas são: *apaixonar-se*, *enlouquecer*, *assustar-se*, *afogar-se*, *desesperar(-se)*, *morrer*, *cair*, *deslizar*, *rebolar*, *rolar*, *existir*, *ser*, *viver*, *aparecer*, *suceder*, e. o.

Os verbos inergativos, por seu turno, vão caracterizar-se por terem um sujeito que, semanticamente, é o Agente [+animado, +vontade]. Os verbos exemplificados por Raposo traduzem, por si só, a “agentividade” desse sujeito e são: *agir*, *almoçar*, *chorar*, *espirrar*, *cantar*, *dançar*, *errar*, *trabalhar*, *respirar*, *rir*, *cair*, por exemplo.

---

<sup>69</sup> Raposo, adotando a proposta de Perlmutter & Postal (1984), também propõe os adjetivos em geral e os predicados aspectuais (*começar*, *continuar*, *acabar (de)*, etc.) como “determinando igualmente estratos iniciais inacusativos” (Raposo *Ibidem*: 301).

Os argumentos empíricos apresentados em favor desta distinção, ou seja, em favor da Hipótese Inacusativa, são as expressões participiais. Estes fenómenos, na terminologia utilizada pelo autor, afectam “objectos directos de orações transitivas, mas não os seus sujeitos”<sup>70</sup>, bem como os sujeitos das orações inacusativas que são, inicialmente, objectos de estrutura profunda. Assim, nas construções de participípio absoluto em PEC os DPs que lhe servem de base só podem ser objectos e não sujeitos; se funcionar como um adjectivo pós-nominal (o que é possível em PEC) pode ser modificador de um DP objecto/Tema e não de um sujeito<sup>71</sup>. Isto é o mesmo que dizer que estes participípios são possíveis com verbos transitivos e inacusativos, os únicos com objectos/Tema, mas não com inergativos, cujo único argumento é o sujeito. Observem-se os exemplos seguintes:

- (45) a. A professora corrigiu os trabalhos.                    (*Idem*: 302)  
       a'. Corrigidos os trabalhos ...                            (*Idem*)  
       b. O João afogou-se.                                        (exemplo nosso)  
       b'. Afogado nesta praia há cinco anos, o João ...    (*Idem*: 309)
- (46) a. O Manel espirrou.                                        (exemplo nosso)  
       a'. \*Espirrado, o Manel puxou do lenço.                (*Idem*: 309)  
       b. os trabalhos corrigidos.                                (*Idem*: 311)  
       b' \*a professora corrigida.                                (*Idem*)

As mesmas ideias são mantidas em Raposo (1992), com uma mudança apenas na terminologia. Assim, mantêm-se a distinção entre intransitivos e inacusativos, caracterizando-se, estes, por ocorrer em orações “superficialmente” intransitivas (porque o único argumento é o sujeito) mas, em estrutura profunda, acontece o oposto, ou seja, o único argumento destes verbos é o objecto. Lexicalmente, diz-se que seleccionam um argumento interno.

A descrição de Raposo (1981, 1992), não acrescenta nada de novo ao que foi dito anteriormente, mas tem a contrapartida de aplicar os mesmos pressupostos teóricos ao PEC que, tendo em conta as idiosincrasias próprias ao léxico de cada língua particular, mostra que alguns verbos não têm o mesmo comportamento universalmente.

<sup>70</sup> *Idem*: 301.

<sup>71</sup> Com base nestes argumentos empíricos, é apresentada a seguinte generalização: “Um participípio passado funcionando como adjectivo pode modificar um nominal se este for o OD da oração simples cujo predicado é uma forma verbal finita correspondendo ao participípio passado” (Raposo 1981: 311).

### 2.2.5.3.2. A proposta de Eliseu (1984)

Eliseu (1984), por seu turno, faz uma proposta de descrição e análise dos “verbos ergativos” em português. Verbos esses que são seleccionados por aplicação de testes sintácticos específicos mas, apesar de ser uma lista que se pretende exaustiva, não contempla alguns verbos que, por exemplo, na descrição de Raposo (1981), são considerados ergativos e, que, no entanto, revelam não admitir os testes sintácticos utilizados por Eliseu (como, por exemplo, os verbos *deslizar*, *estar*, *existir*, *restar*, *ser* e *sobrar*).

Não é nosso propósito indicar aqui todos os verbos constantes dessa lista, mas antes referir os “testes sintácticos da ergatividade” propostos para o PEC, bem como alguns exemplos que poderão ajudar a clarificá-los. Não sem antes disso referir um traço/comportamento comum a todos os verbos ditos ergativos, que é a possibilidade que têm de coocorrer com um particípio passado em posição atributiva, traço esse que partilham com os transitivos, conforme vimos no capítulo anterior. Observem-se os seguintes exemplos:

- (47) a. Reparado o automóvel, a solução parece fácil.
- b. \*Corridos os atletas, o governo promoveu uma homenagem.
- c. Falida a fábrica, os operários ficaram no desemprego.

(Eliseu *Ibidem*: 11)

Assim, a possibilidade de ocorrência neste tipo de construção permite distinguir entre verbos intransitivos, por um lado (exemplo b.), e ergativos e transitivos por outro (exemplos c. e a., respectivamente). Os exemplos também mostram que os DPs subcategorizados quer por *reparar*, quer por *falir*, terão de partilhar algumas propriedades (possivelmente o facto de serem ambos argumentos internos dos verbos em causa, por oposição a argumentos externos), pois só assim se explica por que razão os exemplos acima só são bons com estes verbos e não com um intransitivo como *correr*.

Vamos passar a sistematizar e a apresentar os testes apresentados e seus resultados, conforme se encontram em Eliseu (1984): 7-22.<sup>72</sup> Assim, apresentamos as

---

<sup>72</sup> É de salientar que alguns destes testes, nomeadamente os que envolvem a construção de particípio absoluto, estão já contemplados em Raposo (1981), mas não de forma tão sistemática.

propriedades sintáticas comuns aos verbos ergativos e aos transitivos e que os distinguem dos intransitivos nas alíneas a) e b) para, em c), apresentar propriedades comuns aos verbos ergativos e intransitivos que os verbos transitivos não apresentam. Finalmente, em d), é feita referência às nominalizações em *-or* que, como vimos acima, são impossíveis a partir de verbos ergativos:

- a) Formação da construção de particípio absoluto, cuja exemplificação é a que se apresenta em (47) acima;
- b) O particípio passado dos ergativos e dos transitivos pode ocorrer em posição predicativa ou atributiva, como nos exemplos (48) e (49), respectivamente:
  - (48) a. A empresa está falida.
  - b. O caso (o carro?) ficou reparado ontem à tarde.
  - c. \* Os atletas estão corridos.

- (49) a. O número de empresas falidas aumentou assustadoramente.
- b. Os automóveis reparados estão ao fundo da oficina.
- c. \* Os atletas corridos foram homenageados pelo governo.

(*Idem*: 12)

- c) Não é possível construir passivas com base em verbos ergativos e intransitivos, só com verbos transitivos, como nos exemplos (50), mas, a formação de adjectivos em *-vel* só é possível a partir de verbos transitivos, não dos outros, como se mostra em (51):

- (50) a. \* A empresa foi falida.
- b. O automóvel foi reparado ontem.
- c. \* Os atletas foram corridos.

- (51) a. \*falível.
- b. reparável.
- c. \* corrível.

(*Idem*: 13-14)

- d) Finalmente, e conforme fizemos referência acima, as nominalizações em *-or* são impossíveis a partir de verbos ergativos. Quanto aos transitivos e aos intransitivos existe alguma variação. Observem-se alguns exemplos:

- (52) a. ergativos: \*caídor, \*crescedor, \*fugidor, \*falidor, \*germinador;
- b. transitivos: agressor, emissor, gastador, \*sentidor, \*encontrador;
- c. intransitivos: corredor, falador, trabalhador, \*ridor, \*mentidor.

(*Idem*: 14)

Estas são as propriedades que, segundo Eliseu, contribuem para alargar o conceito de verbo intransitivo. Isto porque há propriedades que permitem aproximar os ergativos dos transitivos e distingui-los dos intransitivos, do mesmo modo que outras permitem agrupar os ergativos em conjunto com os intransitivos e afastá-los do grupo dos transitivos. As diferenças essenciais entre ergativos e transitivos podem-se resumir do seguinte modo:

- (53) a. Verbos transitivos: - são verbos acusativos;  
- têm sujeito argumental (marcado tematicamente);  
- têm OD (com Caso acusativo).
- b. Verbos ergativos: - são verbos inacusativos;  
- não têm sujeito temático;  
- têm OD (sem Caso acusativo).
- (Eliseu *Ibidem*: 104-105)
- c. Verbos intransitivos: - são verbos acusativos<sup>73</sup>;  
- têm sujeito argumental (marcado tematicamente);  
- não têm OD.

Resumindo, o que caracteriza os verbos ergativos, de acordo com a análise apresentada por Eliseu (1984) (pp. 21-22), são as seguintes propriedades:

- “a) ocorrem em construções “intransitivas” cujo constituinte nominal é o sujeito superficial das orações;
- b) o sujeito superficial dos verbos ergativos pode ser objecto de determinados processos que afectam tipicamente o objecto directo dos verbos transitivos (cf. formação do Particípio Absoluto);
- c) as formas participiais destes verbos têm propriedades comuns aos participios dos verbos transitivos (cf. ocorrência no Particípio Absoluto, em posição predicativa e atributiva);
- d) o sujeito superficial dos verbos ergativos não pode ser interpretado como um agente (cf. formação dos nominais em *-or*); (...)”

---

<sup>73</sup> Na terminologia de Burzio (1996), os verbos intransitivos (que atribuem Caso ao sujeito mas não subcategorizam um OD) não deixam de ser verbos acusativos, uma vez que têm a capacidade, embora não utilizada, de atribuir Caso acusativo, o que os distingue dos inacusativos, e que lhes permite legitimar objectos cognatos (cf. 2.1.2., a propósito da distinção entre objectos nulos e objectos cognatos).

### 2.2.5.3.3. Alguns problemas

Com base nos “testes” sintácticos aqui enunciados até ao momento por Raposo (1981) e Eliseu (1984) para o PEC é, então, possível dar conta do contraste entre (a) e (b) de (54).

- (54) a. O João<sub>i</sub> chegou t<sub>i</sub> vs O João telefonou  
b. Chegado o João vs \*Telefonado o João

Os inacusativos, ou ergativos, partilham com os transitivos a capacidade de ocorrer na construção de participio absoluto<sup>74</sup>. Mas, então, como explicar o contraste seguinte:

- (55) a. \* O João telefonou as notícias.  
b. John telephoned the news.  
(56) a. O João dançou.  
b. O João dançou a valsa.

A explicação poderá ser porque se trata de construções inergativas e não inacusativas em (55) e este verbo, no exemplo inglês transitiviza mas em português não (trata-se apenas de uma idiosincrasia do verbo *telefonar*, cf. Hale & Keyser 1993). No segundo par de exemplos mostra-se que, também no PEC, os inergativos são compatíveis com objectos cognatos. De acordo com a proposta de Hale & Keyser (*Idem*) os verdadeiros intransitivos têm objecto directo, só que são objectos semanticamente internos (*telephone the news, dançar a valsa, correr a maratona*). Os exemplos do PEC põem, no entanto, um problema: de acordo com a proposta de classificação de Eliseu (1984), seriam construções ergativas porque podem ocorrer na construção de participio absoluto (*dançada a valsa, corrida a maratona*) o que, de acordo com essa mesma proposta, significa que o único argumento é o objecto directo. No entanto, esta propriedade não é exclusiva dos inacusativos, também é partilhada com alguns transitivos e, neste caso específico, alguém [+animado, +vontade] *dança (a*

---

<sup>74</sup> No entanto, conforme notou Santos (1999), “os transitivos e os ergativos só serão possíveis em construções de participio absoluto se, obviamente, também preencherem os requisitos impostos pelas restrições aspectuais da construção. Nomeadamente, um verbo transitivo como *amar*, embora, do ponto de vista sintáctico, preencha as restrições impostas pelo participio absoluto, não pode ocorrer nesta construção por constituir um estado lexical.” (p. 25, nt. 8).

*valsa*) e *corre (a maratona)*, o que os coloca na classe dos inergativos e não dos inacusativos.

### 2.2.6. Considerações finais

A principal conclusão a retirar das propostas aqui apresentadas é que com os verbos inacusativos, bem como nas construções em que ocorrem, o sujeito sintáctico é derivado, no sentido em que corresponde ao objecto nocional, ou semântico. Vimos, igualmente, que os inacusativos não formam uma classe semanticamente uniforme, uma vez que é uma classe que compreende tanto verbos de mudança de estado como verbos de existência ou aparição (bem como ainda todas as subclasses que decorrem destes dois grandes grupos). Apesar disso, os verbos inacusativos possuem características próprias que os distinguem dos outros intransitivos. Os diagnósticos apresentados, que mostram a heterogeneidade no seio dos intransitivos, têm como objectivo comprovar que os sujeitos sintácticos envolvidos em cada tipo de construção são semanticamente diferentes (são Agentes nas intransitivas e Temas nas inacusativas). No caso italiano, vimos que há marcas morfossintácticas que permitem fazer esta distinção, o que não é tão claro no PEC.

Os fenómenos sintácticos aqui apresentados podem, de acordo com Levin & Rappaport Hovav (1995), ser explicados recorrendo à configuração sintáctica inacusativa. De acordo com as autoras, a hipótese inacusativa é usada como exemplo de como as componentes sintáctica e semântica da gramática podem unir-se e determinar a ordenação dos constituintes (veremos que a ordem de constituintes no PEC e no PA é profundamente motivada pelo tipo de construção em que ocorrem: transitiva, inacusativa ou inergativa).

A componente semântica que motiva a própria inacusatividade (e que se reflecte, como se viu, sintacticamente) traduz-se pelas regras de ligação que identificam os argumentos que fazem parte do significado de um verbo (certos argumentos associam-se mais a umas expressões sintácticas do que a outras). A classe dos verbos inacusativos parece incluir verbos com valores semânticos específicos. Classe na qual se incluem verbos existenciais, como *surgir*, *aparecer*, *ocorrer*, verbos com apenas um argumento, que é o Tema, como *cair*, *chegar*, *desmaiar*, *nascer*, *morrer*, e ainda verbos semanticamente “de entrada ou saída de cena”, como *aparecer*, *desaparecer*, *chegar* (cf. Raposo 1981, 1992: 324).

A tipologia verbal “reformulada” aqui considerada, que contempla a divisão em duas classes dos verbos intransitivos, vai ter implicações importantes na descrição dos dados a analisar. Decorrente das Teorias Temática e do Caso, há factores a ter inevitavelmente em conta, como a existência ou não de sujeito temático e de objecto e, ainda, se o verbo tem ou não capacidade para atribuir Caso acusativo.

As diversas teorias generativistas, essencialmente lexicalistas, têm como base a ideia de que, no essencial, as representações sintácticas derivam directamente das propriedades de selecção de cada verbo, ou outro núcleo predicador: na TRL (Chomsky 1981) é o Princípio de Projecção e o Princípio de Projecção Alargado (“Extended Projection Principle”, ou EPP) que rege a representação de cada frase mas, para isso, é necessário ter em conta a representação lexical dos verbos, representação essa que pode tomar a forma de uma estrutura argumental (como em Grimshaw 1990), ou de uma estrutura mais semântico-lexical (conforme sugerido por Hale & Keyser 1993). Mas o caso dos verbos que podem ocorrer em mais de uma representação sintáctica pode ser problemático para este tipo de abordagem. Segundo Levin & Rappaport Hovav, o Princípio de Projecção terá como consequência a derivação de mais de uma entrada lexical para cada verbo, o que não será muito económico. Por outro lado, uma análise como a de Hoekstra & Mulder (1990) e Hoekstra (1992), para quem não existem representações lexicais estruturadas (os argumentos são projectados livremente na sintaxe<sup>75</sup>), também não parece aplicável.

Levin & Rappaport Hovav (1995) contradizem esta análise com base na sua própria descrição do comportamento dos verbos, uma vez que há determinados verbos que só podem ocorrer com certo tipo de argumentos, o que também é visível no PEC, conforme vimos nos capítulos anteriores (O gelo derreteu vs. \*O João derreteu, O João dançou uma linda dança vs. \*O João dançou uma linda perna, etc.). As autoras também dizem que, quando há desdobramento de significados, a associação dos verbos com entradas lexicais múltiplas é regida por um qualquer condicionalismo lexical.

Apesar das propostas apresentadas quanto à distinção entre inacusativos e inergativos serem sintácticas, semânticas ou sintáctico-semânticas, não nos parece existir um princípio geral que dê conta das variações encontradas (como demonstram os dados do PEC e do português dos séculos XIII a XVI, que analisaremos adiante nos

---

<sup>75</sup> “The exact meaning of a verb in a particular syntactic configuration is determined by the concept the verb is associated with in conjunction with the meaning associated with the syntactic structure” (Levin & Rappaport Hovav *Ibidem*: 280).

capítulos 5 e 6), pelo que julgamos importante a descrição das construções inacusativas *versus* transitivas e intransitivas encontradas nos textos do nosso *corpus*.

O presente capítulo teve como objectivo principal introduzir as temáticas da transitividade e da inacusatividade. Apresentámos argumentos empíricos em favor da distinção entre predicados transitivos, inergativos e inacusativos. Pareceu-nos relevante, tendo por base os pressupostos teóricos e teorias apresentados, delimitar as construções transitivas e inacusativas e mostrar de que modo se poderão distinguir. Deste modo, ir-se-á analisar construções com verbos que ocorrem em estruturas transitivas e inacusativas.

Do capítulo que agora se conclui, assumimos como critérios relevantes, na caracterização dos verbos inacusativos, as suas propriedades de natureza sintáctico-semântica, como a subcategorização de um constituinte nominal ([— DP]), sem Caso acusativo e a inexistência de um sujeito- $\theta$ . Em suma, a inacusatividade, embora motivada semanticamente (cf. estrutura- $\theta$ ), é sintáctica, no sentido em que deriva representações com sujeitos derivados, isto é, não temáticos, decorrente da incapacidade de atribuição de Caso acusativo ao único argumento seleccionado pelo verbo inacusativo.

Deste modo, e tendo em conta os pressupostos apresentados neste capítulo, assumimos que não há duas entradas lexicais para um mesmo verbo, mas sim a possibilidade de este ter argumento externo quando usado transitivamente.

Pelas razões enunciadas, os dois capítulos seguintes serão dedicados à caracterização de construções transitivas, por um lado, e inacusativas, por outro, com o intuito de caracterizar os mecanismos sintácticos que as distinguem e a influência que cada tipo de construção tem no ordenamento dos constituintes na oração nos dados do PEC, antes de proceder ao estudo dos dados do PA.



## CAPÍTULO 3

### CONSTRUÇÕES TRANSITIVAS

No capítulo anterior falámos da natureza dos predicados transitivos e inergativos *versus* os inacusativos, e foi possível delinear algumas conclusões importantes:

- a) o constituinte sintacticamente sujeito/Agente, portador dos traços semânticos [+animado, +vontade], é o sujeito lógico-semântico dos predicados transitivos e dos inergativos;
- b) o constituinte Tema pode ter duas funções, ou é objecto de um verbo transitivo, ou é o sujeito derivado das construções inacusativas.

Vimos, igualmente, que os inacusativos partilham propriedades das construções transitivas, no sentido em que o sujeito de uma construção inacusativa tem a mesma função semântica de um objecto numa construção transitiva, e isso pode ver-se na alternância causativa em (1):

- (1) a. O João partiu o copo<sub>Tema/Paciente</sub>. (objecto sintáctico)
- b. O copo<sub>Tema/Paciente</sub> partiu-se.<sup>1</sup> (sujeito sintáctico)

Partilham também propriedades das construções inergativas (ou verdadeiras construções intransitivas), no sentido em que têm um só argumento, só que este argumento único é interpretado como objecto lógico-semântico. Assim, o objecto

---

<sup>1</sup> A propósito de *Se*, é importante distinguir as construções em que ocorre, entre construções passivas, inacusativas e reflexas, distinção essa que é feita em função do tipo de adjuntos. Observem-se os seguintes exemplos:

- (i) a. O copo foi partido (pelo João).
- b. O copo partiu-se (por si só).
- c. O João lavou-se (a si próprio).

O exemplo (a) corresponde à construção passiva, na qual o argumento semanticamente Tema/Paciente é “elevado” para a posição de sujeito sintáctico, sendo o PP [*pelo João*] o causador da acção denotada pelo verbo *partir*. Em (b) temos um exemplo da construção inacusativa, na qual esse mesmo argumento Tema/Paciente é o sujeito sintáctico mas, ao contrário do exemplo anterior, neste não há causa exterior especificada, ou seja, não há Agente causador da acção. Quanto ao último exemplo, o exemplo (c), corresponde à construção reflexa típica, na qual o sujeito sintáctico é, simultaneamente, Agente/Experienciador e Tema de *lavar* (esta é também a interpretação que se pode atribuir às construções inacusativas cujo sujeito é Tema e causador ao mesmo tempo, por exemplo, *O João rolou (sobre si próprio)*). Do mesmo modo que uma construção inacusativa, cujo sujeito é, como vimos, [-Agente], é incompatível com um adjunto do tipo de *pelo João*, também vai ser incompatível com um advérbio de tipo agentivo, como em *\*O copo partiu-se intencionalmente* (cf. Mendikoetxea 1999, e.o.).

nocional de uma construção inacusativa é o seu sujeito sintáctico devido ao EPP, enquanto o sujeito nocional de uma construção inergativa corresponde também ao sujeito sintáctico.

Tendo em conta estas distinções semânticas que vão ter reflexos na sintaxe, iremos agora debruçar-nos sobre as representações sintácticas fundamentais nos próximos dois capítulos. A distinção entre propriedades dos verbos transitivos, inergativos e inacusativos, e propriedades das construções em que ocorrem é pertinente no âmbito do nosso trabalho uma vez que verbos lexicalmente distintos podem derivar construções sintácticas idênticas. Por isso é nosso intuito perceber como se representa uma construção transitiva por oposição a uma inacusativa; como e onde é gerado o sujeito em cada uma delas, uma vez que concluímos serem de naturezas diferentes, e o objecto das construções transitivas; de que forma são atribuídos/verificados estruturalmente os papéis- $\theta$  aos argumentos seleccionados pelos predicados e de que forma se hierarquizam. Tudo para que, ao descrever os dados do português dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, seja possível dar conta das diversas ordens de constituintes e as razões de umas ocorrerem em detrimento de outras.

### 3.1. Questões introdutórias

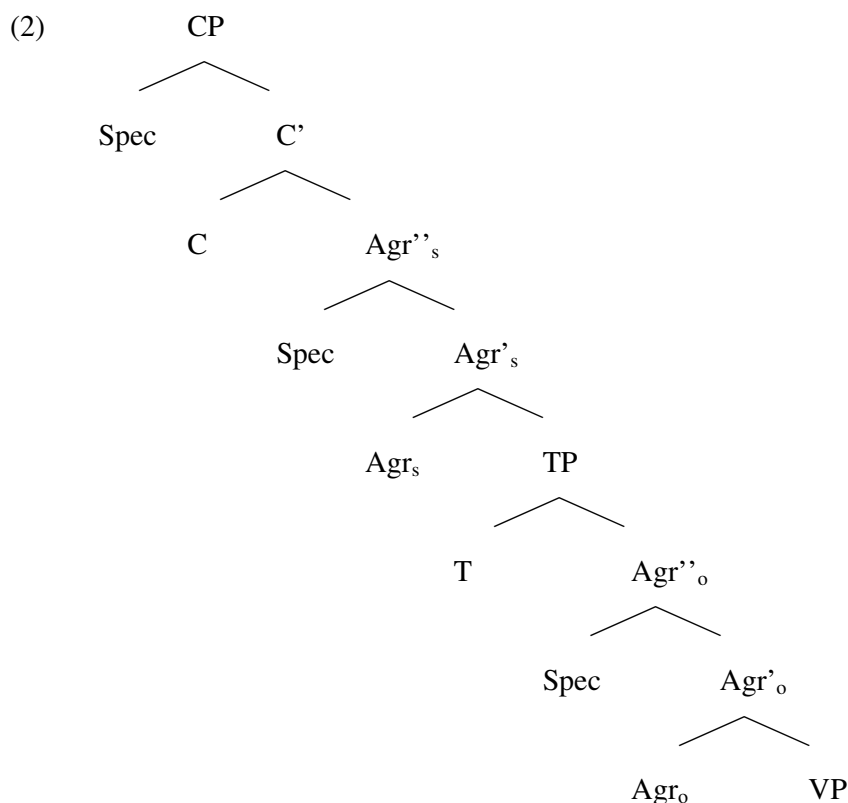
De acordo com a Teoria do Caso, o Caso estrutural sujeito é atribuído por acordo especificador-núcleo, enquanto o Caso estrutural de objecto é atribuído pelo verbo sob regência, o que inclui casos em que o objecto ao qual é atribuído Caso não é complemento<sup>2</sup> do verbo (construções de Marcação Excepcional de Caso<sup>3</sup>). Em Chomsky (1993) (mais tarde 1995<sup>4</sup>), pretende-se unificar os mecanismos de atribuição casual resumindo-os à configuração [Spec, head], pelo que, em termos da teoria-X', a estrutura da frase terá de incluir os seguintes núcleos: CP, AgrS, TP, AgrO e VP (Pollock 1989, Chomsky 1989, 1993):

---

<sup>2</sup> Por complementos entendam-se as entidades lógico-semânticas exigidas pela semântica de um termo do léxico, ou seja, do predicado lexical.

<sup>3</sup> “Exceptional Case Marking”, ou ECM.

<sup>4</sup> Em Chomsky (1995) as projecções de Agr deixam de existir, sendo AgrO substituído por v. O resultado desta mudança não tem reflexos na estrutura sintáctica, uma vez que continua a funcionar como alvo para o movimento de constituintes de tipo nominal. Quanto a AgrS, não considerado em muitos trabalhos, desempenha papel importante na legitimação de sujeitos nulos, quer em PEC, quer em PA, pelo que optámos por mantê-lo.



(Chomsky 1993: 7)

As etiquetas AgrS e AgrO, segundo Chomsky, são mnemónicas sem qualquer estatuto teórico, para mais facilmente se distinguir entre os dois papéis funcionais de Agr, a saber, acordo de sujeito e de objecto, respectivamente, ou seja, são meros indicadores da posição da categoria funcional. A existência destes dois núcleos (“two occurrences of Agr”, *Idem*: 9), e as consequentes posições de especificador a eles associadas, permitem a realização do Caso estrutural via acordo especificador-núcleo, decorrente do Filtro do Caso. Claro que quando o VP contém um único argumento DP, apenas um destes núcleos é activo ficando o outro inerte ou mesmo inexistente, de acordo com princípios de Economia (*Idem*: 9). Resta saber qual dos núcleos é activado, se for AgrS significa que o DP tem propriedades de sujeito de uma construção transitiva, se for AgrO, apresenta propriedades de objecto, também de uma oração transitiva. Sendo esta a situação que se verifica para as línguas com nominativo-acusativo e línguas ergativas e absolutivas, respectivamente, que se distinguem com base na morfologia.

Quanto à arquitectura da frase, quer seja universal (igual para todas as línguas e para todos os tipos de frase, Pollock 1989, Chomsky 1993, Rizzi 1997, Cinque 1999, e.o.), quer não universal (só são projectados os núcleos necessários, Thráinsson 1996<sup>5</sup> e Bobaljik & Thráinsson 1998), há que ter em conta factores como o movimento do verbo, concordância/morfologia, que motivam a existência de um nó IP desdobrado e, conseqüentemente, a possibilidade de projectar múltiplas posições de especificador dessas categorias ([Spec, AgrSP], [Spec, TP]) para verificar diferentes tipos de traços. Vamos, ao longo do trabalho, propor que a estrutura da frase no português dos séculos XIII a XVI é a mesma que se verifica no PEC, na qual só são projectados os núcleos necessários a uma dada frase, embora os valores associados a cada categoria possa ser diferente, residindo a diferença entre o português de estádios antigos e o PEC exactamente ao nível dos mecanismos sintácticos que possibilitavam uma maior variação ao nível da ordenação dos constituintes na frase e que estão directamente relacionados com a estrutura funcional da frase e com a categoria sintáctica de certos constituintes. A ordenação dos constituintes era muito mais livre no português dos séculos XIII a XVI, onde era possível um maior número de contextos OV em frases independentes, mesmo sem serem proclíticos, decorrente de uma maior mobilidade dos constituintes objecto. Porque que é que havia tanta mobilidade é algo que nos interessa analisar em termos sintácticos.

Passamos agora a rever alguns conceitos chave bem como alguns mecanismos sintácticos pertinentes para a reflexão sobre a estrutura da frase em PA e PEC.

### 3.1.1. Estrutura da frase

No âmbito da teoria de Princípios e Parâmetros, Pollock (1989) propõe que a estrutura da frase é universal. Sendo esta universal, não é possível explicar a variação entre línguas ao nível da estrutura frásica. Deste modo, a explicação avançada para as diferenças entre, por exemplo, o francês e o inglês, em frases como as de (3), baseia-se, não na estrutura, mas na existência ou não de movimento explícito do verbo para o núcleo funcional I: em inglês, o verbo fica *in situ* e, no francês, sobe para as categorias funcionais acima de VP, sendo esta a análise tradicional. Observem-se os exemplos:

---

<sup>5</sup> Thráinsson (1996) defende que a estrutura da frase é determinada pela Gramática Universal (GU), no sentido em que é a GU que determina o conjunto de categorias funcionais presentes numa língua. Deste

- (3) a. Mary usually reads novels.  
 a'. \* Mary reads usually novels.  
 b. Marie lit normalement des romans.  
 b'. \* Marie normalement lit des romans.

Outros autores, por seu turno, defendem que é exactamente ao nível da estrutura da frase que pode haver variação, e neste ponto há que ter em consideração as diferenças entre línguas românicas e línguas germânicas no que toca à ordem dos constituintes. Assim, nas línguas germânicas que são V2 há duas situações que determinam as posições do verbo: ou fica *in situ*, e temos frases como (3a), com a ordem [S Adv V O], ou sobe para fora do domínio de IP, isto é, para C,<sup>6</sup> dando origem às seguintes ordens: [XP V S] e [S V XP], derivadas por movimento do verbo para segunda posição e deslocação de um constituinte XP, inclusivamente o sujeito, para a posição inicial em orações independentes, como em (4a, b, c).

- (4) a. Vielleicht **hat** Peter dieses Buch gelesen.  
*Felizmente tem Pedro este livro lido*  
 ‘Felizmente o Pedro leu este livro’  
 b. Dieses Buch **hat** Peter gelesen.  
*Este livro tem Pedro lido*  
 ‘O Pedro leu este livro’  
 (Vikner 1995: 39)  
 c. Die Kinder sahen den Film.  
*As crianças vêem o filme*  
 (Idem: 41)

Uma análise nestes termos pressupõe a subida do verbo para o núcleo funcional C, sendo que os constituintes que o podem anteceder (o sujeito, advérbios, objectos, constituintes-Wh) ocupam a posição de especificador dessa mesma categoria.

---

modo, a variação, quer entre línguas, quer entre frases de uma mesma língua, depende dos núcleos funcionais existentes.

<sup>6</sup> Foi den Besten (1983) o primeiro a falar em subida do verbo para C. No entanto, este assunto será retomado no capítulo dedicado às ordens VS no PA, no qual é descrita mais em detalhe a sintaxe V2. Convém salientar que o designado fenómeno V2, mesmo no seio das línguas germânicas, não é um fenómeno homogéneo, já que pode ser de dois tipos, simétrico e assimétrico, consoante a ocorrência do verbo em segunda posição seja obrigatória, ou não, em todos os tipos de contextos.

Esta análise diverge significativamente da que é proposta para as línguas românicas, nas quais se assume que o sujeito ocupa a posição de especificador de IP, sendo que esse é o núcleo mais alto para o qual o verbo pode subir.

Nos termos do Programa Minimalista, quer na versão de 1993, quer na de 1995, desaparecem os níveis de representação sintáctica – estrutura-S e estrutura-P – pelo que, pelo menos em LF, todas as línguas são iguais. Em vez de se considerar que é a estrutura sintáctica que é universal, é o nível LF que é comum a todas as línguas, em conjunto com princípios de economia, encontrando-se a variação entre línguas ao nível da força dos traços a verificar. Traços esses que se distinguem entre traços-v, cuja verificação motiva o movimento de núcleos, e traços-n, responsáveis pelo movimento dos sintagmas, ou categorias máximas<sup>7</sup>. Deste modo, a variação entre línguas dá-se ao nível do léxico uma vez que, de acordo com a teoria, as palavras são introduzidas na sintaxe já formadas (cf. Hipótese Lexicalista). Quanto à arquitectura da frase, Chomsky (1993) defende que é universal, e é a que se apresenta em (2) acima.

Existem, no entanto, teorias que defendem posições opostas no que respeita ao inventário de categorias funcionais existentes numa língua, como as de Cinque (1999), por um lado, e Grimshaw (1991) e Thráinsson (1996), por outro. Cinque defende que a estrutura da frase segue uma hierarquia universal e é sempre projectada, pelo que não há variação intra-linguística nem entre línguas no que toca aos núcleos funcionais que são projectados. Esta proposta baseia-se na comparação do comportamento dos advérbios e de núcleos funcionais em várias línguas que, segundo o autor, têm uma hierarquia constante.

Numa outra perspectiva, Grimshaw (1991) e Thráinsson (1996) sugerem exactamente o oposto, que as categorias funcionais não são sempre projectadas da mesma forma. Segundo Grimshaw as categorias funcionais não são núcleos autónomos, são extensões de núcleos lexicais e só são projectados quando há necessidade de criar posições alvo para o movimento dos constituintes lexicais, quer núcleos ( $X^0$ ), quer projecções máximas (XP). Para Thráinsson, por exemplo, a variação entre línguas depende das categorias funcionais que são projectadas. A consequência imediata destas

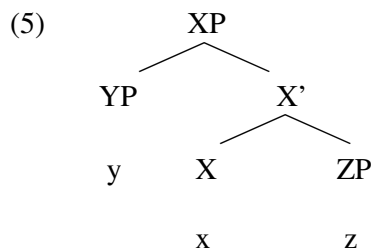
---

<sup>7</sup> De acordo com o Programa Minimalista existe uma distinção clara entre categorias lexicais e funcionais (cf. Grimshaw 1991), sendo as primeiras especificadas com todos os seus traços enquanto que as segundas, as categorias funcionais, têm traços a verificar. É o sistema computacional, através de mecanismo de partilha de traços, que vai permitir que os traços nucleares de um núcleo funcional sejam especificados, ou seja, o núcleo “expandido” partilha os traços do núcleo lexical após composição de duas categorias máximas (XP), uma lexical e uma funcional, numa “ projecção expandida” (“extended projection”).

propostas é que a estrutura da frase não é universal, já que as categorias funcionais só são projectadas quando é necessário, decorrendo deste facto a variação quer entre línguas quer no seio de uma mesma língua.

Estes são também os pressupostos pelos quais se rege a Teoria da Optimidade (“Optimality Theory”, ou OT) (Prince & Smolensky 1993), a estrutura da frase não é universal, só é projectado o que é realmente necessário. A OT, para a maioria dos autores, partilha com o Programa Minimalista a ideia de que o nível semântico (o léxico) é igual para todas as línguas, um universal, portanto. Mas enquanto para o Programa Minimalista o nível semântico de representação é o ponto de chegada da representação sintáctica, na OT é exactamente o oposto, é o ponto de partida, ou *input*.

Numa outra linha, a hipótese assimétrica de Kayne (1994) acaba com o parâmetro da direcionalidade ao propor um sistema no qual a estrutura de constituintes determina inteiramente a ordem linear. O Axioma da Correspondência Linear (‘Linear Correspondence Axiom’, ou LCA) implica que, uma diferente ordem linear vai depender de uma diferente estrutura hierárquica o que, por outras palavras, significa que o LCA permite a ordenação das palavras. De acordo com este axioma, a noção de c-comando assimétrico traduz-se em precedência linear, só sendo permitidas as estruturas que envolvam relações antissimétricas, como a que a seguir se apresenta, na qual existe uma posição de especificador, uma posição para o complemento e um núcleo.



Esta hipótese da antissimetria tem várias consequências. Em primeiro lugar, a ordem especificador-núcleo-complemento é universal, sendo as línguas universalmente SVO. Em segundo lugar esbate-se a distinção estrutural entre especificadores e adjuntos, deixam de existir especificadores e adjunções à direita<sup>8</sup> e, finalmente, cada núcleo projecta apenas uma posição de especificador (adjunto à esquerda).

<sup>8</sup> Ao postular a impossibilidade de adjunção à direita, Kayne vai assumir, na linha de Larson (1988), que os adjuntos que ocorrem em posição final de frase, ou seja, adjuntos à direita, são estruturalmente equivalentes a complementos. Uma análise nestes termos vai ter implicações importantes ao nível das relações estruturais entre constituintes, uma vez que se esbate a diferença entre complementos e adjuntos,

Na nossa opinião, parece uma ideia mais “económica” assumir que a arquitectura da frase não é universal (contra Rizzi 1997 e Cinque 1999), de acordo com a proposta inicial de Grimshaw (1991), Thráinsson (1996) e Bobaljik & Thráinsson (1998), seguida por Martins (2000b<sup>9</sup>, 2000e), Costa (1998) e Costa & Gonçalves (1999)<sup>10</sup> para o PEC, sendo que diferentes tipos de frases podem projectar mais ou menos estrutura. O nosso objectivo neste ponto do trabalho vai ser determinar qual a estrutura da frase no PEC e, subsequentemente, se há diferenças relativamente ao PA, já que esta é uma língua na qual a ordenação dos constituintes é mais livre. Em suma:

“Structural representations are now seen as arising from the integration of lexical projections (NP, VP, AP, PP) into a configurational skeleton provided by functional heads (inflections, complementizers, determiners, ...) and their projections (IP, CP, DP, ...). Lexical heads provide the descriptive content and the basic argumental (thematic) structure; functional heads determine the configurational geometry and provide such grammatical specifications as tense, mood, definiteness, etc., thus contributing to the determination of the interpretation as well as of the form of linguistic expressions”.

(Belletti & Rizzi 1996: 3)

A estrutura da frase vai, pois, depender da interacção de projecções lexicais fornecidas pela estrutura argumental dos predicados e a existência de alvos, ou categorias funcionais, na estrutura sintáctica. Se, como defendemos acima, as categorias funcionais não são universais e se só existem como potenciais alvos de categorias

---

alguns dos pressupostos assumidos, nomeadamente neste trabalho, teriam de ser revistos, como as assimetrias entre movimentos A e A', a noção de estrutura argumental de um predicado, etc. Para uma discussão sobre se os adjuntos à direita são estruturalmente equivalentes a complementos ou não, veja-se Lobo (2002).

<sup>9</sup> Martins (2000b) defende que houve uma mudança do PA para o PEC no que toca à estrutura da frase, exactamente no que respeita à projecção de categorias funcionais. De acordo com a autora, deixa de ser possível projectar múltiplas posições de especificador decorrente do enfraquecimento de traços de Agr. Ou seja, o PA dispunha de mais alvos de movimento para categorias lexicais devido à existência do parâmetro de Agr dividido. Por esta razão todo o tipo de projecção podia ser *scrambled*, quer núcleos, quer projecções máximas, assunto a que regressaremos.

<sup>10</sup> Costa & Gonçalves (1999) apresentam argumentos empíricos em favor das propostas de Grimshaw e Thráinsson baseados no comportamento de algumas construções que, de acordo com os autores, são defectivas no PEC, como a colocação dos advérbios em frases declarativas simples, os complementos de verbos causativos em contextos de “união de orações” e as construções de topicalização. Concluem que as categorias funcionais só são projectadas quando necessário: para alojar núcleos lexicais, no caso dos advérbios e da topicalização, ou como consequência de propriedades de subcategorização de certos verbos, como no caso dos complementos de verbos causativos em contextos de “união de orações”.

lexicais (isto é, são o esqueleto da representação sintáctica), daí advém a não universalidade da estrutura, quer no seio da mesma língua, quer entre línguas.

A proposta avançada por Pollock (1989), por sua vez inspirado no trabalho de Emonds (1978), defende que as diferentes ordenações dos constituintes na frase, pelo menos de alguns deles, está directamente relacionada com um mecanismo de movimento de núcleos que vai mover o verbo da sua posição base para uma posição mais alta, para um qualquer núcleo funcional. Evidência para que tal aconteça é a posição relativa de alguns advérbios e da negação com relação ao verbo finito (constituintes que, tipicamente, se assume marcarem a fronteira esquerda de VP), em línguas como o PEC, o francês e o inglês. A posição relativa desses constituintes mostra até que ponto o verbo se move, derivando diferentes ordenações de constituintes, e é este assunto que vamos abordar no próximo ponto.

Para o seguimento do nosso trabalho assumimos, pois, que a estrutura da frase é a que se apresenta em (2), tendo presente o domínio de IP desdobrado, e contempla os domínios funcionais CP, IP, DP, que constituem a base do esqueleto onde vão ser projectados os núcleos lexicais e funcionais associados (enquanto reflexo da informação do léxico) corroborando, deste modo, a citação acima.

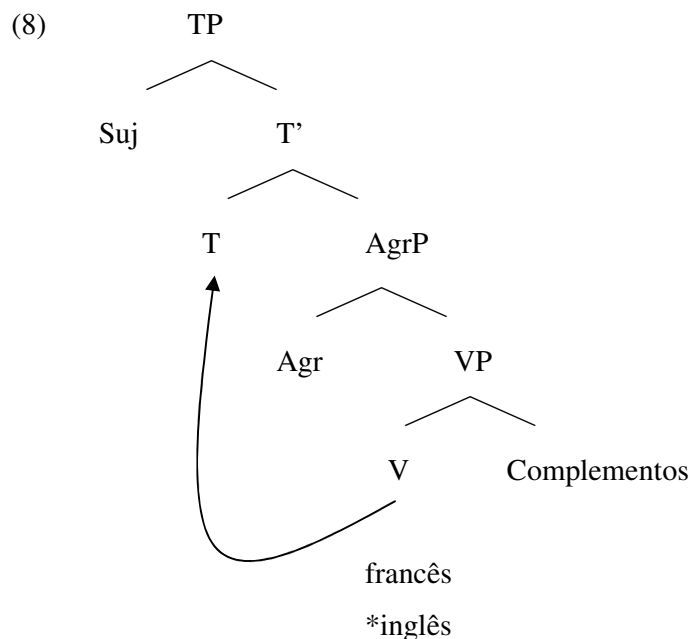
### **3.1.2. Movimento do verbo**

Retomando Pollock (1989), o autor mostrou que a posição relativa dos verbos e advérbios em francês e inglês é evidência para postular a existência da flexão desdobrada ('split infl') num nó acordo ('Agr(reement)') e num nó t(empo) ('Tense'), o que origina duas possíveis posições para as quais o verbo pode subir. Assumindo que os advérbios de tempo e de modo são adjuntos a VP, ou seja, mais baixos que Agr e T, e a negação surge entre estes dois núcleos, Pollock defende que sempre que um advérbio ocorre antes do verbo (Adv-V) significa que não houve movimento desse mesmo verbo, se o verbo ocorrer entre a negação e o advérbio (Neg-V-Adv) significa que houve movimento curto do verbo e, finalmente, sempre que o verbo precede a negação (V-Neg) houve movimento longo do verbo. Os exemplos relevantes são os que se apresentam em (3), aqui repetidos em (6), nos quais é possível constatar que, no francês, um advérbio de VP pode ocorrer depois do verbo o que, segundo Pollock, é evidência para que tenha havido movimento curto do verbo, o que não se verifica no inglês. A estes exemplos acresce o caso alemão em (7), língua na qual a possibilidade de

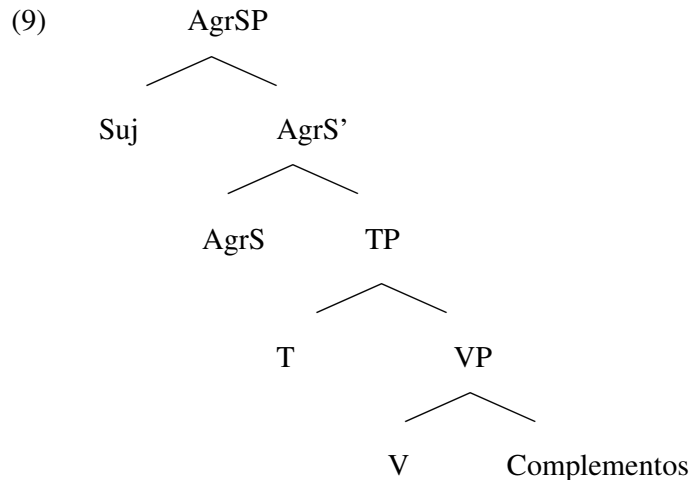
ocorrência do verbo antes da negação é evidência em favor do movimento do verbo para C (o exemplo (7a) é de Vikner 1995: 154, enquanto que (7b) é exemplo nosso):

- (6) a. Mary usually reads novels.  
 a'. \* Mary reads novels usually.  
 b. Marie lit normalement les romans.  
 b'. \* Marie normalment lit les romans.
- (7) a. Gesagt daß Peter reich ist hat sie nicht.  
*Dito que o-Pedro rico é tinha ela não*  
 'Ela não tinha dito que o Pedro é rico'  
 b. \*Gesagt daß Peter reich ist nicht sie hat.  
*Dito que o-Pedro rico é não ela tinha*

Tendo em consideração que os advérbios são núcleos adjuntos a VP, a impossibilidade de ocorrência do verbo à esquerda do advérbio em inglês mostra que este não pode subir para além da posição onde está o advérbio, o que é perfeitamente plausível em francês, conforme demonstrou também Pollock. O caso francês mostra, para além disso, que o verbo tem mesmo de subir para os núcleos funcionais mais altos por razões de concordância. Observe-se (8)<sup>11</sup>:



Na análise tradicional de Pollock (1989) o nó T' domina AgrP (ou AgrS) mas, para Belletti (1990), que segue Chomsky (1989) e contraria Pollock, passa-se exactamente o oposto, ou seja, é Agr' que domina TP, uma vez que os morfemas de acordo de sujeito são adicionados na raiz verbal depois dos de tempo (canta-va<sub>T</sub>-mos<sub>Agr</sub>), e é esta a configuração que assumimos para o PEC, também na linha do que tem vindo a ser veiculado na literatura. Observe-se (9):



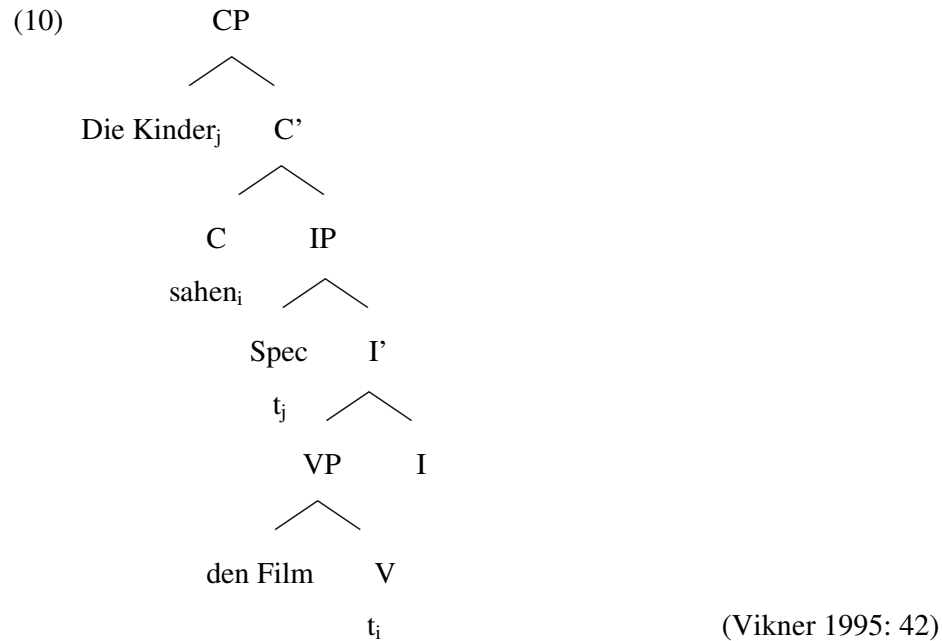
Chomsky (1993), posteriormente, vai reformular a análise de Pollock (1989), do mesmo modo que vai reconsiderar a ideia de movimento. Se, para Pollock, o verbo sobe para o núcleo I (ou T) no francês e não no inglês devido às propriedades morfológicas do núcleo funcional que, no francês, ao contrário do inglês, não é opaco e permite a subida do verbo para I, para Chomsky, pelo contrário, o parâmetro que determina a subida do verbo para I decorre de propriedades, não do núcleo movido (do verbo, portanto), mas da flexão. Flexão essa que no caso francês é forte, por isso o movimento do verbo é explícito, enquanto que no inglês é uma flexão fraca, pelo que o movimento do verbo se dá implicitamente. A variação decorre, portanto, da natureza forte/fraca do núcleo funcional que é alvo do movimento do verbo, neste caso da flexão.

Outra evidência positiva em favor do movimento do verbo na sintaxe é o fenómeno V2, ou verbo em segundo lugar. Conforme referimos brevemente acima, as línguas germânicas que são V2 caracterizam-se pela ocorrência do verbo em segunda posição nas orações raiz, ou independentes. Configuração que é possível porque o verbo sobe da sua posição dentro de VP para o núcleo funcional C que, nestas línguas, se

---

<sup>11</sup> Estrutura adaptada a partir de Pollock (1989).

considera ser uma categoria com características particulares, que é a de ser especificada com traços de flexão. Os restantes constituintes que podem ocorrer antes do verbo, inclusivamente o sujeito, ocupam posições de Tópico<sup>12</sup>, sendo realizadas em especificador de CP. Observe-se (10):



Em orações subordinadas, porque o núcleo C está lexicalizado, o verbo já não sobe para segunda posição, já não ocupa a posição C para onde geralmente vai, fica em posição final. Nos casos em que o complementador é opcional, como em frases com verbos “bridge”, o verbo já pode ser segundo, o que é evidência para ter havido movimento. Observem-se os seguintes exemplos:

- (11) a. Er sagt, **daß** die Kinder diesen Film gesehen **haben**.

*Ele diz que as crianças este filme visto têm*

‘Ele diz que as crianças viram o filme’

(Holmberg 1986: 43)

<sup>12</sup> Barbosa (1995) defende para o português a hipótese de que os sujeitos são tópicos, ou seja, ocupam uma posição periférica à própria frase.

b. Sie glaubte  $\emptyset$  dieses Brot **hatte** das Kind gegessen.

*Ela julgava  $\emptyset$  este pão tinha a criança comido*

‘Ela julgava que a criança tinha comido o pão’

(Schwartz & Vikner 1996: 22)

O terceiro argumento em favor do movimento do verbo vem das línguas que exibem o fenómeno V2 ainda que residualmente, como o caso das interrogativas em inglês. No caso do inglês, os verbos não lexicais como *be*, ou sobem para a flexão, numa instância de Aux-to-I, como em (12a), ou para C, como no exemplo (12c) com *do-support* (movimento de Aux-to-C). Em ambos os casos o auxiliar é o segundo elemento da oração e o sujeito ocorre a seguir ao verbo. O exemplo (12b) mostra que a segunda posição do verbo em inglês, e conseqüente inversão do sujeito, só é possível com auxiliares e não com verbos lexicais.

- (12) a. Are you afraid?  
b. \*Who saw you? (*you* é sujeito de *saw*)  
c. Who did you see?

No PEC, conforme defende Ambar (1992), também há V2 residual em interrogativas. Segundo a autora, nestes contextos o verbo sobe directamente para C sem necessitar de verbo suporte:

- (13) a. Que comprou a Maria?  
b. Onde foi a Maria?

(Ambar *Ibidem*: 55)

Em suma, há movimento do verbo na sintaxe e são vários os diagnósticos apontados em favor desse facto. Organizemos os diagnósticos “universalmente”, isto é, de forma a abranger tanto as línguas germânicas como as românicas: um primeiro diagnóstico que é possível utilizar para detectar se houve movimento do verbo, prende-se com a separação da partícula do verbo, nos casos de verbos partícula das línguas germânicas. A separação do verbo da partícula é evidência para que tenha havido movimento do verbo em (14a), contrariamente ao que acontece em (14b).

- (14) a. Maria ruft Johan an.  
 b. Ich habe Maria anrufen.

O segundo diagnóstico que favorece a ideia de que o verbo se move relaciona-se, como mostrou Pollock, com a posição do advérbio na frase. Se estes são advérbios adjuntos a VP então, uma configuração V-Adv é evidência suficiente para postular que o verbo subiu, sendo que o oposto, Adv-V, indica que não há movimento. O terceiro diagnóstico diz respeito à negação que, nas línguas germânicas, tem um comportamento semelhante ao dos advérbios, sempre que segue o verbo é evidência para o movimento, como nos exemplos de (7), aqui repetidos, nos quais há topicalização de VP:

- (15) a. Gesagt daß Peter reich ist hat sie nicht.  
*Dito que o-Pedro rico é tinha ela não*  
 ‘Dito que o Pedro é rico ela não tinha’  
 b. Gesprochen mit ihr hat er lange nicht mehr.  
*Falado com ela tinha ele muito não mais*  
 ‘Falado com ela mais, ele não tinha há muito’

(Vikner 1995: 154)

Claro que em PEC a negação não pode funcionar como diagnóstico (pelo menos a negação frásica), uma vez que tem o estatuto de adjunto verbal, ou seja, é clítica (Matos 1999), ocupa a posição de adjunção ao verbo e é movida em conjunto com o mesmo.

Um quarto diagnóstico está relacionado com a posição dos Quantificadores Flutuantes (QF), *todos, ambos*, que marcam posições na frase em que seria possível existir um sujeito. Observem-se os contrastes:

- (16) a. Todos os meninos foram à praia.  
 a’. All the boys went to the beach.  
 a’’. Tous les garçons sont allés à la plage.  
 b. Os meninos todos foram à praia.  
 b’. The boys all went to the beach.  
 b’’. \*Les garçons tous sont allés à la plage.  
 c. Os meninos foram todos à praia.

- c'. \*The boys went all to the beach.  
 c''. Les garçons sont tous allés à la plage.  
 d. \* Os meninos foram à praia todos.  
 d'. \* The boys went to the beach all.  
 d''. \* Les garçons sont allés à la plage tous.

Conjugando o movimento de QFs com movimento do verbo, pode-se constatar que, no caso inglês, o verbo não sai de VP, pelo que nunca precede o QF, mas o mesmo não se passa em relação às outras línguas, o que mostra que, nestas, o verbo sobe até ao núcleo funcional I.

Um potencial problema para todos estes diagnósticos poderá ser o PEC, como sugere Costa (1996a). Observem-se os seguintes exemplos:

- (17) a. O João vê frequentemente a Maria.  
       b. O João frequentemente vê a Maria.  
 (18) a. Os meninos leram todos o livro.  
       b. Os meninos todos leram o livro.

Segundo o autor a ordem S-Adv-V, (17b), tanto ocorre no PEC como no italiano mas, no caso deste os sujeitos são tópicos e os advérbios naquela posição são advérbios frásicos, pelo que a ordem acima descrita é derivada. No entanto, no PEC esta ordem não pode ser considerada um caso de topicalização do sujeito, nem tão pouco o advérbio *frequentemente* é um advérbio frásico. A explicação pode ser fundamentada nos seguintes termos, em PEC o verbo sobe até T, o que explica a possibilidade de ocorrência do advérbio entre o sujeito e o verbo, ao contrário do que acontece no francês, língua na qual Suj-Adv-V é agramatical porque o verbo sobe até ao núcleo Agr, e não pode haver nada entre o sujeito e o verbo; enquanto que no inglês o verbo fica *in situ*, o que explica também a impossibilidade de sequências como V-Adv-Complemento, ou seja, não pode haver nada entre o verbo e o complemento.<sup>13</sup>

Pesetsky (1982), no entanto, mostra que a adjacência entre verbo e complemento tem de ser mantida apenas quando o objecto é um DP, caso contrário a adjacência pode

---

<sup>13</sup> A questão da adjacência entre o verbo e objecto é diagnóstico para considerar que não há movimento do verbo no inglês.

não existir, o que acontece quando o objecto é um PP ou um CP. E este é, segundo Pesetsky, um argumento forte em favor do movimento do verbo em inglês.

- (19) a. John stared intuitively at Mary.  
 b. John said curiously that she would leave the party.

Um outro argumento decorre, tal como foi salientado em relação às línguas germânicas, da separação da sequência verbo-partícula (Johnson 1991). Se houver separação há movimento (20a), se não houver separação não há movimento (20b)<sup>14</sup>, como nos seguintes exemplos do inglês:

- (20) a. Mary brought the kid up.  
 b. Mary brought up the kid.

No PEC é a posição pós-verbal do sujeito que pode funcionar como diagnóstico adicional para o movimento do verbo para o núcleo funcional I, tanto na hipótese do sujeito interno a VP e o verbo movido para fora de VP (para I), como na análise que defende que o sujeito, nestas situações, sobe para [Spec, TP] e o verbo para uma posição mais alta (Martins 1994, Duarte 1997). Em qualquer dos casos, no entanto, parece haver evidência de que o verbo sobe para fora de VP, o que é mais um argumento em favor do movimento.

Intuitivamente, há a tendência para associar o movimento do verbo para a flexão (V-para-I) com o facto de esta existir ou não: se há flexão o verbo sobe, se não há flexão não há necessidade de o verbo subir. Ora, a simples observação dos dados mostra que isto não pode ser verdade, pois se assim fosse só as línguas que apresentassem traços de flexão (pessoa e número) permitiriam que o verbo subisse, ao mesmo tempo que nas línguas em que esses traços não existem (como o dinamarquês, o norueguês e o sueco, as línguas escandinavas centrais<sup>15</sup>), não haveria movimento de V-para-I em nenhuma

<sup>14</sup> De salientar que com pronomes a separação da partícula do verbo é obrigatória (*I'll ring you up* e não *\*I'll ring up you*).

<sup>15</sup> Nestas línguas há movimento de V-para-I em frases raiz, mas apenas enquanto instância de V2, por exemplo:

	C°	Spec, IP	I	Adv	V°	
(i) a.	Den	her bog	<u>vil</u>	Helge	gerne	læse.
b.	*Den	her bog		Helge	<u>vil</u>	gerne læse.
c.	*Den	her bog		Helge	gerne	<u>vil</u> læse.

(Vikner 1995: 142)

(‘este aqui livro (vai) Helge (vai) prontamente (vai) ler’)

circunstância. Então, não é a ausência *versus* presença de flexão que parece importar, mas sim o facto de esta ser mais ou menos rica, ou seja, o número de morfemas flexionais de uma língua é factor determinante (cf. Roberts 1993, Rohrbacher 1994 e Vikner 1997<sup>16</sup>).

Pollock (1989) sugere, como pudemos constatar, que o mecanismo que possibilita o movimento do verbo está estreitamente relacionado com a morfologia, no sentido em que uma morfologia rica é sinónimo de movimento por razões de concordância. A mesma ideia é partilhada por Roberts (1993) para quem o inglês terá perdido a possibilidade de mover o verbo devido a um enfraquecimento da morfologia em termos diacrónicos, nomeadamente do núcleo funcional Agr. Roberts sugere, com base na hipótese da flexão dividida de Pollock, que o acordo “rico” se manifesta através de Agr e não de T (*Idem*: 256) porque, caso contrário, ainda hoje seria possível o movimento do verbo no inglês, já que é uma língua que manifesta acordo temporal. No entanto, segundo o autor, em estádios mais antigos da língua era possível mover o verbo finito para posições estruturalmente mais altas, nomeadamente para o núcleo Agr. Evidências em favor desta ideia decorrem da possibilidade de um verbo finito subir para C (era possível haver subida de Agr-para-C em interrogativas, condicionais e declarativas V2) e de o mesmo poder ocorrer antes da negação frásica que, como vimos com os exemplos do alemão, indicia movimento. Observem-se os exemplos seguintes:

---

De acordo com Vikner, o exemplo (a) é gramatical porque o verbo é o segundo elemento da oração, enquanto que em (b) há movimento não motivado do verbo-para-I, pelo que a frase é mal-formada. Relativamente ao último exemplo, ele é agramatical porque o verbo ficou na sua posição base, ou seja, não houve qualquer tipo de movimento.

<sup>16</sup> As análises destes autores mostram que existe uma relação estreita entre movimento e morfologia, e quanto maior o número de morfemas flexionais maior a probabilidade de mover o verbo para I. Mais concretamente, Vikner assume as análises de Roberts e Rohrbacher como complementares, sendo que naquela o movimento do verbo ocorre numa língua que apresente marcas flexionais distintas de singular e plural, enquanto nesta o movimento ocorre quando, pelo menos no singular, ou no plural (ou em ambos), as formas de primeira e segunda pessoa divergem entre si, e divergem também das de terceira pessoa e da marca de infinitivo. Observemos, por exemplo, o contraste entre os paradigmas flexionais do francês e do islandês, línguas com movimento de V-para-I, por oposição ao inglês (as formas de infinitivo estão assinaladas a negrito):

(i)	<b>jeter</b>	<b>throw</b>	<b>kasta</b>
1sg	jette	throw	kasta
2sg	jettes	throw	kastar
3sg	jette	throws	kastar
1pl	jetons	throw	köstum
2pl	jetez	throw	kastið
3pl	jettent	throw	kasta

(Vikner 1995: 133)

- (21) a. **Seis thou** nocht hir that sittis the besyde?  
*Seest you not her that sits thee beside?*  
 ('Não vês que ela se senta ao teu lado?')
- b. Than **longen folk** to goon on pilgrimages.  
*Then long people to go on pilgrimages*  
 ('Então muita gente vai em peregrinações')
- c. Bycause they **come not** up and offre.  
*Because they come not up and offer*  
 ('Porque eles não vêm e oferecem')

(Roberts 1993: 246-247, 250)

À luz do Programa Minimalista (Chomsky 1993), como vimos atrás, o movimento do verbo ocorre porque, quer o verbo, quer os núcleos funcionais T e Agr têm traços fortes que precisam ser verificados, não devido a necessidades específicas do núcleo movido, isto é, do verbo. Assim, se os traços a verificar forem fortes, como no francês e no PEC, o movimento ocorre na sintaxe visível, mas se forem traços fracos, como no inglês, o movimento ocorre apenas implicitamente.<sup>17</sup>

Parece, pois, não haver dúvidas quanto à relação entre movimento do verbo e morfologia, apenas a forma como é apresentada parece não ser consensual. Se, por um lado, se recorre à riqueza *versus* pobreza da flexão para postular a existência *versus* ausência de movimento, há sempre forma de contra argumentar com evidências das mais variadas línguas, como, por exemplo, o dinamarquês, o norueguês e o sueco, conforme mencionado acima.

É, sem dúvida, importante ter em linha de conta todo o paradigma verbal de uma língua para determinar se há riqueza morfológica suficiente para motivar o movimento, pois não é suficiente, como ficou demonstrado, assumir que se há flexão há movimento, caso contrário não há. O sueco e o dinamarquês vimos serem exemplo desta última situação mas, a comprovar o contrário, temos o faroês que, apesar de ter alguma flexão, não tem movimento (Vikner 1997).

---

<sup>17</sup> Roberts & Roussou (2002) e Alexiadou & Anagnostopoulou (1998), na mesma linha, sugerem ainda que o movimento do verbo (principalmente nos casos em que há V2) se relaciona com o traço EPP. Para estes autores, EPP e V2 são manifestações da mesma condição. Condição essa que decorre da análise de T enquanto núcleo que contém uma variável de tempo ('tense') que deve ser ligada, e da obrigatoriedade de preencher a posição de especificador desse mesmo núcleo.

Foi ainda sugerido que basta a flexão ser forte (isto é, apresentar mais de três formas diferentes) para mover o verbo, o que também pode não ser verdade, uma vez que tanto o francês como o português têm paradigmas flexionais semelhantes e numa língua há movimento e na outra não. Holmberg & Platzack (1988, 1990), defendem que basta haver distinções de pessoa para haver movimento o que, mais uma vez, pode ser refutado com o exemplo francês, língua na qual não há distinções de pessoa no singular mas há movimento do verbo. Para Rohrbacher (1994) basta haver distinção entre 1ª e 2ª pessoa do resto do paradigma para haver movimento (cf. nota 16).

Parece-nos, pois, e aqui seguimos Vikner (1997), que uma hipótese segundo a qual quanto maior a riqueza da morfologia flexional (isto é, se houver flexão de pessoa em todos os tempos) maior será a probabilidade de haver movimento de V-para-I, é a mais adequada, também de acordo com o que foi sugerido por Costa (p.c.). Os dados da diacronia do inglês parecem ser evidência forte em favor desta ideia, o paradigma flexional do inglês médio apresentava distinções de pessoa e havia a possibilidade de o verbo subir para I, característica essa que se perdeu em paralelo com o empobrecimento dos traços de flexão.

Relativamente ao português, este é um problema que não se põe uma vez que tanto o PEC como o PA têm morfologia rica, o que significa, seguindo Bobaljik & Thráinsson (1998)<sup>18</sup>, que são ambos positivamente marcados relativamente ao parâmetro da flexão desdobrada, inicialmente proposta por Pollock (1989), pelo que o movimento do verbo se verifica. Os autores assumem a ideia veiculada por Pollock *Ibidem*, Belletti (1990), e.o., de que a multiplicidade de morfemas flexionais que existe nas línguas românicas, bem como o facto de o verbo se elevar para fora de VP para verificação de traços junto de AgrP e TP<sup>19</sup>, motivam uma projecção IP rica. Deste modo, assumem que estas línguas marcam positivamente o parâmetro da flexão desdobrada.<sup>20</sup>

---

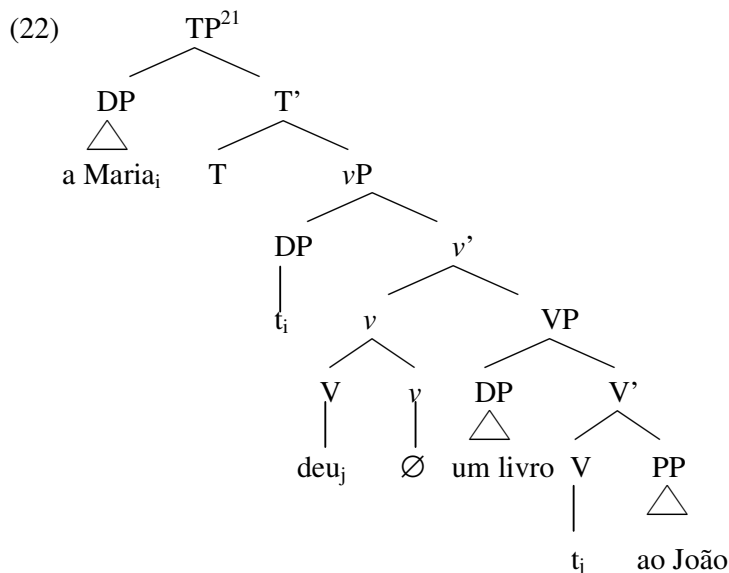
<sup>18</sup> “Languages that have a positive value for the SIP [“Split IP Parameter”, SIP] have AgrS-P and TP as separate functional projections. Languages with a negative value of the SIP are characterized by an unsplit IP” (Bobaljik & Thráinsson 1998: 38).

<sup>19</sup> Segundo Bobaljik & Thráinsson (*Ibidem*) os traços podem ser verificados através de uma qualquer relação estrutural local: núcleo-especificador, núcleo-núcleo adjungido e, contrariamente a Chomsky (1995), núcleo-complemento.

<sup>20</sup> A existência do SIP, pelo menos em parte, está directamente relacionada com propriedades morfológicas das línguas, ou seja, uma língua, como o PEC, por exemplo, com acordo verbal de número, pessoa e tempo tem uma projecção IP completa (AgrSP-TP-AgrOP-VP), enquanto outras, como o inglês, apresentam uma configuração IP-VP simples, pelo que o verbo tem apenas um traço a verificar, na configuração núcleo-complemento (cf. nota anterior).

A posição do verbo na frase é, portanto, diagnóstico para determinar se uma língua é marcada, ou não, positivamente em relação ao referido parâmetro. Assim, Bobaljik & Thráinsson defendem que se o verbo está em VP em contextos não V2 de orações finitas, isso significa que não existem núcleos intervenientes entre IP e VP, nem nenhum núcleo funcional acima de IP que tenha traços a verificar junto do verbo, ou de VP. Se, pelo contrário, o verbo sai de VP, novamente em contextos não V2 típicos finitos, isso é motivação suficiente para postular a existência de, pelo menos, dois núcleos no complexo IP e, pelo menos um destes núcleos (o mais alto) deve ter traços a verificar junto de V.

Em termos de estrutura, e tendo presente a correlação entre morfologia e movimento do verbo, assente na força dos traços a verificar, a estrutura interna de VP é uma estrutura complexa que comporta um VP mais encaixado e uma concha  $vP$  mais alta, conforme referimos no capítulo 2 sobre a transitividade, onde são gerados alguns argumentos, nomeadamente os argumentos com função semântica de Agente (Chomsky 1993, 1995). Salientámos ainda, de acordo com Chomsky, que este  $vP$  é quase uma marca universal de transitividade. Assim, em construções nas quais existe argumento externo, quer sejam transitivas, quer inergativas, VP é gerado como complemento do  $v$  mais alto, tendo uma frase como *A Maria deu um livro ao João* a seguinte derivação:



<sup>21</sup> Vamos, por ora, ignorar núcleos adicionais como Agr, que comentaremos mais à frente, no sentido em que Chomsky (1995): 349-355, defende a não existência desse núcleo e adopta uma estrutura da frase com apenas uma projecção TP, o correspondente a IP em (10).

A derivação de (22) é obtida por composição do complemento PP com o núcleo verbal, formando V' que, por sua vez, vai ser composto com o argumento interno para formar VP. O constituinte VP vai, então, ser composto com um verbo leve ('light') *v* (que tem uma interpretação abstracta, consoante a interpretação semântica do verbo lexical do VP mais baixo (agentivo, eventivo, ...)) para formar *v'*. A estrutura *v'* resultante é composta com o sujeito agentivo *a Maria* (que recebe papel- $\theta$  Agente atribuído pelo verbo leve) para formar o complexo *vP*, que vai sofrer o mesmo processo com T para formar T' e permitir a subida do sujeito para [Spec, TP] (movimento-A), onde vai verificar Caso nominativo, dando origem a TP.

No caso de uma estrutura inergativa, sem argumento interno, portanto, os passos a seguir serão os mesmos, excepto o processo de composição do verbo com o complemento para formar V', sendo sempre projectada a concha *vP* mais alta com um complemento VP. Os inergativos, apesar de serem predicados monotransitivos, distinguem-se dos inacusativos por estes, de acordo com Chomsky (2001), não projectarem a posição de [Spec, *vP*] e aqueles sim, e porque os inacusativos não realizam um argumento Agente. O movimento do verbo, associado a riqueza morfológica e consequente atribuição de nominativo ao sujeito torna-se mais claro em línguas com marcação casual explícita como o alemão, não deixando de ser mais ou menos evidente sempre que há acordo sujeito/verbo.

### 3.2. Posições para o sujeito no PEC

O PEC, como se sabe, tal como a maioria das línguas românicas (excepto o francês) e também o PA, é uma língua de sujeito nulo. Este fenómeno pode ser correlacionado com a morfologia forte, de que temos vindo a falar, sendo que uma língua com um paradigma flexional forte tem capacidade para legitimar sujeitos nulos e torná-los referenciais<sup>22</sup>. Apesar disso, o PEC é uma língua com uma ordem de

---

<sup>22</sup> Relativamente à legitimação de sujeitos nulos, temos presente o "Princípio da Uniformidade Morfológica" de Jaeggli & Safir (1989a), segundo o qual a possibilidade que uma língua tem de legitimar sujeitos nulos depende da existência, na mesma, de um paradigma flexional uniforme. Se antes do trabalho pioneiro de Huang (1984) sobre o chinês, se relacionava a possibilidade de uma língua não realizar foneticamente o sujeito com o facto de ter uma morfologia flexional rica, a partir desse estudo, que mostra que o chinês não tem nenhuma marca morfológica e, ainda assim, apresenta sujeitos nulos, tornou-se imperativo apontar outro tipo de argumento. O "Princípio da Uniformidade Morfológica" surge, então, como tentativa de conciliação pois, se por um lado é difícil abstrair da morfologia flexional, por outro, a existência de línguas como o chinês torna complicada a sustentação de uma hipótese baseada apenas em riqueza morfológica. Assim, e muito simplificada, Jaeggli & Safir defendem que o que permite que uma língua legitime sujeitos nulos é a presença de um paradigma flexional uniforme, quer ele seja rico, como nas línguas românicas (isto é, que apresente vários morfemas flexionais), quer seja

constituintes não marcada (associada a contextos discursivos neutros e não específicos) predominantemente SVO, a ordem “directa” ou “natural” segundo os gramáticos tradicionais (Cunha & Cintra 1984 e Silva Dias 1970, respectivamente<sup>23</sup>). Um critério para determinar a ordem não marcada é olhar para contextos de frase focalizada, em resposta a perguntas como *O que é que aconteceu?*.

- (23) *O que é que aconteceu?*  
a. A Maria comeu o bolo.

Conforme sugerido por Costa (2001b), no PEC, independentemente de a ordem SVO ser a única possível em contextos de frase focalizada, é possível haver outras ordens de palavras em contexto apropriado: VSO, VOS, OSV, OVS e SOV, sendo esta última a mais marcada e possível apenas se o sujeito for exterior à frase, o que se pode provar porque há a possibilidade de redobro por um pronome nominativo (cf. Costa *Ibidem*: 2, nt. 1).

- (24) a. A Maria leu o livro.  
b. Leu a Maria o livro.  
c. Leu o livro a Maria.  
d. O livro, a Maria leu.  
e. O livro, leu a Maria.  
f. A Maria, o livro, leu.

É mais ou menos assumido que no PEC, tal como noutras línguas, a ordem de palavras codifica funções discursivas relativas tanto à estrutura temática do predicado, como à estrutura informacional da frase (Duarte 1997). Assim, é possível prever a posição na qual os argumentos são realizados. Se os DPs argumentos-Tema (informação da estrutura temática) ocupam tradicionalmente a posição pós-verbal, sendo as outras ordens encontradas resultado de movimento adicional na sintaxe, porque são também muitas vezes informação nova (informação da estrutura informacional) são frequentemente focalizados, ou seja, ocorrem em posição final. Quanto à realização dos

---

inexistente (ou seja, sem qualquer marca de flexão), como no chinês. Em suma, de acordo com o princípio enunciado, o que importa é que haja uniformidade ao nível da morfologia flexional, quer na riqueza, quer na inexistência, e o que parece não ser possível é o meio termo.

sujeitos, a ordem base na qual ocorrem é a ordem SV, isto é, a posição de tópico não marcado e também a posição que ocupam quando toda a frase é foco porque, ao contrário dos argumentos Tema, por exemplo, estes têm o estatuto informacional de dado.

Duarte (1997), na linha definida no parágrafo anterior, defende que as frases podem exprimir dois tipos de juízos em PEC, juízos categóricos e téticos (Kuroda 1972, Duarte 1987 e Martins 1994 para o PEC), correspondendo aqueles a uma relação de predicação e estes a uma situação apresentada (Guéron 1980<sup>24</sup>). Observem-se os exemplos<sup>25</sup>:

- (25) a. O João chegou. (Predicação)
- b. Chegou o João. (Apresentação)

(Duarte 1997: 584)

O nosso objectivo ao longo deste capítulo e do próximo é determinar de que modo a codificação de informação da estrutura semântica e discursiva de uma frase influencia a ordem pela qual os argumentos são realizados sintacticamente. A linha de trabalho que temos vindo a seguir, iniciada no capítulo anterior, parece apontar de facto para este caminho, se a ordem básica<sup>26</sup> do PEC é a ordem SVO, todas as outras resultam de movimentos adicionais na sintaxe. A realização do sujeito na posição pré- ou pós-verbal decorre de propriedades da estrutura discursiva e sintáctica e, como iremos ver no capítulo seguinte, a aparente opcionalidade entre SV e VS com inacusativos no PEC pode depender da codificação de informação respeitante à estrutura semântico-discursiva do enunciado com reflexos na sintaxe. Esta tarefa torna-se, no entanto, complicada ao analisarmos os dados do nosso *corpus*, uma vez que não há forma de

---

<sup>23</sup> Cf. capítulo 2 a propósito da definição de transitividade pela gramática tradicional.

<sup>24</sup> Guéron (1980) propõe uma distinção entre “predicação” e “apresentação” que se traduz também numa diferente ordenação dos constituintes, SV e VS, respectivamente. No primeiro caso, o sujeito é conhecido no universo do discurso enquanto na segunda situação é introduzido um novo referente no universo discursivo. Há, pois, uma distinção entre informação dada e informação nova no discurso, distinção essa que é central para a distinção entre tópicos e focos em PEC (Duarte 1997, Ambar 1999, e.o.).

<sup>25</sup> A dicotomia existente na estrutura discursiva entre informação dada e informação nova tem sido alvo de terminologia diferente na literatura. Exemplo disso são os diferentes termos utilizados neste trabalho que correspondem a diferentes usos por diferentes autores, por exemplo, juízo tético *versus* categórico (Kuroda 1972), predicação *versus* apresentação (Guéron 1980), tópico *versus* foco (Duarte 1997), só para citar aqueles de que nos ocupamos.

<sup>26</sup> Ordem básica no sentido em que é a ordenação não marcada pela qual os constituintes ocorrem superficialmente em frases declarativas simples.

determinar a função dos constituintes em contexto discursivo, para mais tendo muitos dos nossos textos carácter jurídico-notarial, aos quais são impostas fórmulas de escrita.

Em suma, “**em PE[C], a ordem de palavras “codifica” dois tipos de conceitos de natureza discursiva**: um relacionado com a **estrutura temática** (ordem SVO: a frase tem uma estrutura tópico-comentário, é uma predicação, a expressão de um juízo categórico; ordens V(X)S(Y): a frase não tem uma estrutura tópico-comentário, exprime um juízo tético, é uma apresentação) e outro com a **estrutura informacional** (os constituintes com o estatuto de foco informacional ocorrem na posição mais encaixada a qual, sendo o PE[C] uma língua de ramificação à direita, é a posição final de frase)” (Duarte 2001: 10) (os negritos estão conforme o original).

Vamos por ora descrever as ordens de constituintes no PEC e as diferentes análises propostas na literatura para dar conta dessas mesmas ordens.

### 3.2.1. Sujeito pré-verbal nas línguas de sujeito nulo

Nas LSN, como o PEC, é normalmente assumido que o sujeito, quando ocorre em posição pré-verbal, ocupa a posição de [Spec, IP], esta é a hipótese defendida por Duarte (1987), Ambar (1992), Martins (1994) e Costa (1996b, 1998), e.o. De acordo com estas análises, o sujeito pré-verbal ocorre na referida posição de [Spec, IP] tendo sido movido da posição de [Spec, VP].

(26) [IP Suj V I [VP tsuj tv]]

A posição de [Spec, IP] é, pois, uma posição-A associada a Caso nominativo pelo que a concordância é obrigatória entre o sujeito pré-verbal e o verbo que o subcategoriza, sendo inclusive, a concordância, diagnóstico para determinar se o nominativo é ou não atribuído ao sujeito. Análise divergente é a que é proposta por Barbosa (1995, 1997, 2000) para o PEC<sup>27</sup>. Segundo a autora os sujeitos pré-verbais de frases SVO não marcadas nas LSN são tópicos frásicos, sendo característica das LSN exactamente o facto de não disporem da posição de [Spec, IP] (cf. também Alexiadou & Anagnostopoulou 1999<sup>28</sup>), pelo que o sujeito pré-verbal é um adjunto frásico numa

<sup>27</sup> Ideia partilhada também por Alexiadou & Anagnostopoulou (1995) para o grego, Ordoñez & Treviño (1995) para o espanhol.

<sup>28</sup> A proposta de Alexiadou & Anagnostopoulou (1999) defende que a posição de especificador de IP não é projectada nas LSN que analisam (grego, espanhol e catalão), sendo essa a característica que permite distinguir entre LSN e línguas de sujeito obrigatório. Tal como defende Barbosa para o PEC, esta análise

posição de tópico, que é uma posição-A'. Quer isto dizer que o sujeito nas LSN, na opinião de Barbosa, é tipicamente um tópico numa posição exterior a IP, posição essa que é igualmente ocupada por tópicos marcados, e é gerado na base através de um processo de Deslocação à Esquerda Clítica (DEC):

(27)  $[_{I/CP} \text{Suj } [_{I/CP} \text{V } [_{VP} \text{pro } t_v]]]$

A posição ocupada pelo sujeito pré-verbal resulta, pois, da geração do sujeito através de compor em adjunção a IP ou CP (Barbosa *Ibidem*). Esta análise pressupõe que tanto o DP sujeito de uma frase declarativa simples, como o tópico de uma frase com a ordem OSV, exemplificadas, respectivamente, em (28a) e (28b), ocupam a mesma posição estrutural, uma posição fora do domínio de IP, numa representação equivalente à de DEC, como (29):

(28) a. A Maria leu esse livro.

b. Esse livro, a Maria leu-o.

(29) a.  $[[A \text{ Maria}] [_{IP} \text{pro leu esse livro}]]$

b.  $[[\text{Esse livro}] [_{IP} \text{a Maria leu-o}]]$

Costa (2001b), por seu turno, sugere que ambas as análises são necessárias para dar conta de alguns contextos, não deixando de ser problemática a sua combinação. Em Costa (1998) foi defendido que no PEC o sujeito ocupa a posição de [Spec, IP] mas em (2001b) sugere que, em línguas como o trentino, o grego moderno e algumas variedades do espanhol (também LSN), pode ser deslocado à esquerda explicando a derivação de frases VSO em contextos não marcados (isto é, em que toda a frase é focalizada), o que não é possível em PEC. Para além deste facto, também os sujeitos pré-verbais em contextos de resposta a interrogativas múltiplas com a ordem SVO, como (30a), podem ser deslocados à esquerda, explicando porque podem ser alternativa a uma resposta com a ordem VSO. Por exemplo:

---

sugere que os sujeitos nas LSN têm propriedades A' e, sempre que em posição pré-verbal, são deslocados à esquerda, numa instância de DEC.

- (30) *Quem leu o quê?*  
a. O João ... leu o livro.

(Costa 2001b: 295)

Estas poderão ser situações nas quais se justifica postular uma posição periférica para o sujeito. Mas não acontecem em todas as LSN, no PEC ao contrário do trentino, por exemplo, é possível a ocorrência de sujeitos pré-verbais com a função discursiva de foco, como em (31), o que contradiz a ideia de que em todas as LSN os sujeitos são tópicos.

- (31) *O que é que aconteceu?*  
a. A Maria leu o livro.

Da mesma maneira que há diagnósticos que permitem determinar se há ou não movimento do verbo numa dada língua, também há maneiras de detectar a posição do sujeito, posição essa que varia de língua para língua, como vimos nos casos mencionados acima do trentino, grego moderno e algumas variedades do espanhol. Por exemplo, no alemão a expressão *ja doch* (o equivalente em PEC 'de facto' pode ocorrer em início de frase), tal como a negação nas outras línguas germânicas (que no PEC ocorre junto do verbo), permitem marcar a fronteira esquerda da frase, assim como certos advérbios que, no PEC ao contrário do italiano (também uma LSN), ocorrem à direita de sujeitos tópicos e de sujeitos não tópicos (Costa 1998), o que mostra que o sujeito é gerado internamente à frase e não é deslocado. Ao marcarem a fronteira esquerda da frase, significa que o material que ocorre à esquerda de qualquer destes constituintes está fora de VP e o que ocorre à direita está dentro de VP (assumindo sempre a hipótese do sujeito interno a VP que defendemos em 3.2.2.1.). Observem-se os seguintes exemplos do PEC:

- (32) a. A Maria .... frequentemente ela chega tarde à escola.  
b. A Maria frequentemente chega tarde à escola.  
c. Ninguém frequentemente chega tarde à escola.

A aplicação de critérios que permitem determinar línguas com proeminência de sujeito e línguas com proeminência de tópico, conforme definidos em Li & Thompson

(1976), permite concluir que o PEC é uma língua com proeminência do sujeito (Duarte 1997), o que vem reforçar a ideia de que os sujeitos no PEC são gerados internamente à frase e não são constituintes periféricos. Assim, em termos discursivos, no PEC os sujeitos pré-verbais podem ter interpretação genérica, definida, indefinida específica e não específica (33)<sup>29</sup>, o que não acontece com tópicos marcados (34). Podem ainda desempenhar mais do que um papel temático, isto é, não têm um papel- $\theta$  constante de frase para frase<sup>30</sup> (35), facto esse que caracteriza os constituintes que são tópicos, e os sujeitos podem também ocupar a posição inicial de frase, medial ou final (36), enquanto os tópicos ocorrem sempre em posição inicial. Ao nível das relações com o predicado, o sujeito é semântica e categorialmente seleccionado pelo verbo (o facto de ter papel- $\theta$  mostra isso mesmo), como em (37), pelo que a concordância é obrigatória (38). Tal não acontece com tópicos. Estes não são seleccionados pelo verbo e com ele apenas concordam opcionalmente (39). Por fim, gramaticalmente, o sujeito liga anáforas lexicais e pode controlar sujeitos nulos de completivas infinitivas e de frases adjuntas não finitas (40) (cf. Duarte 2001: 3-4).

- (33) a. *Os médicos* descobriram o gene da obesidade.  
 b. *Estes médicos* descobriram o gene da obesidade.  
 c. *Três médicos* descobriram o gene da obesidade.  
 d. *Um médico qualquer* pode descobrir o gene da obesidade.
- (34) a. *\*!?? Três médicos*, o director clínico não (os) repreendeu.  
 b. *\* Um médico qualquer*, a ambulância atropelou(-o) há pouco.
- (35) a. *Os médicos* descobriram o gene da obesidade. (Agente)  
 b. *O João* adora chocolates. (Experienciador)  
 c. *O quadro* foi vendido num leilão. (Tema)  
 d. *Essa faca* corta bem. (Instrumento)  
 e. *Ele* há cada uma. (Expletivo, sem papel- $\theta$ )
- (36) a. *Os miúdos* comeram montes de gelados.  
 b. Comeram *os miúdos* montes de gelados.  
 c. Comeram *os miúdos*.

---

<sup>29</sup> Relativamente a este ponto, é importante reter que não há restrições de definitude quando os sujeitos são pré-verbais, o que não acontece quando ocorrem a seguir ao verbo, assunto que retomaremos no capítulo seguinte.

- (37) a. *Que ele não tenha vindo à festa* surpreendeu todos os amigos.  
 b. *Ele não ter vindo à festa* surpreendeu todos os amigos.  
 c. *O ele ter vindo à festa* surpreendeu todos os amigos.  
 d. *O facto de ele não ter vindo à festa* surpreendeu todos os amigos.  
 e. *Isso* surpreendeu todos os amigos.
- (38) a. *Os miúdos* telefonaram.  
 b. \**Os miúdos* telefonou.  
 c. Telefonaram *os miúdos*.  
 d. \*Telefonou *os miúdos*.
- (39) a. A Maria ... telefonaram-lhe *os primos*.  
 b. \*A Maria ... telefonou-lhe *os primos*.  
 c. À Maria, telefonaram-lhe *os primos*.  
 d. \*À Maria, telefonou-lhe *os primos*.
- (40) a. [As educadoras]<sub>j</sub> ... [*os miúdos*]<sub>i</sub> esconderam-*se*<sub>i/\*j</sub> delas.  
 b. [Os pais]<sub>j</sub> ... [*elas*]<sub>i</sub> comunicaram-[lhes]<sub>j</sub> [-]<sub>i/\*j</sub> ter acabado o trabalho.  
 c. [Aos pais]<sub>j</sub> , [*elas*]<sub>i</sub> telefonaram-[lhes]<sub>j</sub> antes de [-]<sub>i/\*j</sub> ter acabado o trabalho.

(*Idem*)

Com base na aplicação dos referidos testes, Duarte é levada a concluir, como referimos, que o PEC é uma língua de proeminência de sujeito.

Por tudo isto, não esquecendo as outras análises apresentadas até ao momento e, aliás, como tem sido defendido maioritariamente na literatura, nomeadamente desde Jaeggli & Safir (1989a, 1989b), há evidências que contradizem o facto de [Spec, IP] não estar disponível nas LSN<sup>31</sup> pois, pelo menos no PEC, é a posição na qual o sujeito verifica Caso nominativo. Assim, vamos continuar a assumir que a posição canónica para o sujeito nas LSN é uma posição interna à frase e não periférica, o que explica o facto de a ordem não marcada em frases declarativas simples ser SVO e, para além do mais (se assim não fosse), se o sujeito não ocupasse a posição de [Spec, IP], não haveria

<sup>30</sup> Podem nem ter papel- $\theta$ , no caso dos expletivos.

<sup>31</sup> Em Jaeggli & Safir (1989a) um sujeito nulo tem de ser identificado, identificação essa que é feita através do acordo, ou seja, “AGR can identify an empty category as thematic pro iff the category containing AGR Case-governs the empty category” (p. 35). Ora, isto constitui evidência forte em favor da existência de IP, ou Agr, na terminologia dos autores.

motivação para acordo obrigatório em posição pré-verbal, mesmo em contextos inacusativos (assunto que retomaremos no capítulo seguinte).

São várias as assimetrias entre sujeitos e tópicos marcados, que permitem concluir que não ocupam a mesma posição estrutural. Concluimos, pois, que a posição canónica para o sujeito pré-verbal em PEC é a posição de [Spec, IP], posição na qual verifica Caso nominativo, pelo que a concordância plena entre o sujeito e o verbo é sempre obrigatória.

### 3.2.2. Sujeito pós-verbal: diagnósticos

A distribuição dos sujeitos na posição pós-verbal tem sido alvo de diferentes análises no seio da GG. No quadro da TRL, Kayne & Pollock (1978) defendem que frases com posposição do sujeito no francês (interrogativas directas ou indirectas e relativas<sup>32</sup>) são resultado da regra de Inversão Estilística que faz com que o sujeito ocorra à direita do verbo. Também em Rizzi (1982) e Burzio (1986), por exemplo, as ordens VS são analisadas como adjunções à direita de IP. Na mesma linha, Roberts (1993) para o francês e o italiano, sugere que a posição básica do sujeito (isto é, [Spec, VP]) pode ser gerada na fronteira direita de VP, derivando a ordem VS. No entanto, esta proposta vai contradizer quase todas as propostas que sugerem que a posição de especificador de VP (ou de qualquer outra categoria) se encontra à esquerda e não à direita do mesmo (não esquecer que essas propostas explicam os dados da generalidade das línguas românicas). Para além disso, conforme já referimos, a concepção de estrutura frásica defendida por Kayne (1994), que se rege pelo LCA, proíbe todas as adjunções à direita. Ambar (1992) sugere ainda que há subida do verbo para C em estruturas de inversão obrigatória do PEC<sup>33</sup>, enquanto o sujeito fica na sua posição base, nomeadamente em interrogativas Wh.

Para além disso, as ordens VS não implicam necessariamente o movimento do sujeito. Ao assumirmos uma estrutura frásica na qual o sujeito é gerado internamente a VP, uma configuração em que este segue o verbo, pode ser derivada pela subida do

---

<sup>32</sup> Por exemplo, *Quand partira ton ami?*, *Je me demande quand partira ton ami*, e *La maison où habite cet homme est très jolie*, respectivamente (Kayne & Pollock *Ibidem*: 595-596). Em suma, são orações introduzidas por um constituinte-Wh.

<sup>33</sup> Ao contrário do que acontece noutras LSN, o PEC distingue-se pelo facto de não permitir a construção com inversão livre do sujeito, sendo que uma frase como *Comeu o João o bolo*, apesar de gramatical, é motivada discursivamente, ou seja, é uma ordem de constituintes esperada em contextos com sujeito focalizado, em resposta à pergunta *Quem é que comeu o bolo?*, pelo que a ordem dita normal, ou seja, SVO, é sempre esperada em frases declarativas simples (Ambar 1992, Costa 2001b, e.o.).

verbo para I, ficando o sujeito na sua posição base (assunto que vamos retomar no ponto seguinte).

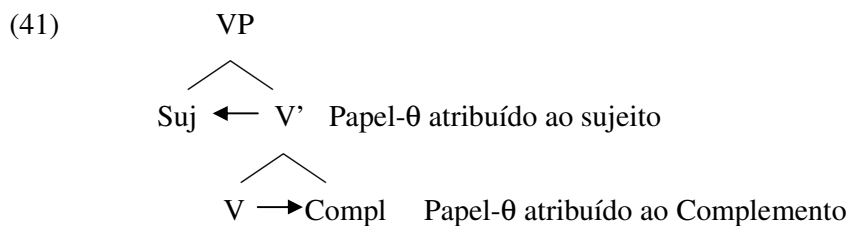
### 3.2.2.1. Ordens VS e a hipótese do sujeito interno a VP

Até finais dos anos oitenta, era consensual a ideia de que os sujeitos frásicos eram gerados na posição de especificador de IP, posição onde recebia Caso atribuído pela flexão. A análise generativista tradicional considera duas situações em que há inversão de constituintes, a inversão livre e a inversão que é motivada pelo contexto (Chomsky 1981, Rizzi 1982). A primeira destas situações é característica das LSN e verifica-se em frases como *Ha telefonato Gianni*, sem que haja um elemento que a desencadeie e na qual há supostamente movimento do sujeito para a direita, o que significa que é uma ordem derivada da ordem dita básica SV(O) (*Gianni ha telefonato*) (Rizzi 1982). A alteração à ordem SV induzida por desencadeadores ('triggers') da inversão, ou inversão Sujeito/Verbo, terá lugar em contextos de inversão estilística do francês, ou seja, em orações interrogativas introduzidas por um constituinte-Wh como *Que comprou o João à Maria?*, oração na qual não é o sujeito que é deslocado, mas há antes subida do verbo para a posição C (cf. Ambar 1992, e.o.).

Até esta altura, as únicas situações em que se falava de sujeitos dentro de VP era no caso das passivas e das construções com verbos inacusativos, situações em que os sujeitos de superfície eram derivados a partir da posição base de objecto, onde eram gerados. Quando este sujeito era realizado pós-verbalmente (*Chegou o João*), ou seja, quando não se movia, ficava numa posição sem Caso, fazendo parte de uma cadeia em que *pro* expletivo na posição de [Spec, IP] tinha Caso nominativo, uma vez que os verbos neste tipo de construção não são atribuidores de Caso estrutural acusativo.

Noutra linha, Sportiche (1988) e Koopman & Sportiche (1991) defendem que o papel- $\theta$  externo (o que é atribuído ao sujeito de um verbo transitivo ou inergativo) é atribuído por um núcleo principal ao seu especificador. A consequência desta proposta vai ser que os sujeitos não são gerados em IP, mas movidos para essa posição, a partir de uma posição interna a VP. As evidências teóricas que apontam para que de facto assim seja prendem-se, mais uma vez, com a atribuição de papel- $\theta$  pelo verbo. Defendem que o papel- $\theta$  é atribuído a um dado constituinte por um nó seu irmão. Deste modo, tendo em conta a representação sintáctica de VP, o núcleo verbal vai atribuir papel- $\theta$  ao complemento e a projecção intermédia de V, ou seja, V', atribui papel- $\theta$  ao

sujeito, razão pela qual este tem de ser gerado na posição de especificador de VP<sup>34</sup>, como a seguir se representa:



Esta proposta de análise retoma a ideia avançada por Marantz (1984) e Chomsky (1986a) (cf. capítulo 2) que defendem que não é o verbo sozinho que atribui papel- $\theta$  externo ao sujeito mas antes o constituinte V', ou seja, o verbo em conjunto com os complementos. E esta ideia é importante, como vimos, para explicar contrastes como *O João partiu a perna* vs. *O João partiu o copo*. O que muda relativamente a estes dois exemplos, superficialmente idênticos, é a natureza do complemento do verbo, pelo que é todo o V' (ou seja, o Verbo+Complemento) que vai determinar o papel- $\theta$  do sujeito, Experienciador, no primeiro exemplo, e Agente, no segundo. A razão pela qual o sujeito, que é gerado como irmão de V', tem de subir prende-se com o facto de, nessa posição, receber papel- $\theta$  mas não receber Caso.

Haegeman & Guéron (1999) também concordam com o facto de a posição base para o sujeito ser a posição interna a VP, sendo subsequentemente movido para [Spec, IP] em estrutura-S ou, em termos minimalistas, antes de *spell-out* (por forma a satisfazer o princípio EPP). Este movimento tem todas as características que temos vindo a apontar ao movimento de DPs, ou movimento-A.

As evidências empíricas apontadas por estas autoras advêm de frases com QFs<sup>35</sup> (*todos*, *ambos*) que é sabido ocuparem posições por onde o sujeito pode ter passado. Observe-se o comportamento de QFs em línguas como o PEC, o francês e o inglês nos exemplos (16), aqui repetidos em (42):

<sup>34</sup> A ideia é equiparar a relação de adjunção existente entre o verbo e o sujeito em [Spec, VP], que é uma noção estrutural, com a relação de predicação, responsável pela realização do argumento externo.

<sup>35</sup> Por Quantificadores Flutuantes ('Floating Quantifiers') entendem-se os quantificadores, como *todos*, *ambos*, etc., que são separados do DP que quantificam, como no exemplo (42c) acima (Haegeman & Guéron 1999: 228).

- (42) a. Todos os meninos foram à praia.  
 a'. All the boys went to the beach.  
 a''. Tous les garçons sont allés à la plage.
- b. Os meninos todos foram à praia.  
 b'. The boys all went to the beach.  
 b''. \*Les garçons tous sont allés à la plage.
- c. Os meninos foram todos à praia.  
 c'. \*The boys went all to the beach.  
 c''. Les garçons sont tous allés à la plage.
- d. \* Os meninos foram à praia todos.  
 d'. \* The boys went to the beach all.  
 d''. \* Les garçons sont allés à la plage tous.

Os exemplos de (42) são o resultado que se obtém combinando QFs com movimento do verbo, como vimos no capítulo anterior. Assim, em PEC o verbo sobe até ao núcleo T, em francês até ao núcleo AgrS (na hipótese da flexão desdobrada) e, no caso do inglês, não subirá tão alto<sup>36</sup>, questão esta abordada no ponto referente ao movimento do verbo (cf. 4.1.2), pelo que não nos deteremos mais sobre este assunto. Deste modo, o QF parece poder aparecer apenas em sítios por onde o sujeito já passou, razão pela qual os exemplos (d) de (42) são todos maus, o que significa que a posição final de frase é a posição reservada aos complementos do verbo e não ao sujeito.

Assim, em vez de dizer que *todos* do exemplo (b) foi movido de [Spec, IP] para uma posição mais baixa (movimento à direita), é assumido que todo o DP é gerado internamente a VP e, posteriormente, parte desse DP é movido para a esquerda, ou seja, para [Spec, IP]. Deste modo, todos os argumentos de um núcleo predicador estabelecem com este relações de localidade, um argumento de V ou é complemento de V (o objecto), ou especificador de VP no interior de VP (o sujeito). Este tipo de movimento do sujeito para a esquerda é também uma instância de mover-DP, ou movimento-A. Nesta configuração, o DP movido vai c-comandar o seu vestígio em [Spec, VP], criando uma cadeia local, à semelhança do que acontece com o movimento-A.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Dada a representação em (9), no PEC, uma vez que a adjacência entre o sujeito e o verbo, por um lado, e entre o verbo e os seus complementos, por outro, poder ser quebrada, o verbo sobe para T, enquanto a primeira situação não é possível no francês, pelo que, nesta língua o verbo sobe até Agr, a segunda não é permitida no inglês, por isso o verbo não sobe tão alto (cf. nota 13).

<sup>37</sup> As características dos movimentos-A e A' vão ser descritas em pormenor no capítulo seguinte.

Heim (1982) e, no seu seguimento, Diesing (1992), propõem que só pode ficar dentro de VP material que for indefinido, todo o outro tem de sair. Reformulando esta hipótese, mas tendo presente a hipótese do sujeito interno ao VP, Diesing motiva a existência de sujeitos pré- e pós-verbais com base em factores de ordem semântica, ou seja, sempre que o sujeito é definido sobe para [Spec, IP], mas se tiver uma leitura indefinida fica na posição base, em [Spec, VP]<sup>38</sup>.

Segundo a autora, só pode ficar dentro de VP material indefinido, todo o outro tem de sair. Assim, a posição do sujeito, por exemplo, antes ou depois da partícula afirmativa *ja doch* ('de facto') que, como vimos, marca a fronteira esquerda de VP numa língua como o alemão, tem significados diferentes, como mostram os exemplos (43):

- (43) a. ... weil Ameisen ja doch einen Postbeamten gebissen haben.  
           porque formigas de facto um carteiro picado tinham  
           '... porque formigas de facto um carteiro tinham picado'
- b. ... weil ja doch Ameisen einen Postbeamten gebissen haben.  
           porque de facto formigas um carteiro picado tinham  
           '... porque de facto formigas tinham picado um carteiro'

(Diesing 1992: 31)

Se, em (43a), o sujeito antes da partícula tem um leitura genérica (as formigas picaram o carteiro ainda que nem todas o tenham feito), em (43b) já tem uma leitura existencial (no sentido em que apenas certas formigas picaram o carteiro). Estas diferentes leituras, apesar de em ambos os casos os sujeitos estarem antes do verbo, decorrem do facto de a partícula *ja doch* marcar a fronteira esquerda de VP pelo que, quando ocorre antes desta, houve movimento do sujeito para fora de VP ([Suj<sub>i</sub> [VP<sub>j</sub> *ja doch* t<sub>i</sub> VP]]), enquanto na situação inversa ambos os constituintes são realizados dentro de VP ([VP<sub>j</sub> *ja doch* Suj V]).

Esta ideia decorre, conforme aludimos, da proposta de Heim (1982), que também defende que sujeitos com leitura definida são pré-verbais, enquanto que os

<sup>38</sup> Possíveis problemas para uma proposta nesta linha são, por exemplo, algumas frases do inglês e do PEC: em *There comes the bus* e *Chegou o João*, os DPs sujeito são definidos e, de acordo com a análise do sujeito interno a VP, não foi movido da sua posição base; outra situação problemática é a construção transitiva expletiva do islandês, que não permite um definido em [Spec, IP] (alguns destes problemas apontados às análises de Heim e Diesing foram apontadas por Costa 1999/2000).

indefinidos ocorrem dentro de VP<sup>39</sup>. Também Costa (1998), com base nos dados do PEC, conclui que:

- “1 - Preverbal definite subjects are old information.
- 2- Preverbal indefinite subjects are old information.
- 3- Postverbal subjects must be new information: if they precede the object [VSO], the object is also new information. If the object is not new information, the subject follows it [VOS].”

(Costa *Ibidem*: 141)

Vamos, pois, assumir, dadas as motivações empíricas apresentadas, que o sujeito é gerado dentro de VP (cf. também Costa *Ibidem*) (mais concretamente na posição de [Spec, VP], se for argumento externo), sendo subseqüentemente movido para [Spec, IP], onde verifica Caso e esta é uma instância de movimento-A (cíclico). Contrariamente a esta análise, autores como Martins (1994) e Duarte (1997), defendem que nas ordens VS o sujeito subiu para [Spec, TP] e o verbo para uma posição mais alta. Em qualquer das propostas, no entanto, há indícios de que o verbo teve de subir para fora de VP.

Quando fica na sua posição base, há o problema de verificação de Caso que, como vimos, terá de ser atribuído sob regência estrutural pelo verbo em I (Contreras 1991), ou pela verificação de traços adiada para a sintaxe não visível, o que permite que o sujeito fique na posição base (Barbosa 1995, Alexiadou & Anagnostopoulou 1996). Mais recentemente, Chomsky (1998) sugere que a concordância pode ser à distância, o que não implica a subida obrigatória do sujeito para [Spec, IP], permitindo uma relação directa entre I e um DP sujeito pós-verbal que consiste na partilha de traços.

Qualquer das propostas anteriores não está isenta de problemas, se uma análise em termos de regência é posta de parte pelo Programa Minimalista, relativamente a adiar a verificação de traços para a sintaxe não visível apresenta o problema, exactamente, de adiar problemas de adjacência para LF. Relativamente à concordância à distância, parece resolver o problema de Caso do sujeito pós-verbal mas pode levantar alguns problemas, pelo menos no que respeita ao PEC, pois se o acordo é diagnóstico

---

<sup>39</sup> No capítulo seguinte vamos mostrar que esta restrição de definitude não existe no PEC, mais concretamente, é possível a ocorrência de sujeitos definidos em posição pós-verbal em contextos inacusativos.

para saber se há atribuição de nominativo, este é obrigatório quer em frases com ordens SV como VS. No PEC, no entanto, é possível que o sujeito pós-verbal não concorde como o verbo em certo tipo de contextos, nomeadamente inacusativos. A solução tem, então, de passar ou pela configuração de regência que pode ser problemática, ou pela existência de um expletivo na posição de [Spec, IP] que partilhe traços com a flexão e ao qual seja atribuído Caso nominativo, permanecendo o sujeito pós-verbal na sua posição base (*Chegou o João*). Em determinadas situações, com DPs indefinidos em posição pós-verbal, a explicação reside na existência de um caso inerente atribuído pelo verbo.

Este é, no entanto, um assunto a que voltaremos no capítulo seguinte dedicado às construções inacusativas, uma vez que é nestas que se verifica um maior número de sujeitos pós-verbais em contextos não marcados. Por ora, e uma vez que tanto SV como VS são configurações possíveis no PEC, vamos assumir que há duas posições disponíveis para o sujeito: a posição canónica em [Spec, IP] e a posição base interna a VP. Esta possibilidade permite dar conta das duas ordens encontradas, sendo que numa há movimento do sujeito para [Spec, IP] e na outra o sujeito fica na sua posição base. Acresce o facto de a gramaticalidade de frases com ordem VS mostrar que o movimento do DP sujeito para [Spec, IP] não é necessário para a legitimação do mesmo.

### **3.2.2.2. Questões de Caso**

Como vimos, várias foram as propostas feitas com o intuito de resolver um possível problema criado pelas configurações nas quais o sujeito fica na sua posição base, ou seja, em [Spec, VP] (quando é argumento externo), ou a posição de complemento de V, quando é argumento interno, posições sem Caso. De acordo com o que é proposto pelo Programa Minimalista (Chomsky 1995), o movimento do sujeito para [Spec, IP] decorre da necessidade de verificação de traços fortes (o princípio EPP) e não para verificar Caso. Se, pelo contrário, o sujeito fica na posição em que é gerado, que não é uma posição com Caso, temos aqui uma situação de verdadeira opcionalidade, que não explica a última situação descrita. Contreras (1991) propõe que os sujeitos pós-verbais são “tópicos” e verificam Caso sob regência do verbo em I e Costa (1998), por seu turno, propõe uma análise em termos de OT, na qual se assume que a restrição sobre o sujeito em PEC (restrição essa que diz que o sujeito se move para [Spec, IP]), pode ser violada em contextos com constituintes focalizados, uma vez que a restrição sobre focos tem primazia sobre a restrição relativa aos sujeitos. No

entanto, e no âmbito do Programa Minimalista, Barbosa (1995), e também Alexiadou e Anagnostopoulou (1996), defendem que, nos contextos em que o sujeito fica na sua posição base, este tem traços fracos pelo que adia a sua verificação para a sintaxe não visível ou, então, o Caso é verificado por Agr [+pronominal] e o sujeito não sai da posição base. Este tipo de hipótese lexicalista (a variação é transposta a partir do léxico) resolve, de facto, esta situação sem deixar, contudo, de adiar os problemas de adjacência para LF (cf. ponto anterior).

Apesar disso, os problemas levantados pela hipótese lexicalista poderão ser, em parte, resolvidos se adoptarmos uma proposta que leve em linha de conta os modelos assumidos pela morfologia e que resolvem, pelo menos aparentemente, os problemas de Caso. Na proposta de Halle e Marantz (1993) a atribuição de caso morfológico reduz-se à morfologia, sem qualquer reflexo na sintaxe. Trata-se de um modelo teórico que assume três pressupostos importantes: a) a existência de uma componente morfológica da gramática, b) a sintaxe manipula traços e não palavras (cada terminal sintáctico contém apenas um conjunto de traços/morfemas) e c) a inserção lexical é feita tardiamente, em função da estrutura sintáctica.

Anteriormente, já Marantz (1992) tinha apresentado uma solução para resolver os problemas de Caso, reformulando o princípio EPP e afirmando, simplesmente, que caso morfológico não é Caso sintáctico<sup>40</sup>. Os argumentos apresentados por Marantz têm por base, por um lado, a oposição activa/passiva em kichaga e, por outro, o fenómeno de *object-shift* existente no islandês. Assim, se no inglês, na transposição activa/passiva, o Caso estrutural acusativo desaparece (*I gave Mary the book* vs. *The book was given to Mary/\*Mary*), numa língua como o kichaga, mantém-se. Por exemplo:

- (44) a. N-ä-ĩ-lyì-í-à                                   `m-kà k-élyà  
(he<sub>i</sub>) AgrS<sub>i</sub>-AgrO<sub>j</sub>-AgrO<sub>k</sub>-eat-BEN wife<sub>j</sub> food<sub>k</sub>  
“He is eating food for his wife”  
b. `M-kà n-ä-ĩ-lyì-í-ò                               k-`elyâ  
food<sub>k</sub> AgrS<sub>k</sub>-AgrO<sub>j</sub>-eat-BEN-pass wife<sub>j</sub>  
“Food is being eaten for the wife”

(exemplos de Marantz 1992 *apud* Costa 2000/2001)

---

<sup>40</sup> Desde Marantz (1984) que o autor tem vindo a defender que não há necessidade de haver caso morfológico na sintaxe.

Com estes exemplos Marantz pretende mostrar que o Caso acusativo não desaparece na transposição da frase activa para a passiva, como sucede em línguas como o inglês e o PEC, o que contradiz a Generalização de Burzio (1986). Um outro argumento em favor deste modelo são, conforme mencionado, exemplos com *object-shift* do islandês, nos quais se mostra que a uma posição estrutural de Caso não está associada apenas a um caso morfológico, sendo que a motivação para os diferentes casos associados a uma mesma posição é o próprio verbo (Collins & Thráinsson 1996). Como vimos, *object-shift* no islandês é possível com todos os objectos, mesmo aqueles marcados com caso morfológico acusativo, dativo, genitivo ou nominativo, e todos verificam os seus traços casuais em [Spec, TP], independentemente do caso morfológico que exibem, como se observa nos seguintes exemplos:

- (45) a. Ég las bókina ekki.  
*Eu li o livro(ACU) não*  
 ‘Eu não li o livro’
- b. Ég henti bókinni ekki.  
*Eu atirei o livro(DAT) não*  
 ‘Eu não atirei o livro’
- c. Ég sakna Haraldar ekki.  
*Eu sinto-falta Haraldar(GEN) não*  
 ‘Eu não sinto falta do Haraldar’
- d. Mér líka bækurnar ekki.  
*A-mim agradam os livros (NOM) não*  
 ‘A mim não me agradam os livros’

(Collins & Thráinsson 1996: 399, nt. 12)

Claro que como qualquer análise levada ao extremo, também o modelo proposto por Marantz, em termos de EPP e não de Caso, não deriva algumas diferenças entre DPs, pelo que qualquer constituinte poderia surgir em qualquer posição, o que não é possível.

Deste modo, parece mais viável assumir uma proposta mais moderada e não exclusivamente morfológica. Assim, em vez de perpetuarmos a ideia de que o Caso não é sintaxe (como Marantz), poderemos veicular a ideia de que a morfologia pode ser um filtro para a sintaxe, no sentido de Bobaljik (1995). Este tipo de análise, na qual o

sujeito fica na sua posição base nas ordens VS, deixaria também de constituir problema se se assumisse, seguindo Bobaljik, que a manifestação de caso é independente da posição estrutural que o sujeito ocupa.

### 3.3. Posições para o objecto

Assumimos, com Kayne (1994), que todas as línguas são VO e todas as ordens OV são derivadas por movimento<sup>41</sup>. Esta é a hipótese defendida para as línguas que fornecem evidências para *scrambling*, nomeadamente por Zwart (1997) para o holandês, Roberts (1997) para estádios antigos do inglês e Martins (2000b, e), para o PA. Nos dois pontos seguintes vamos dar conta das possíveis derivações de VO e OV e dos mecanismos teóricos associados, tais como *scrambling* e *object-shift* e concluir que, no primeiro caso, não se trata de um mecanismo exclusivo das línguas germânicas que são OV (contra Kayne 1994), mas que também existe em PEC na derivação das ordens VOS e, numa escala mais abrangente, no PA, língua que permitia uma maior mobilidade de constituintes.

#### 3.3.1. VO e OV

Até aos anos 70 pouca coisa se dizia sobre o objecto, a partir desta altura começou-se a falar de *scrambling* para explicar as ordens OV das línguas germânicas. Foi Ross (1967) o primeiro a usar o termo *scrambling* como regra para explicar a variação na ordem de palavras, mais especificamente, para dar conta da alegada “ordem livre” de constituintes do latim e do japonês, normalmente associada à componente estilística. Actualmente, o seu uso é mais restrito, pelo que é usado com o intuito de descrever o fronteamto, ou elevação, de constituintes (ODs, OIs, PPs) em algumas línguas. No âmbito da teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981) este mecanismo resumia-se ao movimento de constituintes com base na regra de movimento mover- $\alpha$ . No entanto, se todo o movimento se resume a mover- $\alpha$  não há forma de captar as diferenças entre os diferentes tipos de movimento, nomeadamente, entre *scrambling* e *object-shift*.

O movimento de constituintes por *scrambling* é, tradicionalmente, um mecanismo associado à descrição das línguas germânicas e consiste em mover o objecto

---

<sup>41</sup> Kayne defende que não podem existir projecções sintácticas cujos complementos intervenham entre o especificador e o núcleo, arquitectura essa que contradiz a descrição normalmente assumida para línguas como o coreano e o japonês, que são V-final.

da sua posição base para a esquerda do advérbio, na configuração O-Adv-V. O sueco e o islandês são línguas que também permitem o movimento do objecto para uma posição mais à esquerda. A diferença entre a sequência O-Adv-V do sueco e do islandês e a mesma sequência no alemão e no holandês é que, no caso do sueco só pronomes podem ser movidos e não PPs ou DPs, no islandês só pronomes e DPs podem sofrer este tipo de movimento e, finalmente, tanto no alemão como no holandês é possível o movimento de pronomes, DPs e PPs. Trata-se, portanto, de fenómenos diferentes, de movimento por *object-shift*, nas duas primeiras, e *scrambling* nas segundas, que se passam a descrever em 3.3.1.1.

### 3.3.1.1. *Scrambling e object-shift*

Vamos agora brevemente explicitar por que motivo falamos de *scrambling* quando descrevemos as ordens VOS no PEC e não de *object-shift*, mecanismo que é produtivo nas línguas escandinavas<sup>42</sup>. Vamos começar por caracterizar cada um daqueles mecanismos. Assim, em (46) e (47) temos exemplos de cada um dos fenómenos, *object-shift* no sueco e *scrambling* no alemão, respectivamente:

(46) a. Varför läste studenterna inte alla v den?

*porque leram os estudantes não todos isso*

‘Porque é que todos os estudantes não leram isso?’

b. Varför läste studenterna den<sub>i</sub> inte alla v t<sub>i</sub>?

(Holmberg 1986: 165)

(47) a. Gestern las<sub>j</sub> er [<sub>VP</sub> sie<sub>i</sub> ohne Zweifel [<sub>VP</sub> nicht [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>j</sub>]]] [<sub>I</sub> t<sub>j</sub>].

*Ontem leu ele a-eles sem dúvida não*

‘Ontem sem dúvida ele não lhes leu’

(adaptado de Vikner 1994: 488)

À primeira vista parece tratar-se do mesmo fenómeno já que em ambos os grupos de exemplos, o vestígio (t<sub>i</sub>) assinala a posição na qual o objecto foi gerado, ou seja, em ambas há movimento do objecto para a esquerda de um advérbio frásico ou da negação, como sucede com os exemplos de (46)<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> Cf. Holmberg (1986) a propósito de *object-shift* no islandês.

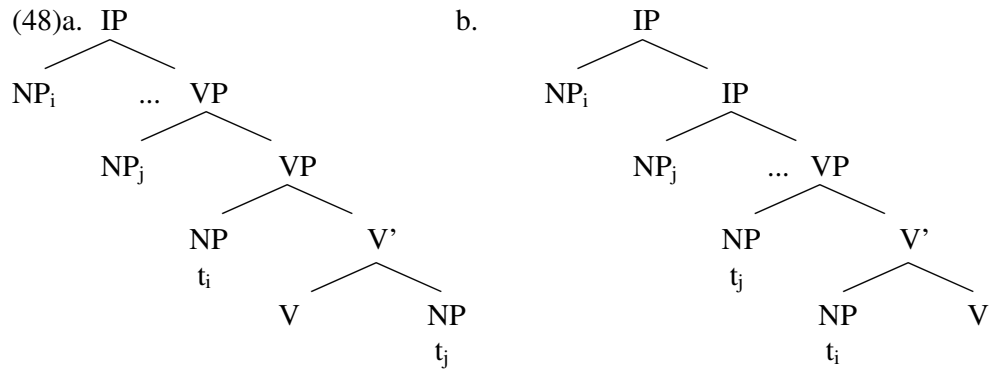
<sup>43</sup> Há autores que agrupam ambos os fenómenos sob uma mesma designação, a de “object movement”, sem qualquer tipo de distinção (Déprez 1989, 1994, Diesing 1997).

No entanto, há diferenças entre eles. Holmberg (1986) concluiu que só há movimento do objecto em islandês quando o verbo principal pode sair de VP, o que ficou conhecido na literatura como a Generalização de Holmberg.

*Object-shift* nas línguas escandinavas apresenta, assim, as seguintes propriedades: os objectos movidos são apenas pronomes no sueco e pronomes e DPs plenos no islandês, ou seja, os objectos do verbo, o que à partida exclui PPs e APs (predicativos). Estruturalmente, e decorrente da Generalização de Holmberg, há uma relação directa entre movimento do verbo e o movimento do objecto e se, de acordo com o que é veiculado na literatura, os advérbios são adjuntos a VP nas línguas escandinavas (Vikner 1995, Holmberg & Platzack 1995, Jonas & Bobaljik 1993, Collins & Thráinsson 1996, e.o.), então *object-shift* consiste no movimento curto do objecto, ou seja, para adjunção a VP, uma posição baixa estruturalmente (Vikner 1994, Holmberg & Platzack 1995).

Relativamente a *scrambling* das línguas germânicas, os constituintes movidos tanto podem ser pronomes, como DPs plenos, como ainda PPs. Em comum com *object-shift* partilham a impossibilidade de moverem APs predicativos secundários. Estruturalmente, no entanto, o movimento do objecto já não depende do movimento do verbo finito, pelo que é possível haver *scrambling* com verbos infinitivos e auxiliares e também movimento do objecto para além da posição de sujeito no alemão, mas não no holandês (Vikner 1994). Parece, pois, haver evidência para que este seja um tipo de movimento mais longo que *object-shift*, possivelmente para adjunção a IP.

Na literatura são, então, consideradas três possibilidades com base nos potenciais alvos de movimento do objecto movido: a) a adjunção a VP, no caso de *object-shift*; b) no alemão, adjunção a VP ou a IP (Grewendorf & Sternefeld 1990, Müller & Sternefeld 1994, e.o.), ou só a IP (Fanselow 1990, Czepluch 1990, e.o.); e c) no holandês, a análise tradicional de Zwart (1997) que defende que *scrambling* envolve movimento do objecto para [Spec, AgOP] (as ordens OSV são agramaticais). Observem-se as representações em (48), a estrutura (a) corresponde a *object-shift* no islandês e a (b) a *scrambling* no alemão.



(Thráinsson 2001: 170)

Resumindo, há uma diferença estrutural importante nas representações (a) e (b) de (48): *object-shift* só é possível quando o verbo principal é finito e é movido para fora de VP (o que à partida exclui movimento do objecto em domínios infinitivos), enquanto nas línguas germânicas tal é possível; em segundo lugar, *object-shift* só é possível com objectos subcategorizados pelo verbo, enquanto *scrambling* é possível com outras projecções máximas, como PPs adjuntos; em terceiro lugar, o movimento de *object-shift* das línguas escandinavas parece mover o objecto para uma posição mais baixa em adjunção a VP do que acontece com o *scrambling* das línguas germânicas (aleadamente para especificador de AgrOP), através do qual os constituintes poderão subir até à posição de adjunção a IP. De salientar relativamente aos dois fenómenos é que não há movimento de constituintes para fora de IP, ao contrário do que acontece com a topicalização, por exemplo.

Para além das diferenças apontadas é possível dar conta de outras diferenças entre *object-shift* e *scrambling* com base em propriedades do movimento-A e A'. Enquanto *scrambling* licencia lacunas parasitas, *object-shift* não o permite, enquanto o movimento-A envolve movimento para uma posição com Caso, o movimento-A' não impõe este tipo de restrição. No movimento-A' é possível haver movimento do objecto e do sujeito, enquanto o movimento-A não o permite, uma vez que, movido o objecto, o sujeito ao subir para [Spec, IP] (assumindo que é gerado na base em VP) passaria pelo objecto que o c-comanda, o que não é permitido. Para além disso, conforme descrito acima, se o verbo não sai de VP também não há movimento-A do objecto (ou seja, não há *object-shift*), uma vez que deixaria para trás um vestígio marcado com Caso e tal não é possível. Vikner (1994) propõe, com base neste conjunto de propriedades de

movimentos-A e A', que *object-shift* envolve movimento-A enquanto *scrambling* pode ser analisado como movimento-A'.

Mas qual a razão para mover o objecto para uma posição mais à esquerda? Por outras palavras, qual a motivação para *scrambling*? Uma das propostas de análise presentes na literatura defende que *scrambling* é movimento-A e é motivado por Caso (Zwart 1993, 1997, Bobaljik 1995, e.o.). Esta proposta sugere que o objecto se move para [Spec, AgrOP] para verificar Caso forte, caso contrário, se tiver Caso fraco, fica na posição mais baixa. Esta análise pode ser problemática, principalmente porque no caso do movimento por *scrambling* é possível mover PPs que não são argumentos do verbo e estes não têm Caso a verificar.

Motivação alternativa para *scrambling* pode decorrer do facto de este ser uma instância de movimento-A', pelo que pode ser tratado como adunção e não substituição, motivado semântica ou prosodicamente.

A primeira hipótese é defendida por autores como Diesing (1995) e Diesing e Jelinek (1995), para quem *scrambling* tem efeitos de especificidade.<sup>44</sup> A segunda hipótese, de que *scrambling* é movimento-A' motivado discursivamente, é defendida por Reinhart (1995). No essencial, esta hipótese defende que *scrambling* decorre da necessidade de criar configurações de foco apropriadas e, para além disso, é uma estratégia de desfocalização porque o constituinte movido por *scrambling* não pode ser o foco da frase.<sup>45</sup>

No PEC também é possível associar algumas destas propriedades e perceber qual o mecanismo envolvido no movimento curto do objecto em configurações O-Adv-V.

---

<sup>44</sup> Seguindo a Hipótese de Mapeamento de Diesing (1992), os autores acima referidos sugerem que DPs e PPs definidos têm de ser *scrambled* para fora do domínio de VP (domínio existencial), por forma a escapar à leitura existencial. No entanto, os definidos podem ocorrer tanto dentro como fora de VP, pelo que sugerem que o movimento acima referido pode ser explícito ('overt') ou implícito ('covert'), desde que em LF a derivação correcta seja alcançada. Um problema para esta análise pode ser o facto de os indefinidos poderem ficar no domínio existencial dentro de VP, embora também possam subir. Assim, os autores vão sugerir que, quando assim acontece, o movimento se dá em estrutura-S.

<sup>45</sup> Esta é também a hipótese defendida por Costa (1998) para o PEC. Segundo o autor, sempre que é informação nova, o objecto não pode ser movido por *scrambling*, devendo permanecer na posição pós-verbal. Os exemplos relevantes são os que a seguir se apresentam:

- (i) *O que é que o Paulo fala bem?*
  - a. #O Paulo fala francês bem.
  - b. O Paulo fala bem francês.

### 3.3.1.1.1. *Scrambling* no PEC

No ponto anterior descrevemos as características do movimento de objectos nas línguas germânicas e escandinavas. Vamos, neste ponto, tentar mostrar que *scrambling* é um mecanismo produtivo tanto em PEC como em PA e que permite explicar a derivação de ordens O-Adv-V e OV, respectivamente. Com isto queremos dizer que *scrambling* não é uma característica das línguas OV (contra o que dizem Neeleman e Reinhart 1998) e pode ser detectado, numa língua com movimento do verbo para I, isto se for possível observar a ordem relativa entre o objecto e um advérbio de VP<sup>46</sup>, como em (49), advérbios esses que são marcadores da fronteira esquerda limite do VP:

(49) a. O Paulo fala [<sub>VP</sub> bem francês].

b. O Paulo fala [<sub>VP</sub> francês bem].

Nestes exemplos o complemento pode preceder ou seguir o advérbio. Este é também o padrão encontrado em línguas nas quais *scrambling* é produtivo, como o holandês e o alemão, ou seja, um objecto pode ocorrer à esquerda ou à direita de um adjunto de VP. De diferente relativamente ao PEC, língua na qual o verbo sobe para o núcleo I, é que são línguas OV, ou seja, o verbo surge em posição final, pelo que há sempre adjacência entre complemento e verbo mesmo que não tenha havido *scrambling* (Costa 1998). Esta adjacência pode ser mantida no PEC sempre que não houver outro constituinte entre o objecto e o verbo flexionado.

Resumimos no ponto anterior as propriedades de *scrambling* nas línguas germânicas: movimento de DPs e de PPs, mas não de APs predicativos e orações pequenas ('small clauses', ou SC). *Scrambling* licencia ainda lacunas parasitas, tem efeitos discursivos, não alimenta ligação e ainda, no caso do alemão, o objecto pode ser movido para a esquerda do sujeito. No entanto, não há consenso no que toca às propriedades manifestadas pelo fenómeno de *scrambling*, pois, relativamente às características enunciadas acima, nem todas as propostas teóricas parecem coincidir. Quer isto dizer que há autores que defendem que *scrambling* não envolve, por exemplo, licenciamento de lacunas parasitas, ou que não alimenta ligação (cf. Thráinsson 2001).

---

Só o exemplo (b) é resposta adequada à pergunta enunciada acima, na qual a informação nova requerida é o objecto, que deve, por isso, ocorrer em posição final (Costa 1998: 177-178).

<sup>46</sup> Sobre a distribuição de advérbios monossilábicos em PEC ver Costa (*Ibidem*: 158-160).

Numa língua como o PEC, que não é uma língua OV, parece haver evidências para *scrambling*, que se manifestam em certos tipos de construção, nomeadamente em frases com a ordem O-Adv. Assim, o PEC manifesta também as seguintes propriedades<sup>47</sup>:

a) movimento do objecto para antes de um advérbio monossilábico adjunto de VP:

- (50)=(49) a. O Paulo fala [<sub>VP</sub> bem francês].  
b. O Paulo fala [<sub>VP</sub> francês bem].

O exemplo (b) mostra que há movimento do objecto a partir da sua posição base dentro de VP;

b) licenciamento de lacunas parasitas:

- (51) a. A Maria deu o disco sem ter ouvido.  
b. \*A Maria deu sem ter ouvido o disco.

Apenas o exemplo (a) mostra que uma lacuna parasita pode ser legitimada. À primeira vista, as lacunas parasitas parecem não adiantar nada relativamente a diagnósticos para *scrambling*, uma vez que o PEC é uma língua que permite objectos nulos (os nossos dados do PA apontam já para isso mesmo), conforme demonstrou Raposo (1986). No entanto, autores como Bianchi & Figueiredo (1993) e Menuzzi (1994), mostraram que, no PB e também para alguns falantes do PEC, só pode haver objectos nulos dentro de ilhas fortes se forem não animados<sup>48</sup>, como por exemplo:

- (52) a. O livro? ?O João ficou admirado porque o Pedro não leu t.  
b. A Maria? \*O João ficou admirado porque o Pedro não viu t.

Este facto permite diferenciar, então, objectos nulos e lacunas parasitas, uma vez que é sempre pior pôr o antecedente da lacuna parasita depois da mesma. É diferente

---

<sup>47</sup> Os exemplos (49) a (52) baseiam-se em exemplos apresentados em Costa (1999, 2000b).

<sup>48</sup> Esta restrição de animacidade deixa de se verificar se o objecto nulo não ocorrer num contexto de ilha forte, por exemplo *O livro? O João quis saber quem leu t*, e *A Maria? O João quis saber quem viu t*.

dizer \*A Maria conhece bem a filha da vizinha mesmo sem nunca ter visto e A Maria conhece a filha da vizinha bem mesmo sem nunca ter visto.

c) a posição do objecto com relação a dois advérbios adjuntos de VP:

- (53) a. A Maria ouviu ontem mal o professor.  
b. A Maria ouviu o professor ontem mal.  
c. A Maria ouviu ontem o professor mal.

No exemplo (a) temos a ordem dita básica, na qual o objecto é realizado internamente a VP e os advérbios são adjuntos ao mesmo, enquanto que o exemplo (b) representa o caso típico de *object-shift*, no qual houve movimento do DP objecto para [Spec, AgrOP]. Assim, apenas (c) é evidência para *scrambling*, uma vez que o objecto surge entre dois advérbios adjuntos de VP, *ontem* e *mal*, pelo que houve movimento do mesmo a partir da posição base para adjunção a VP.

Para além destas propriedades que partilha com as línguas germânicas, também é possível dar conta de outros testes com base em propriedades do movimento A e A'.

d) no PEC, *scrambling* também não alimenta ligação, como no exemplo seguinte:

- (54) a. \* Leu cada autor<sub>i</sub> o seu livro<sub>i</sub>.  
b. \* Leu o seu livro<sub>i</sub> cada autor<sub>i</sub>.

(Costa 1998: 129)

e) relativamente a efeitos discursivos, parece ser uma propriedade evidenciada pelo fenómeno de *scrambling* do PEC. Observem-se os seguintes exemplos de Costa (2001a):

- (55) a. Há alguém aqui que fale bem francês ou alemão?  
# Não, mas o Paulo fala alemão bem.  
Não, mas o Paulo fala bem alemão.  
b. Há aqui alguém que fale bem francês ou inglês?  
O Paulo fala francês bem.  
# O Paulo fala bem francês.

f) Tal como nas línguas germânicas, também não é possível mover APs predicativos e SCs<sup>49</sup>:

- (56) a. A Maria está sempre irritada.  
b. \*A Maria está irritada sempre.
- (57) a. A Maria acha sempre a aula produtiva.  
b. \*A Maria acha a aula produtiva sempre.

Concluimos, seguindo Costa, que o PEC permite *scrambling* dentro de VP e não *object-shift*. Para Martins (2000e), no entanto, no PA era possível *scrambling* a IP, ou *scrambling* médio, o que possibilitava as interpolações múltiplas entre um proclítico e o verbo.

Um dos problemas para esta análise no PEC e que, seguindo Costa (1999)<sup>50</sup>, é razão para que alguns autores não a adotem, nomeadamente Zubizarreta (1998b), é a marcação de Caso ao sujeito quando este segue o objecto na sequência VOS, já que esta é uma posição sem Caso. Uma alternativa a esta análise é a análise em termos de movimento *remnant* (a partir de Kayne 1998) que a seguir se descreve.

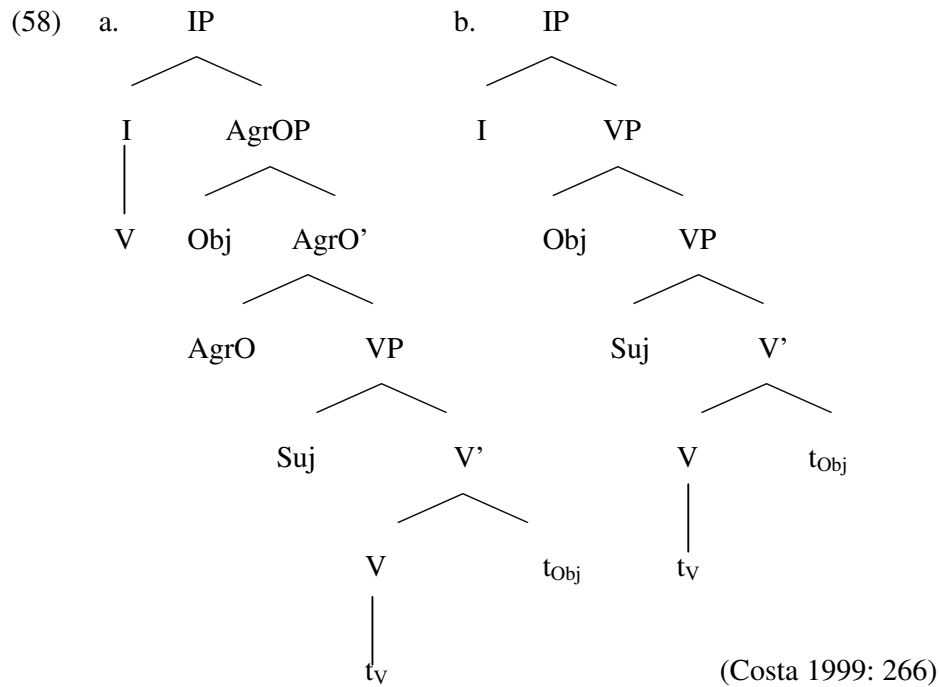
### 3.3.1.1.2. *Scrambling* e movimento *remnant* em PEC

No ponto anterior concluimos que o PEC exhibe padrões de *scrambling* do objecto para a esquerda de constituintes dentro de VP, nomeadamente do sujeito, uma vez que assumimos a análise de que o sujeito é gerado na posição de [Spec, VP]. A análise das construções VOS do PEC em termos de *scrambling* assenta, pois, no movimento do verbo para o núcleo de IP, ou seja, para I, seguido do movimento do objecto para a esquerda do sujeito, que permanece na sua posição base. A posição alvo do objecto vai ser a posição de especificador de AgrOP, em (58a), ou ainda a adjunção a VP, em (58b). Esta análise é defendida por autores como Zubizarreta (1998a), Ordóñez e Treviño (1995) para o espanhol, Alexiadou & Anagnostopoulou (1996) para o grego e Costa (1996b, 1998) para o PEC.

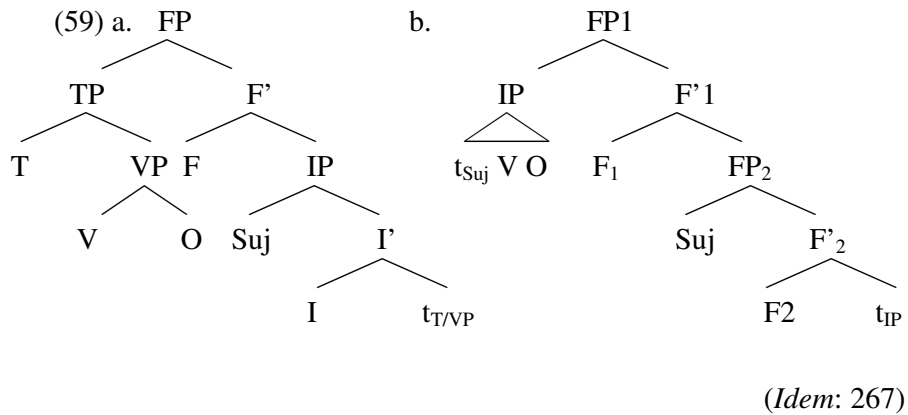
---

<sup>49</sup> Os exemplos de SCs apresentados referem-se a leituras sem pausa, por isso o exemplo (57b) é agramatical.

<sup>50</sup> O artigo que seguimos nesta exposição foi posteriormente publicado em Costa (2002a).



Outros autores, nomeadamente Ambar & Pollock (1998), para as interrogativas VOS do francês e do PEC, Zubizarreta (1998b) e Ordoñez (1997), para as ordens VOS do espanhol, e Kayne & Pollock (1998), para a inversão estilística em francês, adoptam uma análise em termos de movimento *remnant*. Estas propostas, na linha de Kayne (1998), consideram que o verbo se move para I e o sujeito sobe para a posição canónica em [Spec, IP], em (59a), e o que resta de I', ou seja, o *remnant* I' (que contém o vestígio do sujeito), é movido subsequentemente para a posição da categoria funcional acima da que contém o sujeito, em (59b):



Esta análise apresenta alguns problemas, nomeadamente na motivação para o movimento de I' como constituinte único. Se em frases com um só verbo é possível clivar todo o VP (o que favorece a análise em termos de movimento *remnant*), o mesmo não acontece com um VP que seja composto por dois verbos. Neste caso não há evidência que mostre que o VP complexo se move como um todo. Observe-se (60):

- (60) a. Comeu o bolo o João.  
a'. Foi [<sub>VP</sub> comer o bolo] o que o João fez.  
b. Tinha comido o bolo o João.  
b'. \*Foi [<sub>VP</sub> ter comido o bolo] o que o João fez.

Outros problemas poderão ser apontados a uma análise em termos de movimento *remnant*, que se descrevem nas próximas oito alíneas, em favor da análise por movimento *scrambling*. As alíneas a) a h) são retiradas do trabalho de Costa (1999) (pp. 268-280), bem como a argumentação aí desenvolvida, e baseiam-se essencialmente em dados do PEC:

- a) motivação para a mobilidade de TP/VP: os exemplos de (60) mostram, através do teste da clivagem, que há problemas em mover o constituinte TP/VP como um todo se este tiver mais do que um verbo, o que não levanta problemas se optarmos por uma análise em termos de *scrambling*, pois aí só o objecto é movido para a esquerda do sujeito, como em (61):

- (61) a. Foi o bolo que o João comeu.  
b. Foi o bolo que o João tinha comido.

- b) quanto à posição dos advérbios monossilábicos, estes podem ocorrer em duas posições, antes ou depois do objecto (V OD Adv Suj / V Adv OD Suj) sem qualquer tipo de motivação discursiva para que haja movimentos internos a TP/VP. Costa (1996a) mostra que os advérbios monossilábicos surgem em posições baixas estruturalmente e que no PEC só ocorrem na posição final de frase se forem focos<sup>51</sup>, caso contrário surgem antes do objecto.

---

<sup>51</sup> A forma de determinar a função discursiva de um constituinte confirma-se através dos pares pergunta-resposta. Se o advérbio for resposta à pergunta *Como é que o João comeu os bolos? O João comeu os*

(62) a. O João comeu os bolos bem [+Foco].

b. O João comeu bem [-Foco] os bolos.

Numa análise por *scrambling*, sendo os advérbios adjuntos a VP, espera-se que haja mobilidade, que o advérbio possa surgir antes ou depois do objecto;

c) Os QFs são também argumento contra movimento *remnant*. Estes constituintes normalmente são possíveis em posições pelas quais o sujeito tenha passado no caminho entre [Spec, VP] e [Spec, IP] (Sportiche 1988, Koopman & Sportiche 1991), como nos exemplos (16) do ponto 3.1.2. Se é possível a ocorrência de QFs dentro de TP/VP, que se move como um todo, é de prever que possa haver QFs à esquerda do sujeito nas ordens VOS e tal não é possível, como no exemplo (63a). Em (63b) é possível o QF preceder o sujeito porque são adjacentes:

(63) a. \*Comeram todos o bolo os meninos.

b. Comeram o bolo todos os meninos.

A análise em termos de *scrambling* prevê esta agramaticalidade, uma vez que o sujeito está em [Spec, VP], o que significa que não saiu da sua posição base, pelo que não há outra posição pela qual possa ter passado e a qual possa ser alvo para o movimento de um QF.

d) Relativamente a redobro de tópicos e “question tags”, estas podem ocorrer em posição final de frase (64), enquanto os tópicos podem ser redobrados por um pronome (OD, OI ou sujeito) após pausa (65), o material interno à frase não pode ser redobrado (66):

(64) O Paulo leu o livro, não leu?

(65) a. O Paulo leu-o, esse livro.

b. O Paulo deu-lhe o livro, à Maria.

c. Ele leu o livro, o Paulo.

(66) a. \*O Paulo leu-o esse livro ontem.

b. \*O Paulo deu-lhe à Maria o livro.

c. \*Ele leu o livro o Paulo.

---

*bolos bem*, então é foco, se for informação dada, ou seja, resposta a *O que é que o João comeu bem?*, o advérbio ocorre antes do objecto, *O João comeu bem os bolos* (Costa 1996a).

Segundo a análise de Kayne & Pollock (1998), para quem os sujeitos ocupam a posição de [Spec, Top] em frases VOS, uma posição periférica à frase, era esperado que pudessem ser redobrados por um pronome, o que não acontece, veja-se (66c). Numa análise em termos de *scrambling* este problema não se põe pois, se o sujeito fica na sua posição base nas ordens VOS, isto é, na posição interna a VP, também não se espera que possa ser redobrado;

e) O quinto problema levantado pela análise em termos de movimento *remnant* prende-se com a função discursiva do sujeito, que é foco informacional em frases VOS (67), mas também pode ser foco contrastivo se receber um acento forte (68):

(67) Quem leu o livro?

Leu o livro o Paulo.

(68) Leu o livro O PAULO.

A análise de Ordoñez (1997) capta esta função discursiva do sujeito ao sugerir que este se move para uma projecção funcional na periferia esquerda que codifique a informação de foco (FocusP), e que todo o restante material (*remnant*) é subsequentemente movido para a sua esquerda, para uma posição de tópico. Conforme notado por Costa, esta análise pode ter problemas porque prediz que focos e constituintes-Wh estão em distribuição complementar (na linha de Rizzi 1997), ou seja, não é possível encontrar constituintes-Wh em frase VOS, o que pode acontecer:

(69) A quem deu o livro O PAULO?

A análise de Kayne & Pollock não tem este problema, mas também não capta a função discursiva do sujeito. Em favor desta última, Ambar & Pollock (1998) sugerem que de facto o sujeito em interrogativas VOS ocupa a posição [Spec, TopP] uma vez que esse sujeito final não pode ser nem um pronome pessoal nem um pronome indefinido (elementos não topicalizáveis em PEC). Mais uma vez Costa defende que a análise levanta problemas, uma vez que a posição final de frase não é reservada para tópicos, como mostra o exemplo (69), nem há evidência forte para dizer que o sujeito é topicalizado, do mesmo modo que topicalização em PEC se distingue de focalização-Wh e de DEC (Duarte 1987,

1996)<sup>52</sup>. A análise em termos de *scrambling*, com o sujeito em [Spec, VP] não levanta estes problemas uma vez que, nessa posição, que é uma posição mais encaixada, pode ser focalizado.

f) Nas frases VOS, o objecto c-comanda o sujeito uma vez que um objecto quantificado pode ter escopo sobre o sujeito e há violação do princípio-C da Teoria da Ligação em frases como as de (70a) e (70b-c), respectivamente.

- (70) a. Leram um livro dois alunos.  
b. \*Viu-o<sub>i</sub> o irmão do Paulo<sub>i</sub>.  
c. \*Deu-lhe<sub>i</sub> o livro o irmão do Paulo<sub>i</sub>.

Estes factos são um problema adicional para a análise em termos de movimento *remnant* que, ao postular que o objecto faz parte do constituinte TP/VP movido, faz com que não possa c-comandar o sujeito, nem que sejam esperadas violações do princípio-C ([<sub>FP</sub> [<sub>TP/VP</sub> V O] [<sub>XP</sub> S ...]]). A análise em termos de *scrambling* não levanta estes problemas visto que, ao ser movido para a esquerda do sujeito, o objecto vai c-comandá-lo ([<sub>FP</sub> V [<sub>XP</sub> O [<sub>VP</sub> S...]]]);

g) Duarte & Matos (2000) defendem que a distribuição dos clíticos em PEC pode depender de propriedades sintácticas da frase. Assim, em frases com um sujeito não quantificado é esperada a ênclise, se o sujeito for quantificado a próclise é o padrão esperado.

- (71) a. O Paulo viu-o.  
b. Ontem todos os meninos o viram.

A análise em termos de movimento *remnant*, com o sujeito em [Spec, TopP], prediz que em frases VOS, sempre que quantificado, o sujeito desencadeie a próclise. Contudo, conforme nota Costa, o padrão é exactamente o oposto:

- (72) a. \*Ontem o deram à Maria todos os meninos.  
b. Ontem deram-no à Maria todos os meninos.

Em termos de *scrambling*, este resultado é o esperado. Se o sujeito em frases VOS está na sua posição base, [Spec, VP], e a próclise é desencadeada por

---

<sup>52</sup> Para uma discussão mais alargada sobre o paralelismo entre construções de topicalização e interrogativas VOS, veja-se Duarte (1987, 1996) e o artigo de Costa em discussão.

sujeito quantificado em posição pré-verbal, então a ênclise é esperada naqueles contextos<sup>53</sup>.

h) A aceitabilidade de frases VOS varia consoante o objecto seja definido ou indefinido. Quanto maior a indefinidade do objecto mais difícil é a aceitabilidade da frase:

- (73) a. ?Viu um gato o João.  
b. \*Viu um homem qualquer o Paulo.  
c. ??Leu algo o Paulo.

Numa análise em termos de movimento *remnant* não há sensibilidade para este tipo de questão, uma vez que o objecto faz parte do constituinte movido. Em termos de *scrambling*, como só o objecto é que é movido, espera-se que possa ser levado em linha de conta o tipo de objecto em causa, ao que se poderá acrescentar o facto de, nas línguas românicas, *scrambling* de objecto ser melhor com DPs definidos. Costa (1996b, 1998) (na linha de Reinhart 1995) defendeu que os objectos no PEC são movidos por não serem o foco da frase, pelo que se espera que objectos indefinidos (que tipicamente introduzem informação nova) ocorram em posição final de frase e não que sofram movimento.

Pesando os prós e os contras, uma análise em termos de *scrambling* parece-nos menos problemática empiricamente, pelo que assumimos que é um mecanismo relevante para explicar as frases com objecto anteposto ao sujeito. Um problema para o movimento por *scrambling* prende-se com a atribuição de Caso ao sujeito, conforme referimos no ponto precedente, problema esse que é resolvido numa análise em termos de movimento *remnant*. Na configuração (59) acima o sujeito tem de passar obrigatoriamente por [Spec, IP], posição na qual verifica Caso nominativo. Relativamente a *scrambling* são várias as propostas que avançaram uma possível solução para este problema que não é exclusivo das frases VOS, mas de todas as que

---

<sup>53</sup> No entanto, Costa sugere que pode ser levantada uma objecção a este argumento. Se, na linha de Kayne & Pollock (1998) e Ambar & Pollock (1998), o sujeito ocupa a posição de tópico, a próclise não é esperada uma vez que a topicalização não a desencadeia (cf. também Duarte 1987), quer o sujeito seja pré- ou pós-verbal (*Esse livro, o Paulo leu-o / Esse livro leu-o o Paulo*), excepto quando o tópico é quantificado (*Muitos livros lhe leu o Paulo*). Assim, segundo Costa, é possível testar se a próclise não é desencadeada em frases VOS por o sujeito ocupar a posição de tópico, usando um sujeito quantificado em posição de tópico e concluindo que a próclise não se verifica (*Leram-lhe livros muitos meninos / \*Lhe leram livros muitos meninos*). Deste modo, é possível levantar a objecção ao argumento inicial baseado na ideia de que os sujeitos em frase VOS são tópicos (*Idem*: 279).

apresentam um sujeito pós-verbal (cf. ponto 3.2.2.). Na literatura generativista a solução para o Caso do sujeito pós-verbal passa pela atribuição de Caso pelo verbo em I sob regência estrutural (Contreras 1991), ou, em termos minimalistas, o sujeito fica na posição base porque tem traços fracos pelo que pode adiar a sua verificação para a sintaxe não visível (Barbosa 1995, Alexiadou & Anagnostopoulou 1996), ou ainda, mais recentemente, a concordância pode ser à distância pelo que o sujeito não necessita subir para a flexão (Chomsky 1998). Uma outra hipótese poderá passar pela atribuição de um outro Caso, que não o nominativo (já que a concordância não é obrigatória em registo coloquial em frases VS inacusativas do PEC).

### 3.3.2. Objectos DPs, clíticos e constituintes-Wh

Concluimos no ponto anterior que *scrambling* curto, ou *scrambling* no domínio de VP, permite dar conta das ordens VOS encontradas no PEC. Quanto aos casos em que o objecto antecede todos os constituintes, ou seja, tanto o verbo, como o sujeito, não poderão ser explicados recorrendo ao mesmo mecanismo. Como iremos ver no capítulo relativo às ordens de constituintes no PA, os dados mostram que neste estágio de língua havia a possibilidade de *scrambling* no domínio de IP, ou *scrambling* médio (num domínio mais alto), isto porque as ordens OV no PA coexistiam com a alternativa VO. Segundo Martins (2000b), conforme aludimos anteriormente, houve uma mudança na ordem pela qual os constituintes não clíticos são realizados, pois passámos de uma situação em que ambas as ordens eram permitidas para a situação do PEC, na qual objectos DP antepostos correspondem a estratégias de topicalização.

A análise de Martins para o PA considera que os objectos eram movidos para a esquerda passando pelo verbo (OV), tal como sucede nas línguas germânicas. Também à semelhança destas línguas, tanto núcleos como projecções máximas podiam ser movidos para adjunção a AgrS<sup>54</sup>. O problema que se põe no caso do PA, especificamente, é que este é um fenómeno típico de domínios encaixados, sendo raro em frases principais. Vamos, no entanto, reservar este assunto para a descrição dos dados do PA, só o referimos como contraponto à situação actual do PEC, que não permite tanta variação, possivelmente devido à fixação de um valor negativo para o

---

<sup>54</sup> Como vimos no ponto relativo à estrutura da frase, Martins (2000b) sugere que o PA tinha um núcleo Agr mais rico (ou mais complexo, nas palavras da autora) que permitia projectar múltiplas projecções de especificador, ou seja, potenciais alvos para o movimento de constituintes, o que permitia uma maior variação quanto à ordem. No PEC, pelo contrário, este núcleo Agr não é tão rico, pelo que apenas uma posição de especificador é projectada e a variação quanto à ordem é mais limitada.

parâmetro de Agr dividido que restringe as possibilidades de adjunção de constituintes à esquerda do verbo. Para melhor clarificar o assunto, passamos então à descrição do PEC.

Como temos vindo a referir ao longo do capítulo, assumimos que as línguas são universalmente VO, sendo todas as instâncias da ordem OV derivadas por *scrambling* ou *object-shift*, sendo que as diferenças encontradas entre os diferentes mecanismos resultam da natureza dos constituintes movidos. Assim, *object-shift* só é possível com objectos subcategorizados pelo verbo, enquanto *scrambling* é possível com outras projecções máximas, podendo o mesmo fenómeno revestir-se de contornos diferentes entre línguas pois, como vimos, no sueco, por exemplo, só os objectos pronominais podem ser movidos por *object-shift*, enquanto no islandês o mesmo mecanismo já é possível com pronomes e com DPs plenos.

No PEC a ordem básica canónica dos constituintes é SVO, conforme descrevemos nas secções anteriores e pode ser inferida a partir do par pergunta-resposta (23) que a seguir se transcreve como (74), em cuja resposta toda a frase é focalizada:

- (74) *O que é que aconteceu?*  
a. A Maria comeu o bolo.

Tendo presente a ordem canónica SVO, quando assim não acontece, ou seja, quando a ordem encontrada é OV com DPs plenos, são casos que resultam de estratégias de topicalização do objecto e tal interpretação pode ser captada a partir do par pergunta-resposta, como em (75) e (76):

- (75) *O que é que a Maria fez ao bolo?*  
a. O bolo, a Maria comeu.  
(76) *Quem comeu o bolo?*  
a. O bolo, comeu a Maria.

Do ponto de vista da estrutura informacional, tanto o DP objecto inicial, como o sujeito pré-verbal do exemplo (75), correspondem a informação dada, recaindo o foco informacional da frase no verbo *comer*. Relativamente a (76), passa-se exactamente o mesmo, sempre que um constituinte é informação dada, normalmente um tópico, como é o caso do DP objecto *o bolo*, é anteposto ao verbo, que é a posição normalmente

reservada a tópicos (Ambar 1999), derivando as ordens OV. Trata-se de frases que, discursivamente, não são neutras uma vez que o objecto é o constituinte sobre o qual se predica, ou seja, é topicalizado, sendo que o verbo *comer*, em (75), e o sujeito *a Maria*, em (76), são os constituintes que introduzem informação nova, isto é, são os focos informacionais. Deste modo se constata que, conforme salientámos anteriormente, as diferentes ordens pelas quais os constituintes, no caso presente os objectos, ocorrem em frases declarativas simples, reflectem o estatuto discursivo das mesmas.

No PEC também é possível haver topicalização múltipla<sup>55</sup>, embora esta seja uma construção muito marcada e só possível se houver uma pausa prosódica entre o segundo constituinte anteposto e o verbo, como em (77b), que contrasta nitidamente com o exemplo (77a), por ser muito mais marginal.

- (77) a. A propósito da escola, falei com o meu filho.  
b. ?? A propósito da escola, com o meu filho, falei.  
c. ??Com o meu filho, a propósito da escola, falei.

Quando se trata de dois constituintes topicalizados a ordem pela qual ocorrem não é rígida, ou seja, a aceitabilidade das frases é a mesma, como se mostra pelos exemplos (77b) e (77c)<sup>56</sup>.

Como tem vindo a ser assumido para o PEC, a posição inicial de frase é, normalmente, uma posição associada a tópicos, enquanto que a posição pós-verbal cabe a constituintes que introduzem o maior grau de novidade, ou seja, o foco informacional da frase. Tal não acontece se forem objectos pronominais ou relativizados uma vez que a sua realização depende de condições estruturais específicas, nomeadamente de elementos que desencadeiam a anteposição, ou a próclise, obrigatória de pronomes clíticos. A colocação de clíticos objecto resulta, então, de uma operação de movimento de núcleo que adjunge esse núcleo que contém o pronome (núcleo pronominal) a um núcleo funcional (Kayne 1991). O cerne da questão reside em saber o que motiva este movimento que, em certas línguas, como em domínios temporalizados do italiano e do francês, por exemplo, é obrigatório, mas regressaremos a este assunto quando

---

<sup>55</sup> Para uma descrição mais detalhada deste tipo de construção ver Costa (1998).

<sup>56</sup> Tal não acontece, por exemplo, se um dos constituintes antepostos for o sujeito, nesse caso o sujeito pode preceder o objecto anteposto apenas se for um tópico pendente, como em (b), razão pela qual pode ser reduplicado por outro DP na posição canónica em [Spec, IP].

(i) a. ??A Maria, com o filho, falou sobre a escola.

abordarmos a cliticização no PA (cf. capítulo 7). Interessa por ora reter que, enquanto instância de movimento nuclear, o movimento de pronomes objecto é distinto do movimento de DPs plenos. E são algumas as assimetrias que se podem encontrar entre o movimento de pronomes e *scrambling* de DPs, nos termos descritos acima, que parecem apontar para o facto de exibirem comportamentos sintácticos distintos.

O holandês, por exemplo, fornece evidências em favor dessa distinção, conforme sugerido em Corver & Delfitto (1993). Observem-se os exemplos seguintes:

- (78) a. Jan heeft waarschijnlijk niet de jongen / hem ontmoet.  
*O-João tem provavelmente não o rapaz / ele encontrado*  
 ‘O João provavelmente não tinha encontrado o rapaz / ele’  
 b. Jan heeft waarschijnlijk de jongen / hem niet ontmoet.  
*O-João tem provavelmente o rapaz / ele não encontrado*  
 c. Jan heeft de jongen / hem waarschijnlijk niet ontmoet.  
*O-João tem o rapaz / ele provavelmente não encontrado*
- (79) a. \* Jan heeft waarschijnlijk niet het / ‘t gelezen.  
*O-João tem provavelmente não o / o lido*  
 ‘O João provavelmente não o tinha lido’  
 b. \* Jan heeft waarschijnlijk het / ‘t niet gelezen.  
*O-João tem provavelmente o / o não lido*  
 c. Jan heeft ‘t waarschijnlijk niet gelezen.  
*O-João tem -no provavelmente não lido*

(Corver & Delfitto *Ibidem*: 5-6)

Os exemplos mostram que: tanto DPs plenos (*o rapaz*) como pronomes plenos/fortes (*ele*)<sup>57</sup> podem ocupar a posição base à direita da negação (a negação nestas línguas, como vimos, marca a fronteira esquerda de VP), exemplo (78a); podem ocupar a posição entre a negação e um advérbio frásico, como no exemplo (78b); e podem ainda ocorrer à esquerda do advérbio, como em (78c). O mesmo não acontece se o objecto for realizado como um pronome fraco (os clíticos das línguas românicas) (‘t), os

---

b. ?A Maria, com o filho, ela falou sobre a escola.

<sup>57</sup> Os autores têm em conta a distinção entre pronomes fracos/clíticos e pronomes fortes, que é visível em exemplos do italiano: *Gianni lo vede* (clítico obrigatoriamente movido para antes do verbo), *Gianni vede lui* (pronome forte na posição base), e também do holandês, como nos exemplos acima.

exemplos de (79) mostram que este só pode ser realizado antes do advérbio, ou seja, à esquerda tanto da negação como do advérbio, o que significa que houve movimento.

Zwart (1993) propõe, também para o holandês, que os pronomes fracos ocupam posições sintáticas distintas dos DPs movidos por *scrambling*. Em primeiro lugar, a ordem pela qual os complementos que são objectos directos ou indirectos são realizados nas construções de duplo objecto, se forem DPs plenos, é uma ordem fixa (primeiro o OI e depois o OD), mas torna-se livre se forem clíticos, como em (80) e (81), respectivamente para cada uma das situações. Em segundo lugar, se o OD for um DP movido por *scrambling* para fora de VP, o OI tem de ser um PP, obrigatoriamente; se o OD for um clítico, o OI pode ser um DP, veja-se (82). Finalmente, os pronomes fracos (ou clíticos) podem subir passando por um sujeito encaixado em construções de ECM, o que não é possível com DPs plenos, como se demonstra em (83):

- (80) a. ... dat ik haar het boek gisteren gaf.  
       ... *que eu lhe o livro ontem dei*  
       ‘... que eu ontem dei-lhe o livro’  
 b. \*... dat ik het boek haar gisteren gaf.  
       \*...*que eu o livro lhe ontem dei*
- (81) a. ?... dat ik ‘r t’ gisteren gaf.  
       ?... *que eu lhe o ontem dei*  
       ‘... que eu ontem lho dei’  
 b. ... dat ik ‘t ‘r gisteren gaf.  
       ... *que eu o lhe ontem dei*
- (82) a. ... dat ik het boek gisteren \*(aan) Marie gegeven heb.  
       *que eu o livro ontem \*(à) Maria dado tinha*  
       ‘... que eu ontem (à) Maria o livro tinha dado’  
 b. ... dat ik ‘t gisteren (aan) Marie gegeven heb.  
       *que eu o ontem (à) Maria dado tinha*
- (83) a. \*... dat ik het boek Jan / hem heb zien lezen.  
       ...*que eu o livro João / ele tinha visto ler*  
       ‘... que eu tinha visto o João / ele ler o livro’

- b. ... dat ik 't Jan / hem heb zien lezen.  
... *que eu o João / ele tinha visto ler*  
'que eu tinha visto o João / ele lê-lo'

(*Idem*: 6)

No caso do PEC, em frases matriz afirmativas (sem proclisadores), o padrão de colocação dos objectos, quer sejam DPs ou pronomes clíticos, é a seguir ao verbo na sequência VO, como nos exemplos seguintes:

- (84) a. O João comeu o bolo.  
b. O João comeu-o.

O mesmo acontecendo em frases com a ordem VOS, como as que analisámos nos pontos anteriores e que são resultado do movimento do constituinte objecto para a esquerda do sujeito, tanto um DP como um clítico pode ser realizado nessa posição, uma vez que continuam a seguir o verbo, como em (85):

- (85) a. Comeu o bolo o João.  
b. Comeu-o o João.

Em frases SOV, por outro lado, e uma vez que são casos em que o objecto sobe para a esquerda do verbo, em resposta à pergunta *O que é que o João comeu?*, temos DPs objecto plenos nessa posição.

- (86) a. O João, o bolo comeu.  
b. \*O João, o comeu.

Este facto decorre da análise do fenómeno da cliticização em PEC, que impede que o clítico possa ser o constituinte inicial a seguir a uma pausa prosódica, de acordo com a análise de Barbosa (2000), para quem a próclise e a ênclise são processo fonológicos. Desse modo, assumindo a análise do sujeito deslocado<sup>58</sup>, os clíticos não

---

<sup>58</sup> No entanto, mesmo não assumindo a análise do sujeito deslocado à esquerda, existe uma fronteira prosódica nos exemplos em discussão, pelo que a próclise não é possível.

podem ocorrer em primeiro lugar no Sintagma Entoacional (“Intonational Phrase”, ou IntP), o que faz com que (86b) seja mal-formada.

Em frases subordinadas finitas o comportamento observado é o mesmo: o objecto segue o verbo se for realizado como um DP pleno, mas, se for um clítico, deve ser proclítico. A próclise nestes casos deriva da ênclise, que é a ordem básica, e é motivada pelo peso fonológico das palavras funcionais (Duarte e Matos 2000). Deste modo, um pronome enclítico deve ocorrer como proclítico sempre que uma palavra funcional forte o preceder e o c-comandar no mesmo domínio frásico (CP), neste caso o complementador *que* (Frota & Vigário 1996), como em (87b):

- (87) a. Eu sei que o João comeu o bolo.
- b. Eu sei que o João o comeu.

Este é também o padrão em frases com negação ou advérbios frásicos, ou seja, a ordem VO prevalece se o objecto for um DP, mas passa a OV se for um clítico, como em (88) e (89), respectivamente, entendendo-se a negação e determinados advérbios como desencadeadores da próclise em PEC:

- (88) a. O João não comeu o bolo.
- b. O João não o comeu.
- (89) a. O João provavelmente não comeu o bolo.
- b. O João provavelmente não o comeu.

Se, no entanto, se tratar de advérbios monossilábicos de VP, estes podem ocorrer entre o verbo e o objecto por ele subcategorizado se for um DP pleno, mas não podem quebrar a adjacência entre o clítico e o verbo, como se demonstra em (90a, b):

- (90) a. O João leu bem o livro.
- b. \*O João leu bem o.

Retomando a análise de Zwart para o holandês, parece haver uma sensibilidade diferente quanto à posição sintáctica ocupada por clíticos e por DPs plenos. Senão vejamos, as construções ditransitivas no PEC mostram que, se forem ambos DPs plenos a ordem pela qual ocorrem é uma ordem relativamente livre. E relativamente porque há

a tendência para realizar primeiro o OD e depois o OI, mas o inverso também é possível, talvez, um pouco mais marcado, como em (91), surgindo como alternativa derivada de OD OI, independentemente de considerações temáticas. Se, por outro lado, um dos objectos for realizado como clítico este, tendencialmente, segue o verbo (se não houver elementos desencadeadores da próclise), reiterando a tendência de adjunção destes elementos ao núcleo funcional verbal, como em (92a, a', b, b'). A ordem encontrada quando os dois objectos são pronomes clíticos é, curiosamente, OI OD, como em (92c, c'):

- (91) a. Eu dei o livro ao João.  
       b. Eu dei ao João o livro.
- (92) a. Eu dei-o ao João.  
       a'. \*Eu dei ao João o.  
       b. Eu dei-lhe o livro.  
       b'. \*Eu dei o livro lhe.  
       c. Eu dei-lho.  
       c'. \*Eu dei-o-lhe.

Ao contrário do que sucede no holandês e no inglês, no entanto, no PEC o OI tem de ser obrigatoriamente realizado por um PP, ou por um clítico dativo, nunca um DP, ou um clítico acusativo.

A estrutura interna de um VP em contexto ditransitivo é, pois, canonicamente, OD OI<sup>59</sup> (Belletti & Shlonsky 1995), sendo possível a ordem inversa, ou seja, o OI pode preceder o OD, como demonstram os exemplos (90)<sup>60</sup>. Interessa, portanto, determinar o que motiva o movimento do OI através do OD e quais os processos responsáveis pela permuta na ordenação dos complementos do verbo. Podemos assumir a hipótese de haver *scrambling* do PP com função de OI, posposição do OD, ou ainda “NP-shift”, como defendem Belletti & Shlonsky, tendo por base a noção de concha lexical de Larson (1988) (uma representação estratificada de VP), ou questionar se existe mesmo uma ordem básica e uma derivada, se é que não poderão ser as duas consideradas

<sup>59</sup> A aplicação do par pergunta-resposta em contextos de frase focalizada mostra que a ordem dita normal no PEC, em construções ditransitivas, é a ordem OD OI, como a seguir se demonstra: *O que é que aconteceu? O João deu um livro à Maria.*

<sup>60</sup> As ordens OI OD são derivadas a partir de uma representação inicial baseada na estrutura argumental do predicado, que decorre da UTAH de Baker (1988), como vimos no capítulo precedente.

básicas, sendo uma mais marcada que outra, na linha do que propõe Costa (2002b) para o PEC.

No ponto referente a *scrambling* no PEC, concluímos que este é um mecanismo produtivo na derivação das ordens VOS, nas quais há movimento-A' do objecto passando por cima do sujeito para adjunção a VP. No entanto, *scrambling*, enquanto movimento-A', não permite dar conta das ordens nas quais o OI precede o OD, já que aquele parece ocupar uma posição-A. Costa (2002b) com base em testes de constituência contraditórios, que nuns casos apontam para a existência de conchas lexicais, como efeitos de ligação, de escopo e de violação do princípio-C<sup>61</sup>, e noutros para uma estrutura estratificada do VP ditransitivo, como a possibilidade de elipses de VP e de fronteamento de constituintes, mostra que ambas as ordens podem ser geradas na base, mesmo que uma delas seja marcada, seguindo também a análise de Phillips (1996).

A análise de Phillips baseia-se em dois princípios, compor e ramificação à direita. Com base nestes princípios a derivação das ordens V OD OI pode ser explicada da seguinte forma: num primeiro momento há composição do verbo com o OD ao qual atribui papel- $\theta$  (93a), no segundo momento é criada uma cópia de V com o OD como seu especificador (93b) com a qual é composto um nó PP irmão, ao qual também é atribuído papel- $\theta$  (93b'). Para a ordem na qual o OI precede o OD, o primeiro passo da derivação consiste em compor o V como o OI, que recebe papel- $\theta$  (94a), enquanto que no segundo passo a cópia de V com o OI reanalisado como seu especificador (94b) é composto com um nó DP irmão (94b').

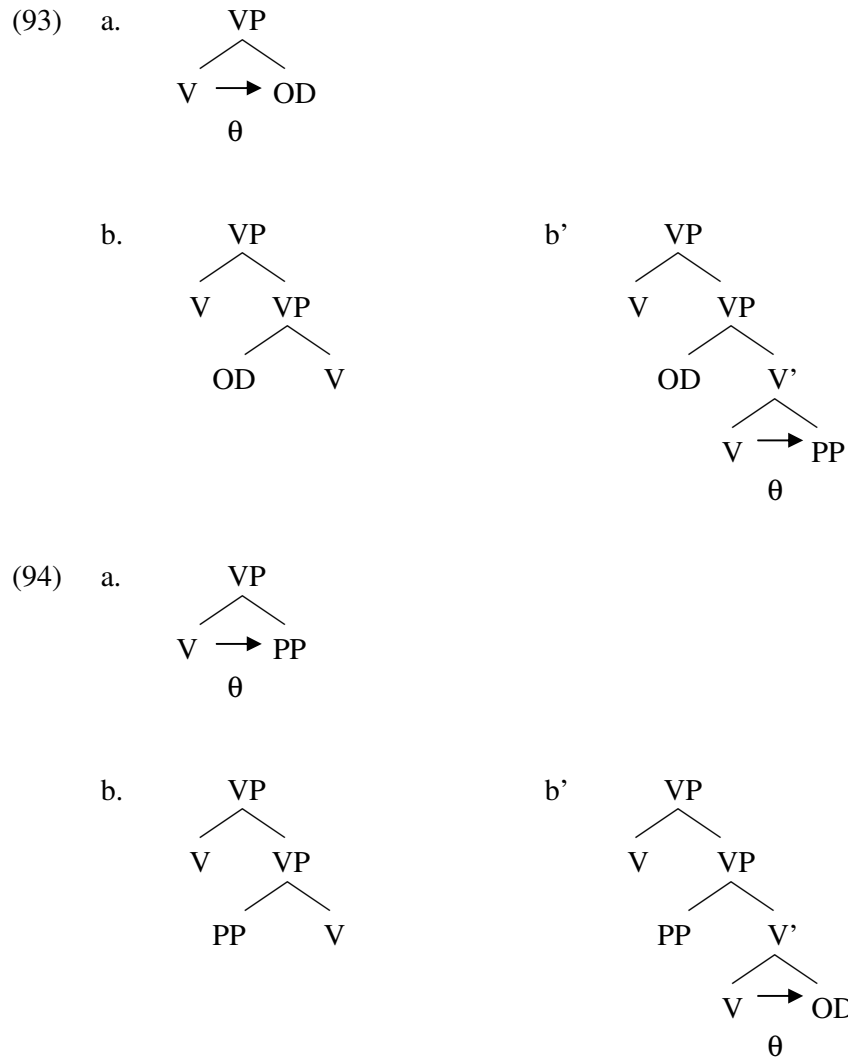
---

<sup>61</sup> Os testes apresentados por Costa (2002b) em favor da existência de conchas no PEC são os seguintes:

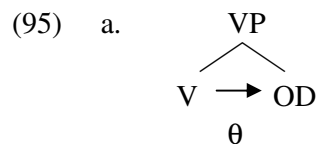
- a) efeitos de ligação: *Entreguei cada livro ao seu autor.*  
*Entreguei a cada autor o seu livro.*
- b) efeitos de escopo: *Apresentei uma mulher a todos os homens.*  
*Apresentei a todos os homens uma mulher.*
- c) violação de princípio-C (pode ser problemático):  
*\*Apresentei a Maria<sub>i</sub> à filha da Maria<sub>i</sub>;*  
*Apresentei à filha da Maria<sub>i</sub> a Maria<sub>i</sub>.*

Por outro lado, mostra que também há evidências em favor de uma estrutura estratificada dos VPs ditransitivos no PEC, como:

- d) a possibilidade de elipses de VP:  
*Eu dei livros à Maria e o Pedro [~~deu livros~~] à Ana.*  
*Eu pus os livros na prateleira e tu [~~puseste livros~~] na gaveta.*
- e) a possibilidade de frontear constituintes de VP:  
*O Pedro queria dar os livros ao Rui ontem.*  
*...e [dar os livros] ele deu ao Rui ontem.*  
*...e [dar os livros ao Rui] ele deu ontem.*

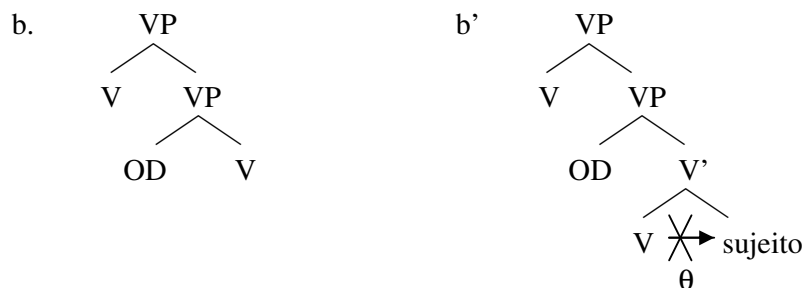


Deste modo, ambas as ordens são geradas na base e em ambas as situações o critério- $\theta$  é satisfeito, uma vez que ou o verbo ou a sua cópia atribuem papel- $\theta$  ao argumento. Da mesma forma que vimos que as ordens OI OD não são derivadas por *scrambling*, também não se pode avançar uma explicação em termos de geração na base para as ordens VOS no PEC, como em (95).




---

...e [dar os livros ao Rui ontem] ele deu.



A derivação de VOS em termos de composição e ramificação à direita criaria uma configuração na qual o sujeito seria irmão de V', posição na qual não recebe papel- $\theta$ , pelo que mantemos, seguindo Costa, que VOS resulta de movimento-A' do objecto para a esquerda do sujeito, que na posição base dentro de VP recebe papel- $\theta$ .

Os dados mostram que a ordem dita “normal” pela qual os constituintes objecto do verbo ocorrem é a seguir a este, sendo que o que motiva a subida quer de pronomes clíticos no PEC, quer de pronomes fracos em línguas como o holandês, para uma posição na qual antecedem o verbo, decorre de condições sintácticas e/ou prosódicas a actuar sobre o movimento de constituintes. Movimento esse que é aplicado a núcleos (constituintes  $X^0$ ) que, como vimos, têm uma maior mobilidade. Conforme referimos no primeiro parágrafo desta secção, não se trata de instâncias de *scrambling* apenas, já que os dados mostram que a posição sintáctica alvo de um clítico movido não pode ser a mesma de um DP pleno (ou de um pronome forte, como nos exemplos do holandês).

Como conclusão, e uma vez que a cliticização vai ser abordada mais em detalhe no capítulo 7, vamos manter que a ordem básica pela qual os objectos do verbo são realizados é a ordem VO. Todas as outras ordens encontradas são topicalizações, no caso dos DPs, ou de movimento de núcleos, no caso dos clíticos<sup>62</sup>, e resultam, quer de estratégias discursivas, no primeiro caso, que conferem ao objecto o estatuto de tópico, realizado em posição inicial (informação dada), quer da própria cliticização, que decorre de condições estruturais específicas a actuar sobre a colocação dos elementos pronominais.

O PEC é, pois, uma língua predominantemente SVO, na qual a posição inicial de frase é, normalmente, uma posição associada a tópicos, enquanto a posição pós-verbal

<sup>62</sup> Duarte (1997) acaba por assumir que a topicalização no PEC é uma instância de *scrambling*, uma vez que há alteração na ordem de palavras, e que manifesta propriedades de movimento-A', mas sem as restrições inerentes ao movimento-Wh.

está reservada aos constituintes que introduzem o maior grau de novidade, ou seja, o foco frásico, como referimos anteriormente.

### 3.4. Conclusões

Resumimos neste capítulo as ordens de constituintes possíveis no PEC, directamente relacionadas com a estrutura discursiva, e as posições estruturais ocupadas por cada um dos argumentos. Assim, vimos que em frases com sujeito inicial e objecto final – SVO - (os contextos não marcados), o sujeito é movido da sua posição base dentro de VP para a posição de [Spec, IP], onde verifica Caso nominativo, sendo esta uma posição interna à frase e não exterior a IP. Quanto ao objecto, este fica na posição base a seguir ao verbo, posição na qual verifica Caso acusativo atribuído pelo verbo sob regência estrutural.

As ordens nas quais o verbo é o primeiro constituinte podem ser derivadas sem recurso ao movimento do sujeito para fora do domínio de VP. Assim, na ordem VSO os dois argumentos nominais ficam *in situ* dentro de VP, o sujeito em [Spec, VP] e o objecto numa posição interna a VP. Mas, se o objecto anteceder o sujeito, na configuração VOS, nesse caso será uma instância de movimento do objecto por *scrambling*, indo-se adjungir a VP e ficando, mais uma vez, o sujeito na posição base. Estas configurações têm o problema de atribuição de Caso ao sujeito que, em [Spec, VP] não pode verificar traços junto da flexão. Também vimos que o Programa Minimalista, na versão de 1998, resolve este problema recorrendo ao movimento de traços podendo o sujeito ficar *in situ* mas, nesse caso, surge uma restrição que pode não se verificar no PEC, que é o acordo obrigatório mesmo com sujeitos pós-verbais, assunto a que regressaremos no capítulo seguinte. Resta a alternativa de Caso ser verificado por regência estrutural ou ser um outro Caso a atribuir ao sujeito pós-verbal, na linha de Belletti (1988).

Nos casos em que o DP objecto antecede tanto o sujeito como o verbo é realizado como um tópico. São exemplos desta situação as sequências OSV e OVS, em ambas o objecto é topicalizado, ou seja, é realizado numa posição externa à frase (possivelmente TopP), sendo o sujeito realizado em diferentes posições estruturais, em [Spec, IP] quando é pré-verbal e na posição base em [Spec, VP] no segundo caso, quando é pós-verbal.

Neste ponto do trabalho interessa-nos reter que a estrutura frásica que assumimos é aquela que resulta da projecção de três principais tipos de núcleos: C, I e

V, cujo esqueleto é o que se apresenta em (2). Estrutura essa que contempla IP desdobrado em duas projecções adicionais Agr e T, essenciais à criação de configurações de acordo.

Tendo presente a configuração (2), assumimos também que a posição não marcada dos constituintes na frase é a ordem SVO e que qualquer alteração a esta ordem decorre de regras de movimento. Assumimos, pois, que a posição canónica para o sujeito pré-verbal é a posição interna à frase, ou seja, [Spec, IP], uma posição-A, enquanto que, quando realizado a seguir ao verbo permanece na posição base em [Spec, VP], quando é argumento externo.

Relativamente aos DPs objecto, ocupam a posição mais encaixada dentro de VP mas, quando realizados em posição inicial de frase são tópicos, enquanto que as ordens VOS são exemplos de *scrambling* curto, isto é, no domínio de VP. Para a nossa análise dos dados do PA vamos ter de assumir que *scrambling* pode mover constituintes acima de VP (movimento-A'), mais concretamente para IP, pelas razões enunciadas em 3.3.1.1.1. e que retomaremos no capítulo 6. Tratando-se, quer de pronomes clíticos, quer de constituintes relativizados, o movimento de objectos decorre de regras aplicáveis ao movimento de núcleos, no primeiro caso, ou de estratégias sintácticas de relativização, no segundo caso.

Tendo presentes estes pressupostos relativos à estrutura frásica que assumimos para as construções transitivas, vamos dedicar o capítulo seguinte à representação das construções inacusativas que, conforme temos vindo a assumir, se caracterizam pela existência de um sujeito que é derivado.



## CAPÍTULO 4

### CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS

Conforme referimos no fim do capítulo anterior, é importante distinguir entre o que são as propriedades de um verbo e as propriedades de uma construção. As primeiras estão relacionadas com a representação da estrutura argumental e com as propriedades de selecção de um predicador, as segundas com a representação sintáctica dessas mesmas propriedades e com a forma como são satisfeitas. Deste modo, a construção inacusativa, nosso objecto de estudo, não pode ser confundida com construções nas quais apenas ocorrem verbos inacusativos, mas todas as construções que partilham um conjunto específico de propriedades, nomeadamente a existência de um constituinte na posição de sujeito que é derivado a partir da posição de complemento, uma vez que os verbos que ocorrem nesta construção não atribuem papel- $\theta$  ao sujeito nem Caso ao complemento.

Tendo em conta estas considerações, no presente capítulo vamos dedicar-nos à análise das propriedades sintácticas das construções inacusativas que, conforme salientámos no capítulo 2, têm um sujeito derivado, já que não é gerado na posição de argumento externo do verbo que o selecciona. Mas este sujeito distingue-se dos sujeitos de frases transitivas em dois aspectos importantes: em primeiro lugar, a estrutura subjacente de uma construção inacusativa não tem a posição de sujeito, ou seja, [Spec, VP], ocupada por nenhum argumento (já que os verbos que ocorrem em construções inacusativas não seleccionam argumento externo), enquanto a construção transitiva tem (os verbos transitivos caracterizam-se exactamente por seleccionarem um argumento externo); em segundo lugar, o argumento interno de uma construção inacusativa não verifica o Caso acusativo do verbo, enquanto o argumento interno de uma construção transitiva verifica Caso acusativo junto do verbo que o rege. Ora, para ser gerado na posição de argumento interno, a posição à direita de V e, superficialmente ocorrer antes do mesmo na ordem SV, teve de ser movido para a esquerda do verbo e é este tipo de movimento, o chamado movimento-A, que pretendemos caracterizar no ponto 4.1.

#### 4.1. Características do movimento-A

Decorrente do princípio EPP, todas as frases têm sujeito ou, por outras palavras, a posição de [Spec, IP] tem de estar obrigatoriamente preenchida. Há, no entanto, duas maneiras de satisfazer este princípio universal:

- a) através da inserção de um expletivo na estrutura<sup>1</sup> (desde que faça parte da numeração), que é directamente composto na posição de [Spec, IP]. Este expletivo pode ser nulo foneticamente, o *pro<sub>expl</sub>* das LSN, como em *pro<sub>expl</sub> Chegou o João*, ou ter material lexical, como em inglês *There<sub>expl</sub> seems to be a man in the garden*, ou ainda;
- b) através do movimento de um DP para a posição [Spec, IP], como em *O João<sub>i</sub> chegou t<sub>i</sub>*, ou *O livro<sub>i</sub> foi lido t<sub>i</sub>*.

Se em a) o pronome expletivo é directamente composto na posição de [Spec, IP], porque é que em b) há movimento do DP, se este é um mecanismo de Último Recurso ('Last Resort'<sup>2</sup>)? A resposta, mais uma vez, prende-se com questões temáticas e casuais, pois não se pode compor directamente um argumento numa posição na qual não pode receber papel temático e a posição de [Spec, IP] não é uma posição- $\theta$ , já que o núcleo I, como se sabe, não tem selecção semântica. De qualquer forma, o movimento nunca é opcional, é sempre motivado por alguma necessidade do constituinte movido, de acordo com o Princípio da Avariza ('Greed'). Em estruturas de elevação é a necessidade de o DP sujeito receber Caso que faz com que se mova (*A Maria<sub>i</sub> parece t<sub>i</sub>*

---

<sup>1</sup> Um expletivo, como o *there* das línguas de sujeito não nulo, ou *pro<sub>expl</sub>* nas LSN, forma uma cadeia com um argumento DP em posição pós-verbal e é inserido na estrutura numa posição com Caso que é, subsequentemente, transferido para o elemento com o qual está coindexado (Chomsky 1986a: 131-132). Esta ideia, no caso de *there* expletivo, está directamente relacionada com o Princípio da Interpretação Plena de Chomsky (*Ibidem*: 98), segundo o qual todos os elementos tem de ser interpretados em todos os níveis de interface: estrutura-D, Forma-Fonética (PF) ou Forma Lógica (LF). Isto significa que em PF todos os constituintes devem ter interpretação fonética e, em LF, tem de ser interpretados semanticamente. Como consequência deste princípio os expletivos são mal-formados em LF porque não têm conteúdo semântico.

Em Chomsky (1989) é sugerido que, apesar de os expletivos não serem permitidos em LF, estes podem ocorrer em estrutura-S se forem considerados afixos ao nível de LF. Deste modo, algures entre estrutura-S e LF, um elemento adjunge-se ao expletivo, elemento que é designado por "associado" do expletivo e que deve satisfazer duas condições: deve poder ser interpretado (senão manter-se-ia a violação do Princípio da Interpretação Plena) e deve ser capaz de formar uma cadeia com o sujeito expletivo em estrutura-S.

<sup>2</sup> O movimento é uma espécie de último recurso, isto é, é determinado por exigências de verificação morfológica (Chomsky 1995: 257) e pode decorrer de uma das seguintes necessidades: i) o movimento de um DP é motivado pelas suas propriedades morfológicas e pelas propriedades do alvo do movimento; ii) o movimento de um DP de uma posição interna a VP para [Spec, IP] verifica-se para que esta posição seja preenchida e, deste modo, o princípio EPP seja correctamente satisfeito.

*ler o livro*). Neste exemplo, a posição de sujeito do complemento infinitivo é uma posição sem Caso, pelo que o DP sobe para a posição-A de [Spec, IP], uma posição onde vai verificar nominativo.<sup>3</sup>

No quadro teórico da TRL e, mais recentemente, do Programa Minimalista, a estrutura da frase possui duas classes de posições sintáticas, a saber, posições argumentais, ou posições-A, e posições não argumentais, também designadas por posições A-barra, ou A'. Como o próprio nome indica, posições-A são as posições ocupadas pelos argumentos, como são o argumento externo e os argumentos internos dos predicados, e ainda a posição vazia de [Spec, IP] das estruturas inacusativas, que vai ser alvo de mover- $\alpha$  (Chomsky 1980, 1981). Por seu turno, as posições-A' são as posições de especificador de núcleos funcionais fora de IP e as posições de adjunção, ou seja, são posições não reservadas aos argumentos.

As posições-A e A' aqui referidas estabelecem um paralelo com as regras de movimento, ou seja, existem movimentos-A e movimentos-A', e ainda regras de adjunção (cf. Raposo 1992). Como o próprio nome indica, movimentos-A são os movimentos de DPs para posições-A<sup>4</sup> (movimento por substituição), enquanto o movimento-A' se caracteriza pelo movimento de constituintes-Wh e de adjuntos, os primeiros para uma posição-A', a posição de [Spec, CP] (movimento por substituição) e os segundos para uma posição de adjunção (movimento por adjunção) (Chomsky 1986b).

Ilustremos cada um dos movimentos referidos, começando por exemplos de movimento-A, em (1) e A' em (2):

- (1)
  - a. Os meninos<sub>i</sub> parecem t<sub>i</sub> ser inteligentes.
  - b. O livro<sub>i</sub> foi lido t<sub>i</sub>.
  - c. O João<sub>i</sub> chegou t<sub>i</sub>.
  - d. \* Os meninos<sub>i</sub> parecem a eles<sub>j</sub> t<sub>i</sub> ser inteligentes.
- (2)
  - a. Que<sub>i</sub> livros o João ofereceu t<sub>i</sub> à Maria?
  - b. Esse livro<sub>i</sub>, eles pensam que o João comprou t<sub>i</sub>.
  - c. Esse livro<sub>i</sub> o João não leu t<sub>i</sub>.

---

<sup>3</sup> De acordo com a TRL todos os DPs têm Caso, ou em termos minimalistas, têm traços casuais a verificar.

O que distingue cada uma das categorias vazias existentes nos dois grupos de exemplos, à luz da Teoria da Ligação, é o facto de estes serem definidos como anáforas, em (1), e Expressões-R(eferenciais)<sup>5</sup> em (2) (Baltin 2001, e. o.). Comparando os exemplos, podemos distinguir algumas características que distinguem as posições-A das posições-A'. Em primeiro lugar, as posições-A são ocupadas por DPs (*Os meninos, O livro, O João* em (1a, b, c)), que alimentam ligação, quer isto dizer que são co-indexadas com os vestígios respectivos deixados na posição base interna a VP. Em segundo lugar, o movimento-A não permite a reconstrução (1d)<sup>6</sup> (o que significa que as regras de ligação se aplicam à posição final do movimento-A). Pelo contrário, uma posição-A' pode ser ocupada por um XP em (2a, b) (*Que livros, Esse livro*) que, ao contrário do caso das anáforas não cria ligação, isto porque é uma posição ocupada por expressões-R, que são livres, isto é, não são c-comandadas, e permitem ainda a reconstrução<sup>7</sup>, como em (2c)<sup>8</sup>. Os vestígios e os constituintes movidos formam, por esta ordem de razões, uma cadeia local.<sup>9</sup>

Em suma, o que permite unificar os exemplos de (1) e (2) é a existência de movimento a partir de uma posição base, na qual é deixada uma categoria vazia que é c-comandada pelo antecedente, ou seja, pelo constituinte movido (um DP em (1) e (2b, c),

---

<sup>4</sup> O movimento-A também pode ser definido como movimento para uma posição de c-comando (tipicamente uma posição de especificador) de uma projecção cujo núcleo é lexical (Baltin 2001: 229).

<sup>5</sup> Alguns vestígios em posições-A' podem ser pronomes e não apenas expressões-R (Postal 1994). No entanto, quer num caso quer noutra, são expressões livres, embora as expressões-R sejam “mais livres”, porque os pronomes só são livres no seu domínio de regência, tal como exemplificado nos exemplos seguintes de frases com expressões-R em (i) e pronomes em (ii):

- (i) a. \*[<sub>CP</sub> *O João<sub>i</sub> viu o amigo do Pedro<sub>i</sub>*]
- b. \*[<sub>CP</sub> *O João<sub>i</sub> disse [<sub>CP</sub> que viu o amigo do Pedro<sub>i</sub>]*]
- (ii) a. \*[<sub>CP</sub> *O João<sub>i</sub> viu-o<sub>i</sub> na televisão*]
- b. [<sub>CP</sub> *O João<sub>i</sub> disse [<sub>CP</sub> que o Pedro *o<sub>i</sub>* viu na televisão]*]

<sup>6</sup> O sujeito pré-verbal em (1d) não pode reconstruir e tem escopo obrigatório sobre o constituinte *a eles*.

<sup>7</sup> Apenas os constituintes movidos para posições-A' permitem a reconstrução, os que são movidos para posições-A não permitem a reconstrução. Esta assimetria entre movimento A/A' não decorre de nenhum princípio da gramática, mas antes da regra Atrair-F ('Attract-F') de Chomsky (1995): 297, segundo a qual só traços formais são movidos. Romero-Morales & Moreno-Quibén (2001) sugerem que esses traços formais se dividem em traços de tipo operador, que derivam o movimento de constituintes-Wh, a topicalização, etc., ou seja, o movimento-A', e traços categoriais, de Caso e de traços-phi, responsáveis pelo movimento-A. Deste modo se pode captar a assimetria entre movimento-A e movimento-A', sendo que no primeiro caso não é possível a reconstrução porque os traços atraídos são os que codificam a referencialidade. Na análise destes autores, portanto, há sempre reconstrução, pelo que as diferenças encontradas entre os tipos de movimento (A e A') derivam da natureza dos traços formais movidos (*Idem*: 302).

<sup>8</sup> Ao contrário de (1d), o DP complemento *Esse livro* reconstrói porque ocupa uma posição periférica à frase, ou seja, uma posição-A', e não uma posição-A, como a que é ocupada pelo sujeito em [Spec, IP].

<sup>9</sup> Cadeias locais são formadas pelos vestígios e os constituintes movidos em construções passivas, em construções com verbos de elevação do sujeito e com inacusativos. Isto significa que as cadeias locais são formadas a partir do movimento-A de constituintes DP, ou seja, são as que vão ser objecto de estudo neste capítulo.

um Wh em (2a)), com o qual forma uma cadeia argumental e que indica o lugar de onde foi movido. De acordo com a Teoria do Caso é este DP que, nos exemplos de (1), em estrutura de superfície, recebe Caso nominativo da flexão<sup>10</sup>. É, pois, importante ter presente a importância do Critério- $\theta$  para a sintaxe das construções inacusativas. Na inacusatividade sintática o movimento de DPs permite a satisfação do Critério- $\theta$  que pode, em última instância, ser captado pela noção de cadeia que é criada pelo movimento.

Consideremos a seguinte formulação do Critério- $\theta$ <sup>11</sup>:

- (3) a. Cada argumento numa representação sintática possui uma e apenas uma função- $\theta$ ;  
b. Cada função- $\theta$  numa estrutura argumental é atribuída a apenas um argumento numa representação sintática.

(Chomsky 1981: 36)

Em suma, as derivações sintáticas de superfície podem ser resultado, como vimos, de dois tipos de movimento, o movimento-A, que designa o movimento de um constituinte da sua posição base para uma posição argumental, ou posição-A, e o movimento-A', que se traduz fundamentalmente pelo movimento de constituintes-wh e de adjuntos. Tradicionalmente, uma posição argumental é uma posição na qual um argumento é gerado de base e aí recebe papel- $\theta$ , ou a posição para a qual um argumento é movido, ou com a qual forma uma cadeia argumental.

Vamos agora passar à análise mais detalhada das construções que, tradicionalmente, se considera envolver movimento de DPs, ou movimento-A. Começamos pela construção passiva, em 4.1.1., à qual se segue a construção com movimento do Sujeito-para-Sujeito ('Subject-to-Subject'), normalmente designada por elevação do sujeito, em 4.1.2. e, finalmente, em 4.1.3., procederemos à descrição das construções com verbos inacusativos.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> O Filtro do Caso estipula que um DP foneticamente realizado deve ter Caso (Chomsky 1981: 49).

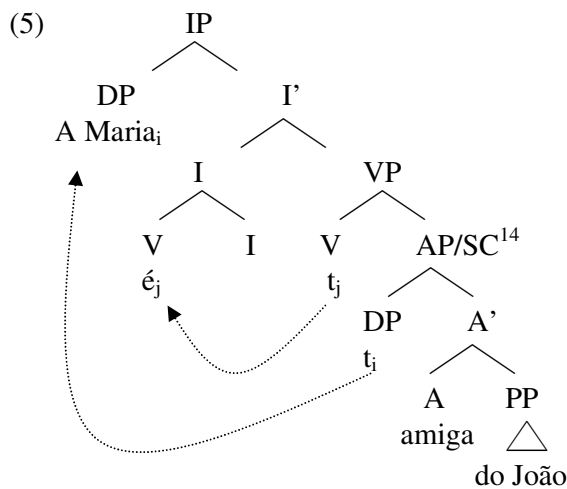
<sup>11</sup> Que traduz a biunivocidade entre argumentos e funções- $\theta$  referida no capítulo 2, mas que não exclui a ideia dos "papéis- $\theta$  complexos" atribuídos por um único predicador a uma única posição proposta em Jackendoff (1972) (cf. 2.3.).

<sup>12</sup> De acordo com Baltin (2001) (p. 252, nt 7), nem todas as teorias captam a diferença entre os três tipos de movimento-A. Na TRL e, no seu seguimento, o Programa Minimalista, tal distinção não é captada. Em Chomsky (1995), por exemplo, o movimento resume-se aos traços ("feature-attraction"), sendo que

Devemos acrescentar, ainda no grupo das construções inacusativas, as construções adjectivais como as que se apresentam em (4), em que o predicado é o adjectivo e os verbos copulativos (*ser* e *estar*) ocorrem apenas para satisfazer uma propriedade seleccional da flexão.

- (4) a. A Maria é amiga do João.  
 b. O João está feliz.

A especificação lexical do núcleo I exige que este subcategorize um VP e não um AP, visto este último não ser especificado com traços categoriais de pessoa, número, e, uma vez que um dos traços dos verbos copulativos é poder combinar-se com um AP<sup>13</sup>, este é inserido na numeração com a seguinte composição: {*ser*, *amiga*, *a Maria*, *de*, *o João*}. A representação sintáctica de frases como as anteriores resulta da composição do núcleo verbal (*ser*) com o AP para formar VP que, por sua vez, vai ser composto com I para formar IP. Finalmente, e como a posição [Spec, IP] tem de ser preenchida, o sujeito sobe da sua posição base de especificador do predicado, neste caso, de AP. A derivação terá a seguinte forma:



categorias inteiras são movidas por razões fonológicas quando o movimento é explícito. A diferença entre movimento-A e movimento-A' depende das características da categoria atractora.

<sup>13</sup> No caso de *ser*, terá a seguinte estrutura de subcategorização: ser  
 [-N, +V]  
 [+Aux]  
 ...  
 \_ AP

<sup>14</sup> Utilizamos AP nesta representação enquanto etiqueta categorial, tendo consciência que o domínio desse AP constitui uma oração pequena (ou SC, nos termos de Stowell 1981).

Deste modo, o sujeito, na construção adjectival com verbos copulativos, é também um sujeito derivado, uma vez que é gerado na posição base de especificador do predicador e, subsequentemente, movido para [Spec, IP], onde vai verificar Caso nominativo e satisfazer o princípio EPP (Raposo 1998).

Em suma, se a inacusatividade sintáctica é caracterizada pela existência de um sujeito derivado superficialmente através da regra mover-DP, então a construção adjectival com verbos copulativos é, também ela, uma construção inacusativa.

Passemos então à descrição das construções que, tradicionalmente, se considera envolverem movimento-A.

#### 4.1.1. A construção passiva

Outra das instâncias de movimento de DP é a construção passiva. A passiva canónica das línguas românicas é a passiva perifrástica, formada pelo verbo *ser* e pelo particípio passivo *-do*. A construção passiva deriva, pois, de um processo lexical que combina um verbo (normalmente um verbo transitivo) com o morfema passivo *-do*, morfema este que elimina a função temática externa do verbo e que o impede de atribuir Caso objectivo (Jaeggli 1986). A morfologia passiva parece, então, ter a propriedade de “bloquear” a atribuição de papel- $\theta$  externo à posição de sujeito (Chomsky 1981: 124), ou seja, à posição [Spec, IP], que, mais uma vez repetimos, é obrigatoriamente preenchida para satisfazer o EPP. A passiva é, assim, entendida como o resultado da interacção de mecanismos morfológicos e sintácticos.

A operação morfológica de formação do particípio passivo pode ser assim resumida:

$$\begin{array}{rcccl}
 (6) & [v \text{ chama-}] & + & [PPass -do] & \rightarrow & [PPass [v \text{ chama}]do] \\
 & \text{Agente } \langle \_ DP \rangle & & & & \text{Agente } \langle \_ DP \rangle \\
 & \text{Tema} & & & & \text{Tema}
 \end{array}$$

(Raposo 1992: 313)

A construção passiva apresenta duas propriedades importantes:

- (7) a. [DP, IP] não recebe papel- $\theta$ ;  
 b. [DP, VP] não recebe Caso dentro de VP, por uma qualquer idiosincrasia deste DP em VP.<sup>15</sup>

(Chomsky 1981: 124)

Uma vez que a morfologia passiva tem a propriedade de bloquear, ou mesmo anular, a atribuição de papel- $\theta$  à posição de sujeito, esta pode ser ocupada por constituintes não argumentais, como em (8a-b), enquanto que o objecto pode não ter Caso, como em (8c), que corresponde à representação subjacente (estrutura-D) de *John was Killed*.

- (8) a. it was believed that the conclusion was false.  
 b. fu arrestato Giovanni.<sup>16</sup>  
 c. [DP *e*] was killed John.

(*Idem*: 122 e 124)

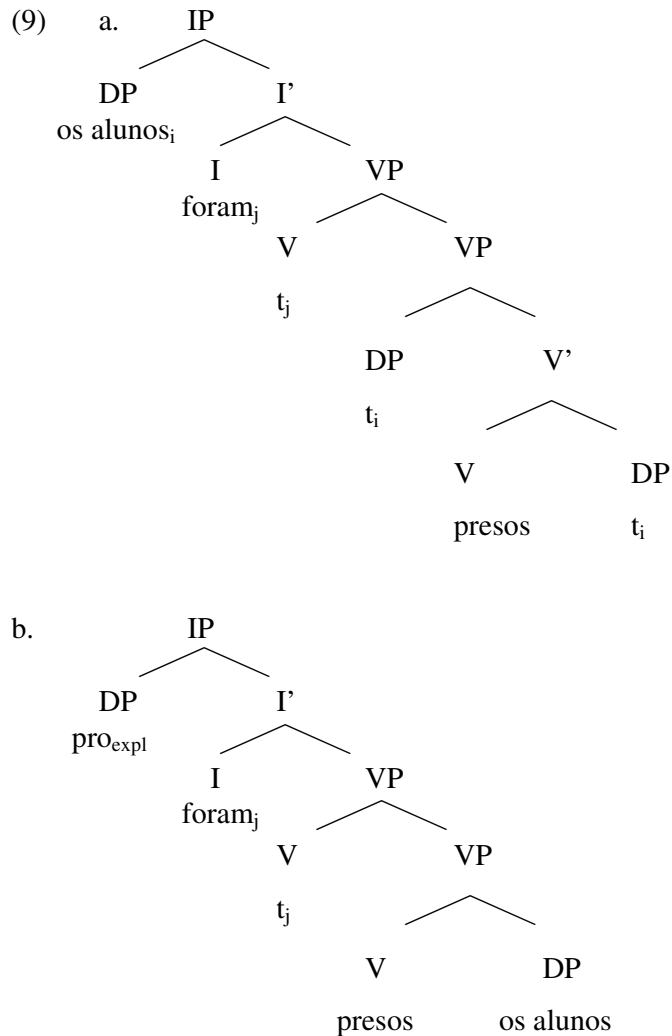
Na frase correspondente a (8c) *John* ocupa a posição de sujeito, por forma a satisfazer o Princípio de Projecção e receber Caso e papel- $\theta$ , formando com o seu vestígio deixado na posição temática base uma cadeia-A.

Podemos constatar que a afixação do morfema passivo anula a capacidade que o verbo tem de atribuir Caso ao objecto, pelo que este tem de formar cadeia com a posição-A mais alta de sujeito – [Spec, IP] –, de modo a receber Caso ou, de acordo com o Programa Minimalista, a verificar os seus traços casuais. A cadeia-A pode ser formada por movimento do DP, como em (9a), ou, alternativamente, pela inserção do expletivo *pro* em [Spec, IP], como se representa em (9b):

Observemos as seguintes representações:

<sup>15</sup> No original, [NP, S] e [DP, VP], respectivamente em (7a) e (7b).

<sup>16</sup> Este exemplo é discutido também em Burzio (1981, 1986).



Em (9a) o DP *os alunos* é gerado como complemento de V. O mecanismo de passivização vai, em primeira instância, mover este DP da posição de complemento de V para a posição de especificador de V (eventualmente para satisfazer um traço EPP), a posição canónica do sujeito interno a VP. Um último movimento eleva esse DP da posição de especificador do verbo no participípio para a posição de especificador do núcleo funcional que contém o verbo *ser*.

A análise descrita no parágrafo anterior, proposta por Radford (1997) e fundamentada em princípios minimalistas, tem por base fortes evidências empíricas. Há duas evidências para o primeiro movimento do DP para a posição de sujeito do participípio: a primeira prende-se com QFs e a segunda com estruturas expletivas. Vimos no capítulo anterior que os QFs modificam o vestígio de um sujeito movido, ou seja, ocupam posições que um sujeito pode ocupar, ou ter ocupado, como em (10):

- (10) Os alunos foram todos presos t.

Tendo isto em conta, é fácil constatar que o movimento inicial do complemento do participio passivo na estrutura (9a) acima é para a posição de especificador do mesmo.

Nas estruturas com expletivos, por seu turno, o movimento de um QP só é possível para a posição de especificador do verbo na forma passiva, como no exemplo seguinte de Radford (1997): 343:

- (11) There were several students arrested t.

Nas línguas românicas de sujeito nulo como o português, e em frases como as de (12), é importante definir a posição ocupada pelo argumento interno do verbo no exemplo (b).

- (12) a. O quadro foi pintado (pelo João).  
a'. Ele foi pintado (pelo João).  
b. Foi pintado um quadro (pelo João).  
b'. \*Foi pintado ele (pelo João).

Relativamente ao exemplo (12a) parece não haver dúvidas de que *o quadro* ocupa a posição de especificador de IP, posição onde verifica Caso nominativo. Como prova de que assim é, basta substituir o DP por um pronome pessoal nominativo, como *ele*, e a frase continua bem-formada, tanto sintáctica como semanticamente, como em (12a'). No exemplo (12b), o DP (*um quadro*) já não recebe Caso nominativo, uma vez que a sua substituição por um pronome deriva uma frase mal-formada, como em (12b'), mas também não tem o Caso acusativo normalmente atribuído ao DP objecto das orações transitivas, como se pode ver pela substituição por um pronome acusativo, que também dá origem a uma frase mal-formada em PEC, Observem-se os contrastes:

- (13) a. \* Foi pintado ele (pelo João). (=12b')  
b. \* Foi pintado-o (pelo João).<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Os únicos casos em que o pronome pode ocorrer invertido são exemplos contrastivos, como *Foi morto ELE, não ela*, onde *ELE* ocorre por ser o pronome por defeito e não por ser nominativo.

Considerando-se um objecto directo, ou seja, um argumento interno, há várias propostas na literatura que pretendem ser explicação para este aparente problema, a primeira decorre de Burzio (1986), para quem este DP fica na sua posição base dentro de VP, mas também pode ser considerado um caso em que há inversão livre, pelo que o objecto ora ocorre antes, ora depois do verbo.

A argumentação de Burzio, baseada essencialmente no italiano (também uma língua de sujeito nulo), tem como ponto forte o movimento dos clíticos, nomeadamente, o clítico acusativo *ne*. Como vimos em 2.2., Burzio mostra que este pronome só permite cliticizar uma posição de objecto. Observem-se os exemplos (39) do capítulo 2 aqui repetidos:

- (14) a. Giovanni ne inviterà molti.  
b. \*Molti ne telefoneranno.

Com estes exemplos Burzio pretende mostrar que quando o DP, ainda que pré-verbal, é sujeito não é possível a ocorrência de *ne*, mas tal é possível quando o DP em causa é um objecto. O mesmo se passa quando o sujeito é pós-verbal.

- (15) a. Se ne leggerano alcuni. (Burzio 1986: 24)  
b. \*Ne telefoneranno molti. (*Idem*: 31)

Estes exemplos mostram, assim, que há ambiguidade estrutural com passivas com sujeito pós-verbal (também no caso das construções com *Se* impessoal e com verbos inacusativos), pois o argumento interno fica na sua posição base à direita do verbo, nas palavras de Burzio, “in all those cases the i-subject *is* a direct object, due to non application of Move- $\alpha$ ” (p. 30).

Relativamente à inversão livre, referida acima, Burzio mostra, igualmente, que não é possível a ocorrência de *ne* quando o DP pós-verbal é sujeito, apenas quando é objecto. Observe-se (16):

- (16) a. Molti esperti esamineranno il caso.  
b. Esamineranno il caso molti esperti.  
c. \*Ne esamineranno il caso molti.

(*Idem*: 21-22)

Burzio propõe, então, que o DP pós-verbal, nestes casos, fica na sua posição básica à direita do verbo, na seguinte configuração: [<sub>VP</sub> V DP].

Nesta mesma linha, a análise de Belletti (1988) defende a existência de duas posições distintas para os DPs pós-verbais tanto em construções com verbos inacusativos, como em construções passivas do italiano, a posição de complemento de VP e a posição de adjunto a VP, consoante sejam definidos ou indefinidos. Segundo a autora, em exemplos como (17) e (18), respectivamente:

- (17) a. All' improvviso è entrato un uomo dalla finestra.  
'De repente entrou um homem pela janela'  
b. \*All' improvviso è entrato l' uomo dalla finestra.  
'De repente entrou o homem pela janela'  
c. All' improvviso l' uomo è entrato dalla finestra.  
'De repente o homem entrou pela janela'  
d. Era finalmente arrivato qualche studente a lezione.  
'Tinha finalmente chegado algum aluno à aula'  
e. \*Era finalmente arrivato ogni studente a lezione.  
'Tinha finalmente chegado todo aluno à aula'  
f. Ogni studente era finalmente arrivato a lezione.  
'Todo aluno tinha finalmente chegado à aula'
- (18) a. È stato messo un libro sul tavolo.  
'Foi posto um livro sobre a mesa'  
b. \*È stato messo il libro sul tavolo  
'Foi posto o livro sobre a mesa'  
c. Il libro è stato messo sul tavolo.  
'O livro foi posto sobre a mesa'  
d. È stato trovato qualche articolo di Gianni nel dossier.  
'Foi encontrado algum artigo do Gianni no dossier'  
e. \*È stato trovato ogni articolo di Gianni nel dossier.  
'Foi encontrado todo artigo do Gianni no dossier'  
f. Ogni articolo di Gianni è stato trovato nel dossier.  
'Todo artigo do Gianni foi encontrado no dossier'

(Belletti 1988: 9-10)

Os exemplos mostram que, em construções com verbos inacusativos e na passiva do italiano, quando o DP é um objecto do verbo há, de facto, sensibilidade ao que se convencionou designar na literatura por efeito de definitude (“definiteness effect”) ou efeito de indefinitude (“indefiniteness effect”)<sup>18</sup>. Mais claramente, os exemplos mostram-nos que, entre o verbo e o PP (*sul tavolo*, ‘sobre a mesa’) só pode ocorrer um DP indefinido, se for definido a frase é má. A pergunta que se coloca, relativamente aos constituintes pós-verbais, é se estes serão interpretados como objectos *in situ* ou sujeitos pospostos. Para Belletti trata-se de duas posições distintas para o sujeito, conforme referido acima, a posição de complemento do verbo e a posição de adjunção ao mesmo, ou seja, a sequência [DP<sub>indefinido</sub>+PP] ocupa a posição de complemento não movido (cf. (17a)), enquanto a sequência [DP<sub>definido</sub>+PP] ocupa a de adjunto (cf. (17b)). O exemplo (17a) mostra ainda, de acordo com esta proposta, que o movimento-A não é obrigatório na passiva em italiano, pelo que este objecto “não movido” recebe o caso partitivo.

De salientar relativamente a esta análise, o facto de, segundo a teoria de Princípios e Parâmetros, estes exemplos com sujeitos pós-verbais serem analisados como envolvendo movimento em LF, ou seja, movimento não visível, contrariamente ao que sucede em exemplos como (12), *O quadro foi pintado*, nos quais o sujeito é pré-verbal. Esta é a razão pela qual o DP se move explicitamente para a posição de especificador de IP para, nessa posição, verificar o Caso nominativo, o que faz com que o caso partitivo não seja necessário.

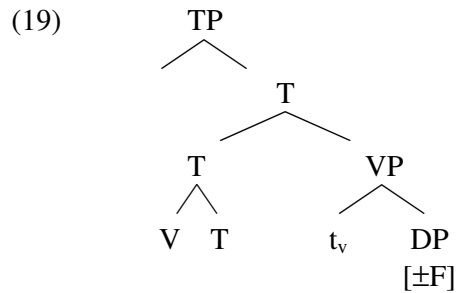
Qualquer das análises referidas acima, tanto a análise de Burzio, como a de Belletti, são passíveis de abranger todas as situações em que o sujeito ocorre na ordem VS, tanto na passiva, como com verbos inacusativos.

Em termos minimalistas (Chomsky 1998), no entanto, o DP pós-verbal da passiva, em exemplos como *Foi pintado um quadro*, encontra-se estruturalmente na posição de objecto directo e a concordância verbal de Caso obtém-se por deslocação (ou movimento abstracto) dos traços formais de concordância (pessoa, número e género) desse mesmo DP. Trata-se de uma instância de mover-F<sup>19</sup>, ou seja, movimento de traços formais abstractos para uma posição de adjunção a IP (ou TP, na hipótese da flexão dividida, assumindo que TP é também alvo do movimento do verbo), como em (19):

---

<sup>18</sup> Sobre a temática da (in)definitude ver os artigos existentes em Reuland & ter Meulen (1987).

<sup>19</sup> A verificação destes traços pode ser feita através do movimento por adjunção ou na relação especificador-núcleo (Chomsky 1995).



Assim, a diferença entre os exemplos (a) e (b) de (12) é que, no primeiro caso o movimento do DP é visível, enquanto no segundo exemplo não há movimento visível, são apenas os traços que sobem para verificar Caso. Deste modo, há uma clara dissociação entre Caso e concordância (já que os traços-f podem ser verificados *in situ* devido a mover-F) e movimento para especificador de IP. Ou seja, na linha do que temos vindo a sugerir, este movimento ocorre devido ao princípio EPP, isto é, devido à obrigatoriedade de preencher a posição de sujeito.

Passemos agora à descrição de outra estrutura envolvendo movimento-A, que é a construção de elevação do sujeito, em 4.1.2.

#### 4.1.2. A construção de elevação do sujeito

Foi Postal (1974) quem iniciou as primeiras discussões sobre as construções do inglês envolvendo o verbo *seem* ('parecer'), em exemplos como:

- (20) a. John seems to be nice.  
 b. John seems to work hard.

De acordo com Postal, neste tipo de construções com verbos como *seem*, o sujeito ocorre numa posição na qual poderia surgir um expletivo. Note-se ainda que o argumento da oração dependente vai funcionar como sujeito da construção predicativa, em (20a), ou como argumento externo se não se tratar do verbo *to be*, como em (20b), exemplo no qual é tematicamente dependente do predicado da oração encaixada. Deste modo, o sujeito é gerado no domínio encaixado, sofrendo depois uma transformação que o eleva para a posição mais alta, ou seja, para a posição de sujeito da frase matriz. Esta transformação é designada por elevação ('Raising'), pelo que os verbos que podem ocorrer neste tipo de construção são classificados como verbos de elevação.

Em trabalhos posteriores, nomeadamente no âmbito da teoria de Princípios e Parâmetros, a transformação de elevação é considerada uma instância de mover- $\alpha$ , uma aplicação da regra de movimento que move o DP da posição em que recebe papel- $\theta$  para uma posição- $\theta'$  (não temática), na qual recebe Caso (característica do movimento-A).

As construções com verbos de elevação, que tradicionalmente são designados por verbos auxiliares mas que, no âmbito da Gramática Generativa, são classificados como verbos que seleccionam uma oração infinitiva, distinguem-se de outras construções, conforme referido, pelo facto de envolverem o movimento do sujeito da oração infinitiva para a posição de sujeito da oração mais alta. São construções com verbos que não atribuem papel- $\theta$  externo (como *parecer*, os auxiliares temporais *ir*, *vir* e os modais *dever*, *poder*), em suma, são construções inacusativas.

A construção de elevação do sujeito distingue-se das construções de Controlo pelo sujeito pelo facto de o verbo matriz não exibir nenhum tipo de relação com o sujeito, para além das relações de concordância (pessoa, número, género). Quer isto dizer que, na construção de elevação, qualquer DP que seja sujeito da infinitiva pode ser sujeito da frase mais alta, o que parece não acontecer nas construções de Controlo. Observem-se os seguintes exemplos de construções de elevação e de Controlo, respectivamente em (21a, a') e (21b, b'):

- (21) a. A Maria parece gostar de livros.  
a'. O livro parece rasgar-se facilmente.  
b. A Maria tentou ler os livros.  
b'. \*O livro tentou rasgar-se facilmente.

Um verbo de Controlo impõe restrições semânticas ao DP sujeito da oração mais alta, nomeadamente ao nível da animacidade, restrição essa que não se verifica na construção de elevação. Nos exemplos (21) acima, se os exemplos (a, a') são ambos bons, independentemente da animacidade do DP sujeito (recordemos que qualquer DP que possa ser sujeito da infinitiva pode ser sujeito da oração mais alta), o mesmo não se verifica relativamente ao par (21b, b').<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> No entanto, há outras construções em que há Controlo com sujeitos [- animados], como mostra Baltin (2001). Segundo o autor, em inglês, os advérbios de intensidade *too* e *enough* seleccionam complementos infinitivos que podem ser controlados sem haver qualquer restrição de animacidade, como no exemplo

São várias as diferenças apontadas entre as duas construções, Jacobson (1990), no âmbito da gramática categorial, afirma que é possível omitir o complemento VP infinitivo sem sujeito nas orações de Controlo, como (22a), mas não nas de elevação do sujeito (omissão essa que também depende do verbo matriz), em exemplos como (22b):

(22) a. Mary { persuaded  
convinced  
asked  
told  
ordered } Sam to leave,

but I don't think she has yet { persuaded  
convinced  
asked  
?told  
?ordered } Bill.

b. \*Mary { expected  
believed  
imagined  
reported  
considered } Bill to be obnoxious,

but I don't think she { expected  
believed  
imagined  
reported  
considered } Sam.

(Jacobson 1990: 441-442)

Por seu turno, em Kayne (1981) é sugerido que, no italiano e no francês, a oração infinitiva de uma construção de elevação não pode ser introduzida por um complementador preposicional (*de/di*), enquanto a oração infinitiva de uma construção

---

*This book is too dense to be read in one sitting (Idem: 245).* Baltin salienta ainda, relativamente a este exemplo, que se trata mesmo de Controlo e não de elevação, uma vez que o antecedente do sujeito neste tipo de construção nunca poderia ser um expletivo, o que seria aceitável numa construção de elevação, como se mostra em (i) e (ii):

(i) \*There is too likely to be a riot to be a serious discussion of the issues.

(ii) There is too likely to be a riot for there to be a serious discussion of the issues. (*Idem*)

de Controlo pode.<sup>21</sup> Ou seja, a construção de Controlo do sujeito envolve controlo desse mesmo constituinte através de um complementador que pode ser lexical, como em (23a, a') por oposição a (23b, b'), que são mal-formadas:

- (23) a. Jean a essayé / oublié / décidé de partir.  
a'. Gianni ha tentato / dimenticato / deciso di partire.  
b. \*Jean semble / paraît / se trouve / s' avère d' être parti.  
b'. \*Gianni sembra / pare / risulta di essere partito.

(Kayne 1981: 351-352)

As construções de Controlo, em termos estruturais, caracterizam-se pela existência de um sujeito que é nulo, PRO. Trata-se de um pronome nulo sem Caso nem realização fonética, ou, em termos minimalistas, com Caso nulo, mas que representa o sujeito subjacente do complemento infinitivo de um verbo de Controlo<sup>22</sup>. Dependendo da natureza do verbo, pode haver Controlo de PRO pelo sujeito, pelo OD ou pelo OI, como se mostra em (24a, b, c) respectivamente, estando este, de preferência, dentro da mesma oração, caso contrário, no domínio mais próximo<sup>23</sup>.

- (24) a. O João prometeu [PRO casar com a Maria].  
b. O João obrigou a Maria a [PRO casar com ele].  
c. O pai da Maria permitiu à Maria [PRO casar com o João].

Existe, portanto, na construção de Controlo, uma relação entre duas posições- $\theta$ , a do controlador (que fixa a referência de PRO) e a do controlado (PRO). No entanto, o

---

<sup>21</sup> Andrews (1982) refere que o mesmo contraste existe em islandês enquanto que Higgins (1989), ao estudar a diacronia das orações infinitivas do inglês, afirma que a construção de elevação só surge na Idade Média (termo demasiado abrangente) como resultado de duas mudanças ocorridas em certos predicados de Controlo, a saber: a perda de restrições de selecção relativamente ao controlador ('controller') e possibilidade das orações infinitivas ocorrerem sem complementador lexicalizado (*apud* Baltin 2001: 247).

<sup>22</sup> Convém distinguir entre PRO e *t*, o vestígio do constituinte movido em construções de elevação. Assim, PRO distingue-se de *t* porque: a) é uma categoria argumental satisfazendo, desse modo, o Critério- $\theta$ ; e b) porque é co-referente com o elemento que ocorre na frase matriz e que lhe fixa a referência (Chomsky 1981: 73-74).

<sup>23</sup> Mas PRO pode ainda não ter um antecedente com o qual se relaciona anaforicamente, pode ter referência arbitrária. A Teoria do Controlo (Chomsky *Ibidem*) fixa a referência da categoria vazia PRO, ou através da atribuição de um antecedente anaforicamente relacionado, como nos exemplos (24a, b, c), ou de uma referência arbitrária, casos em que PRO tem comportamento pronominal, como no exemplo (i):

- (i) É bom PRO ler livros nas férias.

controlador e o controlado são argumentos de predicados distintos: do verbo de Controlo, no caso do primeiro, e do verbo encaixado, no caso do segundo. A existência de Controlo explica o facto de existir necessariamente compatibilidade semântica entre ambas as posições.

Relativamente à construção de elevação, à semelhança da anterior, também esta apresenta um verbo na oração principal que selecciona uma oração infinitiva. De diferente em relação às construções de Controlo, conforme sugerido, as construções de elevação apresentam o facto de o sujeito realizado no domínio mais alto ser argumento do verbo da frase encaixada. De acordo com Raposo (1992), temos elevação do sujeito numa frase como (25a), que contrasta com o exemplo (25b), no qual o movimento não se verifica. De acordo com o Critério- $\theta$ , a estrutura-D destas frases reflecte a estrutura argumental do predicador. Neste caso, o verbo *parecer* subcategoriza um constituinte, semanticamente uma proposição, e não atribui papel- $\theta$  externo, o que é o mesmo que dizer que não tem sujeito temático, pelo que o constituinte sujeito é dependente temático do verbo encaixado. Deste modo, e devido à obrigatoriedade de preencher a posição de sujeito, existem duas hipóteses, ou temos uma categoria vazia *pro<sub>expl</sub>* em [Spec, IP] ou o DP sujeito sobe para essa mesma posição<sup>24</sup>, e temos a construção de elevação.

- (25) a. As crianças parecem dormir. (Raposo 1992: 309)  
b. Parece que as crianças dormem. (exemplo nosso)

Elevação, como vimos, é diferente de Controlo, no primeiro caso os verbos não marcam tematicamente os sujeitos, enquanto que os verbos de Controlo o fazem. Em ambas, no entanto, o sujeito da oração infinitiva encaixada nunca é realizado foneticamente, embora a natureza da categoria vazia que ocupa essa posição seja diferente em cada uma das construções: na construção de Controlo, a posição vazia de sujeito da infinitiva é ocupada por PRO, enquanto que na construção de elevação é ocupada por um vestígio, resultante do movimento (da elevação) do DP para a posição de sujeito da frase matriz.

Retomando os exemplos de construções de elevação do PEC em (25), é sugerido por Raposo que ambas as frases têm a mesma ordenação de constituintes

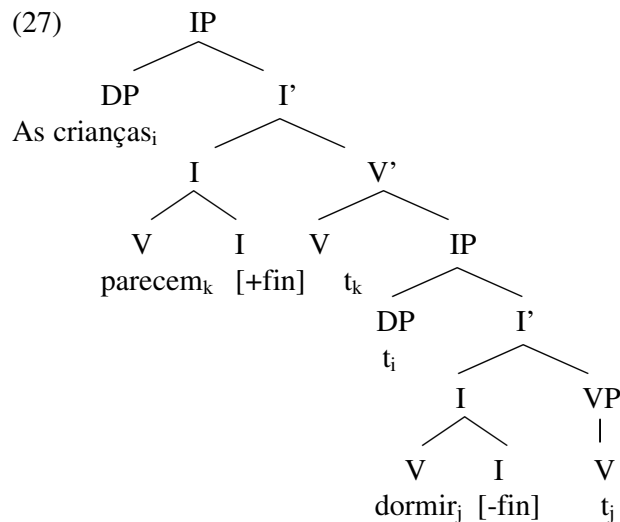
---

<sup>24</sup> É importante tornar a referir que o movimento de constituintes aqui exemplificado tem como alvo apenas posições não temáticas, caso contrário criar-se-ia uma cadeia com dois papéis- $\theta$  atribuídos, o que não é permitido à luz da teoria.

subjacentemente. Contudo, se no primeiro exemplo houve aplicação da regra mover- $\alpha$ , que moveu o DP *As crianças* para a posição de sujeito da frase mais alta, por modo a satisfazer o princípio EPP, no segundo caso esse movimento não teve lugar, pelo que essa posição é ocupada por uma categoria vazia *pro<sub>expl</sub>*. As derivações relevantes seriam as que se apresentam em (26).

- (26) a. [<sub>IP</sub>[as crianças]]<sub>i</sub> Infl [<sub>VP</sub> parecem [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>VP</sub> dormir]]]]  
 b. [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> e] Infl [<sub>VP</sub> parece [<sub>CP</sub> que [<sub>IP</sub> [<sub>DP</sub> as crianças] [<sub>VP</sub> dormem]]]]]]  
 (Raposo 1992: 308)

Seguindo Raposo (1998), e conforme avançado na introdução desta secção, o movimento-A tem como consequência obrigatória a formação de uma cadeia argumental. No caso da construção de elevação, essa cadeia tem dois membros: [[Spec, IP]<sub>finito</sub>] e [[Spec, IP]<sub>inf</sub>], como em (27):



Retomando Raposo (1992), se a regra mover-DP, que eleva o DP *os meninos* para a posição de sujeito da oração finita, o que acontece tanto na construção de elevação canónica como na passiva (e, em suma, em todas as construções inacusativas com sujeito pré-verbal), é uma regra prevista pelos princípios da gramática, o mesmo não acontece com a elevação do sujeito para a posição de objecto<sup>25</sup>. De acordo com

<sup>25</sup> Excepto em frases com verbos ECM como os que se apresentam em (28). Nestes exemplos de construções de Marcação Excepcional de Caso o sujeito da oração infinitiva recebe Caso acusativo do

Raposo (pp. 315 a 317), esta construção foi alvo de polémica durante os anos 70 no âmbito da literatura generativista, nomeadamente entre Chomsky (1973) (nota 14) e Postal (1974). O alvo da discussão era saber qual a estrutura-S a atribuir a frases com orações subordinadas infinitivas simples, como (28):

- (28) a. Bill believes John to be a fool.  
 b. O Luís fez as crianças sair de casa.

(*Idem*: 315)

Nos exemplos acima *John* e *as crianças* são sujeitos dos predicados (*to be*) *a fool* e *sair de casa*, respectivamente, pelo que ocupam a posição de sujeito da subordinada em estrutura-D, onde recebem papel- $\theta$ . Os verbos da oração principal (*believe* e *fazer* causativo) têm como argumento interno a proposição que subcategorizam, na seguinte representação:

- (29) a. Bill believes [<sub>IP</sub> John to be a fool]  
 b. O Luís fez [<sub>IP</sub> as crianças sair de casa]<sup>26</sup>

(*Idem*: 316)

Se quanto à representação de estrutura-D não há divergências, o mesmo não se passa relativamente à estrutura-S (ou de superfície) pois, para Postal (1974), sintacticamente, os argumentos *John* e *as crianças* ocupam a posição de OD do VP da oração principal, tendo sido elevados para essa posição por uma regra de movimento, a qual designou por elevação do sujeito para objecto (“Subject to Object Raising”), e que tem a seguinte representação:

- (30) a. Bill [<sub>VP</sub> believes John<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> to be a fool]]  
 b. O Luís [<sub>VP</sub> fez [<sub>DP</sub> as crianças]<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> t<sub>i</sub> sair de casa]]

(*Idem*)

---

verbo da oração principal (*believe* e *fazer*), ao contrário da situação normal, na qual o atribuidor de Caso se encontra dentro da oração infinitiva.

<sup>26</sup> Seguindo Raposo, assumimos que a oração subcategorizada é categorialmente um IP e não um CP. Para uma discussão mais alargada sobre o assunto ver Raposo (1992) e também Gonçalves (1999).

Contudo, para Chomsky (1973), a estrutura-S destas frases era igual à sua estrutura-D, ou seja, em ambas as representações os DPs *John* e *as crianças* são sujeito da oração subordinada, o que significa que não são elevados para a posição de OD do VP da oração principal. Esta polémica, segundo Raposo, não deixa de ser interessante tendo em conta os princípios e as condições da teoria- $\theta$  da TRL, particularmente o Princípio de Projecção<sup>27</sup> e o Critério- $\theta$ , segundo os quais a análise de Postal é excluída à partida. Assim, nas frases acima há um único argumento interno que, como vimos, é a oração subordinada (ou seja, a proposição) pelo que, de acordo com o Princípio de Projecção, só uma posição de complemento vai ser projectada o que torna impossíveis as representações (30) de estrutura-S. Independentemente de a configuração ter já sido excluída pelo Critério- $\theta$ , a posição de objecto em (30) é uma posição- $\theta$  (porque o complemento teria sido subcategorizado). Ora, como vimos acima, a regra de movimento mover-DP eleva o sujeito para uma posição- $\theta'$ , por forma a não haver acumulação de papéis- $\theta$ , se neste caso essa é uma posição- $\theta$ , estaríamos face a um conflito de papéis- $\theta$ , consequentemente em violação do Critério- $\theta$  enunciado.

Vimos, pois, de que modo não é possível a elevação do sujeito para a posição de objecto tendo em conta princípios da gramática e de que modo esta é possível para a posição de sujeito mais alto, enquanto instanciação de movimento-A para uma posição- $\theta'$ . Vamos de seguida caracterizar outra instância desse mesmo movimento e de que forma diverge e se aproxima das anteriores, da passiva e da elevação do sujeito.

#### **4.1.3. A construção com predicados inacusativos**

Verificámos, nos dois pontos anteriores, que tanto na construção passiva como na construção de elevação não há atribuição de Caso estrutural acusativo, nem argumento externo, por isso os sujeitos são derivados. Burzio (1986) relacionou estas duas importantes propriedades e formulou aquela que é conhecida na literatura como a Generalização de Burzio. Recordemos o que diz esta generalização:

Generalização de Burzio: um verbo que não tem argumento externo não atribui caso acusativo; se não atribui caso acusativo não marca- $\theta$  um argumento externo (Burzio (86): 178-179, 184).

---

<sup>27</sup> Recordemos que este princípio tem como ideia fundamental o facto de as estruturas sintácticas serem directamente determinadas pela estrutura argumental dos itens do léxico.

Generalização esta que, conforme vimos, se aplica às construções com verbos que denotam inacusatividade, e da qual decorre que o movimento-A do argumento interno (por forma a verificar Caso) se correlaciona com a ausência de um argumento externo, ou sujeito- $\theta$ . No entanto, como temos vindo a referir, importa não apenas definir as propriedades de selecção dos verbos inacusativos, mas a forma como estas se reflectem na sintaxe. A construção sintáctica inacusativa, dada a Generalização acima, tem como principal característica a existência de um sujeito derivado, característica esta que está presente na passiva, na construção de elevação e nas construções com verbos inacusativos. A terceira instância de movimento-A, ou movimento de DP, é a construção com verbos inacusativos.

Ao nível do léxico, os verbos inacusativos seleccionam um argumento interno directo, mas não um argumento externo, ou sujeito agentivo. Propriedade essa que partilham com os verbos de elevação e os impessoais em geral que, tecnicamente, são também inacusativos (cf. Raposo 1992). Superficialmente, ou em estrutura-S, as construções com estes verbos são intransitivas, uma vez que apresentam um sujeito mas não apresentam um objecto. Subjacentemente, ou em estrutura-D, acontece o oposto, têm objecto mas não sujeito.

No entanto, e apesar das semelhanças, os inacusativos canónicos distinguem-se dos verbos de elevação no sentido em que os primeiros subcategorizam um argumento interno categorialmente DP, enquanto que os segundos têm como argumento interno uma proposição que, categorialmente, é um CP (ou um IP, consoante haja ou não complementador realizado lexicalmente). Observemos (31a, a') por oposição a (31b, b'):

- (31) a. [IP [pro] Infl [VP chegou [DP a Maria]]]  
 a'. [IP [a Maria]<sub>i</sub> Infl [VP chegou [DP t]<sub>i</sub>]]  
 b. [IP [DP pro] Infl [VP parece [CP que [IP [DP as crianças] [VP dormem]]]]  
 c. [IP [DP as crianças]<sub>i</sub> Infl [VP parecem [IP [DP t]<sub>i</sub> [VP dormir]]]]

No exemplo (31a), que representa a estrutura-D de um verbo como *chegar*, um inacusativo típico, o DP *a Maria*, na posição- $\theta$  de objecto, recebe função- $\theta$  interna Tema e é, conseqüentemente, movido para a posição- $\theta'$  de sujeito (31 a'). Em (31b) temos a estrutura-D de uma construção com o verbo de elevação *parecer*, na qual não

houve movimento do DP *as crianças* para [Spec, IP], sendo essa posição ocupada por um expletivo. Em (31b') temos movimento do DP para [Spec, IP], deixando na posição base um vestígio (t).

Relativamente ao outro tipo de construção derivada por movimento-A, a passiva, facilmente se constata que diverge das construções com inacusativos em dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, há morfologia verbal que distingue a construção passiva das construções com outros verbos, pelo que este é motivo para forçar o movimento-A; em segundo lugar, na passiva há outro papel- $\theta$  para além daquele que é atribuído ao complemento do verbo inacusativo.

A construção sintáctica inacusativa caracteriza-se, pois, por ser uma construção na qual as propriedades de selecção dos verbos que nela ocorrem determinam a existência de um argumento interno, o Tema/Proposição, e a inexistência de argumento externo. Deste modo, sempre que em posição pré-verbal, o sujeito de uma construção inacusativa é um sujeito derivado sintacticamente, que ocupa a posição de [Spec, IP] por ter sido movido através da aplicação da regra mover-DP, uma instância de movimento-A. Quando ocorre pós-verbalmente, este sujeito é realizado na sua posição base dentro de IP encaixado, sendo a posição de [Spec, IP] mais alta, normalmente reservada aos sujeitos, ocupada por um expletivo que vai verificar Caso nominativo. De problemático relativamente a uma análise nestes termos é saber qual o Caso que este sujeito pós-verbal vai verificar, já que a posição base em que ocorre é uma posição sem Caso.

#### 4.1.4. Conclusões

Nas secções anteriores descrevemos e exemplificámos as situações mais comuns de movimento-A, a passiva, as construções de elevação do sujeito e a construção com verbos inacusativos, que se caracterizam, no essencial, pelo movimento de um constituinte DP para uma posição de c-comando, tipicamente uma posição de especificador de uma projecção cujo núcleo é funcional. Movimento esse que parece decorrer do Princípio da Avareza (“Greed”) que faz com que um DP pós-verbal suba para uma posição na qual possa verificar nominativo, nos termos anteriormente descritos, ou é passivizado, ou sofre elevação.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> A acrescentar a estes dados e mais recentemente na literatura, Vikner (1994) e Collins & Thráinsson (1996) sugerem que o mecanismo de *object-shift* das línguas escandinavas (principalmente do islandês) é também uma instância de movimento-A. Esta construção caracteriza-se, como vimos no capítulo anterior,

Na linha do que temos vindo a assumir, com base nas propostas veiculadas na literatura generativista, um verbo inacusativo subcategoriza obrigatoriamente um argumento Tema que é o sujeito, exigência que decorre do princípio EPP. Ora, concluímos também que esta característica fundamental da construção inacusativa não é exclusiva das frases com verbos inacusativos, tanto a passiva, como a construção de elevação do sujeito apresentam esta mesma característica fundamental, com a agravante de, no caso específico da passiva, esta só ser possível com verbos transitivos.

Salta imediatamente à vista que a construção inacusativa se rege por princípios fundamentalmente estruturais, para além dos que são associados à própria semântica do verbo. Queremos com isto dizer que na base da derivação destas estruturas estão idiosincrasias inerentes a cada verbo e que são especificadas no léxico de cada língua mas, conforme vimos, imposições ao nível da estrutura da frase fazem com que um constituinte caracterizado como objecto, ou argumento interno, seja um sujeito sintacticamente derivado.

Tendo esta ideia presente, dedicaremos o ponto seguinte à descrição das posições ocupadas pelo sujeito em construções inacusativas.

#### **4.2. Posições para o sujeito**

No decorrer do presente capítulo, bem como em capítulos anteriores, podemos constatar que a noção de sujeito obedece a vários critérios. Assim, há que ter em conta não só os sujeitos lógico-semânticos de orações transitivas e intransitivas (isto é, os argumentos de verbos com papel- $\theta$  externo), mas também os sujeitos derivados de orações inacusativas, passivas, de elevação e mesmo de orações predicativas que, logicamente e semanticamente, correspondem ao argumento interno do verbo.

---

pelo movimento de um constituinte, obrigatoriamente o objecto de um verbo finito, para uma posição mais à esquerda (assumindo que este é gerado dentro de VP à direita do verbo). É na natureza deste movimento que há análises divergentes. Se, assumirmos a proposta de que o objecto se move por substituição para a posição de especificador de AgrOP (Thráinsson 2001: 172), então poderá ser evidência para movimento-A (que é um movimento por substituição obrigatoriamente), mas se assumirmos que *object-shift* é adjunção a VP (conforme propostas de Vikner 1994, Holmberg & Platzack 1995, e.o.), então é, imperativamente, movimento-A'. No entanto, não dispomos de dados, nem é nosso objectivo neste trabalho, para argumentar contra ou a favor desta hipótese.

Surgiram também na literatura (no âmbito da TRL) propostas no sentido de incluir no grupo dos mecanismos que envolvem movimento-A, a construção de duplo objecto do inglês (Larson 1988) e, devido às condições sobre ligação que exibem, as construções com verbos psicológicos do italiano com sujeitos Tema e objectos acusativos com função semântica de Experienciador (Belletti & Rizzi 1988).

Assim, vimos que as posições que os sujeitos ocupam em português são: a posição de [Spec, IP] para as ordens SV e a posição base dentro de VP para as ordens VS.

Do mesmo modo, a posição ocupada por outros constituintes, nomeadamente advérbios, categorias funcionais como a negação, pronomes clíticos e complementadores foneticamente realizados, podem ajudar a ver em que posições estão os sujeitos. Por exemplo, o facto de, no PEC, não ser possível encontrar frases com um sujeito realizado depois, por exemplo, da negação indicia que este é mais alto estruturalmente que a categoria que contém o núcleo Neg(ação), ou seja, é mais alto que NegP. O mesmo se passa relativamente a advérbios monossilábicos (que marcam a fronteira esquerda de VP). Quanto aos complementadores passa-se o oposto, o sujeito é, regra geral, realizado a seguir ao complementador. Estas são motivações fortes em favor da posição de [Spec, IP] para o sujeito, isto é, numa categoria intermédia entre CP e VP. Observem-se os exemplos relevantes:

- (32) a. O João não comeu o bolo.  
a'. \*Não o João comeu o bolo.  
b. O João comeu bem o bolo.  
b'. \*Bem o João comeu o bolo.  
c. Se o João comer o bolo ....  
c'. \*O João se comer o bolo ....

No capítulo anterior, apresentámos argumentação em favor desta hipótese, nomeadamente de Duarte (1987), Ambar (1992), Martins (1994), Costa (1998), e.o., e concluímos que o sujeito sintáctico é um argumento realizado numa posição interna à frase e não é deslocado à esquerda, contra Barbosa (1995), e.o.

Resumindo alguns dos dados apresentados anteriormente, no PEC, tal como nas outras línguas românicas, os sujeitos podem ser pré- ou pós-verbais, como nos exemplos seguintes:

- (33) a. O João leu o livro.  
b. Leu o livro o João.  
c. O João canta.  
d. Canta o João.

Na literatura recente sobre o assunto, é assumido que as diferentes posições que o sujeito pode ocupar, não existindo alguns dos elementos referidos no parágrafo introdutório, estão directamente relacionadas com a sua função discursiva (Duarte 1997, Ambar 1998, Costa 1998, e.o.). Assim, os sujeitos pré-verbais podem ser tópicos (informação dada) ou focos, em contextos de frase focalizada (isto é, em contextos de resposta à pergunta *O que é que aconteceu?*), enquanto que os sujeitos pós-verbais são sempre focos.

À semelhança do que foi feito no capítulo anterior, introduzimos aqui o tema que explora as posições que o sujeito pode ocupar no PEC: pré-verbal, ou SV, ou pós-verbal, ou VS. Interessa-nos sobretudo determinar se existe verdadeira opcionalidade entre SV e VS com inacusativos e, caso contrário, quais as causas que motivam uma ou outra ordem. Exactamente por estas serem mais comuns em construções inacusativas, remetemos a descrição mais aprofundada das ordens VS para o presente capítulo.

Começamos por fazer um apanhado geral da situação no PEC quanto às posições apropriadas para o sujeito, retomando o que já foi dito no capítulo anterior relativamente à posição canónica em [Spec, IP] em 4.2.1., remetendo para o ponto seguinte, ou seja, 4.2.2., uma descrição mais detalhada das ordens VS.

#### 4.2.1. Ordens SV

Como vimos no capítulo anterior, no PEC assume-se, normalmente, que o sujeito pré-verbal ocupa a posição de [Spec, IP], conforme defendido por Duarte (1987), Ambar (1992), Martins (1994) e Costa (1998), e.o. De acordo com estas análises o sujeito pré-verbal ocorre em [Spec, IP] tendo sido movido da posição de [Spec, VP], como se representa em (34):

(34) [IP Suj V I [VP t<sub>Suj</sub> tv]]

A posição [Spec, IP] é, pois, uma posição-A associada a Caso nominativo, com concordância obrigatória entre esse sujeito pré-verbal e o verbo que o selecciona (não esquecendo que a concordância no PEC é diagnóstico para determinar se o nominativo é atribuído). Vimos também que Barbosa (1995, 1997, 2000) propõe uma abordagem diferente dos sujeitos pré-verbais em PEC, assumindo que são tópicos frásicos, ou seja,

ocorrem fora do domínio de IP, a posição normalmente ocupada por elementos deslocados.

A argumentação apresentada (cf. 3.2.1.) levou-nos a concluir que, com base nas assimetrias entre verdadeiros sujeitos e tópicos marcados, estes não ocupam a mesma posição estrutural. Assumimos, portanto, que a posição canónica para o sujeito pré-verbal em PEC é a posição de [Spec, IP], posição na qual verifica Caso nominativo, pelo que a concordância plena entre o sujeito e o verbo é sempre obrigatória.

No capítulo anterior referimos ainda as análises propostas para derivar as ordens VS e concluímos que, no caso de construções VOS, a análise em termos de movimento *scrambling* (seguindo Costa 1998 e.o.) parece adequar-se aos dados do PEC. Neste capítulo interessa-nos, mais especificamente, a derivação das ordens VS em construções inacusativas, que analisamos no ponto seguinte.

#### 4.2.2. Ordens VS

Parece haver duas hipóteses para explicar as diferentes posições dos sujeitos em estruturas inacusativas: ou se movem para receber Caso nominativo em [Spec, IP] e, nesse caso, a concordância Sujeito-Verbo é diagnóstico para determinar se o Caso é ou não atribuído, ou ficam na posição base de argumento do verbo, sendo que a variação de concordância que se pode encontrar coloquialmente decorre de propriedades lexicais do verbo. A posição pós-verbal do sujeito parece, pois, ambígua (cf. ponto 3.2.2. do capítulo anterior).

Retomemos a proposta de Chomsky (1998) para a passiva, que resolve o problema da concordância com DPs pós-verbais recorrendo ao movimento abstracto de traços formais de Caso e concordância<sup>29</sup>. Uma análise nestes termos pode abranger as situações em que temos sujeitos pós-verbais, mas não explica o facto de poder não existir concordância em certos contextos VS com inacusativos no PEC coloquial.

Em favor da análise de Chomsky surge o facto de que a alteração da ordem dos constituintes da frase não tem qualquer influência no acordo verbal, o que é demonstrado pelos exemplos do PEC das ordens SVO, VSO e VOS em construções transitivas, em (35), e das ordens SV e VS em construções intransitivas, em (36), e inacusativas, em (37):

---

<sup>29</sup> Convém recordar que, em Chomsky (1998), a obrigatoriedade de preencher [Spec, IP], ou princípio EPP, é universal.

- (35) a. Os alunos estudaram a matéria.  
 a'. \* Os alunos estudou a matéria.  
 b. Estudaram os alunos a matéria.  
 b'. \*Estudou os alunos a matéria.  
 c. Estudaram a matéria os alunos.  
 c'. \*Estudou a matéria os alunos.
- (36) a. Os alunos cantaram.  
 a'. \* Os alunos cantou.  
 b. Cantaram os alunos.  
 b'. \* Cantou os alunos.
- (37) a. Os alunos chegaram.  
 a'. \*Os alunos chegou.  
 b. Chegaram os alunos.  
 b'. \*Chegou os alunos.

Os dados mostram que, independentemente da ordem pela qual os constituintes são realizados, o acordo de pessoa e número entre verbo e sujeito tem, obrigatoriamente, de existir. Esta é evidência adicional para mostrar que os sujeitos não podem ocupar posições periféricas à frase, uma vez que, se assim fosse, não era imperativa esta questão do acordo verbal (cf. 3.2.1.).

De que modo é legitimado o sujeito pós-verbal e de que forma o Caso lhe é atribuído é o assunto que nos vai ocupar nos próximos parágrafos e que é retomado do ponto 3.2.2.2. do capítulo anterior.

#### 4.2.2.1. A proposta de Belletti (1988)

Segundo Belletti (1988), em certas línguas morfológicamente ricas o Caso acusativo não é o único Caso disponível para os DPs em posição de objecto, mas também o caso partitivo, conforme demonstram os exemplos do finlandês:

- (38) a. Hän pani Kiriat pöydälle.  
 ele pôs os livros (ac., pl.) sobre a mesa
- b. Hän pani kirjoja pöydälle.  
 ele pôs (alguns) livros (part., pl.) sobre a mesa

(Belletti 1988: 1)

Como se mostra nos exemplos, se o Caso acusativo for atribuído ao objecto este tem uma leitura definida (exemplo (38a)), enquanto que o partitivo só é atribuível a objectos indefinidos (exemplo (38b))<sup>30</sup>. Deste modo, qualquer verbo que subcategorize um OD pode atribuir caso partitivo o qual, nas línguas românicas, ao contrário do finlandês, não se manifesta morfologicamente. De acordo com o que Belletti propõe o caso partitivo é um caso inerente e é atribuído opcionalmente ao OD em estrutura-D, em conjunto com o papel- $\theta$ <sup>31</sup>. De acordo com esta proposta, é possível distinguir entre dois tipos de caso, Caso estrutural e caso inerente, sendo este atribuído, ao nível de estrutura-D, por um núcleo lexical ao DP por si regido e ao qual atribui papel- $\theta$ . Belletti assume, assim, que o caso partitivo é atribuído apenas a posições internas a VP e tematicamente associadas ao verbo (*Idem*: 15), ou seja, os argumentos do verbo como, por exemplo, (38b).

O objectivo máximo da proposta de Belletti é mostrar que os inacusativos e os participios passivos que, decorrente da Hipótese Inacusativa, têm como característica o facto de não atribuírem Caso estrutural acusativo ao objecto que seleccionam, são atribuidores de caso inerente partitivo ao objecto.

Esta proposta, procura explicar por que razão, nas línguas românicas, é possível encontrar objectos *in situ* em construções inacusativas, ao mesmo tempo que pretende resolver o problema da atribuição de Caso (não poderia ser o acusativo pelas razões enunciadas). A única restrição a este tipo de ordenação dos constituintes prende-se com o efeito de definitude, um factor de ordem essencialmente semântica, ou seja, como vimos no parágrafo anterior e no ponto relativo à passiva, este objecto tem de ter uma leitura indefinida. Observem-se os seguintes contrastes (os exemplos do PEC são de Raposo 1992: 513 e os do francês são de Belletti *Ibidem*: 4-5):

- (39) a. *pro* foi levado [um ladrão] para a prisão.  
b. *pro* chegou uma rapariga à festa.

---

<sup>30</sup> Belletti considera ainda que a possibilidade que os inacusativos têm de atribuir caso inerente partitivo é uma propriedade partilhada com os verbos transitivos, com os quais pode haver opcionalidade na atribuição de Caso ao objecto, opcionalidade essa que depende da natureza [ $\pm$  definida] do argumento que subcategorizam, conforme demonstrado pelos exemplos (38).

<sup>31</sup> Acresce o facto, conforme demonstram os exemplos, de o caso partitivo implicar uma restrição semântica particular a estes objectos, a restrição de definitude.

- (40) a. Il a été tué [un homme].  
 b. Il est arrivé [trois filles].
- (41) a. ?? *pro* foi levado [aquele ladrão] para a prisão.  
 b. ?? *pro* chegou [aquela rapariga] à festa.
- (42) a. \* Il est arrivée [la fille].  
 b. \* Il a mangé un gâteau [Marie].

Nos exemplos acima, os DPs objecto recebem caso partitivo dos participios passivos *levado / arrêté* e dos inacusativos *chegar / arriver*. Mas, os exemplos (39) e (40) são bem formados, enquanto que (41) e (42) são mal formados, o que se deve à incompatibilidade existente entre o caso partitivo e o artigo definido. Segundo a análise de Belletti, estes exemplos são excluídos pelo Filtro do Caso, ou seja, não sendo possível a atribuição de partitivo, nenhum outro Caso é acessível a estes DPs ao nível da estrutura-S<sup>32</sup>. A distinção entre caso inerente, associado com o partitivo, e estrutural, normalmente o nominativo e o acusativo, permite dar conta de alguns contrastes: em primeiro lugar, na transposição para a passiva um verbo atribuidor de partitivo não deixa de atribuir este Caso, o que não acontece com outros verbos, como se demonstra em (43), sendo a marginalidade de (43c) normalmente atribuída ao facto de o verbo na passiva não atribuir acusativo e ainda, segundo Belletti, ser incompatível com o caso partitivo, uma vez que se trata de um DP definido, o que contrasta com o exemplo (43d); em segundo lugar, se o partitivo fosse atribuído nas mesmas condições que o Caso acusativo, seria possível o DP *a man* de (44a) receber partitivo do verbo *seem*, o que não acontece.

- (43) a. O João comeu o bolo.  
 b. O bolo foi comido (pelo João).  
 c. ?Foi comido o bolo.  
 d. Foi comido um bolo.
- (44) a. \*There seemed [a man to have eaten an apple]

(Belletti *Ibidem*: 30)

---

<sup>32</sup> Segundo Belletti, o Caso acusativo atribuído pelo verbo e o nominativo atribuído pela flexão não podem ser atribuídos ao objecto em estrutura-S.

Conforme salientado em Costa (2001a), no PEC, os contextos que legitimam a inversão em construções inacusativas são os contextos de focalização do sujeito e, opcionalmente, os contextos de frase focalizada, como em (45) e (46), respectivamente:

- (45) Quem chegou?  
a. Chegou a Maria.  
b. \*A Maria chegou.
- (46) O que é que aconteceu?  
a. A Maria chegou.  
b. Chegou a Maria.

No entanto, em contextos de frase focalizada, parece haver situações em que a opcionalidade desaparece. Senão vejamos, como possíveis respostas à pergunta *O que é que aconteceu?*, poderíamos ter as seguintes ordenações de constituintes:

- (47) a. A Maria dançou. SV  
b. ?Dançou a Maria.
- (48) a. ?Um avião caiu.  
b. Caiu um avião. VS
- (49) a. O João chegou. SV  
b. Chegou o João. VS

Contrariamente ao que propõe Belletti, e conforme foi referido em 3.2.2., a propósito de sujeitos pós-verbais no PEC, quando o sujeito se encontra em posição pós-verbal não há diferença entre definidos e indefinidos, como em (50).

- (50) a. Comeu a Maria um bolo.  
b. Comeu uma miúda qualquer um bolo.

Então, um DP sujeito pós-verbal em contexto inacusativo pode ter leitura definida no PEC, como em (49), sendo opcional a ordem SV / VS, mas apenas em contextos em que o foco recai sobre o sujeito, não quando é toda a frase que é focalizada. Relativamente a (48), com um DP [-animado] objecto de *cair* parece haver uma sensibilidade relativamente à natureza [ $\pm$  definida] desse mesmo DP que, em

posição pós-verbal, torna a frase mais aceitável, enquanto o oposto sucede em relação à frase com o intransitivo *dançar*. Aí, nitidamente, a ocorrência do sujeito em posição pré-verbal é mais aceitável do que uma leitura indefinida desse DP.

Parece, de facto, haver uma sensibilidade relativamente à ocorrência de sujeitos pós-verbais em contextos inacusativos que não se prende exclusivamente com o facto de estes serem [ $\pm$  definidos]. Se, por um lado, há a registar que as ordens SV / VS são mais frequentes com inacusativos e os próprios dados do PA o vão confirmar, também parece ser evidente que DPs indefinidos tendem a ocorrer em posição pós-verbal. De acordo com a proposta de Coelho, Costa, Figueiredo Silva, Menuzzi & Brazzarola (2001), a generalização correcta para o PEC parece ser a de que os contextos de inversão com inacusativos ocorrem enquanto estratégia de focalização do sujeito, ou em construções de foco identificacional (nos termos de Duarte 1997). Quer isto dizer que se pode relacionar a ocorrência de ordens VS com o carácter apresentacional do DP sujeito realizado pós-verbalmente (cf. 3.2.).

#### **4.2.2.2. O Programa Minimalista**

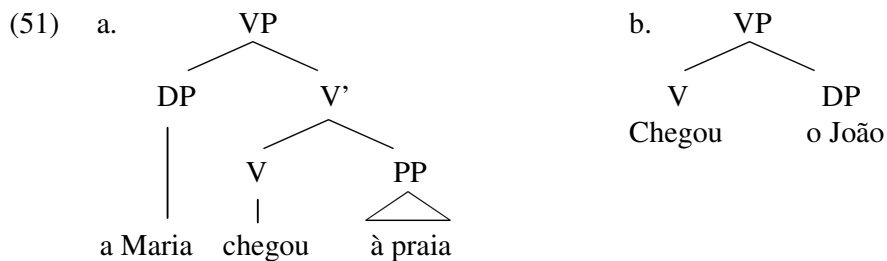
Conforme avançámos no início do ponto 4.2.3., no Programa Minimalista é veiculada a ideia de que a concordância verbal pode ser à distância (Chomsky 1998). Isto significa que há uma relação directa entre o núcleo I e um DP pós-verbal sem haver subida deste para a posição de [Spec, IP]. Esta análise surge como alternativa à configuração de regência. No entanto, conforme aludido anteriormente, também esta análise tem problemas uma vez que implica concordância obrigatória com ordens VS e, como vamos ver à frente, há situações em que tal não se verifica, nomeadamente no PEC coloquial.

Nesta análise, todas as frases são geradas por compor (duas categorias são compostas para dar origem a uma nova categoria), que consiste na combinação de pares de constituintes em categorias sucessivamente maiores (por exemplo, pares especificador-núcleo, núcleo-complemento<sup>33</sup>). Tendo em conta o conceito de binaridade, a estrutura interna de VP proposta pelo Programa Minimalista é complexa.

---

<sup>33</sup> Tendo sido abandonada pelo Programa Minimalista a configuração de regência, as relações entre constituintes, nomeadamente as relações de Caso e acordo, podem ser captadas pela relação especificador-núcleo (Chomsky 1993). No entanto, e na versão de 1995, Chomsky propõe que traços de Caso e acordo são verificados através da adição de traços categoriais (por exemplo, do sujeito) ao núcleo alvo (neste caso, IP) numa relação de verificação, o que não é uma relação especificador-núcleo, mas uma relação directa entre um núcleo e os traços que verifica, o que não deixa de ser também uma configuração de regência.

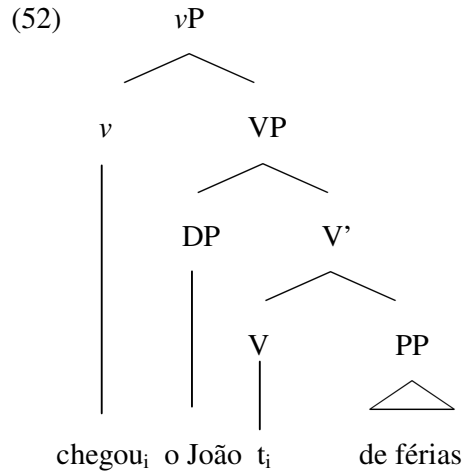
Vimos no capítulo anterior que, no caso de estruturas transitivas e inergativas, porque é projectado um argumento com a função semântica de Agente, a estrutura interna de VP comporta um VP mais encaixado (origem dos argumentos internos) e uma concha  $\nu$ P mais alta (origem do argumento externo). Deste modo, no caso das estruturas inacusativas não há evidência positiva em favor da posição de especificador de  $\nu$ P (a posição reservada ao argumento externo). Os argumentos internos em construções inacusativas comportam-se como objectos porque ocorrem na posição canónica dos objectos, isto é, a seguir ao verbo, e como sujeitos porque manifestam acordo como o verbo. A estrutura frásica associada a uma construção inacusativa terá de comportar apenas posições para os argumentos não agentivos do verbo, ou internos, que são gerados em VP<sup>34</sup>. Por outras palavras, apenas VP é projectado, como se representa em (51a), quando o verbo tem dois argumentos, e (51b), quando apenas um está presente:



Nesta estrutura, o verbo é subsequentemente movido para I (em termos minimalistas, é composto com IP, ou TP) e o sujeito sobe para a posição de especificador desta categoria, onde verifica Caso nominativo.

Há, no entanto, um problema para esta análise<sup>35</sup>, e esse problema prende-se exactamente com as ordens VS. A derivação de uma estrutura inacusativa, sem argumento externo, portanto, necessita apenas da projecção VP, como em (51), e não de  $\nu$ P, o que origina a ordem SV. Mas quando temos sujeitos pós-verbais,  $\nu$  deve ser forte por forma a conter um verbo leve ('light') eventivo, pelo que  $\nu$ P necessita ser projectado por forma a disponibilizar uma posição alvo para a subida do verbo, ficando o sujeito na sua posição base (Radford 1997: 398), como em (52):

<sup>34</sup> Segundo esta análise, o sujeito de um verbo inacusativo é gerado na posição de especificador do verbo lexical, [Spec, VP], enquanto que o sujeito dos transitivos e inergativos, porque é argumento externo, é composto em [Spec,  $\nu$ P].



A análise que sugere que os VPs inacusativos são, também eles, complementos encaixados de uma concha *vP* mais alta encabeçada por um *v* leve eventivo, de modo a que o verbo possa subir para *v* e o sujeito ficar *in situ*, parece resolver o problema das ordens VS em contextos inacusativos. Resta, no entanto, o problema da atribuição de Caso ao sujeito. Para além do mais, esta análise parece ser contraditória com a ideia inicialmente sugerida no Programa Minimalista de que a categoria *v* seria equivalente a uma marca universal de transitividade (associada a argumentos externos) mas que em contextos inacusativos (que, como vimos, se caracterizam exactamente por não projectarem argumento externo) é projectada para derivar as ordens VS. Parece-nos suficiente postular que, em situações como as descritas, apenas o verbo se move, de facto, mas para I, ficando em aberto a questão da atribuição de Caso ao sujeito pós-verbal.

Alexiadou & Anagnostopoulou (2001), ainda nesta linha, constataram, por um lado, que a ocorrência de sujeitos pós-verbais nas línguas românicas (italiano e catalão) e germânicas (como o alemão, o holandês, o inglês, o islandês, e ainda línguas escandinavas centrais) é bastante condicionada em construções transitivas, mas não nas intransitivas e, por outro lado, que há variação entre línguas quanto à realização de ordens VS em construções transitivas e há alguma uniformidade quando a construção é intransitiva.<sup>36</sup> Tendo em conta estes dados, as autoras consideram que, se uma língua permite que o sujeito suba até ao núcleo funcional T e tem *object-shift* (este com carácter de opcionalidade), então é uma língua que permite realizar sujeitos

<sup>35</sup> Cf. 2.3., a propósito a existência do núcleo *v* em todas as representações sintácticas.

<sup>36</sup> Veja-se, por exemplo, o caso do inglês que permite sujeitos pós-verbais apenas em algumas construções inacusativas e inergativas, não em transitivas (cf. 2.2.5.1.).

internamente a VP, mesmo que se verifique a presença de um objecto (como no islandês e no catalão). Se assim não for, como vimos ser o caso do inglês (cf. Emonds 1976, e.o.), não é possível a ocorrência de sujeitos pós-verbais conjuntamente com um objecto, por outras palavras, as ordens VS nas línguas que exibem este padrão (nesta análise, o inglês e o escandinavo dos países centrais) só são possíveis em contextos intransitivos e inacusativos<sup>37</sup>.

A análise da Construção Transitiva Expletiva ('Transitive Expletive Construction', TEC<sup>38</sup>) fornece evidência adicional para o facto de sujeito e objecto não poderem ficar ambos dentro de VP<sup>39</sup>. Esta construção, que é caracterizada pela ocorrência de um expletivo na posição mais alta de sujeito, pode ser realizada com um argumento, o objecto, interno a VP, no islandês, no alemão e no holandês. No inglês e no escandinavo esta construção não é possível, uma vez que são línguas que só permitem ordens VS em certos contextos intransitivos e inacusativos (por exemplo, *There arrived three men*).

Também nas línguas românicas discutidas pelas autoras há sujeitos pós-verbais, tanto em configurações VS como VOS, sendo esta última resultado de movimento do objecto para a esquerda do sujeito através do mecanismo de *scrambling* curto (cf. 3.3.1.1.1.), sujeito esse que fica na posição base dentro de VP. Segundo as autoras,

<sup>37</sup> Note-se que a proposta de Alexiadou & Anagnostopoulou (*Ibidem*) não contempla o PEC, dado que, em frases VSO desta língua, ambos os argumentos são internos a VP apesar de não existir redobro de clítico ("Clitic Doubling"). Isto porque, na análise das autoras, nas ordens VSO das LSN o acordo é pronominal, isto é, é realizado com recurso a um clítico, pelo que, tanto AgrS<sub>v</sub>-NP<sub>Suj</sub>, como clítico-NP, constituem pares Agr/clítico-NP, ou seja, configurações de redobro de clítico (*Idem*: 187-188).

<sup>38</sup> A TEC, ou "Construção de Sujeito Múltiplo" (Chomsky 1995: 342-344), encontra-se atestada em algumas línguas germânicas como o islandês, o alemão, o holandês, o yiddish, o frísio e o faroês, muito embora um dialecto desta língua não a permita (Bobaljik & Jonas 1996: 208-209).

<sup>39</sup> Na TEC o expletivo é inserido em [Spec, AgrSP] enquanto o sujeito sobe para a posição de especificador da categoria funcional TP, isto é, para [Spec, TP], sendo o verbo ciclicamente movido para AgrS, o núcleo da categoria funcional que contém o expletivo, derivando a ordem [Expl V Suj] (Jonas & Bobaljik 1993, Bobaljik & Jonas 1996) em exemplos como (i) do islandês:

(i) Það borðuðu sennilega margir jólasveinar bjúgun.  
Expl comeram provavelmente muitos duendes do Natal as salsichas  
"Muitos duendes do Natal provavelmente comeram as salsichas"

(Bobaljik & Jonas 1996: 196)

Na análise do Programa Minimalista (em que Agr é eliminado), a TEC é permitida apenas se o núcleo T tiver uma propriedade parametrizada (um traço EPP forte) que permita uma violação de Procrastinar (princípio que exige que o segundo passo da elevação para verificação de Caso seja não visível). Isto porque, uma vez composto em [Spec, TP] mais alto, o expletivo verifica o traço EPP mas, e uma vez que T tem a propriedade de evitar que o traço EPP seja apagado quando é verificado, o sujeito pode ser atraído da posição de [Spec, vP] para [Spec, TP] mais encaixado (Chomsky 1995: 354-355).

nestas línguas não é possível encontrar as ordens VSO<sup>40</sup> que, conforme constatámos, são possíveis em PEC.

Ao investigar as condições sintáticas que determinam a colocação dos sujeitos pós-verbais nas línguas referidas acima, Alexiadou & Anagnostopoulou propõem que não pode haver argumentos múltiplos dentro de VP. Esta restrição, de acordo com as autoras, decorre da impossibilidade de haver mais de um movimento implícito (“covert”) de traços para um mesmo núcleo que contenha mais de um traço não verificado do mesmo tipo. Quer isto dizer que não pode haver movimento implícito do sujeito e do objecto ao mesmo tempo. Tendo em conta esta ideia, distinguem entre traços-D de T, ou traço EPP, e traços-N de T, ou traço de Caso. Em construções com expletivos, tanto as TEC como, parece-nos, em todas as situações de pares expletivo-argumento, o expletivo verifica o traço-D (EPP) e o sujeito pós-verbal o traço-N (Caso).

Passemos agora à descrição dos contextos em que ocorrem sujeitos pós-verbais no PEC em 4.2.2.3..

#### **4.2.2.3. Sujeitos pós-verbais em PEC**

No capítulo anterior (cf. 3.2.2.), vimos que autores como Kayne & Pollock (1978) defendem que as frases com posposição do sujeito do francês são resultado da Regra de Inversão Estilística, que faz com que o sujeito ocorra à direita do verbo nas orações introduzidas por um elemento Wh (interrogativo ou relativo). O mesmo foi sugerido por Rizzi (1982) e Burzio (1986), por exemplo, para quem as ordens VS são analisadas como adjunções à direita de IP. Também Roberts (1993) para o francês e o italiano, sugere que a posição básica do sujeito pode ser gerada na fronteira direita de VP, derivando a ordem VS. Nestas análises é previsto que o sujeito pós-verbal possa ser sempre final de frase, o que não acontece, há outros constituintes que podem ocorrer pós-verbalmente e a seguir ao sujeito.

- (53) a. Leu a Maria o livro tranquilamente.  
b. Chegou a Maria ao anoitecer.

---

<sup>40</sup> Conforme sugerido por Costa (2001a), em PEC, independentemente de a ordem SVO ser a única possível em contextos de frase focalizada, é possível haver outras ordens de palavras em contexto apropriado: VSO, VOS, OSV, OVS e SOV, sendo esta última a mais marcada e possível apenas se o sujeito for exterior à frase, o que se pode provar porque há a possibilidade de redobro por um pronome nominativo (cf. Costa *Ibidem*: 2, nt. 1).

Vamos, nesta secção, avançar algumas das propostas recentes sobre sujeitos pós-verbais especificamente para o PEC. Ambar (1992), para as interrogativas nas quais afirma haver inversão obrigatória, propõe que há movimento do verbo de I-para-C ficando o sujeito na posição base e derivando frases como as de (54):

- (54) a. Que ofereceu o Pedro à Ana?  
b. Onde pôs o João os quadros?  
c. A quem ofereceste tu as flores?

(Ambar 1992: 180-181)

Tais derivações, segundo a autora, seriam difíceis de explicar recorrendo ao movimento para a direita do sujeito, pelo que a alternativa é o movimento para a esquerda do verbo para o núcleo C, ou seja, a única posição com estatuto de núcleo que antecede o sujeito. A análise para as frases com sujeitos pós-verbais do PEC supõe, então, o movimento do verbo de I-para-C e do sujeito da sua posição base para [Spec, IP], onde verifica Caso:

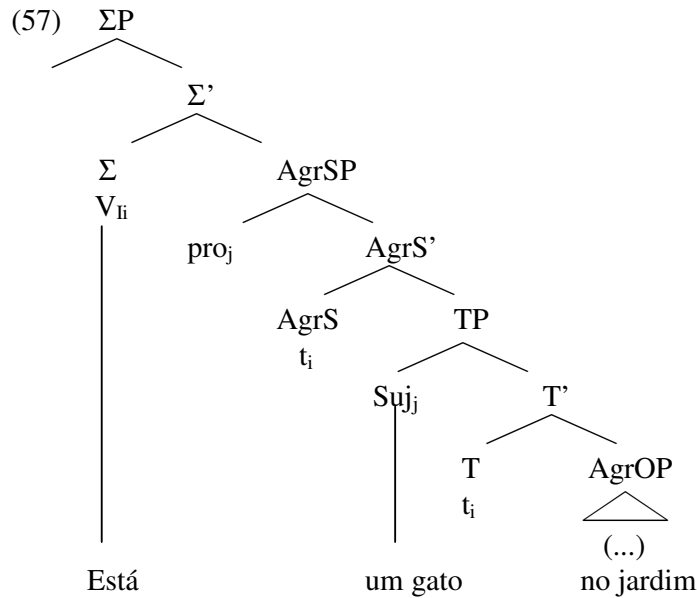
- (55) a. Comeu a Maria o bolo.  
b. [CP comeu<sub>i</sub> [IP a Maria<sub>j</sub>] [I' t<sub>i</sub> [VP t<sub>j</sub> t<sub>i</sub> o bolo]

Mais recentemente, Martins (1994) propõe que o DP sujeito ocupa a mesma posição na sintaxe visível, tanto em frases SV como VS, sendo esta ordem resultado do movimento adicional do verbo nas frases apresentativas<sup>41</sup>. A autora sugere ainda que, em contextos de inversão sujeito-verbo (contextos em que a frase não é topicalizada), o sujeito pós-verbal ocorre em [Spec, TP] na sintaxe visível, tanto em frases dependentes, como independentes. Nesta situação, o verbo está em AgrS e o sujeito ligado a um expletivo em [Spec, AgrSP], configuração que permite a atribuição de nominativo ao sujeito e a verificação dos seus traços casuais em [Spec, TP]. A estrutura relevante para uma frase como (56) seria algo na linha do que se apresenta em (57):

- (56) Está um gato no jardim.

---

<sup>41</sup> Conforme referido no capítulo anterior, frases apresentativas são aquelas em que o DP sujeito codifica informação nova pelo que ocorre a seguir ao verbo, a posição tipicamente reservada a focos (Guéron 1980, Duarte 1997, e.o.).



(Martins *Ibidem*: 426)

Para o caso específico das frases apresentativas, ou VS, “D-linked”<sup>42</sup> como, por exemplo, (58), a análise de Martins (1994), e também a de Rouveret (1992), propõe que o DP sujeito *O João* lexicaliza a posição de [Spec, AgrSP] tendo o verbo sido movido para a posição de núcleo da projecção funcional ( $\Sigma$  ou F, respectivamente), sendo que o constituinte inicial *Esses livros* ocupa a posição de especificador dessa categoria funcional<sup>43</sup>.

(58) Esses livros leu o João.

<sup>42</sup> No sentido de Pesetsky (1987). De acordo com o autor, uma produção “D(iscourse)-linked” faz parte do conhecimento do mundo do falante (ou quem produz o enunciado) bem como do ouvinte (ou quem “recebe”), ou seja, trata-se de algo familiar a ambos. A análise de Pesetsky sugere que, no caso específico dos constituintes-Wh que analisa, há uma relação directa com o universo do discurso. Assim, numa frase como *Which book did you read?*, o número de respostas possíveis está limitado ao conjunto de livros que tanto o falante como o ouvinte têm em mente, pelo que o constituinte-Wh *Which* é D-linked. Se, pelo contrário, o Wh for *Who/What* em frases como *Who walked into the room?* ou *What did you see?*, já não se verificam restrições desse tipo pois a resposta pertencerá apenas ao conhecimento do ouvinte a quem a pergunta é dirigida, pelo que os constituintes em causa podem ser não D-linked. De acordo com esta análise, estes constituintes são equivalentes a quantificadores, pelo que são adjuntos a S'. Para uma análise mais detalhada sobre esta temática remetemos para o artigo em causa.

<sup>43</sup> Ambar (1992) propõe este tipo de análise para as orações com constituintes topicalizados e inversão do sujeito no PEC, como (i).

(i) A esse realizador deu o júri um prémio de consolação. (Ambar *Ibidem*: 211)

Em (i) há movimento do verbo para C e do constituinte anteposto para especificador de CP.

Também Duarte (1997) sugere que DPs sujeito em posição pós-verbal em frases apresentativas do PEC decorrem da fraqueza do traço formal EPP em AgrSP (que codifica informação relativa à estrutura discursiva da frase) e da não projecção da posição [Spec, TP]<sup>44</sup>, o que impede que o sujeito possa subir para essa posição e aí verificar Caso nominativo e concordância. Em suma, qualquer das posições em que um DP sujeito ocorra é uma posição interna à frase e opõe-se estruturalmente a frases com constituintes deslocados, ou seja, tópicos marcados, que são adjuntos a IP ou CP.

A proposta de Costa (1998), para o PEC, contraria as hipóteses anteriores, que conjugam a hipótese do sujeito interno a VP com categorias funcionais acima de IP<sup>45</sup>. Segundo o autor, os DPs sujeitos de frases VSO e VOS do PEC estão em [Spec, VP], a sua posição base. Com base nas semelhanças entre contextos raiz e contextos subordinados (59), nas sequências verbo auxiliar-particípio (60), na distribuição dos advérbios (61) e na inexistência de diferenças entre definidos e indefinidos (62), Costa defende que o facto de os sujeitos ocorrerem pós-verbalmente não decorre necessariamente da subida do verbo de I para uma projecção funcional mais alta, tendo passado pelo sujeito em [Spec, IP].

- (59) a. Comeu a sopa a Maria. (exemplo nosso)  
 b. O Paulo disse que comeu a Maria a sopa.
- (60) a. Tinha comido o Paulo maçãs.  
 b. Tem estado a comer o Paulo maçãs.
- (61) a. \* Comeu o Paulo inteligentemente maçãs.
- (62) a. Comeu um rapaz as maçãs.  
 b. Comeu o João as maçãs.

(Costa 1998: 123-125)

O exemplo (59b) mostra que não pode haver movimento do verbo para C porque este núcleo está lexicalizado pelo complementador *que*. As sequências auxiliar-particípio de (60) mostram que se houvesse movimento do verbo para C, o sujeito teria de ocorrer depois do auxiliar obrigatoriamente numa instância de Aux-para-Comp

---

<sup>44</sup> No PEC, a presença de traços-v fortes em T permite que AgrS possa codificar propriedades relevantes para a estrutura discursiva com base na fraqueza *versus* força do traço-EPP: a presença do traço-EPP forte em AgrS caracteriza a predicação (SV), um traço-EPP fraco em AgrS caracteriza as frases apresentativas (VS) (Duarte 1997).

(Rizzi 1982). Como o sujeito é realizado depois dos dois verbos, haveria necessidade de postular a existência de dois núcleos funcionais acima de IP. Quanto aos advérbios orientados para o sujeito, se forem analisados como adjuntos a TP, estando o sujeito em [Spec, AgrSP] e o verbo em C, seria possível que ocorressem entre o sujeito e o objecto, mas (61) mostra que não é possível, o que significa que o verbo não sobe e o sujeito também não. Finalmente, os exemplos de (62) mostram que os DPs sujeitos pós-verbais podem ser definidos ou indefinidos em PEC, o que mostra que a restrição de definitude não cobre a situação em que DPs sujeitos definidos possam ocorrer em posição pós-verbal (cf. 4.2.2.1.).

Relativamente a VOS, outra das ordens analisadas em Costa (1998), as hipóteses de análise para as posições do sujeito são entre a posição base interna a VP e a posição à direita de VP, na linha de Rizzi (1982) para o italiano. A análise proposta por Costa cinge-se aos casos em que o sujeito na configuração VOS, apesar de ocupar a posição final, não é deslocado à direita de VP, mas interno ao mesmo, o que não vai contra a ideia de que os sujeitos à direita são exteriores a CP, como defendem Kayne (1994) e Zubizarreta (1998a), dado serem situações distintas. As duas possibilidades (sujeito interno a VP *versus* deslocado à direita) distinguem-se com base em exemplos como os de (63), que mostram que os sujeitos deslocados à direita seguem interrogativas *tag* enquanto que sujeitos internos a VP as precedem:

- (63) a. Comeu a sopa , não comeu?, o Paulo.  
b. Comeu a sopa o Paulo, não comeu?

(Costa *Ibidem*: 131)

Os diagnósticos descritos acima para testar a posição do sujeito em frases VSO, vão ser de utilidade para as frases VOS, nas quais o sujeito segue um objecto. Assim, a distribuição de advérbios monossilábicos vai ter papel importante e mostra que o único material interno a VP é o sujeito e não o objecto, como nos exemplos (64). Para além disso, é possível a ligação em contextos analisados com deslocação à direita do sujeito, como em (65)<sup>46</sup> e, tal como nos exemplos VSO, também não há restrições quanto à definitude ou indefinitude dos sujeitos em frases VOS, como em (66), o que também

---

<sup>45</sup> O facto de não reiterar as propostas anteriores, leva Costa a manter a proposta inicial de Ambar (1992) para as interrogativas com inversão sujeito-verbo, nas quais há movimento do verbo para C.

mostra que os sujeitos não são deslocados à direita, uma vez que em contextos de deslocação à direita os DPs sujeitos indefinidos podem ocorrer apenas marginalmente, como se mostra em (67):

- (64) a. \*Comeu bem a sopa o Paulo.  
 b. \*Comeu a sopa o Paulo bem.  
 c. Comeu a sopa bem o Paulo (não comeu?)
- (65) a. Viu [<sub>Obj</sub> o Paulo<sub>i</sub>], não viu?, [<sub>Suj</sub> o seu<sub>i</sub> irmão].  
 b. Viu [<sub>Obj</sub> todos os filmes<sub>i</sub>], não viu?, [<sub>Suj</sub> o seu<sub>i</sub> realizador].
- (66) a. Comeu a sopa o Paulo.  
 b. Comeu a sopa um homem.
- (67) a. Comeu a sopa, não comeu?, o Paulo.  
 b. ???Comeu a sopa, não comeu?, um homem.

(*Idem*: 132-135)

Com base nesta argumentação, Costa vai concluir que, também em contextos VOS, o sujeito ocupa a posição interna a VP. Contudo, fica mais uma vez por explicar de que forma Caso é atribuído a este sujeito, já que a posição associada a nominativo é a posição de [Spec, IP].

Não sendo possível estabelecer uma relação entre duas posições estruturais originadas, quer por movimento de constituintes, quer pela ocorrência de pares expletivo-argumento (situações nas quais é possível a transmissão casual entre os membros da cadeia argumental<sup>47</sup>), é atribuído caso inerente<sup>48</sup>.

<sup>46</sup> Costa nota que a possibilidade de ocorrência de uma interrogativa *tag* entre o objecto e o sujeito mostra que este é deslocado à direita.

<sup>47</sup> Cf. os exemplos de movimento-A analisados no início deste capítulo, principalmente os contrastes entre os exemplos de elevação em (25), entre as construções passivas em (12), aqui repetidos como (i) e (ii) respectivamente, e entre as frases com o inacusativo *chegar* em (iii), devidamente adaptados à presente discussão. Nos exemplos (a) temos cadeias argumentais formadas por movimento-A do DP objecto seleccionado pelo verbo para a posição de sujeito e, em (b), temos pares expletivo-argumento. Ambos os membros das cadeias estão identificados com os respectivos índices.

- (i) a. As crianças<sub>i</sub> parecem dormir t<sub>i</sub>.  
 b. *pro*<sub>i</sub> parece que as crianças<sub>i</sub> dormem.
- (ii) a. O quadro<sub>i</sub> foi pintado t<sub>i</sub> (pelo João).  
 b. *pro*<sub>i</sub> foi pintado o quadro<sub>i</sub> (pelo João).
- (iii) a. A Maria<sub>i</sub> chegou t<sub>i</sub>.  
 b. *pro*<sub>i</sub> chegou a Maria<sub>i</sub>.

Em todos os exemplos, tanto as cabeças dos pares DP<sub>i</sub>-t<sub>i</sub>, como dos pares *pro*<sub>i</sub>-DP<sub>i</sub>, encontram-se em posições com Caso e as caudas desses mesmos pares em posições sem Caso, sendo c-comandadas pela cabeça da cadeia, conforme já referimos na discussão acerca de cadeias de movimento (cf. 4.1.). Quer isto dizer que tanto o papel-θ como o Caso são transmitidos internamente entre os dois membros da cadeia, o

De salientar, no âmbito desta proposta, e relativamente aos exemplos com DPs pós-verbais, que realizam um *pro* expletivo na posição de [Spec, IP], que o mecanismo de concordância é feito em função do constituinte que segue o verbo e não de *pro*. Quer isto dizer que também os traços de pessoa e número têm de ser transmitidos aos dois elementos do par, quer do par argumento-expletivo, quer do par argumento-vestigio.

A análise da inversão em construções inacusativas, em línguas como o PEC, envolve um *pro* expletivo em posição de sujeito. O problema de Caso fica assim resolvido, uma vez que é o expletivo que verifica Caso nominativo enquanto que o DP sujeito pós-verbal terá de verificar outro Caso, talvez um caso inerente, conforme proposta de Belletti. Contudo, esta proposta não deixa de ter problemas uma vez que o partitivo é atribuído a DPs indefinidos e, como vimos acima, no PEC são possíveis os DPs definidos pós-verbais com função de sujeito.

#### 4.2.3. Ordens VS com inacusativos

Como referimos acima, o PEC não diverge das outras línguas românicas de sujeito nulo, que são SVO, no que toca à realização dos sujeitos. Estes podem ser pré- ou pós-verbais, como nos exemplos (33), aqui repetidos:

- (68) a. O João leu o livro.
- b. Leu o livro o João.
- c. O João canta.
- d. Canta o João.

---

DP em posição de sujeito e o vestígio deixado na posição mais baixa, no primeiro caso, e *pro* e o DP pós-verbal, no segundo caso.

<sup>48</sup> A proposta de Belletti & Rizzi (1988) defende que alguns verbos psicológicos da classe de *preocupar* e *agradar* não projectam argumento externo (são inacusativos, portanto), mas têm dois argumentos internos na posição de complemento: um DP Experienciador e um DP Tema (por exigência da Hierarquia Temática, a haver um argumento externo seria o Experienciador e não o Tema, mas a ordem normal dos constituintes com alguns verbos psicológicos é a ordem Tema-V-Experienciador). Tal como com os inacusativos, a incapacidade destes verbos seleccionarem um argumento externo está directamente relacionada com a incapacidade de atribuir Caso estrutural acusativo ao objecto directo (cf. Generalização de Burzio). Decorrente do princípio EPP, o argumento Tema é movido para a posição canónica do sujeito, onde verifica nominativo. Relativamente ao outro argumento que, como referimos, não pode verificar Caso estrutural, mas que, sendo argumento do verbo tem de ter Caso, vai ter de verificar caso inerente, ou junto de uma preposição se for o dativo (por exemplo, *O trabalho agrada à Maria*), ou junto de uma preposição nula, se for o acusativo (*O trabalho preocupa o João*). De salientar relativamente a esta última situação, é que há exemplos de caso acusativo inerente verificado junto de uma preposição realizada e o exemplo clássico é aquele que é dado pela frase *Amar a Deus*, na qual o DP só pode ser substituído por um clítico acusativo (*O João ama a Deus* vs. *O João ama-O*).

A análise que temos vindo a assumir para o PEC é a de que os sujeitos pré-verbais se encontram em [Spec, IP], posição na qual verificam Caso nominativo. Nos exemplos que analisámos de construções inacusativas, como a passiva, a construção de elevação, isto é, construções com sujeitos gerados na posição de objecto, vimos que esses argumentos sujeito são movidos para a posição pré-verbal (movimento-A) para verificar Caso nominativo junto da flexão. Deste modo, a existência de concordância é argumento para mostrar se o Caso nominativo é atribuído ao sujeito, sendo que alguns DPs pós-verbais podem receber outro tipo de Caso. Resta saber qual é a relação entre a posição pós-verbal do sujeito e a falta de concordância verbal em exemplos do PEC coloquial (cf. exemplos (76) adiante).

Conforme pretendemos mostrar com os exemplos do PEC coloquial que apresentaremos à frente, a possibilidade de não concordância entre um sujeito pós-verbal e o verbo só é possível em contextos inacusativos (cf. também Carrilho 2001). Costa (2001a) defende que, nesta situação, os sujeitos pós-verbais em construções inacusativas não recebem obrigatoriamente Caso nominativo e apresenta argumentos em favor desta hipótese, que passamos a descrever:

- a) As formas pronominais são os únicos elementos da língua morfologicamente especificados para Caso. Assim, se substituirmos os DPs plenos por formas pronominais o acordo é obrigatório, quer na ordem SV como na VS:

(69) a. Chegou ele.

a'. Chegaram eles.

b. \*Chegou eles.

b'. \*Chegaram ele.

- b) Sendo a posição pré-verbal do sujeito em PEC a posição de [Spec, IP], que é uma posição casual, esta é uma posição na qual o Caso nominativo é atribuído e o acordo com o verbo é obrigatório:

(70) a. O Pedro e o Paulo chegaram.

b.\*O Pedro e o Paulo chegou.

- c) No PEC coloquial só há expletivos com sujeitos pós-verbais em contextos inacusativos (Raposo & Uriagereka 1990, Carrilho 2001): na passiva, com verbos inacusativos, com verbos metereológicos, ou seja, verbos que não apresentam a posição de [Spec, IP] preenchida. Por exemplo:

(71) a. Ele morreu muitas pessoas naquele acidente.

b. Ele morreram muitas pessoas naquele acidente.

Neste último exemplo há concordância com o DP pós-verbal porque se trata de um sujeito derivado que não recebe Caso acusativo. Este expletivo não pode ocorrer nem em construções intransitivas, nem transitivas:

(72) a. \*Ele cantaram os meninos.

b. \*Ele comeram os meninos o bolo.

d) Um último argumento prende-se com as construções de elevação analisadas. Nestas, só o DP que precisa verificar Caso nominativo é elevado para a posição de sujeito, os sujeitos de verbos inacusativos podem ficar *in situ*, ou seja, na posição mais baixa, os sujeitos de verbos transitivos e intransitivos têm obrigatoriamente de subir:

(73) a. A Maria parece gostar de ler livros.

b. \*Parece a Maria gostar de ler livros.

c. \*Parece gostar de ler a Maria livros.

(74) a. A Maria parece cantar bem.

b. \*Parece a Maria cantar bem.

c. \*Parece cantar bem a Maria.

(75) a. A Maria parece ter chegado.

b. Parece ter chegado a Maria.

Resumindo, em contextos de não inversão, o comportamento dos inacusativos não difere do dos intransitivos, enquanto que com a ordem VS há de facto uma diferença visível em contextos de frase focalizada. Para além disso, a não existência de acordo com DPs pós-verbais em construções inacusativas parece, pois, também opcional e não é restrita a DPs coordenados, nem a quantificadores fracos, também DPs definidos podem ocorrer neste tipo de construção (Costa 2001a), conforme se exemplifica em (76), com exemplos para cada uma das situações, respectivamente:

(76) a. Chegaram o Pedro e o Paulo.

a'. Chegou o Pedro e o Paulo.

b. Fecharam muitas fábricas.

b'. Fechou muitas fábricas.

c. Chegaram as cadeiras.

c'. Chegou as cadeiras.

(Costa 2001a: 8)

Sabendo, pois, que o acordo entre o sujeito e o verbo é diagnóstico para saber se o Caso nominativo é atribuído ao sujeito, a falta de concordância com inacusativos significa que, nesses contextos, ele não é atribuído, ou que esses sujeitos verificam outro tipo de Caso. Se os sujeitos pré-verbais, mesmo em construções inacusativas, concordam com o verbo, isto é evidência para que tenham subido para a posição de [Spec, IP].

Restará perceber por que razão é que esta é apenas uma opção para os inacusativos (ter em conta a relação definido (ou informação dada/nova) e indefinido (informação nova)) e qual a relação com o movimento do verbo. Costa (2001a) põe a hipótese de os sujeitos pós-verbais em construções inacusativas (pelo facto de não concordarem sempre com o verbo e de o acordo com sujeitos pré-verbais ser diagnóstico para assumir que os sujeitos estão em [Spec, IP]), serem deslocados à esquerda, de acordo com o que diz Barbosa (1995, 1997, 2000), pelo que não seriam esperadas mudanças relativamente ao acordo. No entanto, os dados mostram que a não existência de acordo com sujeitos pós-verbais é apenas opcional. Para além disso, esta hipótese prediz que os sujeitos pré-verbais são tópicos mas, e os dados também o demonstram (cf. (68)), em contextos de frase focalizada os sujeitos focalizados podem ocorrer na configuração SV.

Parece, pois, haver opcionalidade em contextos inacusativos, opcionalidade essa que decorre de características do próprio verbo, conforme sugerimos no capítulo 2 sobre inacusatividade, que não tem sequer implicações relativamente ao estatuto dos sujeitos pré-verbais em PEC. Isto significa que a realização pré- ou pós-verbal dos sujeitos em contextos inacusativos decorre de problemas de Caso, ou seja, está relacionada com a forma como o Caso é atribuído. Se, como temos vindo a assumir para o PEC, nas ordens SV o sujeito é realizado em [Spec, IP], posição para a qual sobe por forma a verificar nominativo, sendo o acordo verbal obrigatório, nos contextos inacusativos com inversão, o sujeito não tem obrigatoriamente Caso nominativo atribuído.

#### 4.2.3.1. Opcionalidade com inacusativos?

As duas secções anteriores permitiram concluir que as ordens SV e VS são possíveis em construções intransitivas, inacusativas e transitivas, como (77):

- (77)
- a. A Maria cantou.
  - b. O João chegou.
  - c. A Maria leu o livro.
  - d. Cantou a Maria.
  - e. Chegou o João.
  - f. Leu o livro a Maria.
  - g. Leu a Maria o livro.

Mas que em contextos de frase focalizada (em resposta a *O que é que aconteceu?*) as construções intransitivas são SV, seguindo o padrão regular, enquanto que as inacusativas são SV ou VS.

- (78)
- a. A Maria cantou.
  - b. ?Cantou a Maria.
  - c. O João chegou.
  - d. Chegou o João.

Nestes contextos, portanto, os sujeitos dos intransitivos são pré-verbais e recebem Caso nominativo, enquanto os dos inacusativos podem ocorrer opcionalmente antes ou depois do verbo. Pusemos, por isso, a hipótese de os argumentos dos verbos inacusativos não receberem obrigatoriamente Caso nominativo.

Os testes e os dados permitiram-nos concluir que a ocorrência de sujeitos pós-verbais em contextos não marcados só é possível em contextos inacusativos, como em (78). Mas porquê a opcionalidade? Porque é que a inversão só é gramatical em contexto não marcado se o verbo for inacusativo?

- (79) *O que é que aconteceu?*
- a. \*Comeu o bolo o João.
  - b. ?Cantou a Maria.
  - c. Chegou o João.

A opcionalidade, pelo menos aparente, em contextos inacusativos entre SV e VS parece decorrer de características do verbo, ou seja, da não obrigatoriedade na atribuição de nominativo, pelo menos em exemplos do PEC coloquial. No entanto, a ideia da opcionalidade com inacusativos pode ser refutada se compararmos as duas variedades mais produtivas do português, o PEC e o PB.

No seguimento da análise de Costa (2001a), Coelho et alii (2001) sugerem que a possibilidade de ocorrência de sujeitos pós-verbais depende não só do tipo de verbo, intransitivo ou inacusativo, mas também da caracterização semântica do DP sujeito. Os dados que apresentam<sup>49</sup>, tanto do PEC como do PB, confirmam a tendência para encontrar ordens VS com verbos inacusativos (o objecto de estudo inclui apenas verbos inacusativos e não as construções inacusativas). Em ambas as variedades do português parece haver uma sensibilidade em relação a restrições de definitude (ou efeito de definitude, nos termos definidos acima), uma vez que quanto menor o grau de definitude e de especificidade do DP sujeito, maior a probabilidade de ocorrer pós-verbalmente. Apesar de no PEC estas imposições semânticas não serem tão rígidas, é possível encontrar a mesma variação. Concluem, com base na análise dos dados que os “resultados podem estar reflectindo respectivamente casos de tópico e de foco apresentacional, segundo os quais informação velha tende a aparecer à esquerda do verbo, enquanto informação nova à sua direita, ordens SV e VS, respectivamente” (*Idem*).

Apesar destas observações, parece ser evidente que tanto no PEC como no PB há diferenças quanto à ordem de palavras: no PEC é possível encontrar as ordens SVO, VSO e VOS em contextos transitivos (cf. (76)), enquanto apenas a primeira é possível no PB; em contextos intransitivos, SV e VS são possíveis no PEC (cf. (77)) e, mais uma vez, apenas a primeira ocorre no PB; finalmente, em contextos inacusativos, tanto SV como VS são possíveis nas duas variedades, ou seja, o contexto de inversão só é possível no PB em contextos inacusativos. No entanto, conforme salientam Coelho et alii, os contextos VS do PB são possíveis em contextos em que toda a frase é focalizada, tal como no PEC, mas parecem ser diferentes dos do PEC em contextos nos quais é o sujeito que é focalizado. Nesses casos a resposta é sempre SV, enquanto no PEC pode também ser VS, como nos exemplos seguintes:

---

<sup>49</sup> Os dados analisados pelos autores reúnem apenas construções com verbos intransitivos e inacusativos, isto porque não encontraram atestações de ordens VS com verbos transitivos e o objectivo era investigar as ocorrências da ordem VS no PEC e no PB.

*Quem chegou?*

- (80) a. O João chegou.  
a'. Chegou o João. PEC  
b. O João chegou.  
b'. \*Chegou o João. PB

A comparação com o PB, portanto, mostra que parece que não haver verdadeira opcionalidade. Se assim fosse seria de esperar que ambas as línguas revelassem comportamentos semelhantes no que toca às ordens SV / VS com inacusativos, mas os exemplos seguintes mostram que assim não acontece. Em contextos de focalização do sujeito, em resposta a *Quem chegou?*, ambas as variedades mostram comportamento diferente, no PEC a ordem com inversão é resposta adequada, enquanto que no PB é a ordem directa, ou SV, a ordem aceitável.

- (81) a. Chegou o João/\*O João chegou. PEC  
b. O João chegou/\*Chegou o João. PB

Parece, afinal, que não há verdadeira opcionalidade entre SV e VS com inacusativos, uma vez que há verbos que facilitam um ou outro contexto, escolha essa que se baseia em critérios puramente semânticos mas que, conseqüentemente, vai ter reflexos na sintaxe. Por outras palavras, esta aparente opcionalidade entre SV e VS tem que ver apenas com o estatuto apresentacional do DP sujeito realizado pós-verbalmente e não com o facto de ser informação nova (cf. também Duarte 1997).

#### **4.2.3.2. Questões de concordância**

Afirmámos, a propósito dos pares expletivo-argumento e argumento-vestigio, que a concordância se dá sempre com o DP pós-verbal e, subsequentemente, é passada internamente ao elemento mais alto da cadeia, por forma a haver conformidade entre traços de pessoa e número entre esse DP, que segue o verbo, e o verbo propriamente dito. Isto significa que a concordância verbal não varia com as alterações de ordem de palavras. Observem-se os seguintes exemplos de contextos transitivos, em (82), e intransitivos, em (83):

- (82) a. A Maria leu um livro.  
 a'. \* A Maria leram um livro.  
 b. Leu um livro a Maria.  
 b'. \* Leram um livro a Maria.
- (83) a. A Maria cantou.  
 a'. \* A Maria cantaram.  
 b. Cantou a Maria.  
 b'. \* Cantaram a Maria.

Deste modo, parece que há sempre concordância verbal com ordens SV e VS, tanto com transitivos como com intransitivos. O PEC fornece ainda evidências que mostram que não há diferenças entre contextos intransitivos e inacusativos quando o DP sujeito ocorre pré-verbalmente, como se demonstra em (84):

- (84) a. A Maria cantou.  
 a'. \* A Maria cantaram.  
 b. A Maria chegou.  
 b'. \* A Maria chegaram.

No entanto, em construções inacusativas, há a possibilidade de argumentos plurais desencadearem concordância verbal em 3ª pessoa do singular (esta situação torna-se mais evidente com o verbo *ser*).

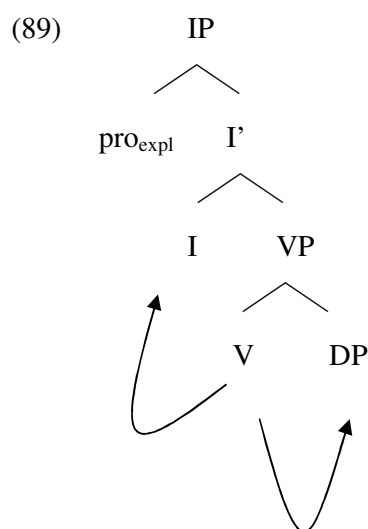
- (85) a. Chegaram o Pedro e o Paulo.  
 b. Chegou o Pedro e o Paulo.
- (86) a. Fecharam muitas fábricas.  
 b. Fechou muitas fábricas.
- (87) a. São o João e a Maria.  
 b. É o João e a Maria.

Este tipo de concordância é mais facilmente atingido com argumentos coordenados, ou seja, o acordo parece dar-se com o constituinte mais próximo. Aliás esta situação não é restrita a contextos inacusativos, verifica-se igualmente com sujeitos coordenados de verbos intransitivos.

- (88) a. Cantaram o Pedro e a Maria.  
 b. Cantou o Pedro e a Maria.  
 c. Chegaram o Pedro e a Maria.  
 d. Chegou o Pedro e a Maria.

Em todo o caso, a não existência de acordo verbal com o constituinte que segue o verbo (mesmo que não seja um DP coordenado) só é possível com inacusativos<sup>50</sup>, sendo que, com ordens SV, ele é sempre obrigatório.

A inexistência de concordância com inacusativos pode ser explicada de duas maneiras, ou o verbo é inacusativo, ou há uma reinterpretação da categoria concordância, que é desencadeada com recurso a um expletivo. A configuração resultante terá o formato que se apresenta em (89), quer se opte pela ocorrência do expletivo em [Spec, IP], quer pela configuração de regência a estabelecer entre o verbo e o sujeito que o segue.



<sup>50</sup> Outra alternativa é assumir, na linha de Naro & Votre (1999), que o constituinte pós-verbal neste tipo de construção, ou seja, em frases VS inacusativas, não é um sujeito sintáctico mas um objecto. Esta análise apoia-se em dados do PB, e sugere que a falta de acordo que pode existir com sujeitos pós-verbais de verbos inacusativos é evidência para os considerar como objectos semânticos e sintácticos. Isto porque, segundo os autores, apenas com verbos inacusativos é possível não haver acordo, os constituintes pós-verbais com outros tipos de verbo concordam obrigatoriamente com o verbo, pelo que o Caso nominativo é atribuído. Nas palavras dos autores: “We see a generalization here: in the same way as transitives with direct objects, the full semantic content of highly kinetic intransitives would be inappropriate to the low tension, diffuse VS contexts” (p. 100). No entanto, no PEC, e os exemplos (88a-b) acima mostram isso mesmo, é possível não haver acordo também com sujeitos de verbos intransitivos e esses não podem, sem dúvida, ser considerados objectos, nem lógico-semânticos, nem sintácticos.

É o constituinte na posição canónica de sujeito, em [Spec, IP], que desencadeia a concordância com o verbo, e isso explica porque é que, quando é pré-verbal, o sujeito concorda obrigatoriamente com o verbo e seqüências do tipo de (90a) são agramaticais:

- (90) a. \*O Pedro e o Paulo<sub>3pl</sub> chegou<sub>3sg</sub>.  
b. O Pedro<sub>3sg</sub> chegou<sub>3sg</sub>.  
c. Chegou<sub>3sg</sub> o Pedro<sub>3sg</sub>.  
d. Chegou<sub>3sg</sub> o Pedro e o João<sub>3pl</sub>.

O que se nota relativamente a (90) é que, sintacticamente, as representações são as mesmas, quer a ordem seja SV, quer seja VS. No primeiro caso o sujeito lexical está em [Spec, IP] e o acordo é obrigatório, por isso a frase é agramatical, e contrasta com o exemplo (90b), no qual há acordo. No exemplo (90c), [Spec, IP] é ocupada por um expletivo e a relação especificador-núcleo não é quebrada, pelo que há acordo e a frase é gramatical, mas também pode não haver acordo, como se mostra em (90d), e a frase continua gramatical na mesma, pelo menos no PEC coloquial. A outra hipótese é assumir que a atribuição de Caso é feita sob regência núcleo-complemento, isto é, à direita, o que não é permitido, pelo menos aparentemente, pelo Programa Minimalista (cf. nota 33 neste capítulo). A diferença que se nota neste caso específico é, portanto, lexical e não sintáctica.

Para a situação específica que se apresenta em (90), Costa (p.c) sugere uma possível solução com base em exemplos como os de (91), nos quais DPs plenos são substituídos por pronomes pessoais tónicos:

- (91) a. Eu sou o problema.  
b. O problema sou eu.  
c. Eu sou tu e tu és eu.

Em (91a) temos a configuração típica para verificação de Caso nominativo: há concordância entre o pronome pessoal nominativo e o verbo de 1ª pessoa; em (91b) as marcas de flexão e concordância são exactamente as mesmas pelo que a atribuição de Caso é feita sob regência; o exemplo (91c) surge como evidência positiva em favor desta análise uma vez que, ao coocorrerem dois pronomes marcados com Caso nominativo, a atribuição é feita ao primeiro elemento, neste caso específico o *Eu*, e isto

pode explicar a obrigatoriedade de concordância quando os sujeitos são pré-verbais, se assumirmos que, na presença de duas formas com nominativo, a que se encontra em [Spec, IP] é a que concorda obrigatoriamente.

### 4.3. Conclusões

A análise das construções envolvidas no que se convencionou designar por Cadeia-A, ou seja, as passivas, as construções com verbos de elevação do sujeito e com verbos inacusativos, permitiu-nos agrupar algumas características comuns a todas elas, ou seja, algumas propriedades do movimento-A, que a seguir se apresentam:

- (91)
- a. O elemento movido é um NP;
  - b. O movimento é obrigatório;
  - c. O alvo do movimento é uma posição vazia;
  - d. O alvo do movimento é uma posição A;
  - e. O alvo do movimento é uma posição NP;
  - f. O alvo do movimento é uma posição sem papel- $\theta$ ;
  - g. O alvo do movimento é uma posição com Caso;
  - h. A posição a partir da qual o elemento é movido é uma posição- $\theta$  sem Caso;
  - i. O movimento deixa um vestígio;
  - j. O vestígio é coindexado com o elemento movido (o antecedente) com o qual forma uma cadeia-A. Como a cabeça da cadeia, isto é, o elemento movido, ocupa uma posição-A criada pelo movimento de um NP argumento, a cadeia é uma cadeia-A;
  - k. A cadeia só recebe um papel- $\theta$ ;
  - l. O papel- $\theta$  é atribuído à posição mais baixa da cadeia, isto é, à cauda da cadeia;
  - m. A cadeia só recebe um Caso estrutural;
  - n. O Caso é atribuído à posição mais alta da cadeia, isto é, à cabeça da cadeia.

(Haegeman 1991: 290)

São assim vários os princípios da Gramática Universal que se conjugam na motivação do movimento-A a partir de uma posição mais baixa para uma posição mais alta estruturalmente. No modelo minimalista, como vimos, a motivação para o movimento-A relaciona-se directamente com a força dos traços formais, que são fortes e forçam o movimento visível, ou fracos, adiando o movimento para a sintaxe não visível<sup>51</sup>.

Seguindo, pois, a Teoria dos Traços, um constituinte movido deixa um vestígio que deve ser propriamente regido e que, de acordo com princípios da Teoria da Ligação, deve ser c-comandado pelo seu antecedente. O movimento-A é feito de baixo para cima porque, em termos minimalistas, o complemento de um núcleo lexical não pode ser gerado por movimento, apenas por composição com o mesmo, o que não acontece com as posições de especificador, que podem ser criadas por composição ou por movimento. Adoptando uma perspectiva mais tradicional, o movimento-A é tipicamente um movimento criado por substituição, enquanto que o movimento-A' pode ser derivado por substituição ou adjunção. Finalmente, trata-se de um movimento cíclico devido ao Princípio do Movimento Mais Curto ('Shortest Movement'), ou seja, cada instância de movimento-A vai mover o constituinte DP sempre para a posição de sujeito mais próxima estruturalmente.

Vimos, igualmente, que há duas hipóteses para o sujeito em construções inacusativas em contextos não marcados, já que as ordens SV e VS são ambas possíveis no PEC. Assumimos que há duas posições disponíveis para o sujeito: a posição de [Spec, IP], para o primeiro caso, e uma posição interna a VP (na linha de Koopman & Sportiche 1991), no caso de VS. Esta possibilidade permite dar conta das duas ordens encontradas, sendo que numa há movimento do sujeito e, na outra o sujeito fica na sua posição base.

De que modo o sujeito pós-verbal das estruturas inacusativas recebe Caso? Poderá ser por regência, tal como o Caso estrutural de objecto é atribuído pelo verbo sob regência nas construções transitivas ou, na linha de Belletti (1988), o caso a atribuir a este sujeito pós-verbal terá de ser outro, um caso inerente. Situação que só seria possível nestas situações, o que não corrobora a ideia proposta em Chomsky (1998), segundo a qual a concordância pode ser à distância através de um mecanismo de subida

---

<sup>51</sup> A opcionalidade pode ser problemática porque, conforme vimos ao longo deste capítulo, o movimento-A é obrigatório e não é muito consensual, na literatura sobre esta matéria, que a força dos traços possa variar numa mesma língua.

de traços, e que obrigaria à existência de acordo obrigatório entre o sujeito e o verbo mesmo em contextos inacusativos, o que nem sempre acontece, como vimos nos exemplos do PEC coloquial.

Contudo, também no PEC há problemas para a análise de Belletti pois, se o caso partitivo é normalmente associado a DPs indefinidos, no PEC é possível a ocorrência de sujeitos definidos *in situ*, pelo que não é linear falar de caso partitivo para explicar estes contextos. De qualquer forma, parece-nos que a solução de Caso para DPs sujeito pós-verbais passa de facto pela atribuição de outro Caso que não o nominativo (o acordo não é obrigatório em ordens VS), sendo que este continua a ser verificado em [Spec, IP] por um *pro* expletivo (Princípio EPP). Esta análise é a mesma que é proposta para o inglês, uma língua na qual só é possível a ocorrência de sujeitos pós-verbais em contextos inacusativos, sendo obrigatória a inserção de um pronome expletivo lexical na posição de [Spec, IP], sendo que no PEC este é nulo, ou seja, não tem conteúdo lexical.

Mantemos, pois, a ideia de que há duas hipóteses para o sujeito em construções inacusativas, a posição de [Spec, IP] para as ordens SV, e a posição de complemento de V, para as ordens VS. Relativamente a Caso, o DP sujeito verifica nominativo em [Spec, IP], quando é para lá movido (ordens SV), sendo o acordo sempre obrigatório. Quando em posição pós-verbal parece haver ambiguidade, pelo que duas situações são possíveis: ou o verbo é inacusativo e, ao contrário dos transitivos e dos inergativos, permite que o sujeito fique dentro de VP, pelo que as ordens VS são possíveis em contextos não marcados, ou então estamos a assistir a uma reanálise da categoria concordância que, de forma sistemática em todos os casos em que há VS, impõe a realização de um expletivo em [Spec, IP] com o qual vai partilhar traços de concordância. Este tipo de análise, na qual o sujeito fica na sua posição base nas ordens VS, também não é problemática se se assumir, seguindo Bobaljik (1995), que a atribuição de caso morfológico é independente da posição estrutural que o sujeito ocupa (cf. 3.2.2.2.).

**PARTE 2 – Análise do português dos séculos XIII a XVI (os dados do CIPM)**



## CAPÍTULO 5

### CONSTRUÇÕES TRANSITIVAS E INACUSATIVAS NOS SÉCULOS XIII A XVI

São várias as descrições existentes na literatura sobre ordem de constituintes em estádios anteriores do português, nomeadamente, Huber (1933), Pádua (1960), Mattos e Silva (1989), Salvi (1990, 1993), Benincà (1983-84, 1995), Torres Morais (1993), Martins (1994, 1999, 2000b, 2000e), Ribeiro (1995a, 1995b) e Kaiser (1999), só para referir algumas. Neste capítulo, vamos seguir as descrições apresentadas em alguns destes trabalhos e, de algum modo, tentar corroborá-las com os nossos dados.

Sem dúvida que o trabalho pioneiro de Pádua (1960) constitui um marco na descrição de textos da época em estudo e, apesar de escasso no que toca à análise dos dados, denota uma intuição linguística bastante actual. Este trabalho dá-nos a observar a existência de uma enorme variedade de construções no português medieval (ou “língua arcaica”, usando o termo da autora), condicionada não só por factores “intelectuais e psicológicos” (que se reflectem em todas as produções linguísticas), mas também pela influência latina.

Pádua define a ordem SVX (a mais frequente no PA) como sendo estruturalmente românica, existindo desde as produções mais remotas e pré-figurada no próprio latim vulgar. Como factor decisivo para o predomínio desta ordem, Pádua aponta a evolução morfológica na sintaxe, já que a colocação média do verbo nas línguas românicas terá sido condicionada pelas variações morfológicas que conduziram ao desaparecimento do sistema casual do latim.

Nas palavras da autora, “[o] sujeito pode iniciar a frase, sendo seguido do verbo e do seu complemento. É esta a construção mais clara, em que a ideia é traduzida com maior capacidade de ser perceptível. Em todas as línguas românicas ela goza desse privilégio de clareza e representa um esforço de racionalização e disciplina. A ideia vai-se desenvolvendo do conhecido para o desconhecido – do sujeito para o verbo – cujo sentido é totalizado pelo complemento que o segue imediatamente” (Pádua 1960: 41).

Esta era a intuição linguística de Pádua em 1960, mas que, apesar de noutros termos, acabámos por confirmar nos capítulos precedentes. Ou seja, concluímos que a ordem básica, ou não marcada, de constituintes no PEC é a ordem na qual o sujeito é pré-verbal e o objecto segue o verbo. Vimos, igualmente, que a ordem pela qual os

constituintes surgem na frase pode codificar informação relativa à estrutura discursiva da mesma, sendo a posição pós-verbal reservada a focos, ou informação nova, e a posição pré-verbal associada a informação conhecida do universo do discurso, ou tópicos.

Em Mattos e Silva (1989) é feita uma descrição detalhada de alguns aspectos da sintaxe do PA com base na análise de um *corpus* constituído por diferentes tipos de orações: principais afirmativas e negativas, interrogativas e subordinadas (relativas, completivas e circunstanciais). Desta análise a autora conclui que:

“a. A ocorrência das seis ordens possíveis, considerando-se sujeito, verbo e complemento, só documentamos nas completivas e circunstanciais. É necessário destacar que são mais frequentes nos diversos tipos de enunciados analisados as ordens SVC, SCV quando o complemento é pronominal, e CSV, típica das relativas de Tipo II.

b. Quando o sujeito está presente, representado por pronome ou por sintagma nominal, ressalta a constante predominância da ordem «normal» ou «lógica», SVC.

c. Em todos os tipos de enunciados analisados é constante a predominância do sujeito marcado no morfema número-pessoa do verbo núcleo do sintagma verbal.

d. Estando o sujeito representado por pronome ou sintagma nominal, predomina a sua contiguidade ao verbo e a preferência marcante por sua anteposição. O sujeito posposto, em geral, pode ser explicado por factores sintácticos, como seja a presença de circunstanciais antes do verbo, ou por factores semânticos, como seja o tipo de verbo [...]. Em qualquer caso, entretanto, o sujeito posposto torna-se, sem dúvida, destacado ou mais realçado no enunciado.

e. É constante a anteposição do complemento nas subordinadas quando representado por pronome; nas principais afirmativas a posição do complemento pronominal é variável, embora mais usual a sua posposição ao verbo, enquanto nas principais negativas o complemento pronominal é anteposto.

f. Quando o complemento está representado pelo sintagma nominal a sua posposição ao verbo é mais constante; quando ocorre anteposto, quer nas principais quer nas subordinadas, nota-se que adquire maior destaque no sentido, tornando-se mais marcado que o sujeito.

g. A posição do verbo depois do sujeito e do complemento é pouco frequente, excepto no Tipo II das relativas, em que o complemento é o próprio relativo, e o sujeito, em geral, a ele segue; e, com menor frequência, no Tipo I das relativas em que o sujeito é o pronome relativo.

h. Diante desses factos, vê-se que a disposição menos marcada é SVC, que é também a mais frequente, sendo mais marcadas aquelas disposições em que o sujeito sucede o verbo e/ou o complemento representado por sintagma nominal antecede o verbo.”

(Mattos e Silva 1989: 835-836)

Assim, todas as ordens, ou combinações de constituintes, encontram-se atestadas no PA em estruturas com verbos transitivos, a saber: SVC, SCV, VSC, VCS, CVS e CSV. As descrições que nos serviram de base a este trabalho, bem como os nossos próprios dados, mostram que, de todas estas, a primeira (a “ordem directa”, segundo a terminologia de Pádua, ou a “ordem normal”, para Huber 1933), é a ordem não marcada, o que, aliás se verifica de igual modo no PEC (cf. capítulos anteriores).

Tendo presentes estes pressupostos, vamos assumir Martins (1999, 2000b, 2000e), que se apoia teoricamente em Kayne (1994), admitindo que, no caso do objecto, toda e qualquer ordem é derivada a partir da ordem básica VO, quer por *scrambling*, quer por deslocação à esquerda ou ainda por adjunção. O sujeito pode ser pré- ou pós-verbal consoante a estrutura em que ocorre, transitiva ou inacusativa. Recorde-se que a ordem de palavras não marcada numa dada língua, nomeadamente o português, é aquela que é neutra ao nível do discurso, não atribuindo nenhuma ênfase especial a nenhum dos elementos da oração.

Relativamente ao PA, apresenta algumas ordens de constituintes que não são observáveis no PEC, ou seja, trata-se de uma língua na qual é possível dar conta de mais ordens OV com DPs plenos, e não só em orações dependentes. Isto significa que havia muito mais ordens OV derivadas da ordem básica VO e, como o PA era também uma língua com movimento do verbo para o domínio de IP (cf. 6.1.1.), as frases com objecto anteposto ao verbo vão ser analisadas como envolvendo movimento para a esquerda do mesmo.

Neste capítulo que agora se inicia, pretendemos investigar se o comportamento sintáctico dos verbos que ocorrem, tanto em construções transitivas, como inacusativas, tem alguma expressão nas diferentes ordens de constituintes, tendo por base os

pressupostos enunciados nos capítulos anteriores. A análise que a seguir se apresenta incide sobre os dados dos documentos portugueses do século XIII ao século XVI (literários e não literários) acedidos através do *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13* (Xavier et al. 1999) e do CIPM. Foram considerados os verbos que entram em construções transitivas e inacusativas, sendo que, a maioria deles, mais exactamente 10, dentro de uma mesma acepção, constituem pares ergativos-transitivos<sup>1</sup>. Considerámos um total de dezoito verbos no *corpus* seleccionado, e são eles: *acabar, ajuntar, arder, casar, colgar, começar, correr, danar, entrar, filhar, jazer, melhorar, partir, queimar, sarrar, seguir, sentir e tornar*.

### 5.1. Descrição das ordens de constituintes em frases temporalizadas

Nos pontos seguintes serão descritas e quantificadas as ordens de constituintes das frases atestadas no *corpus*, em que ocorrem os verbos referidos em 5. A descrição é apresentada século a século e tem em conta o tipo de texto, literário ou não literário. Observaram-se as frases dividindo-se em três grupos: frases temporalizadas com apenas um verbo (ponto 5.1.); frases com formas participiais (em 5.2.); frases com dois verbos, estando o verbo principal no infinitivo ou no gerúndio (em 5.3.).

Começaremos então pelos textos não literários do século XIII, com que iniciámos este trabalho. Conforme foi referido na introdução deste capítulo, foi a partir do *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13* que extraímos as formas verbais que manifestam um comportamento sintáctico tanto transitivo como inacusativo, pelo que é exactamente pelos textos que estiveram na base do dicionário que vamos começar. Analisaremos depois os textos literários do século XIII/XIV, e procederemos do mesmo modo para cada século. No final da descrição de cada século faremos um apanhado geral das situações encontradas.

#### 5.1.1. Século XIII<sup>2</sup>

Conforme avançámos no parágrafo anterior, o século XIII serviu como ponto de partida para esta descrição, uma vez que tivemos acesso ao referido dicionário. De

---

<sup>1</sup> Alguns dos verbos que entram em construções transitivas e inacusativas são verbos que, dentro de uma mesma acepção, entram em pares ergativos-transitivos, no sentido em que o argumento Tema, sujeito da construção inacusativa, é o complemento da construção transitiva. São exemplo de verbos que entram em pares ergativos-transitivos os verbos *acabar, arder, casar, começar, entrar, melhorar, partir, queimar, sarrar e tornar*.

<sup>2</sup> Quando nos referimos ao século XIII na sua totalidade, isto é, sem distinção entre textos literários e não literários, queremos também referir os textos das *Vidas de Santos* (século XIII/XIV).

facto, no século XIII este conjunto de dezoito verbos tem um comportamento duplo e às vezes triplo. Por exemplo, o verbo *correr* pode ter usos transitivos, inacusativos e inergativos, assunto que retomaremos no ponto 6.8. O comportamento sintáctico destes verbos não se mantém ao longo dos quatro séculos, assunto que não deixaremos de assinalar em 5.4.1. Passamos então à descrição detalhada das ordens de constituintes encontradas no século XIII, começando pelos textos não literários.

#### 5.1.1.1. Textos não literários

Foram isoladas 430 frases<sup>3</sup> do *corpus* de textos não literários do século XIII que incluem os verbos em análise. Quantificaram-se, conforme mostra o quadro seguinte, separando as construções transitivas das inacusativas.

Quadro 1 – frases analisadas (430)

	1. Vfin	2. Vfin Vinf	3. Vfin Vger
<b>Transitivas</b>	149	61	-
<b>Inacusativas</b>	178	37	5
<b>Total</b>	327	98	5

Optou-se por analisar num único grupo as 327 frases do grupo 1 (orações temporalizadas), e noutra grupo as 103 frases dos grupos 2 e 3, que apresentam orações infinitivas e gerundivas. Os contextos infinitivos serão abordados mais em pormenor no ponto 5.3., após a descrição dos contextos temporalizados em todos os séculos e em todos os tipos de texto. Esta divisão justifica-se porque nas frases do primeiro grupo existe apenas um sujeito de uma oração com um único conteúdo proposicional verbal, enquanto nas frases do segundo grupo poderá haver dois sujeitos que, se existirem, estão associados necessariamente a duas orações e a dois conteúdos proposicionais. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (1) a. E o alcaide porq(ue) iuygou torto e **mandou fillar** o q(ue) nõ deuya,  
(1280?, FR, 86v)

<sup>3</sup> Voltamos a referir que este número não contempla as formas participiais, uma vez que procederemos, em 5.2., à sua descrição e análise mais detalhada.

b. E se o pessoeyro s' aagrauar do juyzo qual quer q(ue) lhy derẽ, quer seya juyzo fijdo quer outro, e se se del alçar, possa seguir o alçamento por aquella p(es)suaria meesma e se nõna q(ui)ser seguir, façao a sab(er) ao dono da uoz q(ue) uaa ou q(ue) **enuij outro p(es)soeyro por sy a seguir aquel alçamento.** (1280?, FR, 82r)

Em PEC, quer se trate de orações independentes, quer dependentes, verifica-se que a ordem básica de constituintes, no que respeita ao verbo e seus complementos (à exceção dos contextos marcados de topicalização e focalização) apresenta o verbo a anteceder os complementos, característica das línguas VO. Por contraste, nos contextos estudados do PA verifica-se que os complementos subcategorizados pelo verbo são pós-verbais nas orações independentes (2a) e tanto podem ser pós-verbais (2b) como pré-verbais (2c) em orações dependentes:

(2) a. Todo omẽ q(ue) p(er) seu grado messes alheas q(ue)yमार ou casas ou monte queymar, **queymẽ el por en.** (1280?, FR, 135r)

b. pero mãdamos que a eygreya nõ d(e)ffenda nenhuu roubador conesçudo nõome q(ue) de noyte **queymar as messes** ou cortar uĩhas ou aruores ou arrãcar marcos das h(er)dades ou quabrantar ou rũp(er) eygreyas ou cemiterios matando ou fferindo. (1280?, FR, 76v)

c. Se alguu omẽ **vinha alhea** talhar ou desaraygar ou **queymar**, peytea a seu dono cõ outras duas taes & tã bõas, sen aquela que danou que deue a ficar a sseu dono (1280?, FR, 131r)

Julgámos importante analisar separadamente as 327 orações temporalizadas com um verbo, considerando um grupo de orações independentes e outro de orações dependentes, separando-se e quantificando-se, também, as orações transitivas e as inacusativas, como se pode ver no quadro 2:

Quadro 2 – Frases temporalizadas: V (327)

	<b>Independentes</b>	<b>Dependentes</b>	<b>Total</b>
<b>Transitivas</b>	53	96	149
<b>Inacusativas</b>	42	136	178
<b>Total</b>	95	232	327

Conforme se constata, os registos de construções inacusativas e transitivas temporalizadas com verbos que entram em construções transitivas e inacusativas encontram-se em maior número em contextos subordinados. Nestes casos verificou-se que ou a posição de Comp se encontra lexicalizada por *que/se*, como em (3a-d), ou um constituinte-Wh se encontra em [Spec, CP], por exemplo em (3e, f).

- (3) a. E como os bispos e os p(re)lados das eyg(re)yas os juygarẽ por ereges **q(ue) os queyme** se nõ se quis(er) tornar aa s(an)c(t)a fe e faz(er) mandamẽto da S(an)c(t)a Eyg(re)ya. (1280?, FR, 130r)
- b. sse estes estrumẽtos q(ue) nos mãdam(os) ffazer comtradysserẽ q(ue) nõ ualhã nõ pod(e)m teer **q(ue) o ffeyto da erdade sse torne**. ao da p(ri)meyra cõmo quãdo [ff]oy o alquayd(e) Cytado p(or) carta d(e)l. Rey. a d(e)mandar quada hũu sseu d(e)reyto. (1292, CHP044, sf)
- c. E nõ huũ nõ seia ousado de filhar deles nõ hũa cousa sã mãdado de seus donos, saluo **se as filhar** polas guardar a seus donos. (1280?, FR, 149r)
- d. E **se ella casar** cõ alguu que nõ seya (con)uenauil a ella nõ p(er)[a] seu linagẽ, ou se se for cũ alguẽ en maneyra q(ue) seya onta della ou de seu linagẽ, seya outrosy deserdada do q(ue) ouue ou do q(ue) auia d' auer d(e) bõa d(e) seu padre ou d(e) sa madre. (1280?, FR, 103v)
- e. pero mãdamos que a eygreya nõ d(e)ffenda nenhuu roubador conesçudo nõome **q(ue)** de noyte **queymar** as messes ou cortar uĩhas ou aruores ou arrãcar marcos das h(er)dades ou quabrantar ou rûp(er) eygreyas ou cemiterios matando ou fferindo. (= 2b)

f. E esto meesmo mandam(os) dos fiadores **que entrã** en fiadoria por outrã que ayã aquellas deffensoes q(ue) auiã aq(ue)les por que fiaua. (1280?, FR, 97r)

Sendo aqueles elementos desencadeadores de próclise, observa-se em (3a-c) a elevação de pronomes clíticos, como acontece em PEC. Mas, ao contrário do que acontece em PEC, à esquerda do verbo encontram-se também DPs plenos complementos Tema do verbo, por exemplo em (2a, c) atrás. Assim, a ordem OV ocorre nas orações dependentes em alternância com a ordem VO.

Relativamente às orações transitivas dependentes do quadro 2, que são 96, estão distribuídas pelas ordens seguintes: 43 apresentam a ordem OV e 45 verificam a ordem VO; nas restantes 8, o objecto não está expresso. Observem-se os exemplos (4a-c), que ilustram cada uma destas ordens:

- (4) a. q(uẽ) enesta guysa **emp(re)stido filhar**, non é teudo d(e) dar aquella cousa que filhar ca logo que o filha, logo é seu e pode del faz(er) come de seu, (1280?, FR, 122v)
- b. Vener(ũ) a uila e **fila[rũ]li o porco** ante seus filios e comerũsilo. (1214?, NT, sf)
- c. Cõuen a ssaber **q(u)omo p(ar)tim(os)** & en qual logar começamos a p(ar)tir & a demarcar & a poer & alçar padroes por marcos. & por coutos ensembra cũ esse Thome p(er)iz seu porteyro d' el Rey. (1265, CA04, 75vA)

Numa língua VO, como já é o PA (cf. Martins 2000b, 2000e), assumimos que qualquer instância da ordem OV indicia por si só que houve movimento sintáctico do objecto, assunto ao qual voltaremos mais adiante. Interessa agora, no entanto, não apenas quantificar mas, principalmente, observar a natureza dos objectos pré-verbais. Verifica-se que, das 43 orações com objecto anteposto, 22 correspondem a proclíticos, 11 são constituintes-Wh e 10 são DPs, o que se ilustra nos exemplos (5):

- (5) a. E ante q(ue) **as filhẽ** en esta g(ui)sa chamẽ o alcaide do lugar, se o pod(er)em auer, e os outros homees boos do lugar (1280?, FR, 149r)
- b. E der(ũ)li #XVIII morabitos **q(ui) li filar(ũ)**. (1214?, NT, sf)
- c. Se alguu omẽ **vinha alhea** talhar ou desaraygar ou **queymar**, peytea a seu dono cõ outras duas taes & tã bõas, sen aquela que danou q(ue) deue a ficar a sseu dono cuya era an(te). (1280?, FR, 131r)

Podemos resumir as contagens das ordens VO/OV nas orações transitivas temporalizadas independentes e dependentes do grupo 1 (V) no quadro 3.

Quadro 3 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas dos textos não literários do século XIII (149)

	VO	OV	VO <sub>nulo</sub>
<b>Independentes</b>	47	4	3
<b>Dependentes</b>	45	45	5
<b>Total</b>	92	49	8

Observa-se que, nas orações transitivas temporalizadas só com um verbo, a ordem OV predomina nas orações dependentes – 45 por oposição a 4 nas independentes. Estas últimas correspondem a 3 contextos de próclise e apenas uma vez o objecto é realizado por um DP lexical (*toda a quarta parte de quãto auya **partã** antre sy aquelles*). Relativamente à ordem VO, esta é a mais frequente e ocorre em orações independentes e dependentes em idêntica proporção, 47 e 45 vezes, respectivamente. É de salientar que o número de ocorrências de cada uma das ordens VO/OV é idêntico nas orações dependentes.

Ao observar a posição do sujeito, encontra-se o seguinte: das 149 ocorrências de transitivas temporalizadas (quadro 2 e quadro 3), 88 são orações com sujeito nulo e 61 com sujeito expreso.<sup>4</sup> As primeiras apresentam 83 ocorrências com objecto expreso e apenas 7 sem o objecto realizado lexicalmente. Quando o sujeito está expreso, em

<sup>4</sup> Proporcionalmente, há mais ocorrências de sujeito nulo em contextos transitivos do que em construções inacusativas.

apenas 6 ocasiões se encontra posposto, e sempre realizado como DP pleno, como se pode observar em (6):

- (6) a. E se nenhuu yrmao ñ ouu(er) da parte d(e) seu padre, ou se o padre ou a madre aya mãdado todo o seu, **toda a quarta parte de quãto auya partã** antre sy **aquelhes a q(uê) faz a manda** e as #III partes aya este filho ou os q(ue) depouys ueerẽ. (1280?, FR, 117v) [O V S]
- b. Se o senh(ur) leyxallo vassallo sen culpa do vassallo ou se p(er) seu praz(er) **filhar o uassallo outro senhor**, ñ lhy tornen nen hua cousa d(e) quanto lhy deu, saluo as lorigas e as b(ra)foneyras q(ue) del ouue q(ue) mandamos q(ue) lhas entregue. (1280?, FR, 119v) [V O S]
- c. E se o aq(ue)l q(ue) ñ quis faz(er) a parede quiser algũa cousa agarimar aa parede **filheos o dono do logar** q(ue) fez a parede e seya sua. (1280?, FR, 106v) [V O S]
- d. p(er)o se hy alguũ h(er)dam(en)to cõparar ou gáánar don G(onsal)o garcia. ou dõna Mayor g(onsa)luiz **p(ar)tãno ambos** p(er) meyo. (1270, CA10, 98vB) [V O S]
- e. E se aruor steu(er) ena h(er)dade d(e) muytos, **partã os fruytos cada huu** segundo o que ouu(er) na h(er)dad(e). (1280?, FR, 108r) [V O S]
- f. E quẽ q(ue)r q(ue) lança ou Azchhũa **filheas** a eles **o Mejrinho** . e p(ei)te ao Mejrinho p(or) cada lança ou p(or) cada Azchhũa. #ij M(a)r(avedi)s. (sd, CHP068, sf) [V O S]

Quanto às orações com sujeito anteposto, 32 são ocorrências de DPs plenos e 24 correspondem a relativos.

Passando agora às construções inacusativas temporalizadas, que são 178 (grupo 1), 116 apresentam o sujeito lexicalmente expresso e 60 têm sujeito nulo, sendo a ordem predominante SV, com 100 atestações, o que contrasta com os 16 exemplos com o sujeito posposto ao verbo. Observem-se alguns exemplos:

- (7) a. E se **alguũ omẽ y iazia** soterrado d(é) a ffoffa a sseu dono liure e peytelli #CC s(oldos), a meyadade al rey e a meyadade a seu dono da fossa. (1280?, FR, 143v) [S V]
- b. deu ele a nos en logo de câbo p(er) ssa bõa uóontade e de sseu bóo (com)plazimêto. **o Casal de Lourido q(ue) iaz** ãna ffreyguesia de san ffraustro cõ todos sseus dereytos e ssas p(er)téénças cõ esse h(er)damêto q(ue) trage Johan(e) Lourêço nosso frade. (1287, CHP020, sf) [SV]
- c. Qvando alguas aruores stan en t(er)ra dalguu ome e **colgã os ramos** subre out(ra) h(er)dade, todo o fruyto seya daq(ue)lle en cuya t(er)ra stan. (1280?, FR, 108r) [V S]
- d. E devem(os) a ssaber que por q(ua)l guisa quer que ome responda, ou negando ou ortugando, **(con)pece o pleyto**. (1280?, TP, sf) [VS]

Em suma, nas construções transitivas há 59% de ocorrências com sujeito nulo, por oposição a 41% com sujeito realizado, das quais apenas 8% apresentam a ordem VS. Nas inacusativas observa-se a tendência inversa (cf. nota 4), ou seja, as ocorrências com sujeito exposto correspondem a 65,1% dos contextos, sendo 13,7% atestações da ordem VS, enquanto os sujeitos nulos ocorrem em 33,7% dos casos.

Passemos agora à descrição do que encontramos nos textos literários deste século.

#### 5.1.1.2. Textos literários

Relativamente aos textos literários do século XIII/XIV, resumem-se no quadro 4 os contextos analisados.

Quadro 4 – frases analisadas (159)

	1. Vfin	2. Vfin Vinf	3. Vfin Vger
<b>Transitivas</b>	37	8	-
<b>Inacusativas</b>	87	24	3
<b>Total</b>	124	32	3

À semelhança do que fizemos anteriormente, para os textos não literários, vamos analisar separadamente orações temporalizadas e não temporalizadas, começando pelas primeiras, que se resumem no quadro 5:

Quadro 5 – Frases temporalizadas: V (124)

	Independentes	Dependentes	Total
<b>Transitivas</b>	22	15	37
<b>Inacusativas</b>	36	51	87
<b>Total</b>	58	66	124

Verifica-se que as construções transitivas são 37 – 22 independentes e 15 dependentes – e as inacusativas são 87 – 36 independentes e 51 dependentes. As construções com infinitivo são, no total, 32, repartindo-se entre 8 usos do infinitivo enquanto transitivo e 24 como inacusativo, assunto que retomaremos no ponto 5.3. Finalmente, as gerundivas só ocorrem em construções inacusativas e são apenas 3, 1 independente e 2 dependentes, conforme se pode observar nos exemplos seguintes:

- (8) a. E des que foy muito atormêtida ã estas penas. e **jazendo**. asy coyta da. ella se achou fora. e vyo a clarydade do ango (séc. XIII/XIV, VS5, 127v)
- b. E ela como êtrou lançou-sse em terra e **jazendo** e teendo os pees do s(an)c(t)o bispo Nono e sua cabeça cub(er)ta de ciinza, fortes vozes e grandes de muy gram door e de afluçom e choros dando, os pees do (san)c(t)o bispo Nono regava e molhava e com se(os) cabelos os alinpava (séc. XIII/XIV, VS3, 78r, v)

c. Este cavaleyro veeo a adoecer de morte. e **jazendo** asi muito aficado como morto tod(os) cuydavã que era morto. (séc. XIII/XIV, VS5, 124r)

d. E **ella jazendo** chorando os malles que avya fect(os). rrecontãdo suas mĩguas por que aquellas penas padecia. e a pouca d' óóra achou-se fora. e nõ soube p(er) que guisa sayra. (séc. XIII/XIV, VS5, 127r)

Começaremos pelos contextos transitivos finitos com um só verbo, que são 37, os quais apresentam 30 atestações - (81%) - com sujeito nulo e apenas 7 - (19%) - com o sujeito expresso. Em 4 casos o sujeito é pré-verbal, correspondendo à ordem SV como nos exemplos (9a-d). De salientar o facto de, em (9d) a ordem OSV (muito raramente atestada) corresponder a um contexto proclítico com o sujeito (realizado por um pronome pessoal) interpolado entre o clítico objecto e o verbo em forma finita. Dos nossos exemplos em (9), em apenas duas situações o sujeito é pós-verbal, ocorrendo nas configurações VOS, como em (9e) (exemplo no qual o objecto é um pronome enclítico) e OVS, como em (9f) (no qual o objecto é, contrariamente ao caso anterior, um proclítico). Observem-se as atestações encontradas:

(9) a. Era hũu mãcebo de dias filho de muy grãde linhajem, mas avia pouco cuidado de sua alma. que **sua mãcibya e sua fremosura o tornava** em pouco siso e em vaydade deste segre. (séc. XIII/XIV, VS5, 124r)

b. Por certo **tu seguiste** e es semelhavel a Judas. (séc. XIII/XIV, VS3, 80r)

c. Oo maravilhosa nova que se non pode diz(er), os olhos humanaes vem ã ty brãcura e **o gosto sente ã ty sabor** e olor sente ollor e o tanger acha sotileza, (séc. XIII/XIV, VS4, 92r)

d. Vinde veer amadores do mundo o que eu (con)vosco gaanhey como **ho eu aquy queymo** e desy po-sse-lhe o ffogo e queymou-o (séc. XIII/XIV, VS1, 67r)

e. E des que erã derrytidas tornavã-sse como dantes eram. e **filhavõ-nas os diabóós** com garfos de ferro e cõ tenazes (séc. XIII/XIV, VS5, 30r)

f. E assy **nos ajuntou asũados a graça de Deos** que he boõ pastor que deu a ssua alma por nosso rremímento. (séc. XIII/XIV, VS7, 52r)

Relativamente ao objecto, nestas 37 ocorrências apenas em 6 ele não é expresso lexicalmente, como em (9b), sendo a ordem VO a que mais se observa, com 24 atestações, exemplos (9c, e), contra apenas 7 da ordem OV (cf. (9a, d, f) acima). Nestas 7 ocorrências, 4 vezes o objecto é um proclítico, como em (9d, f), e também em (10a), noutras 3 é um Wh relativo, como em (10b), e apenas uma vez é um DP pleno, numa oração subordinada, conforme se mostra em (10c):

(10) a. E sayã do poço e voavã em gram chama de fogo que **as qu(e)ymava todas**. (séc. XIII/XIV, VS5, 31r)

b. Irmaa amiga con Irmaa amiga (co)njuro-te p(er) Deos que nõ leixes de (con)tar **o que começaste** mais dy todas as cousas p(er)a me hedificares (séc. XIII/XIV, VS7, 58r)

c. Nõ he ainda tenpo, mais se **o meu caminho seguires**, çedo verras aq(ui). (séc. XIII/XIV, VS2, 74r)

Relativamente aos contextos inacusativos, que são 87 no total, há 43 casos de sujeito nulo, o que corresponde a sensivelmente metade do total (49%), e 44 sujeitos lexicalmente expressos (51%).

Sempre que expresso (44 vezes), o sujeito surge 25 vezes em posição pré-verbo finito e 19 vezes na sua posição dita base (visto tratar-se de construções inacusativas), ou seja, na configuração VS. Observem-se os exemplos de (11), que demonstram que o mesmo verbo, e dentro da mesma acepção, permite as duas ordens de constituintes:

(11) a. E estando ella asi t(re)mẽdo e chorãdo. nõbrãdo-se dos males que fezera. vio vïir gram cõpanha de dyabóós. tantos que a casa **hu o corpo jazia** era chea de dentro e de fora. (séc. XIII/XIV, VS, 124v)

b. E q(ua)ndo ãt(rou) Panunção em a çella **hu jazia Esmarado** emfermo começou de sse q(ue)ixar chorando (séc. XIII/XIV, VS6, 49r)

Em suma, nos textos literários do século XIII/XIV, as construções transitivas são 37 – 23 independentes e 14 dependentes – e as inacusativas são 87 – 36 independentes e 51 dependentes.

### 5.1.1.3. Conclusões

Relativamente ao século XIII no seu todo, verifica-se que o fenómeno da posposição do sujeito tem baixa frequência neste *corpus*. Comparando a percentagem de sujeitos nulos nos textos literários do século XIII/XIV e não literários do século XIII, esta é mais alta nos textos literários, com 84%, por oposição aos 60% dos textos não literários. Relativamente ao número de objectos nulos, ele é igualmente reduzido nos dois tipos de texto, seis casos nos textos literários e apenas oito nos não literários. À semelhança do que se observa nos contextos transitivos, também nas estruturas inacusativas dos textos literários há uma elevada percentagem de sujeitos nulos. Assim, nos textos literários há 49% de sujeitos nulos e, nos não literários, esse número é de 36%.

Apresentamos, no quadro 6, os números referentes aos dois tipos de texto em análise, bem como o somatório dos mesmos, por forma a fornecer uma visão geral da ordem de constituintes em todo o século XIII.

Quadro 6 – ordem do sujeito no século XIII

	<b>SVO</b>	<b>SOV</b>	<b>VOS</b>	<b>OVS</b>	<b>OSV</b>	<b>SV</b>
<b>Transitivas</b>	33	18	5	2	5	5
	<b>SV</b>			<b>VS</b>		
<b>Inacusativas</b>	148			42		

Tal como em PEC, a variação da ordem de palavras ocorre tanto em contextos transitivos como inacusativos. Contudo, e como temos vindo a constatar, o número de sujeitos pós-verbais, apesar de reduzido, é proporcionalmente mais elevado nas construções inacusativas.

### 5.1.2. Século XIV

Vamos agora descrever os contextos encontrados no século XIV nos quais ocorrem os verbos em análise e, tal como fizemos para o século precedente, vamos começar pelos textos não literários em 5.1.2.1., passando depois aos literários em 5.1.2.2.

#### 5.1.2.1. Textos não literários

Nos textos não literários do século XIV<sup>5</sup>, em número bem mais reduzido que os literários, como iremos ver no ponto 5.1.2.2., foram apenas contabilizadas 126 ocorrências. Dessas 126, há 38 construções transitivas e todas elas correspondem a contextos dependentes. De salientar uma vez mais a elevada percentagem de sujeitos nulos – 26 do total de 38. Nas restantes 12 o sujeito é realizado lexicalmente e apenas uma vez ocorre depois do verbo que o subcategoriza e é realizado como um DP. As restantes 11 apresentam a configuração SV.

O objecto nulo, à semelhança do que verificámos anteriormente, apresenta uma reduzida frequência, apenas 2 casos num total de 38 construções transitivas. Nas restantes 36 manifesta-se na ordem VO, ou ordem subjacente, em 20 situações, e na “ordem derivada” nas outras 16, nas quais se realiza como um DP em 7 atestações, como clítico em 5 e, finalmente, como Wh nos restantes 4.

Quadro 7 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas dos textos não literários do século XIV (38)

	<b>V O</b>	<b>O V</b>	<b>V O<sub>nulo</sub></b>
<b>Independentes</b>	-	-	-
<b>Dependentes</b>	20	16	2
<b>Total</b>	20	16	2

<sup>5</sup> Convém recordar que, a partir do século em análise, os textos não literários que serviram de suporte a esta descrição são apenas de carácter jurídico-notarial (cf. capítulo introdutório).

Observem-se alguns exemplos das ordens VO e OV:

- (12) a. /.../ /o/me & de toda m/o/lle & a uoz do moest(ey)ro ia d(i)to **entreos** & reęebaos p(er) sua autoridade cū todos los p(er)feytos & lauores & aruores & chantados & casas (1300, HGP008, sf)
- b. (e) **os d(i)tos Aluridos filharõ logo esto ẽ ssj** (e) posserõ día aas p(ar)tes A q(ue) ueessem p(er)Ant(e) el(e)s de sam M(ar)tinho P(ri)meiro q(ue) uẽ A ojto djas. (1329, DN088, sf)
- c. E **eu** p(er) seu mãdado **as d(i)tas c(ar)tas eesta publica forma Torney**. (e) meu sinal pugy q(ue) tal . ff(ei)to foy ẽno dia (e) na E(ra). (e) no Mes de suso d(i)to. (1305, DN112, sf)
- d. assy q(ue) a cõdyçõ dũu nõ sseía melhor q(ue) a do hout(ro) (e) **o q(ue) hũu deles comeęar** q(ue) o out(ro) o posa acabar (1341, DN128, sf)

Em relação aos contextos inacusativos, que são 88 (e só 5 são orações independentes), mantêm a tendência que se tem vindo a observar neste tipo de construção, isto é, há muito poucos sujeitos nulos, apenas 14. Nas 74 atestações com sujeito expreso, 68 são instâncias da ordem SV e as restantes 6 correspondem à configuração VS, com o sujeito realizado sempre como DP.

- (13) a. **o q(ua)L casaL (e) bẽes p(ar)tem** cõ h(er)dad(e)s do d(i)to . M(osteiro). (1372, DN141, sf)
- b. como **p(ar)tem estas Coirelas** cõ L(ourenęo) an(e)s m(er)cador (e) cõ Affonso rrodrigit vasalo deL Rey (e) cõ Domjgas ff(er)nãdiz, (e) cõ nossa h(er)dade,; (1343, DN130, sf)

Segue-se o resumo das ordens relativas do sujeito nos textos não literários do século XIV:

Quadro 8 – ordem do sujeito nos textos não literários do século XIV

	<b>SVO</b>	<b>SOV</b>	<b>OSV</b>	<b>VSO</b>	<b>OVS</b>	<b>VS</b>
<b>Transitivas</b>	7	2	2	-	-	1
	<b>SV</b>			<b>VS</b>		
<b>Inacusativas</b>	68			6		

Após o apanhado feito para a ordem relativa dos constituintes nos textos não literários do século XIV, passamos à descrição do que sucede nos textos literários, no ponto seguinte.

#### **5.1.2.2. Textos literários**

Nos textos literários do século XIV, num total de 516 construções com verbos que entram em construções transitivas e inacusativas, 118 correspondem a contextos transitivos, sendo que apenas dez são contextos independentes, e 398 são construções inacusativas. No caso das inacusativas, a diferença entre o número de orações dependentes e independentes já não é tão acentuado, verificando-se mesmo a tendência oposta: são 234 orações independentes contra 164 dependentes.

Começamos, pois, pelas transitivas. Das 118 que contabilizámos, 78 correspondem a frases com sujeito nulo e 40 têm o sujeito realizado lexicalmente. No que respeita a estas últimas, por 30 vezes a ordem observada é SV e por 10 vezes o sujeito segue o verbo, na configuração VS, correspondendo a 2 sujeitos realizados como pronomes pessoais e a 8 DPs plenos.

Relativamente ao objecto, expresso em todos os contextos menos num, ocorre 102 vezes a seguir ao verbo e por 15 vezes o precede. Seguindo a tendência que se tem vindo a observar para o português, os 15 objectos pré-verbais correspondem a 13 contextos proclíticos e a 2 relativos, sempre em orações dependentes. Observem-se alguns exemplos de orações transitivas finitas com objectos pré- e pós-verbais:

- (14) a. Mas **Freneo e Petreo**, que erã em aquella comarca, **ajuntarom** ally **seus poderes** e pararõ suas aazes pera lidar con Julyo Cesar. (séc. XIV, CGE, 28a)
- b. E el rey outorgoulho e que **o partissem** antre si lealmente, segundo o merecer de cada hũu, e que elle lhes quitava a sua parte. (séc. XIV, CGE, 60b)
- c. E, per esta guisa, **entrou Bellasario e os seus cavalleyros a cidade de Cartago**. (séc. XIV, CGE, 44c)
- d. E acabou a torre do Faron ãna **Crunha que Hercolles começara** e nõ a acabara. (séc. XIV, CGE, 8a)
- e. e por que outrossy o Nosso Senhor Jhesu Cristo nom quis sofrer a sobervha de Audeca, **ajuntou este rey sua hoste** e foy sobre Galiza que era reyno dos Suevos. (séc. XIV, CGE, 49a)

No quadro 9 encontram-se quantificadas as ordens OV/VO em orações transitivas.

Quadro 9 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas dos textos literários do século XIV (118)

	<b>V O</b>	<b>O V</b>	<b>V O<sub>nulo</sub></b>
<b>Independentes</b>	10	-	-
<b>Dependentes</b>	92	15	1
<b>Total</b>	102	15	1

As construções inacusativas encontradas nos textos literários do século XIV, que são 398, apresentam 146 casos de sujeito nulo (uma minoria, portanto), enquanto que, em 252 situações, ele é lexicalmente expresso. A ordem preferencial na qual se encontra o sujeito é a ordem SV, em 178 ocasiões, contra 74 ocorrências da ordem VS.

- (15) a. E **Vallença jaz** sobre o ryo de Xequyr e em seu termho ha hũũ castello que chamã Exativa. (séc. XIV, CGE, 12d)
- b. E so o senhoryo desta cidade **jaz o castello de Labeça** e outro castello que ha nome Bastiz. (séc. XIV, CGE, 13d)
- c. E preto della **corre hũũ ryo que chamã Beença** e he ryo d' augua delgada em toda sazõ. (séc. XIV, CGE, 13c)
- d. E **parte destes ryos correm** ao grãde mar Occiano e os outros ao mar Terreno que he o que corre per Cartagena e per Aljazira. (séc. XIV, CGE, 10d)

Relativamente à forma como os sujeitos, que ocorrem na configuração VS, são expressos, foram contabilizados 63 DPs (a esmagadora maioria), 9 Wh e 2 sujeitos frásicos. Resumem-se no quadro seguinte as sequências encontradas com sujeitos expressos em ambas as construções:

Quadro 10 – ordem do sujeito nos textos literários do século XIV

	<b>SVO</b>	<b>SOV</b>	<b>VOS</b>	<b>VSO</b>	<b>OSV</b>	<b>VS</b>
<b>Transitivas</b>	24	4	4	6	2	-
	<b>SV</b>		<b>VS</b>			
<b>Inacusativas</b>	178		74			

### 5.1.2.3. Conclusões

Fazendo um apanhado geral do que se passa no século XIV, tanto em textos literários como não literários, constatamos que em 642 construções, 486 são inacusativas e 156 são transitivas. Começando pelas construções transitivas, das 157 consideradas, 105 têm sujeito nulo e em 52 ele é realizado, 41 vezes com a ordem SV e apenas 11 com a ordem VS. No que concerne o objecto, só é nulo em 3 situações, nas outras 154 apresenta-se na ordem mais comum, isto é, na ordem VO, por 123 vezes, e na ordem OV apenas 31 vezes.

Quadro 11 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas do século XIV (156)

	<b>V O</b>	<b>O V</b>	<b>V O<sub>nulo</sub></b>
<b>Independentes</b>	1	-	-
<b>Dependentes</b>	121	31	3
<b>Total</b>	122	31	3

Quanto às construções inacusativas do século XIV, que são em maior número que as transitivas, 336 têm o sujeito expresso e em apenas 149 o sujeito não é realizado. Dessas 336, constatámos que 246 apresentam a ordem SV e só em 80 casos o sujeito segue o verbo em forma finita.

Quadro 12 – ordem do sujeito no século XIV

	<b>SVO</b>	<b>SOV</b>	<b>VOS</b>	<b>VSO</b>	<b>OSV</b>	<b>VS</b>
<b>Transitivas</b>	31	6	4	6	4	1
	<b>SV</b>		<b>VS</b>			
<b>Inacusativas</b>	246		80			

Após a descrição do século XIV, passemos a observar o que sucede no século seguinte.

### 5.1.3. Século XV

No ponto que agora se inicia vamos contemplar as ocorrências dos verbos que entram em construções transitivas e inacusativas em textos datados do século XV e, tal como previamente fizemos, vamos começar pelos textos não literários.

#### 5.1.3.1. Textos não literários

As atestações consideradas nos textos não literários somam um total de 178, sendo 157 construções inacusativas (151 dependentes e apenas 6 independentes) e 21 transitivas (todas dependentes). Em relação a estas últimas, apenas 2 apresentam o sujeito realizado, sendo sempre anteposto ao verbo. Quanto ao argumento com função de objecto, só uma vez é nulo, sendo as outras 14 vezes posposto ao verbo e 6 vezes

anteposto. Nos casos em que se antepõe ao verbo, o objecto é realizado 4 vezes como pronome clítico, 1 vez é um Wh e outra um DP. Observe-se o quadro resumo das ocorrências, seguido de alguns exemplos em (16):

Quadro 13 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas dos textos não literários do século XV (21)

	V O	O V	V O <sub>nulo</sub>
<b>Independentes</b>	-	-	-
<b>Dependentes</b>	14	6	1
<b>Total</b>	14	6	1

(16) a. E logo lhe derom dello a posse (e) lugar que **o dito conprador** p(er) ssy (e) p(er) quem elle qujs(e)r **a filhe** (e) a possa filha(r) ssem outra ordem nem figura de Jujzo nem autoridade de Justiça (1483, DN196, sf)

b. as **q(ua)es h(e)rdades & casas & vjnas et vozes eu parto** cõ Sancha Go(me)s, mãja sobrina, moll(e)r de A(fons)o Go(me)s de Çiçãa (1419, HGP134, sf)

c. (...) e lhe enprazou e lhe **ajuntou** ao d(i)to cassall **hũa zenha copeira** q(ue) está junto coo d(i)to moosteiro q(ue) chamam Orgaãees, (1448, HGP147, sf)

As construções inacusativas, que são 157, correspondem a 120 ocorrências com sujeito expresso e 37 com sujeito nulo. Nas 120 atestações com sujeito lexicalizado, 103 apresentam a ordem SV e 17 a ordem VS. Relativamente a estes últimos, todos os sujeitos que ocorrem pospostos ao verbo são DPs plenos em contextos dependentes, menos num caso em que é um constituinte-Wh. Novamente alguns exemplos:

(17) a. E **o d(i)cto chãõ parte** com o d(i)cto çarrado de Johane ãnes (1476, DN193, sf)

b. It(em) mando q(ue) deyt(en) duas pedras de graão ant(e) o d(i)to altar de S(an)ta Agata sobr(e) las duas sepult(ur)as q(ue) estan ant(e) o d(i)to altar, hũa en q(ue) **jas Sancha** Go(me)s et out(r)a en q(ue) **jas Ysabel** (1414, HGP042, sf)

Quadro 14 – ordem do sujeito nos textos não literários do século XV

	SVO	SOV	VOS	VSO	OSV	OVS	SV
<b>Transitivas</b>	-	1	-	-	1	-	-
	<b>SV</b>		<b>VS</b>				
<b>Inacusativas</b>	103		17				

O quadro mostra que as ordens com sujeito pré-verbal são as mais atestadas neste tipo de texto. Vejamos o que sucede nos textos literários em 5.1.3.2.

### 5.1.3.2. Textos literários

Os textos literários do século XV fornecem o maior número de ocorrências ao nosso trabalho, o que se deve, em parte, ao facto de terem um número de palavras sensivelmente superior aos outros. Tendo em linha de conta este facto, foram contabilizadas 516 ocorrências de orações com verbos que entram em construções transitivas e inacusativas, que se repartem entre 157 contextos inacusativos (dos quais apenas 37 correspondem a orações independentes) e 359 contextos transitivos (26 são orações independentes). Saliente-se o facto de, para além de fornecerem o maior número de atestações, também é nos textos literários do século XV que o número de contextos transitivos excede os seus congéneres inacusativos, como vimos, 359 e 157, respectivamente.

Assim, das 359 construções transitivas contabilizadas, 249 não têm o sujeito realizado. Das 110 vezes em que o sujeito é expresso, apresenta-se na ordem SV 104 vezes e em apenas 6 se verifica o oposto, e que correspondem a 4 DPs e 2 constituintes Wh.

Nestas construções transitivas o objecto é nulo apenas 22 vezes, sendo realizado pós-verbalmente 199 vezes e antes do verbo 138 vezes (41 vezes realizado por um pronome pessoal átono, 48 vezes como Wh e 49 vezes como DP). Observem-se alguns exemplos:

- (18) a. Em na estoria, de que **el filhara desprazer**, nom fallavamos ataa que vysesmos tempo convenyente, e que el fosse fora de todo empacho. (1433/1438?, LC, 91v)
- b. E trazia metido no furado **huña pedra verde Roim que çaraua** per fora **aquele buraco** (1500, CPVC, 7r)
- c. Porende tanto que passa **tal vontade syntem**, sse prepõõe mais nom fazer semelhante. (1433/1438?, LC, 79v)
- d. E dyz mais, demostrando que **as** nom **tornou** em vãão: “Arredadevos de mym, os que obrades maldades, ca o ssenhor ouvyo a voz do meu choro”. (1433/1438?, LC, 43r)

No quadro 15 apresentamos os números relativos à realização do objecto em construções transitivas.

Quadro 15 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas dos textos literários do século XV (359)

	<b>V O</b>	<b>O V</b>	<b>V O<sub>nulo</sub></b>
<b>Independentes</b>	22	3	1
<b>Dependentes</b>	177	135	21
<b>Total</b>	199	138	22

As construções inacusativas que, como vimos, são menos que as transitivas, correspondem a 157 atestações, 42 com sujeito nulo. As restantes 115 repartem-se pelas seguintes ordens, SV, 91 vezes, e VS, 24. Quando na ordem VS, o sujeito é um DP pleno em 17 casos (6 em contextos independentes), um constituinte-Wh em 3 ocasiões, igual número de vezes é um pronome enclítico (sempre em contextos independentes) e, na restante ocorrência, é um sujeito frásico. Os exemplos em (19) ilustram a alternância entre SV e VS e o quadro 16, à semelhança do que fizemos anteriormente, resume as ocorrências relativas à realização do sujeito.

(19) a. Se a rraiz da culpa na largueza non se queima, nunca per os ramos poderá sobir a avareza. (1433/1438?, LC, 84r,v )

b. E porem nom som mais que quatro capitaaes e pryncipaaes virtudes, das quaaes se sseguem as defiiinções, e prymeiro da prudencia. (1433/1438?, LC, 67r)

Quadro 16 – ordem do sujeito nos textos literários do século XV

	SVO	SOV	VOS	VSO	OSV	OVS	SV
<b>Transitivas</b>	59	24	1	1	13	4	8
	<b>SV</b>			<b>VS</b>			
<b>Inacusativas</b>	91			24			

O quadro anterior resume o número de ocorrências do sujeito, bem como a ordem pela qual ocorre nos textos literários do nosso *corpus* do século XV. No ponto seguinte apresentamos um sumário do que sucede globalmente nesse século.

### 5.1.3.3. Conclusões

À semelhança do que fizemos para os séculos anteriores, apresentamos um apanhado do que se observa no século XV, relativamente às orações finitas. Assim, contabilizámos um total de 694 ocorrências, que se dividem entre 314 inacusativas e 380 transitivas. Em relação a estas últimas, 268 têm sujeito nulo e 112 têm sujeito expresso. Quando expresso, o sujeito apresenta-se na ordem SV 105 vezes e na ordem VS apenas em 7 ocasiões. Quanto ao objecto, ocorre realizado 357 vezes, sendo que 144 vezes se apresenta na ordem OV e nas restantes 213 na ordem dita básica, ou seja, VO.

Quadro 17 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas do século XV (380)

	<b>V O</b>	<b>O V</b>	<b>V O<sub>nulo</sub></b>
<b>Independentes</b>	22	3	1
<b>Dependentes</b>	191	141	22
<b>Total</b>	213	144	23

As construções inacusativas, em número de 314, apresentam 235 sujeitos não nulos, não sendo realizados nos restantes 79 casos. Relativamente às 236 ocorrências do sujeito, que são as que interessa analisar, correspondem a 194 configurações SV e a 41 VS. No quadro seguinte pode-se ter uma melhor percepção da ordem relativa do sujeito em ambos os tipos de construção.

Quadro 18 – ordem do sujeito no século XV

	<b>SVO</b>	<b>SOV</b>	<b>VOS</b>	<b>VSO</b>	<b>OSV</b>	<b>OVS</b>	<b>SV</b>
<b>Transitivas</b>	59	25	1	1	14	4	8
	<b>SV</b>		<b>VS</b>				
<b>Inacusativas</b>	194		41				

Podemos concluir que a ordem SV é a que mais se observa em todos os tipos de construção (à semelhança do que sucede nos séculos anteriores), e que os casos com inversão, ou VS, ocorrem preferencialmente nas inacusativas.

#### 5.1.4. Século XVI

Este último ponto será dedicado aos dados do *corpus* relativos ao século XVI, que, no que toca aos textos não literários, é bastante reduzido. De qualquer forma, não deixaremos de resumir as ocorrências e dar conta das ordens de constituintes encontradas.

##### 5.1.4.1. Textos não literários

Os textos não literários do século XVI fornecem 118 atestações de frases com verbos que entram em construções transitivas e inacusativas, sendo que, destes, 112 correspondem a construções inacusativas e apenas 6 apresentam uma estrutura

transitiva, todas elas de sujeito nulo. O objecto, nestas 6 construções, é nulo por duas vezes, nas outras 4, é anteposto ao verbo 3 vezes, sempre realizado como constituinte-Wh, e só uma vez segue o verbo, realizado por um DP. Segue-se o quadro resumo das ocorrências, bem como alguns exemplos:

Quadro 19 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas dos textos não literários do século XVI (6)

	V O	O V	V O <sub>nulo</sub>
<b>Independentes</b>	-	-	-
<b>Dependentes</b>	1	3	2
<b>Total</b>	1	3	2

Observemos agora exemplos de ordens VO e OV, respectivamente:

(20) a. quem quer q(ue) sobre elles allgũ embargo, ou Inpedimento lhes poser sob pena de lhos pagar (e) compoer todallas Custas despesas perdas (e) dannos q(ue) os ditos s(e)nn(h)ores Compradores por ello fazerem (e) Receberem (e) lhes **tornar** aallem diso **o dito preço desta vemda** em dobro (1544, DN217, 5r)

b. mãdei vasar carta de vedoria em forma p(er)a os ditos francisquo f(e)r(nande)z (e) p(ero) mendez p(er)a que cõ dous homens bos lauradores vizinhos do dito casall Juntamente em pesoa o fosem ver (e) apeguar con todas suas p(er)tenças canpos vinhas casas auguoas seruentias p(er)a que tudo esp(re)uesem cõ declaração das **cõfrontações** cõ quẽ **partisem** (1545, DN209, sf)

As construções inacusativas dos textos não literários do século XVI são, como dissemos, 112; em 34 não há realização do sujeito e nas outras 78 ele é expreso, repartindo-se pelas ordens SV, em 62 casos, e VS, nos restantes 16, sendo sempre realizado como DP. Apresentamos, novamente, exemplos que ilustram estas sequências, seguidos do quadro-resumo das ordens encontradas, nas quais não se observa muita variação.

(21) a. queria enprazar como de feito enprazou a quebrada de penellas q(ue) o di(c)to m(osteiro) tem sita na freq(uesia) de sam frausto a fernam correa escud(ei)ro m(orador) em a villa de guim(a)r(ãe)s (e) a sua molher mjcía ff(e)rr(nande)z (e) a hũu f(ilho) ou f(ilha) dantre anbos o qual f(ilho) ou f(ilha) hi ño avendo a hũña pessoa quaL o derrad(ei)ro q(ue) delles mais viuer nomear q(ui)ser Em sua vida ou aa ora de sua morte q(ue) nom SeJa de mayor condicam q(ue) elles Com **estas erdades (e) p(er)tenças q(ue) se seguem** (1505, DN200, sf)

b. (e) elles a fezerã cõ J(oa)m fidalgo (e) p(ero) m(art)jz homẽs leigos q(ue) p(er)a ello tomarã p(or) homẽs bõos aJuramẽtados aos sanctos avangelhos **sseguese a veedoria;** (1509, DN201, sf)

Quadro 20 – ordem do sujeito nos textos não literários do século XVI

	SVO	SOV	VOS	VSO	OVS	SV
<b>Transitivas</b>	-	-	-	-	-	-
	SV			VS		
<b>Inacusativas</b>	62			16		

No quadro 20 não são contabilizadas construções transitivas, uma vez que, conforme salientámos no início deste sub-ponto, em todas elas o sujeito não está realizado.

#### 5.1.4.2. Textos literários

As produções literárias do século XVI disponíveis no CIPM são em número bastante reduzido, se compararmos com o que foi possível encontrar para os séculos anteriores, XIV e XV principalmente.

Deste modo, foram apenas contabilizadas 135 frases, divididas entre 107 inacusativas (31 independentes e 76 dependentes) e somente 28 transitivas (das quais apenas 4 são orações independentes). No que concerne estas últimas, as transitivas, há a referir que o sujeito só aparece realizado 11 vezes e apenas 1 vez é posposto ao verbo, na sequência OVS (exemplo 22c).

Quanto ao objecto, complemento do verbo, só por duas vezes ele é nulo, nas outras 26 ocorrências ora segue o verbo, em 20 vezes ocasiões, ora o precede, por 6 vezes apenas, e realizado maioritariamente por um pronome clítico, em 4 ocasiões; por uma vez é um Wh e outra um DP. Seguem-se alguns exemplos:

- (22) a. Tanto que **el rey acabou ho que tanto desejava**, mãdou a seus capitães destruir algũs logares e villas que estavam alevantados e dar seguro a quem ho d elle que rya; (séc. XVI, CRB, sf)
- b. e pellejarão mui bravamente, mas pouco lhe aproveitou, que **Crinarao** em poucos dias **os não entrasse**, e matasse todos, (séc. XVI, CRB, sf)
- c. mas como homens perdidos cometerão o rio pera nelle se averem de salvar, mas como quer que **os seguião tanto numero de gente, e allyfantes**, que estes fazião ynnumeraveis cruexas, (séc. XVI, CRB, sf)

Quadro 21 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas dos textos literários do século XVI (28)

	V O	O V	V O <sub>nulo</sub>
<b>Independentes</b>	3	-	1
<b>Dependentes</b>	17	6	1
<b>Total</b>	20	6	2

As 107 construções inacusativas apresentam 57 sujeitos nulos e 50 lexicais. Estas 50 atestações repartem-se entre 24 sequências SV, das quais 9 são constituintes Wh, 14 DPs e 1 pronome clítico, e 26 ordens VS, todos DPs plenos. Observem-se alguns exemplos relevantes:

- (23) a. tanto que entrão dentro nesta casa temdes de pillar a pylar sobre que ella estaa fumdada muytas covas pequenas em que estão **camdieyros d azeite que ardem**, segumdo me diserão, cada noyte, (séc. XVI, CRB, sf)

b. e nesta cidade estaa elrey o mays do tempo, da bamda do norte são rochas de pedra, convem a saber, **corre hũ rryo** por antre ellas, e o muro estaa por riba d ellas, (séc. XVI, CRB, sf)

Observemos, no quadro seguinte, de que forma se reparte o sujeito pelas ordens encontradas nos textos literários do século XVI:

Quadro 22 – ordem do sujeito nos textos literários do século XVI

	<b>SVO</b>	<b>SOV</b>	<b>VOS</b>	<b>VSO</b>	<b>OVS</b>	<b>SV</b>
<b>Transitivas</b>	9	1	-	-	1	-
	<b>SV</b>			<b>VS</b>		
<b>Inacusativas</b>	24			26		

O quadro 22 indica que, em construções inacusativas, o sujeito ora segue, ora antecede o verbo em idênticas proporções, enquanto que nas transitivas ele é maioritariamente pré-verbal.

#### 5.1.4.3. Conclusões

Resumindo os dados relativos ao século XVI, foram contabilizadas 253 frases, 219 construções inacusativas e 34 transitivas. Nestas últimas há 11 ocorrências de sujeito lexicalmente realizado, sendo que nas restantes 21 o sujeito é nulo. Quando expresso, o sujeito apresenta-se 10 vezes na sequência SV e só uma vez segue o verbo finito, como no exemplo (24), repetido a partir do exemplo (22c):

- (24) mas como homens perdidos cometerão o rio pera nelle se averem de salvar, mas como quer que **os seguião tanto numero de gente, e allyfantes**, que estes fazião ynnumeraveis cruexas, (séc. XVI, CRB, sf).

O objecto, nas construções transitivas, só é nulo 4 vezes. Nos 30 casos em que não é nulo, 21 correspondem à configuração VO e apenas 9 à ordem OV, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 23 – VO/OV nas orações transitivas temporalizadas do século XVI (34)

	<b>V O</b>	<b>O V</b>	<b>V O<sub>nulo</sub></b>
<b>Independentes</b>	3	-	1
<b>Dependentes</b>	18	9	3
<b>Total</b>	21	9	4

As construções inacusativas, que representam a maioria dos casos, com 219 ocorrências, e só 91 não apresentam o sujeito realizado. Nas restantes 128 o sujeito está presente, 86 vezes na ordem SV e 42 vezes na ordem VS. Eis o quadro resumo das ordens encontradas:

Quadro 24 – ordem do sujeito no século XVI

	<b>SVO</b>	<b>SOV</b>	<b>VOS</b>	<b>VSO</b>	<b>OVS</b>	<b>SV</b>
<b>Transitivas</b>	9	1	-	-	1	-
	<b>SV</b>		<b>VS</b>			
<b>Inacusativas</b>	86		42			

Em suma, da observação dos dados para cada século, relativos às frases com um verbo finito, se conclui que: a percentagem de sujeitos nulos é mais elevada em construções transitivas, e esta observação é válida para todos os séculos. Assim, no século XIII, há 63,4% de sujeitos nulos em construções transitivas e 38,8% nas inacusativas, no século XIV verifica-se a mesma tendência, isto é, 66,6% de sujeitos nulos em transitivas e 30,6% em inacusativas, no século XV mantém-se a diferença em igual proporção, 70,5% contra apenas 25,1%, e, no século XVI, os sujeitos nulos em construções transitivas correspondem a 67,4% dos contextos, enquanto nas inacusativas são 41,5%.

Relativamente à ordem pela qual o sujeito ocorre nos dois tipos de construção, observa-se a preferência pela inversão em construções inacusativas, embora a ordem SV seja a ordem maioritária em todos os séculos. Concluimos, pois, que:

a) as ordens SV são as mais frequentes em ambas as construções (transitivas e inacusativas):

Século XIII: 89,5% em construções transitivas e 75,6% em inacusativas;

Século XIV: 78,8% em construções transitivas e 76,1% em inacusativas;

Século XV: 94,6% em construções transitivas e 82,5% em inacusativas;

Século XVI: 91% em construções transitivas e 67,1% em inacusativas.

b) as ordens VS ocorrem, preferencialmente, em construções inacusativas:

Século XIII: 24,3% em inacusativas e 10,4% em transitivas;

Século XIV: 23,8% em inacusativas e 21,1% em transitivas;

Século XV: 17,4% em inacusativas e 5,3% em transitivas;

Século XVI: 32,8% em inacusativas e 9% em transitivas;

c) quando realizado, o objecto segue o verbo que o selecciona, na maior parte dos casos:

Século XIII: 67,4% ordens VO; 32,5% ordens OV (dos quais mais de 90% são proclíticos);

Século XIV: 79,7% ordens VO; 20,2% ordens OV (dos quais 58% são proclíticos);

Século XV: 59,6% ordens VO; 40,3% ordens OV (dos quais 31% são proclíticos);

Século XVI: 70% ordens VO; 30% ordens OV (dos quais 45% são proclíticos);

Passamos agora à análise das construções temporalizadas com formas participiais dos verbos em discussão e aos problemas por elas levantados em textos desta época.

## **5.2. Formas participiais**

Os participios passados “são fundamentalmente formas verbais, que eventualmente podem funcionar como adjectivos” (Malaca Casteleiro 1981: 85), formas essas que podem entrar na formação de tempos compostos, característica que as distingue, no entanto, dos verdadeiros adjectivos. Na gramática tradicional, “tempo composto” designa a sequência formada por um verbo auxiliar e um verbo no participio passado de forma invariável. E aqui um verbo auxiliar é entendido como um “verbo com as marcas de modo-tempo, número-pessoa, de inventário restrito, [ao qual] se

segue outro em uma das chamadas formas nominais – particípio passado, gerúndio, infinitivo – que não trazem as marcas acima referidas e cujo inventário é aberto na língua” (Mattos e Silva 1989: 437). Por outras palavras, “os verbos auxiliares acompanham o núcleo do SV na expressão das categorias linguísticas de tempo, aspecto e modalidade. Ocorrem sempre à esquerda do verbo principal mas podem conjugar-se com diferentes formas desses verbos, e podem vir ou não acompanhados de preposição” (Mateus et alii 1989: 199).

Trata-se, portanto, de uma sequência de tipo V<sub>fin</sub> VPP, que é contígua, e cujo segundo membro é invariável, ou seja, não tem marcas flexionais. Com base nesta evidência, os dados do PA, de acordo com trabalhos de Said Ali (1957), Mattoso Câmara Jr. (1956) e Mattos e Silva (1981, 1989), e.o., mostram que não se pode ainda falar de tempo composto quando falamos de frases com um particípio passado e os verbos *haver* e *ter*, pelo menos enquanto se observar o acordo verbal entre o particípio e o complemento que o segue. Isto porque estes verbos ainda não sofreram o processo de mutação, quer semântica, quer sintáctica, que os vai levar a serem considerados como verdadeiros auxiliares. Quanto à data a partir da qual poderemos falar de tempos compostos a propósito deste tipo de construção, parece não haver grande consenso, embora quase todas concordem numa data posterior à segunda metade do século XIV (cf. Mattos e Silva 1989)<sup>6</sup>, sendo que as frases em que ocorrem até essa data correspondem a estruturas de posse. Segundo Mattos e Silva (1981), é no século XV que se pode falar de tempos compostos com *ter* e *haver*, mas já Alves da Costa (1998) indica como data provável a primeira metade do século XVI, pois só a partir dessa altura desaparece por completo a concordância e se verifica uma preferência evidente pela contiguidade *haver/ter*+VPP ou VPP+*haver/ter*.

Ou seja, “enquanto a forma verbal adjectiva se mantém articulada com o objecto da acção, não há a rigor uma conjugação verbal composta, mas uma construção frasal que põe em evidência um estado de posse” (Mattoso Câmara Jr. *Ibidem*: 82). Os verbos *haver* e *ter* são ainda verbos principais no período de tempo de que nos ocupamos e o particípio que os segue é adjectivo e não verbo. Não sofreram ainda o processo de

---

<sup>6</sup> De acordo com, por exemplo, Naro & Lemle (1977), a construção com *haver*+particípio corresponde a uma estrutura de auxiliarização desde as primeiras produções escritas em português, enquanto que só a partir de meados do século XIV se pode falar de *ter* como auxiliar. A comprovar a primeira afirmação temos uma atestação retirada de um texto do nosso *corpus* textual do século XIII, embora não seja um verbo incluído no grupo de verbos que analisamos: *E plus li a custado uosa aiuda q(u)ali ind(e) ca(e) derdad(e)*. (1214?, NT, sf). A este respeito, Mattos e Silva (1981) contraria Naro & Lemle e é de opinião

gramaticalização que vai torná-los verdadeiros auxiliares, no sentido descrito acima, na formação de tempos compostos. Segundo Naro e Lemle (1977), o tempo composto resulta da reanálise da construção precedente na qual o verbo *ter*<sup>7</sup> é seguido por um complemento cujo núcleo é um particípio adjectival.

Assim, enquanto houver concordância com o complemento não se pode falar de “auxiliaridade” pelo que, à falta de prova em contrário, mantemos a proposta e consideramos as frases nas quais ocorrem os referidos verbos seguidos de uma forma participial como estruturas de posse e não tempos compostos.

Outra das condições que os autores assumem que deve existir para se assumir que há um tempo composto é a adjacência entre os dois verbos, o que sabemos não acontecer, e as ocorrências estudadas são prova disso: das 28 atestações de sequências *haver/ter*+VPP, em 8 casos não há contiguidade entre *haver/ter* e VPP. Observemos o quadro 25:

Quadro 25 – *Terhaver* seguido de particípio.

	Vfin VPP (DP <sup>8</sup> )	DP Vfin VPP	Vfin DP VPP	Total
<b>Século XIII</b>	2	2	1	5
<b>Século XIV</b>	3	8	3	14
<b>Século XV</b>	1	2	1	4
<b>Século XVI</b>	1	1	3	5
<b>Total</b>	6	13	8	28

No conjunto destas 28 atestações, apenas uma vez podemos falar de não concordância inequívoca entre o particípio e o complemento, como em (25):

- (25) E entõ mostrou elle a el rey ã como **avya acabado sua obra** e abryo o cano e fez vñr a augua per elle e a el rey prougue desto muyto e casouho cõ sua filha. (séc. XIV, CGE, 8d)

de que não se pode falar de auxiliarização com *haver*+VPP desde as primeiras produções escritas, uma vez que, nesses textos, há variação entre *ter* e *haver* em estruturas de posse.

<sup>7</sup> Não esquecer que, para estes autores, o verbo *haver* já era auxiliar, daí a referência apenas a *ter* (cf. nota anterior).

<sup>8</sup> Utilizamos aqui o símbolo DP por comodidade uma vez que o constituinte nominal pode também ser realizado por um pronome ou por um constituinte-Wh.

Trata-se de uma ocorrência que apresenta a sequência [*haver* VPP DP] e na qual não se verifica a concordância com o particípio.

A relativa liberdade na ordenação dos constituintes neste tipo de construção (cf. quadro 25) surge, pois, neste caso específico, como indicador favorável à não interpretação destas estruturas como tempos compostos, pois estas deveriam ter uma ordem fixa, *ter/haver*+VPP ou VPP+*ter/haver*.

Os números do quadro acima, no entanto, mostram uma clara preferência pela adjacência entre *ter/haver* e a forma participial, com 19 atestações, mas, destas, conforme salientámos acima, apenas uma pode ser considerada exemplo inequívoco de tempo composto (cf. (25)), pelo que as outras correspondem a estruturas de posse. Observem-se os exemplos (26), em particular o contraste entre o exemplo (25) acima e (26b), retirados do mesmo texto. O primeiro contém claramente um tempo composto e, no segundo, pelo facto de existir concordância do complemento com o particípio, tal não se verifica.

(26) a. Saluo ende q(ue) dessem os sesmeyros q(ue) meteu o cõcelho. a cada hũũ daq(ue)les q(ue) **tíjã as p(re)surias filhadas** aq(ue)lo q(ue) uissem por bẽ e como ualia enõ mellor logo q(ue) ouuesse ãna p(re)suria q(ue) tíjã. (1273, CA19, 126rB)

b. E, depois que **todas estas cousas ouve acabadas**, tornousse pera Itallya. (séc. XIV, CGE, 42c)

c. (e) o d(i)to p(r)ioll dise q(ue) po(r) sy (e) em nome do d(i)to seu most(eiro) **auja po(r) ffylhada a d(i)ta pose** (1437, DN162, sf)

d. e depois de terem **seus bramenes acabados suas serimonias e sacreficios**, diserão a elrey que era tempo, que os pagodes lhe tinham dado synall de vемcimento, que partisse, (séc. XVI, CRB, sf)

Nas frases transitivas, apenas a não concordância com o objecto é evidência para a existência de tempo composto, e somente nos casos em que é expressa através do feminino e do plural há evidência conclusiva para dizer que há de facto acordo entre o particípio e o DP, enquanto que os masculinos singulares não permitem saber se há

concordância. Assim, com base apenas nestes últimos, não podemos falar de tempos compostos. Observem-se alguns exemplos do PEC, que nos ajudam a clarificar esta ideia:

- (27) a. Tenho as casas vendidas. [+acordo]  
b. \*Tenho as casas pintado. [-acordo]  
c. Tenho as casas pintadas. [+acordo]

Trata-se, pois, de uma construção predicativa na qual o particípio não é um verbo mas antes uma forma adjectival. Esta é também a análise de Malaca Casteleiro, para quem a possibilidade de entrar na formação de tempos compostos com *ter/haver* distingue particípios verbais de adjectivos, bem como a possibilidade de entrar na formação do particípio absoluto (assunto a que voltaremos). Ou seja, quando há acordo entre o particípio e o complemento nominal o particípio tem valor predicativo e não verbal e a construção indica posse.

Distinguímos, portanto, entre estruturas de posse formadas com *ter* e *haver* usados como verbos principais seguidos de adjectivo, e estruturas de auxiliarização, nas quais os mesmos verbos são seguidos de particípio invariável, mas das quais apenas encontramos um caso com *haver* (cf. (25)).

Face ao exposto, e uma vez que não temos evidências suficientes que nos permitam desenvolver a análise das construções em causa, optámos por não nos deter mais no assunto.

Vamos, pois, de seguida, analisar as construções predicativas em 5.2.1. Distinguímos, no seio destas, as sequências de *ser*<sup>9</sup>/*estar/andar/ficar*+particípio, em 5.2.1.1., e a construção passiva, em 5.2.1.2. As primeiras caracterizam-se por subcategorizar uma oração reduzida cujo predicado é um núcleo adjectival, que é o predicativo do sujeito, e pelo facto de não denotarem agentividade (dada pelo morfema passivo do particípio passado e redobrado pelo sintagma-*por*, quando expresso). Relativamente à passiva, é formada com recurso ao verbo *ser* e a um núcleo verbal particípio passado passivo, do tipo que a seguir se descreve:

---

<sup>9</sup> *Ser* no sentido de 'estar'.

(28) O livro foi lido (pelo João).<sup>10</sup>

Analisamos, em 5.2.1.3., as construções predicativas adjectivais que designamos por passivas “reduzidas” e que se caracterizam pela elipse do verbo *ser* mas que podem ter o Agente da passiva expresso pelo sintagma-*por*, como em (29):

(29) O bolo (que foi) comido pelo João.

Em 5.2.2. abordamos as construções absolutivas de participio passado com DP realizado, como a seguir se exemplifica:

(30) (Uma vez) acabada a aula, vamos passear ao jardim.

Pretendemos, nos pontos 5.2.1. e 5.2.2., descrever, na senda do que avançámos no capítulo 4, construções que manifestam a inacusatividade ao nível da sintaxe, tanto em construções predicativas, como na construção de participio absoluto, nas quais o argumento nominal subcategorizado tem Caso nominativo, o que fica provado pela agramaticalidade de (31a'-b'):

- (31) a. Foi lido o livro.  
a'. \*Foi lido-o.  
b. Acabada a aula, vamos passear no jardim.  
b'. \*Acabada-a, vamos passear no jardim.

Da nossa descrição, para além das construções de posse, excluímos ainda os participios usados como adjectivos “puros”, uma vez que “o emprego como adjectivos dos participios passados dos verbos transitivos é derivado, de forma natural, a partir destes” (Malaca Casteleiro *Ibidem*: 89) e o seu uso não se enquadra em nenhuma das construções por nós consideradas. Estes empregos exemplificam-se em (32).

---

<sup>10</sup> Note-se que, neste tipo de construção, o Agente da passiva pode estar ausente ou ser representado pelo sintagma-*por*.

(32) a. E andavã naq(ue)lla chama muitas almas mesturadas cõ os diabóós. e levãtavõ-sse como moxões e cayã como **folhas q(ue)ymadas** (séc. XIII/XIV, VS5, 130v)

b. E por que sobr' esta lembrança que traz suydade muytos encorrem em pecado, tristeza e desordenança da voontade, lembrandolhes por vista d' homêãs e **mulheres casadas**, cantygas, cheiros, (1433/1438?, LC, 27v)

Apesar das ressalvas, apresentamos um quadro resumo de todas as ocorrências de formas participiais dos verbos em análise presentes no nosso *corpus*.

Quadro 26 – número de ocorrências de formas participiais.

Séculos	Construção predicativa			Ter/haver		Adjectivo	Particípio Absoluto	Total
	ser/estar	outros <sup>11</sup>	passiva	posse	tempos compostos			
XIII	14	-	41	5	-	44	12	<b>116</b>
XIV	48	2	31	13	1	26	4	<b>125</b>
XV	47	31	40	4	-	26	18	<b>166</b>
XVI	23	2	10	5	-	17	20	<b>77</b>
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>35</b>	<b>122</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>113</b>	<b>54</b>	<b>484</b>

Um primeiro olhar pelo quadro 26 permite-nos constatar que a forma de participío passado dos verbos em análise ocorre sobretudo em construções predicativas com os verbos *ser/estar* e em construções passivas. Tendo isto presente, começamos pela descrição e análise das construções predicativas em 5.2.1., a que se seguem as construções absolutivas em 5.2.2.

<sup>11</sup> Incluímos neste grupo os auxiliares aspectuais *ficar* e *andar*, bem como as construções predicativas sem auxiliar expresso, decisão essa tomada com base em exemplos como os seguintes: *E as donas E cõuento do d(i)cto moesteiro todas Juntas chamadas p(er) ((L004)) canpaa tanguda*, (1412, DN176, sf) e *Sabham quãtos esta p(ro)curaçom virẽ q(ue) nos dom L(ourence) st(ev)ez Prol(sic) (e) Cõuẽto do ((L007)) Mon(steiro) de villarinho do Arçeb(is)pado de b(ra)gaa seendo Juntos no d(i)cto Mon(steiro) en Cabidóo p(er) Campãa tanguda (...) assi com(sic) de nosso ((L008)) Costum(e)* (1355, DN097, sf).

### 5.2.1. Construções predicativas

Vamos neste ponto descrever as construções nas quais ocorre um verbo predicativo como verbo principal seguido de particípio passado, que é o predicativo do sujeito, e que concorda em género e número com o mesmo. Por exemplo:

- (33) a. A Maria está cansada.  
b. \*A Maria está cansado.

Em 5.2.1.1. analisamos as sequências de *ser/estar/andar/ficar*+VPP; em 5.2.1.2. estudamos a construção passiva perifrástica, formada com recurso ao verbo *ser* e a um núcleo verbal particípio passado passivo; o último ponto desta secção é dedicado às passivas “reduzidas”, em 5.2.1.3., que se caracterizam pela elipse do verbo *ser* mas que podem ter o Agente da passiva expresso pelo sintagma-*por*.

#### 5.2.1.1. Ser/Estar/Andar/Ficar seguidos de particípio passado

Vamos neste ponto descrever as construções nas quais ocorrem as formas participiais dos verbos em discussão subcategorizadas por verbos predicativos.

Vamos começar a nossa análise pelas ocorrências de *ser*+VPP. Trata-se de casos em que o verbo *ser* selecciona uma oração reduzida cujo núcleo é um particípio de tipo verbal, no caso da passiva, ou um particípio adjectival, no caso de verbos com uso inacusativo. As construções com particípios de inacusativos, ora ocorrem modernamente com o clítico *Se*, em casos como (cf. (34b)), ora têm valor estativo, como se exemplifica em (35).

- (34) a. Hermenegildo **era tornado verdadeyro catholico** (séc. XIV, CGE, 48d)  
b. [Hermenegildo tornara-se verdadeiro católico] (leitura nossa)
- (35) (...) donas mōjas do d(i)cto m(oe)s(teyr)o, q(ue) **todas** ((L006)) **eram juntas** em cabijdoo p(er) ssoom de canpaa tangida como he de seu custume, (1472, HGP149, sf)

Existe, pois, uma clara relação entre a construção com *ser* do exemplo (34a) e a construção com *Se* de (34b).

Conforme referimos, vamos, pois, distinguir dois tipos de construção predicativa com verbo *ser*, a passiva, que remetemos para 5.2.1.2., e a adjectival, o que, à partida, pressupõe que consideremos o verbo *ser*, neste tipo de construção, como um verbo predicativo, à semelhança do verbo *estar*, e não um auxiliar<sup>12</sup>.

Observemos o quadro resumo das ocorrências de construções predicativas com auxiliares aspectuais (cf. nota 11) e com *ser/estar*.

Quadro 27 – ocorrências de construções predicativas com *ser/estar* e outros auxiliares aspectuais.

	<i>ser/estar</i> +particípio	auxiliar aspectual+particípio	Total
<b>Século XIII</b>	14	-	<b>14</b>
<b>Século XIV</b>	48	2	<b>50</b>
<b>Século XV</b>	47	31	<b>78</b>
<b>Século XVI</b>	23	2	<b>25</b>
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>35</b>	<b>167</b>

Assumimos, pois, que nestas construções predicativas, independentemente do verbo que selecciona o particípio, este é sempre de tipo adjectival e não verbal (excepto na passiva), e iremos apresentar evidências nesse sentido com base nalguns diagnósticos como a coordenação com outros adjectivos, a modificação adjectival e mesmo a substituição do verbo *ser* por outro verbo lexical. Observem-se alguns exemplos de construções predicativas retirados do nosso *corpus* textual:

- (36) a. E se **for casada** e o outorgar o marido, o preyto que faz ualha. (1280?, FR, 84r)

<sup>12</sup> Gonçalves & Colaço (1990) distinguem, igualmente, entre dois tipos de construção com verbo *ser*, a predicativa, cujo núcleo predicativo é de tipo adjectival, e a construção passiva. As autoras assumem como relevante na caracterização das duas construções, para além da questão do acordo entre o núcleo predicador (adjectival no primeiro caso e verbal no caso da passiva) e o complemento nominal que referimos no corpo do texto, a exigência de compatibilidade semântica entre os mesmos e não com o verbo *ser* (por exemplo, *A Maria é feliz* vs. *\*A casa é feliz* e ainda, para a passiva, *A casa foi pintada pelo Pedro* vs. *\*A casa foi comida pelo Pedro*), a possibilidade de substituição do DP predicativo do sujeito pelo clítico verbal demonstrativo também é possível em ambas as construções (na construção predicativa, *A Maria é feliz e o João também o é*, e na passiva, *A casa foi pintada pelo Pedro e o muro também o foi*), como último argumento, defendem que, os casos em que o DP sujeito segue o verbo *ser* e precede a forma participial (adjectival ou verbal, consoante a construção), são muito marginais no PEC (por exemplo, *\*???É a Maria feliz*, *\*???Foi a casa pintada pelo Pedro*).

b. **Espanha he toda çarrada** e cercada de todallas partes. (séc. XIV, CGE, 11a)

c. E de todallas out(ra)s cousas q(ue) lh(e) (com)p(ri)doiras fforem todo aa custa delles p(er)ssuas posto q(ue) algũa das ssobred(i)ctas coussas pereçam p(er) q(ua)llq(ue)r casso ffurtuito q(ue) lhe avijr possa Em tall gujssa q(ue) **todo ande ssenp(re) melhorado** (e) nom peJorado (1466, DN190, sf)

d. (item) **o campo do espinheiro que todo esta çerado** sobre sy tem em comprido setemta (e) hũa varas (1545, DN209, sf)

Com base nestes exemplos, podemos observar que os participios que ocorrem na construção predicativa, só por esse facto, apresentam propriedades que os aproximam dos adjectivos, nomeadamente na possibilidade de serem flexionados em género e número, bem como ainda na possibilidade de poderem ocorrer antes ou depois do DP sobre o qual predicam. De diferente, e sobre isto já falámos acima, apresentam a possibilidade de entrar na formação de tempos compostos com *ter/haver*, como se exemplifica atrás em (25), onde a concordância com o constituinte nominal não se verifica.

Passamos agora a observar outras propriedades, para além da referida no parágrafo anterior, que permitem aproximar os participios passados neste tipo de construção dos verdadeiros adjectivos. Começemos pelo teste da coordenação.

É possível coordenar constituintes ou sintagmas da mesma categoria sintáctica, podendo a coordenação ser expressa por conectores como *e*, *nem*, *também*, ou apenas pela prosódia. Assim, é possível coordenar DPs com DPs, Ns com Ns e, do mesmo modo, um A com outro A<sup>13</sup>. Ora, o facto de ser possível coordenar o participio com um adjectivo é evidência para considerar que o primeiro funciona como um constituinte adjectival e não verbal, como nos exemplos seguintes do PEC:

- (37) a. A Maria está **cansada e feliz**.  
b. O João ficou **triste e abandonado**.

Também no PA é possível encontrar alguns casos semelhantes. Veja-se (38):

- (38) a. Quedam porem **tristes e deseparados** na mente assy per razom da afeição imperfeita da qual elles meesmos quedam descontentes e com remorso da consciencia. (1433/1438?, LC, 51r)
- b. por bem-andante que pareça, de todo se julga **fallido, triste e mal aventurado**. (1433/1438?, LC, 72r)

Do mesmo modo, é possível a modificação adjectival na construção predicativa, mas tal não é permitido se se tratar de um tempo composto. Observem-se os exemplos com *estar* em (39), para o PEC, e o exemplo de uma passiva em (40), para o PA:

- (39) a. O João está muito feliz.  
b. \*O João tem muito lido.
- (40) a. E se cada huu delhes der fiadores tenhaa el assy como é suso dito ata que o p(re)yto todo seya **ben acabado** p(er) iuyzo. (1280?, FR, 122r).

Finalmente, um terceiro teste permite apoiar a tese de que não se trata de um tempo composto, que é o facto de podermos substituir o verbo flexionado por outro verbo lexical como, por exemplo, *parecer*:

- (41) a. A Maria está cansada.  
a'. A Maria parece cansada.
- b. vimdo os memssageyros com esta reposta, o Zemelluco não pode escusar de não mandar **a sua yrmaa** allgũa gente, **a quoall estava casada** com ho ydallcão. (séc. XVI, CRB, sf)
- b'. [(...) a qual parecia casada] (leitura nossa)

---

<sup>13</sup> No entanto, também é possível coordenar um AP com um PP: *Ela é simpática e de boas famílias*.

Nas construções predicativas de que nos temos vindo a ocupar, a posição canónica do sujeito pré-verbal ([Spec, IP]) está vazia em LF, estando ocupada na sintaxe por um sujeito derivado, movido por necessidades casuais (movimento-A). O verbo predicativo, neste tipo de construção, introduz uma oração reduzida, cujo predicado, no caso das construções em análise, é adjectival<sup>14</sup>, sendo este o aspecto que a distingue da passiva perifrástica, em que o predicado do complemento de *ser* é uma categoria V de tipo passivo. Nas duas construções, no entanto, tanto na construção predicativa como na passiva, a estrutura argumental das formas participiais é satisfeita pela predicação.

Com base nestes elementos e nos exemplos de construções predicativas com outros verbo que não o verbo *ser*, vamos agora deter-nos mais demoradamente na análise da construção passiva, também ela um tipo de construção predicativa, que diverge das anteriores, como vimos, pelo tipo de categoria que predica.

### 5.2.1.2. A passiva verbal ou perifrástica

Na construção passiva, o particípio caracteriza-se por seleccionar um argumento interno e reter o argumento externo, o que, à partida, respeita apenas a verbos transitivos. Seguindo a definição de verbo predicativo introduzida no início do ponto 5.2.1., não há restrições semânticas sobre o sujeito sintáctico de uma construção passiva, que é um Tema, objecto directo básico, mas o mesmo não se pode dizer em relação ao argumento implícito, que é tipicamente de tipo agentivo<sup>15</sup>. Este argumento do verbo participial não é o sujeito sobre o qual se predica, razão pela qual não é este argumento que vai ocupar a posição sintáctica reservada aos sujeitos, a posição pré-verbal em [Spec, IP].

A análise tradicional da passiva distingue, portanto, entre frases activas (42a) e frases passivas (42b), mas ao contrário de um verbo na forma activa, o particípio passivo, derivado de um verbo transitivo, é uma forma inacusativa, uma vez que não selecciona um sujeito- $\theta$  nem atribui Caso acusativo ao complemento<sup>16</sup>:

---

<sup>14</sup> O núcleo lexical, ou predicado, desta oração reduzida pode também ser um DP ou um PP.

<sup>15</sup> Note-se que o argumento implícito de uma construção passiva pode ser interpretado com outros papéis- $\theta$ . Para além do papel- $\theta$  de Agente, pode também ser interpretado como Fonte, Alvo ou Experienciador, consoante o papel- $\theta$  externo do verbo transitivo (Jaeggli 1986: 599).

<sup>16</sup> Em Chomsky & Lasnik (1977) é sugerido que os verbos passivos não têm o traço [-N], condição indispensável para a atribuição de Caso estrutural.

- (42) a. O João comeu o bolo.  
b. O bolo foi comido (pelo João).

São quatro as propriedades que permitem distinguir a passiva perifrástica da contrapartida activa:

- a) o auxiliar *ser*<sup>17</sup> está presente<sup>18</sup>;
- b) o verbo principal tem a forma de participípio;
- c) pode conter um sintagma-*por*<sup>19</sup>, no qual o complemento de *por* tem o mesmo papel- $\theta$  que o sujeito na frase activa correspondente;
- d) o sujeito superficial da frase passiva é um sujeito derivado, pois corresponde ao complemento do verbo na forma activa.

Relativamente a este último ponto, expresso na UTAH de Baker, vimos no capítulo 4 que existe uma correlação estreita entre estrutura- $\theta$  e estrutura sintáctica, pelo que os constituintes que desempenham a mesma função- $\theta$  em relação a um dado predicado devem ocupar a mesma posição subjacentemente. Isto é um dado em favor de o sujeito da passiva corresponder ao complemento da construção activa, à qual acrescentamos o facto de existirem as mesmas restrições semânticas relativamente ao constituinte que vai realizar essa função argumental. Queremos com isto dizer que as restrições de ordem semântica que se aplicam numa construção passiva se vão aplicar do mesmo modo na correspondente activa<sup>20</sup>. Observem-se os exemplos seguintes, retomados de (42), nos quais a incompatibilidade semântica que se observa na segunda parte dos exemplos é dada pelo ponto de interrogação:

- (43) a. O João / ? a flor comeu o bolo.  
b. O bolo foi comido pelo João / ? pela flor.

---

<sup>17</sup> É importante salientar que utilizamos o termo “auxiliar” para referir o verbo *ser* na passiva por comodidade terminológica e em conformidade com as gramáticas tradicionais, uma vez que, a nosso ver, e conforme sugerimos anteriormente, não se trata de um verdadeiro auxiliar, mas de um verbo de tipo predicativo.

<sup>18</sup> No caso das passivas “reduzidas” o verbo *ser* não é realizado.

<sup>19</sup> Nos termos descritos por Jaeggli (1986), o sintagma-*por* (‘by-phrase’), que pode ocorrer na construção passiva verbal, é interpretado como portador do papel- $\theta$  do argumento externo da estrutura argumental do verbo activo correspondente.

<sup>20</sup> Frases activas e passivas são, normalmente, consideradas como sendo semanticamente equivalentes no que toca ao conteúdo proposicional, isto é, denotam o mesmo valor de verdade para um dado estado de coisas.

Conforme referimos acima, o verbo *ser* da construção passiva tem comportamento de verbo predicativo e não de auxiliar, embora, pelo menos aparentemente, apresente algumas propriedades que o aproximam, por exemplo, do verbo *ter* quando entra na formação de tempos compostos. Assim, ao complexo verbal formado pelos verbos *ser* ou *ter* seguidos de particípio passado corresponde apenas um argumento externo, conforme se demonstra em (44); quando coocorre com a negação, esta tem escopo sobre toda a sequência, como em (45); finalmente, e conforme referimos no parágrafo introdutório deste ponto, nenhum destes verbos impõe restrições semânticas quanto ao sujeito superficial, estas são impostas pelo particípio, veja-se (46) (tal como em (43), o ponto de interrogação, nestes exemplos, indica incompatibilidade semântica):

- (44) a. O bolo foi comido pelo João.  
a'. \*O bolo foi ele comido pelo João.  
b. O João tem comido bolos  
b'. \*O João tem ele comido bolos.
- (45) a. O bolo não foi comido pelo João.  
a'. \*O bolo foi não comido pelo João.  
b. O João não tem comido bolos.  
b'. \*O João tem não comido bolos.
- (46) a. O bolo foi comido pelo João.  
a'. ?O João foi comido pelo bolo.  
b. O João tem comido muitos bolos.  
b'. ?Muitos bolos têm comido o João.

No entanto, são algumas as propriedades que distinguem os verbos *ser* e *ter*, e uma delas está directamente relacionada com a definição tradicional da passiva que apresentámos no início desta secção, ou seja, na formação da passiva só podem entrar participios de verbos transitivos, enquanto que na formação de tempos compostos qualquer classe de verbo pode ocorrer, conforme se demonstra pelos exemplos de tempos compostos em (47) e de passiva em (48).

- (47) a. O João tem comido muitos bolos.  
 b. O João tem telefonado muito.  
 c. O João tem chegado a horas todos os dias.
- (48) a. Muitos bolos foram comidos pelo João.  
 b. \*O João foi telefonado muito.  
 c. \*O João foi chegado a horas todos os dias.

Para além disso, a forma irregular dos participípios é, claramente, a preferida nas construções passivas, enquanto na formação de tempos compostos a forma regular (terminada em *-do/-da*), embora preferida pela norma culta<sup>21</sup>, alterna com a forma irregular, como se exemplifica em (49).

- (49) a. O leão foi morto pelo caçador.  
 a'. \*O leão foi matado pelo caçador.  
 b. Os caçadores têm matado muitos leões.  
 b'. Os caçadores têm morto muitos leões.

A questão da concordância também tem aqui papel importante pois se na formação de tempos compostos apenas o verbo auxiliar tem marcas flexionais (sendo o participípio de forma invariável), na formação da passiva o participípio apresenta marcas de número e género, como se exemplifica em (50).

- (50) a. Os bolos foram comidos pelo João.  
 a'. \*Os bolos foram comido pelo João.  
 b. O João tem comido bolos.  
 b'. \*O João tem comidos bolos.

Finalmente, em conformidade com o que referimos no ponto anterior, na formação de tempos compostos não é possível substituir o verbo temporalizado por um verbo lexical, ao contrário do que acontece em construções predicativas com *ser/estar/andar/ficar*, não na passiva, como se demonstra nos exemplos (51) (os exemplos b-b' são repetidos a partir de (41a-a') do ponto anterior).

- (51) a. A Maria tem ido ao teatro.  
a'. \*A Maria parece ido ao teatro.  
b. A Maria está cansada.  
b'. A Maria parece cansada.

Segundo Gonçalves & Colaço (1990), a possibilidade de substituição do complemento do verbo temporalizado pelo clítico acusativo *o*, é também um aspecto que distingue a passiva das construções com tempos compostos, como mostram os exemplos (52), retirados de Gonçalves & Colaço (*Ibidem*: 129).

- (52) a. \*O Pedro tem ido ao cinema mas a Ana não o tem.  
b. O Pedro foi convidado para a festa mas a Ana não o foi.

Este último argumento pode funcionar como critério de auxiliaridade (cf. Gonçalves 1992, e.o.), o que exclui o verbo *ser* do grupo dos auxiliares.

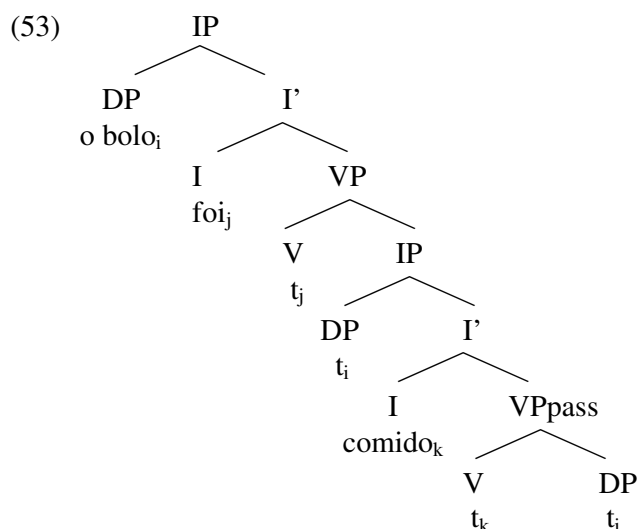
Tendo presentes estas considerações, retomamos a análise da passiva que apresentámos no capítulo 4, segundo a qual assumimos que o particípio passivo (VPP) projecta um VPpass que pode ter como adjunto o sintagma-*por*<sup>22</sup>. O sujeito da passiva é gerado na posição de complemento do verbo que o subcategoriza e é elevado ciclicamente (movimento-A) para a posição canónica de sujeito em [Spec, IP]<sup>23</sup>:

---

<sup>21</sup> Verifica-se uma tendência para generalizar a forma de particípio irregular em todos os contextos.

<sup>22</sup> Recorde-se que, mesmo quando o sintagma-*por* não está realizado, o papel- $\theta$  externo do verbo está presente no sufixo passivo (Jaeggli *Ibidem*: 604)

<sup>23</sup> A posição do Agente da passiva é, no entanto, irrelevante na estrutura em discussão.



Vimos no capítulo 4 que uma das características da construção passiva é a não atribuição de função- $\theta$  ao sujeito e esta situação decorre, de acordo com Chomsky (1981), do facto de as passivas participiais serem derivadas morfologicamente e assim perderem a capacidade de atribuição de Caso acusativo ao complemento. Esta derivação traduz-se pela junção do morfema passivo *-do*, o que faz com que o verbo perca a especificação [-N], responsável pela atribuição de Caso estrutural (cf. nota 16). Na proposta de Jaeggli (1986), o afixo passivo (*-en*, em inglês, *-dol-da*, no português) em Agr comporta-se como um elemento nominal e absorve<sup>24</sup> o Caso que seria atribuído ao DP *o bolo*, e este afixo pode receber o papel- $\theta$  externo porque este não se encontra associado a nenhum constituinte subcategorizado pelo verbo. Este mecanismo permite que todas as posições de especificador fiquem sem papel- $\theta$  atribuído, o que vai possibilitar o movimento-A cíclico do sujeito. Relativamente ao sintagma-*por*<sup>25</sup>, o sujeito lógico da frase passiva (ou “Agente da passiva”), de acordo com a proposta de Jaeggli, não vai receber papel- $\theta$  externo directamente, uma vez que este já foi atribuído ao morfema passivo, ou afixo passivo. O papel- $\theta$  externo vai assim ser “transmitido” pelo afixo ao DP que ocorre dentro do sintagma-*por*, via percolação ascendente, ou seja, o papel- $\theta$  é transmitido ao nó que domina o afixo e vai-se infiltrando até atingir o núcleo do sintagma-*por*, onde a preposição vai atribuir papel- $\theta$  ao seu complemento.

Em termos minimalistas, na representação (53) podemos ver que o DP *o bolo* é composto na posição de complemento do verbo *comer* e, em primeira instância, sofre

<sup>24</sup> O sufixo pode absorver o papel- $\theta$  externo do verbo porque é regido pelo verbo (Jaeggli *Ibidem*: 592).

passivização, ou seja, é movido da posição de complemento do particípio passivo para a posição de sujeito desse mesmo verbo, que é uma posição de especificador. Finalmente é elevado, isto é, é movido da posição de sujeito do verbo *comer* para a posição de sujeito do verbo *ser*, também ela uma posição de especificador.<sup>26</sup> A razão pela qual esta é uma posição disponível para o sujeito neste tipo de construção prende-se com o facto de o verbo predicativo não atribuir função semântica a essa posição, pelo que o DP argumento interno do particípio passado pode subir e aí verificar Caso nominativo e desencadear a concordância. O sintagma-*por*, o “Agente da passiva”, surge normalmente na ordem [DP sintagma-*por*], adjunto a VP<sub>pass</sub>, posição na qual é comandado pelo DP na sintaxe visível.

Quando o sujeito da passiva é realizado pós-verbalmente, ou seja, com a ordem [*ser* VP<sub>pass</sub> DP], o que é possível porque o PEC é uma LSN, o sujeito vai aceder a Caso e concordar com o verbo via cadeia expletivo-argumento, em conformidade com o que defendemos no capítulo 4. Tal como então referimos, também na construção passiva o DP pós-verbal é, preferencialmente, indefinido, como em (54a, a’), em conformidade com o efeito de definitude, tratando-se de uma passiva de tipo impessoal, mas pode também ser definido, como em (54b’).

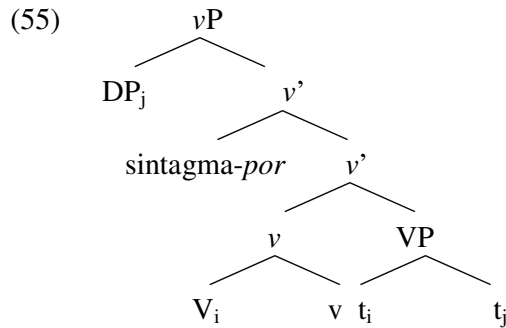
- (54) a. Foram comprados vários livros (pelos alunos).  
 a’. Foi comprado um livro (por cada aluno).  
 b. \*Foi comprado o livro (por cada aluno).  
 b’. Foi comprada a casa da Maria (por alguém importante).

Em Goodall (1998a, 1998b), é assumida uma análise da construção passiva nos termos definidos acima, na qual o DP com papel- $\theta$  interno é composto na posição de argumento interno de VP, tal como acontece nas construções activas. Esse VP corresponde ao VP mais encaixado de um concha de VP nos termos descritos no capítulo 3, e é seleccionado por um *v* leve. Conforme vimos em capítulos precedentes, a ocorrência desta concha de VP encabeçada pelo *v* é obrigatória em construções transitivas por forma a disponibilizar uma posição para o argumento externo, a posição

<sup>25</sup> O sintagma-*por*, conforme já referimos, é opcionalmente subcategorizado pelo sufixo passivo, opcionalidade essa que está descrita na entrada lexical do mesmo (Jaeggli *Ibidem*: 601).

<sup>26</sup> Evidência para que a passivização seja movimento do DP para a posição de sujeito do verbo *comer* vem de QFs, em exemplos como *Os meninos comeram todos o bolo*, uma vez que QFs podem lexicalizar posições que podem ser, ou foram, ocupadas por sujeitos.

de [Spec,  $\nu$ P]. Havendo um paralelo entre as construções passivas e as activas, é de prever que os argumentos sejam realizados nas mesmas posições. Por esta razão Goodall propõe que o sintagma-*por* (o correspondente ao argumento externo da contrapartida activa) seja considerado um argumento do verbo e não um adjunto, pelo que é gerado de base na posição de [Spec,  $\nu$ P], enquanto que o argumento interno se move para a posição de especificador do  $\nu$ P, forçando a projecção intermédia (ou uma barra) dessa mesma categoria, como em (55):



(Santos 1999: 97)

Esta representação permite ainda manter a hierarquização dos argumentos e respectivos papéis- $\theta$  e reitera a ideia enunciada acima de que o sintagma-*por* em passivas é um argumento e não adjunto, uma vez que permite manter a constância temática entre argumentos de um mesmo verbo. Alguns dos argumentos sintácticos em favor desta análise são apresentados em Santos (1999: 82-87), os quais resumimos muito sucintamente: o sintagma-*por* em contextos de extracção apresenta as propriedades de um argumento uma vez que pode sofrer movimento longo, ou seja, não é sensível a ilhas fracas. Observem-se alguns contextos de extracção (e aqui usamos apenas os exemplos do PEC, com indicação dos juízos de gramaticalidade da autora, apesar de a mesma recorrer a outras línguas para fundamentar a análise):

a) Ilhas-Wh

(56) ok/?? Por quem<sub>i</sub> sabes tu quando é que o livro foi escrito t<sub>i</sub>?

(57)ok/?? Por que autor<sub>i</sub> sabes tu quando é que o livro foi escrito t<sub>i</sub>?

(58)ok/?? A quem<sub>i</sub> sabes tu quando é que o livro foi dado t<sub>i</sub>?

(59)ok/?? A que pessoa<sub>i</sub> sabes tu quando é que o livro foi dado t<sub>i</sub>?

(60)\*/?? O que<sub>i</sub> sabes tu quando é que o João escreveu t<sub>i</sub>?

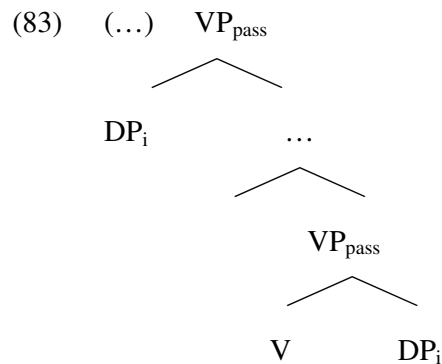
- (61)ok/?? Que livro<sub>i</sub> sabes tu quando é que o João escreveu t<sub>i</sub>?
- (62)?? Quem<sub>i</sub> sabes tu quando é que t<sub>i</sub> escreveu o livro?
- (63)ok/?? Que autor<sub>i</sub> sabes tu quando é que t<sub>i</sub> escreveu o livro?
- (64)\*/?? Onde<sub>i</sub> / \*/?? Em que garagem<sub>i</sub> sabes tu quando é que o carro foi  
arranjado t<sub>i</sub>?
- b) Ilhas Factivas
- (65) Por quem<sub>i</sub> lamentas que o livro tenha sido escrito t<sub>i</sub>?
- (66) Por que pessoa<sub>i</sub> lamentas que o livro tenha sido escrito t<sub>i</sub>?
- (67) A quem<sub>i</sub> lamentas ter conseguido falar t<sub>i</sub>?
- (68) A que pessoa<sub>i</sub> lamentas ter conseguido falar t<sub>i</sub>?
- (69) O que<sub>i</sub> lamentas ter dito t<sub>i</sub>?
- (70) Que mentira<sub>i</sub> lamentas ter dito t<sub>i</sub>?
- (71) Quem<sub>i</sub> lamentas que t<sub>i</sub> tenha perdido o jogo?
- (72) Que menino<sub>i</sub> lamentas que t<sub>i</sub> tenha perdido o jogo?
- (73) \*Como / \*Em que dia<sub>i</sub> lamentas que a Raquel tenha estragado o jogo<sub>i</sub>?
- c) Ilhas de extraposição
- (74) Por quem<sub>i</sub> é necessário que sejas contestado t<sub>i</sub>?
- (75) Por que pessoa<sub>i</sub> é necessário que sejas contestado t<sub>i</sub>?
- (76) A quem<sub>i</sub> é necessário entregar o trabalho t<sub>i</sub>?
- (77) A que cliente<sub>i</sub> é necessário entregar o trabalho t<sub>i</sub>?
- (78) O que<sub>i</sub> é necessário dizer t<sub>i</sub> ao João?
- (79) Que mentira<sub>i</sub> é necessário dizer t<sub>i</sub> ao João?
- (80) Quem<sub>i</sub> é necessário que t<sub>i</sub> escreva este texto?
- (81) Que jornalista<sub>i</sub> é necessário que t<sub>i</sub> escreva este texto?
- (82) \*Como<sub>i</sub> / Em que dia<sub>i</sub> é necessário que o João arranje o carro t<sub>i</sub>?

Apesar de alguma variação, globalmente, os dados mostram que o sintagma-*por* tem estatuto argumental e não de adjunto: pode ser extraído de ilhas factivas, ou de extraposição, e de ilhas-Wh<sup>27</sup>.

As atestações de construções passivas por nós estudadas apresentam a sequência *ser+VP*pass e são um dos casos de construção inacusativa descritos no capítulo 4, isto é, caracterizam-se por ter um sujeito derivado que, subjacentemente, corresponde ao

<sup>27</sup> Conforme os dados apresentados por Santos, não é possível a extracção de ilhas-Wh no inglês, enquanto que no castelhano e no italiano não é possível a extracção nem de argumentos nem de adjuntos.

argumento Tema do verbo. A construção passiva é, então, caracterizada por ser uma oração participial cujo núcleo é uma categoria lexical de tipo verbal.



O verbo *ser* subcategoriza, então, VP<sub>pass</sub> (uma oração reduzida), cujo núcleo é um particípio passivo (no caso da passiva perifrástica) ou adjectival (no caso das construções predicativas descritas em 5.2.1.1.), que estabelece com o sujeito uma relação de predicação.

Em relação aos dados do *corpus* do CIPM que temos vindo a analisar, algumas das atestações de construção passiva são aquelas em que ocorre o verbo *ser* e nas quais é possível encontrar marcas de agentividade, que nos pode ser dada pela ocorrência do sintagma-*por*, ou ser apenas implícita<sup>28</sup>. Observe-se (84):

- (84) a. E se **o p(re)yto for acabado p(er) este acusador**, nenhuu out(ro) ñõ possa demãdar p(er)o q(ue) seya mays prouïco, e ualha aq(ue)l juyzo q(ue) foy dado. (1280?, FR, 147r)
- b. ata q(ue) **o p(re)yto todo seya bem acabado p(er) iuyzo**. (1280?, FR, 122r)

São poucas as atestações em que o verbo *ser* subcategoriza um particípio passivo e se observa a presença do sintagma-*por*, tendo primazia aquelas nas quais a agentividade é implícita. Observem-se mais alguns exemplos:

<sup>28</sup> Mesmo sem ter o Agente da passiva expresso, parece haver razões para crer que na construção passiva o papel-  $\theta$  externo é sempre interpretável (Chomsky 1981: 147, nt. 101, Jaeggli 1986: 611-618).

(85) a. E demays os sobred(i)tos P(ri)or (e) Raçoeyros obrigarom todolos bães da d(i)ta sa Eig(re)ía Auudos (e) por Auer A lhys liurar defender (e) emparar as sobr(e)d(i)tas vinha (e) oliual (e) cãpo (e) mato de quẽ q(ue)r q(ue) lhy sobr(e) elles ou sobre Algũu delles ponha enbargo (e) A lhos faz(er) de paz (e) de bõo titolo so pena de lhos cõpoer ã dobro cõ q(ua)nto **forẽ melhorados** p(e)la g(ui)sa q(ue) o d(e)r(ei)to mãda, (1383, DN146, sf)

b. Esto se deve fazer como faz nosso senhor, que posto que a dereita carreira da perfeçom seja tam estreita, que **per muy poucos he seguida**, (1433/1438?, LC, 52v)

d. Por sua morte herdou o reyno hũu que se chamava Bucarão, e este conquistou muytas terras, que no tempo d esta destroyção d este reyno ficarão alevantadas, e **por elle forão tomadas, e tornadas** a seu poder e senhorio, e tomou o reyno d Orya que he muyto gramde, parte com Bemgalla; (séc. XVI, CRB, sf)

Relativamente à ordem na qual é realizado o sujeito neste tipo de construção, observámos uma preferência pela ordem em que o sujeito é pré-verbal.

### 5.2.1.3. A passiva adjectival ou “reduzida”

A existência de construções passivas nas quais não está expresso o verbo *ser*, levou-nos a considerar a distinção entre “passiva verbal” (a passiva perifrástica) e “passiva adjectival”, ou “passiva reduzida”. Recordamos que, por construção passiva “reduzida”, designamos aquele tipo de construção passiva na qual um particípio passivo subcategoriza um constituinte de tipo nominal, sendo o verbo *ser* inexistente. Como foi dito, estes exemplos distinguem-se das construções passivas dos exemplos anteriores, uma vez que o que as distingue é exactamente o recurso ou não ao verbo *ser*. No entanto, as semelhanças com a passiva perifrástica são bastantes, sendo uma delas a possibilidade de coocorrerem com o sintagma-*por*. Observem-se os exemplos:

(86) a. E per obras, fazendo algũas cousas per razom de **vãã gloria**, principalmente **filhada por cada hũa das tres partes suso scriptas** e de taes maneiras de pecar. (1433/1438?, LC, 14v)

b. E nom embargando que cada hũa destas virtudes per sy he suficiente pera enderençar **naquella real carreira per poucos seguida**, (1433/1438?, LC, 9r)

Este tipo de construção, da qual a sequência [DP VPP sintagma-*por*] é exemplificativa, corresponde a um DP.

(87) [DP vãã gloria (que foi) filhada por cada hũa das tres partes suso scriptas].

Trata-se de uma construção que, conforme referimos, convencionámos designar de “passiva reduzida”, tal como existem as orações relativas reduzidas. Mattos e Silva, no seu trabalho de 1989, dá conta da existência deste segundo tipo de orações, as quais, embora pouco frequentes nos enunciados que estuda, se caracterizam pela ausência do constituinte-Wh e por ocorrerem com verbos no gerúndio, no infinitivo e no particípio. Observem-se alguns exemplos de Mattos e Silva em (88), (89) e (90):

(88) a. E hũũ dia *viindo* el ao moesteiro de San Beento veer seu irmãoõ ajuntou-se a el no caminho hũũ companheiro. (*viindo* = “em que vinha” ou “quando vinha”)

b. Homem mui de santa vida cujo criado eu fui e *vivendo* en religion fezeron-no bispo. (*vivendo* = “que vivia” ou “porque vivia”)

(89) a. Achou hũa serpente *andar* pelo horto.

b. Achoou-o *jazer* en hũa cova.

c. E eles foron acima do monte e acharon ja *suar* o penedo.

- (90) a. Hũa sergente de Deus que vivia no moesteiro daquelas virgêes *de suso dito* que ele avia de veer entrou na horta.

b. Palavras *de suso ditas*.

(Mattos e Silva *Ibidem*: 768-770)

Conforme nota a autora, se com verbos no gerúndio as frases podem ser analisadas como subordinadas relativas, é certo que também podem ter uma interpretação de circunstancial, temporal ou causal, em (88a) e (88b), respectivamente. Nas palavras de Mattos e Silva, “se entre vírgulas, a interpretação mais adequada para os enunciados de gerúndio seria a de circunstanciais e não de relativas” (p. 769). Em relação às ocorrências com verbos no infinitivo, estas são mais frequentes no *corpus* e são sempre interpretadas como relativas reduzidas<sup>29</sup>. Quando na oração ocorre uma forma participial, como em (90), Mattos e Silva considera que se trata, de igual modo, de orações relativas reduzidas<sup>30</sup>.

Passando à análise, as orações passivas reduzidas, que exemplificámos em (86), correspondem a uma projecção DP, ou seja, não se trata de um projecção verbal como na passiva perifrástica. Relativamente ao constituinte introduzido pela preposição *por*, este é um equivalente ao “Agente da passiva” e faz parte da estrutura argumental de um adjectivo deverbal (*filhada*). Observe-se (91):

- (91) a. [DP [DP vãã gloria] [AP filhada [PP por cada cada hũa das tres partes suso scriptas....]]]

Trata-se de uma situação semelhante à que acontece em construções com nomes verbais, nas quais o argumento externo tem obrigatoriamente interpretação de Agente, contrariamente ao que acontece na passiva perifrástica (cf. nt. 15). Diverge ainda da construção de participio passivo porque nesta é obrigatória a constância temática entre a

<sup>29</sup> Conforme salienta Mattos e Silva, nos exemplos que encontrou ocorre o verbo “achar” com interpretação de “encontrar” (forma não documentada no *corpus* da autora), o que reitera a interpretação de relativa reduzida pois, se assim não fosse, a interpretação mais adequada para os enunciados seria a de subordinadas completivas reduzidas (*Idem*: 770).

<sup>30</sup> Relativamente ainda à questão das relativas reduzidas, Mattos e Silva sublinha que se trata de um tipo de oração que é frequente quando o verbo ocorre em forma finita, “de que suso falamos”, “de que suso falei”, “de que suso fiz mençon”. No entanto, a autora acrescenta que apenas nos casos apresentados, isto é, com formas gerundivas, infinitivas e participiais, se pode falar de orações subordinadas relativas reduzidas (*Idem*: 770).

estrutura argumental do particípio passivo e a do verbo activo correspondente, enquanto que numa estrutura com nomes deverbais essa constância entre o nome deverbal e o verbo na origem da nominalização nem sempre existe (Jaeggli 1986, Levin & Rappaport 1986). Observem-se os exemplos em (92):

- (92) a. A tempestade é receada pela Maria.  
b. \*O receio da tempestade pela Maria.

Em suma, se, por um lado, não devemos falar de tempos compostos quando referimos a sequência *ter/haver*+VPP, mas antes de uso transitivo dos referidos verbos que, usados em alternância, indicam posse, por outro consideramos que *ser*+VPP, corresponde a uma sequência na qual o verbo *ser* selecciona um particípio que pode ser passivo, nos casos em que é interpretado um Agente, ou adjectival, nos casos em que apenas existe um argumento interno e não há interpretação agentiva, ou seja, nos particípios de verbos usados inacusativamente. Relativamente à “passiva reduzida”, trata-se de uma projecção de tipo nominal, uma vez que o verbo *ser* está ausente.

### 5.2.2. O particípio absoluto

Os verbos que ocorrem neste tipo de construção são verbos que, tal como os verbos da secção anterior, seleccionam um argumento interno objecto directo. Trata-se de uma construção participial adjunta com um DP realizado, de preferência, o que exclui, à partida, os verbos inergativos que, conforme referimos nos capítulos introdutórios, se caracterizam por seleccionarem um argumento que é externo e não seleccionarem um objecto directo. Assumimos, com Santos (1999), que os verbos que ocorrem neste tipo de construção são os particípios de verbos inacusativos e transitivos, que apenas têm de obedecer a uma restrição aspectual, a de representarem estados resultativos, do tipo *acabado*, isto é, têm de ter o traço [+perfectivo]. Optámos por analisar, seguindo a autora, apenas as construções com DP realizado, tendo presente que este é um assunto que não reúne consenso. Se, por um lado, há autores que englobam ambas as construções sob a mesma designação e as analisam em conjunto, outros há que apenas consideram a construção com DP realizado, como (30), aqui repetida em (93a), pois só esta, dizem, permite resolver o grau de ambiguidade criada pela construção com DP nulo, como a exemplificada em (93b).

- (93) a. (Uma vez) acabada a aula, vamos passear ao jardim.  
b. (Uma vez) acabada, saímos da aula e vamos para o jardim.

De acordo com a análise de autores que seguem esta linha de pensamento, entre os quais Hernanz (1991) e Santos (1999), as construções participiais absolutivas com e sem DP realizado têm propriedades sintáticas e semânticas que as distinguem entre si, nomeadamente diferenças a nível aspectual que são associadas a comportamentos sintáticos distintos, razões que nos levaram a analisar apenas as primeiras.

Mas, se neste ponto seguimos a proposta de Santos (1999), divergimos da mesma no sentido em que incluímos no mesmo grupo sequências com a ordem [V DP] e [DP V].<sup>31</sup>

Tendo presente esta informação, as frases que incluímos neste ponto são aquelas em que um verbo no participípio coocorre com um argumento DP, construção essa que partilha com a passiva sintáctica, de que já nos ocupámos, a impossibilidade de coocorrência com o prefixo negativo *in-*, a lexicalização da posição de sujeito que, num modelo de verificação de traços como o Programa Minimalista (Chomsky 1995), impõe que existam traços-D fortes numa dada posição (alegadamente [Spec, IP]) que precisam ser eliminados antes de *spell-out*, e a atribuição de Caso nominativo ao sujeito. As construções passivas e participiais absolutas divergem entre si pelo facto de, na passiva sintáctica, ser projectado um *v* passivo e ser legitimado o sintagma-*por*.

Nas propostas de Ambar (1992) para o PEC e de Belletti (1990) para o italiano, a ordem básica de constituintes na construção de participípio absoluto nas LSN é a ordem na qual o DP segue o verbo, ou seja, [V DP], com movimento do verbo-para-C, quando o verbo é ergativo, posição a partir da qual Caso é atribuído ao DP em [Spec, Agr]. Quando o verbo é transitivo, a ordem [V DP] resulta da subida do verbo para AgrO e o DP fica na posição de base. A ordem inversa - [DP V] - é a ordem obrigatória nas línguas de sujeito não nulo, como o francês, e a ordem opcional nas LSN. Se, para as ordens [V DP], o DP ocorre na sua posição de base de argumento do verbo, enquanto que o verbo é movido da sua posição de base dentro de VP para uma projecção funcional mais alta, nas ordens [DP V] há dois movimentos a assinalar, o movimento do

---

<sup>31</sup> Para Santos (1999) apenas as participiais com DP realizado na ordem [V DP] podem ser interpretadas como participípio absoluto, sendo as outras ambíguas entre participípio absoluto e predicado secundário. No entanto, nos nossos exemplos e em textos semelhantes, a mesma construção pode apresentar uma ou outra ordem, razão pela qual optámos por considerá-las do mesmo tipo. Por exemplo:

(i) *E Jsto acabado era Já bem huïa ora depois de meo dja* (1500, CPVC, 12v)

verbo e o movimento do DP para uma posição mais alta que o verbo (cf. Santos 1999: 57).

É, portanto, necessário postular pelo menos duas projecções funcionais acima de VP nas construções de participio absoluto, a posição alvo do verbo movido e a posição alvo do DP movido no caso das ordens [DP V].

Santos propõe que, pelo facto de realizarem um argumento interno, as orações participiais absolutas são construções defectivas<sup>32</sup> que, contrariamente à passiva perifrástica, não contêm um *v* passivo e podem legitimar ou não um sintagma-*por*<sup>33</sup>. Mas com a passiva estas partilham propriedades, como a impossibilidade de nelas ocorrerem formas prefixadas em *in-*, uma propriedade estritamente morfológica, na linha do que Levin & Rappaport (1986) sugerem para o inglês<sup>34</sup>. Na linha da “não universalidade da estrutura” apresentada no capítulo 3, da qual demos exemplos do PEC, seguindo Martins (2000b), para quem a estrutura funcional do PEC é mais reduzida do que era no PA, e Costa & Gonçalves (1999), que fornecem argumentos empíricos em favor desta hipótese com base no comportamento de algumas construções defectivas do PEC<sup>35</sup>, Santos defende a defectividade funcional do participio absoluto no que respeita aos núcleos C, AgrS, Neg e T. Tal defectividade não impede os mecanismos de variação de ordem de palavras por motivos discursivos (cf. Costa 1998), como vimos, entre [V DP] e [DP V], sendo que o DP realizado pós-verbalmente é o foco da frase e, sempre que ocorre antes do verbo, foi movido por razões discursivas,

---

(ii) *acabado Jsto fomos asy perante eles beijar a cruz* (1500, CPVC, 13r)

<sup>32</sup> Contrariamente às orações plenas, que projectam as categorias funcionais AgrS e T, cujas posições de especificador são posições de sujeitos, as construções de participio absoluto apenas projectam projecções de Asp (Santos 1999 e os autores aí citados). A posição de [Spec, AspP] será, então, a posição para o DP sujeito das participiais com a ordem [DP V], normalmente associada às línguas de sujeito não nulo e também a alguns exemplos do PEC (recordemos que a ordem básica neste tipo de construção nas LSN é a ordem [V DP]).

<sup>33</sup> O que vai depender do participio: se for de um verbo ergativo não pode legitimar o sintagma-*por*; se, pelo contrário, for a forma participial de um verbo transitivo, já pode legitimar o sintagma-*por*. Por exemplo:

- (i) (Uma vez) nascidos os meus filhos, nunca mais fui ao cinema.
- (ii) (Uma vez) preenchido o formulário pelos alunos, poderemos proceder à inscrição.

<sup>34</sup> Levin & Rappaport (1986) defendem que não é possível a ocorrência de formas prefixadas com o prefixo negativo *un-* na passiva sintáctica do inglês, por serem formas adjectivais, em exemplos como, *An undone job* vs. *\*The job was undone*. De acordo com a proposta das autoras, a passiva adjectival não está sujeita a restrições temáticas, pelo que apenas é relevante a estrutura argumental do predicado com o qual coocorrem. Assim, com verbos como *teach* ou *feed*, os objectos que são externalizados não são Temas do verbo, mas correspondem a argumentos com papel- $\theta$  de Alvo, e permitem a formação da passiva, como nos exemplos seguintes:

- (i) a. He taught the students.
- b. The students were taught.

<sup>35</sup> Como a colocação dos advérbios em frases declarativas simples, os complementos de verbos causativos em contextos de “união de orações” e as construções de topicalização (cf. 3.1.1.).

numa estratégia de desfocalização do objecto (não esquecer que o DP das construções de participio absoluto é um argumento interno).

O participio absoluto projecta o núcleo Asp[+perf] mais alto (associado às restrições aspectuais impostas aos verbos que podem ocorrer na construção absoluta) inserido na derivação por compor numa posição de adjunção, codificando propriedades do predicado. Por exemplo, a derivação de uma oração participial absoluta ergativa numa língua como o PEC teria o seguinte formato:

(94) [<sub>ASPP</sub>uma vez [<sub>ASPP</sub> ASP [<sub>AgrPstPrtP</sub> [<sub>AgrPstPrt</sub> desaparecidas<sub>i</sub> AgrPst Prt] [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> as provas]]]]

(Santos *Ibidem*: 106)

Na representação (94) observa-se a ordem [V DP]. Se for a ordem inversa, ou seja, se o DP tiver sido movido por razões discursivas, a derivação será a mesma que a das línguas de sujeito não nulo como o francês.

(95) [<sub>ASPP</sub> une fois [<sub>ASPP</sub> [la fille]<sub>j</sub>] [<sub>ASP'</sub> ASP [<sub>AgrPstPrtP</sub> t<sub>j</sub> [<sub>AgrPstPrt'</sub> [<sub>AgrPstPrt</sub> disparue<sub>i</sub> AgrPst Prt] [<sub>VP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>j</sub> ]]]]]]]

(*Idem*)

O nó Asp parece, pois, ter dupla função: por um lado, condiciona o tipo de predicado que ocorre no domínio do participio absoluto, mas, por outro, só é inserido na estrutura se as propriedades lexicais do núcleo verbal da oração participial assim o exigirem. Seguindo Santos, “[a] única forma de ultrapassar este aparente paradoxo será pensar que é a exigência de conformidade entre os diferentes elementos da estrutura que resulta neste condicionamento mútuo desses elementos” (*Ibidem*: 159).

Relativamente aos dados do nosso *corpus*, temos 54 atestações de construções participiais absolutivas e a maior parte – 35 – apresenta a ordem [V DP], sendo as restantes 19 ocorrências de [DP V], que correspondem sintacticamente à configuração (95). Apresentamos agora alguns exemplos do nosso *corpus* e chamamos a atenção para a variação quanto à ordem pela qual os constituintes são realizados, mesmo dentro de um mesmo texto, o que constitui mais uma razão para os considerarmos participios absolutos, sobretudo se tivermos em conta o facto de serem todos predicados perfectivos que correspondem a estados resultativos, como *acabado*.

- (96) a. E **acabada ha oraçom**. deu aa santa molher o corpo de Nosso Senhor e o sangue e assy recebeu o s(ã)c(t)o ssacramento de Nosso Senhor Jhesu Cristo. (séc. XIII/XIV, VS7, 64r)
- b. **Estas palavras acabadas** o baram muy gl(ori)oso recebo com grãde reverencia o corpo de Deos e deitou-se d' espadoas ã t(e)rra nuu e pos as mã(os) ã cima d(os) se(os) peit(os) ã maneyra de Cruz (séc. XIII/XIV, VS4, 95v)
- c. E **Acabado o t(em)po de todos t(re)s**, A d(i)ta Almojnha (e) Cassas della dEue ffýcar Ao d(i)to Moestéiro cõ todas ssuas benffeýtorías (e) melhoramêtos ssen Conthenda E enb(ar)go nẽhũu q(ue) Seía (1385, DN148, sf)
- d. e **acabadas estas bodas** tanto contra suas vontades, abrirão as portas da fortaleza, (séc. XVI, CRB, sf)
- e. E **acabada a preegaçom** . trazia njcolaa coelho muitas cruces d estanho com cruçufiços que lhe ficarom aJnda da outra vijnda (1500, CPVC, 12v)
- f. E **Jsto acabado** era Ja bem huã ora depois de meo dja ./ viemos aas naaos a comer onde o capitam trouue com sigo aquele meesmo que fez aos outros aquela mostramça pera o altar E pera o çeeo (1500, CPVC, 12v)
- g. **acabado Jsto** ./ fomos asy perante eles beijar a cruz E espedimo nos (1500, CPVC, 13r)

Deste modo, as atestações que foi possível retirar do *corpus* permitem-nos concluir que na construção de participio absoluto a ordem preferida é a ordem na qual o complemento segue o participio, sendo, neste caso específico, necessária a projecção de um núcleo funcional acima de VP por forma a alojar o verbo movido. Quando o DP

antecede o verbo, são necessárias duas projecções acima de VP, uma para o verbo, que é o primeiro constituinte a ser movido, e outra para o DP que o antecede. Mantemos, assim, a proposta avançada por Santos (1999), que defende uma estrutura defectiva para este tipo de construções. Ao contrário da passiva, estas construções não projectam um VP<sub>pass</sub>, mas um núcleo de tipo aspectual acima de VP. Este, ao mesmo tempo que condiciona o tipo de predicado que pode ocorrer neste tipo de construção (perfectivos, apenas), vê a sua realização depender da presença desse mesmo predicado.

### **5.3. Descrição das ordens de constituintes em frases não temporalizadas**

Neste ponto, vamos descrever as ordens de constituintes observadas em orações com verbos infinitivos e gerundivos. É nosso objectivo tentar perceber de que forma se comportam os verbos até agora analisados quando ocorrem em construções não temporalizadas, ou seja, quando ocorrem tanto em forma infinitiva como gerundiva. Irá dar-se maior relevância às estruturas de complementação (com mais de um verbo) com o intuito de observar as ordens nas quais os dois verbos ocorrem, e às orações introduzidas por preposição.

Relativamente às frases com dois verbos foi, igualmente, nosso objectivo determinar a ordem na qual o objecto do verbo infinitivo ocorre (no caso das construções transitivas), se numa posição pré-verbal (antes dos dois verbos), medial (entre os dois verbos) ou pós-verbal (depois dos dois verbos).

No que toca ao sujeito, pode ser difícil, neste tipo de construção com dois verbos, determinar qual o sujeito que ocorre expresso, se do verbo finito se do infinitivo.

No entanto, vamos assumir, na linha do que é tradicionalmente defendido na literatura relativamente a sujeitos em construções infinitivas, que, em estruturas de Controlo, o sujeito tem o mesmo referente de um argumento do verbo de Controlo, mas não pode estar expresso na frase encaixada, ou seja, na frase encaixada o sujeito tem de ser obrigatoriamente um PRO controlado. Observe-se (97):

(97) A Maria<sub>i</sub> quer PRO<sub>i</sub> comer a sopa.

Com verbos causativos (e de percepção) (em contextos de “união de orações” e de reestruturação), por outro lado, o sujeito não é o mesmo nas duas orações, podendo acontecer três situações: ou não está expresso (98a), ou é realizado como complemento

acusativo ou como dativo (98a'), consoante a transitividade do verbo infinitivo (cf. (98a, a'), com um infinitivo transitivo, e (98b, b'), com um infinitivo inacusativo). Os exemplos (98) e (99) ilustram, respectivamente, a construção de "união de orações" e a construção de reestruturação:

- (98) a. O João mandou comer a sopa.  
a'. O João mandou comer a sopa à Maria.  
b. O João mandou chegar cedo.  
b'. O João mandou chegar cedo a Maria.
- (99) a. O João mandou a Maria comer a sopa.  
b. O João mandou a Maria chegar cedo.

O sujeito do domínio infinitivo é o sujeito lógico-semântico do predicado encaixado, do infinitivo, e é realizado sempre que a projecção de um argumento externo está prevista na estrutura argumental do mesmo. Queremos com isto dizer, com base nas análises que temos vindo a assumir para o sujeito, que sempre que a posição de argumento externo do verbo infinitivo está disponível (com base na informação da estrutura argumental) temos um sujeito temático no caso dos verbos transitivos e intransitivos. Quando tal não acontece, quando essa posição não está prevista na grelha- $\theta$  do predicado infinitivo, estamos perante um verbo inacusativo, pelo que o sujeito é um sujeito derivado.

Relativamente às frases com modais<sup>36</sup>, considera-se que o modal não selecciona o sujeito, ou seja, o sujeito nestas frases, quando expresso, é tematicamente dependente do verbo encaixado, elevando-se para a posição de sujeito da oração principal que contém o verbo modal. No PEC, na construção com modal, o sujeito surge na primeira posição, como em (100), mas, no PA, tanto pode surgir na 1ª como na 2ª ou como na 3ª posição, como o demonstram os exemplos em (101) (primeira posição), em (102) (segunda posição) e, finalmente, em (103) (posição pós-verbal, ou seja, à direita dos dois verbos)<sup>37</sup>:

---

<sup>36</sup> Consideramos neste grupo os auxiliares modais *dever*, *poder* e *haver de*.

<sup>37</sup> Alguns dos exemplos aqui transcritos, de (101) a (103), são retirados de Silva (em preparação) e todos eles foram extraídos do conjunto de textos do CIPM que utilizamos neste trabalho.

- (100) a. O João<sub>i</sub> pode t<sub>i</sub> comer a sopa.
- (101) a. Eno que diz a ley q(ue) o juiz non ha y mays que faz(er) poys cognosce a demanda, entende se que **o juiz nõ deve mays ouvir o p(re)yto**, p(er)o deve o juygar. (1280?, TP, sf)
- b. se **os nos nõ podermos laurar**, dalos o abbade a q(ue)n nos laure & nos laurarmos ben a aut(r)a h(er)dade. (1274, HGP053, sf)
- (102) a. E poys que as testimonhas sã ab(er)tas **nõ pod(e) a parte aduz(er) testigoos outros** sobre aquel artijgoo sobre que forõ ya aduzudos. (1280?, TP, sf)
- b. Estas sã as razoes p(er) que **podẽ os alcaydes seer deytados** por susp(e)ytos dos p(re)ytos (1280?, FR, 78v)
- (103) a. Se alguu omẽ erdar au(er) [de] [ladrõ] p(er)que é parête mays p(ro)uïco ou p(er)q(ue) lhy mãdou sa bõa, faça tal enmẽda **q(ua)l deuia faz(er) o ladrõ** lsel luiuessel e nõ receba out(ra) pẽa en seu corpo. (1280?, FR, 141r)
- b. (e) des q(ue) M(ar)tin p(er)ez (e) sa moller Amada m(ar)tijz forẽ pasados [de]ste mũdo **deue remaecer o casal cõ toda sa bẽfeytoría** q(ui)te (e) líure (e) en paz ao moesteiro de Pedrosso (1279, CHP016, sf)

Ao nível da estrutura da frase, as orações infinitivas que referimos acima corresponderão a domínios que não projectam acima de IP, e serão mais ou menos defectivos consoante o verbo que subcategoriza o verbo infinitivo.

Em Gonçalves (1999) é assumida uma abordagem tripartida das orações infinitivas, no sentido em que, segundo a autora, a cada tipo de construção está associada uma estrutura sintáctica, mais ou menos defectiva, consoante o verbo que a selecciona<sup>38</sup>. Assim, no caso das construções com modais, a oração infinitiva seria um

<sup>38</sup> A autora joga também com factores de ordem estrutural, como a posição dos clíticos e da negação, por forma a determinar que domínios são projectados. Assim, sempre que um destes constituintes (ambos de

TP defectivo e inerte quanto a traços-V, que não projecta acima deste. O TP seria pleno no caso das construções de Controlo. Para as causativas *fazer-Inf* (apenas em contextos de predicado complexo<sup>39</sup>), Gonçalves defende que a completiva infinitiva é o domínio mais defectivo de todos, porque não projecta além de VP<sup>40</sup>. Mas, para que tal estrutura seja viável, Gonçalves defende que no PEC o sujeito do domínio encaixado é um argumento internalizado<sup>41</sup>, ou o “causado”<sup>42</sup>, e não um verdadeiro sujeito.

As razões que apresenta em favor desta proposta prendem-se com alguns problemas que podem advir do facto de chamar sujeito ao causado, pois, se por um lado este constituinte se comporta como sujeito com relação a fenómenos no âmbito da Teoria da Ligação, da Teoria do Controlo ou ao fenómeno da posse inalienável<sup>43</sup>, por outro lado, manifesta propriedades de objecto no que diz respeito à Teoria do Caso, já que pode verificar Caso acusativo e mesmo dativo (cf. *fez telefonar a Maria*, ou *fez comer a sopa à Maria*). Por esta razão Gonçalves assume que o causado não é um sujeito gramatical, mas sim um argumento internalizado, que é projectado internamente a V’ encaixado, em posições classicamente associadas aos objectos, daí os verbos causativos não projectarem para além de VP.

Seguindo uma mesma linha, Martins (2000a) defende que, a não ser que requisitos lexicais obriguem a projecção de CP, como a selecção-s ou a selecção-l, as orações infinitivas são IPs e não CPs, sendo que esse estatuto é imposto por um Princípio de Economia das Representações. Importa, no entanto, definir que tipo de

---

natureza clítica) puder ser realizado numa posição estruturalmente baixa significa que legitimam tempo, ou seja, TP.

<sup>39</sup> Ou “união de orações”, na terminologia que temos vindo a usar.

<sup>40</sup> Na proposta de Gonçalves, nas construções de predicado complexo o complemento infinitivo subcategorizado pelo verbo causativo não é frásico pois nem T nem AgrS projectam, ao contrário do que acontece nas construções com modais e com verbos de Controlo. Alguns dos argumentos estruturais em favor da não projecção de T decorrem da impossibilidade de ocorrência de PRO, da negação frásica e do auxiliar perfectivo. Quanto a AgrS, não é projectado, uma vez que não há acordo sujeito/verbo e SE nominativo não ocorre.

<sup>41</sup> Ou seja, é composto em posições tipicamente associadas aos objectos: OD se o infinitivo for intransitivo e OI se for transitivo. Em termos semânticos, é o argumento Tema ou Alvo, respectivamente.

<sup>42</sup> O causado é o constituinte que denota a entidade responsável ou afectada pelo evento.

<sup>43</sup> Alguns dos argumentos em favor de se considerar o causado como um verdadeiro sujeito na construção de predicado complexo advêm dos trabalhos de Kayne (1975), Burzio (1986) e Villalba (1992). Em italiano e catalão o causado pode ligar expressões anafóricas em posição de objecto encaixadas (i), é o controlador de PRO (ii) e, na construção de posse inalienável, tanto nestas línguas como no francês, o causado corresponde ao possuidor e liga o DP que denota a entidade possuída (iii).

(i) Con le minace, fecero accusare se stesso<sub>i</sub> a Giovanni<sub>i</sub>. (Burzio 1986: 264)

(ii) Ho fatto affermare di PRO<sub>i</sub> averla visto a Giovanni<sub>i</sub>. (Idem: 263)

(iii) La peur a fait se hisser Paul<sub>i</sub> d’ une seule main<sub>i</sub> dans l’ eau. (Kayne 1975: 207)

Os dados relativos a estas línguas parecem confirmar que o causado é o sujeito do domínio infinitivo encaixado, caracterizado por ser dependente do verbo encaixado (com ele tem de ser semanticamente

oração infinitiva são esses IPs, se IPs máximos (AgrSP ou IP, dependendo da arquitectura de frase adoptada), se IPs reduzidos (ou TPs).

Com esse propósito, e nesse trabalho específico, Martins não analisa em detalhe as construções causativas, apenas as construções com modais e com verbos de Controlo, e defende, com base na análise das construções de Controlo do islandês feita em Thráinsson (1994)<sup>44</sup>, que, nas línguas românicas, as construções com modais são equivalentes a estas últimas (com sujeito obrigatoriamente expresso) no sentido em que apenas projectam AgrSP. Martins aproxima os dois tipos de construção e defende que os complementos infinitivos dos verbos modais das línguas românicas constituem um domínio AgrSP defectivo, no sentido em que não tem traços-V, e não projectam acima de AgrS, tal como acontece nas estruturas de Controlo.

Relativamente às frases nas quais o infinitivo é introduzido por uma preposição, que é equivalente ao “to” do inglês, e que apresentam a ordem [P Vinf], correspondem estruturalmente a orações reduzidas subcategorizadas por um núcleo preposicional P (Raposo 1989), ou seja, são construções estruturalmente defectivas. Martins (2000a), baseando-se em Thráinsson (1993), propõe ainda que nos contextos em que o infinitivo é introduzido ora por preposição, ora por “que” homófono do complementador finito (equivalente ao “to” do inglês), alternando entre si, são l-seleccionados pelo verbo infinitivo, pelo que são ambos marcadores infinitivos. Deste modo, não há evidência para que CP seja projectado, o que suporta a ideia de que o domínio infinitivo encaixado, ainda que introduzido por preposição, seja um domínio defectivo ou, por outras palavras, uma projecção de IP.<sup>45</sup>

Apesar das divergências entre as análises existentes para as construções com modais, causativos (e de percepção) e de Controlo, para o nosso trabalho interessa assumir que, no espírito da economia de projecções, uma vez que CP só é projectado se houver restrições ao nível da selecção lexical que o imponham, o domínio infinitivo constitui um domínio de IP, que não projecta acima desse nível. Tendo presente este pressuposto, vamos agora cingir-nos às atestações extraídas do nosso *corpus* e, à

---

compatível, como *O João mandou estudar a matéria à Maria* vs. *\*O João mandou estudar a matéria ao cão*) e por poder ligar expressões anafóricas em posições de objecto encaixadas.

<sup>44</sup> Thráinsson (1994) analisa a estrutura dos complementos infinitivos de Controlo e modais em islandês e conclui que os complementos finitos são CPs, os de Controlo são AgrSPs e os complementos de modais são TPs. Nas línguas românicas, no entanto, os predicados modais comportam-se como verbos de Controlo, pelo que Martins (*Ibidem*) opta por não seguir a análise dos modais proposta por Thráinsson, concentrando-se antes nas estruturas de Controlo.

<sup>45</sup> Pesetsky & Torrego (2001, 2002) sugerem que em construções do tipo *de+Inf* a preposição é portadora de um traço T em C, pelo que será, ela própria, núcleo de CP.

semelhança do que foi feito para as orações com esses mesmos verbos em forma finita, também agora serão analisadas as ocorrências século a século e consoante o tipo de texto. No final de cada sub-ponto será feito um apanhado geral da situação observada para o século em análise.

### 5.3.1. Século XIII

Tal como procedemos para a descrição dos contextos temporalizados com um verbo, também agora começamos pelas ocorrências do século XIII, mais concretamente pelos textos não literários.

#### 5.3.1.1. Textos não literários

No quadro 28 apresenta-se o número total de construções infinitivas e gerundivas atestadas no *corpus* de textos não literários do século XIII, separadas consoante o tipo de estrutura em que ocorrem.

Quadro 28 – Orações infinitivas e gerundivas nos textos não literários do séc. XIII

Estruturas de Controlo <sup>(a)</sup>	Construções de “união de orações” e de Reestruturação <sup>(b)</sup>	Estruturas de auxiliar + infinitivo <sup>(c)</sup>	Preposição + infinitivo	Outras <sup>(d)</sup>	Gerundivas
21	4	57	14	2	5

<sup>(a)</sup> verbos *querer* e/ou *ousar*.

<sup>(b)</sup> causativos (*fazer, mandar, deixar* e *enviar*) e/ou de percepção (*ouvir, sentir*)

<sup>(c)</sup> auxiliares modais (*dever, poder* e *haver de*), aspectuais (*soer a*) e/ou temporais (*ir, vir*).

<sup>(d)</sup> estruturas nas quais o verbo infinitivo surge num membro mais baixo numa estrutura de coordenação, ou então quando é complemento de um nome ou mesmo de um adjectivo.

Passando aos exemplos do *corpus*, em (104) apresentam-se construções de Controlo, em (105) construções de “união de orações” (em todas as ocorrências o infinitivo é transitivo, já que exprime uma ideia de causatividade entre um Agente e uma acção por ele causada, ou por um “intermediário”<sup>46</sup>), e em (106) podem-se observar estruturas de auxiliarização compostas por um verbo modal, temporal ou aspectual seguido de complemento infinitivo. O facto de agruparmos os diferentes tipos de auxiliar sob uma mesma designação não é importante, uma vez que as diferenças entre eles são essencialmente semânticas e não sintácticas, ou seja, não se observam

diferenças ao nível da estrutura quer se trate de um auxiliar modal, quer aspectual, quer temporal.

Conforme se pôde também constatar pelo quadro anterior, há apenas 14 ocorrências de infinitivo introduzido por preposição (causais e finais), como em (107).

(104) a. e se **se nõ quiserẽ aiuntar**, aquel que o demãdar [dé] boos fiadores a quẽ o teu(er) da rreda d(e) todos q(ua)ntos o demandarẽ e déo entõ. (1280?, FR, 121v)

b. Se alguus se outorgarẽ por marido e por molh(er) dante omees boos & ante q(ue) ayã de uer huus cõ outros e **ambos ou huu delles q(ui)s(er) fillar ordĩ**, possano fazer. (1280?, FR, 104r)

c. e esse p(ro)c(ur)ador dise a esse Alcayde. sse **lho q(ue)rya filhar**. ca sse lho ffilhasse ou q(ui)sese. en filhar. q(ue) asi fazya força. áa P(ri)oressa (e) áás donas dachelas (1298, CHP062, sf)

(105) a. E **o alcayde** porq(ue) iuygou torto e **mandou fillar o q(ue) nõ deuya**, p(ey)t(e) outro tanto d(e) seu auer aaquel a que o fillarõ sen a entrega que suso é dita e se nõ ouu(er) outro tãto come aquillo q(ue) fillou p(er)ça o que ouu(er). (1280, FR, 86v)

b. E **nos Abbade [e] Conuêto de suso d(i)cto q(ue) este prazo mandam(os) faz(er)**. cũ nossas mããos propias o reuoram(os). (1279, CHP013, sf)

(106) a. **Toda molh(er) uyuuo**a, pero q(ue) aya padre ou madre, **possasse casar** sen mandado delhes se quis(er) e non aya nenhũa pẽa poren de a desherdarem. (1280?, FR, 103v)

b. E se muytos h(er)deyros forẽ e **a cousa for que se possa p(ar)tir**, como dyeyros ou bestas ou out(ra) cousa tal, segundo q(ue) cada huu deuia erdar, assy receba sa parte, (1280?, FR, 121v)

---

<sup>46</sup> De acordo com o que propõe Raposo (1981).

c. (e) disse q(ue) **nenhũu dos se(us) fillos. nẽ nẽhũus(os)(sic) dos sse(us) netos nõ uenhã fillar** nẽ p(ar)tir depos ssa morte **esse meyo desse casal. nẽ p(ar)te dele** (1299, CHP030, sf)

d. E se **o ryo** leyxar a madre p(er) u **soy correr**, aiana os h(er)deyros q(ue) morã mays acerca. (1280?, FR, 107v)

(107) a. Se alguu p(re)yto for acabado p(er) iuyzo fijdo d(e) que se non alçou nenhuma das partes, ou se [se] alçou lel foy (con)firmado p(er) aquel que o deuia (con)firmar, nenhuma das partes nõ possa mays tornar aaq(ue)l p(re)yto, p(er)[o] que diga q(ue) achou de nouo cartas & testimõnhas ou out(ra) razon noua **pera tornar a seu p(re)yto**. (1280?, FR, 100v, 101r)

b. Todo ome q(ue) matar out(ro) sã seu g(ra)do moyra porẽ, senõ se matar seu enmijgo conhoçudo o[u] deffẽdendosse, (...) ou se o achar cõ sa molh(er) leuãdoa p(er) força **p(er)a iazer** cõ elha (...) ou slel o matar accurrẽdo a seu senhor q(ue) ueya matar ou q(ue) q(ue)yrã matar ou a padre ou a filho ou auoo ou yrmao ou a out(ro) ome q(ue) deua a uĩgar p(er) linhagẽ ou matar enoutro logar q(ue) possa mostrar q(ue) o matou a dereyto. (1280?, FR, 100v, 142r)

Verifica-se que a ordem básica relativa dos verbos é V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>, tal como em PEC, sendo que os complementos subcategorizados pelo V<sub>inf</sub> ocorrem preferencialmente pospostos ao mesmo, salvo alguns casos em que certas especificações estruturais favorecem a anteposição. Esta verifica-se em contextos habituais de próclise em relação a V<sub>fin</sub> e não em relação a V<sub>inf</sub>, como se observa em (104a, c) e (106b) (seguindo a tendência de adjunção dos clíticos ao verbo temporalizado<sup>47</sup>).

Conclui-se que, como no padrão europeu, a posição básica dos complementos é à direita do verbo que os selecciona, sejam eles pronomes ou DPs plenos, como mostram os exemplos de (108):

---

<sup>47</sup> Cf. Fiéis (1996).

(108) a. (e) ss(e) pela uẽtura uoss Algũa dyujda fezerdess ou Algúá enlyza q(ue) nẽhũu nõ sseyá poderosso **d(e) ffylha(r) lo nosso** (1294, CHP049, sf)

b. Mays se tal for o preyto q(ue) nenhũa das partes non seya en culpa & q(ue) ambas as p(ar)tes aiã mest(er) o meyrõ ou o sayõ, assy como se alguus **an de p(ar)tir algũa cousa d(e) (con)su** ou an d(e) faz(er) out(ra) cousa semellauil, ambas as p(ar)tes dẽ o dezimo d(e) (con)suu ao meyrõ ou ao sayõ. (1280?, FR, 127v)

Em suma, quando realizados com DPs plenos, os constituintes com função de objecto do Vinf seguem o verbo, mas se forem clíticos, verifica-se a generalização da subida do clítico (“clitic climbing”) para o domínio de Vfin.

### 5.3.1.2. Textos literários

Continuando a tratar estruturas com mais de um verbo, consideremos agora aquelas em que o verbo principal ocorre em forma não finita em frases dos textos literários do século XIII.

Quadro 29 – Orações infinitivas e gerundivas nos textos literários do séc. XIII

Estruturas de Controlo	Construções de “união de orações”	Estruturas de auxiliar + infinitivo	Preposição + infinitivo	Outras	Gerundivas
9	7	9	6	1	3

Quando o verbo infinitivo é usado inacusativamente, a ordem verificada nos textos literários é sempre a ordem Vfin Vinf, e encontra-se 7 vezes em construções de Controlo, outras 7 em construções causativas, 8 vezes em estruturas de auxiliarização - sendo que, em 4 ocasiões, o verbo que introduz o complemento infinitivo é um modal - e por duas vezes ainda o infinitivo é introduzido por uma preposição. O número total de orações com verbos infinitivos e gerundivos é 27 e por 13 vezes o sujeito não é realizado, nas outras 14 o sujeito é anteposto 7 vezes, é posposto 2 e, por 5 vezes, é intermédio, ou seja, ocorre entre o verbo em forma finita e o verbo infinitivo. Eis alguns

exemplos, de construções de Controlo, em (109), de construções “união de orações”, em (110a) e (110b), de auxiliar mais infinitivo, em (111), e de preposição mais infinitivo, em (112):

(109) a. Ella voava e estava ante mÿ, ataa o tenpo que a horaçõ do bispo leyxa estar os cathecumynos, s(cilicet), **os que sse q(ue)rẽ tornar** aa ffe. (séc. XIII/XIV, VS3, 77r)

b. E eu fui-me (com) elles e chegey aas portas do adro da e(gr)reja e q(ua)ndo ffoy a ora de adorar a Santa Cruz **eu q(ue)ria entrar** na eg(re)ja com os outros. (séc. XIII/XIV, VS7, 59r)

(110) a. pois rrogo-te madre de Deos que me ajudes ca eu nom ey conforto nehũu e **faze-me entrar** p(er) as portas desta eg(re)ja (séc. XIII/XIV, VS7, 59v)

b. E ante a boca daq(ue)lla besta estavã grandes câpanhas de dyabóós que atormêtavã as almas e **as faziã entrar** ãno ventre daq(ue)lla besta. (séc. XIII/XIV, VS5, 126v)

(111) a. E quanto mais p(er) elle descendiã q(ua)nto mais pouco viã p(er) hu **aviã de tornar**. (séc. XIII/XIV, VS5, 129v)

b. E o ango disse. p(ra)z-me que os vejas mas nõ **poderás la entrar**. porque estes estam senp(re) ante a p(re)sença de Deos. (séc. XIII/XIV, VS5, 134r)

(112) a. E **eu p(ro)vava p(er)a entrar** e nom podia p(er) nemhũa guisa assy que eu ssoo fiquey ãho adro e toda a outra (con)panha emtrou (séc. XIII/XIV, VS7, 59r)

b. E disse ãtom o angeo a alma. penssa **de me seguyr**. diz a alma. (séc. XIII/XIV, VS5, 125v)

Quanto à ocorrência de verbos não temporalizados usados transitivamente, verifica-se um número reduzido de casos nos textos literários, apenas 8 atestações, o que contrasta com o maior número encontrado nos textos não literários. Assim, foram contabilizadas 2 orações nas quais o verbo finito é um verbo de Controlo, como em (113a), em apenas uma é um auxiliar modal, em (113b), por quatro vezes o infinitivo é introduzido por preposição, como em (113c).

- (113) a. Glorya seja a ty dada senhor padre poderoso que segundo a tua mis(er)icordia q(ui)seste livrar a esta alma dos tormêtos do Inferno. e **q(ui)seste-a ajuntar** cõ os teus sanct(os). (séc. XIII/XIV, VS5, 133v)
- b. Rogo-te por Deos que me p(er)does ca **nom posso tornar** cõtra ty a **minha face** porq(ue) ssoo molher e ando nua. (séc. XIII/XIV, VS7, 55r)
- c. Senhor como poderia passar p(er) estas penas disse o angeo anda nõ temas **de me seguir**. (séc. XIII/XIV, VS5, 126r)

Ao contrário do que verificámos para os textos não literários (cf. 5.3.1.1.), nestes os verbos infinitivos que ocorrem nas construções de “união de orações” são inacusativos. De entre estas atestações, apenas duas vezes o sujeito é realizado lexicalmente como DP e, nesses casos concretos, é anteposto ao verbo, isto é, observa-se a ordem SV, como em (114).

- (114) E **vi minha madre jazer** atolada ã fogo, atee os olhos, e desvairados vermêes que a comiam de cada p(ar)te. (séc. XIII/XIV, VS2, 74r)

Relativamente ao objecto, a maior parte das vezes, ou seja, 5 vezes, ele ocorre entre os dois verbos, como em (113a), em duas situações é pós-verbal, como em (113b), e apenas uma vez é anteposto, como em (113c).

Também nos textos literários do século XIII se verifica a mesma variação na ordem de constituintes tanto em construções inacusativas como transitivas.

### 5.3.2. Século XIV

Passemos agora à descrição dos contextos não temporalizados do século XIV em 5.3.2.1.

#### 5.3.2.1. Textos não literários

Vamos agora observar os dados relativos ao século XIV, começando pelos textos não literários. O quadro 30 dá uma visão geral do que se pode observar.

Quadro 30 – Orações infinitivas e gerundivas dos textos não literários do séc. XIV

Estruturas de Controlo	Construções de “união de orações”	Estruturas de auxiliar + infinitivo	Preposição + infinitivo	Outras	Gerundivas
0	1	18	16	1	4

Não foram encontradas construções de Controlo nos textos não literários do século XIV e apenas ocorre uma construção de “união de orações”, representada aqui no exemplo (115):

(115) E deuẽ as d(i)ctas pessoas no d(i)cto emprazamẽto cantar (e) e(sic) **faz(er) melhorar** (e) faz(er) quãta bemf(e)ctoria faz(er) pod(er)em (e) nõ deuẽ hj c(ri)ar filho nõ filha dalgo nõ doutro poderoso (1355, DN097, sf)

Relativamente às orações gerundivas, correspondem todas a contextos inacusativos, como em (116).

(116) a. Sabbeã q(u)antos este testamẽto uyrẽ com(m)o **eu P/ay/ Ááres, jasendo doe/n/te** & temendome de morde, p(er)o cõ todo meu sisso & meu entendem(en)to q(u)al D(eu)s teuo por bẽ de mo mellor dar, it(em) p(r)im(eyr)amẽte mãdo a mjna alma a D(eu)s & rogo a sua madre S(an)ta M(ari)a q(ue) sega mjña avogada a ora da morte & hao dia do juyso. (1348, HGP072, sf)

b. Sabhã todos q(uan)tos este st(ru)m(ento) virẽ q(ue) en p(re)ssença de m̃jffran(cisco) giraldiz pu(blico) tabaliõ de G(ui)mar(ãe)s (e) das.

t(estemunha)s Aq(ui) sc(ri)tas ãnas cassas de Johã m(ar)tijz Abade de ssam P(edr)o do Mont(e) **Jazendo hj doent(e) M(ar)tim g(onça)ll(ve)z** sinza Abade de ssam Romao daRões o d(i)to M(artim) g(onça)l(ve)z disse A m̃d(i)to tabaliõ q(ue) eu lhj mostrasse (e) leesse hũu sseu testamẽto q(ue) ele ffezera (e) out(or)gara vijt(e) (e) noue djas. daGosto da Era. de. Mil. (e) t(re)zentos (e) Sasseãta. (e) noue. Anos (1336, DN089, sf)

As restantes ocorrências resumidas no quadro 25 referem-se maioritariamente a estruturas de auxiliarização, onde se destacam as orações com verbos modais (que são 15 num total de 18), como em (117), e complementos infinitivos seleccionados por outros auxiliares, como em (118).

(117) a. assy q(ue) a cõdyçõ dũu nõ sseía melhor q(ue) a do hout(ro) (e) o q(ue) hũu deles começar q(ue) **o out(ro) o posa acabar** p(er) ent(re)gar p(or) m̃j (e) ã meu nome. todalas h(er)dades q(ue) eu hej (e) de der(ei)to deuo a au(er) no lauradio Riba teío a M(ar)garída m(ar)tiijz dona dachelas (e) ffilha de M(ar)tin louredo (1341, DN128, sf)

b. Et aa mort(e) da post(re)meyra pesõa destas tres, os d(i)tos casares fiq(ue)n ao d(i)to most(eyr)o liures & q(u)ites & bẽ pagados & aaq(ue)l tẽpo do d(i)to most(eyr)o **os posam entrar** & rezeber p(er) ssua autoridat sen cõtradizemẽto de ñgũ. (1335, HGP037, sf)

(118) a. oie domĩgo, #xxiij dias de Mayo, o dia q(ue) lle era asynado p(ar)a p(ar)tiren os h(er)dam(en)t(os) & chãtad(os) q(ue) don Aras P(e)l(ae)z, cl(er)igo de T(re)moedo, dou & mãdou ao d(i)to abbade & (con)uẽto & q(ue) ll(e)s uendeu **os q(u)aes bẽes auya de p(ar)tir** segũdo era (con)tiudo en(n)a s(ente)nça & aujñça q(ue) foy dada p(er) Sueyro Ean(e)s & G(onçalu)o Nu(ne)z & p(er) m̃j Aras G(arci)a. (1316, HGP124, sf)

Apresentamos, em (119), exemplos de orações nas quais o verbo infinitivo é introduzido por preposição:

(119) a. oie domĩgo, #xxiij dias de Mayo, o dia q(ue) lle era asynado **p(ar)a p(ar)tiren os h(er)dam(en)t(os) & chãtad(os) q(ue) don Aras P(e)l(ae)z, cl(er)igo de T(re)moedo, dou & mãdou ao d(i)to abbade & (con)uêto** (1316, HGP124, sf)

b. E mãdo a q(ua)lq(ue)r Taballiom desta comarca q(ue) esta c(ar)ta uír q(ue) uola lea (e) publiq(ue) (e) de como uola leer (e) publicar q(ue) me faça en(de) ç(er)to p(er) stro(mento) assináado do seu sinal **p(er)a tornar hj El Rey** como sa m(er)çéé for vn(de) uos (e) el al nõ façades. (1342, DN094, sf)

Os exemplos (117)-(118), à semelhança do que verificámos para o século XIII, são exemplificativos da ordem básica V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>, uma vez que não há qualquer ocorrência da ordem inversa nos textos não literários do século XIV. Relativamente aos complementos subcategorizados pelo verbo infinitivo, estes seguem sempre o verbo, salvo quatro atestações nas quais o complemento precede os dois verbos, e outros três casos em que se encontra numa posição medial, mas sempre realizados como pronomes clíticos ou constituintes-Wh. Relativamente aos últimos, em (119), são exemplo de orações nas quais o verbo infinitivo é introduzido por preposição. Relativamente a estes, tanto o objecto, sempre que presente, no caso das transitivas, como o sujeito, nas construções inacusativas, surgem a seguir ao verbo na ordem [P V<sub>inf</sub> DP].

### 5.3.2.2. Textos literários

Em relação aos textos literários do século XIV, há 62 ocorrências de verbos na forma infinitiva. As orações não temporalizadas com verbos no gerúndio é que mantêm sensivelmente o mesmo número de ocorrências, ou seja, foram contabilizadas cinco atestações. Para uma melhor visão dos dados analisados, observe-se o quadro 31:

Quadro 31 – Orações infinitivas e gerundivas dos textos literários do séc. XIV

Estruturas de Controlo	Construções de “união de orações”	Estruturas de auxiliar + infinitivo	Preposição + infinitivo	Outras	Gerundivas
11	16	19	15	1	5

Comparativamente com o quadro 25, o que se constata é a presença, nos textos literários, de 11 frases com verbos de Controlo. De salientar, igualmente, o aumento de ocorrências de infinitivos subcategorizados por verbos causativos. As outras construções mantiveram sensivelmente o mesmo número de ocorrências. Observemos agora alguns exemplos de construções de Controlo, em (120), de complementos infinitivos subcategorizados por verbos causativos, em (121), de ocorrências de auxiliar mais infinitivo, em (122), e de preposição mais infinitivo, em (123).

- (120) a. E **quis ajuntar** ã sua maldade **o bispo de Nense**, que avya nome Aregio, mas elle nõ o quis fazer; (séc. XIV, CGE, 58a)
- b. Mas el rei Atilla cõ sua companha estiverom detras das carretas que nõ **ousarom tornar** ao campo, tangendo suas trombas e cornos e fazendo muy grande arroydo. (séc. XIV, CGE, 35d)
- c. El rei Atilla, despois que vyo que se partyam as hostes dos Godos e dos Romããos, ouve grande prazer e **quiserasse partir** do campo. (séc. XIV, CGE, 36b)
- (121) a. reynãdo Trasmundo, rey dos Vandallos, ã Affrica, **fez çarrar as igrejas dos cristããos** que avya em todo seu senhoryo (séc. XIV, CGE, 40c)

- b. Depois que Julyo Cesar vyo que stavã espantados e ãfraquecidos, mandou aos seus que os fossem feryr seu passo; e elles fezerõno assy e **fezerõnos tornar** ao valle onde antes stavã primeiramente. (séc. XIV, CGE, 30d)
- c. E este foi o que **fez tornar os judeus** ãna terra despois que os Godos os avyam deitados; (séc. XIV, CGE, 58a)
- (122) a. E, estando ãtre seus amores, cuydando que **se avyã de tornar todos hũũs**, e sendo os de Julyo Cesar a comer, começarõnos os de Petreo assy a feryr e a matar como estavã, desarmados e nõ se catando delles. (séc. XIV, CGE, 30b)
- b. E, aaquella sazõ que esto foi feyto, se compryam sasseenta e sete ãnos que **os Vandallos avyam entrado** ã Affrica e cobrado o senhoryo della. (séc. XIV, CGE, 45a)
- c. Mas veolhe hũa tormẽta que o fez per força tornar; e **ouve d' entrar** ã hũa cidade de Portugal a que agora chamã o Porto e logo hy foi preso. (séc. XIV, CGE, 37b)
- (123) a. E mayor prez sera a nos mover daquy cõ myngua de vyandas que tornar aa terra **pera ajuntar mantiimentos e gentes** e perventura poermos o feyto em prigiça. (séc. XIV, CGE, 59b)
- b. E, estando ja Paulo seguro, polla jura e recebimento que lhe todos avyam feyto, começou de se guysar **pera entrar em Espanha** e lidar con seu senhor, como treedor conhecido. (séc. XIV, CGE, 58c)
- c. E tanto argulheceu, por que era casado con hũa filha del rey Thoderedo, que por esta razon sayu de seu reyno e começou de guerrear todallas terras de Espanha **por as tornar ao seu senhoryo**. (séc. XIV, CGE, 35d)

O que se pode concluir pela amostragem em (120)-(123) é que os complementos tendem a seguir o verbo que os subcategoriza, à excepção de 5 casos em que se verifica o oposto. Contudo, e à semelhança de situações anteriores, também se trata de ocorrências com clíticos (cf., por exemplo, (120c), (121b) e (123c)), e por uma vez se observa a presença de um constituinte-Wh numa construção negativa de Controlo, como no exemplo (124):

(124) Enno quynto ãno do reynado del rey Amallarico, seendo elle em grãde desavêẽça com sua molher, dona Cothylda, por razon daquella escomũgada heresya de Arryo **que ella nõ queria** teer nõ **seguyr**, desonrravaa elle por ello de muy maa guysa, ca lhe fazia muytas ãjurias e muytas villedas em toda cousa que elle podya. (séc. XIV, CGE, 42d)

Nas orações gerundivas, que são cinco, predomina a ordem na qual os complementos (sempre que lexicalmente expressos), mesmo tratando-se de argumentos pronominais, seguem o verbo. Facto esse que reitera o que tem sido descrito na literatura, ou seja, de acordo com, por exemplo, Martins (1994) e Fiéis (1996), nas orações subordinadas gerundivas afirmativas não introduzidas por preposição, a ordem verificada é a ênclise.

(125) a. E porẽ rogo aos deusses que me dem de ty dereyto, **ajuntandome contigo em batalha** hũu por outro, ca eu te farya conhoçer os tortos que as feitos a muytos nobres barões. (séc. XIV, CGE, 6a)

b. E ãtanto andou em derredor, assessegando as outras terras e **tornandoas** pera sy. (séc. XIV, CGE, 25d)

c. E veo sobr' elle Lictoryo, caudel da cavallarya dos Romããos, e os Unus cõ elle em sua ajuda e fezerom dally levãtar el rey Teuderedo, **seguyndoo**. (séc. XIV, CGE, 34c)

Acrescente-se que, em todas as orações gerundivas dos textos não literários do século XIII, mesmo naquelas orações com verbos que não entram em construções

transitivas e inacusativas, só há ocorrências de ênclise. As nossas atestações, neste ponto da descrição, permitem-nos concluir o mesmo.

### 5.3.3. Século XV

À semelhança do que aconteceu relativamente aos verbos em forma finita descritos no ponto anterior, e uma vez que o *corpus* do século XV é o mesmo, é também agora que vamos ser confrontados com o maior número de ocorrências. Não de atestações retiradas dos textos não literários, mas sim dos textos literários. Começaremos pelos primeiros, para depois nos podermos alongar mais na análise dos exemplos extraídos dos textos literários.

#### 5.3.3.1. Textos não literários

Apresentamos agora, no quadro 32, os números referentes aos textos não literários do século XV, que não diferem muito dos números dos quadros anteriores, pois são 36 orações descritas no total (33 infinitivas e 3 gerundivas).

Quadro 32 – Orações infinitivas e gerundivas dos textos não literários do séc. XV

Estruturas de Controlo	Construções de “união de orações”	Estruturas de auxiliar + infinitivo	Preposição + infinitivo	Outras	Gerundivas
1	2	21	8	1	3

Mantemos as conclusões dos pontos anteriores relativamente à posição na qual os complementos aparecem realizados à direita do verbo que os subcategoriza se este for usado transitivamente. Mas também há casos em que tal não acontece, em particular quando o complemento precede o verbo (ou os dois verbos no caso das construções com dois verbos), o que acontece oito vezes, nas quais o objecto é realizado como proclítico em 4 situações e como Wh uma vez. Contudo, ao contrário das situações anteriores, nos textos não literários do século XV há 3 situações de constituintes antepostos realizados como DPs plenos (exemplos 126c-d). Observem-se alguns exemplos relevantes em (126):

(126) a. & p(er) este estormêto derõ poder **ao abade da d(i)ta jgl(e)ia q(ue) a podese ent(r)ar** & au(er) p(ar)a a d(i)ta jgl(e)ia sen seu enbargo e rrenũciarõ q(ue) desto nõ disesen o cõtrario en juiso nõ fora del & se o diserẽ q(ue) lhe nõ valla; (1401, HGP163, sf)

b. E esso meesmo q(ue) **os nõ possa alhear nõ pa(r)tyr** nõ espedaçar saluo andarem semp(re) Juntamente ã pessoa d(e)le afom(so) an(e)s (1440, DN184, sf)

c. humilldemente rrogando a n(uest)ro Señor Ih(es)u (Christ)o et a sua madre Vi(r)geem Maria nos q(ue)yra dar g(r)açia et ordẽe com(m)o **esta obra** bem **possamos começar**, medear et acabar a loor et honra da bẽ auenturada Vi(r)gẽe M(ari)a & do seu gl(ori)oso fillo noso Señor Ih(es)u (Christ)o, amẽ. (1473, HGP080, 1v)

d. **Eu t(abaliam) sobr(e)d(i)to q(ue) este est(ormento) (e) a posse destes logar(e)s uj ffylhar** (e) aq(ui) meu synall ffez q(ue) tall h(e) (1437, DN162, sf)

Da observação do quadro 32 se verifica que apenas foi encontrada uma ocorrência com um verbo de Controlo, que se transcreve em (127). Nesta atestação, apresenta-se expresso o sujeito do verbo *querer* e o objecto do verbo “controlado” surge na sua posição básica, isto é, à direita do verbo:

(127) E o d(i)to pedrairas Reçebudo todo esto em ssí disse q(ue) elle ap(rese)ntaria as d(i)tas appellações na d(i)ta eg(re)ia (e) co(r)te de Roma (e) sat(es)faria a todo o q(ue) lhe o d(i)to afom(so) st(ev)ez mãdaua faz(er) (e) lhe trageria de todo Recado gua(r)dandoo d(eu)s de mal (e) doutro caiom (e) começou logo de sse hir come homẽ camjnhant(e) q(ue) segundo paresçia **queria segu(j)r caminho** (1426, DN180, sf)

As construções com verbos causativos e de percepção são apenas duas e, em ambas, o complemento do verbo infinitivo precede todo o complexo verbal, realizado

uma vez como constituinte-Wh e outra como DP, o que não contradiz as descrições feitas até ao momento. Os exemplos são os que se apresentam em (128):

(128) a. E (con)sijrando Nos E avendo p(er) ç(er)ta ãformaçom p(er) suficiente **Inq(ui)sicom q(ue) sobr(e)llo mandam(os) filhar**. da pessoa de vaasco m(art)jz cõigo Reglante da d(i)cta ordem de s(an)cto agostinho. (1434, DN161, sf)

b. **Eu t(abaliam) sobr(e)d(i)to q(ue) este est(ormento) (e) a posse destes logar(e)s uj ffylhar** (e) aq(ui) meu synall ffez q(ue) tall h(e) (1437, DN162, sf) (= 126d)

As atestações nas quais o verbo infinitivo é subcategorizado por uma preposição são oito, sendo a ordem Preposição-Verbo-Complemento a que mais se observa. Contudo, em 3 situações o complemento pronominal antecede o verbo, o que não causa estranheza uma vez que as orações introduzidas por preposição são contextos tendencialmente proclíticos. Seguem-se alguns exemplos:

(129) a. Sabeã q(u)antos esta ca(rt)a d' arẽdam(en)to virẽ com(m)o nos, o p(r)ior & mõjes do m(osteyr)o de S(an)ta M(ari)a d' Oseyra, sendo todos ajũtados en noso cabíjdo s(egund)o auemos de huso & de custume **de nos ajuntar** por faz(er) ben & m(er)çede & gra(ça) & ajuda a uos, frey G(onçalu)o de (Con)furco, çelareyro do d(i)to m(osteyr)o, (1433, HGP079, sf)

b. E sse algũu fidalgo ou out(ra) pessoa for cont(ra) esto q(ue) mãdamos em parte ou em todo q(ue) nollo faça saber p(er) sy ou p(er) outrem ou p(er) suas c(ar)tas **p(er)a nos tornar[mos] a [e]llo** cõ Remedío/.../ (1402, DN154, sd)

c. (e) ho di(c)to Johã de basto dise q(ue) po(r)q(ue) ele t(i)nha hj outras Erdades (e) **po(r) Juntar todo ha hua maa**o nã ãba(r)gante q(ue) o di(c)to mosteiro leuaua grãde p(r)ol po(r)q(ue) os se(us) d(inhei)ros Erom bem parados (1414, DN159, sf)

d. Et out(r)osi **por partir de m̃j posisoes terreaes** & por q(ue) entendo q(ue) he serujço de Deus & p(ro)ueyto & honrra da d(i)ta horden & do d(i)to moesteyro de Sant Dom̃go de Vjueyro & da alma do d(i)to Afon(so) Yan(e)s, (1450, HGP044, sf)

As estruturas de auxiliar mais infinitivo são as que mais ocorrem também nos textos não literários do século XV, 21 no total. Destas 21 atestações, 19 são instâncias de auxiliar modal mais infinitivo (*dever/poder* e *haver de*) e apenas 2 apresentam recurso a outro tipo de auxiliar, nomeadamente o auxiliar temporal *vir* e a expressão auxiliar *ser teudo de*. Alguns exemplos são apresentados em (130), (131) e (132), respectivamente.

(130) E que **possades entra(r) A p(re)jtos E a demandas** com os d(i)ctos foreiros ou out(ra)s quaes q(ue)r pessoas (1412, DN158, sf)

(131) E q(ue) depois aconteçera q(ue) o d(i)cto domygos gill se veera a fina(r) deste mundo e q(ue) **a d(i)cta Sua molh(er) veera a casa(r) cõ domygos est(ev)ez** (1422, DN179, sf)

(132) E nõ adubando o d(i)cto afom(so) anes os d(i)tos bens q(ue) o m(osteiro) se ent(re)gue no f(ei)to (e) o d(i)to afom(so) anes no po(r) faz(er) (e) todauja **see(r) thudo elle afom(so) anes de os ap(ro)ueitar (e) melhorar** asi como os dos uezínhos q(ue) melhor adubados andarem (1440, DN184, sf)

Relativamente ao exemplo (132), este reflecte a situação descrita no início deste ponto sobre as orações infinitivas, e que caracteriza o PA como uma língua que permite três posições estruturais para o sujeito neste tipo de construção. Neste exemplo o sujeito segue o verbo em forma finita. Usando a terminologia anterior, surge em segunda posição, como nos exemplos de (102) acima referidos.

As gerundivas são apenas 3 e, à excepção da atestação em que nem o sujeito, nem o objecto são lexicalmente expressos (já que de estruturas transitivas se trata), observa-se sempre a ordem VO. Os dois objectos que ocorrem à direita do verbo são

expressos na forma de pronomes, um clítico e outro indefinido, como se demonstra em (133b) e (133c), respectivamente.

(133) a. a quant(os) esta carta de prazo virem ffaco saber q(ue) o p(ri)or (e) Conuento do most(eiro) de vilarjinho Me emviarom dizer q(ue) **sentindo por p(ro)ueito seu** (e) do dito mostei'ro q(ue)r iam enprazar como de f(e)cto enprazarom hũas çasas sijtuadas na villa de gujm(a)r(ãe)s na Rua de sam payo a pero lopez conego da dita villa (1499, DN174, sf)

b. E q(ue)rendo sobrello p(r)oueer Como som(os) thiudo(sic), **Sentjndoo por s(er)ujco de d(eu)s** E bem do d(i)cto M(osteiro) E eg(re)ia; (1450, DN164, sf)

c. porem ellas ap(e)llauã da d(i)ta s(ente)nça p(er)a a eg(re)ia de Roma nã Renũçiendo a d(i)ta ap(e)llaçom mas acumulando **ajunctando hũua aa outra** (1426, DN180, sf)

Vamos, no ponto 5.3.3.2., prosseguir a análise relativa ao século XV, dando conta da situação que se observa nos textos literários.

### 5.3.3.2. Textos literários

No ponto que agora se inicia iremos proceder à descrição das construções encontradas nos textos literários do século XV, que, conforme foi já referido, oferece o maior leque de ocorrências encontrados no nosso *corpus*. Essa situação leva-nos a dar conta de apenas algumas ocorrências, que ilustraremos com exemplos relevantes. Foram contabilizadas 288 orações com os verbos em análise no infinitivo e 55 gerundivas, conforme se resume no quadro que a seguir se apresenta.

Quadro 33 – Orações infinitivas e gerundivas dos textos literários do séc. XV

Estruturas de Controlo	Construções de “união de orações”	Estruturas de auxiliar + infinitivo	Preposição + infinitivo	Estruturas de coordenação	Gerundivas
16	37	134	81	20	55

Começaremos pelas estruturas menos atestadas que, tal como aconteceu nos pontos anteriores, são aquelas em que se observa a presença de verbos de Controlo, e que são apenas 16. Observem-se alguns exemplos em (134):

(134) a. E porem, se **quisermos tal virtude seguyr**, este procurador ajamos, guardandonos de prasmr per dicto ou penssamento os feictos do senhor deos e cada hũũ homem quanto vyrmos que o bem fazer devemos (1433/1438?, LC, 44v)

b. **A esperitual quer seguir aquellas partes** em que se mais inclinom as virtudes (1433/1438?, LC, 6v)

c. E nom **qujs mais tornar** do Rio pera quem **os outros dous que o capitam teue nas naaos** a que deu o que Ja dito he (1500, CPVC, 8r)

d. Leedeo pera vos principalmente, e aquesto pera aprenderdes e folgardes em boas cousas leer, e despenderedes algũa parte do tempo em bem fazer, e pera enssynardes algũũs **que vosso boo consselho queiram filhar**. (1433/1438?, LC, 87r)

As construções com verbos causativos ou de percepção, que perfazem um total de 37 ocorrências, são exemplificadas em (135):

(135) a. E porem onde tanto crecem, que a oraçom nom **leixam filhar razoada segurança** (1433/1438?, LC, 47v)

b. E o ferro caldo, que naquesta terra tantos certificam que **o vyrom filhar**, quando fora se diz, por muyto que sse afirme, poucos acham que o bem creem. (1433/1438?, LC, 38v)

c. E entam o capitam feze se tomar ao colo de dous homens E pasou o Rio e **fez tornar todos**. a Jente que aly era nom serja mais ca aquela que soya. (1500, CPVC, 6v)

d. E a terceira por querer complazer a estas ambas e as de todo concordar, o que fazer nom pode por seer batalha que nosso senhor deos nos ordenou por nosso proveito, **faz seguir as virtudes** tam friamente que ja mais nunca trazeirá aquel que per tal voontade se governar a nem hũ boom estado. (1433/1438?, LC, 7r).

As estruturas que mais se encontram no nosso *corpus* são as de auxiliarização, ou seja, aquelas em que o infinitivo é subcategorizado por um verbo com características de auxiliar, em forma finita. Em (136) temos alguns exemplos de orações com auxiliares modais e, em (137), temos um contexto com *ser*, exemplificativos do que efectivamente se atesta nos nossos textos.

(136) a. “Algũas cousas nom som de começar, por que vyvendo virtuosamente **se nom podem acabar** nem contynuar”. (1433/1438?, LC, 61v)

b. E **dévesse começar o officio** antre as nove e as dez: #Voras. (1433/1438?, LC, 88v)

c. Prymeiro, conhecer bem a ssentença **do que ha de tornar**, e poêlla enteiramente, nom mudando, acrescentando, nem mynguando algũa cousa do que esta scripto (1433/1438?, LC, 93r)

(137) Ca diz Seneca: “**Algũas cousas nom som de começar**, por que vyvendo virtuosamente se nom podem acabar nem contynuar.” (1433/1438?, LC, 61v)

Nos exemplos que se seguem observa-se uma tendência para a próclise. Ou seja, nos contextos transitivos infinitivos introduzidos por preposição considerados, há 9 ocorrências nas quais o objecto subcategorizado pelo verbo infinitivo o antecede, na sequência POVinf, apresentando-se na forma pronominal em todos os casos, como nos exemplos que se transcrevem em (138).

(138) a. Naquellas cousas em que eramos em duvyda do que sobre ello lhe prazeria, o mais cedo que podiamos nos tiravamos de ssospeita sabendo sua teençom, sobre a qual logo repousavamos e avyamos por determinado **de a seguyr** quanto bem podessemos. (1433/1438?, LC, 89v)

b. E por esta declaraçom em hũa parte se mostra como nosso senhor outorga na presente vida cento por hũũ aos que leixam algũa cousa por seu amor, ca lhes da o prazer do possuyr das virtudes e contentamento **de as em ssy sentir**, e desprazimento por ellas das cousas contrairas que aos seguydores dos pecados e malles muyto atormentam. (1433/1438?, LC, 34v)

O que se pode concluir da observação dos dados relativos aos textos literários é que, nos contextos transitivos em questão, o objecto antecede o complexo verbal (Vfin Vinf) 42 vezes, verificando-se 12 ocorrências de DPs, mais do que nos contemporâneos não literários (ver, por exemplo (134d) e (137)). Do mesmo modo, foi possível encontrar exemplos para todas as posições dos sujeitos (1ª, 2ª e 3ª posição).

Por exemplo, nas 132 atestações com dois verbos, com o infinitivo usado transitivamente, e com objecto expresso<sup>48</sup>, temos 42 atestações em que o objecto antecede o complexo verbal, 18 casos que apresentam o objecto realizado entre os dois verbos, e 72 casos em que ele surge na ordem dita “normal”, ou seja, à direita dos verbos. As ocorrências em que se pode observar a segunda ordem mais atestada (o objecto antes dos verbos) correspondem a 15 contextos de próclise (o objecto é um pronome clítico) e, no mesmo número de casos, o objecto é realizado por um Wh. Estas situações não são estranhas porque se trata de contextos de anteposição. O que será porventura mais interessante observar são os exemplos em que o objecto anteposto é um DP. Casos desses foram encontrados 12, quase tantos quantos os anteriores. Observem-se os exemplos (139), nos quais o objecto é um pronome clítico, e os exemplos (140), em que o objecto corresponde a um constituinte-Wh. Em (141) ilustram-se casos de DPs com função de objecto antepostos:

---

<sup>48</sup> Excluimos deste grupo as orações introduzidas por preposição, nas quais, como vimos, se observa a próclise, pelo que não é relevante a sua introdução neste ponto.

(139) a. E o ferro caldo, que naquesta terra tanto certificam que **o vyrom filhar**, quando fora se diz, por muyto que sse afirme, poucos acham que o bem creem. (1433/1438?, LC, 38v) (= 135b)

b. E por me bem parecer, pera poderdes aver desto mayor conhecimento, **a mandei tornar** de latym em nossa lynguagem e aqui tralladar, pouco tirando e acrecentando no dicto trellado (1433/1438?, LC, 69r)

(140) a. E teendo esto acerca scripto, vi em hũũ lyvro que se chama Verdades da Theollosia hũa outra dos pecados, que me pareceo bem, **a qual vos mandei tornar** em nossa linguagem e aquy screver por averdes delles mais comprida enformaçom. (1433/1438?, LC, 69r)

b. Seede mais avisado, que nas **cousas que ouverdes d'acabar** busquees geito com spaço da voontade no obrar quando comprir, ainda que seja aficada na teençom. (1433/1438?, LC, 26v)

(141) a. Dos que bem nom conhecemos, **os feitos e dictos se devem filhar** duvydosamente entrepetando pera os julgar aa melhor parte e pera nos guardar a contraira, (1433/1438?, LC, 48v)

b. E per aqesto que screvi algũũs que tanto nom sabem poderóm conhecer como destas voontades continuadamente somos tentados e requeridos, e como **as primeiras tres nom devemos seguir** (1433/1438?, LC, 7v)

Passando agora às orações não temporalizadas gerundivas, foi também nos textos literários do século XV que encontramos mais ocorrências, 55 (ver quadro 33). Estas orações, que correspondem quase todas a usos transitivos do infinitivo (50 no total), apresentam-se preferencialmente na ordem Verbo-Objecto, sendo que o sujeito só aparece expresso uma vez, no contexto do exemplo (142c).

(142) a. Quanto mais em grandes dias se acrecentava, tanto lhe mostravamos e avyamos mayor reverença com humyldade, conformando nossa voontade sempre com a ssua, e **seguindo suas determynações** em nossos conselhos. (1433/1438?, LC, 91r)

b. Ca esto faço principalmente nos grandes oficyos da igreja que custumo d'ouvyr, **acabando o que ey de rrezar**, ou em algũs poucos spaços que me synto fora d'ocupações (1433/1438?, LC, 30r)

c. Deves algũas vezes provar de leer, ainda que vos pareça que nom avees vontade, e **sentyndovos sem ella**, a hũa ora nunca muyto perfiees, por que traz fastio e avorrecimento. (1433/1438?, LC, 86v)

No único caso em que se observa a ordem inversa, ou seja, Objecto-Verbo, o verbo no gerúndio é subcategorizado por um verbo auxiliar e o objecto precede todo o complexo verbal, sendo expresso por um DP, como se verifica em (143):

(143) E por que o entendimento he nossa virtude muy principal, screvi del hũa breve repartiçom, e **o mais fuy ajuntando** segundo melh[o]r pude fazer. (1433/1438?, LC, 3r)

As construções com o gerúndio usado inacusativamente são apenas cinco e exemplificam-se em (144)<sup>49</sup>:

(144) a. E primeiramente devemos ordenar quaaes e quejandos nos queremos seer, e em que maneira de vyver, a qual determynaçom he peor de fazer que todallas outras, por que **em começando a mancebia**, quando he mayor fraqueza do conselho, entom ordena cada hũ a maneira de sua vyda segundo que lhe mais praz, e assy ante se despõe a algũa certa

---

<sup>49</sup> Relativamente ao gerúndio introduzido pela preposição *em*, há a registar apenas duas ocorrências no conjunto dos verbos analisados, uma vez no século XV, como se mostra no exemplo (144a), e outra no século XVI (*Sabereis que em entramdo por aquella porta, que jaa tenho dito, por omde saem as damas das molheres d elrey que vinhão aas festas, de diante d esta estaa outra do mesmo theor*, (cf. (155d)), sendo que, em ambas, o gerúndio tem uso inacusativo.

maneira e encamynhamento de vyver que elle possa julgar qual he o mylhor. (1433/1438?, LC, 63r)

b. Porem depois aturei com a dicta doença acerca de tres ãnos, nom tam aficado, mas cada vez **melhorando**, nunca porem sentindo hũũ soo plazer chegar ao coração livremente como ante fazia. (1433/1438?, LC, 22r).

c. E naquesta teençom **sentindosse** tam firme que nom entenda poder seer derribado de seu boo obrar e proposito, conhecendo esto seer dom special de nosso senhor que lhe outorgassem merycimentos seus, (1433/1438?, LC, 32v).

Nas atestações consideradas só por duas vezes o sujeito está expresso (144a). Nos outros casos ou só o verbo é realizado (144b), ou verifica-se a presença de *Se* ergativo, (144c).

#### 5.3.4. Século XVI

No ponto que agora se inicia vamos dar conta das ocorrências de verbos não temporalizados no século XVI. Relativamente aos dados contabilizados para este século, podemos afirmar que, à semelhança do que se verificou para os verbos temporalizados, não foi possível encontrar muitas ocorrências, principalmente nos textos não literários.

##### 5.3.4.1. Textos não literários

Há muito poucas ocorrências de orações infinitivas e gerundivas com os verbos em discussão. No quadro 34 resumem-se os casos encontrados, apenas 8 infinitivas e 5 gerundivas.

Quadro 34 – Orações infinitivas e gerundivas dos textos não literários do séc. XVI

Estruturas de Controlo	Construções de “união de orações”	Estruturas de auxiliar + infinitivo	Preposição + infinitivo	Estruturas de coordenação	Gerundivas
0	3	3	2	0	5

De salientar, relativamente ao quadro, a inexistência de construções com verbos de Controlo e o facto de as atestações encontradas corresponderem a estruturas subcategorizadas por um outro verbo em forma finita, ou por uma preposição. Começamos, então, pelas construções em que o infinitivo é subcategorizado por um verbo causativo e os complementos do verbo no infinitivo são realizados como proclíticos, como nos exemplos em (145):

(145) a. A qual casa (e) cortes (e) cerrado acima sp(ri)tos com todas suas pertenças entradas (e) saidas nouas (e) antigas ho dito prior (e) conuento asy emprazarão aos ditos emprazadores (e) pessoa depos elles com tall condição que **as fação sempre** morar (e) pouoar **melhorar** (e) não peJorar; (1538, DN207, sf)

b. (e) nomee p(or) seg(unda) p(essoa) hũ f(ilho) ou f(ilha) seu (e) do dito defunto (e) a seg(unda) p(essoa) nomee a terceyra ã sua uida ou a ora de sua morte q(ue) não seJa de major (con)dição com) tal cõdição q(ue) **o fação sempre** morar (e) pouorar **melhorar** (e) não peJorar (e) com tal cõdição que dem (e) paguẽ ao dito most(eiro) ã cada hum ãnno p(er) d(ia) de são miguel de setembro a pensão acima declarada, (1540, DN208, sf)

c. ho dito prioll (e) coneguos do dito most(eiro) asi emprazarom ao dito Jo(am) g(onça)l(ve)z (e) sua mulher apelonia f(e)r(nande)z (e) p(essoa) depos eles com tal comdição que **ho fação sempre** morar pouorar **melhorar** (e) não pegorar (1545, DN209, sf)

As estruturas com auxiliar, em igual número que as anteriores, contêm o modal *dever* por duas vezes e o aspectual *começar a*, como nos exemplos (146):

(146) a. E **cõ out(ras) cõfrontações cõ q(ue)** partẽ (e) de d(e)rr(eito) **deuem partir**; (1532, DN215, sf)

b. (e) **com out(ra)s (con)frontaçõe**s como de d(e)r(ei)to **deue de p(ar)tir** na quall qujntãa ora estam vjnt(e) (e) seys vliueiras cabedãees p(er)a sobir (e) vareJar afora mujtas estacas pequenas, (1510, DN211, sf)

c. em tall Caso se Cumpryra ho q(ue) ella acerca disto disposer (e) ordenar em seu testamento ou per q(ua)lquer outro modo q(ue) ordenar, ho q(ue) ficara em sua escolha (e) o q(ue) ella nysso ordenar ysso compryam, elles ditos s(e)nn(h)ores compradores **a quall temça dos ditos çem mill r(eae)s Começara a coRer** deste Janeyro (1544, DN217, 3v)

Finalmente, as orações em que o infinitivo é introduzido por preposição são apenas duas e repartem-se pelas ordens PVinfO e POVinf em duas construções transitivas (esta última com infinitivo flexionado), que se transcrevem em (147).

(147) a. e prometeo (e) se obrigou de lhe manther esta vêda como nesta carta se conthem (e) os manther em posse dos ditos bês desta venda, (e) lhos fazer bõs liures seguros (e) de paz per esta carta (e) venda em todo tempo de quem quer que lhos demande ou ãbargue sob pena **de lhe tornar o dito preço em dobro** em nome de pena (e) Interesse (1532, DN215, sf)

b. E Por este estormêto disseram ellas s(enho)ras p(ri)oresa (e) donas que pidiam p(or) merçe ao s(enh)or Ifamte cardeall (e) a seu vigairo que lhe confirme este contrato porquamto **ellas p(ri)oresa e donas o fizeram p(or) o symtirrê** asy por s(e)rujço de d(eu)s (e) proveito das Remdas do dito seu mosteiro (e) comvmento (1529, DN214, sf)

De salientar, em relação às atestações encontradas com verbos causativos e auxiliares modais, o facto de serem semelhantes, nas quais até o verbo infinitivo é o mesmo, *melhorar* no primeiro caso e *partir* no segundo. Tratar-se-á de uma fórmula usada neste tipo de textos legais, que denota algum tipo de obrigatoriedade, ao que se acrescenta o facto de serem exemplos retirados do mesmo conjunto de textos (os *Documentos Notariais*) oriundos da região do Minho.

As orações com verbos no gerúndio são, à semelhança de situações anteriormente descritas, em número reduzido, tendo apenas sido atestados cinco casos e todos eles com o verbo *sentir*. Correspondem a construções transitivas com o objecto expresso e, em duas, é realizado o sujeito na forma de pronome pessoal. Eis alguns exemplos:

(148) a. E da pomte setuad(os) na freig(uesia) de samto adrano do t(er)mo da villa de gjmarãães (e) llogo p(er) o di(c)to S(enh)or prjor (e) peer fernandeães Conjgo do dito mosteJro q(ue) present(e) estava foj di(c)to q(ue) **Sentindo elle di(c)to prjor (e) conjgo por proll (e) proveJto do di(c)to most(eiro) de villarjnh (e) seu cõvento de emp(ra)zarem; os dit(os) casaaes do telhado (e) da ponte q(ue) sam (e) pertencẽ ao di(c)to mostejro de villarjnh (e) seu comuento** (1522, DN204, sf)

b. a quantos esta carta de enprazam(ento) virem faço sab(e)r que ho p(ri)or do moest(eiro) de uilarinho do di(c)to arceb(is)pado me emviou dizer q(ue) **sentindo por proueito do di(c)to m(osteiro)** queria enprazar como de feito enprazou a quebrada de penellas q(ue) o di(c)to m(osteiro) tem sita na freq(uesia) de sam frausto a fernam correa escud(ei)ro (1505, DN200, sf)

Consideremos agora os textos literários do século XVI, em 5.3.4.2.

### 5.3.4.2. Textos literários

Os dados relativos a textos literários são em maior número, contudo não atingem o número das ocorrências encontradas no século anterior. No quadro 35 temos o total de ocorrências de cada uma das situações encontradas.

Quadro 35 – Orações infinitivas e gerundivas dos textos literários do séc. XVI

Estruturas de Controlo	Construções de “união de orações”	Estruturas de auxiliar + infinitivo	Preposição + infinitivo	Estruturas de coordenação	Gerundivas
4	11	22	16	0	17

As construções com verbos de Controlo são quatro, todas elas inacusativas, duas com o verbo *querer* e duas com o verbo *ousar*. Igual repartição é feita em relação ao sujeito, ou seja, por duas vezes é expresso e outras duas é nulo.

- (149) a. e porque lhe deu o sol nos olhos, dise que não descamsarya atee não matar ou vemcer, **quem ousava entrar** em sua camara estando se vestindo (séc. XVI, CRB, sf)
- b. ally, pello socorrerem, os portuguezes fizerão tanto, e matarão tantos, hũu grão carro a derredor de sy, sem aver **quem com elles ousase d entrar**, tanto fizerão que derão outro cavallo a Salabatacão; (séc. XVI, CRB, sf)
- c. Detreminou de **querer casar**, e pera as festas de seu casamento pidio a el rey seu tio que ho mandase acompanhar e honrrar nas suas vodas por seu filho, (séc. XVI, CRB, sf)
- d. Pois **querendo entrar dentro** pella porta, nos tornarão de contar; (séc. XVI, CRB, sf)

Relativamente às orações com infinitivos complementos de verbos causativos, que são 11, conforme se constata pelo quadro 30, 9 correspondem a estruturas inacusativas e 2 apresentam um esquema transitivo. Observem-se alguns exemplos:

- (150) a. e em meyo d estas duas portas estaa hũu terreiro muito gramde, com suas varamdas ao derredor, omde estão estes capitãees e gente honrrada, atee que elrey **os manda entrar** omde elle estaa; (séc. XVI, CRB, sf)
- b. este Salvatinica estaa de dentro do terreyro, omde as festas são, esta junto com hũa porta, e d ally **mamda entrar todallas cousas** que nas festas hão de sahir. (séc. XVI, CRB, sf)

c. Capitullo do despojo que dos mouros ficou, e **el rey fez queymar todos os mortos**, e do que fez Xpovão de Figueiredo, &c. (séc. XVI, CRB, sf)

d. Sabido isto por el rey os mandou entregar a hũu capitão seu, e os mortos mandou entregar a hũu capitão, diguo, **os mortos mandou queymar**, e o corpo d el rey muyto honrradamente a requerymento d aquelles seus homões, foy levado ha cidade de Nagumdy, e d ahi em diante ficou jaziguo dos reys, e este rey tem elles por santo antre sy. (séc. XVI, CRB, sf)

Estes exemplos reiteram algumas das conclusões anteriores, nomeadamente o facto de o complemento, objecto do infinitivo, em construções transitivas, ora preceder (150d), ora seguir o verbo (150c). O mesmo se passa com os sujeitos em construções inacusativas, que tanto segue o verbo (150b), como o precede, quando realizado como pronome clítico (150a).

As estruturas de auxiliar mais infinitivo são, também nos textos literários do século XVI, em maior número que todas as outras, 22 no total. Mas, tal como acontece no século XIV e ao contrário do que sucede no século XV, destas 21 atestações apenas 7 correspondem a estruturas com auxiliares modais (*dever, poder e haver de*), sendo a sua maioria auxiliares aspectuais.

(151) a. E os reys d esta terra **podem ajuntar quoaanta gente** quizerem, por que a tem em seu reyno, e muyto dinheiro pera lhe pagar seus soldos; (séc. XVI, CRB, sf)

b. E entãõ hũ parente seu toma a tumba primeyro por hũa bamda, e chamãõ outros tres bramines quoaesquer que lho ajudem a levar, e asy o levãõ ao lugar omde **ho ãõ de queymar** acompanhado de muitos bramines que vãõ cantamdo diante do defunto, (séc. XVI, CRB, sf)

c. E tanto que chegãõ no lugar onde hãõ de queimar lamção dinheiro segumdo podem, e entãõ lhe põem o foguo, e estãõ aly atee que se **acabãõ de queimar o corpo todo**; (séc. XVI, CRB, sf)

d. Vemdo que esclarecia jaa o dia de ssabado começarão no arayal d elrey os atabaques, e trombetas, e outros tamgeres tamger, e asy os homens a gritar, que parecia que **ho ceo vinha a se ajuntar com a terra**, (séc. XVI, CRB, sd)

São em número de 16 as orações com infinitivo introduzido por preposição. Naquelas frases em que o objecto está expresso, por 4 vezes precede o verbo, sendo que nos restantes 5 surge à direita do verbo, como nos exemplos (152a-b). Em construções inacusativas, por seu turno, quando o sujeito está expresso, o que só acontece uma vez, este ocorre à direita do verbo, como se verifica em (153).

(152) a. E depois d elrey ter ysto acabado, dise a Salvatinea seu regedor, que tornasse atras aquella fortal leza que lhe ficava **sem sentir suas forças**, (séc. XVI, CRB, sf)

b. o quoyal posto por obra, tanto que forão em sua casa estamdo a mesa forão todos mortos as punhalladas por homens que pera yssso tinham prestes, o quoall se fez **sem ninguem ho sentir**, (séc. XVI, CRB, sf)

(153) e o deradeiro dia do mes dão de comer a outros tres, e d ahi por diamte, **atee se acabar hũu**, dão de comer cada mes hũa vez a tres bramines, e ysto fazem a honrra da trimdade pela alma do defunto. (séc. XVI, CRB, sf)

Em relação ao objecto, sempre que na posição básica à direita do verbo, é realizado como DP 4 vezes e como Wh apenas 1; quando precede o verbo, na configuração POV<sub>inf</sub>, é sempre um proclítico.

No que toca às orações com verbos no gerúndio, que são 17 nos textos literários, apenas 4 correspondem a estruturas transitivas, todas com a ordem Verbo-Objecto (154a), e em apenas duas o sujeito está expresso, na ordem VSO, como se exemplifica em (154b).

(154) a. E depois de partido, el rey Deorão, entregue do reyno, não curou de mais que de apacificar a terra e os que amdavão alevantados, dar lhe seguros, e fazer lhe muytas merces pera lhe ganhar as vontades, e **corremdo suas fortalezas e lugares, leixando as terras perdidas** que elle não podia ganhar por não ter gente e cavallos para yssou, nem cousa pera poder fazer a guerra, e tão bem per ser muyto velho. (séc. XVI, CRB, sf)

b. e acabado de fazer ysto aos cavallos achega-se aos alyfantes, e faz lhe outro, e **acabamdo elrey ysto**, toma o bramime o cesto e dece se ao tavoleiro, e d aly põem aquellas rosas e outras flores na cabeça aos cavallos todos, (séc. XVI, CRB, sf)

Quando o verbo no gerúndio surge em orações inacusativas, por 5 vezes se observa a presença do sujeito lexicalmente expresso, como em (155a, b), sendo que nas outras 8 ele é nulo, como em (155c, d), a título de exemplo.

(155) a. Sabereis que acabadas estas festas, como dito tenho, **entramdo o mes d Outubro**, a omze dias amdados d ele, fazem gramdes festas em que todos vestem panos novos e ricos e galantes (séc. XVI, CRB, sf)

b. e, **acabamdo o bailho**, olhão pera hũu dos paynes omde estaa o fim d aquelle balho, e por aly tem memoria no que ão de ficar. (séc. XVI, CRB, sf)

c. **Partindo** da Imdia pera o reyno de Narsymga, da frallda do maar, aveis de passar hũa serra que tem, que he extremo do dito reyno (séc. XVI, CRB, sf)

d. Sabereis que **em entramdo** por aquella porta, que jaa tenho dito, por omde saem as damas das molheres d elrey que vinhão aas festas, de diante d esta estaa outra do mesmo theor, (séc. XVI, CRB, sf)

Em nenhuma das atestações encontradas de orações gerundivas se observou a presença de argumentos realizados por pronomes clíticos. Ou seja, os argumentos, sempre que expressos, são realizados como DPs ou PPs.

#### **5.4. Considerações finais**

Neste capítulo começámos por analisar e quantificar, em 5.1.1.1., um conjunto de contextos com verbos que ocorrem em construções transitivas e inacusativas nos textos não literários do século XIII (*acabar, ajuntar, arder, casar, colgar, começar, correr, danar, entrar, filhar, jazer, melhorar, partir, queimar, sarrar, seguir, sentir e tornar*). A partir desta base alargámos a descrição aos séculos XIV, XV e XVI, bem como a textos literários, por forma a detectar mudanças quanto à ordem de palavras. O nosso objectivo era observar mudanças a nível estrutural que permitissem distanciar o PA do PEC, assunto que desenvolveremos no capítulo seguinte.

Pareceu-nos relevante, conforme referimos em 5.1., analisar as ocorrências do nosso *corpus* tendo em conta a distinção entre textos literários e não literários. Contudo, e para o estudo específico da ordem dos constituintes levada a cabo neste capítulo, essa distinção não se revelou proveitosa, ao contrário do que acontece em relação ao estudo da cliticização que apresentaremos no capítulo 7, razão pela qual optámos por mantê-la.

Apresentamos, nos parágrafos que se seguem, algumas das conclusões a que pudemos chegar quanto ao uso dos verbos estudados, com o intuito de perceber se todos os verbos que, nos textos não literários do século XIII, ocorriam quer em construções transitivas, quer inacusativas, quer ainda em pares ergativos-transitivos, mantinham o mesmo tipo de comportamento no restante do *corpus*.

##### **5.4.1. Variação lexical**

Para além do que foi exposto em 5.4., foi ainda possível, no decurso da nossa análise, constatar algumas particularidades respeitantes ao comportamento dos verbos estudados, nomeadamente se ocorriam em construções transitivas e inacusativas em todos os séculos, ou se tal acontecia apenas nos textos não literários do século XIII. A presente secção será dedicada à apresentação de algumas conclusões respeitantes à variação lexical encontrada.

Assim, constatámos que, no século XIII, mas apenas se nos cingirmos aos textos literários, verbos como *arder, correr, entrar* e *jazer* só têm uso inacusativo (ver (156), por exemplo), enquanto os verbos *queimar* e *sentir* ocorrem exclusivamente em

construções transitivas (157), e o verbo *casar* só ocorre como particípio com valor adjectival, como em (158).

(156) a. Ay mízq(ui)nha este he o poboo que tu escolheste. cõ os q(ua)éés **arderás** no fogo do Inferno p(er)a senp(re). (séc. XIII/XIV, VS5, 124v)

b. a alma nõ via nẽhũa cousa. mas ouvyo muy grande arroydo de hũu **rryo que corrya** p(er) ell do q(ua)ll saya gram fumo e gram fedor come de carnes mortas que fossem ja podres. (séc. XIII/XIV, VS5, 26r)

c. e mist(u)rey-me com os **outros que emtravam** em o templo (séc. XIII/XIV, VS7, 60r)

d. e **jaziã** sobre el **muitas almas cativas**. (séc. XIII/XIV, VS5, 25v)

(157) a. E indo adiante p(er) lugares escuros e muy maaos. apareceo hũa casa rredonda como forno. chea de fogo aceso. e **q(ue)ymava q(ua)ntas almas achava**. (séc. XIII/XIV, VS5, 127v)

b. e ssem nem huũ trabalho adorey o lenho de Santa Cruz e **senty hy huũ odor muy p(re)çioso de mansidooe** e merecy de veer todos os ssacramentos de Nosso Ssenhor. (séc. XIII/XIV, VS7, 60r)

(158) a. E o ango disse. **dos bem casados** que lealmẽte viverõ fazendo bóoas obras orando e jejuuãdo e dando esmollas aos pobres. (séc. XIII/XIV, VS5, 33v)

Nos textos literários do século XIII/XIV, há construções transitivas e inacusativas com os verbos *acabar*, *ajuntar*, *começar*, *filhar*, *partir* e *seguir*. O verbo *casar* apenas tem valor adjectival, o verbo *correr* apenas ocorre em construções inacusativas (fórmula dos textos não literários), o mesmo acontece com o verbo *entrar*. O verbo *queimar* apenas tem valor transitivo e adjectival, enquanto que o verbo *sentir* apenas ocorre em construções transitivas.

Os verbos que não ocorrem nos textos literários do século XIII/XIV em nenhum tipo de construção são: *colgar*, *danar*, *melhorar* e *sarrar*.

É interessante verificar que as restrições de ocorrência destes verbos com duplo valor, ou seja, verbos que apesar de terem apenas uma entrada lexical, podem ter ou não argumento externo, se começam a sentir já a partir do século XIV, aproximando-se do valor que actualmente se lhes atribui no PEC, como os casos já mencionados dos verbos *arder* e *jazer*, que só ocorrem em construções transitivas nos textos não literários do século XIII. Parece-nos que o maior número de construções inacusativas, comparativamente com as transitivas, se deve ao facto de alguns dos verbos que considerámos neste estudo (como os dois últimos) ocorrerem em contextos transitivos muito marginalmente.

Esta possibilidade, de certo modo, corrobora a proposta de Hale & Keyser (1993), segundo os quais os verbos intransitivos (como *correr*, por exemplo) são inerentemente transitivos, uma vez que podem ter complemento directo inerente. Ou seja, estes verbos realizam outro argumento para além do argumento externo (no sentido definido anteriormente e segundo Hoekstra 1984), que é o único argumento dos intransitivos. Para além deste facto, muitas das ocorrências transitivas de verbos como, por exemplo, *entrar*, correspondem a contextos muito marcados, como *entrar algo* ou *alguma coisa*, por exemplo, e isto tanto em textos literários como não literários.

(159) a. E foram sobre a cidade e cercarõna e combaterõna tam fortemente que  
**a entrarom.** (séc. XIV, CGE, 34d)

b. E **entraron** per esta guisa **a vylla** e mataron quantos hy acharom. (séc.  
XIV, CGE, 19a)

c. E out(or)gamos q(ue) cada q(ue) uós q(ui)s(er)des daq(ui) adeant(e) **a ént(re)des** p(er) uos ou p(er) out(re)m a q(ue)m uos mãdardes, (1333,  
DN125, sf)

d. **a q(u)al doaçon** q(ue)ro & outorgo q(ue) **a entredes** logo cõ justiça  
ou sen justiça com(m)o q(u)iserdes & por ben touerdes (1434, HGP017,  
sf)

No que toca, muito em particular, ao verbo *colgar* (com o sentido de ‘tombar’, ‘pende’), que, no século XIII e em textos não literários, tanto ocorria em construções transitivas como inacusativas, surge apenas residualmente no século XIV. Foram contabilizadas apenas quatro ocorrências, também em produções não literárias, mas apenas com valor participial, como nos exemplos (160).

(160) a. nos o cabidóo sobr(e)d(i)to mãdamos end(e) faz(er) esta carta & sééllar la cõ nosso **séélllo colgado**. (1307, HGP032, sf)

b. Et mãdamos sééllar esta carta de nosso **séélllo colgado** en testemoyo de u(er)dade. (1307, HGP032, sf)

Tal deve-se, possivelmente, ao facto de ser um verbo de origem espanhola<sup>50</sup>, atendendo a que os textos nos quais foram encontradas todas as atestações, o *Foro Real* (do século XIII) e a *História do Galego-Português* (textos do século XIV), são textos com influência do espanhol, no primeiro caso, e, no segundo, textos produzidos na Galiza. Para além disso, as quatro ocorrências do século XIV citadas são todas de textos do início do século, entre 1306 e 1308, que são dadas como provenientes da região de Lugo. Comparando estes contextos com outros semelhantes produzidos em território português, observamos que o adjectivo *pendente* é usado em vez do termo *colgado*. Comparemos os exemplos de (160) com os de (161).

(161) a. E p(or) q(ue) esto seja firme (e) nõ venha en Duuida. mãdouos en(de) dar esta mña c(ar)ta ab(er)ta sééllada con meu **seello pendente** (e) cõno do Conuento. (1305, DN112, sf)

b. Dona Thareyía m(a)r(tfi)s dona da Chelas mostrou h(ũ)a carta de nosso senhor El Rey e sseelada do seu **seello pendēte** da q(ua)l o tēhor atal he. (1317, DN119, sf)

---

<sup>50</sup> Apesar de nos textos do CIPM não se atestarem usos do verbo *colgar* a partir do século XIV, e mesmo tendo em conta o facto de, no século XIV, só ser usado como participio, não deixa de ter valor de verbo. Segundo o *Diccionario Medieval Español* (Alonso, 1986, p.719), o verbo *colgar*, nesta língua, com o sentido de tombar, pender, é usado produtivamente desde o século XII até ao século XV em exemplos

À exceção dos verbos referidos (*arder* e *jazer*), todos os outros continuaram a ocorrer tanto em construções transitivas como inacusativas ao longo dos quatro séculos. Há três casos, contudo, que só parecem funcionar com o dito duplo estatuto até ao século XV, já que no século seguinte só ocorrem num tipo de construção, ou transitiva ou inacusativa. São eles os verbos *danan*, *filhar* e *melhorar*. Este último ocorre só como inacusativo no século XVI enquanto os outros, pelo contrário, só ocorrem em construções transitivas. Contudo, em relação aos últimos, como só há uma ocorrência de cada um no século XVI, tal pode não constituir factor relevante para concluir que deixam de ocorrer, quer em construções inacusativas, quer em construções transitivas, a partir do século XVI.

Por outro lado, os verbos *casar*, *correr*, *queimar* e *sarrar* não ocorrem em construções transitivas e inacusativas apenas nos dados do século XV. Ou seja, no século XV não há ocorrências dos verbos *casar*, *correr* e *queimar* em estruturas transitivas, enquanto que o verbo *sarrar* só ocorre com valor transitivo.

Em suma, através da análise que empreendemos para os quatro séculos foi possível verificar que as diferenças observadas no comportamento dos verbos considerados não parece decorrer de uma mudança ao nível da estrutura frásica. Se, como pudemos constatar, o tipo de construção, transitiva ou inacusativa, tem influência no ordenamento dos constituintes, nomeadamente na posição do sujeito, este facto decorre de propriedades lexicais e semânticas do próprio predicado e não de condições puramente sintáticas. Na linha do que defendem Levin & Rappaport Hovav (1995) (cf. 2.2.5.1.), e.o., são propriedades do âmbito da semântica lexical que permitem dar conta das diferenças encontradas, com consequências no ordenamento dos constituintes na frase.

Queremos com isto dizer que, no que toca a estes verbos em particular, e seguindo a hipótese da universalidade da estrutura, não foi nas propriedades observáveis ao nível da estrutura frásica que se verificaram mudanças do PA para o PEC, como referimos em 4.1.<sup>51</sup>, mas sim a nível lexical, uma vez que é no léxico que as propriedades relativas à estrutura argumental dos predicados são determinadas.

Aliás, a mesma variação que encontramos entre PA e PEC pode ser encontrada de língua para língua. Numa língua românica como o francês, há verbos que permitem

---

como: “Agora, como todo cuelga de mi, en vn jarrillo malpegado me lo traen”, *Celestina*, 1499 (*Ibidem*: 719).

<sup>51</sup> Também então referimos que as diferenças entre PA e PEC podem observar-se ao nível dos valores associados a cada categoria funcional (cf. também capítulo 6).

quer a construção ergativa, quer a construção transitiva, contrastando com verbos semanticamente correspondentes do PEC, que funcionam apenas como inacusativos. Temos alguns casos concretos de verbos, como *brûler* ('arder'), *sortir* ('sair') e *tomber* ('cair') que, para além de funcionarem como inacusativos, como no PEC, no francês podem ser usados transitivamente. Observem-se alguns exemplos em (162)-(164):

- (162) a. Jean a brûlé la maison.  
'O João queimou a casa'  
b. La maison a brûlé.  
'A casa ardeu' (lit. A casa queimou)
- (163) a. Sortez la voiture du garage.  
'Tirem o carro da garagem' (lit. Saiam o carro da garagem)  
b. Jean est sorti.  
'O João saiu'  
c. Il nous a sorti dès lors à peu près toute sa psychologie. (cf. Grévisse 1993: 419)  
'Ele saiu-se-nos logo com quase toda a sua psicologia'
- (164) a. Personne ici ne serait capable de me tomber.  
'Ninguém aqui seria capaz de me derrubar.' (lit. ... seria capaz de me cair)  
b. Jean est tombé.  
'O João caiu.'  
c. Les gens à cheval doivent avoir tombé le taureau avant d' arriver à cette limite. (cf. Grévisse *Idem*)  
'As pessoas a cavalo devem ter derrubado o touro antes de chegar àquele limite.' (lit. ...devem ter caído o touro)

As próprias glosas indicam que os diferentes valores semânticos do verbo em francês correspondem a dois itens lexicais diferentes em português<sup>52</sup>, *arder/queimar*, *sair/tirar* e *cair/derrubar*, tratando-se de uma diferença puramente lexical.

---

<sup>52</sup> Note-se que, no PA, o item lexical *arder*, contrariamente ao que sucede no PEC, tem o mesmo comportamento que no francês.

Outro dado interessante prende-se com o facto de os verbos acima referidos quando usados inacusativamente recorrerem ao auxiliar *être*, à excepção de *brûler* que recorre ao auxiliar *avoir* mesmo no seu uso inacusativo, enquanto que no seu emprego transitivo o auxiliar é *avoir* (cf. exemplos (163c) e (164c)).

O que os exemplos pretendem mostrar é o mesmo tipo de variação que podemos encontrar nos dados do nosso *corpus*, ou seja, há verbos com diferentes valores semântico-lexicais associados, e essas diferenças podem ser encontradas entre o PEC e o francês, ambas línguas românicas, enquanto que a variação que encontramos nos dados do PA é diacrónica. Este é, sem dúvida, um argumento que nos ajuda a reforçar a ideia de que existe variação diacrónica a nível das propriedades lexicais dos verbos.

No entanto, remetemos este assunto para o capítulo seguinte, após resumirmos as ordens de constituintes encontradas nos nossos dados.

#### 5.4.2. Resumo das ocorrências

Neste último ponto vamos fazer um apanhado geral para todos os séculos das situações descritas relativamente às frases finitas, uma vez que é nestas que se podem encontrar as maiores diferenças entre o PA e o PEC. Esquematicamente, foram as seguintes as ordens encontradas e a sua frequência:

- (165) a) Total: 2.040 orações
- sujeito nulo: 939 (46%)
  - sujeito expresso: 1.101 (54%)
    - SV: 874 (79,3%)
    - VS: 227 (20,6%)
- b) Transitivas: 757
- sujeito Expresso: 242
    - SV: 217
    - VS: 25
  - sujeito nulo: 515
  - objecto expresso: 712
    - VO: 472
    - OV: 240
  - objecto nulo: 44

- c) Inacusativas: 1.283  
 sujeito Expresso: 859  
 SV: 657  
 VS: 202  
 sujeito nulo: 424

Dos números apresentados em (165) se conclui, relativamente à posição do sujeito, que ela é maioritariamente pré-verbal, sendo pós-verbal de preferência em construções inacusativas.

Vamos agora resumir as situações encontradas em frases temporalizadas com um verbo e com o sujeito realizado lexicalmente, repartindo-se pelos quatro séculos da seguinte forma:

Quadro 36 – ordem do sujeito nos séculos XIII, XIV, XV e XVI.

	Textos literários				Textos não literários				Total
	Transitivas		Inacusativas		Transitivas		Inacusativas		
	SV	VS	SV	VS	SV	VS	SV	VS	
<b>Século XIII</b>	5	2	25	19	55	5	96	20	227
<b>Século XIV</b>	30	10	188	74	11	1	68	6	388
<b>Século XV</b>	104	6	91	24	2	-	103	17	347
<b>Século XVI</b>	10	1	24	26	-	-	62	16	139
<b>Total</b>	149	19	328	143	68	6	329	59	1.101

Salvo algumas excepções, como as que foram mencionadas no ponto anterior, e pelos dados descritos, pode-se concluir que em ambas as construções, transitivas e inacusativas, se verifica o mesmo tipo de variação das ordens de constituintes, nas atestações retiradas do CIPM dos séculos XIII a XVI. De facto, nas construções estudadas, tanto o sujeito como o objecto podem ser pré- ou pós-verbais, de acordo com condições estruturais específicas, sendo a posição do sujeito maioritariamente à esquerda em contextos temporalizados. Quando tal não acontece, porque é pós-verbal, pode-se dizer que está na sua posição base de argumento do verbo que o selecciona, o que se verifica, embora em escasso número, quer em construções transitivas (25 vezes

em 242 ocorrências) quer, como seria de esperar, nas inacusativas, e com maior frequência (202 vezes em 859).

A análise estrutural das atestações disponíveis vai, então, ser remetida para o capítulo seguinte, no qual recorreremos ao aparato teórico introduzido nos capítulos iniciais deste trabalho, e que nos vai permitir comparar os dados do PEC com os nossos dados relativos ao PA.

## CAPÍTULO 6

### ANÁLISE ESTRUTURAL DOS DADOS DO CIPM

No capítulo anterior descrevemos os dados disponibilizados pelo CIPM, dados esses que contemplaram orações com verbos finitos e infinitivos, bem como formas participiais, em contextos transitivos e/ou inacusativos.

O capítulo que agora se inicia será dedicado à análise estrutural desses mesmos dados. Será dada uma ênfase especial aos verbos em forma finita, uma vez que, no capítulo 5, já nos comprometemos com algumas análises, especificamente para as formas participiais e infinitivas. Para esse efeito recorreremos aos capítulos precedentes, nos quais assumimos alguns pressupostos teóricos que agora retomamos.

#### 6.1. Movimento do verbo

No capítulo 3 falámos de movimento do verbo e concluímos que este se move para o núcleo funcional I em línguas como o PEC e que tal se relaciona com o facto de se tratar de línguas com uma morfologia suficientemente forte para legitimar quer a subida do verbo, quer sujeitos nulos. Os nossos dados do PA mostram que o PA, neste ponto específico, não difere do PEC, ou seja, tem sujeitos nulos e morfologia forte em termos de tempo e acordo. Deste modo, é de esperar que no PA se verifique movimento do verbo para I nos mesmos termos descritos em 3.1.2.

##### 6.1.1. V-para-I: os dados do PA

Alguns dos diagnósticos então apresentados mostram com clareza que sempre que o verbo ocorre à esquerda de constituintes que, regra geral, se considera serem delimitadores da fronteira esquerda de VP sofreu movimento para o domínio da flexão. São alguns destes constituintes, no caso específico do PEC, alguns advérbios de VP, na configuração V-Adv, e QFs, na sequência V-QF. No PA é igualmente possível encontrar atestações que ilustram cada uma destas situações. Observem-se os exemplos seguintes com QFs em (1). Nos exemplos (a-b) temos as sequências V-QF, e nos exemplos (c-d) o inverso, ou seja, QF-V:

- (1) a. e mandou o abbade que **sse juntassen todos os frayres** e ffezessem ssupultura honrrradamente aaquel santo corpo assy como cõvíinha (séc. XIII/XIV, VS6, 49v)
- b. E, avydos antre elles estes fallamentos e outros muytos, **ajuntaronsse todos** e ouveron sobre esto sua falla. (séc. XIV, CGE, 39b)
- c. ã aquela que foy en Lerida, ca os cometeu elle mui ryjamente e asy os venceo que tornarõ os de Petreo e Freneo a seu logar e **todos steverom em sy**. (séc. XIV, CGE, 30b)
- d. Mas en cabo **todos forom mortos** que nehũũ nõ ficou aa vyda. (séc. XIV, CGE, 20c)

Os exemplos seguintes ilustram contextos com advérbios “mais baixos” que delimitam a fronteira esquerda de VP, e mostram que estes constituintes tanto podem anteceder como seguir o verbo, sendo que no primeiro caso fornecem evidência em favor do movimento do verbo para fora de VP. Observem-se, então, alguns exemplos de advérbios de modo em (a-a’), e os advérbios monossilábicos *bem*, *já* e *sempre*, em (b-b’), (c-c’) e (d-d’), respectivamente, exemplificativos de cada uma das sequências: V-Adv e Adv-V.

- (2) a. entom tomou Zozimas o santo corpo e metê-o ã a cova e cob(r)i-o da terra estando com elle o leom e meteo aquel corpo nuu assy como andava afora que hia cuberta ã as partes neçessaryas cõ o pano roto que lhe dera o santo hom(ẽ) cando **a vyo p(ri)meyramente** (séc. XIII/XIV, VS7, 65v)
- a’. **Prymeyramente se segue** o prollego (1433/1438?, LC, sf)
- b. e ajuntavansse ally muytas gêtes, assy que se **poboou a terra muy bem** e enriqueceu muyto. (séc. XIV, CGE, 19c)
- b’. E della vem mal, tarde e fracamente começar, contynuar e acabar **as cousas que bem** e cedo **se devem fazer**. (1433/1438?, LC, 28r)

c. mas porque a Jente nossa **pasaua Ja** pera aquem do Rio . (1500, CPVC, 6v)

c'. mas veja qual he, nem se descontente por os que o **ja veencem**, (1433/1438?, LC, 71r)

d. em sa grande mysericordia, que per nossos trabalhos e boo esforço **vyver[e]mos sempre** (1433/1438?, LC, 41r)

d'. que seria morto na batalha, o quoyal não fora asy, que o ydallcão não entrou nella, mas **sempre esteve** na goarda de Sefallarym, que agora se chama Açadacão, que he senhor de Billgão, (séc. XVI, CRB, sf)

Evidência adicional em favor do movimento de V-para-I são ainda as configurações com ordens VS, quer em frases independentes, quer dependentes, que analisaremos mais em detalhe no ponto seguinte, mas da qual deixamos alguns exemplos em (3).

- (3) a. E **correo** toste **Agapito** e cando vio morto Esmarado e Panunção jazer ã terra esmoriçido lançoülhe augoa (séc. XIII/XIV, VS6, 49v)
- b. mãdo q(ue) sse **tornē todos** en(n)a capela (1302, HGP061, sf)
- c. por que o entender **partem os leterados** em quatro ramos, scilicet entender agente, possivel, speculativo, e pratico. (1433/1438?, LC, 6r)
- d. e aquelle dia **jejua elrey**, e toda a gente da terra, (séc. XVI, CRB, sf)

Com esta exemplificação pretendemos mostrar que, tanto na hipótese do sujeito interno a VP, como na hipótese do movimento do sujeito para [Spec, IP], o verbo teve de subir para fora de VP, o que constitui argumento em favor do movimento.

### **6.1.2. O fenómeno V2**

Parece, pois, não haver dúvidas quanto ao facto de, também no PA, os marcadores de flexão serem gerados no domínio de IP, cujo núcleo é alvo do movimento do verbo a partir da sua posição base dentro de VP. No entanto, há autores, nomeadamente Torres Morais (1993) e Ribeiro (1995a, 1995b), que defendem que o PA passou por uma fase na qual os marcadores de flexão poderiam ser gerados no núcleo C, o que seria evidência em favor de o PA ter passado por uma fase V2. Para estas autoras, haveria opcionalidade na atribuição de Caso nominativo ao sujeito, dependendo do local de realização dos marcadores de flexão. Assim, estes teriam de ser gerados ou em C, quando o verbo ocorre em segunda posição, ou em I, nas outras situações, o que cria alguns problemas dada a hipótese de opcionalidade dentro de um mesmo estágio de língua. Uma vez que, de acordo com estas propostas, no PA o mecanismo de movimento do verbo teria de ser equivalente ao que se verifica nas línguas V2 típicas, vamos agora analisar mais em detalhe a sintaxe V2 e os mecanismos sintácticos associados.

Iremos, neste ponto, tentar determinar se a frequência de ordens com o sujeito “invertido”, ou ordens VS, depende do tipo de contextos em que ocorrem, ou se esses contextos podem, de algum modo, ser um argumento a favor da existência da restrição V2 no PA, tal como está descrita para as línguas germânicas e como tem sido proposto por alguns autores. Começaremos por fazer um apanhado do que tem sido dito na literatura sobre a sintaxe V2 em geral.

#### **6.1.2.1. Abordagens teóricas do fenómeno**

As línguas V2 rígidas caracterizam-se pela ocorrência do verbo flexionado na segunda posição da oração, imediatamente precedido por um XP, sem que sobre este incida qualquer tipo de restrição quanto à sua categoria sintáctica. Nestes casos, e de acordo com a análise tradicional da GG, o verbo move-se para o núcleo C e o constituinte XP que o precede ocorre na posição de [Spec, CP].

O francês antigo (FA) é o caso típico de uma língua que, no decurso da sua evolução histórica, terá perdido a restrição V2. De acordo com Roberts (1993), em estádios anteriores da língua, os casos de V1 e V3 eram raros, bem como a ocorrência do sujeito em primeira posição de frase, estando estes fenómenos directamente relacionados com propriedades do núcleo C, que continha traços de acordo. Todos estes factores conjugados contribuem para classificar o FA como uma língua V2. No entender

de Roberts, estas restrições foram sendo perdidas no decurso da evolução da língua, em directa correlação com a perda do sujeito nulo e da possibilidade de inversão Sujeito-Verbo nas orações interrogativas com sujeitos lexicais.

Relativamente ao PA, há autores que defendem um tipo de percurso semelhante ao ocorrido no FA, nomeadamente Torres Morais (1993) e Ribeiro (1995a, 1995b). Contudo, nem a perda do sujeito nulo nem a perda dos contextos de inversão em interrogativas poderão servir de argumento, uma vez que persistem no PEC. Para as referidas autoras, a evolução verificada no PA está directamente relacionada com a atribuição de Caso nominativo. Ribeiro (1995b) analisa sobretudo orações independentes (nas dependentes o núcleo C está ocupado) que apresentam a ordem XP V(S), já que, ao contrário do que se observa nas línguas germânicas, o sujeito em primeira posição de frase “mascara” a subida de V para C.

Neste capítulo vamos tentar mostrar que o PA não exhibe efeitos V2, tal como defende também Kaiser (1999), e que, ao contrário do que defendem Torres Morais e Ribeiro, se o PA fosse uma língua V2, ainda que residual, seriam esperados mais contextos de inversão em frases raiz. Além disso, as ocorrências da ordem VS atestadas no nosso *corpus* correspondem, maioritariamente, a contextos inacusativos, os quais apresentam um maior número de sujeitos pós-verbais, como vimos na descrição apresentada no capítulo imediatamente precedente.

### **6.1.3. A sintaxe V2**

O fenómeno V2, conforme avançado no ponto anterior, encontra-se normalmente associado à descrição das línguas germânicas, no sentido lato de subida do verbo para fora do domínio de IP (ou para C). No entanto, e mesmo no seio das línguas germânicas, este não é um fenómeno homogéneo, já que pode ser de dois tipos, que são os que se descrevem nos dois sub-pontos seguintes.

#### **6.1.3.1. V2 assimétrico**

O fenómeno V2 é típico de línguas SOV como o alemão e o holandês (den Besten 1983, Vikner 1995, Schwartz & Vikner 1996). Nestas línguas o verbo flexionado tem de aparecer sempre em segunda posição na oração principal, ou seja, em

C,<sup>1</sup> sendo precedido por qualquer constituinte, quer seja um XP adverbial, um XP parte do VP ou mesmo o DP sujeito,<sup>2</sup> como nos exemplos (4a, b, c), respectivamente.

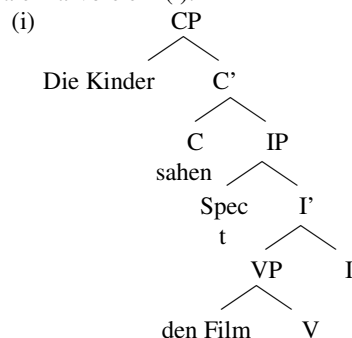
- (4) a. Vielleicht **hat** Peter dieses Buch gelesen.  
*Felizmente tem o-Pedro este livro lido*  
 ‘Felizmente o Pedro leu este livro’
- b. Dieses Buch **hat** Peter gelesen.  
*Este livro tem o-Pedro lido*  
 ‘O Pedro leu este livro’
- c. Die Kinder sahen den Film.  
*As crianças vêem o filme*  
 ‘As crianças vêem o filme’

(Vikner 1995: 39, 41)

Mas noutras línguas, como por exemplo o norueguês e o sueco (línguas com ordem SVO), também se verifica o fenómeno V2 (cf. Taraldsen 1986 e Holmberg 1986), o que significa que o mecanismo que possibilita V2 não é exclusivo de línguas SOV. Assim, no norueguês, o verbo finito é sempre o segundo elemento da oração, excepto em orações interrogativas totais, nas quais o verbo é o primeiro elemento, e em estruturas com deslocação à esquerda, onde o verbo finito surge em terceira posição, precedido pelo sujeito e advérbios frásicos ou outros adjuntos verbais. Observem-se os exemplos seguintes, do sueco, de V1, V2 e V3, respectivamente:

<sup>1</sup> Foi den Besten (1983) o primeiro a sugerir que o verbo finito sobe para o núcleo Comp nestas línguas (*apud* Ambar 1992: 40).

<sup>2</sup> O exemplo (4c) apresenta a ordem SVO mas, de acordo com Vikner (1995), ela é apenas aparente porque deriva do movimento de V para C, passando pelo núcleo I, e conseqüente movimento do sujeito para Spec, C, pelo que o objecto permanece na sua posição base dentro de VP, conforme representado no diagrama em árvore em (i):



(Vikner 1995: 42)

- (5) a. Känner han inte Ingrid?  
*Conhece ele não Ingrid?*  
 ‘Ele não conhece a Ingrid?’
- b. Ingrid känner han inte.  
*Ingrid conhece ele não*  
 ‘A Ingrid não conhece ele’ (Holmberg 1986: 83)
- c. Johan, han vet allt om dej.  
*Johan ele sabe tudo sobre ti*  
 ‘O Johan, ele sabe tudo sobre ti’ (Idem: 102)

De salientar que, numa língua V2 rígida, ou assimétrica, como as anteriores, a restrição que obriga o verbo a ocorrer em segunda posição não se aplica nas orações subordinadas, excepto em alguns contextos específicos e com determinados tipos de verbo, com os quais o complementador é opcional. Veja-se o contraste entre os exemplos (6a) e (6b), com e sem complementador. Em (6b) a ordem verificada é SVO e em (6a), porque o núcleo C está preenchido, o verbo surge em posição final.

- (6) a. Er sagt, **daß** die Kinder diesen Film gesehen **haben**.  
*Ele diz que as crianças este filme visto têm*  
 ‘Ele diz que as crianças viram o filme’  
 (Idem: 43)
- b. Sie glaubte  $\emptyset$  dieses Brot **hatte** das Kind gegessen.  
*Ela julgava  $\emptyset$  este pão tinha a criança comido*  
 ‘Ela julgava que a criança tinha comido o pão’  
 (Schwartz & Vikner 1996: 22)

Exemplos de línguas V2 cuja ordem básica é, ao contrário do alemão e do holandês, mas como o norueguês e o sueco, SVO, mas que não exibem essa restrição em frases subordinadas, são o yiddish e o islandês, assunto a que regressaremos no sub-ponto seguinte.

Resumindo, o fenómeno V2 nestas línguas deriva, assim, de duas regras de movimento: a primeira, como vimos, move o verbo do interior de VP para IP e, finalmente, para C (movimento núcleo a núcleo); a segunda regra move um qualquer

XP (incluindo o sujeito) para a posição de especificador de CP (den Besten 1983). As motivações para o movimento do verbo nas línguas V2 em discussão, em termos minimalistas, prendem-se com a verificação de traços de concordância em C.<sup>3</sup> Supõe-se, então, que estas línguas são parametricamente marcadas como contendo marcas de flexão em C, o que não acontece com as línguas não V2 como, em nosso entender, o português.

O problema reside, no entanto, na adequação descritiva de V2. Na nossa opinião, uma língua é V2 ou não é V2. Se só é V2 às vezes e em contextos muito marcados, não é V2 de todo. Também Galves (2000), referindo-se ao português clássico, mais especificamente ao português do século XVIII, diz tratar-se de uma língua que, fenomenologicamente, não é V2 porque o verbo não é sempre o segundo elemento em frases raiz.

### 6.1.3.2. V2 simétrico

O caso do yiddish e do islandês parece ser diferente, já que são línguas V2 não rígidas, ou simétricas, o que significa que são sempre V2, quer em frases raiz quer em frases subordinadas (cf. Schwartz & Vikner 1996). Os exemplos seguintes, do yiddish e do islandês, respectivamente em (7) e (8), ilustram isso mesmo.

---

<sup>3</sup> As diferentes análises propostas para V2 concordam todas neste ponto: o movimento de V para C está directamente relacionado com propriedades intrínsecas deste núcleo. No entanto, é na natureza dessas “propriedades intrínsecas” que quase todas essas análises divergem. Vikner (1995), nas páginas 51 a 64, resume seis dessas propostas, que são as que a seguir se apresentam. Assim, se para Holmberg (1986) e Taraldsen (1986) o que motiva a subida do verbo para C é o facto de este conter traços V que precisam de ser verificados, para Koopman (1984) e Platzack (1986a, 1986b), por seu turno, o que caracteriza C é a capacidade que este tem de atribuir Caso nominativo a [Spec, IP]. Há, inclusive, uma proposta que defende que C permite legitimar VP em estrutura-S, segundo Vikner, em clara analogia com a Teoria Temática, que é a que defende Weerman (1989). Finalmente, as três últimas análises descritas por Vikner têm em comum o facto de atribuírem a C propriedades que só existem nas línguas germânicas, isto é, nas línguas V2. Assim, o núcleo funcional C é portador do traço de Finitude [+F], conforme sugerido por Holmberg & Platzack (1988, 1990) e Platzack & Holmberg (1989), ou, seguindo Tomaselli (1989), tem traços tempo e/ou acordo, e o que motiva a subida do verbo são esses traços de subcategorização. Finalmente, conforme proposto por Rizzi (1990), C contém o traço [+I]. De acordo com esta análise, e tal como nas quatro anteriores, o núcleo C nas línguas V2 atrai o verbo finito sempre que não está lexicalizado (nas subordinadas, como vimos, porque C está preenchido, o verbo não sobe, normalmente ocorre na posição final).

O que parece ser mais ou menos consensual em todas estas propostas é que C é o atribuidor de Caso nominativo (sob regência), mas isto, de acordo com Vikner, não pode ser o que motiva V2, quando muito pode ser uma consequência de V2. Ainda de acordo com este autor, nenhuma das propostas referidas no parágrafo anterior são conclusivas ao ponto de explicar a verdadeira motivação para o fenómeno V2. Delas importa, contudo, reter o facto de a categoria C ter uma característica particular, que é a de ser uma categoria especificada com traços de flexão.

- (7) a. Dos bukh hot Max geleyent.  
*o livro tem Max lido*  
 ‘O Max leu o livro’
- b. Ir zolt visn zayn, mayne libe kinderlekh, az vayn  
*Vós deveis saber ser minhas queridas crianças que vinho*  
 ‘Vós deveis saber, minhas queridas crianças, que o vinho  
 ken men makhn fun troybn oykh.  
*pode alguém fazer de uvas também*  
 se pode fazer de uvas também’

(Diesing 1990: 44)

- (8) a. ... að í gær hafa börnin lesið bókina  
*que ontem têm crianças-as lido livro-o*  
 ‘...que ontem as crianças leram o livro’
- b. .. að bókina hafa börnin lesið í gær  
*que livro-o têm crianças-as lido ontem*  
 ‘...que as crianças leram o livro ontem’

(Vikner 1995: 101)

Relativamente à posição do verbo finito, no yiddish, este ocorre sempre em segunda posição porque sobe sempre para Agr (ou para qualquer núcleo funcional abaixo de C) quer em principais, quer em subordinadas (Diesing 1988, 1990; Santorini 1988). Quer isto dizer que, no yiddish, não há movimento obrigatório de V para C nem movimento do constituinte inicial para [Spec, C’], ou seja, V2 é sinónimo de movimento do verbo para I.

Retomando a configuração V2 típica, esta torna possíveis as seguintes ordens: [XP V S] e [S V XP], derivadas por movimento do verbo para segunda posição, e deslocação dos constituintes XP, ou do sujeito, para a posição inicial.<sup>4</sup>

Quanto ao islandês, língua na qual V2 também é possível tanto em dependentes como em independentes, a solução proposta aponta para um núcleo Agr duplo, mas não recursivo (cf. Cardinaletti & Roberts 1991 e Vikner 1990). Ou seja, dois núcleos Agr

<sup>4</sup> De acordo com Galves (2000), nas línguas V2 o verbo sobe para C devido à existência de traços-V em C e este movimento vai propiciar, de igual modo, a ocorrência de constituintes topicalizados em [Spec, CP].

categorialmente distintos, um Agr1, que seria uma posição de tópico, e um Agr2, para o sujeito.<sup>5</sup>

Mas o PEC não se limita a não exibir a assimetria que caracteriza o alemão e o holandês, o português só exibe V2 às vezes e em situações nas quais também exibe V1 e até mesmo V3, com carácter de opcionalidade. Nesta óptica, o inglês é também uma língua V2, só que “residual”, porque exibe contextos nos quais o verbo surge em segunda posição em orações interrogativas.

- (9) a. What did Mary eat?  
b.\*What Mary eat?

Estes casos mostram que, nas interrogativas do inglês, os verbos auxiliares, como *do*, *have*, *be* e modais, sobem para o núcleo C, o que também acontece no PEC com verbos principais. Segundo Ambar (1992), o PEC exibe propriedades V2 em frases interrogativas, nas quais o verbo sobe para C porque tem um traço [+Wh] que precisa de ser verificado<sup>6</sup>. Esta é igualmente a ideia veiculada por Rizzi (1991), que define nestes mesmos termos (subida de V-para-C) as situações de verbo em segunda posição. Por outras palavras, o PEC exibe opcionalmente a ordem V2 com constituintes Wh e também com constituintes topicalizados (em posição de adjunção à frase).

Tendo estas ideias presentes, pretendemos, pois, aplicar o termo V2 aos dados encontrados, mas apenas enquanto elemento descritivo, não enquanto elemento conceptual que pretende caracterizar a estrutura da língua. Isto é, o termo V2 é usado descritivamente tendo por base o número de constituintes que ocorrem à esquerda do verbo.

---

<sup>5</sup> Autores como Diesing (1988, 1990), Rögnvaldsson & Thráinsson (1990) e Heycock & Santorini (1992) assumem que nas orações subordinadas do yiddish e do islandês não há movimento do verbo para fora do domínio de IP (o verbo é núcleo de IP), enquanto que o constituinte que o antecede é o especificador desse mesmo núcleo (tanto pode ser uma posição-A, disponível para o sujeito, como A', para a qual qualquer XP pode subir, incluindo constituintes Wh). Como consequência de uma análise nestes termos temos que, nas orações principais, CP não necessita de ser projectado, uma vez que o verbo não sobe para além de IP, mas, nas subordinadas, é necessária essa posição para alojar o complementador ou um traço-Wh na posição de especificador de CP. Opinião divergente têm Schwartz & Vikner (1996), para quem, também no yiddish e no islandês, o verbo sobe para C na maior parte dos casos, tanto em principais como em subordinadas. Com isto querem dizer que o nível CP é sempre projectado.

#### 6.1.4. Os dados da diacronia

Após uma introdução geral ao designado fenómeno V2 e às diversas abordagens propostas na literatura, iremos deter-nos mais em detalhe nos dados da diacronia. Começamos por introduzir duas línguas que terão perdido a restrição V2 no decurso do seu processo evolutivo, como o inglês e o francês, esta última tendo servido de base para a proposta de autoras como Torres Morais e Ribeiro, que defendem que o PA era V2 em dada altura da sua evolução. Mas, como iremos ver, mesmo relativamente a estas línguas, nomeadamente ao inglês, haverá algumas dúvidas quanto à adequação do termo V2 para dar conta das ordens de palavras encontradas.

##### 6.1.4.1. O inglês antigo e médio

A abordagem tradicional para o inglês sugere a existência de uma ruptura entre a ordem de constituintes que se verificava no inglês antigo (“Old English”, ou OE) e a do estágio de língua que se lhe seguiu, o inglês médio (“Middle English”, ou ME), como, por exemplo, em Canale (1978), Kemenade (1987) e Lightfoot (1991), entre outros. De acordo com estas análises, o OE seria uma língua cuja flexão era final (*Infl-final*) e apresentava a ordem OV, enquanto que no ME a flexão era medial (*Infl-medial*) e a ordem que se observava era já VO.

No entanto, estudos mais recentes, como os de Koopman (1990), Pintzuk (1997) e Haeberli (1999), defendem que a ordem subjacente VO já ocorria em textos do OE, o que sugere continuidade entre os dois estádios de língua e não a mudança radical (ou “catastrófica”, como sugeriu Lightfoot 1991, 1999) defendida pela abordagem tradicional.

Em trabalho recente, Kroch & Taylor (2000), ao analisar textos do “Early Middle English” (doravante EME), também sugerem a análise da continuidade, uma vez que todas as ordens que se encontram descritas para o OE foram encontradas em textos do EME, a saber, flexão-final e OV, flexão-medial e OV e mesmo a ordem moderna, ou seja, flexão-medial e VO. Isto significa a coexistência de duas gramáticas e, de igual modo, um reiterar da ideia de que já no OE se observava a ordem VO subjacente. Segundo os autores, os dados analisados podem ser estruturalmente ambíguos, o que poderá provar, de facto, a existência de uma fase de transição entre os dois períodos e

---

<sup>6</sup> A análise de Ambar (1992), para dar conta dos contextos de inversão obrigatória em interrogativas-Wh, segundo a qual o verbo sobe para C porque tem traços [+Wh] que precisam de ser verificados, pressupõe a existência de uma categoria vazia nos constituintes Wh-interrogativos.

não um corte, conforme sugerido no parágrafo inicial. Resumindo, se autores como Koopman, Pintzuk e Haeberli, contra a análise tradicional, pretendem mostrar que já existiam nos textos do OE ordens de palavras características de estádios posteriores, por seu turno, Kroch & Taylor demonstram que as ordens atestadas nos textos do OE se mantêm em produções de épocas posteriores, nomeadamente do EME. Tudo isto conjugado sugere continuidade, ou seja, o OE já teria a ordem VO subjacente em competição com a ordem OV.

Conforme referido no início deste ponto, é normalmente considerado que o inglês, pelo menos até ao século XIV/XV, apresentava uma sintaxe idêntica à do alemão, ou seja, apresentava a restrição V2, tal como o FA. O que motivou a perda de V2 em ambas as línguas é que parece não reunir consenso. Platzack (1995), por exemplo, sugere que V2 se perdeu porque o traço de Finitude [+F], nestas línguas, passou a ser realizado em I e não em C<sup>7</sup>. Ora, se o núcleo que contém este traço tinha de ter conteúdo lexical por forma a atribuir Caso nominativo ao sujeito, o verbo subia para C e originava as ordens V2, pelo que, passando a ser realizado em I, este é o núcleo mais alto para o qual o verbo pode subir, o que não deriva a ordem V2.

Em suma, a restrição V2 verificava-se no OE, do mesmo modo que nas línguas V2 assimétricas, ou seja, em frases subordinadas o verbo é final porque C está preenchido, e em frases independentes é o segundo elemento da oração, como nos exemplos que a seguir se apresentam.

- (10) a. þa sundor-halgan eodun þa ut soþlice.  
*os Fariseus foram então fora certamente*  
 ‘Os Fariseus saíram certamente’
- b. ... ðeah hit ær upahæfen wære.  
*... no entanto isso antes levantado era*  
 ... ‘no entanto antes estava levantado’

(Kroch 2000: 1)

Contudo, conforme salientado por Kroch (2000), com base em trabalho de Pintzuk (1991) et seq., há orações independentes que apresentam o verbo em posição

---

<sup>7</sup> Recorde-se que só as línguas germânicas que são V2 realizam o traço [+F] em C (cf. o ponto 6.1.2.1.).

final e não em segunda posição, bem como orações dependentes com C preenchido e o verbo em segunda posição, como se ilustra nos exemplos seguintes:

- (11) a. Se manfulla gast þa martine gehyrsumode.  
*o mau espírito então Martin obedeceu*  
'Então, Martin obedeceu ao espírito mau'
- b. ... ðæt he ahof upp þa earcan.  
*... que ele levantou o queixo*  
'...que ele levantou o queixo'

(*Idem*)

Estes dados mostram que, também no OE, não há regularidade no que toca à realização do verbo finito, já que este pode ser segundo ou final tanto em independentes como em subordinadas. A descrição de Kroch mostra, igualmente, que a forma como são realizados os sujeitos desempenha papel importante nos textos do EME. Assim, há textos de determinada área geográfica em que é mais fácil os constituintes ocorrerem numa configuração XP V, isto é, V2, se o sujeito da oração for pronominal e não um DP pleno. Mas, exactamente o oposto pode acontecer noutro grupo de textos de outra área geográfica diferente da anterior. Isso prova por que é que nos textos dos dialectos do Sul de Inglaterra há mais inversões com DPs plenos do que com sujeitos pronominais, e nos dialectos do Norte se verifica exactamente o oposto, registando-se a maior percentagem de inversões quando o sujeito é pronominal. Há ainda os casos mistos, aqueles em que há inversão com todos os tipos de sujeito.<sup>8</sup> Ora, estes são argumentos adicionais a favor da não homogeneidade do fenómeno V2 mesmo numa língua tradicionalmente V2, como é considerado o OE.

Parece haver, portanto, duas opções: ou o verbo sobe para C e há uma maior restrição quanto às ordens de constituintes encontradas, ou o verbo é realizado numa posição mais baixa (como defende Pintzuk) e, então, há uma maior variedade no número de ordens possíveis. Também no OE, afinal, parece haver opcionalidade quanto à posição do verbo e quanto ao tipo de constituintes que ocorrem à sua esquerda. E

---

<sup>8</sup> Kroch (2000) apresenta 3 grupos de textos, dois dos quais são representativos de duas áreas geográficas distintas e um terceiro pretende ser exemplificativo de um tipo de linguagem mista (exactamente a que permite as inversões com sujeitos pronominais e DPs). Trata-se do *Ormulum*, conforme descrito em Tripps (1999). O dialecto do Norte é representado pela *Northern Prose of Saint Benet* e os do Sul por sete textos das Midlands e pelo *Ayenbite of Inwit* de Kent.

opcionalidade porquê? Exactamente porque - e a descrição de Kroch mostra-nos isso - não há uma regra que determine que um constituinte tenha de ser sempre anteposto ao verbo para criar a configuração V2. Alguns dialectos do OE mostram que os constituintes não são obrigatoriamente pré- ou pós-verbais, ou seja, uma sequência XP V S é tão bem-formada como uma sequência V (XP) S (XP), o que significa que V2 é opcional e não é a regra (se assim fosse, o verbo era obrigatoriamente segundo em todas as orações independentes), não obstante ser possível encontrar muitos exemplos de V2. Há ainda aqueles dialectos, como o bretão, que são claramente V2, uma vez que apresentam o verbo sempre em C e a posição de tópico sempre preenchida, não havendo atestações de outras ordens.

#### **6.1.4.2. O francês antigo**

O caso do FA é o que mais nos interessa abordar, uma vez que, com base na sua evolução, foi proposto um percurso relativamente semelhante para o PA, para além de se tratar de uma língua românica. Trata-se de uma língua que, em dado período da sua evolução, foi uma língua V2 de sujeito nulo. O FA, conforme descrito inicialmente por Adams (1988a, 1988b, 1988c), e também por Roberts (1993), caracterizava-se exactamente por exhibir o verbo em segunda posição nas orações principais. Nas subordinadas apresentava um comportamento semelhante ao das línguas V2 assimétricas, ou seja, o verbo era o segundo elemento da oração subordinada quando esta era complemento de um verbo “bridge” (com ou sem complementador expresso, já que este podia ser nulo no FA). Tal era possível porque o núcleo C, que aloja o verbo nas configurações V2, continha traços de acordo, que precisavam de ser verificados, e o Caso nominativo era atribuído sob regência ou por acordo (com base na proposta de Koopman & Sportiche 1991, que falam em duas configurações na atribuição de nominativo: regência e acordo). Observem-se alguns exemplos. Em (12) temos orações com sujeitos nulos, em (13) orações independentes com o verbo em segunda posição e, em (14), orações subordinadas com o verbo igualmente em segunda posição:

- (12) a. Einsi partirent del fort de Venice come vos avez oi.

*Então partiram do forte de Veneza como vocês têm ouvido*

‘Então partiram do forte de Veneza como ouviram’

- b. Si firent grant joie la nuit.  
*Assim fizeram grande alegria aquela noite*  
 ‘Assim, fizeram grande festa naquela noite’
- (13) a. Einsit aama la demoisele Lancelot.  
*Então amou a senhora Lancelot*  
 ‘Então Lancelot amou a senhora’
- b. Desus un pin en est li reis alez.<sup>9</sup>  
*Sob um pinheiro é o rei ido*  
 ‘O rei foi para debaixo de um pinheiro’
- c. Quatre saietes ot li bers au costé.  
*Quatro barcos de guerra tinha o barão deste lado*  
 ‘O barão tinha quatro barcos de guerra deste lado’
- (14) a. Et il respondirent que de ceste nouvele sont il moult lié.  
*E eles responderam que de estas notícias são eles muito contentes*  
 ‘E eles responderam que estão muito contentes com estas notícias’
- b. Or voi ge bien, plains es de mautalant.  
*Agora vejo eu bem cheio estás de más intenções*  
 ‘Agora vejo bem que estás cheio de más intenções’
- (Roberts 1993: 84-85 e 97)

O FA deu origem a uma língua de sujeito obrigatoriamente realizado, ou seja, perdeu a possibilidade de legitimar sujeitos nulos e perdeu também a restrição V2. Evoluiu ainda de uma situação em que V2 era residual, em interrogativas com sujeito expresso na sequência Wh V S (\**Qui a vu Jean?* é agramatical se *Jean* for interpretado como sujeito), para uma situação não V2. Consequentemente, as ordens XP V S em interrogativas com sujeito lexical deixaram, do mesmo modo, de ser possíveis.

A perda da restrição V2, dos sujeitos nulos e da inversão nas interrogativas são mudanças que terão ocorrido a partir do momento em que o modo de atribuição de Caso nominativo deixou de ser opcional. É com base na evolução do francês que tanto Torres Morais (1993) como Ribeiro (1995a, 1995b) pretendem dar conta do percurso evolutivo do PA.

---

<sup>9</sup> Segundo Roberts, o clítico nominativo *en* faz parte do núcleo C, pelo que não conta para efeitos V2 (*Idem*: 85)

### 6.1.4.3. Os dados de Ribeiro (1995a, 1995b)

Começamos por analisar os dados fornecidos por Ribeiro (1995b), com os quais a autora pretende defender a ideia de que o PA passou por uma fase V2. Para esse fim recorre a um *corpus* constituído por 113 frases que fazem parte dos *Diálogos de São Gregório (DSG)* e de onde foram extraídos exemplos como os de (15) e (16):

- (15) a. O honrado padre São Beento deu totalas cousas  
b. Aquestas tres moravam em hũa casa.

- (16) a. Daqueste miragre diz San Gregorio que ...  
b. Ca assi temian totalas bestas a agua

(Ribeiro 1995b: 113)

Os exemplos (15) pretendem mostrar que frases raiz SVO não podem ser usadas como diagnóstico para V2. Isto porque o PA, ao contrário de uma língua V2 típica como o alemão, é uma língua SVO, pelo que quando o sujeito aparece em posição inicial “mascara” os efeitos de movimento do sujeito para [Spec, CP] e do verbo para C. Isto significa que, em frases com a ordem SVO do PA, uma língua definida por Ribeiro como V2, ainda que residual, o verbo não necessita subir para C e o sujeito não ocupa, necessariamente, a posição [Spec, CP], uma posição A’.<sup>10</sup>

Posto isto, as frases relevantes para Ribeiro são aquelas em que o constituinte inicial não é o sujeito, ou seja, configurações XPV(S). Num *corpus* de 57 frases raiz extraídas dos *DSG*, 31 correspondem à configuração anterior, mas só em 7 casos o sujeito aparece realizado lexicalmente, como nos exemplos de (16), nos quais o XP inicial é um constituinte gerado no interior de VP, ou um adverbial, enquanto que o DP sujeito (expressão referencial ou pronome) é pós-verbal e o verbo aparece, ou na segunda posição, como no exemplo (16a), ou na terceira posição, como em (16b).

Em contextos subordinados, como vimos, não pode haver V2, no sentido definido de subida do verbo para C, já que este núcleo está ocupado pelo complementador ou por um traço [+Wh] abstracto, conforme defendido por Rizzi (1991) e Ambar (1992). Mas, mesmo nas línguas V2 rígidas, ou assimétricas, como o

---

<sup>10</sup> Vimos, na nota 5, que, por exemplo, para o yiddish e o islandês (línguas SVO), a análise proposta por Schwartz & Vikner (1996) prevê que o sujeito possa ocupar a posição de [Spec, CP], enquanto que o verbo ocupa o núcleo C.

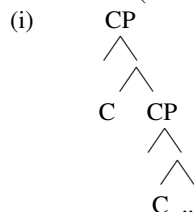
alemão e o FA, era possível encontrar o verbo em segunda posição em orações completivas com verbos “bridge”, ou com complementador nulo (os casos de recursividade de CP<sup>11</sup>) (cf. Roberts 1993, Cardinaletti & Roberts 1991). Ribeiro, ainda no *corpus* retirado dos *DSG*, contabilizou 56 orações completivas. Eis alguns exemplos que, segundo a autora, mostram que no PA também havia V2 neste tipo de orações. De salientar, nas palavras de Ribeiro, que os exemplos (18c, d) são os exemplos mais claros de V2.

- (17) a. Entendemos nós que *a alma víve*  
 b. Dizemos que *a alma recebe peãs*
- (18) a. Soube que *en aquela hora morrera*  
 b. Nunca leemos que *meestre nen hũu ouvesse*  
 c. E por esso diss’el que *aqueles juizos de Deus pronunciara el* que sairan ja da sa boca  
 d. Acaece que *pelas boas obras que o homem faz acrecenta Deus depois a sa graça e os seus dões*

(*Idem*: 118-119)

Conforme referido no parágrafo anterior, (18c, d) são exemplos mais claros de V2 porque em ambos o sujeito é pós-verbal e o verbo ocorre na segunda posição da oração, antecedido, no primeiro caso, de um complemento de VP e, no segundo, de um circunstancial. Relativamente a (18a, b), são ambas construções com sujeito nulo que, na proposta desta autora, também são consideradas V2, uma vez que *pro* pode ser legitimado em posição pré- e pós-verbal<sup>12</sup>, assunto a que regressaremos.

<sup>11</sup> A estrutura com CP recursivo permite que o verbo ocorra em segunda posição em orações subordinadas com complementador expesso. Deste modo, no primeiro domínio CP está o complementador e no segundo está o verbo (Vikner 1995), na seguinte configuração:



<sup>12</sup> Tanto Adams (1988) como Vance (1989) sugerem que as frases raiz com sujeito nulo eram muito comuns no FA. No entender de Adams *pro* era pós-verbal em contextos V2 porque só nessa configuração podia ser legitimado por regência canónica de Agr em C (não esquecer que o núcleo C continha traços de concordância). Já para Vance a comparação de seqüências com *pro* com estruturas equivalentes, mas com

Na nossa opinião, as “evidências” encontradas por Ribeiro para uma sintaxe do tipo V2, que não encontram eco no grosso dos textos do PA, quer por nós analisados, quer no âmbito de outros estudos (nomeadamente em Martins 1994), são o resultado de opções estilísticas. Ou seja, as sequências que apresentam o verbo finito em segunda posição parecem ser motivadas estilisticamente e não estruturalmente, uma vez que, sintacticamente, nada há na estrutura da frase que force a subida do verbo e a consequente inversão do sujeito. Não nos parece, pois, fundamentado afirmar que o PA passou por uma fase V2 com base num texto, à partida, estilisticamente rico.

#### **6.1.4.4. Os dados do *corpus* do CIPM**

Seguindo a ideia de Kaiser (1999), vamos defender que os contextos válidos para identificar V2 são os contextos XVS, que correspondem a 103 atestações no total do nosso *corpus*, pois só nestes casos é fácil observar qual a posição em que o sujeito ocorre. A dificuldade neste tipo de textos é, sem dúvida, recolher atestações com o sujeito realizado, já que o PA é uma língua SVO de sujeito nulo, tal como o PEC. Para além disso, recordemos que o *corpus* utilizado neste estudo é constituído por frases nas quais ocorrem verbos que funcionam em construções transitivas e inacusativas, já que seria nestes contextos que se esperaria encontrar mais variação quanto à ordem. A análise das ocorrências encontradas, no seguimento do capítulo anterior, permite-nos concluir que a ordem de constituintes no PA não diverge muito da que se verifica actualmente. Há, sim, nas orações principais, um maior número de ocorrências do verbo em primeira posição. Relativamente às subordinadas com complementador lexical e sujeito realizado em posição pós-verbal, o padrão não foge muito ao que se verifica nas principais. Tal poderá indiciar que, nas orações principais com o verbo em segunda posição e o sujeito pós-verbal, o verbo não sobe para C, mas para outro núcleo intermédio, na nossa opinião, para o núcleo de IP.

##### **6.1.4.4.1. Orações independentes**

Neste ponto vamos analisar todas as frases nas quais o núcleo C está vazio. Tendo por base as análises de alguns autores que defendem que o PA passou por uma

---

o sujeito realizado, é teste viável para determinar se *pro* é pré- ou pós-verbal. Segundo a autora, a possibilidade de ocorrerem sujeitos nulos no FA está directamente relacionada com a inversão do sujeito quando a frase é introduzida por um advérbio ou um complemento de VP.

fase V2 não rígida com subida do verbo para C, estaria, assim, disponível uma posição alvo do movimento do verbo finito, como nos exemplos seguintes:

- (19) a. E so o senhoryo desta cidade **jaz o castello de Labeça** e outro castello que ha nome Bastiz. (séc. XIV, CGE, 16b)
- b. toda a quarta parte de quãto auya **partã** antre sy **aquelhes a q(uẽ) faz a manda** (1280?, FR, 117v)

Nestes exemplos, há um adjunto à esquerda do verbo em (19a), encontrando-se este em segunda posição, seguido pelo sujeito da oração, num contexto de inversão, enquanto em (19b) é um constituinte com função de OD que precede o verbo, e o sujeito, tal como no exemplo anterior, ocorre invertido.

Conforme referimos na introdução ao ponto 6.1.4.4.1., analisámos um total de 103 orações principais com ordens VS (com o sujeito realizado quer como DP, quer como pronome), sendo que 60 correspondem à ordem V1 - o verbo em primeira posição - e 43 são instâncias de V2. O quadro 1 mostra as ordens encontradas em frases independentes:

Quadro 1: ordens V1 e V2 do séc. XIII ao XVI

	<b>V1</b>	<b>V2</b>	<b>TOTAL</b>
<b>séc. XIII</b>	16	10	26
<b>séc. XIV</b>	36	26	62
<b>séc. XV</b>	2	5	7
<b>séc. XVI</b>	6	2	8
<b>Total</b>	60	43	103

Num total de 103 orações principais com verbo temporalizado, pode-se observar o maior número de ocorrências de V1, ou seja, o verbo finito ocorre, preferencialmente, em primeira posição. Na análise deste quadro devemos ter em conta que, tal como para as línguas germânicas que são V2, os advérbios “conectivos”<sup>13</sup> não contam para efeitos

<sup>13</sup> Relativamente aos advérbios, utilizamos aqui a classificação de Quirk et alii (1972/1976), segundo os quais os advérbios que “ligam” orações são designados por “advérbios conectivos” (*Conjunct Adverbs*) e indicam uma conexão entre o que se está a dizer e o que foi dito antes. Exemplos desta classe de

V2 (den Besten 1983), tal como não contavam em estádios anteriores do inglês (Kroch 2000<sup>14</sup>). Do mesmo modo, em português, a negação frásica não é diagnóstico para V2, visto tratar-se de um adjunto verbal, ou seja, de um constituinte de natureza clítica (Matos 1999). No quadro seguinte, apresentamos a categoria gramatical dos constituintes realizados à esquerda do verbo na ordem XP V S.

Quadro 2: categoria gramatical dos constituintes que precedem o verbo

		Séc. XIII	Séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	Total
<b>OD<sub>wh</sub></b>		1	0	0	0	1
<b>Adjunto</b>		1	23	0	1	25
<b>Advérbio</b>	<b>Disjunto</b>	0	0	1	0	1
	<b>Adjunto<sub>Lug.</sub></b>	6	1	0	0	7
	<b>Conectivo</b>	2	2	2	1	7
<b>OI</b>		0	0	1	0	1
<b>Negação</b>		0	0	1	0	1
<b>Total</b>		10	26	5	2	43

O quadro 2 mostra-nos que, num total de 43 ocorrências de V2, os adjuntos que antecedem o verbo representam o maior número de ocorrências, 25, contra 18 de todos os outros constituintes contabilizados. Os advérbios são o grupo que, a seguir aos adjuntos, representa a maior fatia, ou seja, por 15 vezes um advérbio precede o verbo na sequência XP V S. A análise do quadro permite-nos concluir que a maioria de sequências V2 encontradas apresentam um adjunto à esquerda de V.

De salientar, ainda relativamente ao quadro 2, que as situações em que o constituinte que precede o verbo é um pronome clítico não foram aqui contabilizadas, uma vez que assumimos tratar-se de adjuntos verbais, pelo que não contam como constituinte em posição de especificador de CP. Por exemplo, em (20) temos uma

---

advérbios são *yet, however, though, then, anyway* (*então, assim, outrossi*, etc.). Para o PEC, especificamente, veja-se o trabalho de Lobo (2001) em que se discute o estatuto coordenativo ou subordinativo dos conectores causais/explicativos e a caracterização sintáctica desses mesmos conectores.

<sup>14</sup> Kroch (2000) refere que, em exemplos como os que a seguir se transcrevem, os advérbios *Eac* “also” e *þeahhweðer* “nevertheless” não contam para efeitos V2, sendo que os exemplos são efectivamente de V2 e não V3:

- (i) a. *Eac þis land wæs swiðe afylled mid munecan.*  
*also this land was very filled-up with monks*
- b. *þeahhweðer his hiredmen ferdon ut mid feawe mannan of þam castele.*  
*Nevertheless his household men went out with few men from the castle*

configuração V1, uma vez que nem o clítico nem o advérbio conectivo contam para efeitos V2 (cf. den Besten 1983, Kroch 2000).

- (20) a. E **assy nos** ajuntou asũados a graça de Deos que he boõ pastor que deu a ssua alma por nosso rremíimento. (séc. XIII/XIV, VS7, 520r)

Observemos, agora, o exemplo (21):

- (21) a. E outrossy ãno ãno ante deste – que foy aos doze – **tornou Hermenegildo**, filho del rey Leonagildo, aa terra. (séc. XIV, CGE, 49a)

Tendo por base os dados apresentados, um exemplo de V3 aparente como o anterior, é, efectivamente um exemplo de V2, porque o constituinte que introduz a oração é um advérbio conectivo.

Observem-se agora os exemplos de (22):

- (22) a. **e de so aq(ue)lle leito** jaziã muit(os) carvões acesos (séc. XIII/XIV, VS5, 31r)
- b. **E aqui** se acabou o reyno dos Estrogodos (séc. XIV, CGE, 47b)
- c. **Prymeyramente** se segue o prollego (1433/1438?, LC, sf)
- d. **(e) no dito campo** se parte a metade (1540, DN208, sf)

Em (22) temos exemplos de ordens XP V S. O facto de um constituinte anteceder o verbo não é, por si só, motivação para V2, do mesmo modo que não há razão que obrigue o sujeito a ocorrer na posição pós-verbal. O que se verifica nestes exemplos, conforme enunciado anteriormente, é a subida de complementos circunstanciais, ou adjuntos, para a esquerda do verbo finito.

Se excluirmos os constituintes que definimos como não contando para efeitos V2, a saber, a negação e os advérbios conectivos, o quadro 2 pode ser feito como se mostra no quadro 3:

Quadro 3: ordens V1 e V2

	V1	V2	TOTAL
séc. XIII	18	8	26
séc. XIV	39	23	62
séc. XV	5	2	7
séc. XVI	7	1	8
<b>Total</b>	69	34	103

Comparando os quadros 2 e 3, podemos observar um aumento nos números da primeira coluna, o que faz ressaltar a tendência V1 em orações independentes no *corpus* do CIPM.

Nas línguas V2 rígidas há ainda mecanismos sintáticos que favorecem a ocorrência do verbo em segunda posição. O mesmo tipo de mecanismos existia no FA: por exemplo, a ocorrência de advérbios como *e*, *ca*, *ainsi* (com o sentido de ‘então’), em posição inicial, logo seguidos pelo verbo. No entender de Adams (1987), por exemplo, este seria um recurso sintático que visava satisfazer os requisitos de V2 no FA:

- (23) a. Ensi fut Joseph perdue une grande piece  
*Então esteve Joseph perdido um grande bocado*  
 ‘Então esteve o Joseph perdido durante muito tempo’
- b. Et vous dit que entre Brinde en Auvergne et eause...  
*e a-vós dizer(eu) que entre Brinde em Uvergne e Eause ...*  
 ‘Eu digo-vos que entre Briude em Auvergne e Eause’
- (Adams 1987: 104, 114 *apud* Ribeiro 1995b: 114)

Por seu turno, Ribeiro diz que, no PA, em contextos semelhantes, não se pode falar de recurso sintático com o objectivo de satisfazer V2 (na nossa opinião porque o PA não é V2 como o FA), pela simples razão de estes constituintes iniciais (advérbios) coocorrerem preferencialmente com outro XP anteposto ao verbo (*ca assi*, *e tanto*). No caso específico de *enton*, pode-se dizer que este se move para satisfazer V2, mas apenas se abstrairmos do facto de que, na qualidade de advérbio conectivo, este elemento não conta para efeitos V2. No entanto, e na sequência da argumentação de Ribeiro, o

exemplo seguinte ilustra a situação descrita, ou seja, *enton* terá sido “deslocado” para a posição inicial para legitimar a sequência V2.

(24) a. *Enton disse San Gregorio ...*

(Ribeiro 1995b: 115)

Nos casos em que *enton* coocorre com outro elemento em posição inicial, Ribeiro defende que tanto *e* como *ca* são conjunções e não advérbios, como defende Adams (1987), corroborando Mattos e Silva (1989), pelo que não contam para efeitos V2. Adoptando esta ideia, Ribeiro tem de propor que *e* e *ca* estão fora da estrutura frásica. Assim, um exemplo como (25a), cuja estrutura linear apresenta o verbo em terceira posição, corresponderia a uma configuração V2. O advérbio ocupa a posição de [Spec, CP], o verbo ocorre em C e a conjunção terá de ser excluída do domínio de CP, pelo que estruturalmente não conta para efeitos V2.

(25) a. **E aqui se acabou** o reyno dos Estrogodos (séc. XIV, CGE, 47b)

b. **e asy entrão** outros capitãees de arqueiros (séc. XVI, CRB, sf)

Os casos em que o constituinte que ocorre antes do verbo é um pronome clítico, como nos exemplos abaixo, vamos classificá-los como V2 porque, conforme referido, os clíticos têm o estatuto de adjuntos verbais. Deste modo, assim como a negação frásica não serve de diagnóstico para V2, também os clíticos não foram contabilizados (enquanto adjuntos verbais são movidos conjuntamente com o verbo). Sendo adjuntos a V, tanto os clíticos como a negação não contam como sintagmas movidos, pelo que os exemplos (26) não são exemplos de V3 mas sim de V2. Em (27a), por seu turno, observa-se uma sequência do que poderia ser uma ordem V2 numa subordinada introduzida por complementador, que, tendo em conta os pressupostos adoptados, é exemplo de V1.

(26) a. **Aquy se começa** a vida de Sancta Pellagya. (séc. XIII/XIV, VS3, 74v)

b. **Prymeyramente se segue** o prollago (1433/1438?, LC)

- (27) a. E sse p(er)uēt(ur)a aueher **que se nō casse** a dauãdita nosa fila (1284, HGP138, sf)

#### 6.1.4.4.1.1. Ordens V2 em contextos inacusativos

Contabilizados os dados relativamente a V2 e determinada a categoria sintáctica dos constituintes que precedem o verbo neste tipo de sequência, pôs-se a questão de determinar o tipo de contexto em que as ordens V2 atestadas ocorrem. Como hipótese colocada à partida, interessava-nos testar se as sequências V2, ou XP V S, ocorreriam maioritariamente em contextos inacusativos, porque elas são também possíveis no PEC. Observe-se o quadro 4:

Quadro 4: sequências XP V S em contextos transitivos / inacusativos

	Séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	Total
<b>Transitivas</b>	1	3	0	0	4
<b>Inacusativas</b>	7	20	2	1	30
<b>Total</b>	8	23	2	1	34

A análise do quadro 4 permite-nos, pois, concluir que as ordens V2, ou XP V S, encontradas ocorrem preferencialmente em contextos inacusativos - 30 - contra apenas 4 em contextos transitivos. O que, de facto, poderá ser mais um argumento contra a ideia de que o PA era uma língua V2, isto porque as ordens atestadas com inversão do sujeito e com constituintes deslocados à esquerda são típicas de contextos inacusativos, que permitem estruturas de inversão, como a inversão locativa, e não são, de modo algum, fora de comum, mesmo actualmente.

#### 6.1.4.4.1.2. Ordens V1

Num total de 103 ocorrências de contextos VS no nosso *corpus*, 60 correspondem a ordens V1, sendo que 31 vezes esse verbo, que ocorre em primeira posição, é precedido pela conjunção *e/ca*, na sequência [CONJ V S]; nas restantes 29 ocorrências, o verbo ocorre em início absoluto de oração. As atestações com o verbo em primeira posição são muito frequentes nestes textos, ou porque simplesmente o sujeito não está realizado, ou porque, estando realizado, segue o verbo e nenhum outro constituinte ocorre em posição inicial. Observe-se o quadro seguinte:

Quadro 5: Ordens V1 absolutas / não absolutas

V1	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	Total
<b>introduzido por <i>e/ca</i></b>	12	18	2	4	36
<b>início absoluto</b>	6	21	3	3	33
<b>Total</b>	18	39	5	7	69

Podemos observar que os números da coluna mais à direita são muito aproximados, o que indica que estas conjunções não são relevantes no que respeita à ordem de constituintes da oração que introduzem. Esta observação corrobora Mattos e Silva (1989), para quem não há diferença entre V1 com o verbo em início absoluto e V1 com o verbo introduzido por conjunção (*e/ca*), uma vez que as conjunções em causa não contam porque estão fora do domínio frásico.

Acresce ainda que, nas atestações do *corpus* do CIPM em que o verbo surge em segunda posição, os constituintes movidos para a posição inicial de frase parecem fonologicamente mais “leves” que aqueles que são objectos (no sentido Larsoniano) movidos para antes do verbo (cf. quadro 2). Ou seja, nas atestações encontradas, os constituintes antepostos parecem ter, de algum modo, um estatuto diferente do daqueles que apresenta Ribeiro. Nestes exemplos os “objectos” movidos são, basicamente, advérbios monossilábicos (advérbios verbais e não frásicos).

- (28) a. **Aquy** se começa a vida d’ hũa muy sancta mōja (séc. XIII/XIV, VS2, 73r)
- b. **Enton** se ajuntarom as aazes (séc. XIV, CGE, 35b)
- c. **porende** ajuntaron elles a sy outra grande companha de treedores (séc. XIV, CGE, 58b)
- d. E **entam** tornou se o capitam aaquem do Rio (1500, CPVC, 6v)
- e. E **asy** entrão outros capitãees de arqueiros, (séc. XVI, CRB, sf)

No entanto, conforme referido a propósito do exemplo (21), os advérbios conectivos não vão contar para efeitos de V2<sup>15</sup>. São disso exemplo *entom, porende, asy* (de salientar que, neste grupo, não incluímos o advérbio adjunto de lugar *aquy*, pelo que o exemplo (28a) é típico de V2). Uma vez que adoptámos esta perspectiva, o número de ocorrências de frases com ordem V2 introduzidas por este tipo de advérbio não vão ser consideradas, o que vai aumentar o número de sequências V1 e vai, de igual modo, reforçar a ideia de que o PA é, com efeito, V1 e não V2.

Como vimos, nas sequências V1 o verbo finito ocorre em início absoluto de oração ou antecedido por uma conjunção, o que, como também é característica das línguas V2 rígidas, não contam para efeitos V2.

Numa língua como o latim, por exemplo, o verbo em posição inicial decorre, segundo Adams (1977), de motivações estilísticas, ou pragmáticas, e de motivações sintácticas. As primeiras traduzem-se pela ênfase dada quer ao verbo, que leva a colocá-lo em primeiro lugar no enunciado, quer ao próprio enunciado. Sintacticamente, o verbo tende a surgir em primeiro lugar quando a oração é introduzida pela negação ou por um advérbio, que é exactamente o que acontece nas línguas V2.<sup>16</sup> De salientar que, nas línguas V2 rígidas, ou assimétricas, os exemplos de V1 ocorrem em contextos muito específicos, restringindo-se às interrogativas totais, às condicionais e às imperativas<sup>17</sup>, o que não é o que acontece nos nossos exemplos, nem nos exemplos apresentados por Ribeiro. Observe-se (29):

- (29) a. *Fez mui gram chanto*  
 b. *Acharon as sas mãos e os seus pees tan ben são*

(*Idem*: 123)

<sup>15</sup> Como dissemos, os advérbios conectivos não contam nas línguas germânicas que são V2, nem vão contar nos nossos dados do PA, uma vez que o nosso objectivo é determinar se existiria, ou não, uma sintaxe de tipo V2 nos textos da época em estudo.

<sup>16</sup> Roberts (1993): 133, por exemplo, assume que, sintacticamente, se trata de casos de V1 apenas aparentemente, uma vez que o que ocupa a posição de [Spec, CP] é um operador fonologicamente nulo, o que faz com que, também estes, sejam exemplos de V2.

<sup>17</sup> Pádua (1960): 94, refere que a configuração V1 é uma das estratégias para marcar a interrogação (situação que se verifica no PEC, principalmente quando o sujeito não é foneticamente realizado). No *corpus* de Ribeiro há sete exemplos de VS em frases encaixadas com o verbo em primeira posição, como se mostra em (i):

- (i) a. *Crees que ando eu sen alma?*  
 b. *Non ti semelhas, Pedro, que deven a aver gram vergonha os homees?*  
 c. *Conta San Gregorio que veo huu Principe*

(Ribeiro *Ibidem*: 122)

Trata-se de exemplos de V1 com sujeito nulo, que são possíveis porque era possível legitimar *pro* antes do verbo.<sup>18</sup> No *corpus* do CIPM foram igualmente encontradas algumas atestações com o verbo em posição inicial de oração, que a seguir se transcrevem:

- (30) a. E quẽ q(ue)r q(ue) lança ou Azchhũa **filheas** a eles o Mejrñho  
(sd, CHP068, sf)
- b. E, avydos antre elles estes fallamentos e outros muytos, **ajuntaronsse** todos e ouveron sobre esto sua falla. (sd, CGE, 39b)
- c. **Parte** o termho de Cabra cõ o termo d'Elvyra. (séc. XIV, CGE, 12a)
- d. **Parte** elrey dos paços en cima d aquelle cavallo, (séc. XVI, CRB, sf)

#### 6.1.4.4.1.3. Conclusão: orações independentes

Relativamente a este ponto do trabalho podemos concluir que o PA não é V2 rígido como algumas línguas germânicas e por três razões que decorrem da observação dos nossos dados: em primeiro lugar, nas orações independentes com verbo finito este não é obrigatoriamente o segundo elemento da oração. É, na maior parte dos casos, o primeiro; em segundo lugar, quando há V2, tal verifica-se, quase na totalidade, em estruturas inacusativas; finalmente, e decorrente das observações anteriores, os contextos com constituintes deslocados à esquerda podem ser analisados como V1 se considerarmos que estes estão fora do domínio de CP, assunto que retomaremos mais adiante.

#### 6.1.4.4.2. Orações dependentes

Analisando agora as orações dependentes, à semelhança do que faz Ribeiro no seu trabalho, com o intuito de testar a segunda hipótese de que o PA era V2 não rígido, ou simétrico, foram consideradas orações dependentes com complementador (*que/se*) e sujeito lexicalmente expresso e que apresentam, superficialmente, a ordem Verbo-Sujeito, pois só assim se podem comparar com as do yiddish e do islandês, as línguas

---

<sup>18</sup> Esta questão prende-se com a possibilidade de legitimar um sujeito nulo *pro* tanto em posição pré-como pós-verbal.

que vimos serem V2 simétrico. No quadro 6 apresentamos o número de construções que preencheram o requisito enunciado acima, e que são 23.

Como vimos no ponto anterior relativo aos dados fornecidos por Ribeiro, algumas orações completivas poderiam servir de argumento a favor de V2 no PA (ver os exemplos (18) de completivas), mas no nosso *corpus* não encontramos elementos que nos permitam concluir o mesmo. Neste ponto Ribeiro pretende aproximar o PA das outras línguas V2 simétricas, como o yiddish e o islandês, que não apresentam a assimetria principal/subordinada no que toca ao fenómeno V2, mas, nos nossos dados não se pode observar o mesmo.

Quadro 6: Ordens V1 e V2 em orações dependentes

	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	Total
<b>COMP V S</b>	4	11	3	3	21
<b>COMP X V S</b>	1	1	0	0	2
<b>Total</b>	5	12	3	3	23

Concluimos, pois, que também no caso das orações dependentes com complementador expreso se observa a preferência pela sequência [COMP V S], em todos os séculos, com um total de 21 ocorrências, contra apenas 2 sequências [COMP XP V S]. Nestas duas atestações, os constituintes que ocorrem entre o complementador e o verbo são adjuntos. Observemos agora alguns exemplos que ilustram cada um dos casos: as sequências V1, ou [COMP V S], em (31), e exemplos de V2, ou [COMP XP V S], em (32):

- (31) a. Hũa cousa que fica depois **que se parte** a ssanha, por a perda que recebe, ou por o desejo que nom comprio (1433/1438?, LC, 20r)
- b. espera ella com os tamgeres **que se queime** ho marido (séc. XVI, CRB, sf)
- c. e asy os venceo **que tornarõ** os de Petreo e Freneo a seu lugar (séc. XIV, CGE, 30b)

- (32) a. o dano seya daquel que o (con)parou e a prol outrosy, **se enalgũa cousa mellorar** a cousa uenduda (1280?, FR, 116r)
- b. nem hũa cousa que aa estoria d’Espanha pertêça se nom esto: **que, enno quinto anno, entrou** hũ judeu em hũa igreja (séc. XIV, CGE, 47c)

#### 6.1.4.4.2.1. Conclusão: orações dependentes

Conforme vimos no início deste capítulo, os casos de V2 simétrico caracterizam-se exactamente pela simetria quanto à ordem na qual o verbo ocorre. Nas línguas que permitem este sistema, o verbo é sempre o segundo elemento da oração, mesmo em orações dependentes com complementador realizado, como nos exemplos (7) do yiddish e (8) do islandês, aqui repetidos como (33) e (34), respectivamente:

- (33) a. Dos bukh hot Max geleyent.  
*o livro tem Max lido*  
 ‘O Max leu o livro’
- b. Ir zolt visn zayn, mayne libe kinderlekh, az vayn  
*Vós deveis saber ser minhas queridas crianças que vinho*  
 ‘Vós deveis saber, minhas queridas crianças, que o vinho  
 ken men makhn fun troybn oykh.  
*pode alguém fazer de uvas também*  
 se pode fazer de uvas também’
- (34) a. ... að í gær hafa börnin lesið bókina  
*que ontem têm crianças-as lido livro-o*  
 ‘...que ontem as crianças leram o livro’
- b. .. að bókina hafa börnin lesið í gær  
*que livro-o têm crianças-as lido ontem*  
 ‘...que as crianças leram o livro ontem’

Podemos, pois, concluir, que o PA não é V2 simétrico como o yiddish ou o islandês. Se assim fosse, haveria maioritariamente contextos V2 em subordinadas com

complementador expresso, o que não acontece, verificando-se exactamente o oposto, ou seja, a tendência para V1 - 21 casos contra apenas 2 exemplos de V2.

Comparando os nossos exemplos com os exemplos do yiddish e do islandês, que apresentam sempre V2 em subordinadas, vamos ter de concluir que o PA não é V2 de todo, é antes V1, conclusão esta apoiada nos dados quantitativos fornecidos pelo quadro 6.

### **6.1.5. As análises**

Nas secções que se seguem resumimos as análises gramaticais propostas tanto por Torres Morais, em 1993, como por Ribeiro, posteriormente, e os argumentos que sustentam essas propostas. No ponto seguinte abordamos a questão das diferenças entre tópicos e focos, quer no PA, quer no PEC. E, finalmente, no último ponto desta secção, sintetizamos as evidências contra V2 no PA. Evidências essas baseadas em dados estatísticos e que vêm corroborar algumas das ideias veiculadas pela literatura, nomeadamente por Kaiser (1999).

#### **6.1.5.1. Argumentos a favor de V2 no PA**

As propostas de Torres Morais (1993) e de Ribeiro (1995a, 1995b) apontam numa mesma direcção, a de que o português passou por uma fase V2. Ou seja, de acordo com os trabalhos destas autoras o português teve um comportamento semelhante ao do francês no que toca à mudança paramétrica na atribuição de Caso nominativo.

No caso da primeira autora, faz uma análise diacrónica da colocação do verbo finito em orações independentes no PB. Em particular analisa o percurso evolutivo das construções com inversão Sujeito-Verbo a partir do século XVIII, e conclui que este último fenómeno pressupõe os mesmos mecanismos de movimento do verbo que se verificam nas línguas germânicas, ou seja, nas línguas V2. A análise de Torres Morais, à semelhança do que faz Ribeiro, defende que o PA se aproxima do FA no que toca à opcionalidade na atribuição de Caso nominativo, mas que se distancia desta língua noutros aspectos, a nosso ver, relevantes. Em primeiro lugar a perda dos contextos de inversão, que se verificou no PB, mas não tanto no PEC, não implicou a perda dos sujeitos nulos que se verificou no francês; em segundo lugar, os contextos de V1, isto é, de verbo em primeira posição, e sujeito posposto ou mesmo nulo, eram muito frequentes nos textos medievais, mas não o eram no FA; por último, a assimetria

principal/subordinada típica das línguas V2 não se verifica no PA. Nos nossos dados, como vimos, há ordens VS mesmo em orações dependentes.

Ambas as propostas, tanto a de Torres Morais como a de Ribeiro, vão advogar para o PA um padrão de opcionalidade na legitimação de *pro*. Ou seja, assumindo a proposta de Roberts (1993) (decorrente, como vimos, de Koopman & Sportiche 1991), que defende a existência de três grupos de línguas com base na forma como o Caso nominativo é atribuído pelo núcleo Agr<sup>19</sup>, Ribeiro vai assumir que no PA havia opcionalidade na atribuição de nominativo, ora por acordo, ora por regência, sendo que esta é a única forma de explicar os contextos V(S), defendendo a ideia de que o sujeito nulo ocorre numa posição pós-verbal. Se se assumir que o PEC não permite geralmente a atribuição de nominativo por regência, apenas acordo especificador-núcleo, terá sido esta mudança que fez com que os contextos de V2 deixassem de ser possíveis.

Estas propostas atribuem, pois, à mudança no parâmetro de atribuição de nominativo o facto de o efeito V2 se ter perdido no decurso da história do português. No entanto, os contextos extraídos do *corpus* de Ribeiro, e que a autora classifica como V2, ainda hoje existem no PEC, mais ou menos com a mesma frequência, e podem ser descritos sem recurso à subida do verbo para C. Por que não dizer que o verbo fica na posição base e é o sujeito que sobe ou que permanece dentro de VP, conforme defendemos no capítulo 4? De salientar que a grande maioria dos contextos encontrados com aparente ordem V2 e com o sujeito em posição pós-verbal são estruturas inacusativas. Apenas foram encontradas 14 atestações de construções transitivas com a sequência XP V S, num total de 103 ocorrências. Saliente-se que estamos apenas a falar de orações com sujeito expesso, uma vez que, quando é nulo, não se poderá determinar qual a posição em que se encontra, simplesmente porque não está lá. Nem mesmo a comparação com estruturas equivalentes com sujeito realizado pode servir de diagnóstico (embora, como vimos, Vance 1989 determine a posição de *pro* com base no teste que compara estruturas equivalente com sujeitos nulos e sujeitos lexicais), já que mesmo os sujeitos realizados podem ser pré- ou pós-verbais, predominando o primeiro padrão.

Não esquecer que também o FA era uma língua de sujeito nulo e que perdeu essa característica. De entre as causas possíveis para explicar a possibilidade que o francês tinha de legitimar estruturas sem sujeito realizado e que, no decurso da sua história,

---

<sup>19</sup> A saber, por regência e acordo, como no inglês e no francês médio; apenas acordo, como no francês e no italiano; nem regência nem acordo, como no galês.

perdeu, Roberts (1993) aponta a perda do fenómeno V2 como responsável pela perda dos contextos de sujeito nulo, bem como pela perda de inversão nas interrogativas (fenómeno que ocorreu, do mesmo modo, na história do PB, cf. Duarte 1992). Se, ainda segundo Roberts, o verbo sobe para o núcleo C no FA, criando uma típica configuração V2, é porque o sujeito é pós-verbal.

Ribeiro, na análise proposta para o PA, diz que a situação não foi exactamente a mesma no que toca à distribuição dos sujeitos nulos. No PA, havia a possibilidade de atribuir Caso sob regência, o que originava VS, e por concordância, derivando as ordens SV. Em segundo lugar, e conforme já foi referido anteriormente, os contextos V1, com ou sem sujeito realizado fonologicamente, eram muitíssimo frequentes no PA e raros no FA (só em interrogativas totais, condicionais e imperativas). Finalmente, no PA não havia a assimetria raiz/subordinada que existe nas línguas V2. Estes são os pontos que separam o FA do PA no que toca à ordem de constituintes: no FA não existia opcionalidade na atribuição de Caso nominativo, pelo que, se o verbo subia, o sujeito era, obrigatoriamente, pós-verbal; no PA, uma vez que tanto (S)V como V(S) são configurações possíveis, o mecanismo de atribuição de Caso teria de ser opcional, já que não há uma ordem fixa.

A cliticização no PA foi outro dos argumentos usados por Ribeiro em ambos os trabalhos para mostrar que se tratava de uma língua V2. Retomando a ideia inicial de Tomaselli (1990), que estuda os clíticos sujeito do alemão e diz que o núcleo C, nessa língua, é pronominal, Ribeiro vai assumir que o núcleo C no PA contém traços de concordância, pelo que pode ser hospedeiro de um pronome clítico.<sup>20</sup> Também já vimos que, para as línguas V2, é importante o facto de C estar associado a traços de concordância. Se o núcleo C contém traços de concordância que lhe permitem ser hospedeiro de um pronome clítico, no caso do PA<sup>21</sup>, e alojar um verbo finito, no caso das línguas germânicas, este paralelismo, no entender de Ribeiro, é mais uma evidência

---

<sup>20</sup> As orações analisadas por Ribeiro mostram que o clítico ocorre sempre adjacente ao complementador. São possíveis contextos de interpolação (ocorrência de um constituinte entre o proclítico e o verbo), mas nada quebra a adjacência complementador/clítico.

<sup>21</sup> Madeira (1993) propõe que a possibilidade que o clítico tem de subir para C no PEC é o que distingue esta língua de outras como o espanhol e o italiano, pelo que a alternância entre próclise e ênclise no PEC não depende apenas da existência, ou não, de complementadores lexicalizados, mas de todo um conjunto de elementos funcionais em posição pré-verbal. Assim, numa configuração de ênclise, o clítico sobe para C vazio e o verbo também sobe para uma posição de adjunção à esquerda do clítico. Relativamente à próclise, é derivada pela subida do clítico para uma posição de adjunção ao verbo, estando este complexo (cl+V) em AgrP (cf. 7.1.2.).

para a existência de um sistema V2 no PA. O paralelismo existente entre o português (ênclise) e o alemão (V2) é o que se verifica nos seguintes exemplos:

- (35) a. A Maria deu-**lhe** um livro.  
b. Maria **gibt** Mario ein Buch.  
c. O Mário viu-**a** (à Maria).  
d. Mario **sieht** Maria.

São exemplos, à partida, de difícil comparação, uma vez que o alemão é V2 mesmo em sequências SV. Teria de se analisar estruturas XVS que, no caso português, são configurações típicas de próclise, sempre que haja um clítico, salvo se o constituinte inicial for interpretado como tópico, como nos exemplos seguintes:

- (36) a. Ao bebé, alimenta-o a mãe.  
b. Livros desses, dei-lhos eu no Natal.

Os exemplos de (36) caracterizam-se pela existência de uma pausa entre o constituinte inicial, interpretado como tópico, e o verbo, o que resulta na não anteposição do clítico. Numa língua V2 como o alemão, e num exemplo como (36a), imediatamente antes do verbo e a seguir à pausa haveria um qualquer constituinte com o propósito de legitimar o verbo em segunda posição, o que não acontece em PEC. Nas línguas V2 típicas observam-se os seguintes contrastes em estruturas de topicalização, sem e com redobro, respectivamente:

- (37) a. TOP V S  
b. \*TOP S V  
c. TOP<sub>i</sub> S V pron<sub>i</sub>  
d. \*TOP<sub>i</sub> V (pron<sub>i</sub>) S (pron<sub>i</sub>)

Quer isto dizer que, nestas línguas, a topicalização de um constituinte implica a inversão do sujeito, excepto quando é redobrado por um pronome. Aí o sujeito tem obrigatoriamente de anteceder o verbo (não esquecer que o sujeito conta para efeitos V2 nas línguas germânicas em discussão). De salientar, mais uma vez, que as sequências agramaticais de (37) são bem-formadas em contextos que legitimam V1.

Assim, se numa típica língua V2, em estruturas de topicalização, o verbo é sempre o segundo elemento da oração, no português tal não acontece, é o primeiro, pelo que este constitui mais um argumento contra V2 no PEC. Argumento que é corroborado pelos dados do PA, ponto em que não diverge do PEC.

#### **6.1.5.2. Argumentos contra V2 no PA**

A análise que propomos vai defender que o PA é uma língua de sujeito nulo com ordem básica (S)VO (cf. Fiéis 2002). No *corpus* textual analisado contabilizámos um número importante de orações com sujeito nulo, mais concretamente 939 atestações num total de 2.040 ocorrências (que incluem orações dependentes e independentes com verbo finito, cf. 5.4.2.). Ou seja, as orações com sujeito nulo representam um universo de 46% da totalidade dos casos, quase metade das ocorrências analisadas. Na nossa opinião, as atestações com sujeitos nulos só não serão mais porque temos muitos exemplos de estruturas inacusativas que, como vimos no capítulo anterior, apresentam o sujeito lexicalizado um maior número de vezes. Importante é também salientar que, nas restantes 1.101 ocorrências com o sujeito exposto, 874 correspondem à configuração SV e 227 apresentam a ordem VS. Este é, sem dúvida, um argumento adicional em favor da nossa proposta e também da ideia enunciada no início desta secção, de que o sujeito em primeira posição de frase “mascara” a subida de V para C.

O objectivo enunciado no início do ponto 6.1.4.4. sugere que o facto de termos contabilizado 103 contextos com a ordem VS não é sinónimo de existência de uma sintaxe V2, pois só 34 vezes o verbo é segundo, sendo o primeiro elemento da oração (introduzido ou não por conjunção) nas restantes 69 ocasiões. Para corroborar este facto, deu-se conta de que a maioria dos contextos de inversão ocorre em estruturas inacusativas, pois num total de 34 ocorrências de V2 apenas 4 são contextos transitivos. Mesmo nas orações dependentes com complementador exposto se observa a tendência para V1, havendo apenas 2 casos de V2 num total de 23 ocorrências e em contextos inacusativos.

Ao contrário do que é defendido por Ribeiro (1995a, 1995b), e seguindo Kaiser (1999), consideramos contextos legítimos de V2 aqueles em que não há sujeito nulo, ou seja, sequências XVS, e isto porque o PEC continua a ser uma língua de sujeito nulo. No entanto, para manter a ideia de que o PA passou por uma fase V2, Ribeiro vai ter de apelar, como vimos no ponto anterior, para o factor opcionalidade na atribuição de nominativo. Para isso todos os contextos, inclusive os de sujeito nulo, são

contabilizados no seu estudo, já que *pro*, conforme foi referido, pode ser legitimado em posição pré- ou pós-verbal.

A proposta de Ribeiro (1995a, 1995b), e também a de Torres Morais (1993), levanta, pois, alguns problemas de difícil resolução. O primeiro é o da existência de escolhas paramétricas diferentes no seio de um mesmo estágio de língua (não se trata de dialectos em competição, como sucedeu com o OE, cf. Kroch & Taylor 1997), que tem como consequência a opcionalidade na atribuição de nominativo. O segundo problema centra-se na questão de saber em que posição são gerados os marcadores de flexão no PA. De acordo com as propostas das autoras, e numa mesma língua, os marcadores de flexão teriam de ser gerados quer em C (quando o verbo ocorre em segunda posição), quer em I, nas outras situações. Parece-nos mais adequado, tendo em conta os dados disponíveis, e seguindo também a proposta de Kaiser (1999), manter que, já no PA, os marcadores de flexão e concordância eram gerados em I, núcleo para o qual o verbo sobe.

A ideia de que o português terá perdido a restrição V2 em consequência de uma mudança paramétrica na atribuição de Caso nominativo por regência não parece, pois, correcta. As configurações que poderiam suportar a hipótese de regência são em tão reduzido número que não parecem relevantes para se postular a existência de dois sistemas gramaticais.

O PEC mantém, conforme referido, o sujeito nulo e a inversão em interrogativas e não é uma língua V2. No entanto, vimos como o PB parece exibir algumas das características que caracterizaram a evolução do francês: os contextos de sujeito nulo estão em declínio<sup>22</sup>, observa-se substituição dos pronomes clíticos por pronomes fortes e a diminuição dos contextos de inversão em interrogativas (cf. Roberts & Kato 1993). Estes são alguns dos pontos que aproximam o PB do FA, mas não do PEC. No entanto, comparar directamente o PA, em particular o português dos séculos XIII-XVI, com o PB, em analogia com o FA e francês moderno, não nos parece a melhor opção, uma vez que não se está a levar em conta o facto de, entre esse estágio de língua e o PB existir o português clássico e o PEC, estádios evolutivos intermédios.

A análise que julgamos válida é a que vai defender que o PA é uma língua de sujeito maioritariamente nulo com ordem básica (S)V0, na qual os marcadores de

---

<sup>22</sup> Figueiredo Silva (1996) defende que o PB está em vias de reestruturar a sua gramática e, desse modo, de se afastar do PEC no que toca à distribuição dos sujeitos nulos. Em particular, a autora vai mostrar que

flexão são gerados em I, tal como sucede actualmente no PEC, e não em C, pelo que o verbo não sobe para C mas para I, derivando as ordens SV. Em relação às ordens XP V S atestadas no nosso *corpus* (maioritariamente deslocações à esquerda de adjuntos circunstanciais), estas poderão ser analisadas como inversões se considerarmos que os constituintes iniciais estão fora do domínio de CP, isto é, são topicalizações simples<sup>23</sup> (cf. Duarte 1987).

Ainda relativamente às sequências XP V S, ocorrem, preferencialmente, em estruturas inacusativas, nas quais o sujeito está na sua posição base (no interior de VP) e os constituintes iniciais são tópicos, pelo que não constituem argumento em favor de V2.

Consideramos, pois, que no PA, em comparação com o PEC, não se observou o tipo de evolução verificado para o francês, de um estágio V2 para não V2. Se a sintaxe V2 é definida como movimento do verbo finito para C em orações principais, então o PA nunca foi V2, pelo menos como o são as línguas germânicas (Galves p.c.). O que se demonstra com alguma segurança, e os dados comprovam-no, é que o PA era maioritariamente V1.

#### **6.1.6. Conclusão: VS não é V2**

A análise dos exemplos extraídos do *corpus* do CIPM permite-nos concluir com alguma segurança que o PA era essencialmente uma língua V1<sup>24</sup>. O número de atestações encontradas correspondentes a esta configuração parece significativo. Relativamente às ordens VS encontradas (com inversão, portanto), não parecem ser indícios suficientemente fortes para dizer que o PA era uma língua V2, ainda que residual. A comprovar este facto estão os exemplos, maioritariamente contextos inacusativos, nos quais não se verificou movimento do sujeito da oração para uma posição exterior ao VP. Quer isto dizer que os marcadores de flexão no PA eram gerados na mesma posição em que são gerados actualmente, sendo que V2 parece

---

o PB já não é uma língua de sujeito nulo, como o PEC, o italiano e o espanhol, mas também não é de sujeito não nulo como o francês.

<sup>23</sup> Recorde-se que Ambar (1992) classifica as estruturas com constituintes topicalizados no PEC como instâncias de V2 residual, já que o constituinte inicial ocorre adjunto à frase que é introduzida pelo verbo em C.

<sup>24</sup> Pádua (1960), de certo modo, corrobora esta ideia, pois, como referimos no capítulo anterior, para a autora, as ordens OVS e VSO são as mais frequentes em orações principais com verbos transitivos directos; sendo a primeira a que mais ocorre, tanto em principais como em subordinadas, e a segunda muito frequente em interrogativas totais, condicionais, imperativas e em frases principais de vários tipos.

aplicar-se apenas enquanto elemento descritivo das ordens de superfície encontradas e não enquanto elemento conceptual, reflexo das ordens subjacentes.

Em suma, se o PA fosse uma língua V2 seriam esperados mais contextos de inversão, o que nos leva a considerar que VS não é V2. Nem mesmo a questão da opcionalidade sugerida por Kroch (2000) e avançada no ponto 6.1.4.1. para alguns dialectos do inglês antigo parece adequar-se aos dados do PA. Ou seja, se alguns desses dialectos evidenciavam alguma liberdade na realização dos constituintes na posição de tópico (nada obrigava a que fossem sempre pré- ou pós-verbais), pelo que as ordens V2 eram atestadas em conjunto com as ordens não V2 (com carácter de opcionalidade), o mesmo não se passa no PA: as atestações de V2 são tão poucas e em estruturas tão específicas que o conceito de opcionalidade, a este nível, não é passível de ser aplicado.

Finalizamos reiterando a ideia enunciada no início do ponto 6.1.2., de que o PA não é uma língua V2 rígida, ou assimétrica, como algumas línguas germânicas, tendo em conta as conclusões do ponto 6.1.4.4.1., ou seja, a maioria das orações independentes são V1 e os exemplos de V2, com inversão do sujeito, são, quase na totalidade, contextos inacusativos. Para além disso, o PA também não é V2 não rígido, ou simétrico, como o yiddish ou o islandês, pelas razões enunciadas em 6.1.4.4.2., a saber, a maioria das orações subordinadas com complementador expresso exibem o verbo imediatamente a seguir ao complementador (na configuração V1, portanto) e os contextos com o verbo na segunda posição são todos inacusativos.

A conclusão que avançámos partiu, pois, do princípio de que para identificar V2 no PA o sujeito teria de ser pós-verbal (já que o sujeito em posição inicial mascara a subida do verbo), e a maioria das atestações de V2 encontradas, como vimos, são estruturas inacusativas, o que quer dizer que o sujeito ficou *in situ* e os constituintes movidos para a posição inicial são tópicos, movidos por factores de “ordem discursiva”.

## **6.2. Posições para o sujeito**

No ponto precedente analisámos detalhadamente os contextos em que há inversão sujeito/verbo, pois pareceu-nos interessante, relativamente a essa ordem de palavras no PA, determinar não só a frequência e o tipo de construção em que ocorre (transitiva ou inacusativa), mas também o facto de ser defendido por alguns autores que o PA passou por uma fase V2, ou seja, subida do verbo para C, e a ordem VS (com posposição obrigatória do sujeito) ser a configuração normalmente atribuída ao fenómeno V2. A análise dos dados permitiu-nos concluir que, tal como no PEC, no PA

o verbo sobe para o domínio funcional de IP, domínio no qual são gerados os marcadores de flexão em todas as situações.

Vamos agora retomar alguns dos pressupostos enunciados em capítulos anteriores quanto à realização do sujeito no PEC, contrastando com o PA. No PEC a ordenação dos constituintes na oração permite codificar funções discursivas relativas à estrutura temática do predicado e à estrutura informacional da frase, sendo que a posição pré-verbal é uma posição reservada ao sujeito, isto é, a tópicos não marcados, normalmente com o estatuto informacional de dado, e na posição pós-verbal ocorrem preferencialmente argumentos-Tema do verbo, ou seja, constituintes que tendem a introduzir informação nova. Constatámos também que, independentemente de a ordem SVO ser a única possível em contextos de frase focalizada, é possível haver outras ordens de palavras em contexto apropriado (VSO, VOS, OSV, OVS e SOV), enquanto resultado de movimento adicional na sintaxe.

A análise do PEC permitiu-nos concluir que o fenómeno da posposição do sujeito não tem que ver com o estatuto de dado ou de novo do mesmo, mas antes com o seu estatuto apresentacional, pois trata-se de um constituinte que é “discursivamente ligado” (‘D-linked’) no sentido de Pesetsky (1987). Esta análise é corroborada por Coelho et alii (2001), como vimos anteriormente, ao que acrescentamos o facto de a posposição do sujeito se observar preferencialmente em construções inacusativas, mesmo no PA, reforçando a ideia de que existem duas opções para o sujeito neste tipo de construção, opcionalidade que não se perdeu.

### **6.2.1. Ordens SV**

Conforme temos vindo a reiterar, tanto em construções transitivas como inacusativas, o sujeito pode ser pré- ou pós-verbal, como nos exemplos do PEC e do PA, em (38) e em (39), respectivamente:

- (38) a. A Maria queimou a sopa  
a'. Queimou a sopa a Maria  
b. O João chegou  
b'. Chegou o João

(39) a. De costum' e q(ue) **se o Amo casa A manceba d(e) soldada cõ Alguẽ.** q(ue) se possa ir (cõ) seu marido sen pãa cando se ela q(u)iser. (1280?, FG3, 19r)

a'. **Nenhũa molh(er)** uiuua non **case** dêllo dia que morrer seu marido ata huu ano (con)prido. (1280?, FR, 104v)

b. E **tornou-sse** êtom **a ssanta molher** e levantou o s(ã)c(t)o homẽ da terra (séc. XIII/XIV, VS7, 56r)

b'. E o ango rrespondeo. aguardemos e veerás. a cabo de pouco foy a casa tam escura e q(ua)ntos estavã em ella **todos [se] tornarom** t(ri)stes. (séc. XIII/XIV, VS5, 33r)

No entanto, é normalmente assumido, conforme mencionámos no capítulo 3, que a ordem não marcada é aquela em que o sujeito ocorre antes do verbo, usando o critério de resposta à pergunta *o que aconteceu?* (ou seja, contextos em que toda a frase é focalizada). Nestes contextos a ordem apropriada é SVO, para as construções transitivas, e SV, para as inacusativas (cf. (38) e (39)).

Claro que relativamente aos exemplos do PA não é possível aplicar o teste de resposta à pergunta acima enunciada, mas a percentagem elevada de sujeitos pré-verbais permite-nos inferir que essa será a ordem canónica e, ao mesmo tempo, o facto de as maiores diferenças estruturais entre o PA e o PEC se situarem ao nível do posicionamento dos constituintes objecto e não dos sujeitos leva-nos a supor que PA e PEC manifestam comportamentos semelhantes no que toca ao posicionamento do sujeito.

### 6.2.2. Ordens VS

Concluimos, no capítulo referente às construções inacusativas, que há duas hipóteses para os sujeitos no PEC: a posição de [Spec, IP], onde verificam nominativo e do qual o acordo verbal é diagnóstico; e a posição base de complemento de V, na qual, visto haver casos no PEC coloquial em que o acordo é inexistente, o Caso a atribuir a esse sujeito pode não ser o nominativo, mas talvez inerente. Nas situações em que o acordo verbal é visível, mesmo com sujeitos pós-verbais, teremos de assumir que o

nominativo é atribuído via cadeia expletivo-argumento. Deste modo, a variação encontrada decorre de propriedades lexicais do próprio verbo, o que confere à posição pós-verbal do sujeito estatuto de ambiguidade.

Vimos também que surgiram na literatura várias propostas que pretendiam resolver o problema criado pelas configurações nas quais o sujeito fica na sua posição base, ou seja, em [V DP], uma posição sem Caso atribuído (cf. 3.2.2.1.). Conforme referimos então, parece-nos mais consensual uma proposta que tenha em conta a componente sintáctica da gramática, ao contrário do que defende Marantz (1992), e assumir a morfologia como filtro para a sintaxe, no sentido de Bobaljik (1995), razão pela qual a manifestação de caso morfológico seria independente da posição ocupada pelo sujeito. A ideia é, essencialmente, não fazer depender a marcação casual da posição ocupada pelo sujeito, como também defende Reinhart (2001)<sup>25</sup>.

No que toca à análise de fontes textuais, Berlinck (1989), para o PB, analisa três *corpora* formados por cartas do século XVIII ao século XX, e observa a diminuição dos contextos VS ao longo dos três séculos. Numa primeira análise, Berlinck relaciona este fenómeno com o tipo de verbo que ocorre em cada *corpus* e conclui que quanto maior for o grau de transitividade de um verbo menor é o número de vezes em que o sujeito ocorre posposto ao verbo, facto esse que também corroboramos com os nossos dados. Do mesmo modo, e segundo este estudo, o estatuto informacional do DP sujeito tem papel importante (se é informação nova, informação dada ou inferível). Segundo a autora, quanto “mais nova” for a informação transmitida pelo DP mais facilmente ocorre na posição pós-verbal.

O estudo de Berlinck (no seguimento de outros trabalhos, como o de Tarallo 1983, por exemplo) aponta o processo de pronominalização como factor influente na diminuição das ordens VS. De acordo com a autora, “uma língua com um sistema clítico rico e produtivo na fala permit[e] uma liberdade maior na ordenação dos constituintes na sentença: quando eles são actualizados na forma de clíticos, a probabilidade de que a construção resulte ambígua diminui muito, uma vez que sua função sintáctica fica evidente” (p. 107). Isto significa que, se houver uma diminuição da produtividade do fenómeno de pronominalização vai haver, conseqüentemente, uma redução no número de ocorrências das ordens VS. Tal situação verificou-se, segundo

---

<sup>25</sup> Nas suas propostas mais recentes, como a que acima referimos, Reinhart defende que apenas dois papéis- $\theta$  têm um mapeamento fixo: o Agente, que é mapeado externamente, e o Paciente, que tem um mapeamento interno. Os outros, como o Instrumento e o Experienciador, têm um mapeamento livre.

Berlinck, na história do PB. Por outras palavras, o uso dos pronomes com função de objecto directo (maioritariamente clíticos acusativos) sofreu um decréscimo na história do PB e este facto relaciona-se com a diminuição de contextos VS com verbos transitivos.

Estas observações parecem apontar para a ideia que enunciámos no capítulo anterior de que, em construções inacusativas, a alternância entre ordens SV e VS não é assim tão opcional como à partida se poderia pensar. Mas, conforme discutimos no capítulo 4 e seguindo Coelho et alii (2001), em vez de relacionarmos as ordens SV/VS atestadas, tanto em PEC como em PB, com informação nova/dada, há que remeter para o estatuto apresentacional do DP sujeito, sendo por esta razão que VS é mais comum com inacusativos. Quer isto dizer que parece não haver opcionalidade entre SV e VS, uma vez que há verbos que facilitam uma ou outra ordem. Situação essa que não se explica apenas com base em critérios sintácticos, mas que se relaciona com a semântica do próprio verbo e a situação descrita.

Os nossos dados apontam, de facto, a transitividade da construção como factor determinante para a ordem. Foi-nos possível concluir que o fenómeno da inversão é mais frequente em contextos não transitivos, ou seja, é mais frequente a inversão do sujeito quando este é o argumento interno do verbo que o selecciona.

Para além disso, e relativamente ao efeito de definitude que, de acordo com as análises de Belletti (1988) e Diesing (1992), se verifica com constituintes pós-verbais, concluímos que é o tipo de argumento que não é aplicável aos nossos dados, tal como não o é para o PEC. De um total de 227 ocorrências de orações com sujeitos expressos e pospostos ao verbo (os mesmos que resumimos em 5.4.2.), constatámos que apenas 30 correspondem a sujeitos indefinidos, ou seja, apenas 13,2% do total de ocorrências, e neste grupo incluímos os QFs, como *todos*. Assim sendo, também não é pertinente o recurso ao conceito de indefinitude, ou definitude, para dar conta da ordem VS.

Mattos e Silva (1989) corrobora estas conclusões pois, no resumo de ocorrências que faz relativo ao *corpus* de que se ocupa, mostra que “[a] contiguidade do sujeito é preferencial (...) [e] a sua anteposição também aqui é preferida à posposição” (p. 833). A sua descrição permitiu-lhe ainda concluir que ocorrem as seis ordens matematicamente possíveis, tal como já tinha demonstrado Pádua (1960), sendo que as mais frequentes são as ordens SVC e SCV, quando o objecto é representado por um

pronome, e CSV quando é um constituinte-Wh<sup>26</sup>. Para além disso, quando presente, o sujeito, quer pronominal, quer DP pleno, tende a ser anteposto ao verbo, na ordem SV, e manifesta sempre concordância com o mesmo, mas também pode ser pós-verbal. Segundo Mattos e Silva, a posposição do sujeito pode ser explicada com recurso a “factores sintácticos, como seja a presença de circunstanciais antes do verbo, ou por factores semânticos, como seja o tipo de verbo: é o caso dos verbos «de declarar» que em geral levam para depois o seu sujeito.” (p. 835)<sup>27</sup>.

É interessante, no entanto, o facto de Mattos e Silva sugerir que os sujeitos pós-verbais tendem a ter mais destaque no enunciado em que ocorrem, numa clara relação com factores de ordem discursiva, neste caso, com o carácter apresentacional do mesmo.

Os dados do CIPM mostram que, tratando-se de uma sintaxe perfeitamente românica (SVO), se observam as duas ordens possíveis SV e VS. No entanto, facilmente se constatou que a ordem VS surge preferencialmente em contextos inacusativos, o que reitera a ideia da disponibilidade das duas posições para o sujeito: a posição de [Spec, IP] e a posição interna a VP. E esta possibilidade permite dar conta das duas ordens encontradas, sendo que numa há movimento do sujeito e, na outra, o sujeito fica na sua posição base. Esta análise pode ser transposta aos nossos dados e dar conta dos contextos encontrados.

---

<sup>26</sup> A sequência de ordens encontradas por Mattos e Silva é a seguinte, por ordem de frequência (*Idem*: 837):

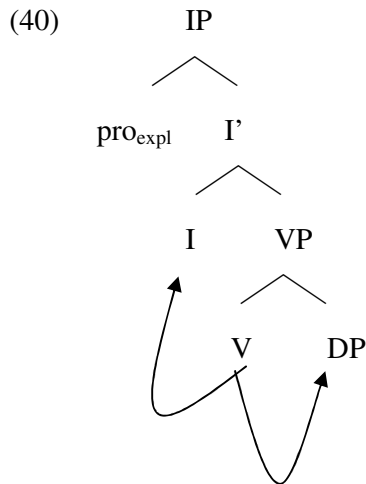
- SVC, com 768 ocorrências (269 SVC, 88 V, 98 SV e 322 VC);
- SCV, com 278 ocorrências (73 SCV e 205 CV);
- CVS, com 102 ocorrências (43 CVS e 59 VS);
- CSV, com 85 ocorrências;
- VSC, com 31 ocorrências;
- VCS, com 13 ocorrências.

Os números permitem-nos concluir, na linha da nossa própria descrição, que as orações com sujeito nulo correspondem a quase metade do número total de ocorrências contabilizadas pela autora, 615 num total de 1277, ou seja, cerca de 48%. Do mesmo modo, a ordem na qual o sujeito antecede o verbo também predomina, com 516 ocorrências num universo de 662, quase 80% dos casos. Relativamente ao objecto, ele segue o verbo 626 vezes e nas restantes 406 ocorrências é anteposto.

<sup>27</sup> Esta análise decorre de Pádua (1960) (pp. 136-143), que aponta alguns factores que favorecem a inversão do sujeito relativamente ao verbo, como a já referida ocorrência de um objecto anteposto em contextos OVS e o carácter declarativo do verbo que ocorre no enunciado, mas também a presença da negação, entre outros factores não sintácticos, como o carácter narrativo do texto que, ao assemelhar-se ao latim, tende a colocar o verbo em posição inicial de frase.

### 6.2.2.1. A falta de concordância com ordens VS

Concluimos, no final do capítulo 4, que a falta de concordância entre sujeito e verbo na configuração VS só é possível em contextos inacusativos, exactamente quando não há atribuição obrigatória de Caso nominativo, sendo que, em construções SV, a concordância é obrigatória com todos os verbos. Deste modo, pode-se explicar a inexistência de concordância de duas maneiras: ou o verbo é inacusativo, ou há uma reinterpretação da categoria concordância, concordância essa que é desencadeada com recurso a um expletivo nulo. Vai ser então o constituinte na posição canónica de sujeito, em [Spec, IP], a desencadear a concordância com o verbo. Observe-se a representação (89) do capítulo 4, repetida em (40):



O recurso a esta configuração permite explicar por que é que, quando é pré-verbal, o sujeito concorda obrigatoriamente com o verbo e sequências do tipo de (41a) são agramaticais, ao contrário de (41b) e (41c):

- (41)
- a. \*Muitas fábricas<sub>3pl</sub> ardeu<sub>3sg</sub>.
  - b. A fábrica<sub>3sg</sub> ardeu<sub>3sg</sub>.
  - c. Ardeu<sub>3sg</sub> a fábrica<sub>3sg</sub>.
  - d. Ardeu<sub>3sg</sub> muitas fábricas<sub>3pl</sub>.

A explicação que avançámos, no capítulo 4, para os exemplos nos quais o sujeito segue o verbo sugere que, ao nível da sintaxe, a representação é a mesma, quer a ordem seja SV quer seja VS. No exemplo (41a) o sujeito lexical está em [Spec, IP], pelo que a

concordância é obrigatória e a frase é agramatical, em contraste com o exemplo (41b), no qual há acordo. Em (41c), o que ocupa essa posição é um expletivo e a relação especificador-núcleo não é quebrada, pelo que há acordo e a frase é gramatical, mas também pode não haver acordo, como se mostra em (41d), e a frase continua gramatical na mesma, pelo menos no PEC coloquial. A outra hipótese é assumir que a atribuição de Caso é feita sob regência núcleo/complemento, isto é, à direita. A posição pós-verbal do sujeito, conforme referimos, parece, pois, possuir um estatuto de ambiguidade. Ambiguidade essa que é lexical e não sintáctica, uma vez que decorre de propriedade do verbo.

A falta de concordância em contextos inacusativos é um fenómeno relativamente recente na história do PEC (a comprová-lo está o facto de nem todos os exemplos serem aceites por todos os falantes do PEC), pois no PA não há falta de concordância com sujeitos pós-verbais, mesmo em estruturas inacusativas. E esta é uma situação notada também por Mattos e Silva (1989), que afirma haver sempre concordância entre sujeito e verbo em todos os exemplos (ver ponto anterior). Os únicos casos em que, aparentemente, a concordância não se verifica são os casos dos argumentos coordenados, ou seja, o acordo parece dar-se com o constituinte mais próximo. Aliás, como referimos a propósito do PEC, esta situação não é restrita a contextos inacusativos, verifica-se igualmente com sujeitos coordenados de verbos inergativos, como nos exemplos (88) do capítulo 4, aqui repetidos:

- (42) a. Cantaram o Pedro e a Maria.  
b. Cantou o Pedro e a Maria.  
c. Chegaram o Pedro e a Maria.  
d. Chegou o Pedro e a Maria.

Relativamente ao PA, também em estruturas de coordenação se verifica a existência de acordo com o argumento mais próximo do verbo, mas também constituintes plurais, como o QF pós-verbal em (43a), parecem desencadear a concordância plural:

- (43) a. E cada huñ delles tomava sua rrega p(ro)p(ri)a em ssua vida. a qual nom mudava e nom ssabia p(ar)te huñ do houtro como vivia nê que hobrava e **partian-sse cada huñ** a ssua p(ar)te pella rribeyra do rriio de

Jordam e ally moravam em o des(er)to apartadamente que nunca sse ajuntavam em toda a q(ua)reesma (séc. XIII/XIV, VS7, 53v)

b. E os Godos que ficaron vivos da parte del rey Aguylla e os outros das terras, veendo **o grãde mal e dampno e mortes que se seguya** por a desaveença del rey Aguylla e de Atanagildo e temendo outrossy que, se os Romããos soubessem esto, que verriam sobre elles e que, achandoos assy departidos, que lhes poderiã tomar a terra, por estas razões acordaron de matar rey Aguylla. (séc. XIV, CGE, 47b)

Existe, pois, nas atestações do nosso *corpus* sempre acordo entre o verbo e o sujeito pós-verbal, mesmo em contextos inacusativos, e no PEC coloquial sabemos que, neste tipo de contextos, é possível a não existência de acordo quando o sujeito é pós-verbal.

### 6.2.3. Tópicos e focos: sintaxe/prosódia

Ao nível de superfície, o que distingue uma estrutura típica de topicalização de uma estrutura de focalização no PEC, seguindo Duarte (1987)<sup>28</sup>, é exactamente a prosódia<sup>29</sup>. Se no primeiro caso existe pausa entre o constituinte inicial e o verbo, temos a ênclise, como em (44), no segundo caso essa pausa não está presente, pelo que o clítico tende a ser proclítico, e temos uma estrutura de focalização<sup>30</sup>, como em (45), na linha do que descreve Frota (1998).

---

<sup>28</sup> Duarte (1987) (pp. 69-95) distingue quatro construções de tópicos marcados disponíveis no PEC: a construção de Tópico Pendente (“Hanging Topic”, TPD), a Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente (“Hanging Topic Left Dislocation”, DETP), a Deslocação à Esquerda Clítica (“Clitic Left Dislocation”, DEC) e a construção de Topicalização (“Topicalization”, TOP). De comum apresentam o facto de serem analisáveis na estrutura tópico-comentário (estrutura essa que não é homóloga da estrutura sujeito-predicado). De diferente entre estas construções salienta-se o facto de envolverem graus distintos de sintactização: do grau mais baixo da TPD que não exhibe nenhum tipo de propriedade de conectividade (“(...) filmes estrangeiros, estamos a ver o filme até ao fim e não sabemos do que se trata”, p. 73), a um ponto intermédio representado pela DETP que apenas exhibe propriedades de conectividade referencial (“O João ... ouvi dizer que ele tinha ido passar férias a Honolulu”, *Idem*). No ponto mais alto da sintactização surgem a DEC e a TOP, que exibem conectividade referencial, categorial, temática e casual e sensibilidade às restrições de ilhas. Distinguem-se, ainda, pela ausência/presença de um clítico na frase-comentário. No *corpus* do CIPM apenas consideramos as duas últimas, por serem as únicas que ocorrem, conforme referido em trabalhos anteriores, nomeadamente Martins (1994) e Fiéis (1996).

<sup>29</sup> O PEC dispõe de uma construção de focalização que pressupõe a anteposição de constituintes para uma posição pré-verbal e a subida do verbo, com o acento de intensidade a recair sobre o constituinte focalizado, de forma a legitimá-lo. Esta construção de “Foco Contrastivo” foi analisada por Ambar 1992 (pp. 258-267) como uma construção-Q.

<sup>30</sup> Estas construções, segundo Frota (1998), são designadas por estruturas de focalização mas há dúvidas quanto à adequação do termo (veja-se, por exemplo, Costa 2001b).

- (44) a. A história do Pinóquio, contou-lhe a Maria.  
 b. Livros de linguística, dei-lhe eu com fartura.
- (45) a. Palavras duras lhe disse a Maria  
 b. Desses livros lhe dei eu com fartura.

No PEC, para além da existência/ausência de pausa a seguir ao constituinte deslocado, que condiciona a anteposição/posposição dos clíticos, também a natureza [ $\pm$  definida] dos constituintes pré-verbais pode determinar o posicionamento dos clíticos, já que um constituinte pré-verbal definido favorece a ênclise, como em (44). Haverá, portanto, a tendência para encontrar indefinidos em estruturas de focalização e definidos como tópicos em construções de DEC.

No entanto, no PA não podemos considerar critérios prosódicos, como os considerados em (44) e (45), na distinção entre construções de focalização e topicalização. Esta opinião é também partilhada por Martins (1994), para quem a distinção ao nível da prosódia parece funcionar no PEC mas, ao analisar os dados do PA, não pode ser usada como diagnóstico, pelo que a colocação dos clíticos parece ser a única forma de distinguir entre os dois tipos de construção. Assim, os contextos de anteposição obrigatória dos clíticos no PA (que ainda hoje se mantêm no PEC) corresponderão a contextos de focalização (enfática), enquanto que, quando não há anteposição, os constituintes iniciais são tópicos marcados em construções de DEC<sup>31</sup>. Eis alguns exemplos de cada uma das construções, em (46a, b), respectivamente.

- (46) a. e eu P(edr)o P(er)ez, publico tab(e)llion de susso dito, rogado das partes de ssusso ditas, presête fúúy e p(er) seu mādado este esto(r)mêto ende ffeyto cõ mha mááo p(ro)p(r)ia o screuj e ãele este meu sinal pugj em testemoÿo de uerdade. (1289, HGP141, *in* Fiéis 1996:88)
- b. Et de q(u)a(n)to me deue G(onçalu)o Eanes, meu sob(r)ino, **q(u)itolle** meo. (1290, HGP58, *Idem*: 90)

<sup>31</sup> Na nota 28 deste capítulo, vimos que no português existem várias construções com tópicos marcados, mas aquelas que exibem um maior grau de sintactização são a DEC e a de topicalização, e que se distinguem pela presença/ausência de um clítico na frase comentário (cf. Duarte 1987: 91). Em Martins (1994), e também em Fiéis (1996), mas apenas para o século XIII, só foi possível encontrar ocorrências de DEC.

Os dados mostram, no entanto, que no PA, tópicos e focos são diferentes do que, por exemplo, Frota (*Ibidem*) descreve para o PEC. Assim, o constituinte topicalizado não influi na ordem dos clíticos, pelo que tanto a próclise como a ênclise são possíveis, sendo a primeira favorecida, uma vez que é a ordem dominante em orações finitas independentes. Assim, no primeiro exemplo, o constituinte focalizado ocupa uma posição interna à frase, ao contrário do que acontece com os tópicos marcados, que são adjuntos frásicos. Esta construção permite, pois, a anteposição do clítico, o que não parece possível em construções com adjuntos frásicos, como o anterior exemplo (46b) (cf. Martins 1994).

Uma outra das características da construção de focalização, e a que mais nos interessará, é que o sujeito, neste tipo de construção, sempre que presente (o que não acontece no exemplo anterior), ocorre invertido, na configuração VS. Sendo a inversão uma das características deste tipo de construção, a deslocação de um constituinte para a posição à esquerda do verbo parece bloquear a subida do sujeito a partir da sua posição base dentro de VP.

Como vimos, uma sintaxe V2 implica a ocorrência do verbo flexionado invariavelmente em segunda posição nas orações independentes. O PA apresenta este comportamento esporadicamente. Aliás, segundo Pádua (1960), corroborada por Mattos e Silva (1989), a ordem OVS surge como alternativa à ordem básica SVO, a mais frequente em textos da época que nos ocupa, sendo que a anteposição do objecto, segundo Pádua, acarreta a inversão do sujeito por motivos estilísticos. Foi, por isso, importante determinar a natureza dos constituintes pré-verbais, conforme descritos no quadro 2 (ponto 6.1.4.4.1.), e concluir que aquelas estruturas são praticamente todas estruturas de deslocação à esquerda que, só por si, não são razão para motivar a inversão do sujeito. A prova disso é que também ocorrem com sujeitos pré-verbais. Este facto sugere que não haverá, deste modo, evidência forte para V2, mas para inversões motivadas estilisticamente e não estruturalmente. No nosso entender, o movimento de constituintes para a posição inicial, ou seja, para uma posição pré-verbal, pode ser considerado um caso de topicalização analisável como qualquer outro contexto de topicalização.

Relativamente ao número de sujeitos pós-verbais do nosso *corpus* em frases finitas com um só verbo, constatámos que a percentagem da ordem VS em contextos inacusativos é superior à que se encontra em estruturas transitivas – 25,5% contra

apenas 9,6%. O que de facto se verifica é que, apesar desta tendência de posicionamento do sujeito à esquerda do verbo, qualquer uma das ordens é possível. Já Soares Barbosa (1807, 1871) tinha a intuição de que qualquer uma destas ordens era “normal”, atribuindo à opção por uma ou por outra um carácter puramente subjectivo.

#### **6.2.4. Sujeitos pós-verbais em frases com dois verbos: construções causativas**

Com o objectivo de complementar a secção anterior, pareceu-nos relevante tentar determinar a posição do sujeito da frase encaixada em construções causativas.<sup>32</sup> Na descrição apresentada em 5.3., e contrariamente ao que acontece com os verbos de Controlo e de elevação, vimos que os verbos causativos e perceptivos podem seleccionar complementos oracionais infinitivos com sujeito realizado e é este sujeito que nos interessa analisar em função da transitividade do verbo que o selecciona. Como base para esta descrição serviram-nos os verbos infinitivos subcategorizados por verbos causativos e de percepção, quer em construções de “união de orações”, ou de Reestruturação, quer em construções ECM<sup>33</sup>.

De acordo com o que foi proposto por Gonçalves (1999), conforme referimos no capítulo anterior, as construções com verbos causativos e de percepção, permitem a formação de predicados complexos<sup>34</sup>, ou seja, V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub> SUJ, cuja adjacência pode ser quebrada se o sujeito tiver realização fonética, derivando, por isso, a ordem V<sub>fin</sub> SUJ V<sub>inf</sub>, que corresponde à configuração de ECM<sup>35</sup> (na tradição de Chomsky 1981). Constata-se, pois, que a formação de um predicado complexo com verbos causativos e de percepção se reflecte na ordem dos constituintes, nomeadamente na realização do sujeito encaixado. Observem-se alguns exemplos do PEC:

---

<sup>32</sup> Na sequência da nossa apresentação de parte deste trabalho no XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, foi sugerido por Anabela Gonçalves, a quem desde já agradecemos, analisar a posição do sujeito não só em orações finitas, mas também em construções causativas para, também neste tipo de construção, tentar perceber a natureza das construções em que os sujeitos pós-verbais ocorrem, transitivas ou inacusativas.

<sup>33</sup> Saliente-se que utilizamos aqui a terminologia ECM, conforme usada para os dados do PEC e por comodidade terminológica pois, conforme iremos ver, este parece ser um mecanismo ainda pouco ou nada produtivo no estágio de língua que analisamos.

<sup>34</sup> O termo predicado complexo, como fizemos referência no capítulo anterior, quando usado especificamente para referir a adjacência entre o verbo causativo ou de percepção e o infinitivo por ele subcategorizado, é sinónimo de construção de “união de orações”, no sentido de Raposo (1981), e da de *fazer*-Infinitivo de Rizzi (1982) e Burzio (1986), entre outros.

<sup>35</sup> Não indicamos aqui as configurações (SUJ) V<sub>inf</sub> (SUJ) V<sub>fin</sub> (SUJ), uma vez que não foram atestados nestes dados exemplos nos quais o verbo infinitivo precede o auxiliar.

- (47) a. O João mandou a Maria sair.  
b. O João mandou sair a Maria.

- (48) a. O João viu a Maria sair.  
b. O João viu sair a Maria.

(Gonçalves 1999: 68)

Interessa-nos determinar se a formação de predicados complexos neste tipo de construção, e a conseqüente realização pós-verbal do sujeito, depende, ou não, da transitividade do verbo infinitivo. Foi, de igual modo, necessário diferenciar entre sujeitos DPs plenos e pronominais, uma vez que a posição dos pronomes clíticos na frase é condicionada por outros factores, nomeadamente a ocorrência de operadores desencadeadores da próclise. Os dados do CIPM analisados (recorde-se que os verbos seleccionados são aqueles que ocorrem em construções transitivas e inacusativas), evidenciam uma tendência já notada neste tipo de construção, ou seja, a construção de predicado complexo, ou “união de orações”, com a conseqüente realização do DP sujeito em posição pós-verbal, encontra-se associada, preferivelmente, a contextos transitivos. Em contrapartida, na construção de ECM não se verifica o predomínio de nenhum tipo de contexto. Quer isto dizer que, em contextos transitivos, predomina o sujeito dativo pós-complexo verbal, enquanto que em contextos inacusativos, para além desta ordem (embora com sujeito não dativo), é possível observar outras ordens.

Se relativamente aos contextos transitivos é possível distinguir entre as construções de predicado complexo e as de ECM, o mesmo não se poderá dizer quando o verbo infinitivo é usado intransitiva ou ergativamente. Assim, atente-se nos dados do PEC:

- (49) a. Mandeí comer a sopa à Maria.  
a'. Mandeí-lhe comer a sopa.  
b. Deixei brincar as crianças.  
b'. Deixei-as brincar.  
c. Fiz desaparecer o ilusionista.  
c'. Fi-lo desaparecer.

- (50) a. Mandei a Maria comer a sopa.  
a'. Mandei-a comer a sopa.  
b. ? Deixei as crianças brincar.  
b'. Deixei-as brincar.  
c. Fiz o ilusionista desaparecer.  
c'. Fi-lo desaparecer.

(Silva 1996: 289)

Os exemplos de (49) mostram que a construção de predicado complexo é possível quer em contextos transitivos (exemplos (a)), quer intransitivos (exemplos (b)), quer ainda em contextos ergativos (exemplos (c)), e o mesmo se passa relativamente à construção de ECM.

Quando a oração infinitiva é transitiva, o que se observa no exemplo (49a) é que o Caso atribuído ao DP sujeito é o dativo (atribuído pela preposição), enquanto que em (50a) é o acusativo, contraste confirmado se pronominalizarmos o sujeito (*-lhe* no primeiro caso e *-a* no segundo). Quando assim não acontece, porque a oração infinitiva é intransitiva ou ergativa, é sempre o Caso acusativo que é atribuído ao sujeito, pelo que não é possível distinguir entre as construções de (49b, c) e (50b, c).

A partir desta descrição, Silva (1996) mostrou, com base em textos notariais dos séculos XIII e XIV, que a construção permeável, ou de predicado complexo, é a mais frequente com os causativos *fazer* e *mandar*, enquanto que, com *deixar*, parece acontecer o oposto, ou seja, este verbo parece ocorrer mais em construções impermeáveis<sup>36</sup>. Quanto à realização do sujeito em posição pré- ou pós-infinitivo, o que foi possível observar foi o claro predomínio da ordem V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub> SUJ (construção permeável) com verbos transitivos, enquanto que, quando é intransitivo, este predomínio deixa de existir.

A análise dos dados recolhidos por Silva mostra, igualmente, que em construções intransitivas o Caso atribuído ao sujeito da oração infinitiva é sempre o Caso acusativo, independentemente da construção utilizada. Uma vez que Caso só é visível com pronomes, podemos tirar estas conclusões apenas com base na observação do comportamento destes constituintes. A única forma, diz a autora, de distinguir entre

---

<sup>36</sup> Silva (1996) designa os dois tipos de construções com verbos causativos que é possível encontrar no PEC, de “construção permeável” (V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>) e “construção impermeável” (V<sub>inf</sub> SUJ V<sub>inf</sub>), seguindo a terminologia de St. Amour (1977).

construções permeáveis e impermeáveis é quando o infinitivo é transitivo. Assim, o DP sujeito da oração infinitiva transitiva é precedido de preposição (*a* ou *per*) e recebe Caso dativo, isto na construção permeável (ou predicado complexo), ou recebe Caso acusativo e temos a construção impermeável (este é também o padrão, como vimos nos exemplos do PEC, quando o sujeito é pronominalizado).

No entanto, e como o Caso só é visível com pronomes, as estipulações sobre atribuição de Caso a DPs só podem ser concretizadas em função da realização de pronomes clíticos. De facto, os nossos dados comprovam que, quando o verbo infinitivo é transitivo e o sujeito que subcategoriza é cliticizado, este tem a forma de dativo ou de acusativo, mas quando o infinitivo é inacusativo, o sujeito pronominal é acusativo. Observem-se alguns exemplos extraídos do nosso *corpus* de infinitivos inacusativos em (51a, b) e transitivos em (51c, d):

(51) a. Entom disse a suas companhas que se trabalhassen de andar pera lhes passar deante se podessẽ, por lhes tomar aquelles outeyros, ou que **os fezessem tornar** aa batalha. (séc. XIV, CGE, 29a)

b. e com toda a sua gente com suas trombetas e tamgeres acostumados, foy ao paço omde foy recebido d eses senhores e officiaes da casa muy honrradamente, forão todos asentados de dentro da primeyra porta, ally esperamdo recado d elrey pera averem d entrar omde elle estava, não tardou muyto que **o não mamdarão entrar**; (séc. XVI, CRB, sf)

c. E o ferro caldo, que naquesta terra tantos certificam que **o vyrom filhar**, quando fora se diz, por muyto que sse afirme, poucos acham que o bem creem. (1433/1438?, LC, 38v)

d. E a outra, per que demandamos a el sobre todallas mercees que **nos faça sempre seguyr** e fazer sua voontade, a qual he que todos no sencamynhemos a nossa salvaçom, (1433/1438?, LC, 86v)

Resumindo, os dados dos textos não literários analisados tanto em Silva (1996), como em Silva (2000), e que abrangem um período de tempo que vai do século XI ao século XIV, parecem apontar numa mesma direcção, ou seja, quando o infinitivo é

intransitivo, encontramos ocorrências quer das ordens V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub> sem sujeito realizado, quer de V<sub>fin</sub> SUJ V<sub>inf</sub>, em idêntica proporção. Quando, pelo contrário, o infinitivo é transitivo, confirma-se a tendência enunciada anteriormente para privilegiar o uso da sequência V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>, com a posposição do sujeito, normalmente dativo. Contudo, o mecanismo de legitimação do DP pós-verbal da oração infinitiva encaixada através do mecanismo de ECM não parecia ainda muito produtivo, razão pela qual a preposição ocorre nestes contextos, por forma a legitimar casualmente o DP sujeito. Por exemplo:

- (52) Outrosy aia a pãa q(uẽ) p(er) força **fez(er) a padre ou a madre ou auoo flalz(er) manda** enout(ra) guysa qua el querria faz(er). (1280?, FR, 113v)

Os dados do nosso *corpus* não serão estatisticamente relevantes, mas terão valor enquanto ocorrências atestadas do fenómeno. Começamos pelo século XIII e, das 11 atestações recolhidas, dos quais ilustramos apenas alguns em (53), e que preenchem os requisitos enunciados no início deste sub-ponto, apenas em três casos o sujeito não é realizado. Assim, foram contabilizadas 4 construções causativas com infinitivo transitivo e uma delas corresponde a uma configuração típica de próclise, pelo que o sujeito pronominal, um dativo, antecede o complexo verbal (exemplo 53a). Nos outros casos, em dois o sujeito não está expresso e, no outro, o sujeito DP ocorre entre os dois verbos, como se mostra em (53b). Quanto às construções com o infinitivo inacusativo, que são 6 com sujeito expresso, há 2 ocorrências de DPs sujeito e correspondem a construções de ECM, ou seja, V<sub>fin</sub> SUJ V<sub>inf</sub> (exemplo 53c). Quando o sujeito é pronominal, por 3 vezes antecede o complexo verbal, ou seja, é um proclítico, como em (53d), e apenas uma vez é enclítico ao verbo temporalizado, conforme se exemplifica em (53e).

- (53) a. Se o fillo q(ue) está cū seu padre ou con sa madre e ante q(ue) case gaanhar algũa cousa p(er) seu trabalho ou q(ue) lhy dé el rey ou seu senhur ou outrĩ quẽquer, non seya teudo d(e) dar parte a se(us) yrmaos depoy de morte d(e) seu padre ou d(e) sa madre, pero q(ue) **lho manden partir**, foras se o gaanhou cū au(er) do padre ou da madre seendo cū elles. (1280?, fr, 107v)

b. E se o pessoeyro s' aagruar do juyzo qual quer q(ue) lhy derẽ, quer seya juyzo fijdo quer outro, e se se del alçar, possa seguir o alçamento por aquella p(es)uaria meesma e se nõna q(ui)ser seguir, façao a sab(er) ao dono da uoz q(ue) uaa ou q(ue) **enuij outro p(es)soeyro por sy a seguir** aquel alçamento. (1280?, FR, 82r)

c. E **vi minha madre jazer atolada** ã fogo, atee os olhos, e desvairados vermẽes que a comiam de cada p(ar)te. (séc. XIII/XIV, VS2, 74r)

d. E a alma estando cõ gram pesar por que **a mãdavã tornar** ao corpo. nõ catou se non q(ua)ndo se achou no corpo. (séc. XIII/XIV, VS5, 36r)

e. pois rrogo-te madre de Deos que me ajudes ca eu nom ey conforto nehũu e **faze-me emtrar** p(er) as portas desta eg(re)ja (séc. XIII/XIV, VS7, 59v)

Passando ao século XIV, o número de ocorrências é mais elevado: 17 no total, sendo que 6 não apresentam o sujeito realizado, 5 em orações transitivas e uma em inacusativas. Só encontrámos uma atestação de oração infinitiva transitiva com sujeito expresso, na sequência V<sub>fin</sub> SUJ<sub>Dat</sub> V<sub>inf</sub>, como se exemplifica em (54a). Diferente em relação ao século anterior é o facto de não terem sido encontradas ocorrências de sujeitos pronominais. Quanto aos contextos com infinitivo inacusativo, que são 11, num caso o sujeito não está expresso, como referimos, e apenas 3 têm um sujeito DP. Sujeito esse que é realizado uma vez antes do complexo verbal e duas depois do mesmo, como se mostra em (54b, c), respectivamente. Quando é pronominal, em 7 ocasiões, é 4 vezes proclítico ao verbo finito, como em (54d), e enclítico ao mesmo nas restantes 3 ocorrências, (54e).

(54) a. E **mandou per todas partes juntar** muytas companhias de Affryca e d'España e foy contra os Romããos. (séc. XIV, CGE, 21d)

b. e britoulhes os privilegios que ante avyam e **muytos delles fez tornar** aa heresya dos arryanos, algũs por ameaças e outros por dões que lhes dava. (séc. XIV, CGE, 49c)

c. E, depois que toda sua sepultura tiveron acabada, **fezerom tornar a augua** per cima como hya de primeiro; e esto fezerõ elles por nõ saber nem hũũ o logar onde ele jazia. (séc. XIV, CGE, 33c)

d. E por esto **ho leixarom entrar** na cidade. (séc. XIV, CGE, 38b)

e. E Cepyom, que era muy bravo cavalleyro d' armas, esforçavaos e **faziaos tornar** cada vez, assy que em aquella batalha morrerom os mais e os melhores da cidade. (séc. XIV, CGE, 26a)

O século XV, tal como anteriormente, é aquele que fornece o maior número de ocorrências, quer de uma construção, quer de outra. Assim, do total de 39 atestações, apenas 15 não apresentam o sujeito do verbo infinitivo realizado foneticamente. As orações infinitivas transitivas são 25 e 14 têm sujeito expreso, sendo que 9 correspondem a contextos de próclise. E em todos eles o sujeito pronominal é proclítico ao verbo causativo, como se exemplifica em (55a). Nos casos mais interessantes, de sujeitos DPs, que são 3, só há um caso em que o DP sujeito é realizado como dativo na construção de predicado complexo, isto é,  $V_{fin} V_{inf} \text{Suj}_{\text{Dat}}$ , como em (55b). As outras ocorrências que por serem só duas não têm relevância estatística correspondem a construções de ECM e exemplificam-se em (55c). As orações infinitivas inacusativas são 14, das quais 12 apresentam o sujeito realizado, dividindo-se pelas seguintes ordens: 6 sujeitos pronominais, dos quais 5 são enclíticos ao verbo finito e um proclítico ao mesmo, como se ilustra em (55d, e), respectivamente, e 6 sujeitos DPs, 5 vezes realizados na configuração típica de predicado complexo  $V_{fin} V_{inf} \text{SUJ}_{\text{ac}}$ , como em (55f), e uma vez ocorre entre os dois verbos, (55g).

(55) a. Segundo, a paixom que **nollo faz sentir**. (1433/1438?, LC, 77v)

b. Sobre as manhas e boo parecer **vejo filhar** ryjo descontentamento **aos que muyto de ssy presumem** quando outros acham que os avançam. (1433/1438?, LC, 70v)

c. que per el nunca vyrám a perfeita cura, mas por embargar o entender **faz o coração nom sentir** tam ryjo aquel cuydado que o mais atormenta. (1433/1438?, LC, 22v)

d. E sse vir que se nom quer arrincar nem fazer scorregar, **leixeo correr** algũ pouco com entençom de o tirar desta guysa,. (1433/1438?, LC, 27v)

e. E entam bertolameu dijz **o fez** outra vez **tornar** que lhes dese aquilo. (1500, CPVC, 4v)

f. posto que [a] carne morta seja, o diaboo vyvo he, cujo sopro he de tanta força que **faz arder as brasas mortas e os carvoões** em fogo. (1433/1438?, LC, 51r)

g. Aquel que **faz o pecador** em seu viver de maa caminho **tornar**, guaaça sua alma e seerlheam cubertos e relevados gram multidõe de pecados. (1433/1438?, LC, 3r)

Finalmente, no século XVI há 14 ocorrências no total: 2 transitivas e 12 inacusativas. Curiosamente, nas duas atestações de orações infinitivas transitivas o sujeito não está expresso, como se exemplifica em (56a). Relativamente às inacusativas, que são 12, 6 correspondem a sujeitos pronominais proclíticos, todos eles, e as restantes 6 são todas construções de predicado complexo com a consequente realização do sujeito acusativo na posição pós-complexo verbal. Observe-se (56b, c), respectivamente:

- (56) a. Sabido isto por el rey os mandou entregar a hũu capitão seu, e os mortos mandou entregar a hũu capitão, diguo, os mortos **mandou queymar**, e o corpo d el rey muyto honrradamente a requerymento d aquelles seus homẽes, foy levado ha cidade de Nagumdy, e d ahi em diante ficou jaziguo dos reys, e este rey tem elles por santo antre sy. (séc. XVI, CRB, sf)

b. e em meyo d estas duas portas estaa hũu terreiro muito gramde, com suas varamdas ao derredor, omde estão estes capitãees e gente honrrada, atee que elrey **os manda entrar** omde elle estaa; (séc. XVI, CRB, sf)

c. temdes duas portas com muytos porteiros que não **deixão entrar toda pessoa**, se não os capitãees e homões que são pera ysso; (séc. XVI, CRB, sf)

Tentando resumir os dados descritos, procuraremos definir um padrão para a ordem pela qual os constituintes são realizados. Convém não esquecer que, quando o sujeito é realizado por um pronome clítico, este tende a adjungir-se ao verbo temporalizado, quer em posição de próclise (sempre que elementos desencadeadores da mesma intervenham), quer de ênclise, não ocorrendo nunca posposto à sequência formada pelos dois verbos, nem em construções transitivas, nem em inacusativas. As ordens encontradas com sujeitos realizados como formas pronominais átonas em todos os séculos podem-se resumir do seguinte modo:

Construções transitivas

SUJ<sub>cl<sub>dat/ac</sub></sub> V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>

Construções inacusativas

SUJ<sub>cl<sub>ac/dat</sub></sub> V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>

V<sub>fin</sub> SUJ<sub>cl<sub>ac/dat</sub></sub> V<sub>inf</sub>

Quando o sujeito não é pronominalizado, porque é um DP pleno, o padrão geral encontrado foi o seguinte:

Construções transitivas

V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub> SUJ<sub>Dat</sub>

V<sub>fin</sub> SUJ<sub>dat/ac</sub> V<sub>inf</sub>

Construções inacusativas

SUJ<sub>ac</sub> V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>

V<sub>fin</sub> SUJ<sub>ac</sub> V<sub>inf</sub>

V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub> SUJ<sub>ac</sub>

Concluimos, pois, que, embora poucas, as ocorrências parecem apontar para um padrão. Os dados do século XV, por serem em maior número, talvez possam ajudar a reforçar a tendência que encontramos quanto à realização dos constituintes na estrutura, tendência essa que se vislumbra, ainda que de forma ténue, em todos os outros séculos. O que nos parece de salientar relativamente aos dados é que, também em frases com mais de um verbo, mas que correspondem a infinitivos inacusativos, o sujeito parece ter uma maior liberdade quanto à sua realização, facto esse que verificámos relativamente às orações com verbos finitos. Independentemente do estatuto informacional do DP sujeito, que não foi aqui tido em conta e que, já vimos, não torna tão livre a realização dos sujeitos em estruturas inacusativas, o que é certo é que o sujeito de verbos infinitivos em construções inacusativas é “mais livre” do que nas transitivas. Acresce ainda que os sujeitos pós-verbais (ou seja, pós-complexo verbal) das construções transitivas são sempre dativos, estatuto adquirido via preposição, o que não acontece nos outros casos. Neste ponto parece ter também ficado demonstrado que, no que toca à realização do sujeito em domínios infinitivos encaixados de verbos causativos, este é um factor que em nada altera as nossas conclusões relativas aos domínios temporalizados com um só verbo. Ou seja, há mais ocorrências de DPs pós-verbais em domínios infinitivos quando são sujeito de um verbo infinitivo inacusativo.

Resta-nos o problema de explicar como é que esse sujeito pós-verbal em estruturas inacusativas recebe Caso. Nas construções inacusativas, como o sujeito pós-verbal é mais facilmente encontrado e realizado como um DP pleno, o Caso atribuído será o acusativo, sem recurso à preposição. Em termos minimalistas, é sabido que o sujeito posposto não pode verificar Caso nominativo no domínio infinitivo, mas sim Caso acusativo junto do AgrO que se encontra fora da oração infinitiva (se seguirmos a proposta de Chomsky 1995), sendo esta a base do mecanismo de ECM (cf. capítulo 4, nt. 25). Uma vez que os argumentos são realizados dependendo da transitividade do verbo encaixado, temos, pois, de apelar para o mecanismo ECM aplicado a estes exemplos, pelo menos nas construções inacusativas. Isto porque, no caso das transitivas, as ocorrências de ECM são raras (só contabilizámos um no nosso *corpus*), por isso a grande maioria das construções transitivas encontradas apresentam o recurso à preposição, mecanismo sintáctico para legitimar a atribuição de Caso ao DP sujeito.

Outra conclusão importante, que reitera as conclusões do capítulo anterior, cuja análise não engloba apenas construções causativas, é que a ordem básica encontrada em

seqüências com dois verbos é a ordem V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>, e não o oposto (cf. Silva 1996, Fiéis 2000).

### 6.3. Posições para o objecto

No que toca a movimento do verbo, concluímos que, tal como no PEC, também no PA há movimento de V-para-I e apresentámos evidências em favor disso com recurso a exemplos como os de (1)-(3). Do mesmo modo, e uma vez que assumimos que a ordem básica no PA é VO, as instâncias de ordens OV indiciam o movimento do objecto para uma posição acima do núcleo funcional que contém o verbo.

Reafirmamos a ideia que temos vindo a veicular ao longo do trabalho de que a ordenação dos constituintes na frase reflecte a estrutura argumental do núcleo predicador, no caso específico que nos ocupa, do verbo. Daí o reafirmarmos que a ordenação básica dos constituintes na frase é SVO, tanto no PEC como no PA, e todas as outras são derivadas sintacticamente, e se relacionam com codificação de funções discursivas dos constituintes envolvidos (Martins 2000e).

Pádua (1960), como referimos na introdução ao capítulo 5, afirma que na construção de uma frase “[a] ideia vai-se desenvolvendo, partindo do conhecido para o desconhecido – do sujeito para o verbo – cujo sentido é totalizado pelo complemento que o segue imediatamente” (*Idem*: 41), o que corrobora a ideia do estatuto informacional do constituinte em posição final de frase.

Em Mattos e Silva (1989), e relativamente ao complemento, a autora observou que este é normalmente posposto nas orações independentes afirmativas, podendo a sua posição variar, enquanto que nas negativas ele é anteposto. Em relação às orações dependentes, quando representado por pronome, o complemento é anteposto ao verbo. Quando é DP, o complemento tende a seguir o verbo mais vezes, como será normal, sendo que a sua anteposição resulta de uma estratégia que lhe permite adquirir maior relevo relativamente ao sujeito. Ideia esta que corrobora o que avançámos no capítulo 3, de que o objecto é anteposto ao verbo quando é “desfocalizado”, ou seja, é movido para o início da frase para deixar de ser o constituinte mais à direita e, conseqüentemente, deixar de ser o foco informacional da frase. De acordo ainda com Mattos e Silva, a posposição do verbo relativamente quer ao sujeito, quer ao complemento é algo raro e tende a ocorrer em orações nas quais o objecto é um constituinte relativo, ou seja, um constituinte-Wh, seguido do sujeito, e em orações nas quais o relativo é o próprio sujeito, apesar de menos frequente do que a anterior (logo, não é posposição).

Kroch & Taylor (2000), por outro lado, na análise que fazem da variação na ordem de palavras em textos de estádios antigos do inglês, defendem que, devido ao elevado nível de ambiguidade encontrado nesses textos, as frases com um único verbo temporalizado dizem pouco sobre a ordem subjacente, uma vez que, ao assumirmos que o verbo se move para a flexão, este vai sempre preceder os seus complementos. Em Xavier, Silva & Fiéis (2002) é seguida a mesma linha de investigação baseada em frases complexas, com dois verbos, portanto, e abrangendo um período que vai dos séculos XI a XVI. São estas duas análises que a seguir se apresentam.

### 6.3.1. Ordens VO e OV

Vimos no ponto 6.1.4.1. que Kroch & Taylor (2000), na tentativa de determinar se o EME é uma língua VO ou OV subjacente, defendem que só é possível determinar se assim é com recurso a frases com dois verbos. E explicam a razão baseados nos próprios dados, ou seja, tanto *scrambling* como extraposição eram mecanismos permitidos, pelo que as ordens OV eram bastante frequentes, o que torna difícil determinar as ordens subjacentes. Assim, optam por analisar frases com um verbo auxiliar e um verbo principal. Tendo em conta que o verbo principal está presente na ordem subjacente, é possível prever três posições disponíveis para os constituintes objecto (apenas complementos DPs e pronomes): à esquerda do verbo auxiliar (pré-flexão), entre o verbo auxiliar e o principal (pós-flexão) e em posição final absoluta, ou seja, depois dos dois verbos (pós-verbal). A partir daqui pensam poder criar padrões para determinar as estruturas subjacentes e os movimentos sintácticos que dão origem às diferentes ordens encontradas em superfície. Com isto pretendem mostrar que, possivelmente, não faz grande sentido falar em mudanças radicais quando se fala na transição do OE para o EME, uma vez que em estádios bastante antigos da língua a ordem subjacente era já VO.

Em Xavier et alii é mostrado, do mesmo modo, que a alternância entre OV e VO, conjuntamente com V<sub>fin</sub>V<sub>inf</sub> e V<sub>inf</sub>V<sub>fin</sub>, vem já dos textos do latim tardio, ou seja, a partir do século XI<sup>37</sup>, tendo a última prevalecido sobre a primeira, o que se demonstra pelo próprio número de ocorrências (cf. (57) a (64), nesta secção).

---

<sup>37</sup> Os textos latinos que fazem parte do CIPM são também objecto de estudo do trabalho de Silva (em preparação) sobre complementação infinitiva dos séculos XI a XIV, e abrangem o período que vai do século XI ao século XII, com a seguinte organização:

- Século XI: 428 textos dos *Diplomata et Chartae in Portugaliae Monumenta Historica*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

Passemos à descrição de alguns dados importantes aí apresentados, que englobam, por um lado, a complementação verbal infinitiva<sup>38</sup>, em textos notariais dos séculos XI a XIV, para a qual se assume a ordem básica SVfinito(S)Vnão-finitoO, e contextos com subida longa do clítico/pronome. O estudo engloba ainda os contextos de interpolação em textos dos séculos XIII a XVI. Quanto a esta última questão, por fazer parte integrante deste trabalho, será analisada no capítulo respeitante à cliticização, não deixando de fazer parte das conclusões a apresentar. Vamos, por ora, cingir-nos à apresentação dos dados relativos às sequências com dois verbos, um finito e um infinitivo, e objecto expresso.

Assim, já no século XI se verifica uma alternância entre a realização do objecto em posição pré-flexão, pós-flexão ou pós-verbal, usando a terminologia de Kroch & Taylor, sendo preferida a ordem VfinOVinf quando o objecto é um DP pleno e a ordem OVfinVinf quando é realizado como proto-clítico<sup>39</sup>. Quando o verbo não temporalizado antecede o verbo finito, observa-se que a ordem preferida é aquela em que o objecto antecede os dois verbos na sequência OVinfVfin, quer seja realizado como DP, quer como proto-clítico.

Relativamente ao século seguinte, o século XII, verifica-se que quando ocorre na sequência VfinVinf, o objecto realizado como DP preferencialmente segue os dois verbos, enquanto o proto-clítico ora antecede o complexo verbal, ora ocorre na posição pós-flexão, ou seja, entre os dois verbos. Quanto à sequência VinfVfin, há claramente uma preferência pela posição pré-flexão, ou seja, o objecto DP ou proto-clítico antecede quase sempre os dois verbos.

Resumimos agora as ordens encontradas para estes dois séculos:

---

- Século XII: 380 textos dos *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios*, vol. I (Documentos dos Condes Portucaleenses e de D. Afonso Henriques, a.d. 1095-1185), Rui Pinto de Azevedo (ed.) (1962), Lisboa, Academia Portuguesa de História.

<sup>38</sup> Ou seja, estruturas complexas com verbos que seleccionam orações infinitivas – modais, de Controlo, causativos e de percepção, extraídas do trabalho de Silva (*Ibidem*).

(57) Século XI

(a) 267 frases com DPs plenos (O) (b) 206 frases com proto-clíticos (Opcl)

271 frases com a ordem V<sub>finite</sub> V<sub>não-finito</sub>

(i)	OV <sub>fin</sub> V	28	OpclV <sub>fin</sub> V	152
(ii)	V <sub>fin</sub> OV	49	V <sub>fin</sub> OpclV	13
(iii)	V <sub>fin</sub> VO	<u>26</u>	V <sub>fin</sub> VOpcl	<u>3</u>
	Total	103	Total	168

202 frases com a ordem V<sub>não-finito</sub>V<sub>finite</sub>

(iv)	OVV <sub>fin</sub>	157	OpclVV <sub>fin</sub>	38
(v)	VOV <sub>fin</sub>	1	VOpclV <sub>fin</sub>	0
(vi)	VV <sub>fin</sub> O	<u>6</u>	VV <sub>fin</sub> Opcl	<u>0</u>
	Total	164	Total	38

(58) Século XII

(a) 747 frases com DPs plenos (O) (b) 131 frases com proto-clíticos (Opcl)

407 frases com a ordem V<sub>finite</sub> V<sub>não-finito</sub>

(i)	OV <sub>fin</sub> V	56	OpclV <sub>fin</sub> V	42
(ii)	V <sub>fin</sub> OV	118	V <sub>fin</sub> OpclV	41
(iii)	V <sub>fin</sub> VO	<u>147</u>	V <sub>fin</sub> VOpcl	<u>3</u>
	Total	321	Total	86

471 frases com a ordem V<sub>não-finito</sub>V<sub>finite</sub>

(iv)	OVV <sub>fin</sub>	402	OpclVV <sub>fin</sub>	43
(v)	VOV <sub>fin</sub>	7	VOpclV <sub>fin</sub>	2
(vi)	VV <sub>fin</sub> O	<u>17</u>	VV <sub>fin</sub> Opcl	<u>0</u>
	Total	426	Total	45

(Xavier et alii 2002)

Xavier et alii (2002) referem, para os séculos XIII e XIV que, em frases que apresentam a sequência V<sub>fin</sub>V<sub>inf</sub>, a posição em que o objecto DP surge

---

<sup>39</sup> Assumimos aqui a classificação das formas pronominais dada em Silva *Ibidem*.

maioritariamente é a posição pós-verbal, ou seja, a seguir aos dois verbos, enquanto que o pronome clítico surge, a maior parte das vezes, na posição oposta, isto é, antes dos dois verbos. Quanto às sequências VinfVfin, observa-se a tendência do século anterior, ou seja, os objectos, quer DPs, quer clíticos, antecedem todo o complexo verbal. Esta é também a situação que se verifica no século XIV relativamente às ordens VfinVinf, porque nas frases com VinfVfin o objecto realizado como DP pleno, contrariamente aos outros séculos, segue todo o complexo VinfVfin a maior parte das vezes, enquanto que o clítico ocorre na posição entre os dois verbos, numa tendência de ênclise ao verbo temporalizado (assunto a que regressaremos). Apresentamos agora um resumo dos resultados obtidos para estes dois séculos:

(59) Século XIII

(a) 1.012 frases com DPs plenos (O) (b) 603 frases com pronomes clíticos (Opcl)

1.570 frases com a ordem VfinitoVnão-finito

(i)	OVfinV	114	OclVfinV	377
(ii)	VfinOV	49	VfinOclV	196
(iii)	VfinVO	<u>815</u>	VfinVOcl	<u>19</u>
	Total	978	Total	592

45 frases com a ordem Vnão-finitoVfinito

(iv)	OVVfin	31	Ocl VVfin	7
(v)	VOVfin	0	VOclVfin	4
(vi)	VVfinO	<u>3</u>	VVfinOcl	<u>0</u>
	Total	34	Total	11

(60) Século XIV

(a) 802 frases com DPs plenos (O) (b) 509 frases com pronomes clíticos (Opcl)

1.234 frases com a ordem VfinitoVnão-finito

(i)	OVfinV	63	OclVfinV	254
(ii)	VfinOV	15	VfinOclV	159
(iii)	VfinVO	<u>686</u>	VfinVOcl	<u>57</u>
	Total	764	Total	470

77 frases com a ordem Vnão-finitoVfinito

(iv)	OVVfin	15	OclVVfin	14
(v)	VOVfin	0	VOclVfin	25
(vi)	VVfinO	<u>23</u>	VVfinOcl	<u>0</u>
	Total	38	Total	39

(*Idem*)

Quanto aos dados do nosso *corpus*, é de esperar também variação, embora menor. Quer isto dizer que é de esperar uma preferência pela ordem VfinVinfO, em primeiro lugar porque o verbo não temporalizado, ou seja, o verbo subcategorizado pelo verbo finito, tende a segui-lo, e, por outro, porque a ordem VO é a dominante, mesmo em textos desta época, como temos vindo a referir ao longo deste capítulo. São 713 as ocorrências de orações constantes do nosso *corpus* do século XIII a XVI que apresentam um verbo flexionado e o objecto expresso, e observa-se claramente a preferência pela ordem VO, com 473 ocorrências, contra 240 atestações da ordem OV. Em termos percentuais isto traduz-se por 66,3% de ordens VO e 33,6% de ordens OV, o que, inequivocamente, confirma a preferência pela ordem básica VO.

Relativamente às frases do nosso *corpus* com dois verbos, nas quais um verbo finito subcategoriza um verbo não temporalizado, infinitivo ou gerundivo<sup>40</sup>, e ainda com objecto complemento do verbo mais baixo realizado lexicalmente, os resultados obtidos foram os seguintes: no século XIII verificaram-se 26 ocorrências da ordem VfinVinfO, 25 das quais com DPs plenos e apenas 1 com um constituinte-Wh; relativamente a VfinOVinf, a menos atestada, apenas contabilizámos 10 ocorrências, sendo que 8 correspondem a pronomes clíticos e 2 a sintagmas-Wh; por último, a sequência OVfinVinf ocorre 21 vezes e em 13 situações o objecto anteposto é um pronome (proclítico em 12 casos e pronome pessoal tónico em apenas 1); as restantes 10 ocorrências repartem-se entre 4 DPs plenos, 3 constituintes-Wh e um QF (constituinte que tem também grande mobilidade estrutural). Apresentamos em (61) um resumo dos resultados para o século XIII:

<sup>40</sup> Conforme referimos no ponto 5.2. a propósito dos participios, não é clara a existência de tempos compostos formados pela sequência VfinVPP, pelo que não são aqui consideradas essas sequências.

(61) Século XIII

47 frases com a ordem Vfin Vinf

(i)	VfinVinfO	25	VfinVinfOpro	-	VfinVinfOwh	1
(ii)	VfinOVinf	-	VfinOproVinf	8	VfinOwhVinf	2
(vii)	OVfinVinf	<u>5</u>	OproVfinVinf	<u>13</u>	OwhVfinVinf	<u>3</u>
	Total	30	Total	21	Total	6

Relativamente ao século XIV, a ordem que mais se verifica é a ordem na qual o objecto segue os dois verbos, com 19 ocorrências, que correspondem, maioritariamente, a DPs plenos, com 16 casos, sendo os restantes 3 constituintes Wh. Neste século, também a ordem VfinOVinf é a menos atestada, com apenas 3 atestações com pronomes clíticos. Atestações com o objecto a anteceder os dois verbos há 6 e metade são clíticos, e os restantes 3 constituintes Wh. Observe-se (62):

(62) Século XIV

28 frases com a ordem Vfin Vinf

(i)	VfinVinfO	16	VfinVinfOpcl	-	VfinVinfOwh	3
(ii)	VfinOVinf	-	VfinOpclVinf	3	VfinOwhVinf	-
(iii)	OVfinVinf	<u>2</u>	OpclVfinVinf	<u>3</u>	OwhVfinVinf	<u>3</u>
	Total	16	Total	6	Total	6

O século XV é o que apresenta o maior número de ocorrências, 154 frases com objecto expresso e dois verbos (infinitivos e gerundivos), sendo a ordem VfinVinfO a que mais ocorre, com 82 casos, ou seja, mais de metade, e nessas 82 frases há 68 objectos realizados como DPs plenos e os restantes 14 como constituintes Wh. Na posição intermédia, VfinOVinf, há 16 objectos do verbo encaixado realizados como clíticos em 9 sequências e como DPs nas restantes 7. Em relação à ordem OVfinVinf, os números são muito equilibrados, com um total de 51 casos em que não há predomínio de nenhum tipo de objecto sobre qualquer um dos outros: ocorrem 19 clíticos, 16 DPs e igual número de constituintes-Wh, ou seja, também 16. De interessante relativamente ao século XV há a registar 5 atestações que apresentam o verbo finito a seguir ao objecto e ao verbo subcategorizado, na sequência VinfOVfin, e, nestes casos, o objecto é um clítico 2 vezes, um constituinte-Wh noutras 2 situações, e apenas 1 vez é um DP pleno. A tabela (63) faz um resumo das ocorrências para o século XV:

(63) Século XV (154 ocorrências)

149 frases com a ordem Vfin Vinf

(i)	VfinVinfO	68	VfinVinfOpcl	-	VfinVinfOwh	14
(ii)	VfinOVinf	7	VfinOpclVinf	9	VfinOwhVinf	-
(iii)	OVfinVinf	<u>16</u>	OpclVfinVinf	<u>19</u>	OwhVfinVinf	<u>16</u>
	Total	91	Total	28	Total	30

5 frases com a ordem Vinf Vfin

(i)	VinfOVfin	1	VinfOpclVfin	2	VinfOwhVfin	2
-----	-----------	---	--------------	---	-------------	---

Finalmente, temos os dados do século XVI, com um menor número de ocorrências, 9 no total, e 4 são atestações de VfinVinfO com objecto DP. Em relação a OVfinVinf, há 3 casos, que correspondem a 1 DP, 1 clítico e 1 Wh, e 2 ocorrências da ordem VfinOVinf, sendo que nesta situação específica as ocorrências correspondem a objectos pronominais. Observe-se (64):

(64) Século XVI

9 frases com a ordem Vfin Vinf

(i)	VfinVinfO	4	VfinVinfOpcl	-	VfinVinfOwh	-
(ii)	VfinOVinf	-	VfinOpclVinf	2	VfinOwhVinf	-
(iii)	OVfinVinf	<u>1</u>	OpclVfinVinf	<u>1</u>	OwhVfinVinf	<u>1</u>
	Total	5	Total	3	Total	1

Em suma, nos dados do nosso *corpus*, o Vfin é antecedido pelo Vinf apenas 5 vezes<sup>41</sup>, o que confirma a tendência para VfinVinf, do mesmo modo que os exemplos nos quais o objecto subcategorizado pelo Vinf segue os dois verbos são maioritários e correspondem a objectos realizados como DPs plenos, enquanto que a sequência OVfinVinf também é bastante frequente e corresponde, preferencialmente, a contextos de anteposição obrigatória (proclíticos e constituintes-Wh). O número de ocorrências da ordem VO em construções transitivas com apenas um verbo mostra que esta é também a ordem dominante em orações independentes, sendo as outras derivadas por movimento.

<sup>41</sup> Os nossos dados relativos à cliticização, mais propriamente à interpolação no PA, vão mostrar que existem muitos mais exemplos no nosso *corpus* de ordens VinfVfin para além das cinco aqui referidas.

Os números apresentados permitem-nos concluir que a ordem V<sub>fin</sub>V<sub>inf</sub>O se tornou a ordem dominante nos textos do PA, sendo possível a alternância, principalmente com pronomes clíticos. Estes factos demonstram que a realização dos complementos do verbo reflecte informação da estrutura discursiva e não depende de condições estruturais sobre marcação de Caso. Isto aplica-se mesmo aos objectos que não são marcados morfológicamente. Esta tendência vai-se concretizando ao longo dos séculos em análise e as frases com dois verbos fornecem evidência adicional com relação a estas observações, pois se o objecto complemento tende a ser pós-verbal em relação ao verbo que o subcategoriza, também é verdade que os objectos podem ser realizados no domínio funcional do verbo de que não são complemento nos textos do PA, e isto muito mais frequentemente do que acontece no PEC.

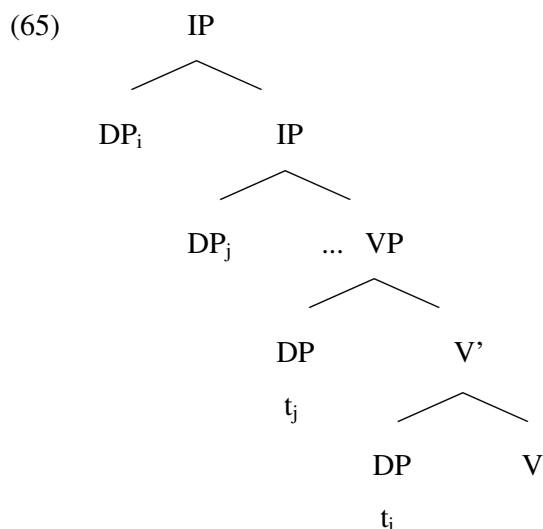
A nossa análise contempla de igual modo frases com um só verbo temporalizado, que a seguir descrevemos com relação à alternância OV/VO.

### **6.3.2. Ordens OV no PA: *scrambling*, deslocação à esquerda e focalização**

Parece ter ficado claro que havia mais ordens OV nos textos do PA, e não só em orações dependentes, do que existem actualmente no PEC (cf., por exemplo, as orações em (2) do capítulo anterior). Havia, portanto, muito mais ordens OV derivadas daquela que assumimos ser a ordem básica VO. Como o PA era uma língua quer com sujeitos nulos, quer com movimento do verbo para o domínio de IP, as frases com objecto anteposto ao verbo denotam movimento daquele.

No ponto 3.3.1.1. definimos o mecanismo de movimento de constituintes por *scrambling* das línguas germânicas como um mecanismo que permite mover um objecto da sua posição base para a esquerda de um advérbio, na configuração O-Adv-V. Vimos também que os constituintes movidos tanto podem ser pronomes, como DPs plenos, como ainda PPs, e que *scrambling* das línguas germânicas ocidentais partilha com *object-shift* das línguas escandinavas a impossibilidade de mover APs predicativos secundários.

Mas o movimento de um constituinte para uma posição mais alta do que aquela em que é gerado de base implica a existência de alvos para esse movimento: a adjunção a VP ou a IP (consoante as abordagens), no caso de *scrambling* no alemão e no holandês, conforme a representação em (65):



O movimento do objecto pode ser motivado para verificação de Caso forte em AgrOP (movimento-A), caso contrário fica *in situ*. Mas, nesse caso, só os objectos argumentais poderiam ser movidos, o que nem sempre acontece (cf. movimento de circunstanciais, e de APs, que é movimento-A'). Assim, a deslocação de objectos para a esquerda, ou seja, para a posição pré-verbal, terá de ser uma instância de movimento-A' motivado semântica (cf. efeito de definitude) ou discursivamente (cf. estratégia de desfocalização), sendo esta última a que explica as ordens OV no PA. Deste modo, as ordens OV do PA resultam de *scrambling*, enquanto estratégia de desfocalização do objecto, ao passo que na ordem VO o objecto é o foco informacional da frase.

Há aqui uma distinção importante a fazer entre objectos complementos do verbo e objectos no sentido Larsoniano do termo. Até ao momento, salvo informação em contrário, quando usamos o termo objecto queremos referir-nos a complementos, ou seja, a objectos subcategorizados pelo verbo. Mas, enquanto instância de movimento-A', temos de assumir que *scrambling* move objectos não argumentais. Este facto resulta da estruturação frásica dos constituintes recorrendo à noção de concha lexical que esbate, como vimos em capítulos anteriores, a distinção entre adjuntos e complementos. Deste modo, e a partir deste momento, são analisados do mesmo modo (na linha do que também defende Kayne 1994).

No PEC, que é uma língua VO, ao contrário das línguas que exibem *scrambling* inequívoco, há evidências mais fortes em favor da existência de *scrambling*, principalmente naqueles casos em que é possível observar a ordem relativa dos constituintes com relação a, por exemplo, advérbios de VP (cf. 3.3.1.1.1.).

Contrariamente ao PEC, no PA, e de acordo com Martins, constatamos que tanto DPs, PPs, APs e AdvPs como orações reduzidas (infinitivas ou participiais) podem ser movidos por *scrambling*, o que reforça a ideia de estarmos face a movimento-A' de longa distância, ou seja, para fora do domínio de VP. Observem-se alguns exemplos do nosso *corpus* de *scrambling* de oração infinitiva (em (66a)) e participial (em (66c)), de AdvP (em (66b)), de PP (em (66d)), de DP com função de OD (em (66e)) e de AP (em (66f)):

- (66) a. Et q(ue)n a esto passar peyt(e) en p̃ea aa voz del Rey & **aut(r)a parte q(ue) o agardar q(u)iss(er)** çent mor da bõa mon(eda) & a carta & o foro fiq(ue) firme & valla en sseu tẽpo. (1335, HGP037, sf)
- b. E poseram lho daRedor de sy ./ pero ao asentar nom fazia memorea **de o mujto estender** pera se cobrir (1500, CPVC, sf)
- c. E o dito Pero m(en)diz disse q(ue) auondaua moy bẽ santo tisso **se lhj p(ro)uado uẽ'esse** pois q(ue)ría p(ro)uar p(er) leygos (e) p(er) ffrades do dito Moesteyro. (1310, DN077, sf)
- d. Por que me pareceo, **quando vos sobr' esto falley**, que vos prazia apropriar os fallycymentos a nossos sentidos, em este capitullo sobr' ello farei algũa declaraçom, mesturando natural com moral, segundo a mym razoado parece. (1437/1438?, LC, 68r)
- e. e ffoy-sse depos aquel velho **que lhe estas pallavras dis(er)a**. (séc. XIII/XIV, VS7, 51v)
- f. E madeira grossa dalgada p(re)gadura telha E de todallas out(ra)s cousas **q(ue) lh(e) (com)p(ri)doiras fforem** todo aa custa delles (1466, DN190, sf)

No entanto, à semelhança do que concluímos relativamente ao PEC, no PA, e devido à diversidade de objectos que podem sofrer movimento, a motivação para *scrambling* não depende dos factores acima enunciados, quer por motivos casuais, quer semânticos (definitude *versus* indefinitude), mas de factores de ordem discursiva que

permitem criar configurações de foco apropriadas (desfocalização do constituinte movido). Conforme também demonstrado pelos nossos exemplos, as estruturas de interpolação podem ser diagnóstico para *scrambling* de objecto no PA, uma vez que o clítico marca a fronteira entre, por um lado, constituintes deslocados à esquerda e focalizados e, por outro, constituintes movidos por *scrambling* para posições de adjunção.<sup>42</sup>

Nos dados do CIPM, a ordem OV verifica-se em contextos que favorecem a próclise (com quantificadores, certos advérbios e complementadores lexicais, por exemplo). A ordem OV com DPs plenos e PPs verifica-se em contextos idênticos aos dos proclíticos. Observem-se de novo os exemplos (4a) e (5c) do capítulo 5, aqui repetidos como (67a, b), respectivamente, e também os exemplos (67c, d), que parecem corresponder a ordens derivadas.

(67) a. q(uê) enesta guysa **emp(re)stido filhar**, non é teudo d(e) dar aquella cousa que filhar ca logo que o filha, logo é seu e pode del faz(er) come de seu, (1280?, FR, 122v)

b. Se alguu omê **vinha alhea** talhar ou desaraygar ou **queymar**, peytea a seu dono cõ outras duas taes & tã bõas, sen aquela que danou q(ue) deue a ficar a sseu dono cuya era an(te). (1280?, FR, 131r)

c. E eu p(er) sseu mädado. **as d(i)tas. c(ar)tas eesta forma publica torney** (e) y. meu sinal pugy q(ue) tal est (1305, DN112, sf)

d. Ao segundo, **desejo ryjo nom sentem**, por que vyvem em delleitaçom e contentamento (1433/1438?, LC, 52r)

No caso do PA, falamos também de movimento, porque, conforme já foi mencionado, a ordem básica é VO, pelo que sempre que se verifica a ordem OV em estruturas transitivas há indícios de que tenha havido deslocamento de constituintes.

---

<sup>42</sup> O mecanismo que permite mover constituintes para a esquerda do verbo, que aqui designamos por *scrambling* de objecto, e que, seguindo Martins, assumimos ter na interpolação diagnóstico fiável para a sua identificação, era um mecanismo também existente no catalão antigo e no italiano antigo. No entanto, nestas línguas, apesar de *scrambling* ser permitido, não há interpolação, conforme indicação de Montse Batlloti e Cecilia Polleto p.c., respectivamente para o catalão e o italiano.

Conforme concluímos acima, não nos é possível, com os nossos dados, dar conta de contextos de frase focalizada. No entanto, vamos seguir Martins (2000e) e assumir que, para derivar as ordens OV no PA, há três tipos de movimentos possíveis: a deslocação à esquerda do objecto, a focalização do mesmo e ainda *scrambling*.<sup>43</sup>

As frases com pronomes clíticos podem ajudar a clarificar o tipo de movimento envolvido. Assim, se a interpolação, da qual temos inúmeras atestações no nosso *corpus*, pode ser diagnóstico para *scrambling*<sup>44</sup>, também os contextos proclíticos podem ser evidência para estruturas com constituintes focalizados (que não deixam de ocupar uma posição interna à frase) e os enclíticos denotar construções com deslocação à esquerda do objecto<sup>45</sup>, como nos exemplos a seguir, respectivamente.

(68) a. e queria percalçar honrra de cavallaria nem se despoendo a perigoos nem a trabalhos, e acabar pesados feitos sem filhar grande cuidado, e aver nome de graado sem fazer tal despesa que **lhe algũa mingua ou empacho fezesse**. (1433/1438?, LC, 6v)

b. M(artin) P(ere)z, cl(er)igo de Rio Namde, uenda d(e) #vj mod(ios) de pã q(ue) lle di na Çamoreda, min(us) #j q(ua)r(teyr)o en out(r)a part(e) **me deue** esse M(artin) P(ere)z (1281, HGP055, sf)

c. Et de q(u)a(n)to me deue G(onçalu)o Eanes, meu sob(r)ino, q(u)itolle meo. (1290, HGP058, sf)

O facto de haver diferenças entre constituintes focalizados e constituintes deslocados à esquerda, que, conforme sugerido, originam diferentes padrões colocação dos pronomes clíticos, faz com que este seja um dos poucos diagnósticos que é possível utilizar para caracterizar este tipo de estrutura no PA. Nas construções de focalização

<sup>43</sup> Para Kroch & Taylor (2000), os diagnósticos para *scrambling* no EME são significativamente diferentes dos que Martins apresenta para o PA. São eles o movimento de partículas verbais, de pronomes e o “preposition stranding”.

<sup>44</sup> Contudo, a interpolação do sujeito não é diagnóstico para *scrambling*, uma vez que, nas ordens SV, o sujeito se move para [Spec, IP] para verificar traços fortes. Relativamente a advérbios de VP e à negação, uma vez que são, tradicionalmente, adjuntos a VP, podem também não constituir um teste fiável para *scrambling*.

<sup>45</sup> Há um exemplo, no nosso *corpus* do século XIII, de uma construção com um constituinte deslocado à esquerda, e na qual se observa a próclise: *os parentes mays prouïcos que ayã ydade e que seyã pora esso, os recebã elles e seua aueres dante o alcayde* (cf. Fiéis 1996: 92). Mas, o facto de ser apenas um e, ainda para mais, de um texto que é tradução do espanhol, não deverá ter grande relevância.

ocorrem, normalmente, diferentes constituintes com a função de marcadores de foco, por exemplo: “*até, o próprio, mesmo*”, que, conforme salientámos, ocupam posições internas à frase na qual ocorrem, como nos exemplos (69a, b), nos quais ocorre a fórmula notarial *cõ mha mááo propria*:

(69) a. e eu Pedro P(er)ez, publico tab(e)llion da Maya, a todas estas coussas de ssusso d(i)tas p(re)sente fúúy e a rogo do d(i)to Pedro Hean(e)z este testemoÿo emde feyto cõ mha mááo p(ro)p(r)ia o escreuj e ééle este meu sinal pugj em testemoÿo de uerdade. (1282, HGP137, sf)

b. e eu P(edr)o P(er)ez, publico tab(e)llion de susso dito, rogado das partes de ssusso ditas, presête fúúy e p(er) seu mãdado este esto(r)mêto emde ffeyto cõ mha mááo p(ro)p(r)ia o screuj e éele este meu sinal pugj em testemoÿo de uerdade. (1289, HGP141, sf)

Segundo Martins (2000e), este tipo de variação OV/VO encontrada nos textos do PA, que se ilustra em (70) com exemplos da autora, desaparece da língua escrita a partir do século XVI.

(70) a. sse pela uêtujra alguê a dita vÿa enbargar (1296 in Martins 1994)

b. sse pela uentujra alguen **enbargar** a dita vÿa (*Idem*)

Conforme se explica também em Fiéis (1996), existem outras construções, para além destas referidas, nas quais podemos encontrar estratégias adicionais para marcação de foco, como as exemplificadas em (71), frases nas quais os DPs *El rey*, *Martin periz* e *E nos*<sup>46</sup> são focos marcados em construções com o clítico anteposto:

(71) a. El rey o mandou p(er) aq(ue)lles q(ue) son d(e) seu cõsello M(a)r(tin) p(eri)z a fez. (1280?, FG5, 20v)

---

<sup>46</sup> De salientar relativamente ao exemplo (71b), que se verifica a ocorrência do advérbio proclisador *assy* para além do foco marcado *E nos*, pelo que poderá ser difícil atribuir a causa da anteposição do clítico somente a um dos “proclisadores”.

b. E nos, don abbade, & ffrey Jo(han) M(a)r(tins) & (...) assy o **outo(r)gamos** (1292, HGP59, sf)

(*Idem*: 88-89)

Para além desta, e conforme referimos no ponto 6.2.3., as construções com tópicos marcados (TOP) (ou deslocados à esquerda, DEC) disponíveis em português (na linha de Duarte 1987) são aquelas que exibem o maior grau de sintactização (cf. nota 28). Para o PA, em concreto, tanto em Martins (1994) como em Fiéis (1996) é possível encontrar alguns exemplos de DEC:

(72) a. Et de q(u)a(n)to me deue G(onçalu)o Eanes, meu sob(r)ino, q(u)itolle meo. (1290, HGP058, sf) (Fiéis *Idem*: 90)

b. e que quer que per esse dito procurador ou procurador ou procuradores que el fezer for feyto nos **auemulo** pur forte e pur firme (Martins *Idem*: 34)

c. e a quẽ uossa uoz derdes **peytelhy** quinhentos soldos (*Idem*: 34: 2)

Ainda segundo os trabalhos referidos, aparentemente, nas construções com constituintes topicalizados, estes não influem na ordem dos clíticos, pelo que tanto a próclise como a ênclise são possíveis. De qualquer forma, e conforme temos vindo a sugerir ao longo deste capítulo, o facto de a ênclise predominar nos exemplos do PA revela tratar-se do padrão dominante, pelo menos em contextos sem proclisadores. Os constituintes focalizados ocupam uma posição interna à frase, pelo que a próclise ocorre; pelo contrário, nas construções com tópicos marcados, que são adjuntos frásicos, a ênclise é o padrão esperado.

Tendo presente que no PEC, de acordo com Duarte, a construção de TOP obriga à posposição do clítico, os dados do PA, como vimos, e como também conclui Martins, mostram que há variação livre entre próclise e ênclise nesse tipo de estrutura, enquanto que na construção de focalização se observa a anteposição do clítico.

As ordens SOV podem, então, ser derivadas sem recurso a *scrambling*, quer por deslocação à esquerda do sujeito e do objecto, quer por deslocação à esquerda do sujeito em conjunto com focalização do objecto, como em (73).

(73) a. E Messála, a cada lêtera do ABC fez um livro que trata déla (Morais 1997: 208 *apud* Martins *Ibidem*: 2)

b. E os muitos comeres nõ tam solamente as almas mais ajnda os corpos destruem (Pádua 1960 *apud* *Idem*: 2)

Relativamente às ordens OVS existentes no PA, Martins (2002e) propõe que, tendo em conta que no PA o verbo se move para I e que há sujeitos pós-verbais (quer fiquem na posição base dentro de VP (Costa 1998), quer sejam movidos para [Spec, TP] (Martins 1994, Duarte 1997)), estas sejam analisadas como envolvendo movimento do objecto para o domínio de IP, ou seja, para o domínio que contém o verbo. Observe-se, em (74), um exemplo exemplificativo de *scrambling* médio<sup>47</sup>:

(74) (e) diuidas Assi dos Anos traspassados come dos q(ue) am de uĩjr q(ue) as Ao d(i)cto Mon(steiro) deuiã Algũas pessoas (1357, DN135, sf)

Resumindo, as ordens OV no PA podem ser derivadas por três tipos de movimento: deslocação à esquerda, focalização e *scrambling*, conforme proposto em Martins (1999, 2000b, 2000e). Este último movimento mantém-se no PEC, mas apenas na derivação das ordens nas quais o objecto complemento do verbo antecede o sujeito, ou seja, as ordens VOS. Portanto, apenas a deslocação à esquerda e a focalização são possíveis no estado actual do PEC. Qualquer destes mecanismos pode ser identificado em função do posicionamento de pronomes pessoais átonos, uma vez que seria, de outro modo, difícil definir a função discursiva dos constituintes em textos desta natureza.

### 6.3.2.1. *Scrambling* e interpolação

Os dados do CIPM são bastante ricos em exemplos de interpolação, assunto a que nos dedicaremos mais em pormenor no capítulo referente à cliticização. Avançamos, no entanto, desde já os números respeitantes aos contextos encontrados, não deixando de frisar que são todas as ocorrências encontradas e não só exemplos com

---

<sup>47</sup> Por oposição a *scrambling* curto, ou *scrambling* para o domínio de VP (cf. 3.3.1.1.1.).

verbos que ocorrem em construções transitivas e inacusativas. No quadro seguinte apresentamos um resumo das ocorrências:

Quadro 7: contextos de interpolação e categoria gramatical de constituintes interpolados

	Sujeito	Advérbio	OI	OD	PP ADJUNTOS	Negação	Outros
<b>Séc. XIII</b> <b>(207/183)</b>	77	21	12	12	4	77	4
<b>Séc. XIV</b> <b>(479/413)</b>	148	71	17	22	42	164	15
<b>Séc. XV</b> <b>(635/573)</b>	77	167	8	26	85	236	36
<b>Séc. XVI</b> <b>(173/161)</b>	16	31	1	9	28	80	8
<b>TOTAL</b> <b>(1.494 / 1.330)</b>	318	290	38	69	159	557	63

Abstraindo dos casos em que o constituinte interpolado é o sujeito, um advérbio ou a negação (o primeiro sobe para verificar traços fortes e os segundos são, normalmente, adjuntos a VP), em todas as outras situações há movimento de constituintes para a esquerda do verbo, enquanto instância de *scrambling* a IP. Verificamos que há, de facto, um decréscimo progressivo no número de interpolações ao longo dos séculos XIII a XVI, que se traduz tanto em números, de 16,6% de casos no século XIII para 9% no século XVI, como também na variedade de constituintes encontrados.

A explicação proposta em Martins (1994, 2000a) defende que os clíticos no PEC se movem explicitamente para AgrS na sintaxe visível (onde incorporam<sup>48</sup>), exactamente o mesmo núcleo para onde sobem os DPs objecto nas línguas germânicas e no PA.<sup>49</sup> Esta possibilidade perdeu-se na história do português e está relacionada com o enfraquecimento da categoria AgrS, tendo-se mantido alegadamente *scrambling* para

<sup>48</sup> Martins adopta para o PA uma estrutura frásica que inclui as projecções CP,  $\Sigma$ P, AgrSP, TP, AgrOP e VP. A projecção funcional  $\Sigma$ P, inicialmente proposta por Laka (1990), situa-se estruturalmente entre C e AgrS.

<sup>49</sup> São os casos designados de *scrambling* de objecto que referimos, mecanismo esse que permite a subida dos DPs não pronominais e que é produtivo nas línguas germânicas e também no PA.

uma posição mais baixa no domínio de VP (cf. Costa 1996b). Quanto à possibilidade de interpolação, que se observa no PA, Martins considera que pode ser explicada devido à existência de  $\Sigma P$  na estrutura. A ocorrência desse núcleo funcional extra faz com que o clítico, que tem traços fortes para verificar, disponha de um alvo para o movimento explícito na sintaxe visível. Tendo o próprio clítico valor de núcleo pode-se adjungir a AgrS e os constituintes interpolados podem então ocorrer em AgrS, entre o clítico e o verbo.

Observem-se alguns exemplos de interpolação do nosso *corpus*:

(75) a. E todo pã deuisse m[e]dír así como se medíu ata o día adeãte sc(ri)pto; saluo o Mílho de q(ue) deuẽ a dar de sex teigas hũa. (e) a der(ei)tura asi como **a atá áq(ui) derõ**. (1295, CHP026)

b. (e) mãdo q(ue) as faça qual ou q(ua)es **lhy o meu marido (e) meu p(ro)c(ur)ador mãdar faz(er)** (1321, DN084)

c. E suas vergonhas tam altas E tam caradinhas E tam limpas das cabeleiras que de **as nos mujto bem olharmos** nom tijnhamos nhuũa vergonha . (1500, CPVC)

d. E ffara a paga do di(c)to cassall demt(ro) no di(c)to moest(eiro) ao recebedor delle Renda (e) fforo q(ue) seJa de Rec(e)b(e)r E lho emp(ra)zou p(er) cõdicom q(ue) **o nã possa dar** nẽ doar nẽ vẽder nẽ escãbar sem autorjdade do di(c)to moest(eiro) (1513, DN202)

A interpolação, de acordo com os nossos dados, terá evoluído do mesmo modo, ou seja, uma vez que a caracterização dos traços formais dos clíticos passou a ser mais restrita, também o tipo e o número de constituintes capazes de quebrar a adjacência clítico-Verbo (cl-V) se foi restringindo. O facto de o número de casos de interpolação ter diminuído está directamente relacionado com o facto de os clíticos se adjungirem apenas a elementos de tipo  $X^0$  e não XP, mas este é um assunto a que voltaremos.

Tendo em conta os pressupostos acima enunciados, as estruturas com constituintes interpolados são diagnóstico fiável para *scrambling* enquanto instância de movimento-A' (como nas línguas germânicas) e, de acordo com a proposta apresentada

por Martins, esta era uma possibilidade que se perdeu na língua escrita logo a partir do século XVI, facto que os nossos dados corroboram, embora de forma mais conclusiva em textos literários (cf. 7.3. sobre interpolação).

Ao contrário do que se verifica para o PEC, no PA o alvo dos constituintes movidos é um domínio mais alto, é o domínio de AgrS, na linha do que propõem também Chomsky (1994), Miyagawa (1997) e Grewendorf & Sabel (1999). Martins, nos trabalhos que temos vindo a seguir, nomeadamente em (2000b, 2000e), defende que no PA o núcleo AgrS teria um traço EPP “Attract-all-F” forte que necessita de interpretação no sentido de Bošković (1999) (cf. também Duarte 1997).

Para Martins esta propriedade de selecção manifestada pelo núcleo AgrS varia parametricamente entre línguas e é um traço opcional, pelo que as ordens OV derivadas por *scrambling* no PA, como também confirmamos com os nossos dados, não são obrigatórias, mas motivadas estilisticamente. De acordo com esta proposta, o traço EPP de AgrS é satisfeito através de composição do objecto, movido por *scrambling*, com o núcleo que contém o traço “Attract-all-F” no domínio funcional de AgrS, ou IP.

Segundo Martins (como vimos no capítulo 3 no ponto relativo à estrutura da frase), no PA, a categoria concordância, ou IP, era uma categoria complexa, pelo que tinha a capacidade de projectar múltiplas posições de especificador. Esta situação manteve-se até ao século XVII, altura em que perde esta capacidade; o núcleo Agr perde a opção de ter o traço “Attract-all-F” associado. E é esta a razão pela qual *scrambling* no domínio de IP desaparece<sup>50</sup>, porque deixa de haver posição estrutural disponível nesse domínio para o constituinte movido e que permitia a opção entre SVO e SOV. Como apenas vai conservar traços relativos ao sujeito, que é a situação que se mantém no PEC, só é disponibilizada uma posição, que é reservada ao sujeito.

Esta ideia pressupõe uma redução na estrutura da frase, principalmente no que toca ao leque de categorias funcionais disponíveis e que funcionavam como alvos para o movimento dos constituintes. Resta saber por que é que, no PA, havia esta possibilidade de IP projectar mais do que uma posição de especificador<sup>51</sup> e, conseqüentemente, por que é que esta possibilidade se perdeu no decurso da história do português.

---

<sup>50</sup> A reforçar esta ideia, e como veremos no capítulo seguinte, tendencialmente, as interpolações vão-se restringir, logo no século XVI, ao sujeito, à negação e aos advérbios, constituintes que, conforme referimos, não são movidos por *scrambling* no PA (cf. nota 44, neste capítulo).

<sup>51</sup> Esta é a situação que normalmente se associa à perda de *scrambling* a partir do século XVI e, conseqüentemente, das estruturas com constituintes interpolados. Ou seja, se IP projectava múltiplos especificadores capazes de hospedar outras categorias que não o sujeito, era possível o movimento de outros constituintes para fora do domínio de VP.

Assim, *scrambling* e interpolação são dois mecanismos que se terão perdido ao mesmo tempo e Martins relaciona este decréscimo no número de ocorrências com o enfraquecimento da categoria AgrS. A nossa análise, que não exclui a hipótese de redução da estrutura frásica, principalmente no que toca ao domínio de IP, vai defender que as estruturas com constituintes movidos por *scrambling* decorrem da caracterização dos próprios clíticos. Ou seja, os clíticos terão evoluído diacronicamente de uma situação em que não necessitavam obrigatoriamente de um hospedeiro de natureza verbal, para a situação que se verifica actualmente e na qual são formalmente especificados como hóspedes de V (“V-host”), com Caso, características estas comuns aos clíticos das línguas românicas (cf. Duarte e Matos 2000: 122). A nossa análise diverge da de Duarte & Matos (*Ibidem*) no sentido em que, em vez de assumirmos que os clíticos evoluíram categorialmente de XP para X<sup>o</sup>, defendemos que os clíticos foram sempre formas fracas, ou X<sup>o</sup>, e que o que mudou foi a especificação formal do hospedeiro ao qual se adjungem, que podia ser um constituinte nuclear ou uma categoria máxima.

Quanto à interpolação, propriamente dita, e de acordo com os nossos dados, terá evoluído do mesmo modo, ou seja, uma vez que a caracterização dos traços formais dos clíticos passou a ser mais restrita, também o tipo e o número de constituintes capazes de quebrar a adjacência cl-V se foi restringindo. O facto de o número de casos de interpolação ter diminuído está directamente relacionado com o facto de os clíticos se adjungirem apenas a elementos de tipo X<sup>o</sup> e não XP.

#### **6.4. Construções intransitivas**

Nos capítulos introdutórios deste trabalho, apresentámos motivações empíricas fortes que forçam a análise da classe verbal como uma classe tripartida: se uma construção transitiva se caracteriza pela presença de um argumento interno e de um argumento externo, o sujeito sintáctico e semântico, caracterizado pelo traço [+agentivo], pelo contrário, numa construção inacusativa, o sujeito sintáctico é derivado a partir da posição base de argumento interno.

Relativamente a uma construção intransitiva, esta tem como propriedade em comum com a congénere transitiva o facto de ter um sujeito sintáctico-semântico, isto é, que não é derivado. De diferente apresenta o facto de não possuir argumento interno<sup>52</sup>,

---

<sup>52</sup> Na linha do que defendem Hale & Keyser (1993), os verdadeiros verbos intransitivos têm argumento interno inerente.

apesar de admitir um complemento directo, o designado objecto cognato, possibilidade que decorre do facto de o sujeito ser de tipo agentivo.

Assim, um predicado que não selecciona um complemento pertence à subclasse dos intransitivos e origina uma estrutura que não contempla, ou pode não contemplar (recordemos os objectos cognatos), a posição de argumento interno. Já no capítulo sobre estrutura das construções transitivas referimos, como termo de comparação, a derivação sintáctica de uma construção intransitiva, ou inergativa, assumindo a tripartição verbal que temos vindo a veicular. Interessa-nos então, neste ponto, comparar algumas estruturas intransitivas com aquelas que temos vindo a descrever. A propósito da inversão sujeito-verbo, concluímos que esta é mais comum em construções inacusativas do que em transitivas, construção na qual os argumentos tendem a surgir na ordem básica (S)VO (abstraindo do facto de as ordens com objecto anteposto serem bastante comuns). Assim, interessa-nos, conforme referimos, descrever algumas construções intransitivas e tentar definir um padrão relativo à realização do sujeito e se, conforme observámos para as outras construções, também nestas, tal como nas inacusativas, o sujeito nulo tem menos expressão do que nas transitivas, talvez por ser o único argumento do verbo.

Tomemos como exemplo o verbo *correr*. Trata-se de um verdadeiro verbo intransitivo, já que pode ser usado transitivamente, ou seja, pode ter objecto realizado. Nas atestações do nosso *corpus*, este verbo tem uso transitivo (uma das suas acepções tem o sentido de *alguém corre algo*), e inacusativo (*corre algo*), mas também pode apresentar uma subcategorização intransitiva, tal como no PEC, no sentido de *alguém corre*. Neste último caso, das 12 ocorrências com sujeito expreso, em 11 ocasiões a ordem encontrada foi a ordem SV e apenas 1 VS. Quando realizado numa construção inacusativa, o verbo *correr* surge com sujeito pré-verbal 29 vezes - 27 constituintes-Wh (por exemplo, *moeda que corre*) e 2 DPs - e com sujeito pós-verbal 7 vezes, dos quais 5 são DPs. Nos poucos usos transitivos que contabilizámos com sujeito expreso, apenas 2, ele é sempre realizado como DP.

Relativamente a outros casos, passamos agora a rever uma amostragem de outros verbos com uso intransitivo, ou seja, com subcategorização [-], nos textos dos *corpora* de textos literários e não literários, e a sua evolução ao longo dos quatro séculos, e tentar determinar um padrão para a realização do sujeito, antes ou depois do verbo.

Os verbos analisados foram os seguintes: *andar, correr, gemer, jejuar, mormurar, obrar* (trabalhar), *pecar, pelejar, pensar, suspirar, testemunhar* e *trabalhar*. Conforme avançámos acima com base apenas no verbo *correr*, de facto confirmamos que a ordem maioritária em construções intransitivas é a ordem na qual o sujeito é pré-verbal, o que se verifica em todos os séculos. Observe-se o quadro seguinte:

Quadro 8: resumo das construções intransitivas

	<b>SV</b>	<b>VS</b>	<b>Sujeito Nulo</b>	<b>Total</b>
<b>Século XIII</b>	61	7	41	109
<b>Século XIV</b>	110	17	138	265
<b>Século XV</b>	72	7	242	321
<b>Século XVI</b>	20	2	3	25
<b>Total</b>	263	33	424	720

Os números comprovam, de facto, o elevado número de ocorrências com sujeitos nulos nos textos do PA e a preferência pela anteposição do sujeito com relação ao verbo. Se, como concluímos anteriormente, é nas construções inacusativas que ocorrem mais sujeitos pós-verbais, nestas acontece o inverso, o que reforça a ideia por nós avançada. Observem-se agora alguns exemplos ilustrativos das ordens de constituintes encontradas em construções intransitivas, começando pela ordem mais atestada em todos os séculos, a ordem na qual o sujeito antecede o verbo, em (76), seguidos por alguns exemplos da ordem VS, em (77):

(76) a. e ella ffogia ho mais toste que podia E **o santo hom(ẽ) corrya** mais que ella e pouco e pouco. chegava a ella (séc. XIII/XIV, VS7, 54v)

b. E **este**, tanto que ouve o reyno, **correo** logo pera Roma e, se seu coyrmãõ el rey Alarigo hi avya leixado algũõ algo, todo o elle [ende] levou; (séc. XIV, CGE, 33c)

c. “Senhor, graças te dou por que nom som tal como quaaes quer homeens matadores, roubadores, ou como este publicano. Ca **eu jejū[o]** dous dias na somana, e de quanto ey dou a dizima”. (1433/1438?, LC, 13r)

d. **Os que priguçosamente obram**, fazem dias e noites pequenas, dizendo que nom acham tempo abastante, por se scusar de suas priguçças, o qual perdem, segundo diz Seneca, da vyda que he grande, mas nos a fazemos curta por a ssabermos mal e priguçosamente repartir e despende. (1433/1438?, LC, 28v)

e. **Todos aquellos que em campo pellejam**, de todas cousas se austeem. (1433/1438?, LC, 93v)

(77) a. E **correo** taste **Agapito** e cando vio morto Esmarado e Panunçio jazer ã terra esmoriçido lançoülhe augoa (séc. XIII/XIV, VS6, 49v) (=3a)

b. A pestumeira propriedade que ha d’ aver, he que seja sages, por que assy como nas sciencias per vezes se ajuntam llallas falssidades com as verdades, e **penssa homem** que todo he verdade, assy nos feitos e obras que homem ha de fazer aos poboos se ajuntam os maaos e parecem boos, e nom ollsll som. (1433/1438?, LC, 55v)

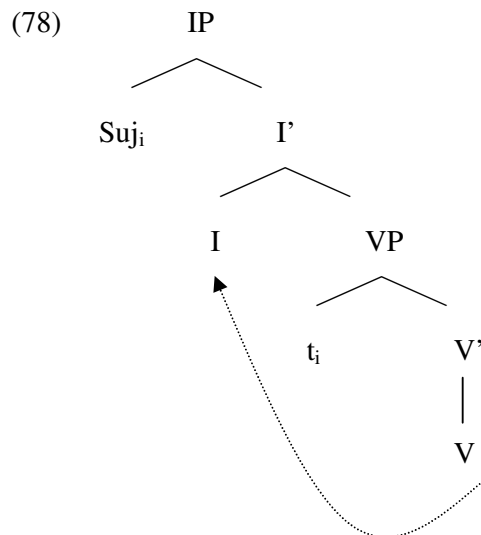
c. Porem dou este avysamento que nom **pensse algũ** que possa bem achar pessoa tam perfeita pera amar que seja fora de todos fallicymentos, (1433/1438?, LC, 52v)

d. Porem nom **pensse quem esto vyr** que logo o podera guardar em ssy tal ordem, (1433/1438?, LC, 80r)

e. e aquelle dia **jejua elrey**, e toda a gente da terra, (séc. XVI, CRB, sf) (=3d)

Ao nível da estrutura sintáctica, a construção intransitiva apenas superficialmente se assemelha à construção inacusativa, na medida em que nesta o sujeito é apenas sintáctico, ou seja, derivado da posição base em que é gerado, a posição de argumento interno do predicado, enquanto que naquela o sujeito é composto na posição de especificador de VP. Em ambos os casos o sujeito é subsequentemente movido para [Spec, IP], onde verifica nominativo junto da flexão, derivando a ordem SV ou, no caso das construções com inversão, pode ficar na posição base, derivando VS.

Estruturalmente, uma construção intransitiva com a ordem SV terá a seguinte representação em *spell-out*:



A descrição das orações com alguns verbos tradicionalmente classificados como derivando uma estrutura inergativa teve como objectivo fundamental servir como termo de comparação com as construções que serviram de base a este trabalho, as transitivas e as inacusativas. E foi um trabalho que nos ajudou a consolidar algumas ideias importantes, pois, de facto, comprovámos que o maior número de sujeitos pós-verbais se encontra nas construções inacusativas e que, tanto em transitivas como em inergativas, com sujeitos agentivos, a ordem preferida é a ordem dita básica, ou seja, SV, abstraindo do facto de também o PA ser uma língua de sujeito nulo.

## 6.5. Conclusões

Relativamente à estrutura da frase, referimos no início deste capítulo e em capítulos anteriores o facto de o PEC ser uma língua com morfologia - ou acordo - verbal forte, o que lhe permite legitimar sujeitos nulos, e de este facto estar directamente relacionado com subida do verbo para o domínio de IP. Com base nos dados disponíveis e também com base no que tem sido veiculado na literatura, o PEC partilha estas características com o PA. Características essas que se relacionam com:

- a) a posição dos advérbios mais baixos (*sempre, brevemente, compridamente, já, bem, etc.*), que marcam a fronteira esquerda de VP, e que no PA podem seguir o verbo, o que significa que este se moveu;
- b) a posição de advérbios mais altos estruturalmente (advérbios orientados para o sujeito como *francamente*, advérbios aspectuais). É possível também encontrar exemplos de ordens VAdv, mais um indício de movimento do verbo;
- c) a posição do sujeito, pois tanto pode haver sujeitos pós-verbais como pré-verbais, em orações dependentes e em orações independentes, o que, assumindo que o sujeito pós-verbal em PEC se encontra dentro de VP (Costa 1998), ou que é movido para [Spec, TP] (Martins 1994, Duarte 1997), é indício, em qualquer dos casos, de que o verbo teve de subir para fora de VP, o que é argumento em favor do movimento.

Todos estes factores, conjugados entre si ou considerados isoladamente, mostram que o verbo sobe para uma posição alta estruturalmente e conduzem-nos à conclusão de que *scrambling* (em orações com pronomes clíticos) no PA se dá no domínio de IP e não de VP, conforme foi proposto por Costa para o PEC. Isto porque, se *scrambling* envolvesse movimento curto dos objectos para adjunção a VP, e uma vez que o verbo sobe sempre, a ordem OV seria uma ordem básica e não derivada (cf. Martins 2002e).

As ordens OV em instâncias não marcadas no PA derivam, portanto, dos três tipos de movimento acima descritos - deslocação à esquerda, focalização e *scrambling* - e que se mantêm no PEC, à excepção do último, conforme já referimos. O movimento

por *scrambling*, tal como é definido para o PA, deixa de ser produtivo no PEC a par das estruturas com interpolação, e logo a partir da produção escrita do século XVI.

À semelhança do que se observa para o PA, há evidência clara para dizer que o objecto, quando ocorre na ordem OV, é movido para a esquerda. Contudo, conforme referimos, o tipo de movimento envolvido nestas situações no PEC e o que se observa para o PA é diferente, uma vez que, no PEC, o movimento do objecto se dá dentro de VP (assumindo que há duas posições para o sujeito – a posição de [Spec, IP] e a posição interna a VP), enquanto que, no PA, e de acordo com Martins (2000e), o movimento por *scrambling* se verifica no domínio de IP, tendo sido este, portanto, o que desapareceu no decurso da evolução do português.

Os exemplos do nosso *corpus* mostraram que, de facto, teria havido no PA uma posição estrutural nesse domínio (de IP), que permitia que outros constituintes, para além do sujeito, pudessem ocorrer numa posição pré-verbal. O mecanismo sintáctico na base dessa possibilidade envolverá sempre movimento de constituintes, o que permite a relativa mobilidade dos objectos (no sentido Larsoniano do termo) que se observa nos nossos textos.

A mudança verificada ao nível da estrutura da frase e o conseqüente decréscimo de ordens OV com outros constituintes que não objectos pronominais e constituintes-Wh decorre da perda de possibilidade de incorporação de AgrO (fraco) em AgrS (forte) (cf. Miyagawa 1997), levando à constituição de um núcleo complexo. Ou seja, e como vimos, um núcleo forte com a capacidade de projectar múltiplos especificadores que podiam acolher quer o sujeito, quer o objecto movido para a posição pré-verbal (Chomsky 1994, Grewendorf & Sabel 1999 e Martins 1999, 2000b e 2000e).

Este trabalho permitiu-nos comprovar algumas das ideias por nós avançadas, de que a maior percentagem de sujeitos pós-verbais ocorre em construções inacusativas, exactamente por não se tratar um verdadeiro sujeito lógico-semântico, mas sim sintáctico, o que poderia constituir evidência a favor de o considerarmos, neste tipo de construção, um objecto e não um verdadeiro sujeito.

Contudo, e os dados do PA mostram isso, mesmo em posição pós-verbo finito, o sujeito da construção inacusativa desencadeia sempre concordância com o verbo, e neste ponto diverge do PEC coloquial (cf. capítulo 4). Poderíamos ter aqui um potencial problema, uma vez que sugerimos que o Caso a atribuir a um sujeito pós-verbal sem traços de acordo poderia ser outro que não o nominativo, já que este seria verificado por *pro* expletivo em [Spec, IP] através da relação especificador-núcleo com I, o núcleo de

IP. Ou então, e aqui poderíamos assumir uma análise conjunta para o PEC e o PA, seguimos Bobaljik (1995) e dizemos que a manifestação de caso é independente da posição estrutural que o sujeito ocupa.

Relativamente ao sujeito, vamos manter a ideia de que existem, em construções transitivas e inergativas, tanto para o PEC como para o PA, duas posições disponíveis para o mesmo, a de [Spec, IP] e a posição base em [Spec, VP].

Relativamente às frases com dois verbos, ou seja, quando um verbo finito selecciona um complemento oracional encabeçado por um verbo em forma infinitiva ou gerundiva, podemos concluir, de igual modo, que se observa a preferência pela sequência V<sub>fin</sub>V<sub>inf</sub>, em conjunto com a ordem básica VO, sendo todas as outras ordens possíveis derivadas por movimento de constituintes.

Para além da variação na ordem de palavras que foi possível encontrar, também parece que ficou claro, pela observação dos nossos dados, que a ordem básica, tanto em contextos transitivos como inacusativos, é, desde o início da história do português, aquela em que o sujeito é pré-verbal e o objecto é pós-verbal. A comprovar esta afirmação estão os dados estatísticos relativos ao nosso *corpus*. Com efeito, comprovámos que: primeiro, em construções transitivas com verbos finitos, o sujeito, sempre que realizado, ocupa, a maior parte das vezes, a posição pré-verbal; o objecto, pelo contrário, tende a seguir o verbo, e, quando tal não acontece, é porque se trata ou de um constituinte-Wh, que segue as regras de relativização que o antepõem ao verbo, ou de um proclítico, ou ainda, conforme referimos, de um DP pleno, e, nesse caso, estamos face a estratégias de anteposição que não serão tão produtivas no PEC, nomeadamente *scrambling* a IP, e que jogam com a posição estrutural ocupada pelos clíticos, constituintes que, neste domínio, muito nos dizem sobre a arquitectura da frase.

Em relação às construções inacusativas, seguem o padrão descrito na literatura para o PEC, nomeadamente por Costa (2001a), e também para o PA (cf. secção 6.1.), isto é, neste tipo de construção o sujeito é muito mais vezes pós-verbal e os nossos dados comprovam-no. Facto que contrasta em larga escala com as construções verdadeiramente intransitivas, ou inergativas, nas quais o sujeito é, quase exclusivamente, anteposto ao verbo.

## CAPÍTULO 7

### A CLITICIZAÇÃO

O capítulo que agora se inicia é inteiramente dedicado à temática da cliticização. Pareceu-nos relevante dedicar todo um capítulo a este assunto pois é nossa opinião que são as frases nas quais esses constituintes ocorrem que permitem dizer algo mais sobre a estrutura da frase, na medida em que, ainda que indirectamente, nos vão ajudar a corroborar as conclusões a que chegámos no capítulo anterior sobre a posição dos outros constituintes. Este capítulo é, então, dedicado à descrição e análise das orações com pronomes clíticos do PA, em contraste com o PEC, na totalidade dos textos do nosso *sub-corpus* do CIPM.

Em capítulos anteriores concluímos que a ordenação dos constituintes na frase codifica informação relativa à informação discursiva do enunciado, e constatámos isto não só relativamente ao PEC (Costa 1998, Duarte 1997, e.o.), mas também ao PA (Martins 2000e). No entanto, no PA não nos é possível determinar contextos de frase focalizada, por forma a identificar o foco informacional da frase, pelo que a colocação dos clíticos na frase vai servir de diagnóstico na determinação dos movimentos envolvidos, sempre que a ordem de palavras não for a ordem dita básica, ou seja, SVO.

Vimos de que forma a transitividade e/ou a inacusatividade, tanto a que é veiculada pela semântica do próprio verbo, como a sintáctica, que decorre de propriedades estruturais da construção, influem no ordenamento dos constituintes na oração. Se, por um lado, às estruturas transitivas correspondem, maioritariamente, as ordens (S)V(O), pelo contrário, a inacusatividade permite a ocorrência de um maior número de sujeitos pós-verbais, sendo que, neste caso, são menos frequentes os sujeitos nulos. No entanto, este cenário não difere em grande medida do que podemos verificar no PEC.

No entanto, e de diferente relativamente ao PEC, pudemos constatar, nos capítulos 5 e 6, que se verificam mais ordens OV com DPs plenos em frases independentes no PA do que actualmente acontece, e este poderá ser um indicador positivo em favor da existência de mudanças estruturais com consequências para vários aspectos da sintaxe. Todavia, para o nosso estudo, permite-nos manter a hipótese de que o padrão de inacusatividade não foi alterado. Concluímos também que no PA a distribuição dos clíticos na frase pode contribuir para a determinação dos mecanismos

envolvidos. Assim, o clítico pode funcionar como marcador da fronteira entre, por um lado, constituintes deslocados à esquerda e focalizados e, por outro, constituintes movidos por *scrambling*. Ou seja, os constituintes que ocorrem à direita do clítico e à esquerda do clítico são os constituintes que sofreram movimento a partir da sua posição base a seguir ao verbo, à exceção do sujeito e dos adjuntos a VP. Contudo, e para a descrição do movimento por *scrambling*, para o qual a interpolação é diagnóstico, quando o constituinte entreposto é o sujeito, ou um advérbio, ou ainda a negação, não se pode afirmar que foram movidos por *scrambling*, uma vez que são movidos por outro tipo de necessidade estrutural: o sujeito move-se para [Spec, IP] para verificar traços fortes, decorrente do Princípio EPP, e os advérbios e a negação são tradicionalmente adjuntos a VP, pelo que tendem a anteceder imediatamente o verbo (cf. nota 44 do capítulo anterior).

Na nossa análise vamos assumir que os clíticos “especiais”<sup>1</sup> do português são argumentos e, por isso, gerados numa posição-A, adjungindo-se depois ao verbo, na posição final na sintaxe explícita, contrariamente a outras propostas segundo as quais os clíticos são gerados directamente na posição em que ocorrem<sup>2</sup>. E neste ponto seguimos o trabalho pioneiro de Kayne (1975) sobre os clíticos do francês, o primeiro autor, no quadro da GG, a destacar o comportamento sintáctico dos clíticos.

Vamos descrever os contextos nos quais os clíticos ocorrem e concluir que a ênclise é o padrão verificado quando não há elementos de tipo operador na frase, que provocam a próclise. Esta situação muda no século XVI, principalmente nos nossos dados extraídos de textos literários, nos quais se começa a verificar um predomínio da próclise em contextos normais de ênclise. Esta é a situação que predomina nos séculos XVI e XVII, altura em que o uso da ênclise em frases independentes se generaliza, tornando-se na ordem predominante logo a partir do século XVII.

Martins (1994), baseada em dados dos *Sermões* do Pe. António Vieira, defende que a mudança no padrão de colocação dos clíticos se dá exactamente no século XVII e conclui, com base nos 68% de contextos enclíticos (em estruturas relevantes) encontrados nos sermões, que este era um autor inovador para a época. No entanto,

---

<sup>1</sup> De acordo com o trabalho de Zwicky (1977), os pronomes pessoais átonos, ou clíticos, podem ser de três tipos, consoante o hospedeiro que os aloja: podem ser fonológicos, como o *n't* do inglês, sintácticos, como o *loro* do italiano, e “especiais” (*special clitics*), que são os clíticos das línguas românicas, clíticos esses que são fonológicos e sintácticos.

<sup>2</sup> Por exemplo, para Jaeggli (1982, 1986), Borer & Grodzinsky (1986) e Suñer (1988), os clíticos pronominais são gerados na base numa posição particular próxima de V, que não é uma posição A nem A', e a posição-A relacionada com o clítico é ocupada por um expletivo (*pro*).

Galves & Galves (1995) e Galves et alii (1998), com base em estudos sobre colocação dos clíticos em autores dos séculos XVIII e XIX, nomeadamente de Salvi (1990) e Torres Morais (1995), defendem que esta mudança ocorreu apenas no século XVIII, desencadeada por uma mudança fonológica que afectou o padrão rítmico da língua na segunda metade do século. Esta hipótese, apoiada na análise de Britto (1999) sobre as obras de Vieira, que mostra que os sermões, de facto, apresentam um padrão de colocação dos clíticos que difere de todos os autores da época, bem como dos restantes trabalhos do autor, permite a estes autores pôr em causa a análise de Martins.

Independentemente das questões de periodização, e uma vez que não dispomos de dados que nos permitam argumentar em favor de uma ou de outra análise, apenas podemos concluir, com base nos nossos dados, que no século XVI predominava a próclise em contextos neutros, isto é, sem proclisadores. Se a partir do século XVII, ou XVIII, consoante a perspectiva, houve uma mudança radical que conduziu à generalização no uso da ênclise, que ainda hoje se verifica, parece ter havido um retrocesso no que toca à cliticização no português, que, contrariamente às outras línguas românicas, se tornou numa língua predominantemente enclítica, salvo condições estruturais específicas que determinem o contrário. São essas condições, bem como as diferenças entre o PEC e outras línguas românicas, que passamos a descrever, antes de passar à descrição e análise dos dados do CIPM.

## **7.1. Propostas de abordagem teórica**

No ponto que agora se inicia, pretendemos dar conta das diferentes abordagens teóricas propostas para o fenómeno da cliticização no PEC, bem como os padrões de distribuição dos clíticos no PEC e nas outras línguas românicas.

### **7.1.1. A colocação dos clíticos no PEC**

O PEC exhibe dois padrões de colocação dos clíticos em função do núcleo ao qual se adjungem, a ênclise e a próclise. A ênclise é o padrão encontrado nas frases raiz, por exemplo:

- (1) a. O João contou-lhe uma história
- b. \*O João lhe contou uma história

A mesóclise surge como alternativa à ênclise em contextos com verbos no futuro e no condicional, como em (2):

- (2) a. O João contar-lhe-á uma história.
- b. O João dar-lhe-ia um bolo se o tivesse comprado.

Relativamente à próclise, trata-se de um padrão de colocação dos clíticos que é condicionado por factores sintácticos específicos e que podem variar de língua para língua. No francês, por exemplo, a próclise verifica-se em todos os contextos, sendo a ênclise impossível, conforme se demonstra em (3)<sup>3</sup>. No italiano e no espanhol, por seu turno, há próclise em contextos finitos e ênclise nos infinitivos, como em (4) e (5), respectivamente:

- (3) a. Jean la voit.
- b. \* Jean voit la.
- (4) a. Parlargli sarebbe un errore.
- b. Io gli ho parlato ieri.
- (5) a. Me gusta decirlo.
- b. Juan lo dice.

A condição sintáctica que determina a próclise ou a ênclise nestas línguas é a natureza mais ou menos temporalizada das orações. Quanto ao PEC, há outros factores sintácticos a ter em conta que não se baseiam somente em aspectos relacionados com o facto de na oração na qual os clíticos ocorrem existir um verbo finito ou não finito, e são alguns desses factores que de seguida apresentamos:

- a) presença de um núcleo lexicalizado na posição de complementador (*que/se* ou um QP deslocado):
- (6) a. O João disse que a viu.
  - b. \*O João disse que viu-a.

---

<sup>3</sup> Exceptuam-se as orações imperativas positivas, nas quais a ênclise é o padrão encontrado.

- b) presença do operador de negação frásica (cf. (7a-b)) e de certos advérbios (advérbios de foco, inclusivos e exclusivos (cf. (8a-a', b-b')), e advérbios aspectuais (8c-c')):
- (7) a. A Maria não o compreendeu.  
b. \*A Maria não compreendeu-o.
- (8) a. A Maria até o emprestou à Joana.  
a'. \*A Maria até emprestou-o à Joana.  
b. A Maria, se não o tem, emprestou-o a alguém.  
b'. \*A Maria, se não tem-no, emprestou-o a alguém.  
c. A Maria já o viu.  
c'. \* Maria já viu-o.
- c) estatuto existencial ou de quantificador existencial do DP sujeito:
- (9) a. Todos os alunos o leram.  
b. \*Todos os alunos leram-no.
- d) constituinte inicial interpretado como foco:
- (10) a. Em boa hora me telefonaste.  
b. \*Em boa hora telefonaste-me.

Relativamente ao PA, a próclise pode ocorrer em contextos semelhantes aos do PEC, como a seguir se exemplifica:

- negação:

(11) E se el rey quiser dar algũa rẽ por sa m(er)cee aaquel a q(ue) sacou os ollos, **nõ lhy possa dar** do seu, (1280?, FR, 72r, v)

- advérbios:

(12) E **asi o out(or)go** p(er)a senp(re) (1408, DN157, sf)

- marcadores especiais de foco:

(13) e eu Pedro P(er)ez, publico tab(e)llion da Maya, a todas estas coussas de ssusso d(i)tas p(re)sente fúúy e a rogo do d(i)to Pedro Hean(e)z este testemoÿo

emde feyto cõ mha mááo p(ro)p(r)ia o escreuj e éele este meu sinal pugj em testemoño de uerdade. (1282, HGP137, sf)

- contextos de subordinação:

(14) E porẽ rogo aos deusses que me dem de ty dereyto, ajuntandome contigo em batalha hũũ por outro, ca eu te farya conhoçer os tortos que as feitos a muytos nobres barões. (séc. XIV, CGE, 6a)

Nas outras situações, ou seja, quando não há constituintes desencadeadores da próclise, a ênclise é o padrão maioritário em frases independentes simples, e a mesóclise o padrão alternativo à ênclise, conforme se mostra em (15).

(15) a. E **deram lhe** arcos E seetas E nom **lhe** tomaram nhuũa cousa do seu. (1500, CPVC, 7v)

b. E porq(ue) poderya seer q(ue) alguus omees depoyos q(ue) entendessẽ que son culpados por tal feyto dariã e aleariam todo quanto ouuessẽ a sse(us) fillos e a sas mollerres e **dalhuyan** enalguus logares por amor que el rey nõno podesse au(er), (1280?, FR, 72r, v)

Contudo, neste tipo de oração, e pelo menos até ao século XV, verifica-se a oscilação entre próclise e ênclise, sendo a ênclise o padrão maioritário em contextos temporalizados de orações independentes sem proclisadores, tal como acontece também no espanhol antigo (cf. Fontana 1993<sup>4</sup>). Tal situação altera-se no século XVI, sobretudo em textos literários, dando lugar ao predomínio da anteposição do clítico em contextos neutros nos séculos XVI e XVII. Este percurso poderia conduzir à reinterpretação dos pronomes clíticos como palavras independentes, tal como sucedeu com as outras línguas

---

<sup>4</sup> Segundo Fontana (1993), o espanhol antigo era em tudo semelhante ao PA, no sentido em que era possível encontrar clíticos ora antepostos, ora pospostos ao verbo em forma finita. Por exemplo:

(i) y = **l** aorauan & **se** dauan todos por suyos.

(ii) & fizo = **lo** traer preso.

(Fontana *Ibidem*: 19)

De acordo com o autor, os casos excepcionais nos quais se observa a ênclise, são contextos de VI, ou seja, orações com verbo temporalizado, nas quais este se move duplamente, de V-para-I e de I-para-C (*Idem*: 22). Martins (1994), por seu turno, defende que esta semelhança entre os estádios antigos do espanhol e do português deriva do facto de, em ambas as línguas, a categoria funcional  $\Sigma$  ter a mesma caracterização, isto antes da mudança ocorrida no espanhol, que conduziu ao que actualmente se verifica (o espanhol é uma língua de próclise obrigatória em domínios finitos), e que difere do PEC (cf. 7.1.1.).

românicas antigas, mas, no século XVII, no português, verifica-se uma regressão no uso da próclise, tornando-se a ênclise preferencial, tendo-se estabelecido como padrão dominante na segunda metade do século XIX (Martins 1994, Torres Morais 1995), o que contribui, em larga escala, para a reanálise destes constituintes como elementos de tipo afixal e, por isso, dependentes do verbo.

Em suma, em domínios finitos, e na ausência de desencadeadores da próclise que c-comandem e precedam o clítico, a ênclise é o padrão encontrado no PEC. No entanto, a posição desses elementos de tipo operador no momento do *spell-out* é crucial uma vez que, quando são assimetricamente<sup>5</sup> c-comandados pelo verbo hospedeiro do clítico, se obtém a ênclise e não a próclise. Por exemplo:

- (16) a. Contaste-**lhe** que mentira?  
b. Eles leram-**no** a todos  
c. Ele leu-**o** também

(Duarte & Matos 2000: 120)

Quer isto dizer que o que tem papel importante na derivação da próclise é a posição ocupada pelo elemento proclisador no momento do *spell-out*.

### 7.1.2. Motivação para o movimento dos pronomes clíticos

Se em determinados contextos se verifica a ordem V-cl e noutros o inverso, qual a motivação para o movimento dos pronomes clíticos? Ela pode ser prosódica e, nesse caso, assume-se que o clítico sobe para junto do verbo para receber acento. Mas também pode ser sintáctica e semântica, admitindo-se que os clíticos têm um traço verbal que precisa de ser verificado junto do verbo.

Várias propostas têm sido avançadas ao longo dos últimos anos com o intuito de explicar os diferentes padrões de colocação dos clíticos no PEC, e que têm em conta a presença de projecções funcionais acima do domínio da frase (IP) - CP, WP,  $\Sigma$ P, FP (ou seja, categorias com traços verbais fortes), respectivamente em Madeira (1992) e (1993), Rouveret (1994), Martins (1994) e Uriagereka (1992) e (1995). Apresentamos a seguir, sucintamente, essas teorias.

---

<sup>5</sup>Nos termos de Kayne (1994), c-comandar assimetricamente resume-se à seguinte condição: “x c-comanda y sse x e y são categorias, e x exclui y e qualquer categoria que domina x domina y”. Kayne

Madeira (1993), seguindo Kayne (1991)<sup>6</sup>, mostra que o factor distintivo que separa o PEC das outras línguas românicas carece de formulação teórica, mas avança uma generalização definida nos seguintes termos:

- (17) Os clíticos sobem para o núcleo funcional não operador mais alto na frase.

(Madeira 1993: 170)

Esta deveria ser uma condição válida para todas as línguas românicas. No entanto, as diferenças que se podem encontrar entre elas (sobretudo ao nível de superfície) decorrem do estatuto de C vazio, que pode ser núcleo não operador no PEC, mas não nas outras línguas. Deste modo, no PEC a ordem cl-V surge quando se verifica uma das seguintes situações:

- a) C não está disponível para o clítico devido à presença de um C explícito (ou lexicalmente realizado);
- b) o movimento para C é bloqueado por um núcleo interveniente;
- c) C tem o estatuto de operador.

Quando nenhuma das condições enunciadas se verifica, então, o clítico junta-se ao complexo verbal, possivelmente em Agr, que é o núcleo funcional disponível mais alto. Uma análise que prevê a subida dos clíticos para C, como a proposta por Madeira (1993), dá conta dos contextos de Cl-2<sup>7</sup> encontrados no PEC e tem em conta o facto de estes ocuparem a segunda posição na frase, conforme definido por Wackernagel<sup>8</sup> (condição que se aplica também às outras línguas românicas).

Rouveret (1994), pelo contrário, não admite a colocação do clítico em C em estruturas de Cl-2, e esquematiza os padrões de colocação dos clíticos com base no núcleo W:

---

opõe “categorias” a “segmentos” nos seguintes termos: dada a seguinte estrutura  $M_1[X M_2]$ , M1 tem o estatuto de categoria, enquanto X é segmento de M1 e M2 é segmento de M1 (pp. 16-17).

<sup>6</sup> Em Kayne (1991) é apresentada uma proposta de análise dos clíticos em termos de movimento cíclico e de adjunção do mesmo à esquerda de um núcleo funcional.

<sup>7</sup> Madeira assume a segunda posição ocupada pelo clítico na frase em termos estruturais e não lineares.

<sup>8</sup> A lei de Wackernagel estipula que os elementos fracos, ou seja, os elementos não acentuados, ocorram na segunda posição da frase.

- (18) a. [ $\alpha$  [<sub>C</sub> V [cl]]]  
 b. [<sub>WP</sub>  $\alpha$  [<sub>W</sub> t<sub>W</sub> cl]]

Em (18), W não quer significar um qualquer núcleo funcional, mas sim o núcleo funcional capaz de alojar um clítico, com propriedades semelhantes às do núcleo F que Uriagereka (1992, 1995) apresenta para o galego. Assim, e tendo em conta o Princípio da Economia das Projecções, Rouveret simplifica as estratégias de movimento dos clíticos no sentido em que, para as frases raiz, defende que há adjunção do verbo a W e não a C, mecanismo esse que é desencadeado pelos traços fortes de V ou pelos traços tópicos de W. Observe-se (19):

- (19) a. Li-**o** ontem.  
 b. Ao povo, governa-**o** o rei.  
 c. ... [<sub>WP</sub> XP [<sub>W</sub> V [<sub>W</sub> cl ] ] [AgrSP]]

A análise de Rouveret defende que, por um lado, quando WP não é projectado (como acontece nas interrogativas-Wh com V2 e nas frases com orações focalizadas em [Spec, FocP]), a próclise deriva de dois factores: adjunção do clítico ao verbo em AgrS e subida do complexo cl-V para C ou F, como em (20).

- (20) [<sub>CP</sub> Que [<sub>C</sub> lhe ofereceu]<sub>i</sub> [<sub>AgrSP</sub> o João [<sub>AgrS</sub> t<sub>i</sub> ] ... ontem ] ]?

Quando WP é projectado (como nas orações subordinadas com complementadores explícitos,<sup>9</sup> nas interrogativas-Wh raiz sem V2 e ainda em contextos de interpolação), o clítico e o verbo estão em dois núcleos funcionais distintos no momento do *spell-out*, W e AgrS, respectivamente, donde resulta que a cliticização seja um processo fonológico.

Martins (1994) adapta ao português a teoria de Laka (1990), com especial incidência na relevância da categoria funcional  $\Sigma$ . De acordo com a autora, a possibilidade de explicar o fenómeno da cliticização no PA com base na existência de um núcleo funcional “extra” específico e nas características formais do mesmo, permitiu interpretar alguns contextos próprios da época em estudo, nomeadamente os contextos

<sup>9</sup>Por exemplo, “Afirmo [<sub>CP</sub>[<sub>C</sub> que][<sub>WP</sub> ele [<sub>W</sub> o][<sub>AgrSP</sub> leu ... ]]]”.

de interpolação (cf. 7.3.). Segundo Martins, a colocação dos clíticos em contextos temporalizados depende da natureza forte ou fraca dessa mesma categoria funcional. O português e o galego seriam línguas nas quais  $\Sigma$  é forte, por oposição ao espanhol, catalão, francês e italiano, cujos traços-V de  $\Sigma$  são fracos. Assim se explica, nas duas primeiras, a possibilidade de construções de VP nulo e do padrão de resposta mínima afirmativa a interrogativas totais, bem como os contextos enclíticos observados, que decorrem da possibilidade de subida do verbo para  $\Sigma$  na sintaxe visível. As construções com anteposição do clítico em relação ao verbo explicam-se pela presença de operadores que conferem conteúdo lexical a  $\Sigma$ , pelo que o movimento do verbo é remetido para LF.

Segundo Martins, “[o] movimento do clítico para AgrS derivava a ordem “verbo-clítico” em orações não dependentes “neutras” e a adjacência entre clítico e verbo em contextos de próclise obrigatória. O movimento adicional do clítico para  $\Sigma$  derivava a ordem “clítico-verbo” em orações não dependentes “neutras” e a interpolação em contextos de próclise obrigatória” (*Idem*: 604-605).

Todas estas análises, baseadas na existência de núcleos funcionais adicionais na estrutura, apresentam as seguintes propriedades:

- a ênclise deriva do facto de, no momento do *spell-out*, o clítico e o verbo se encontrarem em duas projecções funcionais distintas, resultando a cliticização num processo morfofonológico; o verbo é forçado a subir devido aos traços fortes das categorias funcionais adicionais, permanecendo o clítico em IP.

- nas configurações de próclise o verbo não sobe para a categoria funcional mas permanece em IP, isto porque há elementos de tipo operador na posição de especificador dos núcleos funcionais, e o clítico encontra-se numa posição de adjunção relativamente ao verbo.

Noutros termos, ou seja, não fazendo uso de categorias funcionais adicionais, Duarte & Matos (1995) e (2000) entendem a cliticização como um fenómeno sintáctico. Para as autoras a ênclise no PEC deriva do estatuto dos próprios clíticos, que estão a perder o estatuto de clíticos e a adquirir o de morfema (cf. generalização da ênclise no

PEC). E são os dados da diacronia<sup>10</sup>, bem como os da aquisição<sup>11</sup> do português, que mais fortemente contribuem para a reanálise dos clíticos enquanto elementos de natureza afixal, por oposição aos das outras línguas românicas.

O principal objectivo da proposta de Duarte & Matos consiste na demonstração, como referimos, de que não existem núcleos funcionais extra,<sup>12</sup> nem movimentos marcados na sintaxe explícita. Segundo as autoras, se os clíticos têm uma natureza afixal (na linha do que é proposto a partir de Kayne 1975), não poderão existir outros núcleos funcionais para além das projecções-V. Nos movimentos de núcleos, as autoras aplicam a Condição dos Elos Mínimos (“Minimal Link Condition”), e rejeitam por completo a possibilidade de haver excorporação e adjunção à direita<sup>13</sup> na sintaxe explícita, na linha de Kayne (1991, 1994).

Assim, a ênclise no PEC deriva do movimento do clítico para o núcleo funcional relevante no domínio de IP (para T, segundo Duarte, Matos, Ribeiro & Gonçalves 2001), seguindo-se o movimento do verbo para o mesmo núcleo, para uma posição de adjunção à esquerda. Em (21) é dada a representação correspondente:

(21) [T V [T cl [T T]]]

(*Idem*: 6)

Segundo Duarte et alii (2001), a derivação apresentada em (21) converge em domínios finitos devido ao estatuto de quase-sufixo que é conferido aos clíticos, estatuto

---

<sup>10</sup> Como referimos, a ênclise foi o padrão dominante nos séculos XIII e XIV, evoluindo para o uso maioritário da próclise nos dois séculos seguintes, tendência esta que seguiu lado a lado com o percurso evolutivo das outras línguas românicas, para, no século XVII, se verificar uma regressão no uso da próclise.

<sup>11</sup> O predomínio da ênclise nas produções de crianças até aos 42 meses, e de gerações mais jovens e de adultos menos instruídos parece mostrar o carácter afixal dos clíticos no PEC. Exemplos de Duarte & Matos (2000): 127-128:

- (i) a. *Não chama-se nada* (M., 20 meses)
- b. *Porque é que foste-me interromper?* (R., 29 meses)
- c. *Mas ele já foi-se embora* (P., 39 meses)
- d. *Porque ela começou-o a tirar* (iletrado, entrevista)
- e. Correspondem à classe *onde* “só” combina-se com SN... (estudante universitário, discurso escrito)

Contudo, em nossa opinião, este argumento não deixa de ser desapropriado, uma vez que se baseia em produções não padrão para analisar o que é padrão no PEC.

<sup>12</sup> Por núcleos funcionais extra entendem-se os núcleos funcionais realizados apenas em condições específicas. Por exemplo, a presença da negação faz com que o núcleo que a contém ocorra na estrutura.

<sup>13</sup> Na teoria de Uriagereka (1995) para o galego, a ênclise deriva da subida do complexo verbal para F, seguida da subida do clítico também para F, e ambos os movimentos são adjunções à direita, originando a incorporação sintáctica dos pronomes enclíticos e dos verbos no mesmo núcleo funcional F.

esse que decorre do referido processo de reanálise que os clíticos do PEC têm vindo a sofrer.

Relativamente à próclise, em regressão no PEC, deriva da ênclise, que é a ordem básica, e é motivada pelo peso fonológico das palavras funcionais que introduzem o sintagma entoacional (“Intonational Phrase”, ou IntP). A derivação da próclise proposta por Duarte & Matos (2000) baseia-se no trabalho de Frota & Vigário (1996) e Vigário & Frota (1998), para quem a colocação dos clíticos é sensível à construção de domínios prosódicos; ou seja, segundo estas autoras, um enclítico deve ocorrer como proclítico sempre que uma palavra funcional forte o preceder e o c-comandar no mesmo domínio frásico (CP), como se pode ver em (22b). Mas quando há uma fronteira entoacional (IntP) entre a palavra funcional forte (por exemplo, o complementador *que*) e o clítico verifica-se a ênclise, como em (22a):

- (22) a. Acho que, ao bebé, a mãe contou-*lhe* uma história.  
b. Acho que ao bebé a mãe *lhe* contou uma história.

Na mesma linha de investigação, Barbosa (2000) defende que próclise e ênclise são processos fonológicos, sendo que os clíticos não podem ocorrer em primeiro lugar na IntP, conforme se representa esquematicamente em (23):

- (23) \*<sub>IntP</sub> [cl ...

Resumindo, os clíticos verbais são XPs gerados como complementos do verbo que os selecciona. Mas também é verdade que o facto de terem uma grande mobilidade na estrutura e de terem a capacidade de se adjungirem a um núcleo funcional (que contém o hospedeiro) requer que sejam categorias nucleares, ou X<sup>o</sup>. Em termos minimalistas e de necessidade conceptual, parecem partilhar propriedades de X<sup>o</sup> e de XP, na linha de Kayne (1991) e Chomsky (1995), retomada por Duarte & Matos (1995, 2000).

Para o seguimento do nosso trabalho, vamos assumir, conforme já referimos anteriormente, que os clíticos são categorias X<sup>o</sup>, núcleo do XP gerado na posição de complemento do verbo, e que são movidos para um núcleo funcional no domínio de IP juntamente com o verbo, o que deriva a próclise. Relativamente à derivação da ênclise, como vimos nesta secção, são várias as propostas de análise para o PEC, tanto numa

perspectiva morfofonológica como sintáctica (Madeira 1993, Rouveret 1994, Martins 1994, Duarte & Matos 1995, 2000). Mais recentemente, surgiu a proposta de Martins & Costa (em preparação), segundo a qual a ênclise é morfológica, derivada por um processo de “local dislocation”.

No entanto, e como neste trabalho analisamos em detalhe estruturas de próclise, optámos por não assumir nenhuma das propostas apresentadas para a explicação da ênclise.

## 7.2. Descrição dos dados do PA

Pretendemos agora comparar a colocação dos clíticos em domínios temporalizados e não temporalizados nos dados do nosso *corpus*.

### 7.2.1. Orações finitas

A colocação dos clíticos nos textos do nosso *corpus* do século XIII ao século XVI, vem confirmar a descrição feita em Martins (1994) e Fiéis (1996). As orações com pronomes clíticos, tanto finitas como infinitivas, seguem o padrão previsto para a época, ou seja, nas orações independentes sem proclisadores há ênclise, e quando existem elementos desencadeadores da próclise (certos advérbios, complementadores lexicais, palavras *Wh*, etc.) verifica-se a próclise. Observem-se os exemplos de (24): em (24a, b, c) verifica-se a ênclise e em (24d, e, f) a próclise. Comparem-se, principalmente, os exemplos (24c) e (251): no primeiro verifica-se a ordem V-cl e, no segundo, é o quantificador *ambos* que introduz a oração, desencadeando a anteposição do clítico<sup>14</sup>.

(24) a. Vener(ũ) a uila e **fila[rũ]li** o porco ante seus filios e **comerũsilo**.  
(1214?, NT, sf)

b. E se algũas gaanças fez o morto da out(ra) parte, os yrmaos **p(ar)tãas**  
cõmunalmente d(e) (con)suu. (1280?, FR, 111v)

c. p(er)o se hy alguũ h(er)dam(en)to cõparar ou gáánar don G(onsal)o  
garcia. ou dõna Mayor g(onsa)luiz **p(ar)tãno** ambos p(er) meyo. (1270,  
CA10, 98vB)

---

<sup>14</sup> A presença do complementador *que* em (251) também não é irrelevante. A mesma observação é válida para (25g).

d. E nõ **lhy fazer** o Moesteiro pela carreira maís dano do q(ue) lhy ante f/.../ (1308, DN076, sf)

e. E assi **o fiz por vos complazer** (1433/1438?, LC, 3r)

f. et mays **vos aforamos** cõ esto toda a voz q(ue) o d(i)to moost(eyr)o & nos en seu nome avemos en(n)a g/.../ d' Alloeyras (1506, HGP136, sf)

Nas orações dependentes, na grande maioria das atestações do *corpus*, predomina a próclise, como se pode constatar por alguns dos exemplos em (25):

(25) a. aq(ue)l que **os aiütou** p(ey)t(e) #XXX m(a)r(auidi)s & cada huu dos outros q(ue) forõ cõ el peyte #V m(a)r(auidi)s a al rey porq(ue) ousarõ [...] pëa q(ue) mãda a lee. (1280?, FR, 132r)

b. E nẽ huũ nõ seia ousado de filhar deles nẽ hũa cousa sã mãdado de seus donos, saluo se **as filhar polas guardar** a seus donos. (1280?, FR, 149r)

c. o quarto é quando se **começa** o preyto (1280?, TP, sf)

d. E se p(er)uentura o ryo **se partir** e sarrar algũa t(e)rra, esto nõ se iuyge por jnsoa, mays seya daquel cuya era a t(er)ra. (1280?, FR, 107v)

e. Mandamos q(ue) nenhuu fidalgo nõ se possa tornar vassalo de nenguu ata q(ue) se espeça d(e) seu sennor quer p(er) sy quer p(er) outrã mãdadeyro filho dalgo. (1280?, FR, 119r, v)

f. Se alguũs erdeyros ou caualheyros ouuerẽ algũa cousa de (con)suu q(ue) nõ se possa partir antr' elles sen dano, (1280?, FR, 106r)

g. & louuam(os) e outorgamos q(ue) toda fruyta se uenda nos acougues d' elRey. (1269, CA08, 97rA)

h. (e) dam(os) A uos os d(i)tos h(er)damêtos (e) cassahes q(ue) vos q(ue) os possades enpraçar (com) q(ua)l Mõsteyro (e) ordem vos por bẽ teu(er)des (1304, DN074, sf)

i. o quaal ryo passou em cestos sem aver quem lho defemdesse ho passo (séc. XVI, CRB, sf)

j. deben v(er) fazer la paga en djneyros o en oro o en plata o en cousa que lo valga (1516, HGP018, sf)

l. E mãdo q(ue) se don G(onsal)o garcia. ou dõna Mayor g(onsa)luiz algũa rẽ gáánarẽ p(er) qualquer maneyra ou cõpararẽ ensembra ou cada huũ p(er) si eno q(ui)nõ dos h(er)damêtos. ou dos Egreiayros. ou das naturas ou das onrras. ou das maladies. ou dos testamêtos. ou dos Coutos. (...) q(ue) aueerõ e deuiã áuíjã a dõna Sancha g(onsa)luiz despoys q(ue) for Julgado cui(os) deuẽ séer q(ue) ambos os p(ar)tam p(er) meyo. (1270, CA10, 98vB)

Os exemplos mostram que a ocorrência dos operadores de negação predicativa *não*, *nen*, *nunca* em posição pré-verbal obrigam à anteposição do clítico em relação ao núcleo verbal. Ou seja, a presença da negação parece bloquear a subida do clítico para além do domínio de NegP, conferindo a este núcleo o estatuto de operador que comanda o verbo “hospedeiro” do clítico e que determina a próclise.

A negação, enquanto núcleo funcional, adquire um estatuto semelhante ao dos clíticos, ou seja, é clítica, como defende Matos (1999)<sup>15</sup>, e também, por exemplo, Roca (1992), que mostra que, no espanhol, apenas os clíticos podem separar a negação do verbo. Este facto sugere que a negação poderá formar um todo complexo com o verbo, ou com a sequência cl-V, cuja natureza será muito semelhante à desta última. De acordo

---

<sup>15</sup> Conforme referimos no capítulo 3 sobre estrutura da frase, Matos (1999) defende que a negação frásica ocupa a posição de adjunção ao verbo e é movida em conjunto com o mesmo, tendo um estatuto equivalente ao dos clíticos.

ainda com a análise de Roca, o facto de a negação se mover também para C juntamente com o verbo em frases interrogativas corrobora a hipótese da adjunção.

Com quantificadores e advérbios, a ordem encontrada nos nossos textos é a que actualmente se verifica no PEC, ou seja, há tendência para a anteposição do clítico. No entanto, Martins (1994) salienta que a presença de um quantificador em posição pré-verbal não torna necessária a anteposição do clítico, como se demonstra nos exemplos em (26), que contrastam com (25g), no qual há próclise. Isto é, o quantificador parece não determinar a próclise obrigatória, pelo menos em construções de DEC, nas quais o sintagma que integra o quantificador é um adjunto frásico, ou seja, não ocupa uma posição interna à oração, como em (26a-b), e também quando o quantificador tem uma leitura de grupo e não quantificacional, que é o que se verifica em (26c). Os exemplos (26d-e) foram os únicos casos encontrados de DEC com o quantificador *todos* e com o clítico posposto ao verbo, que foi possível encontrar no nosso *corpus*.

(26) a. et toda a terra da Gascona **meteua** so seu senorio

b. Et todos aqueles que erã presos **mãdoos** soltar

c. et todo loş da oste **marauillarõse** moyto

(Ogando 1980: 258)

d. A terceira que ajamos ffe sem duvida determynada que nosso senhor deos he bondade perfeita, acabada sabedoria e todo poderoso, per que convem que determynadamente creamos querer elle sempre perfeitamente todallas cousas obrar, e sem myngua **sabellas** fazer, e per seu infiindo poder assy as comprir e acabar, concordando com esto aquelle dicto: deos he aquella cousa mylhor que pode seer pensada. (1433/1438?, LC, 85v)

e. & uos todos sobre ditos & os filios ap(us) uos **dardes nos** senos dias a podar, senos a cauar & senos a randar cada an(n)o q(u)a(n)do uos chamar o frade de Pineyra. (1307, HGP062, sf)

Os advérbios encontrados apresentam uma tendência “proclisadora”, uma vez que o clítico é maioritariamente anteposto, mas como também há casos nos quais ele é posposto não parece ser possível considerá-los verdadeiros operadores como a negação, como também defende Martins, e como demonstram alguns exemplos do nosso *corpus*:<sup>16</sup>

- (27) a. It(em) **q(u)itome** a San Saluador de Nozedo da uina do Uimeyro & q(u)itole os din(eyr)os q(ue) sobr’ ela auia & mandole adegã q(ue) ffoy de meu padre & o celeyro q(ue) ffoy de Méén Ff(er)n(andez) q(ue) eu cõpley. (1290, HGP058, sf)
- b. E dessy **foysse** pera Calez. (séc. XIV, CGE, 7a)
- c. Item aforã **lle** mayz hũ pardine(yro); (1473, HGP085, sf)

Quando o verbo é o primeiro elemento que introduz a oração, os casos de V1 referidos no capítulo anterior, então o clítico é sempre enclítico em todos os exemplos do *corpus*, o que, aliás, também se verifica no PEC, e como se exemplifica em (28).

- (28) a. E **doulhy** (com)p(ri)do poder de stabeleç(er) ou sostabeleç(er) out(ro) ou out(ro)s p(ro)c(ur)ador ou p(ro)c(ur)adores. vogado ou vogados q(uan)tos q(ui)s(er) (e) uir q(ue) lhy farã mest(er) (1321, DN084, sf)
- b. **Coméçasse** o trautado que se chama Leal Consselheiro, (1433/1438?, LC, 3r)
- c. **Vencersse** a medo quando compre esforço. (1433/1438?, LC, 9v)

---

<sup>16</sup> Relativamente a *Item* (exemplos (27a, c)), advérbio latino, de uso recorrente em textos notariais, com a acepção de *também*, Martins, no seguimento de Ogando (1980), defende que é um advérbio que, ao incidir sobre o verbo, “obriga” à posposição do clítico, e que quando tal não acontece, como nos exemplos acima, é porque é um adjunto frásico e, conseqüentemente, sem escopo sobre o verbo.

d. **Partindo se** el rey pera seu reyno, por respeyto da nova que lhe hera vymda, deixamdo o reyno de Bisnaga em poder de Meliquy niby, (séc. XVI, CRB, sf)

Todavia, em sequências V1 que não apresentem o verbo em início absoluto de oração, como (28a), isto é, quando é antecedido pela conjunção *E*, nem sempre a ênclise se verifica, podendo ocorrer a próclise, como em (29):

(29) a. E **lhes den** ben cada ano o que prometen a N(ost)ro Senh(ur) (1280?, FR, 75v)

b. E eu d(i)cto Giral do(mingu)iz u(os) dou p(er)a senp(re) eno d(i)cto p(re)ço. A d(i)cta Casa q(ue) chamã Camara q(ue) sta no d(i)cto eyxido q(ue) eu cõprey; do d(i)cto Domjgós domjgos(sic) do mont(e) (e) ffacad(e)s dela o q(ue) u(os) Ap(ro)ug(er) E a taped(e)s eu (e) uós p(er)a nõ Au(er)ẽ sayda (contra) a d(i)cta mha Casa (e) eyxido (1353, DN096, sf)

c. o qual Nicollao st(ev)ez veo Ao p(re)stumeiro t(er)mo com v(aasco) affom(so) Emleito do d(i)cto Mom(steiro) de villarinho E o Ap(re)ssentou po(r) autor Aa d(i)cta demanda das d(i)ctas cassas p(er)ant(e) o d(i)cto juyz q(ue) Em audiança ssya ouuyndo os ff(e)ctos (1397, DN111, sf)

d. E se vãã pello caminho de Matramaca dos filhos de Darag he mais longe. (séc. XIV, CGE, 13a)

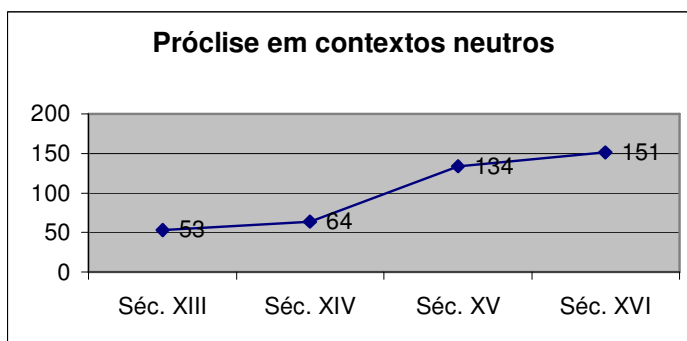
e. E lho emp(ra)zou p(er) cõdicom q(ue) o nõ possa dar nõ doar nõ vëder nõ escãbar sem autorjdade do di(c)to moest(eiro) (1513, DN202, sf)

No entanto, e conforme aludido, a ênclise, embora maioritária, alternava com a próclise em contextos não dependentes neutros, principalmente nos textos literários, entre os séculos XIII e XV, tendo-se esta tornado preferida logo no século XVI. Observemos alguns exemplos, para além dos já apresentados:

- (30) a. E entõ pedío o p(ro)c(ur)ador de vilharão vogado (e) **derõlho** (e) ao dí'a. uéerõ cada hũas das p(ar)tes cõ sseus vogados (1310, DN077, sf)
- b. & en uos & en uossa uoz **o t(r)aspasso** p(er) esta p(re)sent(e) carta (1317, HGP126, sf)
- c. E per contrairo os maaos husarom mal destas cousas e **as tornarom** a sserviço de maldade, (1433/1438?, LC, 42r)
- d. E el **lhes disse** que daquello nom filhassem prazer, mas que se allegrassem por que seus nomes erom scriptos nos ceos. (1433/1438?, LC, 14v)
- e. E posto que a muytos esto nom praza, **abastame** que nosso Senhor sabe mynha teençom, e que seja feito a nosso prazer. (1433/1438?, LC, 4r)
- f. e asy a entregão as molheres que servem, e ellas **a levão** dentro as outras molheres com que elrey dorme. (séc. XVI, CRB, sf)
- g. e depois d essa terra acabada de tomar, Crisnarao **a repartio** sobre muytos capitães, damdo a cada hũu o que lhe era necessaryo; (séc. XVI, CRB, sf)

Outro dado interessante relativamente aos nossos dados é o facto de o número de contextos de próclise em frases sem proclisadores, que, como referimos, alternava com a ênclise, aumentar exponencialmente do século XIII ao XVI, conforme esperado, e de preferência em textos literários, que, como referimos, apresentam menos restrições ao nível da realização dos constituintes na frase. Observe-se o seguinte gráfico da evolução do uso da próclise em contextos afirmativos principais.

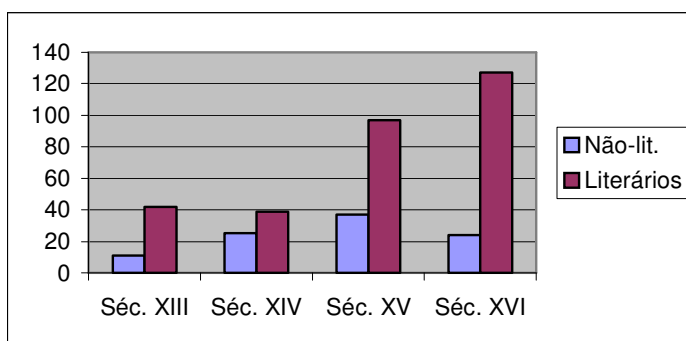
Gráfico 1 – Ocorrências de proclíticos em contextos neutros



O universo que serviu de base à elaboração do gráfico é composto por orações afirmativas neutras, isto é, sem proclisadores. O que podemos concluir da sua observação, conforme referido no parágrafo precedente, é que do universo total de contextos de próclise para todos os séculos - que é 9.982 (cf. quadro 2) - em 402 seria esperada a ênclise, ou seja, 4%. Se contabilizarmos a evolução percentual século a século, constatamos que, no século XIII, das 1.086 ocorrências, em 53 esperar-se-ia encontrar a ênclise, isto é, 4,8%; no século XIV, em 2.348 atestações, 64 são contextos neutros, o que corresponde a 2,7%. Quanto ao século XV, há 4.773 proclíticos e 134 são contextos neutros, o que corresponde a 2,8%, número esse que aumenta para 8,5% no século XVI, já que em 1.775 ocorrências, 151 são contextos onde a ênclise seria esperada.

Observa-se, de facto, um aumento significativo na passagem para o século XVI, mas, se analisarmos as ocorrências por tipo de texto, ou melhor, se distinguirmos entre textos literários e não literários, damos-nos conta de que o número de proclíticos em contextos neutros aumenta apenas nos primeiros, mantendo-se estável nos segundos. Observe-se o gráfico seguinte:

Gráfico 2 – Ocorrências de proclíticos em contextos neutros por tipo de texto



Podemos concluir que, até ao século XVI, se verifica um aumento no uso da próclise em contextos neutros em textos literários, o que confirma a tendência enunciada em parágrafos anteriores.

### 7.2.2. Orações infinitivas

No PEC, bem como nas outras línguas românicas de sujeito nulo, há subida do clítico a partir de domínios infinitivos em contextos de reestruturação (com verbos de elevação e de Controlo), em contextos de “união de orações” e de ECM (sendo o clítico tematicamente dependente do verbo finito), conforme se demonstra nos exemplos (31), (32) e (33), respectivamente.

- (31) a. O João não queria comer o bolo.  
a'. O João não podia comer o bolo.  
b. O João não o queria comer.  
b'. O João não o podia comer.
- (32) a. O João mandou comer a sopa **aos meninos**.  
b. O João mandou-lhes comer a sopa.  
c. \*O João mandou comer-lhes a sopa.
- (33) a. O João não mandou os miúdos comer a sopa.  
b. O João não os mandou comer a sopa.  
c. \*O João não mandou comê-los a sopa.

Os nossos dados referentes às orações com dois verbos, estando o segundo em forma infinitiva, mostram que há generalização de subida do clítico (cf. 5.3.), ou seja, movimento do clítico para fora do domínio infinitivo, numa clara tendência de adjunção ao verbo que apresenta marcas flexionais. Conforme descrevemos no capítulo anterior, em nenhuma situação há ocorrência do clítico posposto ao infinitivo nesses dados (embora tenhamos dados de algumas ocorrências no restante do *corpus*), o que reitera a tendência para a subida do clítico nos textos da época em estudo, o que contrasta com o que actualmente se verifica no PEC<sup>17</sup>.

Podemos descrever as ocorrências do seguinte modo<sup>18</sup>: no século XIII há 12 ocorrências da ordem [cl Vfin Vinf] e 8 da ordem [Vfin cl Vinf]; no século XIV observámos 3 atestações com o clítico anteposto ao complexo verbal e igual número com o clítico na posição intermédia; quanto ao século XV, verificaram-se 19 ocorrências de [cl Vfin Vinf] e apenas 9 de [Vfin cl Vinf] mas, ainda no século XV, nas únicas 5 situações nas quais o infinitivo precede o verbo temporalizado, há 2 casos com um clítico presente, ocupando a posição intermédia (34b, c, d). Finalmente, no século XVI, há uma ocorrência com o clítico anteposto aos dois verbos e 2 atestações com o clítico entre o verbo finito e o infinitivo. Observem-se alguns exemplos:

- (34) a. Et aa mort(e) da post(re)meyra pesõa destas tres, os d(i)tos casares fiq(ue)n ao d(i)to most(eyr)o liures & q(u)ites & bẽ pagados & aaq(ue)l tẽpo do d(i)to most(eyr)o os posam entrar & rezeber p(er) ssua autoridat sen cõtradizemẽto de nãgũ. (1335, HGP037, sf)
- b. E lidou com elle e venceuho e tomoulhe o reyno per força e fezeo entrar em ordem sem seu grado; e reynou elle hũ anno. (séc. XIV, CGE, 49a)
- c. E sse vir que se nom quer arrincar nem fazer scorregar, leixeo correr algũ pouco com entençom de o tirar desta guysa, (1433/1438?, LC, 27v)

<sup>17</sup> Pelo menos na norma escrita, já que, no PEC coloquial, a tendência é esmagadoramente para a subida do clítico.

<sup>18</sup> Remetemos para o capítulo 5, no qual distinguimos os diferentes tipos de orações infinitivas em função do verbo que a introduz, ou seja, em função do verbo que subcategoriza o domínio infinitivo (com verbos de Controlo, causativos e de percepção, com auxiliares modais, aspectuais e temporais).

d. E quando assy rijamente som castigados, querendo el que recebam enmenda, fallos tomar ao primeiro cuydado suso scripto e conhecer o bem e virtude que jaz em el, [e] em naqueste tanto mal e fallecimento. (1433/1438?, LC, 14r)

e. e em meyo d estas duas portas estaa hũu terreiro muito gramde, com suas varamdas ao derredor, omde estão estes capitãees e gente honrrada, atee que elrey **os manda entrar** omde elle estaa; (séc. XVI, CRB, sf)

Referimos, no entanto, que, no restante do *corpus*, conforme notado por Fiéis (1996) (pp. 125-126), foi possível encontrar alguns exemplos sem subida do clítico, ou seja, exemplos que apresentam o clítico posposto ao complexo formado pelo V<sub>fin</sub> e pelo V<sub>inf</sub>, como os de (35), mesmo em presença de proclisadores como a negação, em (35c). Foram igualmente contabilizados alguns casos de coordenadas não disjuntivas nas quais o clítico segue o verbo infinitivo no segundo membro da coordenada, na qual o verbo flexionado é nulo (35a-b, e):

(35) a. E quando quis(er) espedirse del beygelhy a mão [...] ao senhor de que se espede e digalhy: foan tal caualeyro uos mãda beygar a maa e espedirse de uos p(er) mi. (1280?, FR, 119v)

b. E se non for arreygado dé fyador ao demandador que lhy faça dereyto e se fyador lhy [nõ] der yaa logo con el an(te) o alcayde faz(er)lhy dereyto. (1280?, FR, 87r)

c. E se nõ quis(er) faz(er)lhy dereyto recabedeo p(er) sy se poder. (1280?, FR, 87r, v)

d. E todos (co)munalmete seyã teodos d(e) faz(er)lhy menagẽ a el ou a q(uẽ) el mandar en seu logo q(ua)ndo quer q(ue) mãde. (1280?, FR, 74r)

e. E p(ro)metemos a téelas (e) aguardalas como ssobr(e)d(i)to. he (1319, DN120, sf)

f. Et eu Johã Ares, marido da d(i)ta M(ari)a P(ere)s, outo(r)go esta uençõ & out(r)osi outo(r)go p(er) mĩ & p(er) m(eu)s bees faz(er) **uolla** ssenp(re) de pas. (1310, HGP035, sf)

g. De todos estes, por seguir esta voontade tiba de que faz em o capitullo passado meençom, muytos fallecem, por que al nom he veencersse a aquella voontade senom querer daquel stado que cada hũũ tem possuir e lograr o folgado e seguro, e nom soportar os trabalhos e perigoos que a cada hũũ muyto convem. (1433/1438?, LC, 8r)

g. e quiserão afastar se, mas elrey não quis, (séc. XVI, CRB, sf)

Quando o infinitivo é subcategorizado por uma preposição, foi possível constatar, através da análise dos nossos dados levada a cabo no capítulo 5, que há quase sempre subida do clítico. Ou seja, a ordem encontrada é, maioritariamente, [P cl Vinf] em todos os séculos, excepto nos exemplos dados em (36a-c), nos quais o clítico surge posposto ao infinitivo subcategorizado pelas preposições *de* e *para*. Apesar de se tratar de uma amostragem, os dados corroboram a descrição feita por Martins (1994), segundo a qual há generalização da próclise em contextos de infinitivo subcategorizado por preposição, pelo menos a partir da segunda metade do século XIV. Com relação ao período anterior, certas preposições, nomeadamente *para*, *por*, *a*, *de*, permitiam a realização indiferenciada do clítico antes ou depois do verbo, conforme descrevemos em trabalho posterior ao de Martins (cf. Fiéis *Idem*), e como se observa nos exemplos a seguir. Observem-se, então, alguns exemplos esclarecedores:

(36) a. Nenuu cristchao ñ seya ousado d(e) **tornarsse** iudeu ñẽ mouro ñẽ faz(er) filho seu judeu ñẽ mouro. (1280?, FR, 129v)

b. E se nos ou alguẽ da nossa parte uéer (con)t(r)a esta doaçõ p(ar)a **q(ue)brantala** peyte a uos ou a quẽ derdes uossa uoz q(u)inhêtos soldos e a carta fique en ssa fi(r)midom. (1303, HGP153, sf)

c. Se algũa das p(ar)tes uéer cõt(r)a este emplazam(en)to p(ar)a **britalo**, peyte aa p(ar)te outo(r)gãteo q(u)inhêtos s(oldo)s e o plazo fiq(ue) en sa fi(r)midõe e en sa forteleza. (1334, HGP159, sf)

d. E tanto argulheceu, por que era casado con hũa filha del rey Thoderedo, que por esta razon sayu de seu reyno e começou de guerrear todallas terras de Espanha por as tornar ao seu senhoryo. (séc. XIV, CGE, 37a)

e. E como devynham os que os vão buscar, por o ssentirem no coraçom, segundo me ja contarom dous, padre e filho. (1433/1438?, LC, 38v)

f. (...) porquamto ellas p(ri)oresa e donas o fizeram p(or) o syntirrê asy por s(e)rujço de d(eu)s (e) proveito das Remdas do dito seu mosteiro (1529, DN214, sf)

Ainda em relação ao século XIII, não deixa de ser interessante notar que apenas em exemplos deste período foi possível encontrar ocorrências da ordem [P DP Vinf], o que corrobora a ideia de alternância quanto à ordem - entre [P cl Vinf] e [P Vinf cl]. Ou seja, vimos em todos os nossos exemplos que, quando a preposição introduz um verbo não temporalizado e o objecto é realizado por um pronome clítico, este é sempre proclítico<sup>19</sup>, salvo as excepções apontadas. Mas, quando não é um clítico, quando é um DP, ocorre sempre posposto ao verbo, como em (37a-b), excepto nas duas atestações referidas do século XIII, que se exemplificam em (37c-d).

(37) a. O exempro destes ouçam, os quaaes nas suas pallavras condanam, por que possam seer retornados aos seus corações e ajom vergonha de sseguyr aquellos que julgam. (1433/1438?, LC, 83v)

---

<sup>19</sup> Convém salientar que usamos aqui o termo objecto num sentido lato, uma vez que contemplamos ocorrências de *Se* ergativo, ou não argumental.

b. & se p(er) uent(ur)a acaesçer q(ue) os d(i)tos meus yrmáos q(ue)yrã meter a juyzo a uos don abbade & (con)uêto sobr(e) estes h(er)dam(en)tos ou a m̃ q(ue) me dedes o t(r)aslado das cartas p(ar)a seguyr o juyzo & me defender. (1310, HGP034, sf)

c. Nenhua p(es)sueyro que seya dado enalguu p(re)yto quer p(er)a demandar quer p(er)a deffender ou p(er)a iuyzo fillar nã possa faz(er) nenhua aueenca nen nēhuu cõpoymento enaqueu p(re)yto, ergo se llo o dono da uoz mandar nomeadamente p(er) aquella p(es)suarya. (1280?, FR, 82r)

d. (...) e p(er)a os rreuogar e despola. rreuogaçõ. **ho offyzo da p(ro)c(ur)açom. en sy filhar** e p(er)a dar juramêto ã nossas almas. de q(ua)lq(ue)r maneyra. q(ua)l. o deryto. mãdar. (1298, CHP059, sf)

As orações subordinadas infinitivas introduzidas por preposição seguem o mesmo padrão das orações com verbos precedidos de elementos proclisadores, ou seja, verifica-se uma tendência para a próclise. As preposições, elementos transitivos que subcategorizam um verbo infinitivo precedido ou seguido de clítico têm, de acordo com Kayne (1994), um estatuto ambíguo entre complementador e preposição (núcleo de PP), o que deriva os diferentes padrões de colocação dos clíticos: a ênclise, no primeiro caso, e a próclise<sup>20</sup>, no segundo. De acordo com Raposo (1989), as orações reduzidas subcategorizadas pelo núcleo preposicional P são construções estruturalmente defectivas, na linha do que tem vindo a ser discutido em capítulos prévios.

Duarte & Matos (1995) estudam os padrões de distribuição dos clíticos em domínios infinitivos<sup>21</sup>, em contraste com os congéneres finitos, e, no que respeita à ênclise, mostram que, de facto, existe um contraste entre orações infinitivas e finitas, como demonstram (38) - ênclise em infinitivas não flexionadas<sup>22</sup> - e (39) - ênclise em infinitivas flexionadas.

---

<sup>20</sup> Como vimos em 7.1.1., a presença de um núcleo lexicalizado na posição de complementador deriva a ordem cl-V.

<sup>21</sup> As situações descritas por Duarte & Matos (*Ibidem*), relativas ao PEC, são semelhantes às que Martins (1994) e Fiéis (1996) apresentam para o PA.

<sup>22</sup> *Apud* Galves (1992: 63).

- (38) a. Não **chamá-lo** seria uma afronta  
 b. Porquê **chamá-lo** se ele nunca vem?  
 c. Vim para **encontrá-lo**

(*Idem*: 27)

- (39) a. \* Não **chamarem-no** seria uma afronta  
 b. \* Vim para **encontrarmo-lo**

(*Idem*: 30)

As autoras apresentam uma teoria para a próclise e a ênclise do PEC que, em associação com a análise do infinitivo flexionado de Raposo (1987), dá conta de alguns dados relevantes:

- (a) As orações infinitivas flexionadas introduzidas por P são consideradas AgrSP e obtém-se a próclise ou a ênclise, consoante as propriedades inerentes de cada preposição (Ex. com *a, até, desde* há ênclise).  
 (b) As orações infinitivas não flexionadas introduzidas por P são projecções de C com complementadores vazios. Sendo as propriedades de subcategorização de P satisfeitas ao nível de C, a ênclise deve verificar-se por ser a derivação mais económica.  
 (c) As orações infinitivas flexionadas não introduzidas por P com complementadores vazios (ou seja, “orações seleccionadas por verbos epistémicos, declarativos ou factivos e com a ordem V-NP-sujeito”) ou sem C projectado (“orações sujeito ou complemento seleccionadas por verbos factivos e com a ordem sujeito-V”) apresentam sempre a ênclise (se não houver um elemento de tipo operador).

(*Idem*: 30-31)

O fenómeno de subida do clítico pode-se associar, no PEC, a propriedades idiossincráticas de certos verbos. Por exemplo:

- (40) a. Quero-**o** dar ao João.  
 b. Quero dá-**lo** ao João.
- (41) a. \*O João pensa-**os** ter convidado para a festa.  
 b. O João pensa tê-**los** convidado para a festa..

Martins (2000a) defende uma análise das construções com subida do clítico segundo a qual a aparente opcionalidade na elevação do clítico deriva do facto de certos verbos seleccionarem como complemento quer um TP, quer um  $\Sigma$ P, por oposição a CP pleno. No primeiro caso há subida do clítico - (41a) - e no segundo não - (41b) - porque, neste caso, o verificador mais próximo para o seu traço específico é o AgrS encaixado. De acordo com Martins, os verbos que pertencem à classe que permite a subida do clítico têm duas opções: ou seleccionam-S “asserção”, ou podem ser subespecificados para selecção-S, na linha de Pesetsky (1982, 1995). No primeiro caso,  $\Sigma$ P é projectado, já que uma asserção contém, necessariamente, um operador de verdade (afirmação ou negação); no segundo caso, a estrutura é a mais reduzida possível, ou seja, TP<sup>23</sup>, de acordo com o “Minimal Structure Principle”.<sup>24</sup>

Os nossos dados mostraram que, em orações com os verbos no infinitivo, a colocação dos clíticos exhibe um padrão semelhante ao do PEC, mas diverge em duas situações específicas, conforme também salienta Martins (1994): nas orações introduzidas por preposição e nas orações que apresentam a sequência V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub> é possível a subida do clítico. Ou seja, no PA, quando as preposições *de*, *pera* e *a* introduziam o infinitivo, o clítico podia ser pré- ou pós-verbal<sup>25</sup>. A partir de meados do século XIV e pelo menos até ao século XVI, determinavam a próclise obrigatória.

No entanto, a evolução verificada em frases com infinitivo regido de preposição parece estar directamente relacionada com a evolução da sintaxe das preposições em si, e nada tem que ver com a evolução dos clíticos. Segundo Martins, “as mudanças relativas à colocação dos clíticos em construções de infinitivo regido por preposição dependem provavelmente da evolução da sintaxe de cada uma das preposições em causa, sendo independentes da sintaxe dos clíticos” (p. 269).

Ainda na opinião de Martins, o que caracteriza os textos desta época no que toca às frases nas quais o infinitivo é subcategorizado por um verbo finito (V<sub>fin</sub> V<sub>inf</sub>) é a generalização da subida do clítico, facto que confirmamos.

---

<sup>23</sup> Cf. capítulo 5, no qual se descrevem os verbos que subcategorizam complementos infinitivos: IPs ou CPs, de acordo com as referências aí citadas.

<sup>24</sup> O “Minimal Structure Principle”, conforme formulado por Bošković (1996), diz que, havendo duas estruturas disponíveis, e uma vez que todos os requisitos lexicais dos constituintes relevantes sejam satisfeitos, deve-se optar pela representação com menos projecções que satisfaça essa função.

### 7.2.3. Orações gerundivas

As orações com verbos no gerúndio foram por nós analisadas no grupo das infinitivas, uma vez que também estes verbos se caracterizam pela ausência de marcas morfológicas de tempo, ou seja, são [-temporalizados]. Segundo a descrição de Martins (1994), nas orações subordinadas gerundivas afirmativas não introduzidas por preposição, a ordem verificada é a ênclise. Quer isto dizer que, sempre que não ocorrem elementos operadores neste tipo de construção, que obrigam à subida do clítico, como a negação em (42d), este surge posposto ao verbo. Observem-se alguns exemplos do nosso *corpus*:

- (42) a. E porẽ rogo aos deusses que me dem de ty dereyto, **ajuntandome** contigo em batalha hũũ por outro, ca eu te farya conhoçer os tortos que as feitos a muytos nobres barões (séc. XIV, CGE, 6a)
- b. E ãtanto andou em derredor, assessegando as outras terras e **tornandoas** pera sy. (séc. XIV, CGE, 25d)
- c. Mas, por que faziã esto cõ grande sobervha, nõ conhecendo Deus nõ **o temẽdo** nõ guardando os ensynamẽtos [de] [Noe], (séc. XIV, CGE, 2a, b)
- d. E hũũ e o outro, nom **se partindo** de sua maneira virtuosa de vyver, receberom boa saude. (1433/1438?, LC, 23r)
- e. E q(ue)rendo sobrello p(r)oueer Como som(os) thiudo(sic), **Sentjndoo** por s(er)ujco de d(eu)s E bem do d(i)cto M(osteiro) E eg(re)ia; (1450, DN164, sf)
- f. Deves algũas vezes provar de leer, ainda que vos pareça que nom avees vontade, e **sentyndovos** sem ella, a hũa ora nunca muyto perfiees, por que traz fastio e avorrecimento. (1433/1438?, LC, 86v)

---

<sup>25</sup> Conforme descrito em Martins (1994) e Fiéis (1996), *de* originava situações de próclise (sendo o exemplos (36a) excepcional), *pera* permitia a variação livre entre próclise e ênclise e com a preposição *a* o clítico era, invariavelmente, enclítico.

g. **Tornamdo me** as festas sabereis que nesta casa da vitorya tem elrey hũa casa feyta de pano com a sua porta cerrada, omde tem hũu pagode o ydollo, e na outra do meyo estaa posto hũu estrado defronte da escada do meyo, (séc. XVI, CRB, sf)

h. **Partindo se** el rey pera seu reyno, por respeyto da nova que lhe hera vymda, deixamdo o reyno de Bisnaga em poder de Meliquy niby, (sd, CB, sf)

De salientar que os exemplos apresentados correspondem a representações V1 (excepto (42c-d)), isto é, o verbo é o constituinte que introduz a oração, o que, por si só, é motivo para que a ênclise se observe.

Em suma, a colocação dos clíticos em posição proclítica ou enclítica no PA varia de acordo com condições sintácticas específicas. A próclise verifica-se, normalmente, em orações negativas, em orações com o verbo precedido por quantificadores e certos advérbios, em construções de focalização e em todos os casos de orações subordinadas ou dependentes. Normalmente, e salvo algumas excepções, nas orações independentes temporalizadas, a ênclise é a ordem encontrada.

### 7.3. A interpolação

Relativamente aos contextos proclíticos, é nosso objectivo descrever aqueles em que se observa a interpolação (já que esta é uma possibilidade estrutural que apenas se verifica em situações de próclise), exemplificada em (43), tendo ainda como objectivo comparar o PA com o PEC.

(43) a. saluo o Mílho de q(ue) deuẽ a dar de sex teigas hũa. (e) a der(ei)tura asi como **a até áq(ui) derõ**. (1295, CHP026, sf)

b. (e) mãdo q(ue) as faça qual ou q(ua)es **lhy o meu marido (e) meu p(ro)c(ur)ador mãdar faz(er)** (1321, DN084, sf)

c. E tam limpas das cabeleiras que de **as nos mujto bem olharmos** non tijnhamos nhuũa vergonha (1500, CPVC, 4r)

d. E lho emp(ra)zou p(er) cõdicom q(ue) o nã possa dar nê doar nê vêder nê escãbar sem autorjdade do di(c)to moest(eiro) (1513, DN202, sf)

No que toca ao fenómeno da interpolação, restringimo-nos, numa primeira fase, à descrição dos contextos nos quais ocorrem os verbos por nós seleccionados (cf. capítulo 5) e, nessas atestações, foram encontrados 60 contextos com constituintes interpolados: em dois deles há dois constituintes interpolados simultaneamente, num caso a negação mais um OI (num texto literário do século XIV) e no outro verifica-se a coocorrência de um advérbio também com um OI (num texto literário do século XV). As restantes 58 atestações repartem-se da seguinte forma: no século XIII há apenas 4 ocorrências, 2 em cada tipo de texto; no século XIV há 18 atestações, sendo que nos textos não literários só há 2 atestações a considerar e em ambas é o sujeito que ocorre interpolado; no século XV há 35 atestações com interpolação, e apenas 10 se encontram nos textos não literários; por último, no século XVI, as atestações encontradas foram também apenas 4, e todas nos textos literários. O quadro seguinte resume o número de ocorrências, bem como o tipo de constituintes interpolados entre o proclítico e o verbo:

Quadro 1 – número de ocorrências e categoria gramatical dos constituintes interpolados

		Sujeito	Advérbio	OI	OD	Negação	Outros
Século XIII	Literários	2	-	-	-	-	-
	Não literários	1	-	-	-	1	-
Século XIV	Literários	5	-	3	-	8	-
	Não literários	2	-	-	-	-	-
Século XV	Literários	4	4	4	3	8	2
	Não literários	-	9	-	-	1	-
Século XVI	Literários	-	1	-	-	3	-
	Não literários	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		14	14	7	3	21	2

Os constituintes mais interpolados são, como se constata, a negação, o sujeito e os advérbios.

Seguem-se alguns exemplos do século XIII, o primeiro com um DP sujeito interpolado e o segundo com a negação.

(44) a. (e) de q(ua)ndó **ós o d(i)to Juiz sarou** pedío ende a mj Tab(e)lliõ sob(re)d(i)to o d(i)to P(ri)ol húú testemoyo ffeyto na lageas de Juyã. (1287, CHP019, sf)

b. e se **se nã quiserẽ aiuntar**, aquel que o demãdar [dé] boos fiadores a quẽ o teu(er) da rreda d(e) todos q(ua)ntos o demandarẽ e déo entõ. (1280?, FR, 121v)

O decréscimo no recurso à interpolação nos dados por nós observados, que se torna praticamente inexistente no século XVI, levou-nos a formular a hipótese de este ser um mecanismo que se terá perdido no decurso da evolução do português, pelo menos na norma culta, o que, aliás, não deixa de ser referido por Martins (1994). Assim sendo, pareceu-nos pertinente contabilizar todos os contextos nos quais ocorrem pronomes clíticos e descrever os padrões de colocação dos mesmos, por forma a corroborar, ou a refutar, as ideias veiculadas até ao momento.

Usámos, para esse efeito, e como referimos no capítulo introdutório, amostragens para cada século (cf. 1.2.).

Interessou-nos, para além de dar conta dos contextos de interpolação nos textos do CIPM, também padronizar os contextos de próclise e de ênclise, por forma a confirmar se, até ao século XV, a ênclise é o padrão em contextos independentes finitos, ou seja, contextos sem proclisadores, e que, a partir do século XVI, se observa um aumento no recurso à próclise em contextos neutros, isto é, sem que qualquer elemento de tipo operador anteceda e c-comande quer o clítico, quer o seu hospedeiro.

Relativamente à questão dos clíticos, tem particular relevância a época do texto em que ocorrem, no século XIII ou, por exemplo, no XVI. Como iremos ver, os textos não literários, tal como temos vindo a defender ao longo do trabalho, apesar de serem mais rígidos formalmente, apresentam alguma variação no que toca à colocação dos clíticos. Estes textos apenas não podem ser analisados numa perspectiva sincrónica, isto é, século a século, independentemente. Quer isto dizer que, conforme referimos, a realização dos clíticos antes ou depois do verbo era relativamente livre nos textos dos séculos XIII a XIV, começando a próclise a tornar-se preferível em contextos neutros

afirmativos logo a partir do século XV, para se tornar maioritária no século XVI. No entanto, se analisássemos os textos sem ser numa perspectiva de evolução, não seria possível dar conta deste percurso<sup>26</sup>.

Foram tidos em conta textos até ao século XVI inclusive, uma vez que até esta altura está documentada a produtividade do objecto de estudo desta secção (cf. Martins 1994). Para além de quantificar a produtividade da interpolação, é, igualmente, objectivo deste estudo mostrar que, pelo menos até ao século XVI, a progressiva perda da possibilidade de interpolação não é resultado da diminuição da próclise e do consequente aumento dos contextos enclíticos, como defende Martins *Idem*. O que não é de estranhar, tendo em conta que a próclise, neste período, se verifica em contextos em que é esperada, ou seja, os dados mostram que os proclíticos ocorrem, na grande maioria dos exemplos do *corpus*, em orações subordinadas e/ou introduzidas por elementos desencadeadores da próclise. Contudo, subsiste o problema de saber por que razão se verifica a diminuição dos contextos de interpolação, uma vez que os contextos de próclise não diminuem ao longo destes quatro séculos.

No quadro seguinte quantificam-se os contextos tidos em conta para este estudo, separando ainda as ocorrências em textos literários e não literários.

Quadro 2 – Ocorrências de orações com clíticos

		<b>Clíticos</b>	<b>Próclise</b>	<b>Interpolação</b>
<b>Séc. XIII</b>	Literários	1.151	657	77
	Não literários	717	429	106
<b>Séc. XIV</b>	Literários	2.176	1.280	181
	Não literários	1.276	1.068	233
<b>Séc. XV</b>	Literários	4.163	3.597	373
	Não literários	1.273	1.176	200
<b>Séc. XVI</b>	Literários	1.442	1.216	81
	Não literários	581	559	80
<b>TOTAL</b>		12.779	9.982	1.331

Em termos absolutos, o que se pode realçar a partir dos números apresentados é o facto de a próclise, conforme já foi referido, representar uma percentagem importante do total de 12.779 orações com pronomes clíticos. Os contextos de próclise, que somam um total de 9.982 ocorrências, correspondem a 78% do total. Desses 78% de contextos

<sup>26</sup> Para uma perspectiva semelhante sobre o assunto, veja-se Martins (2001a).

proclíticos seleccionámos, ainda, aqueles em que se verifica a interpolação, e que são 1.331, correspondendo a 13%.

Se quisermos especificar, e uma vez que nem todos os contextos de próclise são contextos propícios à interpolação, refizemos o quadro acima e, a partir dos contextos de próclise, contabilizámos aqueles em que ocorrem constituintes passíveis de ocorrer interpolados, e o resultado foi o seguinte:

Quadro 3 – Ocorrências de orações com clíticos

		CLÍTICOS	PRÓCLISE 1*	PRÓCLISE 2**	INTERP.
Séc. XIII	Literários	1.151	657	572	77
	Não literários	717	429	406	106
Séc. XIV	Literários	2.176	1.280	1.168	181
	Não literários	1.276	1.068	988	233
Séc. XV	Literários	4.163	3.597	600	373
	Não literários	1.273	1.176	1.046	200
Séc. XVI	Literários	1.442	1.216	1.083	81
	Não literários	581	559	511	80
<b>TOTAL</b>		<b>12.779</b>	<b>9.982</b>	<b>6.376</b>	<b>1.331</b>

\* Totalidade dos contextos de próclise.

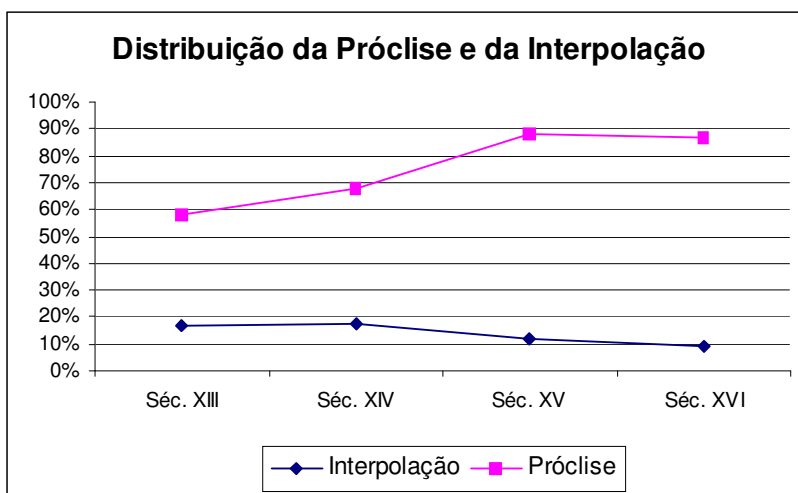
\*\* Totalidade dos contextos de próclise nos quais ocorrem constituintes passíveis de ocorrer interpolados.

A percentagem correspondente aos números parcelares é proporcionalmente equivalente à percentagem obtida em termos absolutos (13% e 20%, respectivamente), pelo que calcularemos as percentagens a partir do primeiro número obtido, isto é, a partir do número total de contextos de próclise.

### 7.3.1. Análise dos dados

Retomando a análise da interpolação, e após analisar os dados extraídos dos *corpora* de cada século, verifica-se que a percentagem de ocorrência de interpolação vai diminuindo, conforme se pode ver no gráfico seguinte:

Gráfico 3 - Distribuição da próclise e da interpolação do séc. XIII ao séc. XVI



Observa-se uma descida no número de ocorrências da interpolação: de 16,6%, no século XIII, para 9%, no século XVI (exceção feita à passagem do século XIII para o século XIV, na qual houve um aumento pouco significativo, de 0,9%, dos contextos de interpolação). Paralelamente, verificou-se um aumento da próclise, de 58% no século XIII para 87% no século XVI (também de acordo com Martins 1994: 273, a próclise é a ordem dominante nos séculos XV e XVI).

Conforme podemos constatar pelos números do gráfico, confirma-se a observação proferida acima de que a diminuição da interpolação não se pode relacionar com a diminuição da próclise e a preferência pela ênclise no período de tempo em estudo. Quer isto dizer que, possivelmente, o aumento da ênclise em detrimento da próclise e a perda de interpolação são fenómenos diferentes.

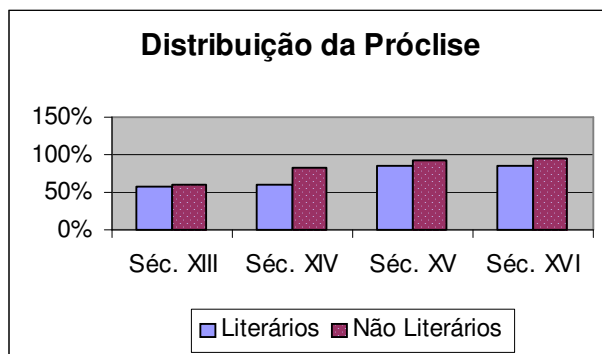
A nossa análise procura verificar, em primeiro lugar, se existe relação entre interpolação e tipo de *corpus* textual (literário e não literário); em segundo lugar, se a percentagem de ocorrência de próclise é variável conforme o tipo de *corpus* em que ocorre. Relativamente à primeira questão, observe-se o gráfico 4:

Gráfico 4 - Distribuição da interpolação do séc. XIII ao séc. XVI tendo em conta o tipo de texto



Globalmente, constata-se uma clara preferência pela interpolação em textos não literários. Tal poder-se-á dever ao facto de estes textos serem mais conservadores, pelo que tenderão a obedecer a tradições de escrita. Assim, e tendo em conta que o *corpus* de textos literários é proporcionalmente equivalente ao de textos não literários (à excepção do século XV, em que a dimensão do *corpus* de textos literários excede em larga medida o dos não literários), verifica-se o seguinte: no século XIII há 24,7% de interpolações nos textos não literários por oposição aos 11,4% existentes nos literários. No século XIV a proporção é de 21,7% para 13,9%, no século XV é de 17% para 10,3% e, finalmente, no século XVI é de 14,3% para 6,6%. A par desta situação constata-se, apenas, uma ligeira preferência pela próclise em textos não literários. Esta preferência vai-se mantendo ao longo dos quatro séculos e o número de próclises vai aumentando até estabilizar, entre os 80 e os 85%, na passagem do século XV para o XVI, enquanto o número de interpolações vai diminuindo até ao século XVI. Observe-se o gráfico 5:

Gráfico 5 - Distribuição da próclise do séc. XIII ao séc. XVI tendo em conta o tipo de texto



Dos dados observados poderemos ainda inferir que existe, efectivamente, do século XIII ao XVI, opcionalidade na realização da interpolação de constituintes à esquerda do verbo na forma finita e à direita do proclítico, sendo também possível a próclise sem interpolação.

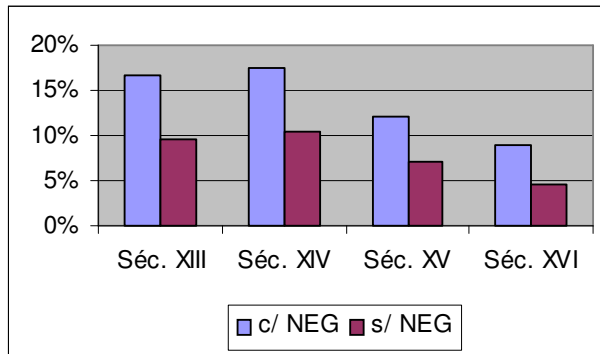
Se compararmos o nosso *corpus* de textos literários com o *corpus* estudado em Parcerro (1999) (*corpus* que tem por objectivo cobrir a faixa de tempo na qual ocorre a mudança do português arcaico (ou português antigo) para o português clássico, ou seja, do século XV ao século XVII), verifica-se que, nos dados apresentados pela autora, há uma diminuição dos contextos com interpolação de 43% no século XV para 15% no século XVII,<sup>27</sup> havendo algumas oscilações pelo meio, o que não é de estranhar. Os dados do *corpus* de Parcerro mostram que a interpolação de outros constituintes para além da partícula negativa *não* é muito reduzida e mesmo inexistente no século XVII. Tal facto evidencia-se já no nosso *corpus*, como teremos oportunidade de constatar em pormenor mais adiante. Os nossos dados mostram, igualmente, que a possibilidade de interpolar constituintes se vai restringir praticamente à negação e a certos advérbios aspectuais ainda no século XVI.

Este percurso evolutivo, observado relativamente aos nossos dados do PA, assemelha-se ao que ocorreu na história do espanhol antigo (cf., por exemplo, Rivero 1986 e Fontana 1993), mas diverge da evolução que se verificou no italiano antigo. Nesta língua, segundo Benincà & Cinque (1993), não era possível interpolar constituintes para além da negação e de elementos de natureza adverbial.

<sup>27</sup> O *corpus* do século XVII, estudado em Parcerro (1999), é constituído pelas *Cartas Espirituais* de Frei António das Chagas e pelas *Cartas Familiares* de Francisco Manuel de Melo.

De facto, a interpolação com a negação representa um número substancial de casos, pelo que tivemos a curiosidade de comparar o número de ocorrências de interpolação com e sem a negação. As percentagens a que se chegou são apresentadas no gráfico 6:

Gráfico 6 - Distribuição da interpolação com e sem a negação



Comparando estes dados com os números do gráfico 2 conclui-se o seguinte: se, aos 16,6% de interpolações no século XIII, retirarmos a negação, o número baixa para 9,6%; no século XIV, baixa de 17,5% para 10,5%; no século XV a descida é de 12% para 7%; finalmente, no século XVI, dos 9% de contextos de interpolação existentes ficamos com apenas 4,5%, exactamente metade. Isto significa, efectivamente, que a interpolação recorrendo às partículas negativas *não/nunca* corresponde a, aproximadamente, metade das ocorrências em todos os séculos.

Outra das características importantes do PA é a possibilidade de interpolar mais de um constituinte. No quadro seguinte resumem-se as ocorrências totais da interpolação tendo em conta o número de constituintes interpolados. Conclui-se que as situações em que mais de um constituinte ocorre interpolado (nomeadamente, dois (Interp\_2) e três (Interp\_3) constituintes simultaneamente) representam uma pequena percentagem do total de ocorrências.

Quadro 4 - Ocorrências de interpolação simples e de interpolação com mais de um constituinte interpolado

		Interp_1	Interp_2	Interp_3	TOTAL
S. XIII	Literários	71	6	0	77
	Não literários	90	14	2	106
S. XIV	Literários	164	15	2	181
	Não literários	188	41	4	233
S. XV	Literários	337	33	3	373
	Não literários	170	30	0	200
S. XVI	Literários	81	0	0	81
	Não literários	68	12	0	80
<b>TOTAL</b>		<b>1.169</b>	<b>151</b>	<b>11</b>	<b>1.331</b>

De acordo com os números do quadro acima observa-se o seguinte: em 1.331 interpolações, 1.169 são casos só com um constituinte interpolado, apenas em 151 situações ocorrem dois constituintes e, em número reduzidíssimo, ocorrem três constituintes interpolados, apenas 11 vezes.

Quanto à distinção entre textos literários e não literários, podemos chegar à mesma conclusão a que chegámos anteriormente, ou seja, os textos não literários apresentam a maior fatia de interpolações, 619 (se exceptuarmos o século XV, dadas as dimensões dos *corpora* relatadas anteriormente).

Observem-se alguns exemplos de interpolação com dois e três constituintes, relativos aos quatro séculos:

- (45) a. e sse a d(i)ta Cassa caer (e) **a uos nō q(ui)serdes ffaz(er)**; Assy cōmo de suso d(i)to he. eu ou a P(ri)oressa do d(i)to Moesteyro de aChellas a deuemos a uos a tolher e darmos a out(ri)m. (1293, CHP045, sf)
- b. e se **nolo uos en ese dia nō derdes** a nos ou noso p(ro)curador q(ue) nos seiãmos tēudos a tolesr(sic) vos esas nosas v̄yas. se qysermos. (1296, CHP056, sf)

c. Como **se** Paulo con todos os outros treedores descubertamente **alçaron** contra el rey Bamba Paulo (séc. XIV, CGE, 58b)

d. & se **a** nos nō **q(u)ixermos**, vêderdes a tal om(m)e como uos q(ue) seya mãso (1313, HGP064, sf)

e. E aly esperou huum velho que trazia na mão hũa paa d almaadia./ falou estando o capitam com ele perante nos todos sem **o** numca **njnguem emtender** nem ele a nos (1500, CPVC, 7r)

f. a quall terça parte **lhe** asy os ditos s(enh)ores Compradores ou seus herdeiros **pagaram** em dinheyro de Comtado a quem ella dita dona guyomar mamdar pera se despemderem no q(ue) ella quyser (e) ordenar (1544, DN217, 3v)

g. E duramte o t(em)po das di(c)tas tres pessoas que elles emprazadores nem a p(essoa) depos elles **o nō** **possam emgeitar** nẽ leixar nem o di(c)to prior nem sseus ssobçessores lho poderẽ tolhermas antes lho farã liv(re) (e) de paz de quẽ **lhe** ssob(re) elle embargo **poser** (1509, DN201, sf)

Os dados mostram que os casos de interp\_2 e interp\_3 se vão reduzindo até serem praticamente inexistentes no século XVI – apenas 12 situações de interp\_2 em textos não literários. Também esta é uma característica do PA que é partilhada com algumas variedades do PEC. Nos casos de “interpolação residual”<sup>28</sup> que ainda são encontrados actualmente, situações há nas quais é possível observar a interpolação de mais de um constituinte, normalmente a negação e alguns advérbios aspectuais ou pronomes pessoais. O exemplo (46) mostra isso mesmo:

(46) O livro que **lhe** ainda não **entreguei** (Barbosa 1996: 7)

---

<sup>28</sup> Usamos os termos “interpolação residual” e “interpolação total” no sentido de Barbosa (1996: 8): o primeiro aplica-se nos casos em que apenas a negação e certos advérbios podem ocorrer interpolados (como no PEC e no italiano antigo), o segundo refere a situação que se verifica no PA, isto é, a interpolação de outros constituintes.

Uma vez quantificados os contextos com interpolação no PA, pareceu-nos pertinente determinar a categoria sintáctica dos constituintes que ocorrem entre o clítico e o verbo. O quadro que a seguir se apresenta mostra de que forma se distribuem os diversos constituintes ao longo dos séculos.

Quadro 5 – nº de ocorrências de constituintes interpolados de acordo com a sua categoria sintáctica nos *corpora* dos séculos XIII a XVI

	<b>Negação</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Advérbio</b>	<b>PP ADJUNTOS</b>	<b>OD</b>	<b>OI</b>	<b>Outros</b>
<b>Séc. XIII</b> (207/183)	77	77	21	4	12	12	4
<b>Séc. XIV</b> (480/413)	164	149	71	43	22	17	15
<b>Séc. XV</b> (635/573)	236	77	167	85	26	8	36
<b>Séc. XVI</b> (173/161)	80	16	31	28	9	1	8
<b>TOTAL</b> (1.495 / 1.331)	<b>557</b>	<b>319</b>	<b>290</b>	<b>160</b>	<b>69</b>	<b>38</b>	<b>63</b>

Para uma correcta análise dos dados interessa esclarecer alguns pontos. Assim, na coluna mais à esquerda, que respeita aos séculos, apresenta-se o número total de constituintes interpolados (incluindo os casos de conjuntos de 2 ou 3), seguido do total de contextos de interpolação que efectivamente ocorrem no *corpus* em configurações [cl X V]. Na coluna mais à direita, designada por “outros”, incluem-se todos os outros constituintes que, ou devido ao seu número pouco significativo (o caso das orações pequenas e dos adjectivos predicativos), ou por se tratar de interpolações de infinitivos e de participípios em estruturas verbais complexas,<sup>29</sup> não são descritos nas colunas intermédias.

Deste modo, apresentam-se quantificados, nas colunas 2 a 7, os constituintes interpolados de acordo com a sua categoria sintáctica, nomeadamente, negação, sujeito, advérbio, PP adjunto, OD e OI. Por exemplo, relativamente à segunda coluna verifica-se que, no século XIII, em 183 contextos de interpolação há 77 sujeitos interpolados. Ou,

<sup>29</sup> De acordo com o que vários autores têm vindo a propor (nomeadamente Ogando 1980 e Martins 1994), o verbo infinitivo pode ocorrer interpolado entre o clítico e o verbo em forma finita. Esta análise poderá ser alargada aos casos em que o complemento subcategorizado é uma forma participial.

num total de 207 constituintes interpolados, 77 correspondem à função gramatical de sujeito.

Da observação do quadro se conclui que, no século XIII, o sujeito e a negação são os constituintes que mais vezes ocorrem interpolados; no século XIV há um aumento de casos com a negação e uma diminuição de ocorrências do sujeito; no século XV, importa salientar que a negação mantém a tendência de subida em comparação com os outros constituintes; finalmente, no século XVI, verifica-se o que é esperado tendo em conta o que já foi referido anteriormente, isto é, o predomínio da negação.

Seguidamente analisaremos, em pormenor, o total de ocorrências dos constituintes interpolados, tendo em conta, para além do século, o tipo de texto em que ocorrem, bem como os contextos de interpolação de 1 ou mais constituintes, como se mostra nos quadros 6 a 9.<sup>30</sup> Começamos, então, pelo século XIII:

Quadro 6 – Categoria sintáctica dos constituintes interpolados: séc. XIII

Categoria	Textos não literários			Textos literários			TOTAL
	interp_1	interp_2	interp_3	interp_1	interp_2	interp_3	
Sujeito	T. 44	Adv 2 OI 2 OD 2 Neg 5 T. 11	OI Adv PP Neg T. 2	T. 17	Adv 1 OD 1 PP 1 T. 3		77
Advérbio	T. 8	Suj 2 Neg 1 T. 3	OI Suj T. 1	T. 6	Suj 1 Adv 2 T. 3		21
OI	T. 5	Suj 2 T. 2	Suj Adv T. 1	T. 3	Neg 1 T. 1		12
OD	T. 3	Suj 2 T. 2		T. 5	Suj 1 Neg 1 T. 2		12
PP Adjunto	T. 1		Suj Neg T. 1	T. 1	Suj 1 T. 1		4
Negação	T. 28	Suj 5 Vinf 2 Adv 1 T. 8	Suj VPP T. 1	T. 38	OD 1 OI 1 T. 2		77

Relativamente ao século XIII, a acrescentar à informação contida no quadro 3, salienta-se o facto de não existirem interpolações com mais de dois elementos nos textos literários. Nas sequências de interp\_2 e interp\_3, o sujeito, a negação e o advérbio são os constituintes que mais vezes ocorrem e isto aplica-se a ambos os tipos de texto. Quanto à ordem dessas sequências, constata-se que: nos casos em que há interp\_2 com a negação e o sujeito, este é sempre mais alto – [Suj Neg]. Na única atestação de interp\_3 com a negação em textos não literários, esta surge à direita do sujeito e do PP adjunto – [Suj PP Neg]. Aliás, no século XIII, em todos os contextos de interp\_2, o sujeito, sempre que presente, é o constituinte mais elevado relativamente ao outro constituinte interpolado. Exceptuam-se as duas situações em que o sujeito coocorre com o OI na sequência [cl OI Suj V], em situações de redobro do clítico. Quanto à negação, os dados mostram que, do mesmo modo que o sujeito é quase sempre o constituinte mais alto, também a negação tende a surgir numa posição mais baixa na estrutura – [cl Suj (...) Neg V].

Nas duas ocorrências de verbos infinitivos interpolados, em textos não literários, a ordem encontrada é [cl Vinf Neg Vfin], com o infinitivo realizado junto do proclítico e antes da negação.

Quanto ao século XIV, observa-se o seguinte:

---

<sup>30</sup> Devido ao volume de informação não nos foi possível agrupar num só quadro os dados referentes aos quatro séculos. Assim, os resultados serão apresentados em quatro quadros, correspondendo cada um a um século.

Quadro 7 – Categoria sintáctica dos constituintes interpolados: séc. XIV

Categoria	Textos não literários			Textos literários			TOTAL
	interp_1	interp_2	interp_3	interp_1	interp_2	interp_3	
Sujeito	T. 65	Adv 9 OI 1 OD 3 Neg 9 PP 3 Vinf 2 T. 27	Adv Neg Vinf Neg OI OD Adv SC T. 4	T. 47	Adv 5 PP 1 T. 6	PP Adv T. 1	150
Advérbio	T. 28	Suj 9 Neg 3 OD 1 VPP 1 T. 14	Suj Neg Suj SC T. 2	T. 20	Suj 5 PP 1 T. 6	Suj PP T. 1	71
OI	T. 7	Suj 1 Neg 1 T. 2	Suj OD T. 1		Neg 5 T. 5	OI OI T. 2	17
OD	T. 1	Suj 3 Adv 1 PP 6 Neg 1 T. 11	Suj OI T. 1	T. 8	Neg 1 T. 1		22
PP Adjunto	T. 17	PP 2 Suj 3 OD 6 T. 11		T. 11	Neg 1 Adv 1 Suj 1 T. 3	Suj Adv T. 1	43
Negação	T. 62	Suj 9 OI 1 OD 1 Adv 3 T. 14	Suj Adv Suj Vinf T. 2	T. 77	OD 1 OI 5 PP 1 SC 1 T. 8	OI OI T. 1	164

À semelhança do que pudemos constatar relativamente aos dados do século XIII, também no século XIV os constituintes mais vezes interpolados são o sujeito, a negação e os advérbios. Regista-se, de igual modo, a interpolação de infinitivos e participios em textos não literários – [cl Vinf/PP Vfin] e, também, de uma oração pequena (SC) na coluna dos textos literários.

No que toca aos contextos mais complexos (interp\_2 e interp\_3), estes são em maior número nos textos não literários. Relativamente à ordem, observa-se, à semelhança do que sucedeu para o século anterior, que o sujeito ocorre quase sempre numa posição mais alta relativamente aos constituintes com os quais coocorre.

Excepção feita à única situação em que surge à direita de um PP adjunto. Quanto à negação, mantém a característica de ser o constituinte interpolado mais à direita.

De particular, relativamente ao século XIV, salienta-se o facto de ser o sujeito o constituinte que mais vezes surge em sequências com mais de um constituinte interpolado, e coocorrendo com uma maior variedade de constituintes.

O quadro seguinte vai mostrar a tendência exactamente oposta no século XV, ou seja, as sequências com mais de um constituinte interpolado vão concentrar-se nos textos literários.

Quadro 8 – Categoria sintáctica dos constituintes interpolados: séc. XV

Categoria	Textos não literários			Textos literários			TOTAL
	interp_1	interp_2	interp_3	interp_1	interp_2	interp_3	
Sujeito		Adv 12 SC 1 Neg 2 PP 3			Adv 1 Neg 1 PP 3 OD 1	OD Neg	77
	T. 32	T. 18		T. 20	T. 6	T. 1	
Advérbio		Suj 12 Neg 3 PP 1			Suj 1 PP 6 OI 1 Neg 7 Adv 5 Vinf 1 REF 1 OD 1		167
	T. 33	T. 16		T. 95	T. 23		
OI		OD 1			Adv 1	PP Neg	8
	T. 4	T. 1		T. 1	T. 1	T. 1	
OD		OI 1 PP 6			Suj 1 PP 1 Neg 1 Adv 1	Suj Neg PP Neg	26
	T. 2	T. 7		T. 11	T. 4	T. 2	
PP Adjunto		PP 2 Suj 3 OD 6 Adv 1			OD 1 Adv 6 PP 2 Suj 3 ADJ 1	OI Neg OD Neg	85
	T. 35	T. 12		T. 23	T. 13	T. 2	
Negação		Suj 2 Adv 3			OD 1 Suj 1 Adv 7	Suj OD PP OI PP OD	236
	T. 46	T. 14		T. 173	T. 9	T. 3	

Concentram-se nos textos literários as estruturas mais complexas, mas nem por isso deixam de manter a tendência para a ordem de constituintes verificada nos séculos anteriores - o sujeito é o constituinte mais alto e a negação o constituinte mais baixo - salvo alguns casos pontuais que se assinalam. Assim, o sujeito ocorre interpolado uma vez numa posição mais baixa que um constituinte de tipo adverbial. Do mesmo modo, ocorre uma vez à direita da negação, na sequência [cl Neg Suj V] e num texto literário, mas trata-se de um caso excepcional. Em todos os outros contextos a negação, como seria previsível, ocorre sempre mais à direita, ou seja, junto ao verbo, mesmo quando há outros constituintes envolvidos.

O século XVI é o que apresenta menos casos de interpolação, conforme verificámos anteriormente. Assim, casos de interp\_3 são inexistentes e as únicas atestações de interp\_2 encontram-se em textos não literários que, como se disse, são, em princípio, mais conservadores.

Quadro 9 – Categoria sintáctica dos constituintes interpolados: séc. XVI

Categoria	Textos não literários			Textos literários			TOTAL
	interp_1	interp_2	interp_3	interp_1	interp_2	interp_3	
Sujeito	T. 4	Adv 4 PP 1 T. 5		T. 7			16
Advérbio	T. 15	Suj 4 Neg 2 PP 1 OD 1 T. 8		T. 8			31
OI				T. 1			1
OD	T. 2	PP 3 Adv 1 T. 4		T. 3			9
PP Adjunto	T. 20	Suj 1 OD 3 Adv 1 T. 5		T. 3			28
Negação	T. 19	Adv 2 T. 2		T. 59			80

No século XVI, as únicas situações em que dois constituintes ocorrem interpolados verificam-se em textos não literários, mantendo-se as generalizações feitas relativamente aos séculos XIII, XIV e XV: o sujeito é o constituinte estruturalmente

mais alto e a negação, por seu turno, o mais baixo na sequência dos constituintes interpolados. Há uma única situação em que o sujeito é realizado junto do verbo, que é quando coocorre com um elemento de tipo adverbial.

Fazendo uma síntese das situações descritas para os quatro séculos (e para além das generalizações possíveis quanto ao sujeito e à negação), relativamente a todos os outros constituintes - complementos e adjuntos - verifica-se que a ordem na qual ocorrem é bastante variável. Exceptuam-se os casos em que ocorrem ora com o sujeito, ora com a negação. Quanto aos casos em que o constituinte interpolado entre o clítico e o verbo temporalizado é um verbo no infinitivo, este ocorre sempre na posição mais baixa, isto é, à esquerda do verbo na forma finita. Excepções a esta regra são, mais uma vez, aqueles casos em que se verifica a negação; nesses casos mantém-se a generalização anterior, uma vez que a negação precede imediatamente o verbo na forma finita – [cl Vinf Neg Vfin].

Conclui-se, portanto, que a ordem principal verificada nas frases com interpolação é a ordem [cl Suj Neg V], e que esta observação é válida para todos os séculos e para todos os tipos de texto.

A descrição apresentada nos quadros permite-nos, também, tentar estabelecer um paralelo com o PEC, no sentido de averiguar se, nos casos em que há interpolação de dois ou mais constituintes, haveria alguma estabilidade relativamente às sequências de coocorrência dos constituintes interpolados. Tendo já sido referido que, em PEC, a sequência de interpolação residual que mais se verifica é [cl Adv Neg V] (cf. exemplo (46)), pode-se concluir que, de facto, e sempre que presente, a negação tende a ocorrer junto do verbo, o que corresponde à situação actual. Quanto aos outros constituintes, a diversidade é na realidade muito grande para tentar estabelecer um padrão para além dos já mencionados. Tendo em conta os dados apresentados podemos, no entanto, dizer que, apesar da variedade, há constituintes que continuam a poder ser interpolados, como é o caso da negação, dos sujeitos e dos constituintes de tipo adverbial, e outros há que deixaram de poder ser interpolados, nomeadamente os OIs, ODs e PPs (cf. quadro 4).

O percurso evolutivo que deduzimos da observação dos exemplos retirados do *corpus* do CIPM, e que foi nosso objectivo apresentar, corroboram a situação descrita na literatura, e que atribui à interpolação uma distribuição bastante restrita já no século XVI, quanto ao número de ocorrências e quanto ao número e tipo de constituintes interpolados. Martins (1994) mostra que é no século seguinte, no século XVII portanto, que se verificam mudanças importantes na gramática do português, e que resultarão na

progressiva diminuição dos contextos de próclise e no aumento da ênclise. A esta situação é normalmente associada a diminuição do número de casos de interpolação até se chegar ao que actualmente se verifica no PEC: no PEC dialectal, a interpolação restringe-se praticamente às orações negativas e em situações bastante marcadas e no PEC padrão a interpolação é agramatical. No entanto, relativamente ao que verificámos anteriormente, nos textos dos séculos XIII a XVI, não há diminuição dos contextos de próclise embora a interpolação vá diminuindo progressivamente.

No ponto seguinte pretende-se mostrar até que ponto isso assim acontece e qual o mecanismo que terá estado na base do progressivo decréscimo no número de casos de interpolação encontrados no português, bem como na diminuição de constituintes passíveis de ocorrer interpolados.

### 7.3.2. Implicações teóricas

A descrição apresentada mostra a justa medida da interpolação atestada nos *corpora* literários e não literários dos quatro séculos considerados. De acordo com os nossos dados, e tendo em linha de conta o número de constituintes interpolados, bem como a sua categoria sintáctica, verificamos que, de facto, houve um decréscimo progressivo no número de interpolações ao longo dos séculos XIII a XVI. Tal diminuição traduz-se tanto em números, de 16,6% de casos no século XIII para 9% no século XVI, como se traduz também na variedade de constituintes encontrados.

Tentando encontrar uma explicação teórica que possa dar conta do mecanismo sintáctico envolvido na construção de interpolação, tivemos em conta algumas das propostas teóricas mais recentes sobre clíticos no PA e no PEC, que apresentámos em 7.1., nomeadamente de Martins (1994) e de Duarte & Matos (2000).

Assim, de acordo com a proposta de Martins (1994), como vimos no início deste capítulo, os clíticos movem-se explicitamente para AgrS na sintaxe visível (onde incorporam), exactamente o mesmo núcleo para onde sobem os DPs objecto nas línguas germânicas e nos romances antigos em construções de *scrambling*<sup>31</sup>. Quanto à possibilidade de interpolação, que se observa no PA, Martins considera que pode ser explicada devido à existência de  $\Sigma P$  na estrutura. A ocorrência desse núcleo funcional

---

<sup>31</sup> São os casos designados de *scrambling* de objecto que analisámos no capítulo precedente, mecanismo que permite a subida dos DPs não pronominais e que é produtivo nas línguas germânicas e também o terá sido no PA. Esta possibilidade perdeu-se na história do português e está relacionada com o enfraquecimento da categoria AgrS (para mais detalhes ver Martins 2000b e 2000e), tendo-se mantido *scrambling* para uma posição mais baixa no domínio de VP (cf. Costa 1996b).

extra faz com que o clítico, que tem traços fortes para verificar, disponha de um alvo para o movimento na sintaxe visível. Sendo o clítico um núcleo, pode-se adjungir a AgrS e os constituintes interpolados podem, então, ocorrer em AgrS, entre o clítico e o verbo.

Os contextos de interpolação estudados (com a ocorrência de elementos entre o clítico e o verbo) favorecem, pois, uma análise dos clíticos enquanto palavras independentes e não como morfemas ligados ao verbo (com o qual formariam um único núcleo sintático).

De acordo com a proposta de Duarte & Matos (2000), conforme já referimos, os clíticos teriam evoluído de um estatuto ambíguo (entre XP e X<sup>o</sup>), que lhes conferia a possibilidade de adjunção, quer a núcleos, quer a categorias máximas, tendo sido esta uma das razões pelas quais a interpolação se terá perdido no decurso da história do português. No entanto, Martins (2001c), contrariamente a Rivero (1986, 1991, 1997); Fontana (1993); Barbosa (1996); Duarte & Matos (2000), e.o., que defendem a evolução categorial dos clíticos de XP para X<sup>o</sup> no português e espanhol antigos, considera que os clíticos foram sempre verdadeiros clíticos, ou X<sup>o</sup>, nas línguas românicas<sup>32</sup> e terão de ser analisados como tal.

De acordo com a nossa análise, os clíticos teriam evoluído diacronicamente de uma situação em que não necessitavam obrigatoriamente de um hospedeiro de natureza verbal (como no caso do PA) para a situação que se verifica actualmente e na qual são formalmente especificados como hóspedes de V (“V-host”), com Caso, características estas comuns aos clíticos das línguas românicas (cf. Duarte & Matos 2000: 122). Por esta razão se poderá dizer que os clíticos do PEC são elementos de natureza afixal, o que faz com que a ênclise seja a ordem não marcada, e a que se tem vindo a impor, de acordo ainda com os dados de Duarte & Matos (2000).<sup>33</sup> Da situação normal de próclise nas línguas românicas e no PA, em que o clítico ocorre como o elemento mais elevado

---

<sup>32</sup> Martins (2002) e (2001c) defende que os clíticos das línguas românicas foram sempre X<sup>o</sup> e baseia esta conclusão na comparação da sintaxe dos pronomes acusativos, dativos e *Se* com a sintaxe dos pronomes oblíquos *i* e *ende* (o *y* e *en* do francês moderno, por exemplo) em português antigo e espanhol antigo. Esta comparação mostra que, apesar de serem todos pronomes defectivos, os pronomes acusativos, dativos e *Se* são clíticos “especiais” (cf. nota 1), enquanto que os oblíquos *i* e *ende* são pronomes fracos. Em termos de estrutura frásica, e uma vez que exibem comportamentos diferentes em contextos sintáticos específicos, terão de ter estatutos diferentes. De acordo com Martins, que considera a classificação tripartida dos pronomes de Cardinaletti & Starke (1996, 1999), os clíticos exibem propriedades de núcleos sintáticos, ou X<sup>o</sup>, enquanto que os pronomes fracos são constituintes sintagmáticos, ou XP (que terão desaparecido a partir do século XV).

<sup>33</sup> Como se sabe, nas outras línguas românicas, a próclise é o padrão (cf. 7.1.), sendo o clítico atraído sempre para uma posição mais alta que o verbo.

relativamente ao verbo, nota-se no PEC uma tendência para a não elevação, ou seja, para a generalização da ênclise. Tendência que se verifica mais ao nível do PEC coloquial, uma vez que a escrita continua a manifestar os seus traços de conservadorismo.

Estruturalmente, considera-se que o clítico e o seu hospedeiro (de natureza verbal) ocorrem no mesmo núcleo funcional, em AgrO, de acordo ainda com a proposta de Duarte & Matos.

Deste modo, o aumento dos contextos enclíticos, que, conforme foi referido, se dará posteriormente ao século XVI, derivará, possivelmente, do processo de reanálise dos clíticos enquanto elementos de natureza afixal.

Quanto à interpolação, e de acordo com os nossos dados, terá evoluído do mesmo modo, ou seja, uma vez que a caracterização dos traços formais dos clíticos passou a ser mais restrita, também o tipo e o número de constituintes capazes de quebrar a adjacência Clítico-Verbo se foi restringindo. O facto de o número de casos de interpolação ter diminuído está directamente relacionado com o facto de os clíticos se adjungirem apenas a elementos de tipo X<sup>o</sup> e não XP.

O período de tempo que pretendemos abranger neste trabalho e os dados de que dispomos mostram, de facto, evidências neste sentido (embora não mostrem ainda diminuição da próclise). Deste modo, o que importa salientar é que a progressiva perda de interpolação na história do português tem que ver com uma mudança no que respeita à especificação de traços dos clíticos propriamente ditos. Vimos que os clíticos no PA, apesar de serem núcleos, eram adjuntos, quer a núcleos, quer a categorias máximas, e passaram a ser especificamente marcados como adjuntos a núcleos verbais. Esta é a situação que actualmente se verifica no PEC padrão. Quanto ao PEC dialectal, é possível interpolar a negação, e também alguns advérbios e ainda sujeitos pronominais, pelo menos em variedades regionais do norte de Portugal, descritas em Barbosa (1996) (exemplos (47a-c)), e também do Centro e Ilhas, de acordo com Lobo e Carrilho (1999) (exemplos (47d-f)):

- (47) a. Ela prometeu que **lhe não diria** nada.
- b. O livro que **lhe ainda não entreguei**.
- c. Quantas vezes **te eu disse**.
- d. quem me dera de **t'eu ser**.
- e. o que é que **lhe ele disse**?

f. Ê ainda te nã disse.

De facto, exemplos como os que se apresentam em (47) são evidência para considerar que tanto os advérbios como a negação são núcleos que se adjungem ao verbo<sup>34</sup>. São casos em que o verbo sobe para C arrastando consigo os advérbios, como em (48a) e (48b), e também a negação, como em (48c), e que mostram que os constituintes que ocorrem nas construções de interpolação são adjuntos verbais, isto é, são adjuntos a núcleos verbais.

- (48) a. O que já tinhas tu dito?  
b. O que ainda tinhas tu de dizer?  
c. O que nã dirias tu.

O caso dos sujeitos pronominais é mais problemático, uma vez que não existe evidência para postular que os pronomes são adjuntos verbais<sup>35</sup>; quando há movimento do verbo para C, o pronome não se desloca com o verbo:

- (49) a. O que tinha ele dito?  
b. \* O que ele tinha dito?

Ainda assim, parece-nos ser possível afirmar que os sujeitos não constituem um caso diferente, uma vez que a interpolação só é possível com sujeitos pronominais e não com sujeitos complexos:

- (50) a. O que é que lhe ele tinha dito?  
b. \* O que é que lhe o filho da Maria tinha dito?

Seria, sem dúvida, importante, avaliar a possibilidade de tratar os sujeitos pronominais como elementos nucleares, diferenciando-os, assim, do outro tipo de

---

<sup>34</sup> Castro & Costa (2002) defendem que possessivos pré-nominais e advérbios “fracos” (como *cá* e *lá*, com valor locativo, *aquí*, *então*, *já*), exibem um comportamento que os aproxima do de núcleos, isto é, são X°.

<sup>35</sup> Muidine (2000), por exemplo, defende que as formas pronominais fracas desapareceram da língua como resultado de uma tendência que eliminava as formas fracas, como os pronomes *i* e *en(de)* e as formas átonas do possessivo. A autora não explica qual a motivação para esta tendência mas avança a

sujeitos, e explicando a possibilidade de obter adjunção do clítico apenas àqueles, mas esta é uma temática que não se insere no âmbito deste trabalho, pelo que será remetida para trabalho futuro.

Tendo em conta a proposta de Duarte & Matos (2000), e de acordo com os dados que estudámos relativamente à interpolação, não julgamos ser necessário recorrer a outros núcleos funcionais para além de CP, AgrS, TP e AgrO. Se a estrutura de CP é suficiente para explicar a ênclise e, conseqüentemente, a próclise, é igualmente suficiente para explicar a derivação da interpolação.

### **7.3.3. Considerações finais**

No PA, conforme foi referido anteriormente, o hospedeiro do clítico não é formalmente especificado, como acontece no PEC, que é sempre de tipo verbal. Este facto vai permitir que um maior número de constituintes possa ocorrer interpolado entre o proclítico e o verbo, conforme pudemos constatar, por exemplo, nas frases de (43).

Mesmo as estruturas com dois e mais constituintes interpolados (exemplos (45)) podem ser explicadas como múltiplas adjunções do clítico a XP, sem necessidade de activar a periferia esquerda da frase. Em termos de economia, como vimos, não se mostra necessário postular a projecção de categorias funcionais adicionais.

Para o PEC, conforme já foi referido, assumimos, na linha de Duarte & Matos (2000), que os clíticos, na sua entrada lexical actual, são formalmente caracterizados como hóspedes de V. Tal significa que só se adjungem a elementos de tipo verbal e não a outros. Nas estruturas proclíticas, os clíticos têm, pois, um valor específico (de adjunção a um núcleo verbal) e tal abordagem dos clíticos pode ser alargada aos casos de interpolação, porque, sendo especificamente marcados, só admitem a adjunção a núcleos, sendo a variação dialectal (exemplos (46)-(47)) explicada em termos da especificação dos traços do clítico - adjunção a núcleo/adjunção a núcleo verbal.

A nossa análise mostra que é possível dar conta das situações descritas tanto para o PEC (padrão e dialectal), como para o PA, em termos da especificação de traços dos clíticos.

---

hipótese de terem sido ou factores prosódicos, ou factores de natureza morfossintáctica, a interagir diacronicamente em favor da eliminação das formas fracas.

<p>PA</p> $\left( \begin{array}{c} \text{CL} \\ \dots \\ \text{host: X}^{\circ}/\text{XP} \end{array} \right)$ <p>(não especificado)</p>	<p>Português do séc. XVI e PEC Dialectal</p> $\left( \begin{array}{c} \text{CL} \\ \dots \\ \text{host: X}^{\circ} \end{array} \right)$	<p>PEC</p> $\left( \begin{array}{c} \text{CL} \\ \dots \\ \text{host: V}^{\circ} \end{array} \right)$
--	---	---

(Fiéis 2001: 210)

A mudança na especificação formal dos clíticos foi-se dando no decurso da história do português, sendo a variação explicada, como vimos, em função do tipo de hospedeiro do clítico. O estatuto XP do hospedeiro do clítico faz com que haja a possibilidade de interpolação “total” no PA. O facto de ter evoluído para X<sup>o</sup> faz com que o tipo de constituintes e, conseqüentemente, o número de interpolações se vá restringir à negação e aos advérbios, nos chamados casos de interpolação “residual” que existem no PEC dialectal, situação que já se vislumbra no português do século XVI (e também no italiano antigo). A situação apresentada para o PEC padrão indica que a interpolação não é possível porque o clítico se adjunge, obrigatoriamente, a núcleos verbais.

Em suma, no PEC, os clíticos antepostos ao verbo comportam-se como X<sup>o</sup>, devido ao facto de se moverem como núcleos e à possibilidade de adjunção aos mesmos, enquanto que os enclíticos apresentam propriedades de categoria máxima, de XP, sendo as restrições morfológicas de adjacência resultado do facto de serem clíticos, ou seja, elementos fracos. Apesar das propriedades morfossintáticas que os aproximam do estatuto de afixos, são relativamente móveis em relação ao hospedeiro e ao verbo a que estão lexicalmente associados, o que significa que, formalmente, não são verdadeiros afixos. Quanto ao PA, poderemos manter a mesma ideia, sendo os contextos de interpolação encontrados resultado da possibilidade de adjunção do clítico a XP ou a X<sup>o</sup>.

#### 7.4. A propósito de *Se*

A partir do levantamento feito com o objectivo de delimitar estruturas com clíticos nos quatro séculos, foi constituído um *corpus* de sequências com o clítico *Se*, para tratar questões de acordo. Pretendemos analisar estruturas do tipo *Vendem-se casas*

(ou construção de *Se* passivo) vs. *Vende-se casas* (ou construção de *Se* impessoal) e determinar a sua produtividade nos textos dos quatro séculos do PA.

Sendo o PA e o PEC línguas de sujeito nulo, e, neste ponto específico, semelhantes ao italiano, dispõem de um tipo de construção com *Se* nominativo, o que não é possível nas línguas de sujeito não nulo. O clítico impessoal *Se* é invariável e o verbo que o hospeda apresenta a forma de 3ª pessoa do singular, como no exemplo acima *Vende-se casas*, e o DP que ocorre à sua direita é o seu objecto temático com a função gramatical de OD. No PEC há ainda outro tipo de construção na qual o verbo exibe marcas de concordância com o DP com o qual coocorre, o qual, apesar de continuar a ser o seu objecto temático, tem a função gramatical de sujeito, como no exemplo *Vendem-se casas*, que instancia a passiva pronominal. Relativamente a estas construções é assumido na literatura (cf. Belletti 1982, Matos & Duarte 1984, 1986, Mateus et alii 1989, e.o.) que, enquanto na construção impessoal o clítico nominativo absorve o Caso nominativo e suspende a atribuição de papel- $\theta$  ao constituinte na posição de sujeito, na construção passiva o clítico passivo absorve o Caso acusativo e suspende a atribuição do papel- $\theta$  Agente à posição de sujeito, pelo que o argumento interno do verbo pode aceder a esta posição (ou seja, é um sujeito derivado<sup>36</sup>).

Sintacticamente, e mesmo semanticamente, é possível dar conta de algumas propriedades que caracterizam as construções em discussão, e distingui-las da típica construção reflexiva. Observem-se os seguintes exemplos.

- (51) a. A Maria limpou-se com uma toalha azul.  
b. Vendem-se muitas casas para os lados de Cascais.  
c. Bebe-se muita cerveja no Verão.

Matos & Duarte (1986), no quadro da TRL, mostram que enquanto *Se* reflexo (52a) admite construções de redobro e é obrigatoriamente co-referente de um DP presente na mesma oração, *Se* passivo e *Se* impessoal não admitem construções de redobro e são referencialmente independentes do DP com o qual coocorrem na oração (52b) e (52c):

- (52) a. A Maria limpou-se *a si própria* com uma toalha azul.

---

<sup>36</sup> Característico das construções inacusativas.

- b. \*Vendem-se muitas casas por *eles* para os lados de Cascais.
- c. \**Ele próprio* bebe-se muita cerveja no Verão.

As construções de *Se* passivo e *Se* impessoal distinguem-se, para além das referidas questões de acordo, pelo facto de, segundo a proposta de Matos & Duarte (*Ibidem*), só este último poder ocorrer em frases passivas (cf. (53)) e em frases com as duas classes de verbos intransitivos (cf. (54)):

- (53) a. \*Nos dias de hoje, as pessoas já não *se* são respeitadas por ninguém.
- b. Nos dias de hoje, já não *se* é respeitado por ninguém.
- (54) a. \*As pessoas caíram-se das escadas / gritaram-se, apavoradas.
- b. Caiu-se muito baixo / Gritou-se muito nesse debate.

(*Idem*: 338)

Pretendemos, com base nestes pressupostos, tratar questões de acordo nos textos do PA, uma vez que todas as construções com o clítico *Se* (impessoal, passivo, reflexo e ergativo) seguem o mesmo padrão de colocação definido para os pronomes pessoais átonos do PA, referido nos pontos anteriores. Em todos os contextos estudados, e nos quais o clítico está presente, ele é sempre proclítico em contextos onde a próclise é esperada, já que se trata de orações dependentes (com conjuntivos ou introduzidas por elementos de tipo operador desencadeadores da próclise), e enclítico em frases sem proclisadores. Observem-se alguns exemplos:

- (55) a. e como parte esse Regueẽgo e se uay dereytam(en)te a cardeyra. e des i como se uay dereytam(en)te áá fonte da Almuya dos ffrades d' alCobaça. e dessa fonte como se uay dereytam(en)te áá cabeça azãbuiosa u começarõ a p(ri)meyra deuison e assi se sarrã os termhos do Regueẽgo de Beia (1272, CA15, 118vB)
- b. E todo pã **deuisse** m[e]dír así como se medíu ata o día adeãte sc(ri)pto; (1295, CHP026, sf)

c. E se se p(er)der nõ a leuando nen a carregando mays do q(ue) posera, iure que nõ se p(er)deo nen se danou p(er) sa culpa e nõ a peyte. (1280?, FR, 123r)

d. E se omẽ doutra ley **se tornar** crischaa e alguẽ o chamar tornadiço, p(ey)t(e) #X m(a)r(auidi)s a al rey e #X m(a)r(auidi)s ao q(ue)reloso. (1280?, FR, 131r)

e. Estas p(ar)tes ssobr(e)ditas **meterõsse** en poder de om(m)es bóós aruydos, aruidores, aydores, (con)poedores, (1334, HGP011, sf)

f. Et sse sse M(ari)a U(e)l(asque)z **casar**, mãdo q(ue) estes h(er)damẽtos q(ue) ll' eu mãdo q(ue) ela teña en sa uida; (1302, HGP061, sf)

g. O termho de Cordova **ajuntasse** cõ o de Cabra. (séc. XIV, CGE, 11d)

h. E costumã fazer. em esta g(ui)sa q(ue) **se segue**; (1434, DN161, sf)

i. A voontade carnal deseja viço, folgança do corpo e cuidado, **arredandosse** de todo perigo, despesa e trabalho. (1433/1438?, LC, 6v)

j. O azeyte que tem he semeado de semente, e **colhe se** em seu tempo, e fazem no em seus emgenhos que pera ysso tem. (séc. XVI, CRB, sf).

Em construções nas quais coocorre com outro clítico pessoal, o *Se*, invariavelmente, antecede-o, conforme também notado por Martins (1994). Observem-se alguns exemplos:

- (56) a. D[e] que **sse ly** /.../ [fe]rnãdijz. ante **partíjo** Dyzeno (e) comffessando dante my. dante o tabellijom e dante as testemhũyas q(ue) ad(e)ante ssom esc(ri)tas. que a /.../ (con)tra d(eu)s (e) Contra ssa alma. (e) que era das donas dachelhas. (1292, CHP044, sf)

b. E, desque Julio Cesar esto vyo e entendeu que os ño podya conquerer tan agynha, teve que, se jovesse hy longamente ata que os conqueresse, que **se lhe alongarya** muyto seu tempo pera aquello que tiinha em talante de fazer (séc. XIV, CGE, 27c)

c. E os que andam em feitos de cavallaria que se ponham a todos perigoos e trabalhos que **se lhes oferecerem**, nom avendo reguardo aos que segundo seu estado e poder lhe som razoados. (1433/1438?, LC, 6v)

d. e vendo ysto elrey Crisnarao, e que **se lhe passava** o tempo sem fazer o que desejava, mamdou abrir muitos ribeiros pera poder cercar aquella principall, que lhe tinhão embargados seus desejos, (séc. XVI, CRB, sf)

Retomando a questão da concordância, segundo Naro (1976) a construção de *Se* impessoal, do tipo exemplificado acima (*Vende-se casas*), caracteriza-se por apresentar a posição de sujeito sempre vazia e o objecto a ocupar a posição pós-verbal não marcada; neste caso a realização do Agente não é permitida. Este tipo de construção não existia no português antes dos séculos XV-XVI, tendo emergido como resultado do processo de reanálise da construção de *Se* passivo (*Vendem-se casas*). Nesta o verbo concorda com o objecto. Segundo Naro, o surgimento da construção impessoal, isto é, sem acordo expresso entre o sujeito (Paciente) e o verbo transitivo, por volta da segunda metade do século XVI, foi acompanhada pela introdução na língua de usos de *Se* com verbos intransitivos, que correspondem inequivocamente a construções não passivas.<sup>37</sup>

As diferenças entre os dois tipos de construção residem, pois, na ausência ou presença de concordância entre o argumento interno e o verbo, sendo o Caso nominativo da construção passiva verificado junto da flexão.

Lapesa (2000) mostra que a evolução terá sido semelhante no espanhol: “[I]as construcciones activas impersonales empiezan a atestiguar, pues, claramente en el s. XV” (*Idem*: 813). Apresenta exemplos como o de (57a) e, embora de forma menos inequívoca, de (57b):

(57) a. en el pueblo [...] *se falla* e deue fallar diversos linages e condiçiones

---

<sup>37</sup> Convém lembrar que a construção passiva se constrói com verbos transitivos, de modo a estabelecer-se uma relação entre um argumento agentivo e um objecto.

b. bien *se puede llamar* pueblo las cobdiças humanas

(*Idem*)

A análise apresentada por Naro, que associa mudança gramatical e aquisição da linguagem, baseia-se, essencialmente, na semelhança entre dois tipos de frases: activas e passivas sem Agente expreso e sem concordância explícita entre o sujeito e o verbo, como em (58):

(58) a. & porem se lee este evangelho na festa da trindade. (*Idem*: 802)

b. & porem o padre lee este evangelho na festa da trindade. (*Idem*: 803)

No primeiro exemplo, no qual o Agente não está expreso, o sujeito derivado é pós-verbal e o *Se* antecede o verbo, ordem essa que reflecte a ordem encontrada na construção activa de (58b). Para Naro, dadas as semelhanças em superfície entre os dois tipos de construção, considerando ainda que uma frase activa é mais precocemente apreendida que uma passiva, é perfeitamente natural que o falante analise uma estrutura passiva como a de (58a) como sendo activa, reanalizando o *Se* como o sujeito.

De acordo ainda com Naro, a construção de *Se* passivo, do tipo exemplificado em (58a), teria persistido na língua ainda que residualmente. Martins (2000c, 2000d, 2001b) defende que este tipo de afirmação só pode ser válido se se adoptar uma análise da construção de *Se* passivo nos termos de Raposo & Uriagereka (1996), segundo a qual esta construção, que designam de *Se* indefinido, é uma estrutura activa, com acordo expreso entre o verbo e o objecto lógico, em [Spec, F<sup>38</sup>], e sem marcas de concordância com o sujeito, ou *Se*<sup>39</sup>, movido para [Spec, T], isto é, o argumento externo, por não possuir os traços relevantes de pessoa e número. São estes pressupostos que Martins defende com recurso quer aos dados da diacronia, quer do PEC dialectal, ou seja, segundo a autora, a construção de *Se* indefinido é uma estrutura activa e não passiva. Alguns dos exemplos apresentados recorrem à construção de duplo sujeito, como (59):

<sup>38</sup> Recordemos que, na análise de Uriagereka (1992) e (1995) sobre os clíticos, o autor propõe a existência do núcleo funcional F, uma categoria com traços verbais fortes.

<sup>39</sup> De acordo com a proposta de Raposo & Uriagereka (1996), o *Se* impessoal é um elemento nominal defectivo que não desencadeia traços de concordância e, a comprová-lo, temos um exemplo retirado de Martins (*Ibidem*) do dialecto de Câmara de Lobos:

(i) Há gente não sabe, não sabem o que **a gente se passámos** aqui.

- (59) a. E depois, chegando ao tempo da poda, **a gente** sega-se esses olhos todos e deixa-se este só (dialecto de Porto Santo *in* Martins 2000c: 8)
- b. A gente tinha aquilo afinadinho, tudo amoladinho e quando era preciso, que a gente via que ela já não moía bem, **a gente** levantava-se e picava-se. (*Idem*)

De acordo com a autora, estes exemplos, bem como a assunção por parte de Raposo & Uriagereka, de que a construção de *Se* indefinido não é uma estrutura passiva, constitui evidência em favor da existência de um tipo de construção activa com *Se* impessoal com concordância entre um verbo e um DP sujeito, a construção de duplo-sujeito. Quer isto dizer que a concordância se dá com o elemento nominal e não com *Se*, conforme aludido acima.

Nos nossos dados pretendemos examinar o tipo de construção em que *Se* ocorre e se a concordância entre o verbo e um DP argumental se verifica sempre. Concluímos que o fenómeno da não concordância entre o DP e o verbo em construções com *Se* é um fenómeno sem expressão nos nossos dados<sup>40</sup>, o que, de certa forma, não contradiz a tese de Naro. Os exemplos do nosso *corpus*, conforme referido, mostram que há quase sempre acordo entre o verbo e o DP na construção impessoal. Observe-se (60):

- (60) a. Dou e out(or)go afforo a uos e a todos lld(i)tosll uossos ffilhos o d(i)to h(er)damêto cõ ent(ra)das e cõ saydas (e) cõ todas sas p(er)têêças e sse(us) d(er)eytos. p(er) tal p(re)ito e so tal. cõdiçõ. q(ue). uos e os d(i)tos uossos filhos. dedes ende a m̃j o q(ui)nto ((L006)) de todo pã e fruyto q(ue) d(eu)s. der na. Ademha e o t(er)ço de todo pã q(ue) d(eu)s. der na paul. **colhêdosse todo** p(er) ssj (1299, CHP064, sf)
- b. cõuem a saber o pã na. Eyra. e o vïho áá bica e o azeyte no Lagar **ffazedosse o vïhos(sic)** e colhêdosse o azeyte p(er) ssj (1299, CHP064, sf)

<sup>40</sup> A questão da concordância com *Se* está ainda relacionada com o tipo de construção em jogo. Conforme notou Naro (*Ibidem*), o surgimento de casos sem acordo visível entre o verbo e o DP datam aproximadamente da mesma época que as construções com *Se* e verbos intransitivos, isto é, meados do século XVI: “The first appearance of the *se*-construction with intransitive verbs seems to date from about the same period as the non-agreeing construction” (*Idem*: 798).

c. cõuem a saber o pã na. Eyra. e o vïho áá bica e o azeyte no Lagar ffazedosse o vïhos(sic) e **colhêdosse o azeyte** p(er) ssj (1299, CHP064, sf)

d. Et se p(er)la ventura **se p(er)der a noujdade das d(i)tas vjñas** p(er) qual q(ue)r ocasion q(ue) seia q(ue) ese an(n)o ou an(n)os q(ue) se asy p(er)der q(ue) o q(ue) teuer as d(i)tas vjñas dé o q(ui)nto do vjño q(ue) elas deren ou o d(i)to barril & medio de vjño qual ante q(ui)ser. (1450, HGP044, 28v)

e. E, como cõ a grande cobiiça da gããça **olvydavasse** aos homêês **o parêtesco** muytas vezes, (séc. XIV, CGE, 29b)

No entanto, poderiam ser apontadas algumas exceções no caso de sujeitos plurais com leitura de grupo, que desencadeiam concordância de 3ª pessoa do singular. O mesmo acontece com sujeitos coordenados, sendo o acordo visível com um dos membros da coordenada, normalmente o primeiro. Observem-se alguns exemplos do nosso *corpus* (um deles foi igualmente referido por Naro (*Ibidem*)<sup>41</sup>, é o caso do exemplo (61c)):

(61) a. Oytavo, nom diras contra teu prouxyimo falsso testemunho, per o qual **se defende todas mentiras**, specialmente as que a vos ou a outrem podem empeecer em pessoa, fama, bẽês ou quebramento de boo prazer ou voontade. (1433/1438?, LC, 44r)

b. E vos, lidade por ella e defendeea, ca sobre o defendymento **se despede ho ouro e a prata**, (séc. XIV, CGE, 29d)

c. Da conhecida por boa, sages e discreta molher, que bem ama seu marido, nom he razom que **se tenha ceumes nem duvyda** em guarda de sua lealdade, ainda que el nom senta em sy muyta perfeiçom pera seer amado, (1433/1438?, LC, 47r)

Possivelmente, tratar-se-á de exemplos nos quais a presença de um DP coordenado, em (61b, c), poderá ter contribuído para a não concordância, do mesmo modo que no exemplo seguinte, em (62), o acordo se dá com o constituinte mais alto do DP coordenado, este em posição pré-verbal:

- (62) Et se p(er)la ventura se p(er)der a noujdade das d(i)tas vjñas p(er) qual q(ue)r ocasion q(ue) seia q(ue) **ese an(n)o ou an(n)os** q(ue) **se asy p(er)der** q(ue) o q(ue) teuer as d(i)tas vjñas dé o q(ui)nto do vjño q(ue) elas deren ou o d(i)to barril & medio de vjño qual ante q(ui)ser. (1450, HGP044, 28v) (= 60d)

Contudo, a escassez de exemplos como os de (61) e (62) faz com que consideremos que a existência de acordo entre verbo e o DP, pré- e pós-verbal, seja o padrão encontrado no nosso *corpus*.

No PEC coloquial, como vimos no capítulo 4, é possível não haver acordo visível entre o sujeito pós-verbal e o verbo (*Chegou muitos meninos*) e concluímos, então, que tal era possível em contextos inacusativos. Se alargarmos a análise aos contextos com *Se* e DP pós-verbal, do tipo *Vende-se casas*, poderemos apontar para o facto de estas serem mais frequentes no PEC do que no PA, devido a propriedades inerentes ao próprio verbo e não à interpretação de *Se*. Deste modo, a análise que avançámos e que relacionava as ordens encontradas com a inacusatividade da construção pode ser transposta para estes exemplos, o que nos vai permitir concluir que são fenómenos paralelos e que derivam de propriedades lexicais do próprio verbo.

Do mesmo modo que, no capítulo 5, concluímos que a concordância entre DP sujeito e verbo se verificava sempre nos exemplos dos nossos *corpora* textuais, quer com ordens SV, quer VS, também no caso de *Se*, na construção impessoal, ele se manifesta praticamente em todas as atestações, reforçando a ideia de que o fenómeno da não concordância nestas construções é um fenómeno sem expressão nos textos do PA.

## 7.5. Conclusões

Como referimos no primeiro capítulo deste trabalho, sentimos a necessidade de realizar um capítulo à parte sobre clíticos, após o trabalho pioneiro de Martins (1994),

---

<sup>41</sup> Cf. Naro (1976): 798, nt. 35.

uma vez que acrescentamos dados novos extraídos de textos literários, nos quais encontramos diferenças na colocação dos clíticos relativamente aos textos não literários.

Uma descrição que dê conta da distribuição dos clíticos no PA justifica-se, no seguimento da análise dos dados relativos a estruturas transitivas, inacusativas e inergativas do *corpus* levada a cabo nos capítulos anteriores, uma vez que é a posição ocupada por estes constituintes na frase que pode funcionar como teste para identificação de algumas das construções sintácticas existentes no PEC que, de outra forma, não seria possível identificar no PA (por exemplo, a distinção entre construções de focalização e topicalização).

A análise das estruturas com proclíticos vai-nos também permitir manter a ideia de que a estrutura frásica do PM não diverge da que actualmente encontramos no PEC, sendo a próclise analisada como adjunção do clítico a núcleos verbais.

Em suma, a análise dos dados do nosso *corpus* permitiu-nos concluir que, em primeiro lugar, a colocação dos clíticos em posição proclítica ou enclítica varia de acordo com condições estruturais particulares, sendo a próclise realizada, normalmente, em orações negativas, em orações com o verbo precedido por quantificadores e certos advérbios, em construções de focalização e em todos os casos de orações subordinadas ou dependentes, e a ênclise nas orações independentes temporalizadas, salvo algumas excepções. Em segundo lugar, existe uma grande oscilação entre o uso da próclise e da ênclise em contextos independentes neutros, sendo a ênclise o padrão maioritário. Observámos ainda que a presença de elementos ditos “operadores”, ou proclisadores, na estrutura nem sempre desencadeia a próclise, como no caso de alguns advérbios e preposições, e que existia a possibilidade de contextos de interpolação “total”.

Os dados mostraram, pois, corroborando as descrições de Martins (1994) e Fiéis (1996), que existia alguma variação na colocação dos clíticos, que podem ocorrer realizados em posições associadas quer a núcleos, quer a categorias máximas, o que, em termos minimalistas, sugere que partilham propriedades de  $X^0$  e de XP.

Restava decidir quanto ao estatuto categorial dos pronomes clíticos, se são categorias  $X^0$ , dado que se movem como núcleos e se adjungem a núcleos funcionais (que contêm o hospedeiro), ou verdadeiros XP, uma vez que são projectados na posição de complemento do verbo e podem adjungir-se a categorias máximas, nos casos de interpolação “total”. Concluímos que são núcleos, ou  $X^0$ , sendo a possibilidade de interpolação “total” encontrada nos nossos dados definida em função do hospedeiro ao qual se adjungem, que é subespecificado. Do estatuto de adjunto a um constituinte não

especificado, os clíticos evoluíram para a sua especificação formal como adjuntos verbais (em contextos de próclise), o que faz com que a interpolação não seja possível no PEC.

Assim, se no PA os clíticos são X<sup>o</sup> adjuntos a constituintes subespecificados (X<sup>o</sup>s ou XPs), no PEC, os proclíticos comportam-se como X<sup>o</sup> (cf. movimento nuclear e adjunção a núcleos verbais), enquanto que os enclíticos parecem apresentar propriedades de categoria máxima, de XP, compostos em posições temáticas, sendo as restrições morfológicas de adjacência resultado do facto de serem clíticos (ou elementos fracos).

Relativamente às construções com o clítico *Se* (impessoal, passivo, reflexo e ergativo), vimos que seguem o mesmo padrão de colocação das construções com outros clíticos (acusativos e dativos): próclise em presença de proclisadores e ênclise em contextos independentes neutros.

Quanto a questões de concordância em construções com *Se* impessoal, verificámos que é o padrão verificado nas atestações do nosso *corpus*. Propusemos, então, que a questão da concordância com *Se* pode decorrer de propriedades inerentes ao próprio verbo e não da interpretação de *Se*. Deste modo, a análise avançada no capítulo 4, segundo a qual a não existência de concordância em certos contextos inacusativos com sujeito pós-verbal no PEC coloquial deriva de propriedades inerentes ao verbo, parece funcionar também no caso das construções com *Se*, o que nos vai permitir concluir que são fenómenos paralelos e que derivam de propriedades lexicais do verbo.

Resumindo, tal como o padrão de inacusatividade parece ter-se mantido estável, também a interpretação de *Se* não sofreu alterações do PA para o PEC.



## CAPÍTULO 8

### CONCLUSÃO

No presente capítulo é nosso objectivo principal resumir algumas das conclusões mais importantes a retirar da descrição dos nossos dados. O trabalho que por ora damos por concluído pretendeu contribuir para o aprofundamento do conhecimento da nossa língua, numa perspectiva evolutiva (séculos XIII a XVI), mas também sincrónica (PA e PEC). Daí a relevância do estudo comparativo entre PA e PEC quanto às ordens de constituintes básicas, tendo presente a importância da transitividade e da inacusatividade na ordem dos constituintes.

#### **8.1. Síntese : semelhanças e diferenças quanto à ordem dos constituintes entre PEC e PA**

A descrição dos dados do nosso *corpus* levada a cabo nos capítulos 5 e 6 permitiu-nos observar que o PA corresponde a uma língua de sujeito nulo, cuja ordem de constituintes básica é SVO, tal como o PEC. Quer isto dizer que se verifica o mesmo tipo de variação das ordens de constituintes entre, por um lado, o PA e, por outro lado, o PEC, à excepção do facto de, no PA, haver um maior número de ordens OV em contextos neutros. Quanto ao sujeito, verifica-se que este é maioritariamente pré-verbal em todos os tipos de construções, transitivas, inacusativas e intransitivas. As ordens VS encontram-se maioritariamente em construções inacusativas, facto esse que se assemelha ao que acontece no PEC.

Especificando, tanto o sujeito como o objecto podem ser pré- ou pós-verbais, consoante o contexto. Quanto ao objecto seleccionado pelo verbo, quando realizado, tende a seguir o verbo que o selecciona – isto acontece em 66,3% dos casos. O objecto é anteposto em contextos que normalmente exigem a anteposição – isto é, quando o objecto é um clítico, em contextos que desencadeiam a próclise; e quando o objecto é um constituinte-Wh. Mas vimos também que outros objectos, nomeadamente DPs e PPs plenos, podem ocorrer na ordem OV. Nesse caso, o facto de os objectos surgirem antes do verbo indicia que houve movimento na sintaxe (deslocação à esquerda, focalização ou *scrambling*, conforme proposto em Martins 2000b, 2000e), motivado por razões discursivas. Relativamente à posição do sujeito, verifica-se que esta é maioritariamente à esquerda do verbo em contextos temporalizados. Quando o sujeito é pós-verbal, pode-

se dizer que está na sua posição base de argumento do verbo que o selecciona, o que se verifica, embora em escasso número, como em construções transitivas (25 em 242 ocorrências, o equivalente a 10,3%), tanto em inacusativas (212 em 859, ou 24,6%).

Relativamente a questões de concordância, nos exemplos do nosso *corpus* observa-se sempre concordância entre o verbo e o sujeito pós-verbal, mesmo em contextos inacusativos. No PEC coloquial, como é sabido, neste tipo de contextos é possível a não existência de concordância entre o verbo e o DP à sua direita (cf. Costa 2001a, Carrilho 2001). No entanto, os dados do PA mostram que, mesmo em posição pós-verbo finito, o sujeito da construção inacusativa desencadeia sempre concordância com o verbo.

Quanto às frases com dois verbos, observa-se uma preferência pela sequência V<sub>fin</sub>V<sub>inf</sub> que, em conjunto com a ordem básica VO, constitui o padrão encontrado na maior parte dos exemplos.

Foi-nos possível concluir, igualmente, que no PA, tal como no PEC, haveria sempre movimento do verbo para I (cf. dados do capítulo 6), tanto nas ordens SV como nas ordens VS. Para confirmar esta hipótese, analisámos os exemplos passíveis de funcionar como diagnóstico para V2, exactamente aqueles em que o verbo subiria para um posição mais alta (para C), na proposta de alguns autores. Ou seja, analisámos aqueles contextos em que se verifica a posposição do sujeito relativamente ao verbo, pois só nesses casos há evidência para que tenha havido movimento do verbo. No entanto, os exemplos encontrados de hipotético V2 são inversões e correspondem quase exclusivamente a estruturas inacusativas, em que é possível pensar que o sujeito ficou *in situ* e que os constituintes em posição inicial são tópicos, tendo sido movidos por factores de “ordem discursiva” e não estritamente sintáctica.

Diesing (1992) propõe que os contextos com objectos antepostos ao verbo podem ser explicados com recurso a factores de ordem semântica, como o efeito de definitude. Contudo, a explicação de Diesing não funciona para as ordens OV do nosso *corpus*, uma vez que, como tentámos mostrar, estas não decorrem de questões semânticas, mas antes de questões discursivas. Os constituintes objecto são movidos para a esquerda do verbo numa estratégia de desfocalização dos objectos, tal como defende Reinhart (1995), para motivar *scrambling* nas línguas germânicas, Costa (1996b, 1998), para as ordens VOS do PEC, e Martins (2000b, 2000e), para *scrambling* no PA.

Quanto a diferenças entre PA e PEC, conforme referimos, havia mais ordens OV no PA em contextos neutros. O mecanismo sintáctico na base dessa possibilidade envolverá sempre movimento de constituintes. Contudo, o movimento para a esquerda por *scrambling*, tal como é definido para o PA, a par das estruturas com interpolação, não é produtivo no PEC, e deixa de o ser logo a partir da produção escrita do século XVI (Martins 2000b, 2000e).

Relativamente ainda a *scrambling*, verifica-se que no PEC este se mantém, mas apenas nas ordens VOS, correspondendo a movimento curto do objecto para a esquerda do sujeito, que fica na posição base. Isto significa que apenas a deslocação à esquerda e a focalização são estratégias possíveis no PEC.

O facto de *scrambling* para o domínio de IP não ser produtivo no PEC traduz-se na redução dos valores associados a determinados núcleos funcionais, redução que ocorreu no decurso da história do português. Contudo, este facto não tem consequências para o nosso tema de estudo, conforme temos vindo a reiterar. Segundo Martins, que seguimos, as mudanças verificadas na história do português, relativas às ordens de palavras, derivam da diminuição dos valores associados ao núcleo AgrS, que deixa de disponibilizar mais alvos para o movimento de constituintes para a esquerda do verbo. Segundo a autora, “[a]ll the relevant facts of contemporaneous word order change are straightforwardly derived from the ‘shrinkage’ of the EPP properties of the AgrS head” (Martins 2001c).

No entanto, a mudança sintáctica que possa ter ocorrido, com a consequente diminuição de ordens OV em frases independentes, não tem qualquer relevância para a temática da transitividade e da inacusatividade. Vimos que, de facto, a transitividade da construção pode ter papel importante, e a prová-lo está o maior número de contextos com inversão em estruturas inacusativas, mas, provavelmente, o que condiciona a ordem dos constituintes na frase, na perspectiva de Levin & Rappaport Hovav (1995), que corroboramos, são mudanças ao nível da semântica lexical. Isto porque há verbos que ocorriam em configurações sintácticas inacusativas e que, actualmente, são apenas usados transitivamente, e vice-versa (cf. 5.4.1.).

Todos estes factores conjugados, resultantes da descrição do PEC empreendida nos capítulos 3 e 4, como dos dados do nosso *corpus*, apresentados nos capítulos 5 e 6, apontam, de facto, a transitividade da construção como factor determinante para a ordem de constituintes. Efectivamente, o fenómeno da inversão é mais frequente em

contextos não transitivos, ou seja, é mais frequente a inversão do sujeito quando este é o argumento interno do verbo que o selecciona.

No capítulo 7, que dedicámos ao fenómeno da cliticização, foi possível mostrar que o número de contextos de próclise em frases sem proclisadores - como então referimos, a próclise alternava com a ênclise pelo menos até ao século XIV - aumenta do século XIII para o XVI, tornando-se na ordem quase dominante, principalmente em textos literários. Nos textos não literários do nosso *corpus*, este aumento não é significativo, uma vez que o número de proclíticos em contextos neutros se mantém estável ao longo dos quatro séculos.

Relativamente ao fenómeno da interpolação, cuja frequência, ao contrário da próclise, começa a diminuir logo a partir do século XIII, podemos colocar a hipótese de que esta resulta de uma mudança na especificação formal do hospedeiro do clítico. Isto significa que, apesar de não termos dúvidas quanto ao estatuto dos clíticos enquanto categorias nucleares, a possibilidade de interpolação “total” encontrada nos nossos dados resulta do facto de o hospedeiro ao qual os clíticos se adjungem não ser formalmente especificado, como acontece no PEC, onde o hospedeiro é sempre de natureza verbal.

Neste sentido, avançámos uma explicação para a possibilidade de interpolação “total” encontrada no PA em função do estatuto subespecificado do hospedeiro do clítico. O facto de ter evoluído para a sua especificação como  $X^0$  logo a partir do século XVI faz com que o tipo de constituintes e, por consequência, o número de interpolações, se vá restringindo à negação e aos adverbiais (categorias nucleares), nos chamados casos de interpolação “residual” que vimos existirem no PEC dialectal. No PEC padrão a interpolação não é possível em nenhuma situação, porque o clítico se adjunge, obrigatoriamente, a núcleos verbais.

Ainda no capítulo 7, e a propósito das construções com o clítico *Se*, foi nosso objectivo mostrar que o fenómeno da não concordância entre o DP e o verbo nestas construções é um fenómeno sem expressão nos textos do nosso *corpus*. Verificámos que a concordância acontece também em construções inacusativas com ordem VS no PA.

## 8.2. Investigação futura

Como referimos no ponto anterior relativamente à realização do sujeito antes ou depois do verbo, concluímos que é mais comum a realização pós-verbal em construções inacusativas do que nas transitivas e nas intransitivas. E tal facto deriva da semântica do

próprio verbo, que, conseqüentemente, se reflecte na sintaxe, no sentido em que estes sujeitos pós-verbais são realizados na posição base em que são gerados. Por hipótese poderíamos ser tentados a concluir que os sujeitos das construções inacusativas não são verdadeiros sujeitos, mas objectos, tal como os sujeitos superficiais da passiva são objectos nocionais, e que apenas ocorrem em [Spec, IP] devido ao EPP.

A inacusatividade é uma propriedade sintáctica, mas lexicalmente motivada, ou seja, a informação do léxico relativa a cada verbo determina as suas propriedades de subcategorização e a possibilidade, ou não, de seleccionar argumento externo. Com isto queremos dizer que, principalmente no caso dos verbos com uso ora transitivo, ora inacusativo, não se trata de existirem duas entradas lexicais para cada verbo, mas sim da possibilidade que um verbo tem de realizar, ou não, argumento externo, condição essencial da transitividade.

No capítulo sobre a colocação dos clíticos nos textos do nosso *corpus*, mais concretamente na secção relativa à interpolação, um dado relevante que avançámos prende-se com a diminuição de contextos de interpolação logo a partir do século XIII, que evoluiu para o que actualmente se verifica no PEC, a impossibilidade de interpolação “total”, tendo-se a interpolação mantido, ainda que residualmente, no português dialectal.

E foi exactamente a propósito da interpolação “residual” que propusemos que se trata de uma instância de movimento nuclear, com base na observação de fenómenos de natureza sintáctica, nomeadamente aqueles casos em que o verbo sobe para C arrastando consigo os advérbios e a negação, e que servem para mostrar que os constituintes que ocorrem nas construções de interpolação são adjuntos verbais (cf. (48) do capítulo 7). Propusemos, então, que os constituintes que ocorrem nesse tipo de configuração serão formas fracas com comportamento equivalente ao de núcleos, grupo no qual incluimos os advérbios, a negação frásica e os sujeitos pronominais. Se, quanto aos dois primeiros, o estatuto de núcleo é geralmente aceite, já o estatuto de núcleo do último poderá constituir uma boa linha de investigação. Isto leva-nos a formular a seguinte questão: porque é que apenas DPs pronominais podem ocorrer interpolados e não DPs plenos?

Um outro passo na investigação consiste, então, em avaliar a possibilidade de tratar os sujeitos pronominais como elementos nucleares, diferenciando-os, assim, de outro tipo de sujeitos, nomeadamente DPs plenos, e explicando a possibilidade de obter adjunção do clítico apenas àqueles.

Assumindo, como sugerimos em 8.1., que não houve mudanças em termos estruturais na configuração sintáctica transitiva e inacusativa, sendo as diferenças encontradas do campo da semântica lexical, nomeadamente do verbo, o próximo passo a desenvolver terá de se prender com a caracterização semântica dos verbos.

Numa próxima fase teríamos, então, de tentar perceber exactamente quais os factores que terão originado esta mudança, uma vez que fazer a caracterização, em termos de traços semânticos, para cada verbo em dados diacrónicos é uma tarefa difícil, que implicaria a descrição e análise de um número de ocorrências muito maior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, S. (1987) *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- ADAMS, J. N. (1977) "A Typological Approach to Latin Word Order", *Indogermanische Forschungen* 81, 70-99.
- ADAMS, M. (1988a) "Embedded *pro*", in Blevins, J. & J. Carter (eds.) *Proceedings of NELS 18*, GSLA, Amherst, University of Massachusetts, 1-21.
- ADAMS, M. (1988b) "Les Effets V2 en Ancien et en Moyen Français", in Hirschbuhler, P. & A. Rochette (eds.) *Aspects de la Syntaxe Historique du Français, Revue Québécoise de Linguistique Théorique et Appliquée* 7, 13-40.
- ADAMS, M. (1988c) "Word Order and Null Subjects: Contributions from Old French", Ms., UCLA.
- ADAMS, M. (1987) *Old French, Null Subjects and Verb Second Phenomena*, Dissertação de Doutorado, UCLA.
- ALONSO, M. (1986) *Diccionario Medieval Español*, Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca.
- ALVES DA COSTA, M. J. (1998) *Os Valores dos Verbos "Aver" e "Teer" no Português Arcaico*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras.
- ALEXIADOU, A. & E. ANAGNOSTOPOULOU (2001) "Covert F(eature)-Movement and the Placement of Arguments", in Alexandrova, G. & O. Arnaudova (eds.) *The Minimalist Parameter: Selected Papers from the Open Linguistics Forum (Ottawa, 21-23 March 1997)*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 175-190.
- ALEXIADOU, A. & E. ANAGNOSTOPOULOU (1999) "EPP without Spec, IP", in Adger, D., S. Pintzuk, B. Plunkett & G. Tsoulas (eds.) *Specifiers. Minimalist Approaches*, Oxford, Oxford University Press, 93-109.
- ALEXIADOU, A. & E. ANAGNOSTOPOULOU (1998) "Parametrizing AGR: Word Order, V-Movement and EPP-Checking", *Natural Language and Linguistic Theory* 16, 491-539.
- ALEXIADOU, A. & E. ANAGNOSTOPOULOU (1996) "Symmetries, Asymmetries and the Role of Agreement", comunicação apresentada ao *XIXth GLOW Colloquium*, Atenas.
- ALEXIADOU, A. & E. ANAGNOSTOPOULOU (1995) "SVO and EPP in Null Subject Languages", *FAS Papers*, Postdam.
- ALLWOOD, J., L.-G. ANDERSSON & Ü. DAHL (eds.) (1977) *Logic in Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- AMBAR, M. (1999) "Aspects of the Syntax of Focus in Portuguese", in Rebuschi, G. & L. Tuller (eds.) *The Grammar of Focus*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 23-53.
- AMBAR, M. (1998) "The Syntax of Focus in Portuguese", Universidade de Lisboa, Ms.
- AMBAR, M. (1992) *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-verbo em Português*, Dissertação de Doutorado, Lisboa, Colibri.
- AMBAR, M. & J.-Y. POLLOCK (1998) *Topique et Commentaire dans quelques constructions à Inversion du Sujet en Français et en Portugais*, Ms., Lyon, Universidade de Lisboa & CNRS.
- ANDRADE, J. N. de (1841) *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa por Sistema Philosophico*, Offerecida ao Ill.mo Sr. José Ferreira Pinto Basto., ... Lisboa, Tip. António Sebastião Coelho.

- ANDREWS, A. D. (1982) "The Representation of Case in Modern Icelandic", in Bresnan, J. (ed.) *The Mental Representation of Grammatical Relations*, Cambridge/MA, MIT Press, 427-503.
- APOLÓNIO ([1878]/1910) "De la Construction" in *Grammatici Graeci* II, 2, Leipzig/Teubner, Ed. G. Uhlig.
- ARNAUD, A. & LANCELOT (1612-1694/1992) *Gramática de Port-Royal* (Trad. do francês *Grammaire Generale et Raisonnée* por B. F. Barreto e H. G. Murachco), São Paulo, Martins Fontes.
- BAKER, M. (1988) *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*, Chicago, University of Chicago Press.
- BALTIN, M. (2001) "A-Movements", in Baltin, M. & C. Collins (eds.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*, Malden/USA & Oxford/UK, Blackwell, 226-254.
- BARBOSA, P. (2000) "Clitics: a Window into the Null Subject Property", in Costa, J. (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*, Oxford/New York, Oxford University Press, 31-93.
- BARBOSA, P. (1997) "Subject Positions in the Null Subject Languages", *Seminários de Linguística* 1, Universidade do Algarve, 39-63.
- BARBOSA, P. (1996) "Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects", in Halpern, A. L. & A. M. Zwicky (eds.) *Second Position Clitics and Related Phenomena*, Stanford/California, CSLI Publications, 1-40.
- BARBOSA, P. (1995) *Null Subjects*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- BARROS, J. de (1540/1971) *Gramática da Língua Portuguesa*, Reprodução fac-similada, Leitura, introdução e notas por M. Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras.
- BELLETTI, A. (1990) *Generalized Verb Movement*, Turin, Rosenberg & Sellier.
- BELLETTI, A. & L. RIZZI (1996) (orgs.) *Parameters and Functional Heads. Essays in Comparative Syntax*, New York/Oxford, Oxford University Press.
- BELLETTI, A. (1988) "The Case of Unaccusatives", *Linguistic Inquiry* 19 (1), 1-34.
- BELLETTI, A. (1982) "Morphological Passive and *pro*-drop: the Impersonal Construction in Italian", *Journal of Linguistic Research* 2, 1-34.
- BELLETTI, A. & L. RIZZI (1988) "Psych-Verbs and  $\theta$ -Theory", *Natural Language and Linguistic Theory* 6 (3), 291-352.
- BELLETTI, A. & U. SHLONSKY (1995) "The Order of verbal Complements: a Comparative Study", *Natural Language and Linguistic Theory* 13 (3), 489-526.
- BENINCÀ, P. (1983-84) "Un' Ipotesi sulla Sintassi delle Lingue Romanze Medievali", *Quaderni Patamini di Linguistica* 4, 3-19.
- BENINCÀ, P. (1995) "Complement Clitics in Medieval Romance: the Tobler-Mussafia Law", in Battye, A. & I. Roberts (eds.) *Clause Structure and Language Change*, New York/Oxford, Oxford University Press, 325-344.
- BENINCÀ, P. e G. CINQUE (1993) "Su Alcune Differenze fra Enclisi e Proclisi" in *Omagio a Gianfranco Folena*, Pádua, Programma, 2313-2326.
- BERLINCK, R. A. (1989) "A Construção V SN no Português do Brasil: Uma Visão Diacrônica do Fenômeno da Ordem", in Tarallo, F (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*, Campinas: Pontes, Unicamp, 95-112.
- BESTEN, H. den (1983) "On the Interaction of Root Transformations and Lexical Deletive Rules" in Abraham, W. (ed.) *On the Formal Syntax of Westgermania*, Amsterdam, John Benjamins, 47-131.

- BIANCHI, V. & M. C. FIGUEIREDO SILVA (1993) "On some Properties of Agreement-Object in Italian and in Brazilian Portuguese", Ms., Scuola Normale Superiore di Pisa/Université de Genève.
- BOBALJIK, J. (1995) *Morphosyntax: the Syntax of Verbal Inflection*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- BOBALJIK, J. & H. THRÁINSSON (1998) "Two Heads aren't Always Better than One", *Syntax* 1, 37-71.
- BOBALJIK, J. & D. JONAS (1996) "Subject Positions and the Roles of TP", *Linguistic Inquiry* 27 (2), 195-236.
- BORER, H. & Y. GRODZINSKY (1986) "Syntactic Cliticization and Lexical Cliticization: The Case of Hebrew Dative Clitics" in Borer, H. (ed.) *Syntax and Semantics 19: The Syntax of Pronominal Clitics*, Orlando, Nova Iorque/Londres, Academic Press.
- BOŠKOVIĆ, Ž. (1999) "On Multiple Feature Checking: Multiple *wh*- Fronting and Multiple Head Movement", in Epstein, S. & N. Hornstein (eds.) *Working Minimalism*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press, 159-187.
- BOŠKOVIĆ, Ž. (1996) "Selection and the Categorial Status of Infinitival Complements", *Natural Language and Linguistic Theory* 14 (2), 269-304.
- BRITTO, H. (1999) *Clíticos na História do Português*, Relatório técnico apresentado à Fapesp.
- BURZIO, L. (1986) *Italian Syntax. A Government-Binding Approach*, Dordrecht, Reidel.
- BURZIO, L. (1981) *Intransitive Verbs and Italian Auxiliaries*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- BÜSSE, W. & M. VILELA (1986) *Gramática de Valências*, Coimbra, Almedina.
- CANALE, W. M. (1978) *Word Order Change in Old English: Base Reanalysis in Generative Grammar*, Dissertação de Doutorado, University of Toronto.
- CARDINALETTI, A. & I. ROBERTS (1991) "Clause structure and X-second", Ms., Università di Venezia and Université de Genève, a publicar em Chao, W. & G. Horrocks (eds.) *Levels, Principles and Processes: the Structure of Grammatical Representations*, Berlin, Foris/de Gruyter.
- CARDINALETTI, A. & M. STARKE (1999) "The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of the Three Classes of Pronouns", in van Riemsdijk, H. (ed.) *Clitics in the Languages of Europe*, Berlin, Mouton de Gruyter, 145-233.
- CARDINALETTI, A. & M. STARKE (1996) "Deficient Pronouns: A View Germanic. Study in the Unified Description of Germanic and Romance", in Thráinsson, H., S. D. Epstein & S. Peter (eds.) *Germanic Syntax*, Dordrecht, Boston & London, Kluwer, 21-65.
- CARRILHO, E. (2001) "Ainda a "Unidade e Diversidade da Língua Portuguesa": a Sintaxe", a publicar em Castro, I. e I. Duarte (orgs.) *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos Oferecida a Maria Helena Mira Mateus pela sua Jubilação*, Lisboa.
- CASTRO, A. & J. COSTA (2002) "Possessivos e Advérbios: Formas Fracas como X<sup>o</sup>", *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri, 101-111.
- CASTRO, I. (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- CHOMSKY, N. (2001) "Beyond Explanatory Adequacy", ms, MIT.
- CHOMSKY, N. (1999) "Derivation by Phase", *MIT Occasional papers in Linguistics* 18.

- CHOMSKY, N. (1998) “Minimalist Inquiries: the Framework”, *MIT Occasional Papers in Linguistics* 15, Cambridge/Massachusetts, reimpresso em Martin, R. et al. (eds.) (2000) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press, 89-156.
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1994) “Bare Phrase Structure”, in Webelhuth, G. (ed.) *Government and Binding Theory and the Minimalist Program*, Oxford/Cambridge, Blackwell, 383-439. CHOMSKY, N. (1993) “A Minimalist Program for Linguistic Theory”, in Hale, K. & S. J. Keyser (eds.) *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press, 1-52 (reimpresso como capítulo 3 de Chomsky 1995).
- CHOMSKY, N. (1989) “Some Notes on Economy of Derivation and Representation”, in Laka, I. & A. Mahajan (eds.) *Functional Heads and Clause Structure. MIT Working Papers in Linguistics* 10, 43-74 (também publicado em Freidin, R. (ed.) (1991) *Principles and Parameters in Comparative Grammar*, Cambridge/MA, MIT Press, 417-454).
- CHOMSKY, N. (1986a) *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*, New York, Praeger.
- CHOMSKY, N. (1986b) *Barriers*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht, Foris.
- CHOMSKY, N. (1980) “On Binding”, *Linguistic Inquiry* 11 (1), 1-46.
- CHOMSKY, N. (1973) “Conditions on Transformations” in Anderson, S. R. & P. Kiparsky (eds.) *A Festschrift for Morris Halle*, New York, Holt, Reinhart & Winston, Inc., 232-286 (reimpresso como Chomsky, N. (1977) *Essays on Form and Interpretation*, New York, North-Holland).
- CHOMSKY, N. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press (Trad. portuguesa *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, Coimbra, Arménio Amado Ed., 1975).
- CHOMSKY, N. & H. LASNIK (1977) “Filters and Control”, *Linguistic Inquiry* 8 (3), 425-504.
- CINQUE, G. (1999) *Adverbs and Functional Heads. A Cross-Linguistic Perspective*, New York/Oxford, Oxford University Press.
- CIPM – *Corpus Informatizado do Português Medieval*, Centro de Linguística (L.1), Universidade Nova de Lisboa.
- COELHO, I., J. COSTA, M. C. FIGUEIREDO SILVA, S. MENUZZI e G. BRAZZAROLA (2001) “Ordem VS e Sujeito Nulo em PE e PB”, comunicação apresentada no Colóquio PE-PB, Fortaleza.
- COLLINS, C. & H. THRÁINSSON (1996) “VP-internal Structure and Object Shift in Icelandic”, *Linguistic Inquiry* 27 (3), 391-444.
- CONTRERAS, H. (1991) “On the Position of Subjects” in Rothstein, S. (ed.) *Perspectives on Phrase Structure. Syntax and Semantics* 25, San Diego, Academic Press, 63-79.
- CORVER, N. & D. DELFITTO (1993) *Feature Asymmetry and the Nature of Pronoun Movement*, Utrecht University/OTS.
- COSTA, J. (2002a) “VOS in Portuguese. Arguments Against an Analysis in terms of Remnant Movement”, in Alexiadou, A., E. Anagnostopoulou, S. Barbiers & H.-M. Gaertner (eds.) *Dimensions of Movement*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 69-89.

- COSTA, J. (2002b) “When Can Objects Bind? Left-to Right Merge, Scrambling and Binary Structure in European Portuguese”, comunicação apresentada ao *XXVIII Incontro di Grammatica Ginerativa*, Universidade de Lecce, 28 Fevereiro-2 Março.
- COSTA, J. (2001a) “Postverbal Subjects and Agreement in Unaccusative Contexts in European Portuguese”, *The Linguistic Review* 18, 1-17.
- COSTA, J. (2001b) “Spec, IP ou Deslocado? Prós e Contras das Duas Análises dos Sujeitos Pós-verbais”, *D.E.L.T.A.* 17 (2), 283-303.
- COSTA, J. (2000/2001) “Notas do Seminário de Doutorado *Interfaces com Sintaxe*”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, J. (2000a) “SVO vs VSO in Multiple-Focus Context”, Ms., Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, J. (2000b) “Variação de Ordem de Palavras em Português Europeu”, Universidade de Campinas.
- COSTA, J. (1999/2000) “Notas do Seminário de Mestrado *Sintaxe Comparada das Línguas Românicas e Germânicas*”, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- COSTA, J. (1999) “VOS em Português: *Scrambling* vs. Movimento *Remnant*”, *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga, APL, 265-282.
- COSTA, J. (1998) *Word Order Variation. A Constraint-Based Approach*, Haia, Holland Academic Graphics, HIL Dissertations.
- COSTA, J. (1996a) “Adverb Positioning and V-movement in English: some more evidence”, *Studia Linguistica* 50 (1), 22-34.
- COSTA, J. (1996b) “Scrambling in European Portuguese”, *Proceedings of SCIL 8, MIT Working Papers in Linguistics*, 95-114.
- COSTA, J. & I. DUARTE (2001) “Objectos Nulos em Debate”, in *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos oferecida a Maria Helena Mateus*, Departamento de Linguística Geral e Românica, FLUL.
- COSTA, J. & A. GONÇALVES (1999) “Minimal Projections: Evidence from Defective Constructions in European Portuguese”, *Catalan Working Papers in Linguistics* 7, 59-69.
- CUNHA, C. (1975) *Gramática do Português Contemporâneo*, Belo-Horizonte, Ed. Bernardo Álvares (5ª edição revista).
- CUNHA, C. & L. F. L. CINTRA (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.
- CZEPLUCH, H. (1990) “Word Order Variation in a Configurational Language: against a Uniform Scrambling Account in German”, in Abraham, W., W. Kosmeijer & E. Reuland (eds.) *Issues in Germanic Syntax*, Berlin, de Gruyter, 163-195.
- DÉPREZ, V. (1994) “Parameters of Object Movement”, in Corver, N. & H. van Riemsdijk (eds.) *Studies on Scrambling. Movement and Non-Movement Approaches to Free Word-Order Phenomena*, Berlin/New York, de Gruyter, 101-152.
- DÉPREZ, V. (1989) *On the Typology of Syntactic Positions and the Nature of Chains*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- DESCLÈS, J.-P. (1990) *Langages Applicatifs, Langues Naturelles et Cognition*, Paris, Hermès.
- DESCLÈS, J.-P. (1985) “Représentation des Connaissances: Archétypes Cognitifs, Schèmes Conceptuels, Schèmes Grammaticaux”, *Actes Sémiotiques, Documents VII*, Paris, CNRS, 69-70.

- DIESING, M. (1997) “Yiddish VP Order and the Typology of Object Movement in Germanic”, *Natural Language and Linguistic Theory* 15, 369-427.
- DIESING, M. (1995) “Yiddish VP Order and the Typology of Object Movement in Germanic”, Ms., Cornell University.
- DIESING, M. (1992) *Indefinites*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- DIESING, M. (1990) “Verb Movement and the Subject Position in Yiddish”, *Natural Language and Linguistic Theory* 8, 41-79.
- DIESING, M. (1988) “Word Order and the Subject Position in Yiddish”, in Blevins, J. & J. Carter (eds.) *Proceedings of NELS 18*, GSLA, Amherst, University of Massachusetts, 124-140.
- DIESING, M. & E. JELINEK (1995) “Distributing Arguments”, *Natural Language Semantics* 3, 123-176.
- DOWTY, D. R. (1979) *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, Reidel.
- DUARTE, I. (2001) “O Português Europeu é uma Língua Orientada para o Discurso?”, provas de agregação, Universidade de Lisboa.
- DUARTE, I. (1997) “Ordem de Palavras: Sintaxe e Estrutura Discursiva”, in Brito, A. M. et alii (orgs.) *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, 581-592.
- DUARTE, I. (1996) “A Topicalização em Português Europeu: Uma Análise Comparativa”, in Duarte, I. & I. Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. 1, Lisboa, APL/Colibri, 327-358.
- DUARTE, I. (1987) *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- DUARTE, I. & G. MATOS (2000) “Romance Clitics and the Minimalist Program” in Costa, J. (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*, New York, Oxford University Press, 116-142.
- DUARTE, I. & G. MATOS (1995) “Romance Clitics and the Minimalist Program”, Ms., Universidade de Lisboa.
- DUARTE, I., G. MATOS, I. RIBEIRO & A. GONÇALVES (2001) *Clíticos Especiais em Português Europeu e Brasileiro*, Comunicação apresentada ao 2º Workshop do Projecto “Português Europeu e Português Brasileiro – Unidade e Diversidade na Viragem do Milénio”, Fortaleza.
- DUARTE, M. E. L. (1992) A Perda da Ordem V(erbo) S(ujeito) em Interrogativas-QU no Português do Brasil”, *D.E.L.T.A.* 8, 37-52.
- ELISEU, A. (1984) *Verbos Ergativos do Português. Descrição e Análise*, Monografia para Provas de Aptidão Pedagógica e Científica, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Enciclopédia Filosófica*, vol. 8, Roma, Edipem.
- Encyclopédie Philosophique Universelle*, vol. 2 “Les Notions Philosophiques”, Paris, P.U.F..
- EMONDS, J. (1978) “The Verbal Complex V'-V in French”, *Linguistic Inquiry* 9 (1): 151-175.
- EMONDS, J. (1976) *A Transformational Approach to English Syntax: Root, Structure-Preserving, and Local Transformations*, New York, Academic Press.
- FANSELOW, G. (1990) “Scrambling as NP-Movement”, in Grewendorf, G. & W. Sternefeld (eds.) *Scrambling and Barriers*, Amsterdam, John Benjamins, 113-140.
- FERNANDES, F. (1940/1985) *Dicionário de Verbos e Regimes*, Rio de Janeiro, Globo (34ª ed.).

- FIÉIS, M. A. (2002) “(XP) V S em Português Medieval”, *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri, 175-187.
- FIÉIS, M. A. (2001) “Interpolação em Português Medieval como Adjunção a XP”, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri, 197-211.
- FIÉIS, M. A. (2000) “Pares Ergativos em Textos Portugueses do Século XIII”, comunicação apresentada no *Congresso Internacional 500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil*, Évora, 8-13 de Maio (a publicar nas actas).
- FIÉIS, M. A. (1996) *Clíticos num Corpus do Português do Século XIII*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A Posição Sujeito no Português Brasileiro – Frases Finitas e Infinitivas*, Campinas, Unicamp.
- FILLMORE, C. J. (1969) “Types of Lexical Information” in Kiefer, F. (ed.), *Studies in Syntax and Semantics, Foundations of Language* 10.
- FILLMORE, C. J. (1968a) “Lexical Entries for Verbs”, *Foundations of Language* 4.
- FILLMORE, C. J. (1968b) “The Case for Case” in BACH, E. & R. T. HARNES (eds.) *Universals in Linguistic Theory*, London, Holt, Rinehart & Winston, 1-88.
- FILLMORE, C. J. & D. T. LANGEDOEN (eds.) (1971) *Studies in Linguistic Semantics*, Holt, Rinehart and Winston.
- FISCHER, S. (2002) “Stylistic Fronting in Old Romance: Data from Old Catalan”, comunicação apresentada ao *DIGS VII*, 27-30 Junho, Universidade de Girona.
- FONTANA, J. M. (1993) *Phrase Structure and the Syntax of Clitics in the History of Spanish*, Dissertação de Doutoramento, Philadelphia, Universidade da Pennsylvania.
- FREIRE, A. (1987) *Gramática Latina*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia (4ª ed.).
- FROTA, S. (1998) *Prosody and Focus in European Portuguese*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- FROTA, S. & M. VIGÁRIO (1996) “On Weight Effects in EP”, comunicação apresentada no Glow Workshop sobre *Weight Effects*, Atenas.
- GALVES, C. (2000) “Agreement, Predication, and Pronouns in the History of Portuguese” in Costa, J. (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*, New York, Oxford University Press, 143-168.
- GALVES, C., et alii (1998) “Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística”, Ms.
- GALVES, C. (1996) “O Enfraquecimento da Concordância no Português Brasileiro” in Roberts, I. & M. Kato (orgs.) *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*, Campinas, Unicamp, 387-408.
- GALVES, C. (1992) “Clitic-placement in European Portuguese: Evidence for a non-Homogeneous Theory of Enclisis”, *Actas do Workshop sobre o Português*, Lisboa, APL, 61-80.
- GALVES, A. & C. GALVES (1995) “A Case Study of Prosody Driven Language Change. From CIP to EP”, UNICAMP-USP, Ms..
- GONÇALVES, A. (1999) *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo Não Preposicionado do Português Europeu*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, A. (1992) *Para uma Sintaxe dos Verbos Auxiliares em Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

- GONÇALVES, A. & M. COLAÇO (1990) “Para um Tratamento Uniforme do(s) Verbo(s) “ser” no Português Europeu”, *Actas do VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, Colibri, 125-143.
- GOODALL, G. (1998a) “ $\theta$ -Alignment and the By-phrase”, *Chicago Linguistic Society* 33.
- GOODALL, G. (1998b) “Passives and Arbitrary Subjects in Spanish”, comunicação apresentada ao 28<sup>th</sup> *Linguistics Symposium on Romance Languages*, Universidade da Pennsylvania.
- GRÉVISSE, M. (1993) *Le Bon Usage. Grammaire Française*, Paris, Éditions Duculot (13<sup>a</sup> edição revista por André Goosse).
- GREWENDORF, G. & J. SABEL (1999) “Scrambling in German and Japanese: Adjunction versus Multiple Specifiers”, *Natural Language and Linguistic Theory* 17 (1), 1-65.
- GREWENDORF, G. & W. STERNEFELD (1990) “Scrambling Theories”, in Grewendorf, G. & W. Sternefeld (eds.) *Scrambling and Barriers*, Amsterdam, John Benjamins, 3-37.
- GRIMSHAW, J. (1991) “Extended Projection”, Ms., Waltham, Brandeis University.
- GRIMSHAW, J. (1990) *Argument Structure*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- GROSS, M. et alii (1971) “Syntaxe Transformationnelle du Français”, *Langue Française* 11, Larousse.
- GRUBER, J. S. (1965) *Studies in Lexical Relations*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- GUÉRON, J. (1980) “On the Syntax and Semantics of PP Extraposition”, *Linguistic Inquiry* 11 (4), 637-678.
- HAEBERLI, E. (1999) *Features, Categories and the Syntax of A-positions: Synchronic and Diachronic Variation in the Germanic Languages*, Dissertação de Doutorado, Université de Genève.
- HAEGEMAN, L. (1991) *Introduction to Government and Binding Theory*, Oxford, Blackwell.
- HAEGEMAN, L. & J. GUÉRON (1999) *English Grammar. A Generative Perspective*, Malden/MA & Oxford/UK, Blackwell
- HAIDER, H. (1986) “V-second in German” in Haider, H. & M. Prinzhorn (eds.) *Verb Second Phenomena in Germanic Languages*, Dordrecht, Foris, 49-75.
- HALE, K. & S. J. KEYSER (1997a) “The Basic Elements of Argument Structure”, Ms., MIT [publicado posteriormente in Harley, H. (ed.) (1998) *Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect*, *MIT Working Papers in Linguistics* 32, Cambridge/Massachusetts, 73-118].
- HALE, K. & S. J. KEYSER (1997b) “On the Double-Object Construction”, Ms., MIT.
- HALE, K. & S. J. KEYSER (1997c) “There-Insertion Unaccusatives and other Complex Intransitives”, Ms., MIT.
- HALE, K. & S. J. KEYSER (1993) “On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations” in Hale, K. & S. J. Keyser (eds.) *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press, 53-109.
- HALLE, M. & A. MARANTZ (1993) “Distributed Morphology and the Pieces of Inflection” in Hale, K. & S. J. Keyser (eds.) *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, Cambridge/Massachusetts, MIT, 111-176.
- HEIM, I. (1982) *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*, Dissertação de Doutorado, University of Massachusetts.

- HENRY, A. (1995) *Belfast English and Standard English: Dialect Variation and Parameter Setting*, Oxford, Oxford University Press.
- HERNANZ, M. L. (1991) "Spanish Absolute Constructions and Aspect", *Catalan Working Papers in Linguistics*, Universitat Autònoma de Barcelona.
- HEYCOCK, C. & B. SANTORINI (1992) "Head Movement and the Licensing of Non-Thematic Positions", Ms., Oakland University and Northwestern University [comunicação apresentada na WCCFL 11].
- HIGGINS, F. R. (1989) "The History of Control and Raising in Modern English", comunicação apresentada ao *Workshop on Control*, MIT, Maio.
- HOEKSTRA, T. (1992) "Aspect and  $\theta$  Theory", in Roca, I. M. (ed.) *Thematic Structures: Its Role in Grammar*, Berlin, Mouton de Gruyter, 145-174.
- HOEKSTRA, T. (1984) *Transitivity. Grammatical Relations in Government-Binding Theory*, Dordrecht, Foris.
- HOEKSTRA, T. & R. MULDER (1990) "Unergatives as Copular Verbs: Locational and Existential Predication", *The Linguistic Review* 7: 1-79.
- HOLMBERG, A. (1986) *Word Order and Syntactic Features in the Scandinavian Languages and English*, Dissertação de Doutorado, Universidade de Stockholm.
- HOLMBERG, A. & C. PLATZACK (1995) *The Role of Inflection in Scandinavian Syntax*, Oxford, Oxford University Press.
- HOLMBERG, A. & C. PLATZACK (1990) "On the Role of Inflection in Scandinavian Syntax", in Abraham, W., W. Kosmeijer & E. Reuland (eds.) *Issues in Germanic Syntax. Trends in Linguistics, Studies and Monographs* 44, Berlin, Mouton de Gruyter, 93-118.
- HOLMBERG, A. & C. PLATZACK (1988) "On the Role of Inflection in Scandinavian Syntax", *Working Papers in Scandinavian Syntax* 42, 25-42.
- HUANG, J. (1984) "On the Distribution and Reference of Empty Pronouns", *Linguistic Inquiry* 15 (4): 531-574.
- HUBER, J. (1933) *Gramática do Português Antigo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986 (Tradução do alemão por M. Manuela G. Delille).
- JACKENDOFF, R. S. (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- JACOBSON, P. (1990) "Raising as Function Composition", *Linguistics and Philosophy: An International Journal* 13 (4), 423-475.
- JAEGGLI, O. (1986) "Passive", *Linguistic Inquiry* 17 (4): 587-622.
- JAEGGLI, O. & K. J. SAFIR (1989a) *The Null Subject Parameter*, Dordrecht, Kluwer.
- JAEGGLI, O. (1982) *Topics in Romance Syntax*, Dordrecht, Foris.
- JAEGGLI, O. & K. J. SAFIR (1989b) "The Null Subject Parameter and Parametric Theory", in Jaeggli, O. & K. J. Safir (eds.) *The Null Subject Parameter*, Dordrecht, Kluwer, 1-44.
- JOHNSON, K. (1991) "Object Positions", *Natural Language and Linguistic Theory* 9, 577-636.
- JONAS, D. & J. BOBALJIK (1993) "Specs for Subjects: the Role of TP in Icelandic", in *MIT Working Papers in Linguistics* 18: *Papers on Case and Agreement* I, 59-98.
- JONES, M. A. (1994) *Sardinian Syntax*, London, Routledge.
- KAISER, G. A. (1999) "A Ordem de Palavras e a Posição do Verbo Finito no Português Antigo", *Actas do Congresso Internacional organizado por motivos dos vinte anos do Português no Ensino Superior*, Budapeste, 248-261.
- KAYNE, R. (1998) "Overt vs. Covert Movement", Ms., New York University.

- KAYNE, R. (1994) *The Antisymmetry of Syntax*, MIT Press, Cambridge Mass.
- KAYNE, R. (1991) "Romance Clitics, Verb Movement, and PRO", *Linguistic Inquiry* 22 (4), 647-686.
- KAYNE, R. (1981) "On Certain Differences between French and English", *Linguistic Inquiry* 12 (3), 349-371.
- KAYNE, R. (1975) *Syntaxe du Français. Le Cycle Transformationnel*, Paris, Seuil.
- KAYNE, R. & J.-Y. POLLOCK (1998) *New Thoughts on Stylistic Inversion*, Comunicação apresentada ao *Workshop on Inversion in Romance*, Universidade de Amsterdão.
- KAYNE, R. & J.-Y. POLLOCK (1978) "Stylistic Inversion, Successive Cyclicity and Move-NP in French", *Linguistic Inquiry* 9 (4), 595-621.
- KEMENADE, A. van (1987) *Syntactic Case and Morphological Case in the History of English*, Dordrecht, Foris.
- KOOPMAN, W. (1990) *Word Order in Old English with special reference to the Verb Phrase*, Dissertação de Doutorado, University of Amsterdam.
- KOOPMAN, H. (1984) *The Syntax of Verbs*, Dordrecht, Foris.
- KOOPMAN, H. & D. SPORTICHE (1991) "The Position of Subjects", *Lingua* 85, 211-258.
- KRATZER, A. (1996) "Severing the External Argument from Its Verb", in Rooryck, J. & L. Zaring (eds.) *Phrase Structure and the Lexicon*, Dordrecht, Kluwer, 109-138.
- KROCH, A. (2000) "Recent Advances in English Historical Syntax", comunicação apresentada no ciclo de conferências *Conversas d'horAl*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (Dezembro).
- KROCH, A. & A. TAYLOR (2000) "Verb-Object Order in Early Middle English" in Pintzuk, S., G. Tsoulas & A. Warner (eds.) *Diachronic Syntax. Models and Mechanisms*, Oxford, Oxford University Press, 132-163.
- KROCH, A. & A. TAYLOR (1997) "Verb Movement in Old and Middle English: Dialect Variation and Language Contact" in Kemenade, A. v. & N. Vincent (eds.) *Parameters of Morphosyntactic Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 297-325.
- KURODA, S.-Y. (1972) "The Categorical and the Thetic Judgement. Evidence from Japanese Syntax", *Foundations of Language* 9, 153-185.
- LAKA, I. (1990) *Negation in Syntax: on the Nature of Functional Categories and Projections*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- LAPA, M. R. (1977) *Lições de Literatura Portuguesa : Época Medieval*, Coimbra, Coimbra Editora.
- LAPESA, R. (2000) *Estudios de Morfosintaxis Histórica del Español*, Madrid, Gredos (2 volumes).
- LARSON, Richard (1990) "Double Objects Revisited: Reply to Jackendoff", *Linguistic Inquiry* 21 (4), 589-632.
- LARSON, R. (1988) "On the Double Object Construction", *Linguistic Inquiry* 19 (3), 335-391.
- LEVIN, B. (1993) *English Verb Classes and Alternations: A Preliminary Investigation*, Chicago III, University of Chicago Press.
- LEVIN, B. & M. RAPPAPORT (1986) "The Formation of Adjectival Passives", *Linguistic Inquiry* 17 (4): 623-661.
- LEVIN, B. & M. RAPPAPORT HOVAV (1995) *Unaccusativity. At the Syntax-Lexical Semantics Interface*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.

- LI, C. & S. THOMPSON (1976) "Subject and Topic: a New Typology of Language", in Li, C. (org.) *Subject and Topic*, New York, Academic Press, 457-489.
- LIGHTFOOT, D. (1999) *The Development of Language: Acquisition, Change, and Evolution*, Malden/MA & Oxford/UK, Blackwell.
- LIGHTFOOT, D. (1991) *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- LOBO, M. (2002) "On the Structural Position of Non-Peripheral Adjunct Clauses", *Journal of Portuguese Linguistics* 1 (1), 83-118.
- LOBO, M. (2001) "Para uma Sintaxe das Orações Causais do Português", actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 291-306.
- LOBO, M. & E. CARRILHO (1999) "Variação Sintáctica: Alguns Aspectos", comunicação apresentada no ciclo de conferências "Conversas d' HorAl", Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- LYONS, J. (1977) *Semantics* I, Cambridge, Cambridge University Press.
- LYONS, J. (1968) *Introduction to Theoretical Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MADEIRA, A. M. (1993) "Clitic Second in European Portuguese", *Probus* 5, 155-174.
- MADEIRA, A. M. (1992) "On Clitic Placement in European Portuguese", Ms., University College, Londres.
- MAIA, C. A. (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, I.N.I.C..
- MALACA CASTELEIRO, J. (1981) *Sintaxe Transformacional do Adjectivo*, Lisboa, INIC.
- MARANTZ, A. (1992) "Case and Licensing", in ESCOL' 91, The Ohio State University, 234-253.
- MARANTZ, A. (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- MARRAFA, P. (1985) *A Construção Transitiva-Predicativa em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Clássica.
- MARTINS, A. M. (2002) "VP-ellipsis, Clitic Placement and Scrambling in Romance", comunicação apresentada ao DIGS VII, 27-30 Junho, Universidade de Girona.
- MARTINS, A. M. (2001a) *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, INCM.
- MARTINS, A. M. (2001b) "Construções com *Se*: Mudança e Variação no Português Europeu", in *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos oferecida a Maria Helena Mateus*, Departamento de Linguística Geral e Românica, FLUL.
- MARTINS, A. M. (2001c) "Deficient Pronouns and Linguistic Change in Portuguese and Spanish", *Proceedings of Going Romance 2001*, (no prelo).
- MARTINS, A. M. (2000a) "A Minimalist Approach to Clitic Climbing" in Costa, J. (ed) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*, Oxford, Oxford University Press, 169-190.
- MARTINS, A. M. (2000b) "Parameter Setting in the History of Portuguese: the Loss of OV/VO – Considerations on Clause Structure, Word Order Variation and Change", comunicação apresentada no *Statistical Physics, Pattern Identification and Language Change*, Universidade de Lisboa.
- MARTINS, A. M. (2000c) "Mudança Linguística e Variação", comunicação apresentada ao ciclo de conferências *Conversas d'HorAl*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

- MARTINS, A. M. (2000d) “A *Gente Está-se Aqui*: Mudança e Variação Sintáctica no Português Europeu”, comunicação apresentada ao *XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra.
- MARTINS, A. M. (2000e) “Word Order Variation and Change: the Loss of IP-Scrambling in Portuguese”, comunicação apresentada ao *Going Romance*, Universiteit Utrecht.
- MARTINS, A. M. (1999) “Estrutura Frásica, Variação e Mudança. A Propósito da Ordem OV no Português Medieval e Clássico”, comunicação apresentada no XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Faro.
- MARTINS, A. M. (1994) *Clíticos na História do Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa (2 volumes).
- MARTINS, A. M. & J. COSTA (em preparação) “Clitic Placement Across Grammar Components”, Ms., Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa.
- MATEUS, M. H. M., A. M. BRITO, I. DUARTE & I. H. FARIA (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho (2ª edição revista e aumentada).
- MATOS, G. (1999) “Negação Frásica e Concordância Negativa em Português Europeu” actas do *XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Aveiro), Lisboa, Colibri, 197-218.
- MATOS, G. & I. DUARTE (1986) “Se Impessoal: sua Caracterização Sintáctica”, actas do *I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 335-352.
- MATOS, G. & I. DUARTE (1984) “Clíticos e Sujeito Nulo no Português: Contribuições para uma Teoria de *pro*”, *Boletim de Filologia*, Tomo XXIX, vol. 2, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 479-538.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1989) *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*, Lisboa, INCM.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1981) “Um Aspecto do Auxiliar no Português Arcaico”, *Tulane Studies in Romance Language and Literature* 10, 93-109.
- MATTOSO CÂMARA Jr. (1956) *Uma Forma Verbal Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Académica.
- MENDIKOETXEA, A. (1999) “Construcciones con *se*: Medias, pasivas e impersonales”, in Bosque, I. & V. Demonte (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, vol. 2, Madrid, Espasa Calpe, 1631-1722
- MENUZZI, S. (1994) “On the Role of F-features: Empty Categories, Binding and the Pronominal System in Brazilian Portuguese”, Ms., HIL/Leiden University.
- MICHAËLIS de VASCONCELOS, C. (sd) *Lições de Filologia Portuguesa: Lições Práticas de Português Arcaico*, Lisboa, Dinalivro.
- MIYAGAWA, S. (1997) “Against Optional Scrambling”, *Linguistic Inquiry* 28 (1), 1-25.
- MUIDINE, S. A. (2000) *Os Pronomes *i* e *en(de)* no Português dos Séculos XIII a XVI*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- MÜLLER, G. & W. STERNEFELD (1994) “Scrambling as A-bar Movement”, in Corver, N. & H. van Riemsdijk (eds.) *Studies on Scrambling. Movement and Non-Movement Approaches to Free Word-Order Phenomena*, Berlin/New York, de Gruyter, 331-385.
- NARO, A. (1976) “The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: A Study in Syntactic Change as a Surface Phenomenon”, *Language* 52 (4), 779-810.
- NARO, A. J. & M. LEMLE (1977) “Syntactic Diffusion”, *Ciência e Cultura* 29 (3), 259-268.
- NARO, A. & S. VOTRE (1999) “Discourse motivations for Linguistic Regularities: Verb/Subject Order in Spoken Brazilian Portuguese”, *Probus* 11, 75-100.

- NEELEMAN, A. & T. REINHART (1998) "Scrambling and the PF Interface", in Butt, M. & W. Geuder (eds) *The Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*, Stanford/CA, CSLI Publications, 309-353.
- NETO, S. S. (1956) *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.
- OGANDO, V. (1980) "A colocación do pronome átono en relación co verbo no galego portugués medieval", *Verba* 7, 251-282.
- OLIVEIRA, F. de (1536/1988) *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, Ed. fac-similada.
- ORDOÑEZ, F. (1997) *Word Order and Clause Structure in Spanish and Other Romance Languages*, Dissertação de Doutoramento, CUNY.
- ORDOÑEZ, F. & E. TREVIÑO (1995) "Los Sujetos y Objetos en Español", Comunicação apresentada ao *5th Colloquium on Generative Grammar*, Corunha.
- PÁDUA, M. P. (1960) *A Ordem das Palavras no Português Arcaico (Frases de Verbo Transitivo)*, Coimbra, Instituto de Estudos Românicos.
- PARCERO, L. M. J. (1999) *Fronteamento de Constituintes no Português dos séculos XV, XVI e XVII*, Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- PARTEE, B., A. TER MEULEN & R. E. WALL (1990) *Mathematical Methods in Linguistics*, Dordrecht, Boston & London, Kluwer.
- PERLMUTTER, D. (1989) Multiattachment and the Unaccusative Hypothesis: the Perfect Auxiliary in Italian", *Probus* 1 (1), 63-120.
- PERLMUTTER, D. (1978) "Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis" in *PBLs* 4, 157-189 (Proceedings of the IV Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society).
- PERLMUTTER, D. & P. POSTAL (1984) "The I-Advancement Exclusiveness Law", in Perlmutter, D. & C. S. Rosen (eds.) *Studies in Relational Grammar 2*, Chicago III, University of Chicago Press, 81-125.
- PESETSKY, D. (1995) *Zero Syntax*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- PESETSKY, D. (1989) "Language-particular Processes and the Earliness Principle", Ms., MIT.
- PESETSKY, D. (1987) "Wh-in-situ: Movement and Unselective Binding", in Reuland, E. J. & A. B. ter Meulen (eds.) *The Representation of (In)definiteness*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press, 98-129.
- PESETSKY, D. (1982) *Paths and Categories*, Dissertação de Doutoramento, MIT.
- PESETSKY, D. & E. TORREGO (2002) "Tense, Case, and the Nature of Syntactic Categories", in Guéron, J. & J. Lecarme (eds.) *The Syntax of Time*, MIT Press, (no prelo).
- PESETSKY, D. & E. TORREGO (2001) "T-to-C Movement: Causes and Consequences", in Kenstowicz, M. (ed.) *Ken Hale: a Life in Language*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press, 355-426.
- PHILLIPS, C. (1996) *Order and Structure*, Dissertação de Doutoramento, MIT.
- PLATZACK, C. (1995) "The Loss of Verb Second in English and French" in Battye, A. & I. Roberts (eds.) *Clause Structure and Language Change*, New York/Oxford, Oxford University Press, 200-226.
- PLATZACK, C. (1986a) "COMP, INFL, and Germanic Word Order", in Hellan, L. & K. Christensen (eds.) *Topics in Scandinavian Syntax*, Dordrecht, Reidel, 185-234.

- PLATZACK, C. (1986b) "The Position of the Finite Verb in Swedish", in Haider, H. & M. Prinzhorn (eds.) *Verb Second Phenomena in Germanic Languages*, Dordrecht, Foris, 27-47.
- PLATZACK, C. & A. HOLMBERG (1989) "The Role of AGR and Finiteness", *Working Papers in Scandinavian Syntax* 43, 51-76.
- PINTZUK, S. (1997) "From OV to VO in the History of English", Ms., University of York.
- PINTZUK, S. (1991) *Phrase Structures in Competition: Variation and Change in Old English Word Order*, Dissertação de Doutorado, University of Pennsylvania.
- POLLOCK, J.-Y. (1989) "Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP", *Linguistic Inquiry* 20 (3), 365-424.
- POSTAL, P. (1994) "Parasitic Gaps and Pseudoparasitic Gaps", *Linguistic Inquiry* 25 (1): 63-117.
- POSTAL, P. (1974) *On Raising*, Cambridge/ Massachusetts, MIT Press.
- PRATAS, F. (2002) *O Sistema Pronominal do Caboverdiano. Questões de Gramática*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- PRINCE, A. & P. SMOLENSKY (1993) *Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar*, RuCCS Technical Report 2, Piscataway NJ, Rutgers University Center for Cognitive Science.
- RADFORD, A. (1997) *Syntactic Theory and the Structure of English. A Minimalist Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- RAPOSO, E. P. (1998) "Notas do Seminário *Modelos Teóricos da Linguística II*", Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- RAPOSO, E. P. (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*, Lisboa, Caminho.
- RAPOSO, E. P. (1989) "Prepositional Infinitival Constructions in European Portuguese", in Jaeggli, O. & K. Safir (eds) *The Null Subject Parameter*, Dordrecht, Kluwer, 277-305.
- RAPOSO, E. (1987) "Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese", *Linguistic Inquiry* 18 (1), 85-109.
- RAPOSO, E. P. (1986) "On the Null Object Construction in European Portuguese" in Jaeggli, O. & C. Silva-Corvalán (eds) *Studies in Romance Linguistics*, Dordrecht, Foris, 373-390.
- RAPOSO, E. P. (1981) *A Construção "União de Orações" na Gramática do Português*, Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- RAPOSO, E. & J. URIAGEREKA (1996) "Indefinite SE", *Natural Language and Linguistic Theory* 14 (4): 749-810.
- RAPOSO, E. P. & J. URIAGEREKA (1990) "Long-Distance Case Assignment", *Linguistic Inquiry* 21 (4), 505-538.
- REESE, M. (1996) *Essential Mathematics for the Romance Linguist*, Master Thesis, Santa Barbara, University of California.
- REINHART, T. (2001) Sinopse de "The Theta System", in <http://www.let.uu.nl/~tanya.reinhart>.
- REINHART, T. (2000) *The Theta System: Syntactic Realization of Verbal Concepts*, Utrecht, OTS Working Paper.
- REINHART, T. (1995) *Interface Strategies*, Utrecht University/OTS.
- REULAND, E. J. & A. G. B. ter MEULEN (1987) *The Representation of (In)definiteness*, Cambridge/ Massachusetts, MIT Press.

- RIBEIRO, I. (1995a) *A Sintaxe da Ordem no Português Arcaico; o Efeito V2*, Dissertação de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- RIBEIRO, I. (1995b) "Evidence for a Verb-Second Phase in Old Portuguese" in Battye, A. & I. Roberts (eds.) *Clause Structure and Language Change*, Oxford, Oxford University Press, 110-139.
- RIVERO, M.-L. (1997) "On Two Locations for Complement Clitic Pronouns: Serbo-Croatian, Bulgarian and Old Spanish", in Kemenade, A. van & N. Vincent (eds.) *Parameters of Morphosyntactic Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 170-206.
- RIVERO, M.-L. (1991) "Clitic and NP Climbing in Old Spanish", in Campos, H. & F. Martínez-Gil (eds.) *Current Studies in Spanish Linguistics*, Washington D.C., Georgetown University Press, 241-282.
- RIVERO, M.-L. (1986) "Parameters in the Typology of Clitics in Romance and Old Spanish", *Language* 62, 774-807.
- RIZZI, L. (1997) "The fine structure of the Left Periphery", in Haegeman, L. (ed.) *Elements of Grammar*, Dordrecht, Kluwer, 281-337.
- RIZZI, L. (1991) "Residual Verb Second and the Wh Criterion", *Technical Reports in Formal and Computational Linguistics* 2, University of Geneva.
- RIZZI, L. (1990) "Speculations on Verb Second", in Mascaró, J. & M. Nespó (eds.) *Grammar in Progress*, GLOW Essays for H. van Riemsdijk, Dordrecht, Foris, 375-386.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian Syntax*, Dordrecht, Foris.
- ROBERTS, I. (1997) "Directionality and Word Order in the History of English", in van Kemenade & N. Vincent (eds.) *Parameters of Morphosyntactic Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 397-426.
- ROBERTS, I. (1993) *Verbs and Diachronic Syntax. A Comparative History of English and French*, Dordrecht, Kluwer.
- ROBERTS, I. & A. ROUSSOU (2002) "The Extended Projection Principle as a Condition on the Tense Dependency", in Svenonius, P. (ed.) *Subjects, Expletives, and the EPP*, Oxford, Oxford University Press, 123-154.
- ROBERTS, I. & M. KATO (orgs.) (1993) *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*, Campinas, Unicamp.
- ROBINS, R. H. (1964) *General Linguistics. An Introductory Survey*, London, Longman.
- ROCA, F. (1992) *On the Licensing of Pronominal Clitics: the Properties of Object Clitics in Spanish and Catalan*, Dissertação de Licenciatura, Universidade Autônoma de Barcelona.
- ROHRBACHER, B. (1994) *The Germanic Languages and the Full Paradigm: A Theory of V-to-I Raising*, Dissertação de Doutorado, University of Massachusetts at Amherst.
- RÖGNVALDSSON, E. & H. THRÁINSSON (1990) "On Icelandic Word Order Once More" in Maling, J. & A. Zaenen (eds.) *Modern Icelandic Syntax* (Syntax and Semantics 24), San Diego, Academic Press, 3-40.
- ROMERO-MORALES, J. & N. MORENO-QUIBÉN (2001) "A/A-Bar Movement and Attract-F", in Alexandrova, G. & O. Arnaudova (eds.) *The Minimalist Parameter: Selected Papers from the Open Linguistics Forum (Ottawa, 21-23 March 1997)*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 295-308.
- ROSEN, C.S. (1984) "The Interface between Semantic Roles and Initial Grammatical Relations", in Perlmutter, D. & C. S. Rosen (eds.) *Studies in Relational Grammar* 2, Chicago III, University of Chicago Press.

- ROSS, J. R. (1967) *Constraints on Variables in Syntax*, Dissertação de Doutoramento, MIT.
- ROUVERET, A. (1994) “Romance Clitics in a Theory of Economy of Projection”, comunicação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- ROUVERET, A. (1992) “Clitic Placement, Focus and the Wackernagel Position in European Portuguese”, Ms., Universidade de Paris VIII.
- SAID ALI, M. (1957) *Dificuldades da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Académica.
- SAID ALI, M. (1923) *Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico*, São Paulo, Melhoramentos.
- SALVI, G. (1993) “Ordine delle Parole e Struttura della Frase nelle Lingue Romanze Antiche”, *Alfa* 37, 187-203.
- SALVI, G. (1990) “La Sopravvivenza della Legge di Wackernagel nei Dialetti Occidentali della Penisola Iberica”, *Medioevo Romanzo* 15, 177-210.
- SANTORINI, B. (1989) *The Generalization of the Verb-Second Constraint in the History of Yiddish*, Dissertação Doutoramento, Universidade da Pennsylvania.
- SANTORINI, B. (1988) “Against a Uniform Analysis of All Verb-Second Clauses”, Ms., University of Pennsylvania.
- SANTOS, A. L. (1999) *O Particípio Absoluto em Português e em Outras Línguas Românicas*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- SARAIVA, A. J. & O. LOPES (1987) *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, (14ª ed. corrigida e actualizada).
- SCHWARTZ, B. & S. VIKNER (1996) “The Verb Always Leaves IP in V2 Clauses” in Belletti, A. & L. Rizzi (eds.) *Parameters and Functional Heads*, New York/Oxford, Oxford University Press, 11-62.
- SILVA, M. C. (em preparação) *Do Latim ao Português Medieval. A Complementação Infinitiva*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, M. C. (2000) “As Construções Causativas em Textos Não-Literários dos Séculos XI a XIV”, comunicação apresentada no *Congresso Internacional 500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil*, Évora, 8-13 de Maio (a publicar nas actas).
- SILVA, M. C. (1996) “As Construções Causativas em Textos Notariais dos Séculos XIII e XIV”, actas do *XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga/Guimarães), Lisboa, Colibri, 289-295.
- SILVA DIAS, A. E. (1970) *Syntaxe Histórica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Ed. (5ª ed.).
- SOARES BARBOSA, J. (1871) *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*, Lisboa, Academia Real das Sciencias.
- SOARES BARBOSA, J. (1807) *As Duas Linguas ou Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa comparada com a Latina para ambas se aprenderem ao mesmo tempo*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- SPENCER, A. J. (1991) *Morphological Theory*, Oxford, Blackwell.
- SPORTICHE, D. (1988) “A Theory of Floating Quantifiers and its Corollaries for Constituent Structure”, *Linguistic Inquiry* 19 (3), 425-450.
- ST-AMOUR (1977) *La Complémentation en Ancien Français*, mémoire de maîtrise, Univ. de Montréal.
- STOWELL, T. (1981) *Origins of Phrase Structure*, Dissertação de Doutoramento, MIT.
- SUÑER, M. (1988) “The Role of Agreement in Clitic-Doubled Constructions”, *Natural Language and Linguistic Theory* 6 (3), 391-434.

- TARALDSEN, T. (1986) "On Verb Second and the Functional Content of Syntactic Categories", in Haider, H. & M. Prinzhorn (eds.) *Verb Second Phenomena in Germanic Languages*, Dordrecht, Foris, 7-25.
- TARALLO, F. (1983) *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*, Dissertação de Doutorado, Universidade da Pennsylvania.
- TARALLO, F. & M. KATO (1989) "Harmonização Trans-sistêmica: Variação Intra- e Inter-lingüística", *Peedição* 5, Campinas, R. G..
- THRÁINSSON, H. (2001) "Object Shift and Scrambling", in Baltin, M. & C. Collins (eds.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*, Malden/MA & Oxford/UK, Blackwell, 148-202.
- THRÁINSSON, H. (1996) "On the (non-)Universality of Functional Categories", in Abraham, W., S. D. Epstein, H. Thráinsson & C. J.-W. Swart (eds.) *Minimal Ideas. Syntactic Studies in the Minimalist Framework*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 253-281.
- THRÁINSSON, H. (1994) "On the Structure of Infinitival Complements", *Harvard Working Papers in Linguistics* 3, *Papers in Syntax*, Harvard University Press.
- THRÁINSSON, H. (1993) *On the Structure of Infinitival Complements*, Harvard Working Papers in Linguistics 3, 181-213.
- THRÁINSSON, H. (1986) "V1, V2, V3 in Icelandic" in Haider, H. & M. Prinzhorn (eds.) *Verb-Second Phenomena in the Germanic Languages*, Dordrecht, Foris, 169-194.
- TOMASELLI, A. (1990) "COMP as Licensing Head: an Argument Based on Cliticization", in Mascarò, J. & M. Nespòr (eds.) *Grammar in Progress: GLOW Essays for Henk van Riemsdijk*, Dordrecht, Foris, 433-445.
- TOMASELLI, A. (1989) *La Sintassi del Verbo Finito nelle Lingue Germaniche*, Dissertação de Doutorado, Università di Pavia.
- TORRES MORAIS, M. A. (1995) *Do Português Clássico ao Português Moderno: Um Estudo da Cliticização e do Movimento do Verbo*, Dissertação de Doutorado, Unicamp.
- TORRES MORAIS, M. A. (1993) "Aspectos Diacrônicos do Movimento do Verbo, Estrutura da Frase e Caso nominativo no Português do Brasil", in Roberts, I. & M. Kato (orgs.) *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*, Campinas, Unicamp, 263-306.
- TORRINHA, F. (1953) *Epítome de Gramática da Língua Portuguesa*, s/l, Edições Marânus.
- TRAVIS, L. (1984) *Parameters and Effects of Word Order Variation*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- TRIPPS, C. (1999) "Scandinavian Characteristics in the *Ormulum*: Evidence for Scandinavian Influence on Word Order Change in Early Middle English", Ms., University of Stuttgart (comunicação apresentada na ConSOLE 8, Viena).
- URIAGEREKA, J. (1992) "A Focus Position in Western Romance", comunicação apresentada ao *GLOW*, Lisboa.
- URIAGEREKA, J. (1995) "Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance", *Linguistic Inquiry* 26 (1), 79-123.
- VAN VALIN, R. D., Jr. (1990) "Semantic Parameters of Split Intransitivity", *Language* 66 (2), 221-260.
- VANCE, B. S. (1989) *Null Subjects and Syntactic Change in Medieval French*, Dissertação de Doutorado, Cornell University.

- VASCONCELLOS, J. Leite de (1966) *Lições de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal (4ª edição).
- VÁSQUEZ CUESTA, P. & M. A. M. da LUZ (1971) *Gramática da Língua Portuguesa* (Trad. do espanhol *Gramática Portuguesa* por Ana M. Brito e Gabriela Matos), Lisboa, Edições 70 (3ª ed.).
- VENDLER, Z. (1967) *Linguistics in Philosophy*, Ithaca, Cornell University Press.
- VIGÁRIO, M. (1999) “Pronominal Cliticization in European Portuguese: a Postlexical Operation”, *Catalan Working Papers in Linguistics 7*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, Servei de Publicacions.
- VIGÁRIO, M. & S. FROTA (1998) “Between Syntax and Phonology: On Phrasal Weight Effects in European Portuguese”, Universidade do Minho, Universidade de Lisboa, Ms..
- VIKNER, S. (1997) “V-to-I Movement and Inflection for person in all Tenses”, in Haegeman, L. (ed.) *The New Comparative Syntax*, London & New York, Longman, 189-213.
- VIKNER, S. (1995) *Verb Movement and Expletive Subjects in the Germanic Languages*, New York/Oxford, Oxford University Press.
- VIKNER, S. (1994) “Scandinavian Object Shift and West Germanic Scrambling”, in Corver, N. & H. van Riemsdijk (eds.) *Studies on Scrambling. Movement and Non-Movement Approaches to Free Word-Order Phenomena*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 487-517.
- VIKNER, S. (1990) *Verb Movement and the Licensing of NP-Positions in the Germanic Languages*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Genève.
- VILELA, M. (1992) *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*, Coimbra, Almedina.
- VILLALBA, X. (1992) “Incorporation, Case and Economy. A Principled Approach to Causative Constructions”, *Catalan Working Papers in Linguistics*, 345-389.
- WEERMAN, F. (1989) *The V2 Conspiracy*, Dordrecht, Foris.
- WILLIAMS, E. (1995) *Thematic Structure in Syntax*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- WILLIAMS, E. (1987) “Implicit Arguments, the Binding Theory, and Control”, *Natural Language and Linguistic Theory* 5, 151-180.
- WILLIAMS, E. (1981) “Argument Structure and Morphology”, *The Linguistic Review* 1 (1), 81-114.
- XAVIER, M. F. (1989) *Argumentos Preposicionados em Construções Verbais. Um Estudo Contrastivo das Preposições a, de e to, from*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- XAVIER, M. F., M. C. SILVA & M. A. FIÉIS (2002) “Word Order Alternation in Medieval Portuguese”, *Romance Philology*, Santa Barbara, (no prelo).
- XAVIER, M. F., G. VICENTE & M. L. CRISPIM (orgs.) (1999) *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13*, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
- XAVIER, M. F. & M. H. M. MATEUS (orgs.) (1992) *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. 2, Lisboa, Ed. Cosmos, Associação Portuguesa de Linguística-ILTEC.
- ZUBIZARRETA, M.-L. (1998a) *Prosody, Focus, and Word Order*, Cambridge/Massachusetts, MIT Press.
- ZUBIZARRETA, M.-L. (1998b) “The Structure of the Higher Middle Field: the Position of the Verb and the Subject”, comunicação apresentada ao *Workshop on Inversion in Romance*, University of Amsterdam.

- ZUBIZARRETA, M.-L. (1986) *Levels of Representation in the Lexicon and in the Syntax*, Dordrecht, Foris.
- ZUBIZARRETA, M.-L. (1982) *On the Relationship of the Lexicon to Syntax*, Dissertação de Doutorado, MIT.
- ZWART, C. J.-W. (1997) *The Morphosyntax of Verb Movement: A Minimalist Approach to the Syntax of Dutch*, Dordrecht, Kluwer.
- ZWART, C. J.-W. (1993) "Verb Movement and Complementizer Agreement", *MIT Working Papers in Linguistics* 18, Papers on Case and Agreement I.
- ZWICKY, A. (1977) *On Clitics*, Bloomington, Indiana, IULC.



## **Anexo 1 - Constituição do *corpus* textual**

### **1. Constituição do *corpus* total e número de palavras (por século)**

#### **- Século XIII (c. 133 842 palavras):**

<b>NT</b> - <i>Notícia de Torto</i> (1214?) (ed. Cintra 1990)	778
<b>TL</b> - <i>Testamento de Afonso II</i> (manuscrito de Lisboa) (1214) (ed. Costa 1979)	1 432
<b>TT</b> - <i>Testamento de Afonso II</i> (manuscrito de Toledo) (1214) ( <i>Idem</i> )	1 436
<b>CA</b> - <i>Chancelaria de D. Afonso III</i> (1255) (ed. Duarte 1986)	17 937
<b>CHP</b> – Documentos notariais (sd, 1260-1300) in <i>Clíticos na História do Português</i> (ed. Martins 1994)	26 105
<b>HGP</b> - Documentos notariais (1262-1300) in <i>História do Galego-Português</i> (ed. Maia 1986)	28 221
<b>TP</b> - <i>Tempos dos Preitos</i> (1280?) (ed. Ferreira 1986)	1 594
<b>FR</b> - <i>Foro Real</i> (1280?) (ed. Ferreira 1987)	49 736
<b>FG</b> - <i>Foros de Garvão</i> (1280?) (ed. Garvão 1992)	6 603

#### **- Século XIII/XIV (c. 29 566 palavras):**

<b>VS</b> - <i>Vidas de Santos</i> (sd) (cópias tardias de um ms. Alcobacense - século XV) (ed. Castro et alii 1985)	29 566
--	--------

#### **- Século XIV (c. 147 406 palavras):**

<b>HGP</b> - Documentos notariais (1301-1399) in <i>História do Galego-Português</i> (ed. Maia <i>Ibidem</i> )	33 617
<b>DN</b> - Documentos notariais (1304-1397) in <i>Docs. Notariais dos Séculos XII a XVI</i> (ed. Martins 1999)	44 746
<b>CGE</b> - <i>Crónica Geral de Espanha de 1344</i> (sd) (ed. Cintra 1951)	69 043

**- Século XV (c. 183 649 palavras):**

<b>HGP</b> - Documentos notariais (1401-1500) in <i>História do Galego-Português</i> (ed. Maia <i>Ibidem</i> )	29 964
<b>DN</b> - Documentos notariais (1402-1498) in <i>Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI</i> (ed. Martins 1999)	39 647
<b>LC</b> - <i>Leal Conselheiro</i> (1433/1438?) (ed. Piel 1942)	105 762
<b>CPVC</b> - <i>Carta de Pêro Vaz de Caminha</i> (1500) (ed. Guerreiro & Nunes 1974)	8 276

**- Século XVI (c. 76 090 palavras):**

<b>HGP</b> - Documentos notariais (1502-1516) in <i>História do Galego-Português</i> (ed. Maia <i>Ibidem</i> )	3 086
<b>DN</b> - Documentos notariais (1504-1548) in <i>Docs. Notariais dos Séculos XII a XVI</i> (ed. Martins 1999)	29 151
<b>CRB</b> - <i>Chronica dos Reis de Bisnaga</i> (sd) (ed. Lopes 1897)	43 853

**2. Constituição do corpus usado para o estudo da interpolação**

**Século XIII:** *História do Galego-Português; Clíticos na História do Português e Vidas de Santos.*

**Século XIV:** *História do Galego-Português; Documentos Notariais e Crónica Geral de Espanha de 1344.*

**Século XV:** *História do Galego-Português; Documentos Notariais; Leal Conselheiro e o texto da Carta de Pêro Vaz de Caminha.*

**Século XVI:** *História do Galego-Português; Documentos Notariais; Chronica dos Reis de Bisnaga.*

No quadro seguinte é dada a extensão dos textos seleccionados:

		<b>Nº de Palavras</b>	<b>Total/século</b>
<b>Séc. XIII</b>	Literários	29.566	83.892
	Não literários	54.326	
<b>Séc. XIV</b>	Literários	69.043	147.406
	Não literários	78.363	
<b>Séc. XV</b>	Literários	114.038	183.649
	Não literários	69.611	
<b>Séc. XVI</b>	Literários	43.853	76.090
	Não literários	32.237	
<b>TOTAL</b>		491.037	491.037

### **3. Bibliografia das fontes (edições)**

CASTRO, I. et alii (eds.) (1985) *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. CCLXVI/ ANTT 2274), Lisboa, I.N.I.C.

CINTRA, L. F. L. (1990) “Sobre o mais antigo texto não-literário Português: a ‘Notícia de Torto’ (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia XXXI*, 37-41 (texto crítico).

CINTRA, L. F. L. (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, I.N.C.M.

COSTA, Pe. A. J. (1979) “Os mais Antigos Documentos em Português. Revisão de um Problema Histórico-Linguístico”, *Revista Portuguesa de História XVII*, 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo).

DUARTE, L. F. (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III* (Edição), Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FERREIRA, J. A. (ed.) in Roudil, J. (1986) *Summa de los Nueve Tiempos de los Pleitos. Édition et Étude d'une Variation sur un Thème*, Paris, Klincksieck, 151-169.

FERREIRA, J. A. (ed.) (1987) *Afonso X. Foro Real*, Lisboa, I.N.I.C.

GARVÃO, M. H. (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GUERREIRO, M. V. & E. B. NUNES (eds.) (1974) *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, I.N.C.M.

LOPES, D. (ed.) (1897) *Chronica dos Reis de Bisnaga*, Lisboa, Imprensa Nacional.

MAIA, C. A. (1986) *História do Galego-Português. Estudo Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal do Século XIII ao Século XVI*, Coimbra, I.N.I.C.

MARTINS, A. M. (1999) *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*, Edição Digitalizada.

MARTINS, A. M. (1994) *Clíticos na História do Português – Apêndice Documental (Documentos Notariais dos Séculos XIII a XVI do Arquivo Nacional da Torre do Tombo)*, vol. 2, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

PIEL, J. M. (ed. crít.) (1942) *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand.

## Anexo 2 – Critérios de Informatização

CIPM – CORPUS Informatizado do Português Medieval. Séculos XIII-XVI  
(Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa – L.I. 1)

### REFERÊNCIAS:

Todos os textos do CIPM estão marcados com as 10 referências seguintes:

<S ...>	século
<D ...>	data do texto
<P ...>	região e província
<T ...>	lugar/ proveniência do texto
<N ...>	notário (nos textos notariais) / redactor (outros textos)
<E ...>	edição e nº do texto
<V ...>	livro/parte
<Z ...>	título/capítulo
<W ...>	lei
<F ...>	fólio

Quando não há informação referente a qualquer dos termos das referências, a notação é:

s + letra da referência (minúscula) <D sd>  
<P sp>  
.....

Quando a informação que existe é duvidosa, é seguida de um ponto de interrogação:

<D 1214?>  
<T Gua?>  
.....

### COMENTÁRIOS (quando mencionados na edição):

((Assunto: Carta de foro de Telões de Aguiar)) assunto  
((Livro I, fl. 9r AB)) localização do texto  
((D 1255 07 10)) data detalhada do texto  
((Costumes de Garva~o comunicados de Alca'cer)) título  
((L001)) linha do manuscrito  
((P001)) página

Sempre que qualquer referência ou comentário partir uma palavra, a referência ou comentário passa para o fim da palavra e esta mantém-se inteira antes da referência ou comentário.

Ex. ma~((L003))do → ma~do ((L003))  
Cru-<F 11v>nho → Crunho <F 11v>

**CASTRO, Ivo et alii (eds.) (1985) *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. CCLXVI / ANTT 2274), Lisboa, I.N.I.C.**

7 textos: “Vida de Tarsis”, “Vida de uma Monja”, “Vida de Santa Pelágia”, “Morte de S. Jerónimo”, “Visão de Túndalo”, “Vida de Eufrosina”, “Vida de Santa Maria Egipcíaca”.

nº de palavras: 29 566

vocabulário: 5 883

### **CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:**

#### **REFERÊNCIAS:**

<S 13/15>

<D sd>

<P sp>

<T st>

<N sn>

<E VS1>

<V sv>

<Z sz>

<W sw>

<F 66r>

#### **COMENTÁRIOS:**

((L001)) linha do manuscrito

((VIDA DE TARSIS)) título do texto

#### **ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:**

(a) desenvolvimento de abreviaturas:

*gram* → g(ra)m

(b) acrescentos (não do editor) assinalados ou visíveis no manuscrito (entrelinhados):

(el) → ||elll

(c) letras acrescentadas:

(te)rra → [te]rra

(d) palavras acrescentadas que não figuram no manuscrito:

(de) → [de]

(e) quando falta uma palavra que não é possível indicar com segurança (cada ponto não

corresponde a uma letra):

(...) → [...]

(f) lições de leitura impossível – deficiência do suporte (cada ponto não corresponde a

uma letra que se presume faltar):

faze(...) → faze[...]

(g) erros corrigidos (não pelo editor):

tod(o)s → todos(!)

(h) diacríticos:

- til e plica a seguir ao grafema:

ã → a~

y → y~

í → í´

(i) exclusões:

- . (ponto):

- nos numerais: XV. → XV

- hífen de translineação: abba/de → abbade ((L001))

(j) inclusões:

- espaço a seguir ao apóstrofe: d'auga → d' auga

(l) numerais em romano:

- assinalados com #: XXj → #XXj

### **OBSERVAÇÕES:**

- discurso directo → o travessão (-) mantém-se;

- maiúsculas e ligação de palavras conforme a edição (com intervenção do editor);

- pontuação conforme a edição (com intervenção do editor);

- excertos em latim isolados por { }.

**CINTRA, L. F. L. (1990) “Sobre o mais antigo texto não-literário Português: a ‘Notícia de Torto’ (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia XXXI*, 37-41 (texto crítico).**

nº de palavras: 778

vocabulário: 368

### **CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:**

REFERÊNCIAS:

<S 13>

<D 1214?>

<P PMi>

<T Bra>

<N sn>

<E NT>

<V sv>

<Z sz>

<W sw>

<F sf>

COMENTÁRIOS:

((L001)) linha do manuscrito

#### ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

- (a) letras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
entre [ ] Go~ca[lui<sup>z</sup>]
- (b) palavras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
entre [ ] [e]
- (c) lições de leitura impossível - deficiência do suporte (cada ponto **não** corresponde a uma letra, excepto na linha 10 - d/./):  
[...] → /.../
- (d) leitura duvidosa:  
uice(?) → uice/?/
- (e) desenvolvimento de abreviaturas:  
feceru~ → fece(ru~)
- (f) diacríticos:
  - til e plica a seguir ao grafema:
    - ã → a~
    - á → a´
- (g) exclusões:
  - . (ponto):- nos numerais: .XII. → XII
- (h) inclusões:
  - espaço a seguir a apóstrofe: d'uno → d' uno
- (i) numerais em romano:
  - assinalados com #: XII → #XII

**CINTRA, L. F. L. (ed.) (1951) *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, I.N.C.M.**

nº de palavras total: 426 027  
vocabulário total: 23 807  
excerto utilizado: 69 043  
vocabulário: 7 481

#### CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:

##### REFERÊNCIAS:

<S 14>  
<D sd>  
<P sp>  
<T Lxa>  
<N sn>  
<E CGE>  
<V sv>  
<Z 1>  
<W sw>  
<F 1a>

#### ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

- (a) letras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
*morar* → [mor]ar

- (b) palavras, frases ou capítulos que não figuram nos manuscritos:  
 *piedade* → [piedade]
- (c) erro não corrigido:  
Grades (sic) → Grades(sic)
- (d) diacríticos:
  - til e plica a seguir ao grafema:
    - ã → a~
    - é → e´
  - boos (com um til sobreposto entre as duas vogais) → bo~o~s
- (e) lacunas:
  - espaços em branco: [...] → []
- (f) exclusões:
  - . (ponto) nos numerais: VI. → VI
- (g) inclusões:
  - espaço a seguir a apóstrofo: d’Espanha → d’ Espanha
- (h) numerais em romano
  - assinalados com #: III → #III
- (i) expoente:
  - III<sup>o</sup> → III<sup>o</sup>
- (j) discurso directo:
  - mantém-se o travessão: -
  - mantêm-se as aspas: “.....”

#### **OBSERVAÇÕES:**

- Maiúsculas e ligação de palavras conforme a edição (com intervenção do editor);
- Prólogo referenciado como <Z 0>;
- as abreviaturas desenvolvidas não são assinaladas pelo editor;
- ao fólio 162d segue-se o 164a; este salto não corresponde a lacuna do texto (v. p. 206, vol. III);
- Sempre que a indicação de fólio não se encontrar na edição impressa da INCM, a quebra deverá ser sempre assinalada no início da linha a que se refere.

**COSTA, Pe. A. J. (1979) “Os mais Antigos Documentos em Português. Revisão de um Problema Histórico-Linguístico”, *Revista Portuguesa de História* XVII, 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo).**

- manuscrito L:	nº de palavras:	1 432
	vocabulário:	390
- manuscrito T:	nº de palavras:	1 436
	vocabulário:	399

## CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:

### REFERÊNCIAS:

<S 13>  
<D 1214>  
<P PDL>  
<T Coi>  
<N sn>  
<E TL/TT>  
<V sv>  
<Z sz>  
<W sw>  
<F sf>

### COMENTÁRIOS:

((L001)) linha do manuscrito

### ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

- (a) letras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
guarda[r] → guarda[r]
- (b) palavras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
[a] → [a]
- (c) desenvolvimento de abreviaturas:  
entre ( ) me(us)
- (d) diacríticos:  
- til e plica a seguir ao grafema:  
- ã → a~ (NB: manteve-se ã)  
- é → e´
- (e) exclusões:  
- . (ponto):- nos numerais: M.a → Ma  
- hífen de translineação: ma~/3do → ma~((L003))do → ma~do  
((L003))  
(manuscrito T)
- (f) inclusões:  
- espaço a seguir a apóstrofo: d'Alcobaza → d' Alcobaza
- (g) numerais em romano: assinalados com #:  
- CCC → #CCC

**DUARTE, Luiz F. (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III* (Edição), Dissertação de Mestrado, F.L.U.L.**

- 34 documentos: n° de palavras: 17 937  
vocabulário: 3 435

## EDIÇÃO PARADIPLOMÁTICA:

### CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:

#### REFERÊNCIAS:

<S 13>  
<D 1255>  
<P PLx>  
<T Lxa>  
<N João Soares>  
<E CA01>  
<V sv>  
<Z sz>  
<W sw>  
<F 9rA>

#### COMENTÁRIOS:

((Assunto: Carta de foro de Telões de Aguiar)) assunto  
((Livro I, fl. 9r AB)) localização do texto  
((D 1255 07 10)) data detalhada do texto  
((L001)) linha do manuscrito

#### ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

(a) erros assinalados ou visíveis no manuscrito (soponteados):

[mi] → eliminados

(b) acrescentos (não do editor) assinalados ou visíveis no manuscrito (entrelinhados):

<domos.> → ||domos.||

(c) lições de leitura difícil ou duvidosa (deficiência do suporte) - reconstituição das letras ou palavras em dúvida:

(de) → /de/

(d) desenvolvimento de abreviaturas:

herdade → h(er)dade

(e) adaptação de grafemas:

- π → &

- γ → r

- ρ → r

- ∫ → s

- σ → s

(f) pontuação:

- ¶ (caldeirão) → \$

- . → .

- ´ → ,

- .´ → ;

(g) diacríticos:

- til e plica a seguir ao grafema:

- ã → a~

- á → a´

- é~ → e~´

(h) exclusões:

- . (ponto): nos numerais: .x. → x

M.a → Ma

- hífen de translineação: a-/27q(ue)sta → a((L27))q(ue)sta →  
aqu(es)ta ((L027))

(i) inclusões:

- espaço a seguir a apóstrofe: sobr'esto → sobr' esto

(j) numerais em romano:

- assinalados com #: x → #x

### **OBSERVAÇÕES:**

- maiúsculas e ligação de palavras conforme a edição (com intervenção do editor);

- os excertos em latim assinalados em itálico pelo editor passaram a ser isolados por { }.

### **VERSÃO OPERACIONAL:**

- os vocábulos foram isolados segundo a interpretação de Duarte (1986)

**FERREIRA, J. A. (ed.) in Roudil, J. (1986) *Summa de los Nueve Tiempos de los Pleitos. Édition et Étude d'une Variation sur un Thème*, Paris, Klincksieck, 151-169.**

nº de palavras: 1 594

vocabulário: 504

### **CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:**

REFERÊNCIAS:

<S 13>

<D 1280?>

<P PBA>

<T Gua?>

<N sn>

<E TP>

<V sv>

<Z 1> (a referência <Z 0> foi acrescentada no início)

<W sw>

<F sf>

COMENTÁRIOS:

não tem comentários

ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

(a) letras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:

deman<da>do → deman[da]do

(b) palavras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:

<quando> → [quando]

(c) quando falta uma palavra que não é possível indicar com segurança (cada ponto **não** corresponde a uma letra):

[...]

(d) desenvolvimento de abreviaturas:

preytos → p(re)ytos

(e) letras ou palavras corrigidas:

[oytavo] → loytavol

(f) subdivisões do texto introduzidas pelo editor

(a) → (((a)))

(g) diacríticos:

- til e plica a seguir ao grafema:

- ã → a~

- é → e´

(h) inclusões:

- espaço a seguir a apóstrofo: sobr'ellas → sobr' ellas

(i) numerais em romano:

- assinalados com #: III → #III

**FERREIRA, J.A (ed.) (1987) *Afonso X, Foro Real*, Lisboa, I.N.I.C.**

nº de palavras: 49 736

vocabulário: 5 383

### **CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:**

#### REFERÊNCIAS:

<S 13>

<D 1280?>

<P PBA>

<T Gua?>

<N sn>

<E FR>

<V 1>

<Z 1> (a referência <Z 0> foi acrescentada no início)

<W sw>

<F 70v>

#### COMENTÁRIOS:

não tem comentários

#### ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

(a) letras, palavras ou frases que devem ser eliminadas:

demandado(r) → eliminadas = demandado

(b) letras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:

<ey>greia → [ey]greia

(c) palavras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:

<cruz> → [cruz]

(d) quando falta uma palavra que não é possível indicar com segurança (cada ponto não corresponde a uma letra):

[...]

(e) desenvolvimento de abreviaturas:

*primeyro* → p(ri)meyro

(f) letras ou palavras corrigidas:

*teue[r]* → teuelr|

(g) adaptação de grafemas:

- nota tironiana transcrita *e* → &

(h) diacríticos:

- til e plica a seguir ao grafema:

- ã → a~ (NB: manteve-se o ñ)

- é → e´

- ô → o^

(i) exclusões:

- . (ponto):- nos numerais: . IX . → IX

- o número romano que indica o nº do título introduzido pelo editor:

- Título <III> ... → <Z 3> T(itulo) ...

(j) inclusões:

- espaço a seguir a apóstrofo: *sobr'ellas* → *sobr' ellas*

(l) numerais em romano:

- assinalados com #: III → #III

(m) expoente: X° → Xo

### **OBSERVAÇÕES:**

- maiúsculas e ligação de palavras conforme a edição (com intervenção do editor).

**GARVÃO, M. H. (1992) *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico. Dissertação de Mestrado, Lisboa, F.L.U.L.***

- 6 textos do século XIII      nº de palavras: 6 603  
vocabulário: 1 555

### **CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:**

REFERÊNCIAS:

<S 13>

<D 1280?>

<P sp>

<T Gar>

<N sn>

<E FG1>

<V sv>

<Z sz>

<W sw>

<F 5r>

#### COMENTÁRIOS:

((L001)) linha do manuscrito  
[Costumes de Garvão comunicados de Alcácer] → ((Costumes de Garva~o comunicados de Alca´cer)) títulos introduzidos pela editora

#### ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

- (a) palavras ou grafemas entrelinhados pelo copista:  
<tal> → ||tal||
- (b) letras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
entre [ ] [po]boar
- (c) palavras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
entre [ ] [feito]
- (d) desenvolvimento de abreviaturas:  
soldos → s(o)l(dos)
- (e) pontuação:  
- ¢ (caldeirão) → \$
- (f) diacríticos:  
- til e plica a seguir ao grafema:  
- ã → a~ (NB: manteve-se ã)  
- é → e´  
- .´ → ;
- (g) exclusões:  
- . (ponto):  
- nos numerais: .CCC. → CCC  
- hífen de translineação: ca-/<sup>o</sup>sa → casa ((L009))
- (h) inclusões:  
- espaço a seguir a apóstrofo: d'el → d' el
- (i) numerais em romano:  
- assinalados com #: M → #M
- (j) expoente: V<sup>a</sup> → Va

#### OBSERVAÇÕES:

- o foral não foi transcrito;
- ligação de palavras com intervenção da editora;
- a editora não faz qualquer referência ao uso das maiúsculas e minúsculas;
- pontuação conforme o original (manuscrito);
- não foram excluídos os pontos antes e depois de grafemas.

**GUERREIRO, M. V. & E. B. NUNES (eds.) (1974) *Carta a el-rey dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, Lisboa, I.N.C.M.**

nº de palavras: 8 276  
vocabulário: 1 811

**LEITURA PALEOGRÁFICA:  
CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:**

**REFERÊNCIAS:**

<S 15> século  
<D 1500> data do texto  
<P sp>  
<T PoS>  
<N PVC>  
<E CPVC>  
<V sv>  
<Z sz>  
<W sw>  
<F 1>

**COMENTÁRIOS:**

não tem comentários

**ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:**

(a) diacríticos:

- til e plica a seguir ao grafema:

- ã → a~

- é → e´

(b) numerais em romano:

- assinalados com #: III → #III

(c) expoente:

- ij<sup>c</sup> → ij<sup>c</sup>

(d) repetições assinaladas ou visíveis no manuscrito<sup>(\*)</sup>:

{huum} → llhuumll

(e) riscado:

(riscado: se os homem todos quisera comujdar) → {{riscado: se os homem todos quisera comujdar}}

(f) palavras acrescentadas<sup>(\*)</sup>:

<tal> → lltalll

**OBSERVAÇÕES:**

- maiúsculas e ligação de palavras conforme a edição (com intervenção do editor);
- pontuação conforme o original (manuscrito);
- o editor não indica o desenvolvimento de abreviaturas.

(\*) Sabemos tratar-se, em (d), de repetições existentes no manuscrito, e, em (f), de palavras acrescentadas pelo editor, por termos confrontado a edição que usamos com a edição fac-similada da *Carta* editada pela I.N.C.M. (cf. Cortesão, J. (1994) *A 'Carta' de pêro Vaz de Caminha*, Lisboa, I.N.C.M., na qual se inclui o fac-símile e a transcrição).





(j) diacríticos:

- til e plica a seguir ao grafema:
  - ã → a~ (NB: manteve-se ã)
  - á → a´
  - ã´ → a~´

(l) exclusões:

- . (ponto):
- nos numerais: .L.a. → La
- em a. b. c. → abc
- signos notariais: *Signo*, +

(m) inclusões:

- espaço a seguir a apóstrofe: sobr'esto → sobr' esto

(n) numerais em romano:

- assinalados com #: .D. → #D

**OBSERVAÇÕES:**

- maiúsculas e ligação de palavras conforme a edição (com intervenção da editora);
- há excertos em latim (HGP, séc. XIII) isolados por { };
- não foram excluídos os pontos antes e depois de grafemas.

**ALTERAÇÕES À EDIÇÃO:**

- em HGP025 (século 13), uma extensão demasiado grande de pontos entre / / sem espaçamento, que não pode corresponder a uma só palavra, foi reduzida:

./  
ua/.....  
/ (L002) Sanch/...../ uos  
/...../  
→ ./ ua/.../.../ (L002) Sanch/.../.../ uos /.../

- em HGP008 (século 14), a lacuna que estava separada das letras seguintes foi unida porque essas letras por si não podem ser uma palavra (será qualquer coisa como “fiquem a nos e a **nosso** mosteiro”):

fique~ a nos ((L016)) /.../ sso moest(ey)ro → ((L016)) /.../sso moest(ey)ro

- em HGP016 (século 14)

S(an)ta M(ari)a de Mo~ferol<sup>39</sup>[...]so (original em papel - CM)  
S(an)ta M(ari)a de Mo~fero[...] /.../so ((L039)) (adaptação para o CIPM)

- 67 textos do século XIII

nº de palavras: 26 105

vocabulário: 5 501

### CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:

#### REFERÊNCIAS:

<S 13> século  
<D 1268> data do texto  
<P DL> província  
<T Cet> lugar  
<N sn> notário  
<E CHP002> edição e nº do texto  
<V sv>  
<Z sz>  
<W sw>  
<F sf> fólio

#### COMENTÁRIOS:

((L001)) linha do manuscrito  
((Maço 2, 11 Mosteiro de Cete)) localização do texto  
((Assunto: Demanda de ...)) assunto

#### ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

- (a) letras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
entre [ ] Ci~f[a]es
- (b) palavras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
entre [ ] [vynte]
- (c) parte de um documento não transcrita:  
(...)
- (d) fragmento ilegível por deterioração material (cada ponto **não** corresponde a uma letra que se presume faltar):  
[...] → /.../
- (e) símbolo gráfico não legível:  
terras [.] E → terras ./ E
- (f) símbolo gráfico de leitura difícil:  
nova [?] → nova(?)
- (g) entrelinhado (grafemas, palavras, frases):  
Gordimae<s> → Gordimaellsl
- (h) riscado:  
{M(a)r(avedi)} → {{M(a)r(avedi)}}
- (i) borrado:  
entre {{ }} {{logar}}
- (j) leitura duvidosa:  
nahu~a (?) → nahu~a/?/

- (l) desenvolvimento de abreviatura duvidoso:  
 (.?.) fr(atre)s(.?.)
- (m) abreviatura não desenvolvida:  
 (---?) Eo(---?)
- (n) erro não corrigido ou forma bizarra:  
 erda (sic) → erda(sic)
- (o) leitura alternativa:  
 [≈vijr] → [ALTvijr]
- (p) desenvolvimento de abreviaturas:  
 morador → m(orador)
- (q) pontuação:  
 - caldeirão # → \$  
 - ponto final de texto ¶ → %
- (r) diacríticos:  
 - til e plica a seguir ao grafema:  
 - ã → a~ (NB: manteve-se ã)  
 - á → a´  
 - ô → o^  
 - as plicas digitadas em cima de consoantes e vogais (algo parecido com uma vírgula ´ em cima das letras) passam a ´ ao lado das letras
- (s) exclusões:  
 - . (ponto) nos numerais: .III. → III  
 - hífen de translineação: dere/<sup>17</sup>tu → d(e)re((L17))tu → d(e)retu ((L017))
- (t) inclusões:  
 - espaço a seguir ao apóstrofo: d'ela → d' ela
- (u) numerais em romano:  
 - assinalados com #: III → #III
- (v) expoente:  
 - i<sup>a</sup> → ia

### **OBSERVAÇÕES:**

- maiúsculas e ligação de palavras conforme a edição (sem intervenção da editora);
- há excertos em latim (CHP, séc. XV) isolados por { };
- não foram excluídos os pontos antes e depois de grafemas.

### **ALTERAÇÕES À EDIÇÃO (com autorização da editora - 18/01/99)**

- CHP153 1425 L015 pen(e)lla (pen(e)lla?) → pen(e)lla
- CHP155 1437 L041 alffayt(e)/alffeyt(e) → alffayt(e) [ALTalffeyt(e)]

- 80 textos do século XIV	nº de palavras: 44 746
	vocabulário: 7 144
- 46 textos do século XV	nº de palavras: 39 647
	vocabulário: 6 466
- 19 textos do século XVI	nº de palavras: 29 151
	vocabulário: 4 905

### **CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:**

#### REFERÊNCIAS:

<S 16> século  
<D 1510> data do texto  
<P PLx> província  
<T Lxa> lugar  
<N sn> notário  
<E DN211> edição e nº do texto  
<V sv>  
<Z sz>  
<W sw>  
<F sf> fólio (NB: surge indicação de fólio em DN217\* e DN218, séc. XVI)

\* a editora só assinalou o início do verso dos fólios (1v, 2v,...), porque o início do recto tinha uma indicação, em entrelinhado, do número da folha (<folhas hua>,...); nós, introduzimos a numeração do recto dos fólios imediatamente antes do entrelinhado:<F 1r> ||folhas|| llhuall.

#### COMENTÁRIOS:

((L001)) linha do manuscrito  
((Maço 2, 11 Mosteiro de Cete)) localização do texto  
((Assunto: Demanda de ...)) assunto

#### ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:

- (a) letras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
entre [ ] Ci~f[a]es
- (b) palavras acrescentadas que não figuram nos manuscritos:  
entre [ ] [vynte]
- (c) parte de um documento não transcrita:  
(...)
- (d) fragmento ilegível por deterioração material (cada ponto **não** corresponde a uma letra que se presume faltar):  
[...] → /.../
- (e) símbolo gráfico não legível:  
terras [.] E → terras ./ E
- (f) símbolo gráfico de leitura difícil:  
nova [?]→ nova(?)

- (g) entrelinhado (grafemas, palavras, frases):  
Gordimae<s> → Gordimae||s||
- (h) riscado:  
{M(a)r(avedi)} → {{M(a)r(avedi)}}
- (i) borrado:  
entre {{ }} {{logar}}
- (j) leitura duvidosa:  
nahu~a (?) → nahu~a/?/
- (l) desenvolvimento de abreviatura duvidoso:  
(.?.) fr(atre)s(.?.)
- (m) abreviatura não desenvolvida:  
(---?) Eo(---?)
- (n) erro não corrigido ou forma bizarra:  
erda (sic) → erda(sic)
- (o) leitura alternativa:  
[≈vijr] → [ALTvijr]
- (p) desenvolvimento de abreviaturas:  
morador → m(orador)
- (q) pontuação:  
- caldeirão # → \$  
- ponto final de texto ¶ → %
- (r) diacríticos:  
- til e plica a seguir ao grafema:  
- ã → a~ (NB: manteve-se ã)  
- á → a´  
- ô → o^  
- as plicas digitadas em cima de consoantes e vogais (algo parecido com uma vírgula ´ em cima das letras) passam a ´ ao lado das letras
- (s) exclusões:  
- . (ponto) nos numerais: .III. → III  
- hífen de translineação: dere<sup>17</sup>tu → d(e)re((L17))tu → d(e)retu ((L017))
- (t) inclusões:  
- espaço a seguir ao apóstrofo: d'ela → d´ ela
- (u) numerais em romano:  
- assinalados com #: III → #III
- (v) expoente:  
- i<sup>a</sup> → ia

### **OBSERVAÇÕES:**

- maiúsculas e ligação de palavras conforme a edição (sem intervenção da editora);
- há excertos em latim isolados por { };
- não foram excluídos os pontos antes e depois de grafemas.

nº de palavras: 105 762

vocabulário: 9 466

### **CRITÉRIOS DE INFORMATIZAÇÃO:**

#### **REFERÊNCIAS:**

<S 15> século  
<D 1437/38>  
<P Estremadura>  
<T Lisboa>  
<N sn>  
<E LC> edição  
<V sv>  
<Z 1> capítulo  
<W sw>  
<F 3r> fólio

#### **ADAPTAÇÃO DAS NORMAS DE TRANSCRIÇÃO:**

- (a) letras ou palavras acrescentadas ou substituídas a outras:  
- entre [ ] tym[u]do
- (b) letras ou palavras do manuscrito que o editor julga não deverem ler-se:  
(H)a → IIIHlla
- (c) pontuação:  
- ¶ (caldeirão) → \$  
- mantém-se o travessão: -
- (d) diacríticos:  
- til e plica a seguir ao grafema:  
- ã → a~  
- é → e´  
- boos (com um til sobreposto entre as duas vogais) →  
bo~o~s
- (e) exclusões:  
- . (ponto) nos numerais: VI. → VI  
- espaço em A B C → ABC
- (f) inclusões:  
- espaço a seguir a apóstrofo: d'obrar → d' obrar
- (g) numerais em romano  
- assinalados com #: III → #III
- (h) expoente: III<sup>o</sup> → IIIo
- (i) discurso directo:  
- mantêm-se as aspas: “.....”

#### **OBSERVAÇÕES:**

- maiúsculas e ligação de palavras com intervenção do editor;
- as abreviaturas desenvolvidas não são assinaladas pelo editor;
- os excertos (expressões, nomes de livros...) em latim estão isolados por { }.

